

OS FUNDAMENTOS DA ECONOMIA POLÍTICA

WALTER EUCKEN



SERVIÇO DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

ISBN 972-31-0813-5



9 789723 108132

the 1990s, the number of people in the UK who are aged 65 and over has increased from 10.5 million to 13.5 million (15.5% of the population).

There are a number of reasons why the number of people aged 65 and over has increased. One of the main reasons is that people are living longer. The life expectancy at birth in the UK is now 77 years for men and 81 years for women. This is a significant increase from the 1950s, when life expectancy at birth was 71 years for men and 75 years for women. Another reason is that people are having children later in life. This means that there are more people in the 65-74 age group than there were in the 1950s.

The increase in the number of people aged 65 and over has led to a number of changes in the way that society is organised. One of the most significant changes is the increase in the number of people who are retired. This has led to a need for more social services and care homes. It has also led to a need for more financial support for the elderly. The government has introduced a number of measures to support the elderly, including the State Pension and the Winter Fuel Payment.

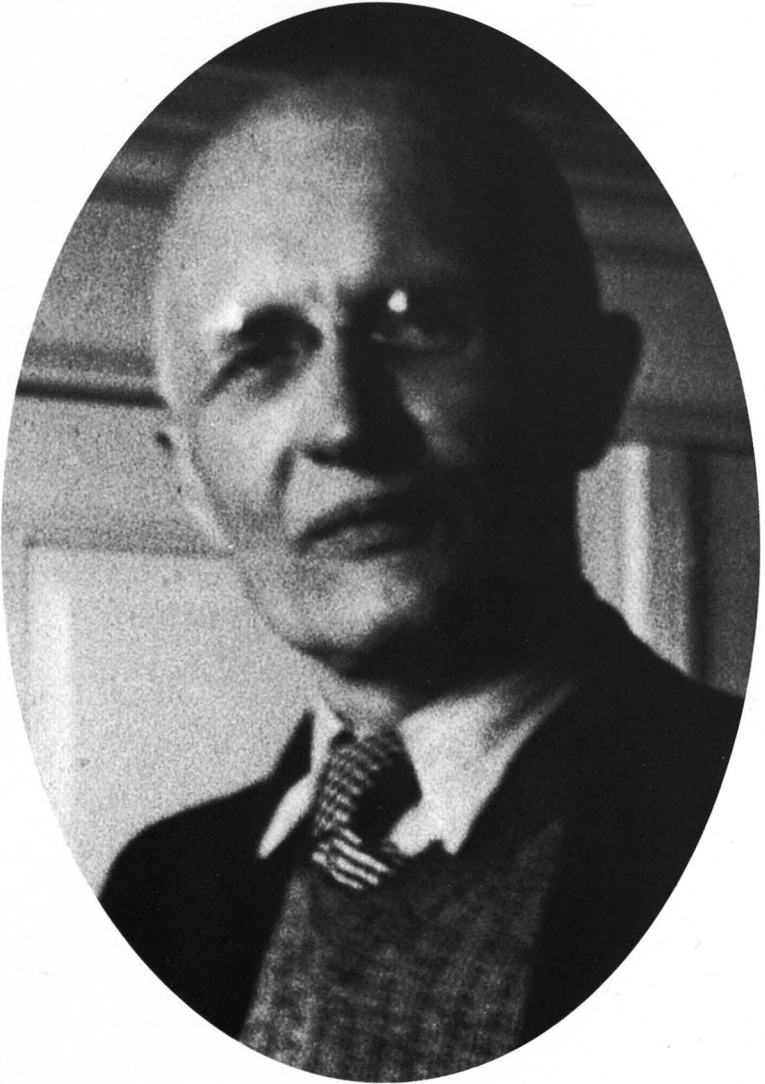
There are a number of challenges facing the elderly in the UK. One of the most significant challenges is the need for more social services and care homes. The number of people who are aged 65 and over is expected to increase further in the coming years. This means that there will be a need for more social services and care homes. The government has introduced a number of measures to support the elderly, including the State Pension and the Winter Fuel Payment.

Another challenge is the need for more financial support for the elderly. The number of people who are aged 65 and over is expected to increase further in the coming years. This means that there will be a need for more financial support for the elderly. The government has introduced a number of measures to support the elderly, including the State Pension and the Winter Fuel Payment.

There are a number of ways in which society can support the elderly. One of the most important ways is to provide more social services and care homes. This will help to ensure that the elderly have a good quality of life. Another way is to provide more financial support for the elderly. This will help to ensure that the elderly have enough money to live on.

The elderly are an important part of our society. They have a wealth of experience and wisdom that can be passed on to younger generations. It is important that we support the elderly and ensure that they have a good quality of life. The government has introduced a number of measures to support the elderly, including the State Pension and the Winter Fuel Payment. We need to continue to support the elderly in the coming years.

OS FUNDAMENTOS DA ECONOMIA POLÍTICA



WALTER EUCKEN

OS FUNDAMENTOS DA ECONOMIA POLÍTICA

WALTER EUCKEN

Prefácio de
W. OSWALT-EUCKEN

Tradução de
M. L. GAMEIRO DOS SANTOS

Revisão e coordenação de
EDUARDO DE SOUSA FERREIRA



SERVIÇO DE EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN

Tradução do original alemão intitulado
DIE GRUNDLAGEN DER NATIONALÖKONOMIE

de

WALTER EUCKEN

Copyright © Springer-Verlag Berlin Heidelberg

1969, 1970, 1972, 1980, 1989

all rights reserved

Reservados todos os direitos de harmonia com a lei

Edição da Fundação Calouste Gulbenkian

Av. de Berna | Lisboa

1998

Depósito Legal N.º 128 094/98

ISBN 972-31-0813-5

Prefácio do Coordenador

WALTER EUCKEN nasceu em Iena em 1891. Filho do Filósofo e Prémio Nobel RUDOLF EUCKEN, ele foi criado num ambiente de elevada cultura, o que explica a sua grande formação geral que ia para além da sólida formação em Economia. O seu alto nível científico juntamente com as qualidades humanas fizeram dele a figura que impressionava e influenciava quem com ele convivia, nomeadamente os seus alunos. Se bem que tivesse sido orientado no seu doutoramento por um economista da Escola História - HERMAN SCHUMACHER - cedo se delimitou desta corrente longamente dominante na Alemanha da República de Weimar; a sua preocupação tornou-se o retomar do trabalho teórico na economia e a estruturação da ordem económica, tarefas que ele considerava fundamentais para resolver o problema da liberdade individual numa economia industrializada.

Após alguns anos de docência em Berlim e Tübingen, Eucken foi professor de 1927 até 1950 na Universidade de Friburgo (Brigau) onde fundou, juntamente com FRANZ BÖHM, a Escola de Friburgo. Como salienta WALTER OSWALT-EUCKEN, neto de WALTER EUCKEN, no prefácio a esta edição, “perceber a interdependência das ordens e pensar em termos de ordens, foi o que a Escola de Friburgo procurou atingir. Ela pretendia ultrapassar o raciocínio isolado das ciências económicas e chegar a uma análise interdisciplinar da realidade social”.

Não deixa de ser sintomático o facto de FRANZ BÖHM ser jurista e não economista; alargar o horizonte dos estudantes da economia era também o objectivo dos seminários de Eucken na Universidade de Friburgo e das reuniões em sua casa com alunos de economia, gestão e direito. A preocupa-

ção com a teoria, por outro lado, começa já com a publicação das *“Kritische Betrachtungen, zum deutschen Geldproblem”* de 1923.

A Escola de Friburgo criou a noção do Neoliberalismo pretendendo ligar a concepção de política económica do Ordoliberalismo e da Economia de Mercado Social.

De acordo com o Ordoliberalismo compete ao Estado criar as pré-condições que a livre concorrência exige. Para a proteger de limitações é necessária uma proibição rigorosa dos cartéis, da fusão de empresas e desconcentrar empresas que dominem o mercado. Onde não seja possível evitar o monopólio, ele deverá ser controlado de forma a ter de se comportar como se houvesse concorrência (*Als-Ob-Konzept*).

As ideias de Eucken encontram-se sistematizadas e condensadas em duas das suas obras principais: os *GRUNDLAGEN DER NATIONALÖKONOMIE*⁽¹⁾ e os *GRUNDSÄTZE DER WIRTSCHAFTSPOLITIK*⁽²⁾.

A essência dos *GRUNDLAGEN*, publicados logo após o início da Segunda Guerra Mundial, descreve-a ERICH PREISER no prefácio à sexta edição, imediatamente após a morte de W. EUCKEN: “Pode-se rejeitar menos a abordagem sociológica como a ideia do estilo económico, pode estar-se mais perto das concepções de KEYNES do que EUCKEN: a recusa decidida de EUCKEN do realismo conceptual e do historicismo libertou a ciência, a acentuação da ideia de ordem fecundou-a e a contribuição da teoria tanto para o reconhecimento da realidade histórica como para a configuração da vida social não encontrou em lado algum melhor formulação do que nesta obra clássica, que é dirigida não só aos economistas mas também aos juristas e historiadores e que, ao mesmo tempo, mostra ao principiante um caminho através do enredado do mundo social”.

(1) *Grundlagen der Nationalökonomie*, Jena 1940.

(2) *Grundsätze der Wirtschaftspolitik*, Bern, Tübingen 1952.

Os *GRUNDSÄTZE*, publicados pela sua mulher *EDITH ERDSIEK* e pelo aluno *K. PAUL HENSEL*, são o resultado do trabalho científico sistemático de *EUCKEN* sobre política económica, começado logo após a publicação dos *GRUNDLAGEN* e publicado em boa parte no anuário *ORDO*, criado em 1948 e de que ele era co-editor.

A preocupação de EUCKEN nos GRUNDSÄTZE é investigar como pode ser dada à moderna sociedade industrial uma ordem que funcione e que seja digna do Homem. Na busca deste caminho ocupa-se sistematicamente do papel que cabe aqui à Ciência.

EUCKEN influenciou de forma relevante a política económica da Alemanha Federal após 1948, nomeadamente a legislação fundamental sobre a concorrência (Gesetz gegen Wettbewerbsbeschränkungen - GWB), que se baseava na forma de mercado da concorrência perfeita, obedecendo assim à exigência do ordoliberalismo da Escola de Friburgo. A persistência do Chanceler LUDWIG ERHARD na altura da reforma monetária foi um dos factores importantes para a aplicação das concepções de EUCKEN.

Mas mais relevante que o efeito das ideias de EUCKEN na prática política foi a sua coragem e noção de responsabilidade perante a Sociedade ao longo da sua vida, seja sob o Nacional-Socialismo seja na fase da reconstrução alemã.

EDGAR SALIN, que defendia uma concepção de política económica oposta à de EUCKEN, apresenta-o como alguém cujo nome brilha a partir de uma era em que se vivia a bancarrota de largas camadas intelectuais e precisamente também nas universidades^().*

Eduardo de Sousa Ferreira

Lisboa 26.4.1998

(*) Edgar Salin, Walter Eucken in Memoriam, in: *Kyklos*, vol. IV, 1-4.

Prefácio à Edição Portuguesa

É com grande satisfação que acolhemos a publicação de uma tradução portuguesa de Die Grundlagen der Nationalökonomie, uma das obras fundamentais de WALTER EUCKEN, que se torna assim acessível nesse grande espaço idiomático.

Esta obra é hoje considerada um «clássico» das ciências económicas do séc. XX. Com Die Grundlagen der Nationalökonomie, publicado em 1940, EUCKEN encontrou uma resposta à questão, para ele determinante, e sempre actual: «Como é que se chega ao conhecimento científico da realidade económica num mundo cheio de opiniões e ideologias inspiradas por interesses?».

Os Grundlagen foram, imediatamente após a sua publicação em 1940, considerados, na Alemanha e no estrangeiro, não só como uma obra de teoria económica, mas também como uma manifestação da oposição liberal ao Estado nacional-socialista.

Apoiada numa análise aprofundada do fenómeno do poder económico, a teoria das ordens económicas, desenvolvida nos Grundlagen, permite identificar a estrutura destas. Dez anos mais tarde, EUCKEN descreve na segunda das suas obras principais, Die Grundsätze der Wirtschaftspolitik, a política da ordem económica (Ordnungspolitik). Trata-se de saber como se podem criar de maneira sistemática os quadros institucionais de uma economia de mercado com níveis moderados de poder económico, onde exista a maior liberdade possível para todos e, simultaneamente, uma direcção racional da economia.

A teoria das ordens económicas e a Ordnungspolitik são frequentemente citadas, especialmente na Alemanha, por

economistas e políticos. Porém, o seu cerne – a teoria do poder e a política de minimização do poder – não foi realmente assimilado. Como constata JOHN KENNETH GALBRAITH, o problema do poder continua a ser «o grande buraco negro da economia política ortodoxa».

É precisamente aquilo que na obra de EUCKEN não tem merecido a devida atenção que a torna particularmente actual. Não apenas na transformação das antigas economias planificadas e nas economias dos países pobres do Sul; também no seio dos países industrializados ricos são as concentrações de poder económico a causa principal da não solução dos problemas mundiais: quer se trate da destruição das bases ecológicas da vida na Terra, do problema mundial da pobreza ou da ameaça para a democracia e o Estado de direito decorrente da actuação de bancos e grupos de comunicação que operam à escala mundial. Porém, quase 60 anos após a publicação dos Grundlagen, a capacidade e o interesse da economia académica para analisar estes problemas e propor soluções continuam sub-desenvolvidos.

É logo nas bases metodológicas da teoria económica que se decide se os problemas actuais podem ou não ser estudados no seu quadro. Neste ponto, gostaria de chamar aqui a atenção para algumas características fundamentais da teoria das ordens económicas que, com frequência, passam despercebidas: elas encontram-se em parte apenas implícitas em Die Grundlagen der Nationalökonomie. Mas podem deduzir-se do conjunto da obra de EUCKEN.

A ANÁLISE DO PODER, MISSÃO DA CIÊNCIA

A busca da verdade, para EUCKEN, só é possível através da independência do cientista perante o poder. Em 1936, ele empreende uma análise aprofundada das relações entre racionalidade e poder, numa série de conferências subordi-

nadas ao tema «O combate da ciência», que os nazis interpretaram como um desafio lançado à sua ideologia. Na aula magna da Universidade de Friburgo, perante um público com uma atitude crítica em relação ao nacional-socialismo e observadores da liga dos estudantes nacionais-socialistas, WALTER EUCKEN mostra que, de SÓCRATES a GALILEU, a racionalidade universal só se pôde desenvolver «derrubando as posições de poder». O cientista tem de estar disposto a opor-se a «autoridades e também à maioria».

Isso aplica-se por maioria de razão à economia. EUCKEN escreve: «A primeira missão da economia política é descobrir os factos concretos que são o fundamento do poder económico e estudar in concreto os efeitos desse poder.» Se as ciências económicas negligenciam esta tarefa, elas falham na análise dos problemas reais e os seus resultados convertem-se facilmente em ideologia de interesses. Era isto precisamente que EUCKEN criticava na economia do seu tempo.

Assim, na Alemanha, a «escola histórica», que em larga medida representava interesses industriais e nacionalistas, recorreu a uma metodologia que fazia abstracção das estruturas e das escalas de valores universais. O economista, procedendo empiricamente, produz um mar de dados, na medida em que, não dispendo de uma teoria geral, só se pode orientar em função de interesses pontuais.

No extremo oposto, temos os métodos a-históricos da economia neo-clássica que, na análise de EUCKEN - a despeito de todas as indiscutíveis contribuições teóricas desta escola - também fracassam na apreensão da realidade social: a fim de chegar a proposições de validade universal, os neo-clássicos constroem modelos matemáticos a priori afastados da realidade. LEONTIEFF por exemplo constatou, numa análise da American Economic Review, que metade dos artigos publicados eram puramente matemáticos. Os trabalhos realizados com base em dados empíricos concretos constituíam excepções isoladas.

É essa a «grande antinomia»: o empirismo avesso à teoria falha, tal como falha a teoria albeada da realidade. EUCKEN via neste dilema do pensamento económico uma crise fundamental. Se não fosse possível analisar de forma racional e realista os problemas da sociedade, ter-se-ia então de renunciar à grande esperança dos tempos modernos: a criação das condições políticas da liberdade individual.

O ALFABETO DAS FORMAS

Como é que, porém, EUCKEN procura superar a «grande antinomia»? Sob as condições políticas, sociais, culturais e ecológicas mais diversas, ele analisa a situação do indivíduo. Através da «abstracção por acentuação e realce», põe em evidência as formas nas quais se desenrola o processo económico. Constata-se então que a multiplicidade das relações económicas se pode reduzir a um número finito de formas.

EUCKEN constata que existem duas formas fundamentais de direcção da economia que se caracterizam por situações opostas em matéria de poder económico. A um extremo do espectro das ordens económicas possíveis encontra-se a economia de administração central. Aqui o indivíduo é privado de direitos e influência no mais elevado grau. A antítese desta forma é a concorrência integral. Aqui, cada um faz o seu plano económico; os planos coordenam-se entre si de modo não-hierárquico. Entre a concorrência integral - onde, através dos preços, todos os indivíduos dirigem o processo económico - e a direcção por uma instância central, existe uma terceira espécie de direcção económica: a dos grupos de poder. A direcção da economia por grupos de poder pode, como a análise de EUCKEN mostra, assumir 24 formas de mercado diferentes. Além disso existem diversos sistemas monetários que intervêm na estruturação das relações vigentes nos mercados.

Surge assim um alfabeto finito das condições que determinam o desenrolar da actividade económica. Com ele podem compor-se múltiplas «combinações de caracteres» capazes de descrever, em termos de aplicabilidade geral, a situação complexa, concreta de uma economia qualquer. EUCKEN sublinha que as formas de mercado e os sistemas económicos não são modelos idealizados, mas sim estruturas observáveis na realidade. Para ele era importante que não se confundisse o seu sistema analítico com o de MAX WEBER, o qual, justamente, não permite esta conjugação entre aplicabilidade concreta e validade geral, não historicamente limitada, dos enunciados.

Com a sua teoria das ordens económicas, EUCKEN coloca assim no centro da economia política a análise sistemática das relações concretas entre poder e liberdade individual. Isto não significa que se tenha de sacrificar o grau de generalidade da teoria económica em benefício das observações concretas da prática económica. Antes pelo contrário: a capacidade de generalização das economias clássica e neo-clássica esbarrou com limites precisamente por elas terem em larga medida ocultado as relações de poder. A teoria das ordens económicas de EUCKEN ultrapassou este limite e é assim, num aspecto essencial, uma teoria mais universal que a neo-clássica.

EUCKEN dá ainda outro passo em frente essencial: em contraste com a corrente neo-clássica que encara a economia como um universo fechado, ele analisa as relações de dependência mútua entre ordem económica, ordem jurídica e sistema político. Para ele, a ordem económica só se pode entender enquanto componente da ordem social global.

A sua análise segundo a qual as economias de administração central são inconciliáveis com um Estado de direito democrático já faz parte das noções adquiridas. Mas uma outra noção fundamental sobre a interdependência das ordens é hoje em dia frequentemente ocultada: EUCKEN mostra

que nos países industrializados ricos - considerados como modelo - não é a concorrência o tipo de ordem económica dominante, mas que a direcção da economia por grupos de poder adquire cada vez mais importância. Ora, economias de mercado com um grau de poder elevado como as que podemos encontrar por exemplo na Europa ocidental, no Japão e nos EUA são, a longo prazo, inconciliáveis com a democracia e o Estado de direito: o poder económico é nas democracias actuais uma força política legal mas liberticida. Ele pode transformar um Estado de direito numa democracia paralítica, ou até num Estado autoritário ou num poder caracterizado pela anarquia dos grupos. Os obstáculos às reformas em todos os grandes países industrializados são consequência de um grau de poder elevado. Inversamente, a formação de concentrações de poder económico não resulta de nenhuma lei económica natural; ela só é possível em determinados quadros político-institucionais.

O conhecimento sistemático destes quadros institucionais promotores do poder torna possível a decisão política com vista ao estabelecimento de uma «ordem económica concorrencial». A teoria das ordens económicas é a base da Ordnungspolitik. O «pensar em termos de ordens económicas» torna possível desenvolver e implantar uma constituição económica em que a direcção da economia é tão racional quanto possível, porque todos os cidadãos podem, como consumidores, pronunciar-se quotidianamente sobre a orientação da produção.

A teoria das ordens económicas e a Ordnungspolitik suscitam hoje um interesse crescente a nível internacional. Isto é mais do que um fenómeno de moda: por um lado, o marxismo foi refutado; contudo, a economia liberal não saiu «vitoriosa», antes se defronta com uma crise essencial. A maioria dos economistas ainda continua a não ver os grandes problemas económicos, quer se trate da pobreza a nível mundial ou da destruição das bases ecológicas da vida na

Terra. São contudo cada vez mais numerosos os economistas que reflectem sobre a questão de saber em que medida o fracasso da economia liberal perante a realidade não radica nos próprios fundamentos desta ciência. Simultaneamente, procuram-se novos pontos de partida - tais como a teoria das ordens económicas.

Nas linbas de investigação da economia académica notam-se importantes alterações que poderão eventualmente conduzir a uma abertura em direcção ao pensamento em termos de ordens económicas. Desenvolveu-se entretanto uma sensibilidade a problemas que anteriormente se ocultavam: a questão dos pressupostos extra-económicos do funcionamento dos mecanismos de mercado e, inversamente, da influência que os intervenientes no mercado exercem sobre a evolução do quadro político-institucional. Para este alargamento do horizonte, contribuíram, não apenas os críticos da economia neo-clássica, como a «sócio-economia» (por exemplo, AMITAI ETZIONI, PAUL R. LAWRENCE...), mas também o «novo institucionalismo», de origem neo-clássica.

A «nova economia institucional» aparece assim frequentemente relacionada com a teoria das ordens económicas. Além disso, na Alemanha, os representantes da economia evolucionista e da filosofia social de F. A. VON HAYEK reivindicam EUCKEN para si, como se um estivesse sobre os ombros do outro.

Contudo, a actualidade concreta da obra de EUCKEN torna justamente necessário ter presentes as diferenças de princípio essenciais entre a teoria das ordens económicas e algumas das grandes correntes do pensamento nas ciências económicas contemporâneas. É de importância decisiva, perante os problemas actuais, avaliar a produtividade das linbas de investigação concorrentes. Nesta base, é então possível determinar os pontos da teoria das ordens económicas que se podem ainda desenvolver, e inversamente como é que ela pode ser útil a outras linbas de investigação.

1. Individualismo metodológico

Na concepção de EUCKEN, as relações económicas de todos os indivíduos têm de constituir - independentemente dos significados que são susceptíveis de se exprimir em grandezas agregadas - objecto da análise económica. Não se trata aqui de opor micro- e macro-economia. O individualismo metodológico da economia académica é com frequência deficiente porque é quase sempre aplicado numa perspectiva «funcional», ou seja, apenas em relação com grandezas supra-individuais, por exemplo o crescimento económico do grupo dos países ricos. Dessa maneira, porém, põe-se sistematicamente entre parênteses uma parte substancial da realidade económica. Um dado elementar da economia mundial é que a maior parte da humanidade se encontra, em maior ou menor grau, à margem dos mercados mundiais; tem porém de suportar o essencial dos custos sociais e ecológicos da ordem económica vigente. Enquanto a «comunidade científica» partir do princípio que a economia mundial, o G 7 ou as diferentes economias nacionais podem ter um crescimento satisfatório mesmo sem estes indivíduos, eles não constituirão um objecto de investigação com interesse. Uma característica económica fundamental do mercado mundial é porém o facto de milhares de milhões de indivíduos não poderem participar nele activa e autonomamente, nem como produtores nem como consumidores. O problema torna-se ainda mais agudo em relação à situação económico-ecológica de todos os indivíduos que constituirão as gerações futuras. Caem em regra fora da análise económica porque a sua oferta e a sua procura são hoje iguais a zero. Dessa maneira, porém, está-se a ignorar o facto económico central que, através da destruição das bases ecológicas da vida na Terra, estamos a interferir gravemente com a totalidade das decisões em matéria de oferta e procura dos indivíduos das gerações futuras.

O individualismo funcionalista tem origem na tradição do «liberalismo fraco» (de JOHN LOCKE, ALEXANDER HAMILTON, FRANÇOIS QUESNAY, por exemplo) que considera, epistemológica e normativamente, que a liberdade individual só tem significado, na medida em que permite alcançar fins supra-individuais, sejam eles o poder económico para pequenos grupos de interesses, ou então o crescimento económico para uma fracção maior da população. O individualismo coerente dos Grundlagen e dos Grundsätze, em contrapartida, prende-se com a tradição do «liberalismo forte», tal como ele foi estabelecido pela vanguarda dos direitos do homem em todas as grandes revoluções burguesas (RICHARD OVERTON ou THOMAS PAINE, por exemplo): para ele, cada indivíduo é um valor em si. É pela liberdade que os cidadãos podem realizar na sociedade que se deve medir o grau em que as ordens políticas e económicas vigentes são funcionais e legítimas.

2. Primado metodológico da liberdade

A realidade económica é caracterizada, acima de tudo, pelo grau de liberdade de que dispõe o indivíduo para realizar os seus planos económicos. Este é um pressuposto central da teoria das ordens económicas. Do grau de liberdade individual deduz-se a estrutura do poder de qualquer ordem económica: o poder mercantil reside na medida em que alguns intervenientes no mercado têm a possibilidade de cercear a liberdade económica de outros intervenientes. Quando todos têm de aceitar igualmente o preço determinado pelo mercado, todos dispõem de um poder económico idêntico e todos são, perante o mercado, igualmente desprovidos de poder. Todas as ordens económicas existentes, passadas e futuras se podem caracterizar pelas diferentes formas de repartição do poder e da liberdade.

Com isto, a teoria das ordens económicas deu um grande passo em frente no campo da metodologia das ciências sociais: de um lado havia racionalistas, como os neo-clássicos, que, com o fim de chegarem a conclusões rigorosas, punham o poder social entre parênteses; do outro, os anti-racionalistas que, como NIETZSCHE, com a asserção que tudo é poder, queriam tirar a base a toda e qualquer análise racional. Contra estas duas posições de princípio, EUCKEN chega nos Grundlagen à seguinte conclusão: «O poder económico não tem nada de irracional, de místico; o poder económico é algo que se pode apreender racionalmente, que é acessível à razão. Assim como o reverso do poder: a dependência económica e a servidão.»

Uma dada liberdade de fazer algo determinado só pode existir para o indivíduo se não houver outros em situação de, pelo seu poder, lhe coarctar essa liberdade. É nesta constatação básica que se apoia a análise da teoria das ordens económicas.

Contudo, quer então, quer agora, a maioria dos economistas não é capaz de pensar em termos de ordens económicas. E a «nova economia institucional» também não logrou até hoje remediar este déficit. Uma razão determinante para isso é que a economia liberal – contrariamente à ideia que ela se faz de si própria – está pouco orientada para a liberdade individual. Os economistas liberais definem tradicionalmente a liberdade como a ausência de coacção. Isto significa que, por definição, só pode existir uma ameaça para a liberdade quando alguém puder ordenar com sucesso algo a outrem. Essa a razão por que, para o liberalismo económico, o poder de Estado representa a ameaça para a liberdade per se. As ameaças para a liberdade provenientes das grandes empresas, o problema do poder mercantil em geral, são metodicamente escamoteados. Esta suposição significa que, por exemplo, as crianças da rua gozam, de acordo com F. A. VON HAYEK, de «liberdade plena» quando a opinião geral é que elas não têm liberdade nenhuma.

Mesmo quando o poder mercantil é tão grande que os que ele atinge não têm a liberdade nem de oferecer produtos no mercado nem de aí adquirir o que lhes assegure o mínimo vital, ele não representa - de acordo com HAYEK - qualquer ameaça à liberdade, pois não tem a capacidade de dar instruções directas ao consumidor individual ou ao pequeno produtor.

O conceito de liberdade da escola de Chicago tem como consequência que todo o económico é racional, desde que na sua origem não haja coacção. É claro que, desta maneira, mesmo a afectação de recursos mais absurda se pode considerar «racional» ou «eficaz» do ponto de vista da economia global.

*A «nova economia institucional» aplica os métodos das ciências económicas ao estudo de todas as esferas do social. Corre-se então o risco de este conceito restritivo de liberdade invadir o conjunto das análises da sociedade e impedir uma análise racional dos problemas. O representante mais destacado da teoria da «economia constitucional», o prémio Nobel JAMES M. BUCHANAN, critica este economicismo primitivo. Porém, ele próprio afirma na sua obra *The Limits of Liberty* que um contrato para fundar um Estado escravagista pode ser racional, se os escravos se tiverem submetido «voluntariamente» aos «fortes».*

3. Racionalidade

Para a teoria das ordens económicas, os resultados do mercado só são de considerar de origem racional na medida em que resultem da actuação de indivíduos tanto quanto possível igualmente livres. Quanto maior for o grau de poder existente num mercado, mais irracionais (ineficazes) são os seus resultados globais (isto é, para todos os indivíduos).

Para EUCKEN, o máximo de racionalidade económica atinge-se quando todos os indivíduos gozam da máxima liber-

dade económica possível. Dado cada indivíduo saber melhor do que ninguém do que necessita, é uma condição necessária da racionalidade económica que o resultado global seja o produto da coordenação das escolhas de indivíduos livres. Está-se em presença de escolha livre universal quando estão preenchidas duas condições: nenhuma empresa dispõe de poder mercantil, isto é, ninguém está em condições de, através de políticas de preços, desvirtuar as escolhas dos outros; é igualmente importante que nenhuma empresa esteja, em razão da sua dimensão, em situação de exercer poder político, isto é, nenhum interveniente no mercado pode dispor do poder de alterar o quadro jurídico-institucional e por essa via destruir as regras do jogo de idêntica liberdade mercantil para todos.

Para EUCKEN, a concorrência integral - ou seja, a mesma liberdade mercantil para todos os consumidores e produtores - não é nenhum modelo ideal, mas sim uma modalidade da actividade económica efectivamente presente em certos mercados.

Além disso, como ele mostra em Die Grundsätze der Wirtschaftspolitik, com um quadro político-institucional adequado é realizável uma situação em que as relações dominantes no conjunto da economia mundial sejam de quase igualdade de liberdade mercantil.

Na literatura crítica, a «concorrência integral» de EUCKEN aparece constantemente relacionada com o modelo neo-clássico de «concorrência pura e perfeita». Porém, neste modelo, não se podem descrever, nem as condições da liberdade económica individual, nem as da ausência de liberdade. Trata-se de uma construção matemática que não tem a priori nada a ver com as relações reais entre liberdade e poder, dado consistir puramente em hipóteses que, por essência, não se podem verificar na realidade (por exemplo, a perfeita transparência do mercado, a completa homogeneidade do produto, as transacções intemporais), enquanto faltam condições determinantes

com que se deparará inevitavelmente na economia real. Este modelo, em contraste com a teoria das ordens económicas, é efectivamente desprovido de contacto com a realidade.

4. Interdependência das ordens

A análise em termos de poder e liberdade permite estudar as actuações sociais nos mais diversos campos da realidade.

Perceber a «interdependência das ordens» e «pensar em termos de ordens» foi o que a escola de Friburgo, fundada por WALTER EUCKEN juntamente com o jurista FRANZ BÖHM, procurou atingir. Ela pretendia ultrapassar o raciocínio isolado das ciências económicas e chegar a uma análise interdisciplinar da realidade social. Eles não foram os primeiros. Também o «velho» institucionalismo (hoje frequentemente esquecido) de JOHN COMMONS (1862-1945), THORSTEIN VEBLEN (1857-1929) e WESLEY MITCHELL (1874-1948), partindo de uma crítica radical da teoria neo-clássica defendia uma análise social global. Porém, o alargamento da problemática levou, no seu caso, a abdicar de uma teoria geral.

Em consequência, também a análise interdisciplinar dos problemas se teve de limitar a casos pontuais e aleatórios. A contribuição da teoria das ordens consistiu na possibilidade de integrar a multiplicidade dos problemas práticos numa teoria geral. O seu projecto é a análise racional do poder e da liberdade individual no quadro das diferentes formas de actuação (económica ou política, por exemplo) e sob as diferentes condições resultantes do quadro institucional, cultural, ecológico, etc.

Desde há cerca de trinta anos assiste-se também a uma tentativa, vinda das fileiras da economia neo-clássica, de alargamento de problemáticas demasiado estreitas: surgiram diversas linhas de investigação como a «nova economia organizacional», a «new home economics», a «teoria da mudança

institucional» ou a «economia constitucional». O «novo institucionalismo» procura, em contraste com o «velho» e à semelhança da teoria das ordens, manter o objectivo de construção de uma teoria geral.

Mas, enquanto a teoria das ordens partiu de uma discussão interdisciplinar, sectores influentes das ciências económicas, entre eles muitos «novos institucionalistas», lançaram-se numa fuga para a frente, procurando alargar radicalmente o domínio de aplicação da economia a todos os campos da actividade humana. Dessa maneira, porém, não se resolve, generaliza-se, o problema de uma metodologia estreita e albeia à realidade. O prémio Nobel GARY S. BECKER afirma por exemplo que a economia, com a sua noção de homo œconomicus - enquanto indivíduo agindo de modo racional e egoísta - dispõe de um modelo explicativo universal. Ele aplica-o a todos os aspectos da actividade humana: quer se trate do amor, do suicídio, da arte ou da política. Numa variante ligeiramente diferente, encontra-se a mesma posição no «novo institucionalismo». Ela constitui a base de um «imperialismo da economia» que não põe é certo em causa o direito à existência das outras ciências sociais mas que, à semelhança do marxismo anteriormente, as reduz em última instância ao papel de ciências auxiliares ao serviço da super-ciência económica.

O impulso determinante para esta expansão do domínio do raciocínio económico vem da asserção que todas as relações humanas se podem reduzir a considerações utilitárias de indivíduos que agem de maneira egoísta. A afirmação de que o homem é uma máquina de maximização da utilidade é no fundo tautológica e por conseguinte não susceptível de contestação. Não há nenhuma acção - mesmo a mais altruísta - que possa levar à refutação desta afirmação. Mesmo o sacrifício da própria vida se pode explicar pelo

prazer egoísta que se obtém. Apesar do seu carácter tautológico, esta asserção é tudo menos ineficaz. Todas as formas de agir têm assim de ser vistas pelos óculos deste modelo de homem: a multiplicidade e a liberdade do agir humano são sistematicamente ocultadas. O mesmo se pode dizer de outra hipótese fundamental introduzida por BECKER: ele supõe à partida que os indivíduos, todos os indivíduos, têm as mesmas preferências, e que estas não se alteram. Põe-se assim liminarmente entre parênteses o facto que os indivíduos têm a possibilidade de ser diferentes, que são capazes de pensar e que o seu sistema de valores se pode alterar. Também aqui se esconde, por detrás do individualismo metodológico que se reivindica, uma imagem do homem colectivista que converte todos os indivíduos em «formigas azuis».

EUCKEN, pelo contrário, achava que esta imagem do homem era absurda: «Enquanto a ciência operou com o homo oeconomicus, o que fez foi criar um homúnculo. [...] A investigação teórica não precisa do homo oeconomicus.» Ele considerava esta imagem do homem falha de realismo. Muitos problemas sociais surgem precisamente porque muitas vezes os indivíduos não se comportam como egoístas racionais. Falta de vontade, incapacidade de reconhecer e defender o interesse próprio; actuações auto-destruidoras de civilizações inteiras, mas também idealismo com boas e más consequências: tudo isso existe.

Não se chega porém a uma análise social realista modificando as hipóteses sobre os fins supostos da actuação dos indivíduos. O problema está precisamente em partir de tais premissas ontológicas, sobre a «natureza do homem», que estipulam metodologicamente o que o indivíduo tem de ser e ao que deve aspirar. Isto constata-se quando procuramos tornar as hipóteses mais «realistas»: podemos por exemplo, em lugar da maximização egoísta da utilidade, proclamar como prin-

cípio fundamental da actividade humana a maximização do poder. É o que se pressupõe na tradição anti-iluminista do pensamento nietzscheano, e é também o que defendem certos economistas que aspiram a uma modernização da teoria social (por exemplo, CARSTEN HERRMANN-PILLATH, Evolutionäre Rationalität, Duisburg, 1993).

Ora, a hipótese de uma tendência universal, de natureza antropológica, à maximização do poder ignora justamente uma grande parte da realidade do poder. Sem a disposição de fracções significativas da humanidade a submeterem-se; ou - por necessidade de segurança, gosto por uma vida privada tranquila, ou ainda por ignorância, tendências depressivas, falta de imaginação e múltiplos outros motivos - a adaptarem-se às circunstâncias qualquer que seja o poder vigente, é impossível explicar a formação do poder. Para se poder conduzir uma análise do poder ampla, é por conseguinte necessário partir do princípio que todos os homens podem ser livres. Temos nas ciências sociais de supor axiomáticamente que, por princípio, todos os homens são livres para pensar, emitir juízos de valor, conhecer e agir de diferentes maneiras, a menos que sejam impedidos, «de fora», pela intrusão do poder.

EUCKEN assenta por isso o estudo da ordem económica, enquanto componente da ordem global, no modelo de comportamento seguinte: «Os indivíduos procuram, sempre e em toda a parte, nos seus planos económicos e, por conseguinte, na sua actuação atingir um determinado objectivo com a menor aplicação possível de valores.[...] O princípio de economia não tem nada a ver com os objectivos ou os fins das acções humanas. Os fins são muito diversos, podem por exemplo ser egoístas ou altruístas [...]» A teoria das ordens pressupõe pois um individualismo pluralista. Ela parte do princípio que os fins dos indivíduos são muito diversos e variáveis.

Desta maneira é metodologicamente possível analisar as diferentes formas que a liberdade humana assume, e também as diversas formas de destruição da liberdade por parte do poder.

5. Realismo

O valor de uma teoria em ciências sociais depende em primeiro lugar da sua capacidade de apreender os problemas da sociedade humana e entrever possibilidades de solução. Se bem que a «nova economia institucional» tenha alargado o campo de visão das ciências económicas a vastos domínios da realidade social, ela continua a falhar sistematicamente na compreensão dos grandes problemas sociais do presente. Aí se incluem, em primeiro lugar, a destruição das bases ecológicas da vida na Terra e a pobreza e falta de liberdade em que vive a maior parte da população mundial. Um exemplo disso é o tratamento dos problemas ecológicos pelo prémio Nobel RONALD H. COASE que, traduzido de maneira coerente em políticas económicas, conduziria à degradação acelerada do meio ambiente.

COASE pretende demonstrar que a negociação mercantil, entre os culpados e as vítimas, sobre direitos privados à degradação do meio ambiente pode ser mais «racional» que a proibição pelo Estado das degradações ambientais. Esta ideia é um exemplo típico das tentativas de extensão das relações de troca económicas mesmo a domínios onde as valorações mercantis racionais não são possíveis.

Em contraste, na teoria das ordens económicas respeitam-se sistematicamente os limites da interpretação económica. É assim possível desenvolver a teoria também no que se refere às questões ecológicas. Por exemplo, EUCKEN defende que as condições ecológicas, exactamente como as normas

culturais e jurídicas, devem ser consideradas um «dado» na análise das ordens económicas. Pois só no seu quadro é que a actividade económica pode ter lugar. Elas têm de ser tomadas em consideração, juntamente com as suas «leis objectivas» próprias. Não se deve escamoteá-las novamente, como COASE faz, ao interpretá-las economicamente. No plano da Ordnungspolitik, em caso de danos para o meio ambiente ou para a saúde, EUCKEN não faz apelo à regulação pelo mercado mas à proibição pelo Estado.

6. Comparação entre ordens sociais e ordens económicas

*O pensamento constitucional do século das luzes assenta na ideia que os indivíduos - quando a acção do poder o não impede - são capazes de reflectir, discutir, negociar e decidir conscientemente sobre a ordem política em que querem viver. Em relação à ordem económica, a filosofia das luzes nunca chegou a elaborar uma posição fundamental comparável. ALEXANDER RÜSTOW - muito próximo de EUCKEN no plano científico - mostra na obra *Das Versagen der Wirtschaftsliberalismus* (1945), porque é que a economia liberal fica intelectualmente tolhida neste ponto decisivo. A crença numa ordem da economia de mercado que resultaria de uma evolução natural, é uma ideia básica da economia liberal contrária à liberdade. As suas raízes são pseudo-religiosas e pré-modernas.*

Hoje assiste-se a um renascimento desta maneira de pensar: através de um evolucionismo - desenvolvido sobretudo nas últimas obras de F. A. VON HAYEK - generalizado a todas as civilizações, valores e regras, é a totalidade das instituições sociais que se considera um produto da evolução natural. Exclui-se assim nesta economia evolucionista a liberdade de decidir entre várias constituições e sistemas de regras.

A teoria das ordens económicas procura alargar o pensamento constitucional do século das luzes às ordens económicas. Daí que a ideia de constituição económica desempenhe nela um papel determinante. Mas, não só a teoria das ordens económicas; também a «economia constitucional» (J.M. BUCHANAN, por exemplo) considera sua missão explorar de modo sistemático alternativas institucionais. Esta pretensão teórica da «economia constitucional» constitui um progresso importante em relação ao economicismo evolucionista.

Porém, os primeiros passos da «economia constitucional» no campo da investigação são, justamente no domínio da política económica, singularmente improditivos. Assim, o quadro em que por exemplo BUCHANAN pensa em alternativas, logo que se trate de política económica concreta, é mais acanhado que o oferecido diariamente pelos jornais.

Se é questão, por exemplo, da Europa, o prémio Nobel congratula-se, nos seus trabalhos científicos, principalmente com o colapso do socialismo, e exprime a esperança de um crescimento económico contínuo, que ele considera provável, na condição que novas ideias socialistas não venham perturbar a livre circulação das mercadorias. Os grandes e conhecidos problemas da concentração do poder económico na nova Europa e da falta de democracia e Estado de direito que daí resultam são temas que não lhe interessam. A análise que BUCHANAN faz da realidade económica é unilateral e inacabada. Determinante nesta superficialidade é o facto de ele não comparar de maneira sistemática o status quo das ordens económicas existentes com o de constituições económicas alternativas que se poderiam realizar em seu lugar.

Em contraste, EUCKEN abordou de maneira coerente as ordens económicas existentes ao tomar a liberdade intelectual de pensar mesmo aquelas alternativas institucionais que leva-

riam à dissolução das relações de poder mercantil vigentes. Ao estudar o sistema bancário existente, ele pergunta se é necessário os bancos disporem do direito de produzir moeda escritural. E constata que, em termos de lógica económica objectiva, nada nos obriga a ter um sistema bancário com este poder privado sobre a massa monetária. Ao abordar os grandes konzerns, ele coloca a questão de saber se nós não teríamos a possibilidade de estabelecer um quadro político-institucional tal que não surgissem quaisquer konzerns. EUCKEN responde a estas questões pela afirmativa e descreve em Die Grundsätze der Wirtschaftspolitik (1952) e nos seus pareceres de política económica (1946-1948) como é que se pode realizar uma economia de mercado sem poder mercantil.

Só analisando racionalmente as ordens económicas - as vigentes e as realizáveis - é que a economia torna possível que, numa sociedade livre, os cidadãos possam efectivamente fazer uso da sua liberdade de decisão em matéria de constituição económica. A ideia do ordo é a de instituir a liberdade política de implantar os quadros institucionais de uma ordem económica onde os indivíduos possam viver tão livres quanto possível.

**A TEORIA DAS ORDENS ECONÓMICAS NA ACTUALIDADE:
POSSIBILIDADES DE UMA RENOVAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DO
PENSAMENTO ECONÓMICO**

A teoria das ordens económicas fornece importantes instrumentos para a análise dos problemas sociais e, hoje em dia, também ecológicos. Subsiste contudo um importante défice: esta teoria não beneficiou, nos últimos decénios, de praticamente nenhum desenvolvimento. Porém o período de estagnação da investigação teórica das ordens económicas terá possivelmente chegado ao fim. Por exemplo, trabalhos recentes

sobre os problemas concretos de vários países em transição ou em desenvolvimento põem em evidência as possibilidades de aplicação frutuosa e de desenvolvimento da metodologia da teoria das ordens económicas (Cf. C. HERRMANN-PILLATH, *Institutioneller Wandel, Macht und Inflation in der Volksrepublik China*, Baden-Baden, 1991; *Geschichte und Aktualität des Ordoliberalismus*, textos seleccionados e apresentados por WLADIMIR GUTNIK, Moscovo, 1998.)

O actual interesse pela teoria das ordens económicas reflecte o facto que são cada vez mais numerosos os economistas e outros cientistas sociais que reconhecem as fraquezas constitucionais da teoria neo-clássica e procuram novas vias para a compreensão da realidade económica.

Quer se trate do fosso cada vez maior entre pobres e ricos ou da destruição das bases ecológicas da vida na Terra para as gerações futuras, é cada vez mais evidente que com a metodologia habitual dificilmente será possível analisar e elaborar soluções para os problemas da era da mundialização.

Os críticos actuais da economia do bem-estar apontam para as mesmas deficiências estruturais nos fundamentos do raciocínio económico que já há sessenta anos tinham levado WALTER EUCKEN a escrever *Die Grundlagen der Nationalökonomie*.

Um exemplo: não são apenas os ordo-liberais na tradição da «escola de Friburgo», também os comunitaristas do círculo da «sócio-economia» de AMITAI ETZIONI criticam o facto de a maioria dos economistas ignorarem o quadro político e cultural sem o qual as relações mercantis não se podem desenvolver. ETZIONI tenta por isso uma abordagem pluridisciplinar dos problemas económicos fundamentais.

Este interesse comum da «escola de Friburgo» e dos comunitaristas pela «interdependência das ordens» surge é certo de perspectivas muito diversas: a escola de Friburgo procura superar o individualismo deficiente da metodologia neo-clássica através de um individualismo coerente, tanto na teoria como na política económica.

Pelo contrário, cientistas sociais comunitaristas como ETZIONI criticam a economia do bem-estar pelo seu individualismo exagerado. O economista ETZIONI defende que os colectivos devem ser tratados em pé de igualdade com os indivíduos. Ele critica, tanto do ponto de vista metodológico como normativo, o raciocínio em termos de direitos individuais e coloca analítica e moralmente no centro as virtudes sociais.

Em contrapartida, WALTER EUCKEN criticava por exemplo já em 1949 a perspectiva macro-económica - ainda hoje representada por instituições influentes como o FMI - pelo seu anti-individualismo metodológico. Ele via, naquilo que os comunitaristas consideram um excesso do liberalismo moderno, «um regresso, uma ressurgência do raciocínio mercantilista». EUCKEN constata: «Já não é a sintonização dos diferentes investimentos que é determinante; o que interessa é a soma do conjunto dos investimentos empreendidos na economia.» Ele encontrava semelhanças entre o raciocínio macro-económico nos países capitalistas e o colectivismo das economias planificadas: «Também na economia de administração central encontramos uma determinação global de grandezas tais como o consumo agregado, o investimento e a poupança agregados, as exportações e importações agregadas. Já não se vêem as unidades de produção e as famílias individualizadas, mas apenas estas massas globais consideradas sumariamente.»

Diferentemente da perspectiva ordo-liberal, os críticos comunitaristas procuram compensar a «frieza» e a «dureza» dos métodos da economia do bem-estar, introduzindo pontos de vista «calorosos», «suaves» na economia. Não apenas o crescimento económico de uma sociedade, mas também as suas particularidades culturais; não só o produto nacional bruto, mas também a promoção das virtudes sociais e dos sentimentos identitários colectivos, devem interessar as ciências económicas e sociais.

Não é desta maneira que as análises das ciências sociais se tornam mais realistas ou os seus conceitos em matéria de política económica menos ideológicos. O colectivismo da economia do bem-estar só pode dessa maneira aumentar. Característico da influência actual desta posição é o facto de mesmo filósofos na tradição do século das luzes como MICHAEL WALZER afirmarem que o cientista social só deve analisar e criticar uma dada sociedade a partir da sua lógica interna.

As críticas, que os comunitaristas, mas ainda mais os pós-modernos, fazem à visão «individualista» e «imperialista» do pensamento científico inspirado pela filosofia das luzes, têm, como mostrou MARTHA NUSSBAUM, efeitos sobre a maneira como uma parte dos cientistas tratam problemas concretos da economia do desenvolvimento. A partir de exemplos flagrantes, ela mostra como é que, em congressos internacionais no quadro da ONU, se defende, invocando DERRIDA e LYOTARD, o relativismo em matéria de política de desenvolvimento: a tese central é que não existe nenhum ponto de vista privilegiado a partir do qual se possam presumir as ideias «ocidentais» de liberdade individual ou de protecção da saúde (por exemplo, programas de vacinação contra doenças perigosas) em indivíduos de outras civilizações.

Os críticos deste perigoso relativismo podem recorrer hoje à teoria das ordens económicas de EUCKEN - como alternativa teórica e metodológica, não só à economia neo-clássica, mas também aos seus adversários comunitaristas e pós-modernos.

De facto, cientistas sociais virados para os problemas concretos, como MARTHA NUSSBAUM ou AMARTYA SEN, partilham com EUCKEN, não só a atitude crítica perante a teoria e a política macro-económicas, mas também a fidelidade a normas metodológicas e éticas que não dependam das características de cada civilização, mas tenham validade universal.

O que a falta de liberdade e a miséria na Europa dos anos trinta e quarenta representavam para EUCKEN é representado por exemplo para SEN pela pobreza e opressão nos países do terceiro mundo. EUCKEN ficou marcado nos anos trinta pela experiência do papel que o poder dos konzerns - aos olhos dos neo-clássicos um facto puramente «económico» - teve como espinha dorsal económica da ditadura nacional-socialista. Para o economista indiano foi determinante a constatação nos anos setenta que, com uma maior liberdade de imprensa, a ameaça da fome diminui, mesmo quando os dados macro-económicos se mantêm inalterados.

Tanto o significado económico das relações económicas como, inversamente, a determinação da constituição da economia pela política não são analisáveis sem pressupostos: as ciências económicas devem ter uma ideia clara dos pressupostos metodológicos, sócio-filosóficos e políticos do seu trabalho e estar em condições de fundamentar epistemológica e normativamente uma posição universalista e independente.

As correntes económicas heterodoxas, de ETZIONI a SEN passando pela escola de Friburgo, são por isso concordantes quanto à necessidade de derrubar a ideologia da pretensa

«isenção normativa» por detrás da qual se abriga a maioria dos economistas para não ter de colocar questões filosóficas: a opinião dominante - hoje como no tempo de EUCKEN - nas ciências económicas é que a economia é uma ciência «neutra» que segue o modelo das ciências da natureza. O resultado foi ela tornar-se uma disciplina dependente em alto grau de interesses e por vezes pouco racional.

Há economistas a trabalhar para grandes empresas e governos, colocando os seus instrumentos de conhecimento à disposição dos interesses correspondentes. Desta maneira, operam-se cálculos que são tudo menos «neutros»: assim o valor monetário actualizado dos indivíduos que poderiam, dentro de alguns decénios, morrer devido à degradação ecológica (por exemplo, na indústria nuclear, 1 milhão de marcos por vida humana) é estimado a partir dos custos que se teriam hoje de incorrer para evitar estes óbitos.

São justamente certos cientistas sociais independentes da indústria e interessados numa solução dos problemas económicos e ecológicos que consideram que esta «neutralidade» destrutiva tem a sua origem nos princípios fundamentais da tradição liberal do século das luzes e procuram por isso lançar as bases de uma nova filosofia social, fora do racionalismo da idade moderna.

Assim, MARTHA NUSSBAUM apoiando-se no trabalho de investigação pioneiro de AMARTYA SEN chega a uma posição que se pode chamar neo-aristotélica. Este regresso à filosofia antiga é aproveitado para superar simultaneamente o relativismo dos modernos e dos pós-modernos. A filosofia de ARISTÓTELES deve fornecer a base teórica sólida, donde partir para a abordagem prática dos problemas não resolvidos da economia mundial. A ideia central nesta démarche é a seguinte: não devemos deixar aos indivíduos - como no libe-

ralismo - a faculdade de determinarem os seus próprios valores, com a consequência de as escalas de valores dos fortes prevalecerem sobre as dos fracos. A alternativa aristotélica consiste em dizer que, partindo do que a história da humanidade nos oferece, nós podemos chegar a um consenso sobre quais são as qualidades essenciais e, por conseguinte, os valores fundamentais do homem.

Uma diferença em relação ao ordo-liberalismo é que neste, justamente, não é questão de estipular socialmente o que é a «essência» do homem. Muito pelo contrário, os economistas devem contribuir para que cada indivíduo - mesmo contra a maioria da sociedade - tenha a possibilidade de identificar, pensar e viver o que para ele próprio constitui a «essência» - seja ela qual for - da sua vida.

A ciência, como todas as outras instituições sociais, não tem, nem directa nem indirectamente, o direito de prescrever a cada indivíduo o que é que ele deve ser. Este objectivo não se atinge porém pela via de um neutralismo filosófico, mas sim através de uma opção normativa em favor de uma «neutralidade normativa ofensiva».

Nenhum economista pode eximir-se a uma opção de princípio no que se refere à sua visão do mundo. Especialmente a economia - enquanto ciência cujo trabalho é analítico mas também normativo - não pode deixar de assumir uma certa concepção do homem. Mesmo quem pretende ser «neutro» enquanto economista, não fica de facto de fora mas apoia - ainda que talvez involuntariamente - o status quo do poder e as ideologias que o sustentam.

A busca da objectividade mais ampla na teoria económica e o estabelecimento da maior liberdade possível para todos os indivíduos através da política económica são inseparáveis: a economia, enquanto ciência social analítica, deve ter como objectivo descobrir todas as relações sociais que impe-

dem o homem de se autodeterminar; a economia, enquanto laboratório de conceitos de política económica, tem por missão elaborar propostas concretas sobre a maneira como se pode estabelecer um sistema económico com a máxima liberdade possível para todos os cidadãos.

Não se pode porém atingir um máximo de objectividade científica e jurídico-constitucional com um comportamento indiferente: a ciência, assim como o Estado de direito, devem afrontar vigorosamente todas as formações de poder económico, qualquer que seja a sua natureza. Dado que cada nova concentração de poder económico reduz as possibilidades de intercâmbio livre de informações e de discussão pública, a minimização do poder é o pressuposto estrutural da objectividade científica e da vida pública democrática.

Isto tem consequências práticas para a actividade científica. De acordo com o princípio da «neutralidade normativa ofensiva», é anti-científico os cientistas universitários tornarem-se dependentes das grandes empresas através de encomendas e patrocínios. WALTER EUCKEN e os seus colegas trabalhavam, não só independentemente dos konzerns, mas contra eles: a escola de Friburgo reclamava a sua dissolução. Esta exigência resulta de uma opção em favor da racionalidade. Assim como uma ciência só pode fazer investigação racional se não estiver submetida ao diktat dos grupos de interesses estatais e económicos, também, da mesma maneira, uma direcção económica racional para todos os cidadãos só é possível através de uma economia de mercado isenta de poder económico.

Walter Oswalt-Eucken

31 de Dezembro de 1997

Primeira Parte

O primeiro problema fundamental

PRIMEIRO CAPÍTULO

O surgimento do primeiro problema fundamental da economia política a partir da experiência quotidiana

I. Factos e questões

1. O primeiro impulso

«De há três séculos a esta parte, diz HYPPOLITE TAINÉ, perdemos cada vez mais a visão plena e directa das coisas; sob a influência da educação caseira, múltipla e prolongada, estudamos em lugar dos objectos a sua representação, em lugar do terreno a carta.» De facto, toda a cultura e toda a ciência correm o risco, no seu desenvolvimento, de perderem a visão plena e directa das coisas. É então altura de pôr de lado as querelas de palavras, de esquecer os esquemas conceptuais desprovidos de conteúdo e de estudar realmente o terreno. Nesta situação se encontra hoje a economia política. Uma visão plena e directa dos factos, questões simples e resolutas são necessárias para se conseguir uma base sólida.

Estou diante do fogão que aquece o meu quarto. Um fogão perfeitamente vulgar. E contudo a sua visão é suficiente para suscitar as questões mais importantes. - Há quase trezentos anos, DESCARTES descrevia assim, no início da sua obra pioneira *Meditationes de prima philosophia*, a forma como tinha sido assaltado pela dúvida sistemática a propósito de todas as coisas. Diz ele que está sentado à lareira, olha para o seu roupão e toca o papel que tem nas mãos. Tudo isto

é real? pergunta ele. Ou trata-se de uma ilusão? Eu próprio existo? O que é que é verdadeiro? - Dúvidas e questões tão radicais têm cabimento na filosofia. Não numa ciência particular; logo, também não na economia política. Nós não duvidamos, como DESCARTES, da realidade do fogão que temos à nossa frente. Nem da mesa, do roupão, do papel. Apoiamo-nos na experiência quotidiana sem nos pormos questões sobre a sua formação. Tratar-se-ia, se quiséssemos abordar as questões da filosofia, de uma confusão de problemáticas, e por conseguinte de ciências, que de facto se pode frequentemente observar, mas é nociva e imperdoável.

Mas, ainda que as ciências experimentais partam da experiência quotidiana, elas levantam questões muito mais radicais do que o homem da rua e nenhuma a aceita com a mesma indiferente naturalidade. - Qual a constituição da matéria utilizada na construção do fogão? Só por si, esta questão suscitaria uma série de outras que nos levariam até à física nuclear. Porque é que o fogão tem uma determinada potência calorífica? Tal questão levar-nos-ia à termodinâmica e mais longe ainda. - *As nossas* questões são diferentes. Porque é que no fim de contas se fabricou o fogão? Porque é que ele foi colocado justamente neste quarto? Questões aparentemente simples. Porque aqui, no inverno, faz frio. Certo. Nós sabemos porém, da experiência quotidiana, que os mais variados serviços específicos se combinaram para produzir este fogão particular. Desde o instalador de fogões até ao mineiro da mina de carvão e da mina de ferro e ao operário metalúrgico que trabalhou com o torno de mandrilar. O número dos intervenientes é quase incalculável. O minério foi transportado até à Alemanha num navio; então, os operários que fixaram os rebites no navio também participaram indirectamente na produção do fogão. Como é que se conseguiu que todos estes serviços se combinassem e se orientassem finalmente para a produção do fogão? - Se olho agora para a mesa, para o papel ou para a janela surgem outras questões em tudo semelhantes.

Todos os objectos que eu posso observar no quarto são produto de uma gigantesca engrenagem baseada na divisão do trabalho. Vemos aqui aflorar um magno problema que diz respeito a todos os indivíduos. *Como é que se opera a direcção deste todo articulado, baseado na divisão do trabalho, do qual depende o fornecimento de bens a cada indivíduo, ou seja, do qual dependem todas as existências individuais?* Esta totalidade, tenho de a conhecer nas suas articulações, meramente para compreender a produção de um fogão e o aquecimento do meu quarto no inverno.

2. O primeiro problema fundamental em pormenor.

Os seus cinco aspectos

Não se pode esquivar este problema. Ele é importante. E o facto de anteriormente ao séc. XVIII ele não ser plenamente apreendido não afecta em nada a sua importância. - Como é que ele se apresenta nos seus vários aspectos?

Hoje comi pão, carne e legumes em quantidades determinadas, acendi o fogão e liguei a luz eléctrica no meu quarto durante algumas horas. Satisfiz dessa maneira uma parte das minhas necessidades de hoje. Tive de renunciar à satisfação de outras necessidades porque me faltavam os meios para isso. Exactamente o mesmo se passou com os outros indivíduos. Porque é que esta grande totalidade que constitui a produção social foi dirigida de tal modo que os indivíduos puderam satisfazer hoje uma parte das suas necessidades de pão, carne ou outros bens de consumo e outra parte não? Ou, a outra face da mesma questão: porque é que neste campo se cultivava trigo, naquele tabaco e num terceiro beterraba sacarina? Porquê a divisão da terra que sobrevoamos entre determinadas culturas? Além disso, terras da mesma qualidade são afectadas a culturas diferentes. Porquê? A imagem dos campos sugere que o solo não é partilhado de

maneira arbitrária entre as diferentes utilizações. De que dependem as decisões relativas à utilização dos solos? Trata-se manifestamente de uma questão importante; já que da direcção que tomar essa utilização dependerá o abastecimento da população em pão, tabaco, açúcar e outros bens de consumo. E como são orientadas as forças de trabalho para as diferentes actividades? Porque é que do ferro produzido hoje pelo operário siderúrgico A. será mais tarde utilizada uma quantidade determinada na construção naval, uma outra na construção de pontes e uma terceira na indústria de ferragens? Em suma: porquê e como é que as terras, forças de trabalho, semi-produtos e produtos acabados disponíveis são dirigidos para determinadas utilizações? Esta é a primeira questão.

Segunda questão: o contramestre B., empregado numa fábrica de máquinas-ferramentas, recebe um salário de 400 marcos mensais. Pelo seu trabalho, pela sua participação no fabrico de muitos outros bens, em cuja produção estas máquinas-ferramentas serão utilizadas, a firma paga-lhe um montante de 400 marcos, e esta soma utiliza-a ele para comprar uma determinada quantidade de bens de consumo. Porque é que este indivíduo e a sua família obtêm uma determinada quantidade da corrente de bens de consumo que será produzida este ano na Alemanha? Porquê não mais e porquê não menos? A mesma questão se põe em relação a milhões de outros indivíduos. Além disso, as partes que cabem a cada um são totalmente diferentes. Alguns obtêm somente um quarto ou metade do salário de B., outros mais ou muito mais. C. tem um depósito na caixa económica do qual auferê 40 marcos de juros mensais. Porquê? Como é que se explica que a gigantesca corrente de bens de consumo produzidos anualmente se reparta por determinados canais e acabe finalmente por desaparecer nos diferentes agregados familiares em diversas quantidades e composições?

Esta segunda questão - ou seja a questão da repartição - surge-nos igualmente de um lado totalmente diverso. Inúmeros indivíduos participaram no fabrico do fogão referido anteriormente. Certamente que não o fizeram de graça. O comerciante de retalho obteve por ele 80 marcos. Existe alguma relação entre estes 80 marcos e os rendimentos dos vários participantes? Se sim, qual? Que parte obteve cada indivíduo, começando pelo comerciante e pelos operários da fábrica de fogões? Também aqui se abre uma larga perspectiva até aos rendimentos do proprietário da mina e dos operários do alto-forno e mais longe ainda.

Terceira questão: a produção do fogão exigiu *tempo*, e passam-se muitos anos enquanto o fogão fornece o seu efeito útil - o aquecimento do espaço. Ainda que exista alguma relação entre os 80 marcos que eu paguei por ele e o salário do mineiro e do empregado dos transportes e os rendimentos de todos os outros participantes, a maior parte deles auferiram os seus rendimentos muito antes de eu comprar o fogão e de gradualmente o consumir. Muitos operários que directa ou indirectamente participaram no fabrico do fogão já tinham utilizado os seus rendimentos para comprarem pão, carne e outros bens de consumo muito antes de o fogão estar pronto e de começar a ser utilizado; ou seja muito antes de ele próprio servir para consumo. Que providências se tomaram para que os bens de consumo destinados aos múltiplos participantes estivessem disponíveis meses e anos antes de o produto da sua própria actividade ter satisfeito uma necessidade humana? - A mesma questão se põe em relação ao rendimento do contramestre B. Talvez muitos anos se passem antes de, com a assistência das máquinas-ferramentas, em cuja produção ele participou, se produzirem bens de consumo: sapatos, roupas, mobília, por exemplo. Como é que aconteceu que, meses e anos atrás, se tenha posto em marcha o processo de produção das roupas, dos sapatos, do pão de que B. necessita

esta semana, e como é que a produção de hoje é dirigida de tal modo que, no futuro, não haja qualquer interrupção no fornecimento de bens de consumo?

Para onde quer que olhemos, surge-nos sempre e em todas as circunstâncias a questão da estrutura temporal da produção. O agricultor A. de R. extrai hoje 60 litros de leite das suas vacas. Se ele o vender para o consumo directo, servirá ao abastecimento em leite de hoje e amanhã. Mas se o utilizar, em totalidade ou em parte, para alimentar vitelos, já servirá para o abastecimento em leite num futuro mais longínquo. Num caso, a produção é orientada para a satisfação de necessidades imediatas, noutro, de necessidades mais afastadas, previstas num futuro mais longínquo. Como é que se realiza esta orientação temporal da produção? - Uma tonelada de ferro forjado produzida hoje pode servir ao fabrico de máquinas para a indústria de calçado. O calçado é um bem de consumo, e se uma máquina dessas estiver gasta ao fim de 15 anos, todos os serviços incorporados no ferro forjado se terão materializado em bens de consumo. Ou então o ferro forjado serviu à construção de um alto-forno. Nesse caso, passar-se-á muito mais tempo, eventualmente muitos decénios, até os serviços se materializarem em bens de consumo.

Poder-se-ia igualmente dizer que as necessidades presentes e as do futuro próximo e longínquo lutam pela sua satisfação. Como se decidirá o combate? - Todas as questões relacionadas com o investimento e a poupança têm aqui o seu lugar.

Relacionada com a terceira, aparece-nos outra questão - a quarta da nossa série: que máquinas são utilizadas na fábrica de calçado, que sistema de exploração é utilizado pelo agricultor, que métodos de produção são aplicados no fabrico do fogaõ... Tudo isso são questões em aberto. Existem muitas possibilidades técnicas, especialmente nos tempos mais recentes, de entre as quais o industrial, o artesão, o agricultor,

o empresário de transportes e também cada agregado familiar terão de escolher.

A cada passo tomamos decisões relativas à técnica a utilizar: nem que se trate só de saber se se deve ir a pé, de bicicleta, de moto ou de automóvel. - Esta questão - que processo, de entre os múltiplos processos técnicos possíveis, escolher e aplicar - é uma questão de economia. Porque é que ela é resolvida de determinada maneira? Que a decisão se revela frequentemente de enorme alcance e susceptível de determinar o destino de muitos indivíduos é o que nos mostra a experiência histórica. Pense-se na subversão social que a introdução do tear mecânico, só por si, provocou em numerosos lugares.

Finalmente, quinta questão: onde é que o fogão foi construído? Onde é que se extraiu o ferro? De onde é que se fez vir o minério? Porque é que o comerciante o comprou numa fábrica do baixo Reno, porque é que a fábrica de fogões surgiu lá, porque é que o ferro foi produzido em Essen e porque é que se comprou o minério na Suécia? Porque é que os locais de produção do carvão e do cimento, do trigo e da cerveja, numa dada região e no conjunto da Alemanha, os comércios especializados, os restaurantes e o artesanato, em Berlim, se distribuem espacialmente de determinada maneira? - Se se observasse a esfera terrestre *à vol d'oiseau* notar-se-ia que todos os dias, por terra e por mar, grandes e pequenas correntes de mercadorias se dirigem para pontos determinados. De país para país - entre a Alemanha e a Suécia, por exemplo - vão e vêm diariamente mercadorias. Mas, da mesma maneira - e convém não o esquecer - tem igualmente lugar um intercâmbio permanente entre as diferentes partes do país, entre a cidade e o campo, entre as diferentes aldeias e dentro das cidades. Cada fábrica obtém matérias-primas e semi-produtos *de* determinados pontos e fornece os seus produtos *a* determinados pontos. A produ-

ção de todos os bens efectua-se num determinado ordenamento espacial, e dos locais de produção saem, em direcção aos diferentes lugares, grandes e pequenas correntes e contra-correntes de mercadorias. Como é que se realiza esta orientação espacial da produção?

*

Estas cinco questões que surgem da intuição da realidade imediata não são independentes. Elas reflectem diferentes aspectos de um só e mesmo problema. É o mesmo objecto observado de cinco pontos diferentes. Isso constata-se já ao nível de cada unidade económica. Em Novembro, ao vender uma parte da colheita de trigo e semear outra parte, o agricultor decide, não só da utilização do solo, mas também da estrutura temporal da produção. E, ao semear, escolhe um local de produção e aplica uma determinada técnica. Do todo resulta finalmente para ele um certo rendimento. - Em cada fábrica, não só tem lugar, ano após ano, a produção de determinados bens em determinadas quantidades, mas também a obtenção de rendimentos por todos os participantes. A fábrica situa-se num determinado lugar e envia as suas mercadorias para determinados pontos, emprega uma determinada técnica e dá origem, por exemplo através das suas vendas, a correntes de mercadorias também temporalmente orientadas. Tudo está interligado.

Do mesmo modo, também, a nível social, o processo económico global, do qual cada empresa e cada agregado familiar é apenas um elo, constitui uma unidade: direcção da produção com vista à satisfação de várias espécies de necessidades, estrutura temporal da produção, processo de repartição, aplicação de técnicas determinadas e ordenamento espacial da economia efectua-se concomitantemente. Tudo acontece com o fim de superar a escassez presente de bens. Assim, colocamos a questão das articulações deste *todo* para, dessa maneira, percebermos também a realidade quotidiana em *pormenor*.

3. Um complemento

O contramestre que em 1929 ainda ganhava 400 marcos por mês, recebe em 1930, após a introdução na sua fábrica de um horário reduzido, somente 300 marcos. Simultaneamente, baixaram os preços de bens de consumo essenciais, de modo que ele ainda podia comprar um pouco mais de três quartos do que comprava no ano anterior. - Uma fábrica de laminagem da Vestfália reduziu em 1930 a sua produção de chapa média, relativamente a 1929, mas produziu praticamente a mesma quantidade de chapa fina que no ano anterior. As empresas da construção civil C., D., E., de Berlim, foram afectadas em 1930 pela falta de encomendas e despediram numerosos operários que passaram a viver de subsídios de desemprego e, nalguns casos, também a cultivar mais intensivamente as suas próprias hortas. Na fábrica de produtos químicos H., de Lipsia, as exportações para os países da Europa ocidental recuaram devido ao declínio da procura, assim como diminuíram as transacções de sociedades de importação de Hamburgo e Bremen. Outras firmas, por exemplo a fábrica de seda de costura G., mantiveram o seu volume de transacções em 1930 e o seu volume de emprego não variou.

Estas variações, costumamos designá-las por *flutuações conjunturais*. Recentemente, procurou-se, com êxito, apreendê-las estatisticamente no quadro de um país, de uma região ou da economia mundial. Tais análises estatísticas são sem dúvida úteis. Mas é especialmente importante representar-se claramente os factos originais tal como eles se desenrolam hoje nas fábricas, empresas artesanais, firmas comerciais, explorações agrícolas e agregados familiares. As modificações conjunturais são alterações do quotidiano económico concreto. Ao procurarmos conhecer as articulações do todo económico, queremos também conhecer as causas das suas *alterações*.

Possivelmente, pode-se desde já pelo menos pressentir a importância vital de todo o problema. Pois são justamente as alterações na sua existência que despertam nos indivíduos o interesse para os problemas científicos. A maior parte das pessoas aceita como algo natural o desenrolar normal das funções fisiológicas; uma doença leva-as por vezes a levantar questões de fisiologia ou biologia, ou pelo menos a reconhecer o significado de tais questões. Nas épocas tranquilas são poucos os que questionam a história; nas épocas revolucionárias porém, muitos são os indivíduos interessados no conhecimento das forças que regem a história, dos seus demónios e das suas teorias. - Do mesmo modo, é justamente nas épocas movimentadas, em que o quotidiano económico está sujeito a mudanças, que as questões relativas às suas articulações vêm ao primeiro plano. O operário das construções mecânicas preocupa-se pouco em saber como é que é possível ele consumir hoje e amanhã bens de consumo, enquanto a sua actividade de hoje só após muitos anos se materializará em bens de consumo. Se ele porém ficar desempregado, porque a sua fábrica, por falta de escoamentos, fechou, talvez comece a reflectir sobre as articulações económicas globais que forçaram a fábrica a fechar. Eventualmente, terão sido perturbações no processo de investimento que provocaram o fecho; e eis que a questão aparentemente académica da estrutura temporal se revela de extrema importância na prática. - A questão da técnica que se aplicou no fabrico do fogão pode parecer à primeira vista não ter uma tão grande importância. Se, porém, ela tiver levado à utilização de um novo processo de produção que, se bem que tenha aumentado fortemente a produção, também dispensou numerosos trabalhadores e condenou à ruína empresas mais antigas? Então, querer-se-á saber quais os efeitos económicos globais da aplicação da nova técnica. - São as calamidades económicas que fazem desaparecer a indiferença geral face ao problema evocado.

4. Crítica e anti-crítica

1. Da experiência quotidiana surge então o primeiro grande problema da economia política.

Contudo: a experiência, incluindo a experiência quotidiana, é impossível sem *conceitos*. Por isso empregámos conceitos como economia, produção, rendimento, salário, repartição, trabalho, serviço produtivo e outros. Fizemo-lo sem clarificar nem definir os conceitos. Não haverá aqui uma falha? Os conceitos não têm de ser previamente definidos? Ainda que na economia política esta exigência raramente seja rigorosamente formulada, muitos economistas procedem em conformidade com ela. O que é a «economia»? Que significa «economia nacional»? Que é que se entende por «serviço produtivo»? São estas as questões que frequentemente se abordam em primeiro lugar. Trata-se manifestamente de questões totalmente diferentes das que *nós* colocamos. Colocam-se no primeiro plano questões relativas aos conceitos e não às articulações objectivas.

Com questões semelhantes, porém, o trabalho científico está desde o início mal encaminhado. As questões de definições e as próprias definições têm de ser excluídas como ponto de partida da economia política como já o *foram* na maioria das outras ciências. A ciência não está em condições de dar, à partida, definições científicas. Quer-se por exemplo, antes de investigar os factos, definir o conceito de «economia»: não se dispõe de qualquer base. Só resta, no caso de tais definições, apoiar-se no uso corrente das palavras e com isso abrir portas e janelas a uma exegese vaga, incerta e subjectiva. Não admira que os diferentes autores, cada qual segundo a sua inclinação, apareçam com definições dos conceitos fundamentais muito diversas; que, por exemplo, surja uma discussão tão viva quanto inútil sobre o que se entende por «economia», discussão essa que em nada faz avançar o conhecimento da realidade económica.

Dado não se *poder* definir cientificamente à partida os conceitos de uso corrente, a economia política tem de utilizá-los provisoriamente tal como eles são empregues na prática: sem definição. Ela entra assim imediatamente na *matéria*. O estudo do objecto conduz a resultados, e os resultados exprimem-se sumariamente em definições que por sua vez são instrumentos para estudos ulteriores. Por muito incompletos e imprecisos que sejam os conceitos, provenientes da experiência quotidiana, que se empregam inicialmente - como, por exemplo, economia, economia nacional, produção, salário -, eles têm provisoriamente de bastar. São muletas que mais tarde se podem deitar fora. Só após termos penetrado no problema concreto estamos habilitados a definir cientificamente. Então, e só então, se pode decidir que conceitos são finalmente úteis e que conceitos novos, puramente científicos se têm de criar. A ideia pois que a ciência deve começar com definições porque desde o início ela trabalha com conceitos é insustentável e nociva. (Aqui - no princípio - não posso mais que afixar este aviso. O curso ulterior do nosso raciocínio mostrará quão funesta é a sua inobservância.) Tão-pouco como a questão das definições, se deve colocar à partida a questão da *essência* da economia, ou do «capitalismo» ou da «crise do capitalismo». Com isso a ciência cai na especulação e na busca do «sentido profundo» das coisas e perde igualmente de vista a economia real. - Vai-se no fim de contas igualmente por caminho errado ao partir, sem problemática própria, das teorias enunciadas anteriormente, expondo-as na esperança de ir mais além com algumas adições concordantes ou críticas. A ciência, como os trabalhos anteriores, só se tornam vivos através das questões imediatas, resultantes da intuição da realidade concreta¹.

2. Contudo, mesmo quando se vê e reconhece a dimensão deste primeiro problema fundamental, a sua formulação é em muitos casos deficiente.

Não raro, a sua *unidade* passa despercebida. É o caso em particular quando se procede à maneira tradicional dividindo a matéria em três ou quatro partes, abordando separadamente as questões da produção, da repartição e do consumo, ou também - em segundo lugar - da circulação, e procurando responder-lhes em teorias específicas. A clivagem conduz facilmente à distinção de «esferas» separadas da produção, circulação, repartição e consumo e qualquer questão económica em concreto é então remetida para uma dessas esferas particulares. Principalmente sob a influência de J.-B. SAY, que expressamente a defendeu, esta clivagem impôs-se durante vários decénios, vindo a dominar durante muito tempo nos manuais escolares. Ela não toma porém de modo algum em consideração a realidade económica e deve portanto desaparecer. Pois é justamente devido a ela que passa despercebida a unidade dos fenómenos económicos. Que essa unidade é forte mostra-o a observação de qualquer facto económico. Por exemplo, no agregado familiar do operário que, pela sua participação na «produção», recebe um salário, logo participa na «repartição», e além disso recebe dinheiro, que é considerado um fenómeno da «circulação», e que é novamente aplicado pelo operário em «consumo». Ou na tecelagem que, para encetar e realizar a «produção», está dependente do crédito bancário - isto é da circulação -, onde se efectua, no decurso da «produção», a «repartição» pelos operários, empregados e quadros, e que, ao produzir tecidos, não só consome produtivamente produtos da fição, mas tem, ao elaborar o seu programa de produção, de se guiar estritamente pelo «consumo» esperado. Qualquer variação na repartição do crédito, isto é na circulação, reflecte-se imediatamente na produção, repartição, consumo, e inversamente. Não há esferas independentes e, por isso, não deveriam existir teorias separadas, mas sim *um* todo, *um* problema e *uma* teoria².

A plena compreensão do problema vê-se igualmente frustrada, mas de outra maneira, quando se reconhece sem dúvida a sua unidade, mas se omitem ou subestimam aspectos particulares. Também aqui pecou não raro a ciência económica. - Como se sabe, RICARDO designou como missão da economia política «determinar as leis que regem a repartição». Sem dúvida que não se deve - contrariamente ao que é hábito - dar grande peso a esta frase de RICARDO. Pois o próprio RICARDO fez mais do que isso. Ele ocupou-se exaustivamente com a questão da direcção da produção ao procurar mostrar que ela resultava da oscilação dos preços de mercado em torno dos custos de produção. Também a questão da escolha das técnicas - a nossa quarta questão - foi por ele tratada, ainda que de uma forma limitada, na discussão do chamado problema das máquinas, assim como o ordenamento espacial da economia no capítulo sobre o comércio internacional. Porém as duas últimas e importantes questões e o seu estudo aparecem em RICARDO como questões independentes e não são apreendidas como componentes do problema global. E sobretudo a questão da estrutura temporal da produção não foi levantada, mas apenas aflorada à margem. Esta omissão custou caro ao sistema ricardiano. Mais tarde RICARDO teve de admitir que na direcção do processo económico o factor tempo tem uma influência significativa, que contudo não encontra expressão suficiente na sua teoria.

Na teoria moderna a falta de um tratamento completo do problema é ainda mais frequente. Os teóricos modernos não vêem frequentemente o processo económico na sua distribuição espacial e a questão da escolha das técnicas é amiúde vista como uma questão à parte. Sobretudo, a nossa terceira questão - a questão da estrutura temporal da produção - é mais uma vez minimizada, ou nem sequer é colocada, por numerosos economistas. Pensadores influentes, como WALRAS e PARETO, consideraram correcto, em muitos casos, não entrar em linha de conta com o tempo. Eles partem, nos seus siste-

mas, da ficção que os trabalhadores e os fornecedores de matérias-primas consomem simultaneamente os bens de consumo fabricados graças aos seus serviços. É evidente que esta hipótese é totalmente irrealista e exclui as questões do investimento e da poupança. - Do sistema walrassiano disse alguém espirituoso que se parecia com um palácio que não tivesse nada a ver com a questão da habitação. Exacto. Mas porquê exacto? Essencialmente porque o construtor não estava ciente do facto que todos os planos e actos económicos devem ser sempre vistos na sua sequência temporal e que o quotidiano económico sem a apreensão da sua organização temporal é ininteligível. Não como se este aspecto temporal pudesse ser tratado ulteriormente e em separado; o problema fundamental na sua globalidade não pode ser resolvido sem ele. A maioria dos operários, por exemplo, recebe como salário, não produtos criados em simultâneo com a sua actividade, mas sim produtos cujo fabrico foi encetado muito antes. O montante do seu rendimento salarial é pois essencialmente determinado por este facto. Por conseguinte, a explicação da formação dos salários e toda a teoria da repartição assim como a análise de qualquer outra questão pecam por insuficiência sempre que não se tome em conta o escalonamento temporal do processo económico. A subestimação ou a completa negligência do factor tempo contribuíram significativamente para que uma parte considerável da análise teórica moderna se tenha alheado da realidade económica.

Para dar conta da economia concreta, as questões devem ter por objecto as coisas e não as palavras, e tratar o problema na sua unidade e na sua totalidade⁵.

II. Experiência quotidiana

Do quotidiano económico não surge só este primeiro problema fundamental da economia política. No mesmo quoti-

diano económico encontra-se também uma imensa confusão de opiniões e ideologias relacionadas com as questões económicas. O quotidiano económico, no qual todos os indivíduos se inserem, proporciona então, por um lado, o impulso para uma *questão* pertinente que exige imperiosamente resposta, e, por outro, um enorme *obstáculo* que dificulta ou impede uma resposta realmente adequada.

1. Como todos os indivíduos estão na vida económica, também todos os indivíduos formam uma opinião sobre aquelas questões económicas que os afectam de maneira imediata: o padeiro, sobre os preços do pão e da farinha, sobre a sua corporação e sobre os salários dos seus empregados; o industrial, sobre a política tarifária dos caminhos de ferro, sobre os direitos alfandegários, sobre os preços e condições comerciais dos cartéis a quem compra mercadorias; o operário, sobre as rendas e os outros preços que ele tem de pagar e sobre o salário que recebe. Não que toda a gente reflecta sobre as questões da formação dos preços e dos salários. Na maioria dos casos limita-se a repetir o que se diz à sua roda. «Poucas pessoas pensam, mas todas querem ter opiniões.» (BERKELEY).

Tais opiniões não se limitam de modo algum àquilo que afecta o indivíduo de modo imediato. Ele estende o seu campo de acção e pronuncia-se também sobre articulações de ordem superior e factos de natureza económica global - em função precisamente do seu interesse pessoal. O industrial cujas matérias-primas sofrem um aumento de preço devido a um cartel, não pertencendo ele próprio a nenhum cartel, é contra os cartéis em geral; inversamente para o industrial cartelizado. O funcionário que beneficia com um aumento geral dos vencimentos dificilmente poderá pronunciar-se de outra maneira que não seja favoravelmente sobre as consequências de um tal aumento dos gastos públicos. E o artesão que está em risco de sucumbir à concorrência das grandes empresas

mecanizadas considera a introdução de novas máquinas perniciosas para a economia nacional e está pronto a aceitar todo o raciocínio que lhe pareça demonstrá-lo.

Não que o indivíduo aprecie sempre correctamente onde está o seu próprio interesse. Frequentemente não é o caso. Por exemplo, a maioria dos retalhistas congratulou-se inicialmente com a introdução dos artigos de marca a preço de venda fixo porque acreditavam que isso tornaria a sua situação mais segura. Só mais tarde é que muitos se aperceberam que esta medida tendia a minar a posição do comerciante independente. Da mesma maneira, muitos empresários alemães, em 1922 e 1923, reclamaram, aprovaram e apoiaram uma política de crédito liberal por parte do *Reichsbank* não tomando em consideração que a inflação também lhes causaria a eles um pesado prejuízo. Seja como for: a opinião de cada actor da economia sobre as articulações económicas forma-se a partir dos seus interesses reais ou supostos. Como diz SCHOPENHAUER, «o nosso interesse, qualquer que seja a sua natureza, exerce uma força oculta sobre os nossos juízos; o que lhes é conforme, parece-nos a breve trecho equitativo, justo e razoável; o que se lhe opõe apresenta-se-nos, sem sombra de dúvida, injusto e execrável ou inoportuno e absurdo. Assim, o nosso intelecto é diariamente iludido e corrompido pelos passes de prestidigitador da nossa inclinação.» - No que se refere às suas próprias circunstâncias económicas, muitas pessoas são perfeitos conhecedores. Não estão porém em condições de emitir um juízo seguro sobre as articulações gerais em que se inserem. Todas, mesmo o dirigente de um dos grandes *konzerns* de hoje, vêem as coisas do ponto de vista dos seus interesses particulares e, de resto, só abarcam uma pequena parte do todo articulado gigantesco que constitui a economia nacional.

2. Ao lado das *opiniões* dispersas dos indivíduos, intervem no quotidiano económico e na política económica as

ideologias de grupos constituídos. Elas surgem onde quer que se formem grupos de poder económico e constituem na luta económica - muito mais do que as opiniões multiformes dos indivíduos - armas criadas metodicamente.

Nem todas essas ideologias apresentam um carácter puramente económico. Frequentemente utilizam-se ideias religiosas, filosóficas ou políticas como ideologias de interesses económicos. A ideia filosófico-religiosa de cidadania do mundo foi utilizada por interesses ligados ao livre-câmbio, a ideia nacional por interesses proteccionistas e a ideia arcaico-germânica das corporações serviu como ideologia moderna aos cartéis. Não se encontra praticamente na história uma ideia religiosa ou política que não tenha servido de ideologia a interesses económicos, não só na era do chamado «capitalismo», mas em toda a parte e em todas as épocas. - Da mesma maneira que nos combates económicos do séc. XX, nas lutas entre grandes mercadores e artesãos nas cidades medievais dos séc. XIII, XIV e XV foram elaboradas por ambas as partes, com base nas ideias religiosas e políticas da época, ideologias de interesses. Estas ideologias tanto podem servir para encobrir os verdadeiros motivos das reivindicações particulares como para lhes conferir maior impacto. Em meados do séc. XVIII, era opinião corrente em Inglaterra que preços elevados das subsistências e salários baixos eram desejáveis do ponto de vista económico. Um economista - FOSTER - criticou num livro esta maneira de ver, observando: «É uma doutrina de que a cupidez avidamente se apoderou e desenvolveu para os seus próprios fins. Não há nada que os indivíduos creiam com mais facilidade do que uma mentira que lhes traz benefícios.»

Os grupos de poder ganham em peso e influência pelo facto de haver intelectuais que se colocam à sua disposição e elaboram ideologias. A história das ideias está cheia de tentativas de consolidação ideológica do poder ou de apoio em caso de ataque. «De quem me dá o pão, canto os louvores». Quantas vezes, no passado e no presente, se têm por

exemplo os *teólogos* das várias religiões empenhado em pôr ao serviço das camadas dominantes a enorme força, historicamente fundamental, da religião. Também os *historiadores* servem com frequência – consciente ou inconscientemente – os interesses dos grupos que detêm ou lutam pelo poder. Quanta sagacidade *jurídica* não foi, no decurso da história, mobilizada para demonstrar a conformidade das pretensões de grupos de poder com as leis em vigor ou pelo menos com o sentido da justiça. Pense-se por exemplo nos escritos de PEUTINGER, o conselheiro jurídico da alta finança de Augsburg no começo do séc. XVI, que habilmente e com êxito interveio, também literariamente, na luta travada à volta do tratamento legislativo dos monopólios. Seria tão aliciante quanto necessário escrever uma história das ideologias de interesses desde as ideologias dos monopólios daquela época até às ideologias dos cartéis contemporâneas. Descobrir-se-ia que estas ideologias se adaptam à situação geral – intelectual, cultural e política –, que na época do direito natural invocam o direito natural, na época da liberdade de empresa, a liberdade dos indivíduos de concluírem convenções de cartelização, e que na época da socialização alegam que os cartéis e outras formas monopolistas são precursores do socialismo. A demonstração resume-se sempre a provar a coincidência dos interesses de grupo com o interesse geral. A influência destas ideologias – especialmente na jurisprudência e na prática administrativa – é frequentemente significativa.

Por vezes, teorias científicas transformam-se em ideologias de interesses particulares. Assim, por exemplo, a teoria do direito natural nas mãos dos príncipes, como instrumento na luta contra os estados durante os séc. XVII e XVIII. Ou a teoria do comércio internacional como arma dos interesses ligados ao livre-câmbio no séc. XIX. Em todas as depressões severas, aparecem homens de letras ou representantes de determinados interesses a propagar a velha asserção – há

muito cientificamente ultrapassada - de que, no mundo ou num dado país, se produz globalmente demasiado, com vista a criar uma atmosfera favorável à limitação planificada da produção. Ou inversamente: ideologias de interesses são adoptadas pela ciência. Assim, por exemplo, a teoria da balança de pagamentos adoptada por numerosos economistas alemães durante a ruína do marco após 1919. Na altura não se aperceberam que a explicação da depreciação do marco por um déficit da balança de pagamentos partiu de círculos empresariais interessados em crédito barato e abundante e, por consequência, dados os seus próprios interesses, com um preconceito desfavorável à aceitação da explicação correcta: a inflação. As especulações românticas e místicas encontram-se não raro paredes meias com interesses bem concretos de grupos de poder. A veneração romanesca de ADAM MÜLLER pelas formas económicas tradicionais, por exemplo, encontrou-se com os influentes interesses dos latifundiários, na época da reforma de STEIN e HARDENBERG, e serviu-os. A especulação filosófica e as ideologias de interesse vivem frequentemente paredes juntas. As ideologias etéreas dos homens de letras fornecem pelo menos um manto de nevoeiro ao abrigo do qual podem prosperar as ideologias e as pretensões dos grupos de interesses económicos.

Quem lança o primeiro olhar escrutador às lutas pelo poder económico - e a realidade económica é atravessada por lutas pelo poder - costuma indignar-se ao encontrar por detrás das opiniões e ideologias interesses bem reais. Dever-se-ia contudo distinguir entre as opiniões individuais dos actores económicos - de valor nos seus respectivos campos - e as ideologias dos grupos constituídos. E, mais importante do que todas as indignações, é descobrir tranquilamente os interesses por detrás da experiência quotidiana e reflectir sobre uma maneira de sair deste mundo de ilusões e preconceitos.

3. Não se trata de exprimir aqui uma visão pessimista do mundo. Trata-se sim de sublinhar um facto cuja importância não se pode sobrestimar. - Como produzir conhecimento científico da realidade económica apesar de o mundo estar cheio de opiniões e ideologias determinadas por interesses reais? Ou será o intelecto, pelo menos no campo económico, sempre um simples instrumento da vontade? Pode a economia política escapar desta situação? Ou manter-se-á sempre na esfera das opiniões e ideologias determinadas por interesses económicos? *Como* pode ela sair desta situação? - Desde os gregos que toda a ciência experimental genuína e toda a epistemologia consideram como missão principal da ciência progredir do discurso quotidiano para a verdade científica. Será ela realizável no nosso caso, e de que maneira? Como é que o economista científico pode ele próprio libertar-se da forte influência dos seus próprios interesses?

Dito isto, a experiência quotidiana, ainda que determinada por interesses, não é de modo algum inválida *necessariamente*. Ela pode estar correcta ou pode estar incorrecta. Para decidir num ou noutro sentido há que encontrar um critério rigoroso e um método científico. Os operários por exemplo pensam frequentemente que a subida dos salários aumenta o poder de compra da população dando assim um impulso à procura e à recuperação da economia. Os empresários inversamente vêem o aumento dos custos associado à subida dos salários, contam com uma diminuição das receitas e despedimentos, portanto uma deterioração da situação económica. Quem tem neste caso concreto razão? Ou então: em que medida está uma ou outra opinião correcta? A isto tem a *ciência* de responder. A ideia corrente de que a verdade se deve encontrar algures entre os dois extremos é desprovida de fundamento. Porque havia ela de estar exactamente a meia distância entre as concepções dos sindicatos e das organizações patronais? A solução dos problemas que cabem à economia política não lhe foi assim tão facilitada.

Muitos economistas não se aperceberam da missão de importância decisiva que lhes incumbe perante a experiência quotidiana. Também na literatura metodológica ela é regularmente omitida ou apenas aflorada, sem que fique clara a sua importância fundamental. Frequentemente, as ideologias de interesses não são reconhecidas como tais, assim como não o são as enormes concentrações de poder em acção por detrás das mesmas. Aqui se revela, de maneira particularmente funesta, a sua falta de contacto com a realidade. Pois as ideologias de interesses são tanto mais fortes quanto menos forem reconhecidas como tais. Ou então, ouviu-se de facto falar dos pontos de vista dos grupos de interesses, crê-se descobrir aqui e ali vestígios deles, não se nota contudo que eles estão omnipresentes e que também o próprio economista corre permanentemente perigo de ficar prisioneiro deles. Quando porém a ciência e as ideologias de interesses se confundem, a ciência perde o seu valor e a influência das ideologias de interesses sai reforçada. Ou, enfim, a exemplo de MARX e da moderna filosofia existencialista, consideram-se as ideias como um simples reflexo das condições de existência. Nesse caso reconhece-se é certo que as opiniões e ideologias são determinadas pela situação e pelo poder. Mas, à questão decisiva de saber se se pode escapar a esta determinação responde-se sumariamente pela negativa. Se isso fosse exacto, a economia política - como qualquer outra ciência - não teria direito à existência. Ela conteria mais algumas opiniões e ideologias de interesses, das quais verdadeiramente já há que chegue. Como é que se podem então explicar as articulações do quotidiano económico concreto fielmente e em ruptura com os pontos de vista subjectivos, determinados por interesses?¹.

SEGUNDO CAPÍTULO

A dualidade do problema: a grande antinomia

I. O problema enquanto problema histórico individual

1. A intuição imediata dos factos que actualmente - neste momento - nos rodeiam levou-nos a levantar o primeiro problema fundamental da economia política. A visão do fogão, tal como ele é *hoje*, o rendimento do operário *neste* mês, a compra de pão e carne *hoje* levam-nos à questão das articulações do quotidiano económico. - Assim porém que deixamos os nossos pensamentos recuar uns anos ou decénios, notamos que então o nosso quotidiano económico e o quotidiano económico do que nos rodeava tinham outro aspecto e desenrolavam-se diferentemente. Simultaneamente, sabemos, por ter viajado, que ele é, noutras partes do país e noutros países, diferente e multiforme. Perto do centro da indústria automóvel americana, Detroit, HENRY FORD mandou edificar uma aldeia americana tal como ela era em meados do séc. XIX. De todos os pontos do país vieram edifícios e oficinas. Reconstruiu-se a igreja, a escola, os paços do concelho, a oficina de ferreiro, o moinho de vento, a padaria, e o transporte é assegurado por uma diligência. Que diferença entre o desenrolar do quotidiano económico, outrora, num ambiente social, político, intelectual e técnico totalmente diferente, e hoje, na vizinha cidade de Detroit. No Tibete contemporâneo ele é diferente do da Polónia, com costumes e mentalidades total-

mente diferentes; no Leste dos Estados Unidos diferente do do centro do Brasil.

Estas primeiras impressões resultantes da experiência são confirmadas pelo estudo científico mais aprofundado. Por exemplo, as profundas transformações político-sociais do começo do séc. XIX na Prússia, a libertação dos servos da gleba que permitiu ao camponês escolher o seu lugar de residência, lhe deu a plena propriedade, com supressão das corveias, de certas prestações e do trabalho obrigatório de remuneração reduzida, alteraram totalmente o quotidiano económico, do camponês como do senhor feudal. O processo económico numa aldeia alemã meridional do séc. XII só se pode compreender no quadro da estrutura político-social do país no centro da qual estava o feudalismo. O quotidiano económico sempre dependeu e depende da natureza da terra, da raça dos seus habitantes, da sua instrução, das tradições, das convicções dos indivíduos, das instituições, da estrutura política do Estado, da região ou da cidade, no fim de contas, das circunstâncias históricas.

Mais: o quotidiano económico é *ele próprio* história. A historiografia tradicional, a história «monumental» tem uma maneira de acentuar particular. Selecciona dos acontecimentos o que lhe parece grandioso e significativo: acontecimentos políticos salientes, personalidades marcantes do Estado, da igreja e da cultura, e os respectivos feitos, instituições importantes, formação e ruína dos Estados e civilizações. – O historiador só vê em regra geral as páginas bem iluminadas do processo histórico. Raramente toma em consideração o quotidiano económico cinzento da massa da população. Mas este quotidiano económico também pertence à realidade histórica. Exactamente como ele se desenrolou ou como ele se desenrola hoje, na Alemanha, na Inglaterra ou onde quer que seja, em centenas de milhar e milhões de explorações agrícolas, empresas artesanais, fábricas, agregados familiares, dia após dia, aparentemente desprovido de interesse. *Toda* a actividade

humana é história. O trabalho do mineiro M. como o trabalho do retalhista R. Também o quotidiano do leitor destas linhas pertence à história deste ano e por conseguinte à história. Se, mais tarde, a historiografia dará ou não conhecimento disso, não sabemos. Mas isso não é decisivo. Este lado, anónimo, quotidiano, da história é para a maior parte dos indivíduos que o viveram, o essencial. A sua vida é uma parte desta história. - *Quão* importante ela é - mesmo como história monumental - é o que se pode ver com particular clareza em várias épocas e momentos históricos. A queda do império romano, por exemplo, está directamente ligada à decadência económica que se verificou nos últimos séculos da sua existência. Aqui, a gradual alteração do quotidiano económico da grande massa da população fez-se sentir com uma violência propriamente monumental. E ninguém pode compreender a história da política interna e externa do terceiro e quarto decénios do séc. XX sem ter compreendido a crise económica mundial de 1929-1933, isto é: a rápida alteração do quotidiano económico de largas fracções da humanidade. Mas, mesmo abstraindo de tais situações históricas, a história é *sempre*, de certa maneira, história do quotidiano económico. Mesmo nas épocas em que sobressaem acontecimentos políticos de grande dimensão, como na Inglaterra de CROMWELL ou na Europa do tempo de NAPOLEÃO. E sempre - em tais épocas também - ele é importante para os que o vivem⁵.

2. Se, porém, o quotidiano económico é um trecho do todo histórico, então a questão das suas articulações deve ser apreendida como tal, ou seja, como uma questão *histórica*. A actuação económica tem de ser entendida no quadro da correspondente situação histórica: a dos espartanos, no quadro do Estado espartano; a dos ingleses do séc. XVII, na situação do séc. XVII; e a de hoje, na época de hoje.

Umás páginas atrás, perguntávamos porque é que num campo se cultivava tabaco, num segundo, trigo e num terceiro,

beterraba sacarina. Esta questão, na Alemanha de 1941, tendo em consideração a alteração completa das condições da agricultura, não era a mesma que em 1925 ou 1913, nem a mesma que na Rússia ou na Inglaterra contemporâneas ou nos Estados Unidos. E, neste último país, a questão não era a mesma em 1939, após a promulgação da nova legislação agrária, e em 1937, quando a nova atribuição das superfícies cultiváveis aos agricultores individualmente ainda não tinha sido realizada. - O mesmo se passa com a questão da formação dos rendimentos. Como é que se explica o rendimento deste contramestre atingir 400 marcos? E porque é que isso lhe permite exercer um determinado poder de compra? Na Alemanha de 1939, com a sua política salarial e a sua política monetária particulares, a resposta era totalmente diferente da que conviria na Alemanha de 1929 ou 1870, e ainda diferente da resposta à questão correspondente no caso de um contramestre inglês, americano ou francês. Se os salários são fixados pelo Estado ou não, se há sindicatos ou não, se existem organizações patronais ou não, que poder exercem os sindicatos ou as organizações patronais, são aspectos cruciais para a resposta à questão. Durante longos períodos da história da humanidade, porém, a formação do rendimento do trabalhador era determinada pela relação de escravatura ou de servidão. De novo, nos encontramos perante circunstâncias diferentes. - Também a estrutura temporal da produção depende da correspondente situação histórica. Quando em 1939 se poupavam 1.000 marcos, o efeito era totalmente diferente do produzido em 1890 ou 1840, quando a organização monetária e bancária diferia muito da actual. O contraste é ainda maior com épocas mais recuadas ou com outras civilizações: com o romano que poupava comprando um escravo, o felá do séc. XIX que enterrava ouro ou o indiano que adquiria jóias para poupar. - Finalmente, também a escolha das técnicas e a escolha da localização são historicamente determinadas. Na maior parte dos Estados actuais são os pontos de vista político-militares,

que as autoridades centrais fazem valer, que são decisivos na determinação das localizações industriais. Quarenta anos atrás, estas considerações não tinham qualquer papel nos planos dos diferentes empresários que tomavam por si sós as decisões em matéria de localização. Juntamente com a história na sua globalidade também a escolha da localização se alterou.

Podem dar-se ao primeiro problema fundamental as voltas que se quiserem: os factos concretos obrigam sempre a considerá-lo como um problema histórico. Logo, deveria ser tratado da maneira como os historiadores tratam outros problemas históricos: tendo em vista a respectiva situação histórica na sua globalidade. Não separado do seu contexto histórico, mas como componente do processo histórico na sua totalidade.

II. O problema enquanto problema teórico geral

1. A realidade económica, que obriga a ciência a abordar o primeiro problema fundamental como problema histórico, obriga-a também a seguir simultaneamente uma direcção completamente diferente.

A existência económica de cada um depende da actividade de muitos, por vezes de um número incalculável de outros indivíduos. Inversamente, a sua acção faz-se sentir na existência económica de um número extremamente grande de indivíduos. Sobre isso já falámos em pormenor. A compreensão da realidade económica passa pela compreensão deste todo económico e da sua articulação geral.

A existência económica de *cada* alemão é hoje apenas um componente da articulação geral das actividades económicas de *todos* os alemães e das suas relações com outros países.

O conhecimento deste todo nas suas articulações não está porém ao alcance da intuição imediata da realidade

económica actual. Qualquer que seja o ângulo de abordagem do primeiro problema fundamental a simples intuição dos factos históricos concretos falha.

Perguntávamos há instantes porque é que um contra-mestre ganhava 400 marcos por mês e porque é que ele podia com esse salário comprar uma determinada quantidade de bens. Vimos que a resposta a essa pergunta era na Alemanha de 1939 diferente da de 1925 e ainda diferente e multiforme noutras ordens sociais e económicas, que ela devia portanto ser entendida, na respectiva situação histórica global, como uma questão histórica. Mas, se tentamos responder-lhe com base na *simples* intuição da economia concreta, histórica, por exemplo da economia alemã de 1939 ou 1925, temos de constatar o nosso fracasso. Ainda que não nos ocupemos da forma como se chegou ao salário monetário, somos mesmo assim incapazes de, com base na intuição, explicar porque é que em 1939 ou 1925 os preços das dezenas de artigos adquiridos se situavam a determinado nível, ou seja, porque é que o contra-mestre recebeu uma determinada corrente de bens. Podemos é certo constatar, pela observação, que ele teve de pagar determinados preços pelo pão, carne e todos os outros artigos, mas nós precisamos de saber porquê. E ali entrávamos num labirinto se quiséssemos remontar até à origem do processo de formação de um só preço concreto, do carvão por exemplo, e responder assim à questão com base na intuição imediata. Verificar-se-ia que este preço do carvão está relacionado com o preço dos materiais, os salários, os fretes e um número incalculável de outros preços. Daí surgiriam dezenas de novas questões e encontrar-nos-íamos a breve trecho num tal emaranhado de relações que toda a visão de conjunto se perdia. - *Ou*: como é que se explica que um crédito hipotecário de 10.000 marcos me tenha rendido no ano passado 500 marcos de juros e que, com estes 500 marcos, eu tenha podido comprar uma determinada quantidade de bens? De onde vem a corrente de bens que recebo ano após ano como

titular dos juros? O que é que determina a sua magnitude? Se nos vamos fiar na intuição imediata, eis que ela nos leva ao meu devedor, um agricultor, e de lá talvez aos seus clientes e fornecedores. Ali, perdemo-nos na massa dos factos concretos e temos de renunciar à resposta. - *Ou* então: que efeito tem a introdução desta nova máquina de fiar sobre a situação dos operários? É certo que, pela observação, se pode constatar que o seu emprego nas fábricas A, B, C, etc. levou ao despedimento de um determinado número de operários têxteis e a um determinado aumento da produção de fiados. Apenas porém colocamos a questão fundamental - porque é que os operários despedidos reencontraram emprego, se isso está relacionado com a introdução da nova máquina de fiar ou se foi por efeito de uma outra força, talvez uma boa colheita - logo a intuição imediata falha de novo. Também não é possível, *desta maneira*, detectar os efeitos da nova máquina sobre o abastecimento dos consumidores, sobre as construções mecânicas e sobre os produtores de algodão. Em qualquer economia real há tantas forças simultaneamente em acção que não é fácil detectar os efeitos de *uma* delas em particular. Perde-se rapidamente o seu rasto. - *Ou*, finalmente, visto noutra perspectiva: na experiência quotidiana temos uma justaposição de factos concretos. Por exemplo, em 1931, na Alemanha: desemprego crescente, feriados bancários, queda de numerosos preços, forte contracção das importações, menor contracção das exportações, elevação das taxas de juro, rescisão de numerosos créditos externos, etc. Qual a relação entre estes factos? Produziram-se simultaneamente por acaso? Provavelmente, não. Qual é porém a sua relação? Pela simples observação dos factos, por exemplo no mercado de trabalho ou no mercado monetário, não se pode responder a esta questão decisiva, de cuja solução depende inteiramente a compreensão do processo económico daquela época.

De onde se segue que o processo económico efectivo, tal como ele teve ou tem lugar na Inglaterra ou na Alemanha de

1939 ou 1870, ou em qualquer outro lugar ou época, *não se pode apreender da mesma maneira que os outros factos históricos*. A acção de um estadista, o desenrolar das guerras, as conversações diplomáticas e as reformas internas são acessíveis à intuição inteligente do historiador. Ele viveu ele próprio os acontecimentos, ou ouve as declarações de testemunhas oculares, ou consulta outras fontes e pode assim constituir um quadro dos acontecimentos e da sua articulação. A realidade económica não se pode contudo apreender desta maneira. Mesmo quando se trata da realidade que o economista viveu ele próprio. Face a este problema fundamental da economia política, os métodos históricos usuais têm de falhar inevitavelmente.

E *falbaram* de facto como o demonstra a história da economia política, em particular da chamada escola histórica.

2. Face a este estado de coisas só há *uma* saída: temos de procurar decompor os factos concretos complexos nos seus elementos constituintes, isto é, de os analisar. Assim, poderemos talvez construir modelos mentais e tentar, no quadro de tais modelos, através da variação de *uma* das forças, encontrar a articulação que procuramos e que a intuição imediata não nos revela. Poderíamos, por meio do modelo mental de uma economia de troca, estudar por exemplo o conjunto das alterações induzidas pela introdução de uma nova máquina, na suposição, bem entendido, que tudo o resto se mantinha. Ou averiguar de onde provém efectivamente o juro e qual é o efeito final de uma variação das necessidades. Eventualmente, poder-se-iam então definir também os «dados» que determinam, *em geral*, a direcção da produção, a sua estrutura temporal, a repartição, a escolha da técnica e a distribuição espacial dos processos económicos. – Se isso é realmente realizável, não sabemos. Teremos de nos pronunciar a esse respeito mais tarde.

Neste ponto só podemos constatar o seguinte: visto a realidade económica e as suas articulações se furtarem à

apreensão imediata pela intuição histórica, tem de se mobilizar, para a sua compreensão, a força do pensamento, o que só é possível colocando questões *gerais*. Ao abordar o primeiro problema fundamental sob uma forma geral, submetemo-lo à análise teórica, e eventualmente conseguimos assim elaborar enunciados de validade universal sobre relações condicionais necessárias, ou seja, proposições teóricas, que permitem ulteriormente a compreensão de articulações concretas. A análise teórica mais não é pois que o total empenhamento do pensamento. Que o pensamento, contudo, permite ao homem descobrir a articulação das coisas, também o sabe o indivíduo pré-científico que, para o mesmo fim, se serve do pensamento, em permanência, mas sem sistema. Através do pensamento científico-teórico, o homem adquire a capacidade de, como diz LOTZE, «converter o encontro em afinidade». Isso confere-lhe o poder de emitir juízos de validade geral, verdadeiros e superiores ao discurso quotidiano. Deve-se pois procurar abordar o primeiro problema fundamental como um problema teórico geral.

E isto logo à *partida*. A problemática teórica não se situa no fim da ciência e as proposições teóricas que procuramos não devem representar a «quinta-essência da experiência». Convém desde já prevenir contra este equívoco muito comum. A verdadeira fonte da problemática e do pensamento teóricos é outra, completamente diferente: nós estamos perante a obrigação de dar conta da realidade nas suas articulações. Não podemos ter porém qualquer esperança de atingir o objectivo se não abordarmos o problema sob uma forma geral de modo a submetê-lo à análise teórica. Não são o doutrinarmos nem o gosto pela especulação que nos conduzem a problemáticas teóricas, gerais, mas sim os esforços para chegar à experiência científica. Se a «experiência científica» - e não simplesmente a «experiência quotidiana», de natureza totalmente diferente e insuficiente - é de facto possível neste domínio, então apenas no caso de a abordagem

teórica, geral, se revelar viável. - Com isto porém chegamos à grande antinomia⁶.

III. A grande antinomia

A primeira exigência que se *deve* apresentar à economia política é a de penetrar na realidade. Ora, não é certo que a exigência - por justificada e necessária que seja - *possa* ser satisfeita. Com razão, vê o economista os acontecimentos económicos quotidianos como parte integrante da situação histórica, individual; se não o fizesse perdia o contacto com a realidade. Com razão vê porém neles também um problema teórico, geral; caso contrário, a realidade, na sua articulação, escapava-lhe. Como é que ele há de conjugar as duas coisas? Só uma ou só a outra não lhe permitem dar conta da realidade.

Se ele aborda por exemplo a questão da direcção da produção como questão puramente histórica, perguntando porque é que na Inglaterra contemporânea a terra e os operários estão repartidos de uma certa maneira entre os diferentes empregos, e procura responder à questão com base na observação imediata, encontrará muitos factos isolados, mas nenhuma articulação. Não logra penetrar mentalmente na realidade. Vê um caos de pormenores - empresas isoladas, campos isolados, decisões isoladas - sem ver contudo a verdadeira realidade que é um todo articulado. Se, alternativamente, ele coloca a questão da direcção da produção como questão teórica, geral, separa o problema do seu contexto histórico. Já não vê a Inglaterra ou a Alemanha contemporâneas ou um determinado terreno, mas modelos mentais. Eventualmente encontrará articulações abstractas, mas, de maneira diferente, a realidade também lhe escapa. É que ele já não vê nada da multiplicidade das formas históricas concretas e dos factos concretos. A ciência económica encontra-se

aquí perante a sua grande «antinomia». Sem a sua superação não há conhecimento do processo económico.

As significativas e rápidas transformações políticas dos últimos decénios puseram em evidência de maneira impressionante o carácter histórico, individual, dos factos económicos. O passo a que nos vários países se introduzem alterações nas instituições, na organização dos mercados, na organização do trabalho, na moeda, etc. acelerou-se extraordinariamente. Isso precipitou também as alterações do quotidiano económico. Num mundo em tão rápida transformação todas as questões gerais e todo o trabalho teórico parecem perder o sentido. Perante as profundas mudanças que se verificaram no funcionamento da economia, um teórico contemporâneo considera que «se entrou no crepúsculo da teoria económica». Se assim fosse, isso equivaleria a dizer: renunciái ao conhecimento científico do processo económico. Pois, sem problemática teórica, geral, – da mesma maneira que sem uma abordagem e um tratamento histórico, individual, – não há, em relação a este problema, experiência científica.

A natureza físico-química tem, segundo uma formulação muito expressiva, um «*estilo geral invariante*». A uniformidade das reacções químicas ou o movimento uniforme dos corpos ou ainda o crescimento uniforme das plantas tornam possível uma problemática teórica orientada para a formulação de leis físicas, químicas e biológicas de validade geral. Um «estilo geral invariante», *do* género do existente na Natureza, não se encontra no mundo da economia. Falta-lhe a manifesta uniformidade dos acontecimentos naturais. Ele apresenta um enorme polimorfismo e revela-se historicamente multiforme. Na Alemanha em 1300, 1800 ou 1946, na Itália cerca de 200, na América do Sul à volta de 1500 ou no Egipto de há 5.000 anos, as reacções físicas e químicas tinham lugar da mesma maneira; mas não se fazia economia da mesma forma em todos estes casos. Havia e há *uma* ordem natural; mas existem ordens económicas variáveis e diversas. A economia

parece ter um «estilo geral variante». Parece faltar-lhe toda e qualquer uniformidade. Como é que se deve então abordar, de forma teórica, este problema fundamental, que é indispensável para entender a realidade?»

Na economia política ecoa frequentemente o grito «Vamos ao objecto, às coisas! Abaixo o poder absoluto do verbo!». Certamente. Mas não basta exigí-lo. O essencial é pô-lo em prática. Senão, a exigência não passa de... uma palavra. Se se procura contudo realizá-lo, tropeça-se imediatamente com a grande antinomia, sem cuja superação a apreensão da realidade económica falha necessariamente. Todo o trabalho sobre o objecto deve pois ter em vista superá-la. - Não menos frequentemente se ouve o apelo à cooperação, na economia política, entre os historiadores e os teóricos. Nada seria mais nocivo que uma disputa entre eles. Mais uma vez: sem dúvida. Nesta exigência transparece talvez a sensação de que a grande antinomia existe e exprime-se possivelmente o desejo de a ultrapassar. Mas também isto não é de modo algum suficiente. Antes há que reconhecer claramente a magnitude da tarefa em toda a sua extensão, e é ainda necessário dominá-la completamente. Um compromisso superficial entre a análise teórica e a investigação histórica ou reflexões puramente teóricas sobre a sua cooperação são inúteis. A tensão que esta antinomia encerra tem de ser compreendida em toda a sua acuidade. O carácter histórico do problema requer *intuição, sensibilidade, síntese, inteligência, percepção das vidas individuais*; enquanto que o seu carácter teórico, geral exige *pensamento racional, análise, trabalho com modelos mentais*. Aqui vida, ali razão. Como é que se deve levá-los ambos - intuição concreta e pensamento teórico - a uma cooperação efectiva? Como é que se pode apreender o problema na sua diversidade histórica, individual e na sua permanente mudança, e, não obstante, pela elevação até ao geral, submetê-lo ao estudo teórico?

*

Com tudo isto, caracterizou-se o primeiro, mas não o único, problema fundamental da economia política. Dia após dia, os indivíduos são com ele confrontados, mas não o conseguem dominar com base na experiência quotidiana. Quando a ciência contudo tenta libertar-se da confusão da experiência quotidiana surpreende-a um destino singular. Por urgente que seja a solução deste problema, que cada um com razão lhe exige, logo na própria definição do mesmo surgem as maiores dificuldades. Além disso, nos últimos decénios, a antinomia faz-se sentir com ainda maior acuidade do que em épocas anteriores. O desenvolvimento histórico não trouxe só uma mudança mais rápida das instituições e, em consequência, uma maior saliência do carácter histórico, da versatilidade do problema. Ele conduziu também a que a estrutura da economia nacional se tornasse cada vez mais complexa, de modo que a indispensabilidade da análise se fez sentir cada vez mais.

O economista assemelha-se a um viajante que parte para uma viagem da qual espera um alargamento significativo do seu horizonte, mas que logo após os primeiros passos, cai num matagal que parece intransponível.

*

Segunda Parte

Crítica da economia política: um segundo problema fundamental

PRIMEIRO CAPÍTULO

Introdução

Logrou a economia política, combinando a intuição histórica com o pensamento teórico, apreender o processo económico na sua articulação geral e assim, superando a grande antinomia, chegar à experiência científica? Uma resposta completa à questão só seria possível no quadro de uma exposição crítica global da história da economia política, que não é nosso propósito fazer aqui. A nossa intenção é abordar só os pontos principais.

Para isso convém partir da *economia política clássica*. Como se sabe, o seu grande e reconhecido mérito consiste em ter descoberto a articulação geral dos fenómenos económicos e de ter desenvolvido em todos os seus aspectos o método da reflexão económica teórica. Mas os clássicos não viram ainda claramente a antinomia, e aqui reside justamente o seu ponto fraco.

Sem dúvida, seria absolutamente errado pretender que os clássicos não perceberam nada da história e que desconheciam o carácter histórico da actividade económica. Tal crítica só mostraria que o crítico não percebeu os clássicos. A maioria dos fisiocratas, assim como SMITH, HUME, MALTHUS, J. ST. MILL e muitos outros eram profundos conhecedores da história. A obra fundamental de SMITH sobre a «Riqueza das Nações» é de facto uma obra de história que proporciona ao leitor uma visão geral, etnográfica e histórica que vai da Inglaterra à China e à América do Sul. A velha fórmula

segundo a qual os clássicos percebiam de facto muito de teoria, mas nada de história, que teriam ignorado a diversidade das ordens políticas e económicas e que teriam por isso caído num «absolutismo» da resolução de problemas, não se torna mais exacto por ser constantemente repetido.

Tem de se olhar mais em profundidade para se perceber a relação dos clássicos com a história. Que os clássicos são um produto do iluminismo é o que se pode, também neste aspecto, facilmente constatar. Ora, o iluminismo dos séc. XVII e XVIII não ignorava de modo algum a história. Mas a sua problemática era diferente da do séc. XIX. Ele viu, sem dúvida, muito claramente as particularidades dos indivíduos e dos povos; mas a sua problemática não tinha por objecto final o indivíduo ou o povo em si, mas sim a ordem natural e a lei natural, gerais, conformes à vontade de Deus e à razão. É sabido que por exemplo MONTESQUIEU - que representa bem o espírito do séc. XVIII e teve além disso uma grande influência sobre ADAM SMITH - possuía um vastíssimo conhecimento dos diferentes Estados e povos desde a antiguidade até à idade moderna. Mas o estudo dos factos, Estados e povos, individualmente, não constituía para ele um objectivo em si. Ele pretendia, pelo estudo do particular, chegar a noções gerais sobre a vida dos Estados e dos povos e ao conhecimento das forças históricas actuantes de modo a lançar as bases para a construção de um Estado justo e racional. Nas ordens positivas, efectivas e no esforço intelectual para as entender, ele procurava encontrar a ordem política *apropriada*. Ele procurava assim - por um conhecimento universal dos factos e forças históricas - chegar a noções de validade e aplicabilidade gerais. «O comprazimento na riqueza dos séculos passados, a contemplação afectuosa do fenómeno único - este estado de espírito próprio do séc. XIX - teria sido para ele simples jogo ou divertimento intelectual.» (FRANZ SCHNABEL). - Semelhante era a atitude dos economistas clássicos perante a história. Muitos deles movem-se com inteligên-

cia e facilidade nesta disciplina. Mas o seu objectivo não era a representação da economia de um dado povo, numa determinada época, na sua especificidade; por exemplo a economia chinesa, tão admirada em meados do séc. XVIII. O que os clássicos pretendiam era antes encontrar nas particularidades da economia chinesa - como de qualquer outra economia - a estrutura apropriada e racional da economia em geral ou seja descobrir leis económicas universais e conhecer, de maneira geral, o comportamento económico dos indivíduos. Assim, a economia política clássica procurava na multiplicidade das ordens positivas a ordem natural *única*; e encontrou-a na concorrência. O historicismo do séc. XIX e começo do séc. XX, cujo olhar estava exclusivamente orientado para a representação das formas históricas *individuais*, foi naturalmente incapaz de compreender esta atitude perante a história. A sua crítica ignorou em geral a grandeza e o realismo da economia política clássica. Ele ignorou também o facto que os clássicos conheciam muito bem o mundo da economia concreta.

Ainda assim a economia clássica falhou. E não unicamente por o seu sistema teórico comportar erros. Ela falhou fundamentalmente por as suas soluções teóricas não corresponderem à multiplicidade da realidade histórica. Mesmo que se reconheça o seu esforço, ao estudar a multiplicidade das instituições económicas, no sentido de encontrar uma ordem racional ou natural, não se pode negar que este esforço não lhe permitiu dar conta da economia historicamente dada. - A sua força analítica orientou-se essencialmente para *um* caso, considerado natural: a ordem baseada na concorrência integral em todos os mercados. Ao lado deste caso, a análise por exemplo do monopólio tem um lugar subalterno. Porém, o caso da concorrência integral e geral nunca se realizou nem realiza na sua forma pura. Nem mesmo no tempo dos clássicos, no último terço do séc. XVIII e primeira metade do séc. XIX. Os críticos pertencentes ao

círculo da escola histórica afirmaram em múltiplas ocasiões que os clássicos só conheciam a *sua própria* época e que a sua teoria estaria eventualmente adequada a essa época. Tal crítica não toma em consideração a realidade histórica. Também no tempo dos clássicos, existiam nos países civilizados da Europa muitas corporações fechadas, monopólios legais e outros entraves, assim como entidades económicas com direcção centralizada, de modo que, já então, a realidade histórica concreta não era plenamente apreendida através do estudo da concorrência integral. Nós sabemos porque é que os clássicos não eram tão sensíveis a esta distância entre a teoria e a realidade histórica: justamente porque eles procuravam fundamentalmente descobrir a economia natural, racional e funcional. Porém, esta distância é objectivamente - na medida em que se trata da compreensão da realidade - insuportável.

A articulação do processo económico na América de 1941, com os seus fortes monopólios e a considerável influência de órgãos administrativos de direcção centralizada, tem de ser apreendida pela ciência económica da mesma maneira que a realidade económica quotidiana da Alemanha do princípio do séc. XX, a economia da guerra de 1914-1918 ou o quotidiano económico de um grande domínio senhorial da alta Idade Média. Ora, uma teoria que coloca no primeiro plano a formação do «preço natural» numa forma particular de mercado da economia mercantil - a da concorrência integral e geral - tem de falhar perante este género de factos históricos e formas económicas. Na medida em que os clássicos não deram o devido realce à multiplicidade das instituições nas suas análises teóricas e na medida em que, desta maneira, também não reconheceram o alcance da grande antinomia, criaram teorias que não podiam dar conta da realidade económica nas suas transformações históricas⁸.

Tornou-se pois necessário no séc. XIX partir de uma *nova base*. Isso resultou na maior parte dos casos - nem

sempre - do sentimento que a economia política clássica não dava suficientemente conta da realidade histórica e que era doutrinária. Contudo, as vias seguidas nesta tentativa de reconstrução da economia política seguiram direcções muito variadas, um facto particularmente nítido justamente na perspectiva em que nós aqui vemos o desenvolvimento da economia política. - A nós interessa-nos identificar tipos de abordagens aplicadas na própria investigação. Que um autor particular utilize esta ou aquela abordagem e seja por conseguinte de incluir neste ou naquele tipo não será aqui considerado.

1. Reflexão significava, para muitos economistas do séc. XIX e do começo do séc. XX, reflexão sobre o *conteúdo dos conceitos*. O que é a economia? O que é o «princípio económico»? Ou, ainda mais fundamental: o que é a sociedade? A questão dos conceitos torna-se - como já foi visto - o ponto de partida; isto com o objectivo de aprender desta maneira a «essência» da economia e dos processos económicos.

«Trata-se, na teoria económica - diz SPANN ao estudar a troca e o preço - não só de *constatar* o aspecto exterior dos factos em si, que A e B trocam entre eles (se bem que já na maneira de constatar há sempre uma parte de interpretação, de teoria); mas também de *compreender* o que se constatou pela observação, ou seja, de apreender a essência da troca. Dado que, como se verá, é do conceito de troca que se pode derivar o conceito de preço, e deste o conceito de repartição, começo pois por estudar o conceito de troca.»

Tais tentativas de, através da análise de conceitos, chegar à essência da economia, reduzir esta essência a definições, construir sistemas de conceitos - a que se põe o nome de «teorias» - e a partir daí chegar, por dedução, a resultados concretos, são legião na economia política do último século. Basta abrir um dos manuais usuais para o constatar. Em resumo, podem designar-se todos os economistas que procedem desta maneira por «*economistas conceptuais*». O método

não se limita ao aspecto *formal*, com a análise de certos conceitos fundamentais a constituir o ponto de partida. Pelo contrário, também em questões específicas se parte frequentemente da análise de conceitos. Por exemplo, no estudo de problemas do comércio, começa-se por colocar a questão «O que é o comércio?». Crê-se dessa maneira apreender a essência do comércio e preparar as bases de uma teoria do comércio. Só então se abordam os factos e, se uma firma não corresponde à definição, não é incluída no comércio. - São todavia de excluir do grupo dos economistas conceptuais puros aqueles investigadores, que começam é certo com definições, mas não procedem em seguida por dedução, mas antes passam à definição do objecto e aos problemas objectivos. Só quando se deriva a teoria, em geral ou num domínio específico, de conceitos ou da apreensão da essência se deve falar de método económico conceptual.

Este método levanta também questões importantes da história das ideias. Em resumo, ele representa um ressurgimento, no séc. XIX e começo do séc. XX, de determinadas correntes do «realismo dos universais» medieval, é certo numa forma secularizada, não teológica e por conseguinte muito diferente. Poder-se-ia perguntar como é que se chegou lá. - Contudo, a única questão de princípio que é importante colocar aqui é: quais são os resultados do método dos economistas conceptuais?

Filósofos como J. ST. MILL, por exemplo, consideram que toda a definição contém um axioma. A definição seria pois uma proposição que não é demonstrável nem precisa de o ser porque é evidente. Isso pode ser válido para as definições matemáticas, mas não para definições correctamente elaboradas das ciências experimentais. Pois as suas definições deveriam, como mostrámos na primeira parte, ser a expressão de *resultados* do estudo do objecto, logo ser fundadas numa análise objectiva.

Quando porém, numa ciência experimental como a economia política, as definições aparecem como ponto de partida, elas são de facto axiomas. Ou melhor: pseudo-axiomas. Pois elas pretendem ser evidentes e não precisar de demonstração, quando na verdade não são evidentes e também não foram demonstradas. Tais definições subjectivas são utilizadas como premissas em deduções, e a correcção da conclusão esconde o facto que, devido à arbitrariedade das premissas, o raciocínio não tem, no seu todo, qualquer valor. - Supõe-se por exemplo o conceito de «economia». Esta seria, segundo uma definição, «a organização da sociedade humana tendo em vista o ajustamento duradouro entre as necessidades e a sua satisfação». Segundo outra, «aplicação de meios a fins baseada na avaliação dos meios». E assim por diante, numa série interminável. Com base em definições como estas, determinar-se-ia o objecto da economia política e derivar-se-ia a solução de questões objectivas. Não se vê que, através de deduções a partir de definições, só se podem obter conhecimentos que foram anteriormente introduzidos nas definições. Toda a gente formou na sua experiência quotidiana uma ideia de «economia». Condensa-se essa ideia numa definição e todos os resultados que daí se deduzem são, não conhecimentos novos, científicos, mas simples comentários de ideias anteriores - pré-científicas - sobre o objecto.

SPANN qualificou o conceito de «sociedade» de conceito central de todas as ciências sociais e proclamou - de forma pseudo-axiomática, sem lançar um olhar à realidade e sem fundamento - que só eram possíveis um conceito «individualista» e um conceito «universalista» de sociedade. Sentencia-se em seguida a favor do chamado conceito universalista e finalmente constrói-se um sistema que se apresenta com grandes pretensões, mas que de facto não representa mais que o desenvolvimento de proposições que se tinham incluído anteriormente no conceito arbitrário de sociedade. O conceito converteu-se em *fétiche*. - Muitos economistas introduziam,

e introduzem, estudos sobre a *moeda* com a questão do que é que, na sua essência, o dinheiro representa. Se se deve defini-lo como «mercadoria» ou como «título». A prolongada discussão que daí adveio não produziu naturalmente qualquer resultado. Como é que se quer determinar a essência da moeda antes de se ter uma imagem do todo económico articulado e da função da moeda nesse todo? E quando se empreendeu, pela dedução a partir de tais definições do dinheiro como mercadoria ou como título, solucionar problemas monetários objectivos, faltava - apesar de todo o aparente rigor científico - qualquer demonstração. Continua porém a tratar-se desta maneira de questões sobre a formação do valor da moeda ou sobre o funcionamento do padrão ouro.

Os «economistas conceptuais», ao lançarem-se em deduções a partir de teses pseudo-axiomáticas, cometem um abuso da razão. É esse o seu erro cardeal. (Em princípio, KANT disse tudo o que havia a dizer no que se refere à crítica deste método; mas para os economistas conceptuais foi em vão que se escreveu a *Crítica da razão pura*.) - Deste erro cardeal resultam falta de contacto com a realidade e formação de seitas, ambos sempre associados com o aparecimento dos economistas conceptuais.

Falta de contacto com da realidade: É conhecida a história dos monges medievais que, numa discussão invernal sobre a questão de saber se o leite gelava, não se lembraram de colocar uma tigela de leite ao frio, mas antes procuraram clarificar os conceitos e a essência do frio e do leite, para assim poderem responder à questão. Naturalmente, sem sucesso. Procedem exactamente da mesma maneira os numerosos economistas conceptuais de hoje quando por exemplo discutem da questão de saber se a economia política tem a ver com quantidades ou não, e para isso partem do conceito de economia. Decidissem-se eles a observar, por um momento, *factos* económicos que a questão seria resolvida rapidamente. Do mesmo modo que a questão da congelação

do leite. Na economia política conceptual, porém, a intuição dos factos concretos é suplantada pela reflexão sobre os conceitos. - Da mesma maneira, a outra face do conhecimento, o sentido do trabalho teórico, é ignorada. Para os economistas conceptuais, a «teoria» é um edifício de conceitos, que se constrói *antes* da constatação científica dos factos. Ignora-se que todo o trabalho científico experimental tem, inicialmente, de utilizar os conceitos do quotidiano e que só se pode superar esta experiência quotidiana levantando problemas objectivos e penetrando no objecto; não propondo definições. No início da sua investigação, o economista ainda não tem legitimidade para dar definições científicas. Simultaneamente, não se vê que esta penetração na realidade económica não é possível sem análise teórica. A «teoria» dos economistas conceptuais e a genuína investigação teórica sobre os problemas objectivos não têm nada a ver uma com a outra.

Quando porém falta tanto a intuição da economia concreta como o instrumento teórico, falta tudo o que é necessário para conhecer a realidade. Em suma não se vê a antinomia. O método é a-histórico e a-teórico. A vontade de penetrar mais profundamente na realidade e de ir além da constatação de factos isolados pode estar frequentemente presente. Na medida porém em que os economistas conceptuais se viram não para o objecto, mas para o conceito, encontram não a estrutura da realidade, mas esquemas de fabrico próprio que já não têm nada a ver com a realidade. Em lugar de procurarem e descobrirem no caos aparente dos factos ordem e articulação, criam ao *lado* dos factos um caos de conceitos. Desta maneira embrenham-se estes economistas em discussões formais e fúteis sobre categorias e conceitos - pense-se só na verborreia a propósito de universalismo e individualismo - enquanto a realidade económica concreta, com a sua massa de problemas, continua o seu caminho despercebida. - Por procurarem a essência das coisas *por detrás* das coisas, as *próprias* coisas escapam-lhes, e no fim só lhes restam palavras vazias.

Formação de seitas: O arbitrário das definições, que se põem em evidência e das quais tudo o mais depende, torna impossível que os economistas conceptuais cheguem a resultados uniformes. O seu método conduz necessariamente à constituição de numerosos campos, que se opõem uns aos outros. Dado que o ponto de partida não é a constatação dos factos e dos problemas objectivos, mas sim definições e interpretações de termos arbitrariamente fixadas, a adesão a uma definição, apreensão da essência ou «teoria» não resulta da sua evidência, mas é uma questão de simpatia. A adesão a uma determinada opinião sobre a essência da «sociedade», do «Estado», da «economia nacional», da «economia» ou do «capitalismo» não é determinada por razões objectivas, mas sim pessoais. Formam-se seitas com profetas à sua frente e discípulos isolados ou numerosos. Um coloca no primeiro plano esta palavra, outro coloca aquela, e todos dão a *sua* interpretação particular.

A história da economia política é assim marcada, especialmente nos últimos decénios, pelo nascimento e morte das seitas. Estão continuamente a surgir novos profetas, que se dão um ar radical ao inquirirem com rigor qual é de facto a essência da «sociedade» ou do «povo» ou da «ciência». Crêem-se inovadores e não notam que arrastam como epígonos um erro ante-diluviano. Se as suas teses correspondem ao ar do tempo, têm provisoriamente sucesso. Dentro em pouco são porém suplantados por novos chefes de seita, da mesma maneira como eles suplantaram os antigos. *Nomina sunt odiosa*. Os combates das seitas entre si são encarniçados como as guerras de religião. As palavras e as definições convertem-se em *slogans*, a atmosfera da ciência fica empedrada e o não-economista abana com razão a cabeça perante o desagradável tumulto das pessoas e dos «sistemas». Já mais de uma vez se tem deplorado este estado de coisas. Contudo, para extirpar o mal da formação das seitas, temos de saber *de onde* ele provém. Surge - verificamo-lo agora - do erro funda-

mental da economia política conceptual. E só desaparecerá quando este erro for extirpado⁹.

2. «O mundo dos fenómenos pode ser observado de dois pontos de vista fundamentalmente diferentes. Ou são os fenómenos concretos, situados no espaço e no tempo, com as suas relações mútuas concretas; ou então são os aspectos recorrentes nas variações daqueles cujo conhecimento constitui o objecto do nosso interesse científico. A primeira forma de investigação está orientada para o conhecimento do concreto, mais precisamente do *individual*, a segunda para o que há de *geral* nos fenómenos. Surgem-nos em consequência, correspondendo a estas duas direcções principais no esforço de aquisição do conhecimento, duas classes de conhecimentos científicos que, para simplificar, designaremos respectivamente por *individuais e gerais*.» Com estas frases, que exprimem a quinta-essência de toda a obra, introduz KARL MENGER o seu célebre estudo *Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften* (1883). Aos dois objectivos, devem, em sua opinião, corresponder duas maneiras de ver totalmente diferentes, donde também duas espécies de ciências: a missão da economia política *histórica* é «o conhecimento dos fenómenos concretos na sua articulação individual» enquanto que a da economia política *teórica* é o conhecimento das «leis da sua sucessão», «a natureza geral da troca, do preço, da renda fundiária, da oferta, da procura».

Não está aqui em discussão em que medida esta cisão da economia política - e não só da economia política - já, antes de MENGER, tinha sido preparada pela investigação económica concreta, nem os seus efeitos na economia política, nem a sua relação com a epistemologia de RICKERT e WINDELBAND. Importante aqui é este ponto: sob a influência de MENGER ou não, produziu-se efectivamente na economia política uma cisão entre investigação teórica e investigação histórica. MENGER expõe teoricamente a maneira como muitos econo-

mistas conduzem a sua investigação na prática. Impôs-se em largos círculos de economistas um «dualismo». «O fim e o objecto do conhecimento das ciências *teóricas* é o *geral*, o que é comum aos fenómenos; o fim e o objecto das ciências históricas são os traços e características *individuais* ou particulares do mundo sensível. Ambos os objectivos são, especialmente em relação à economia, igualmente justificados. [...] Estas duas espécies de ciências distinguem-se pela relação fundamentalmente diferente do seu conteúdo com a realidade empírica. As ciências teóricas, com cada passo que fazem em direcção ao seu aperfeiçoamento, afastam-se cada vez mais da realidade empírica. As ciências históricas procuram, no seu progresso, aproximar-se cada vez mais da realidade concreta, individual.» (A. AMONN). Formulado de outra maneira: o teórico deixa o histórico, individual, à economia política histórica e esta deixa ao economista teórico o geral. Cada um procura, seguindo a sua própria via, atingir o seu objectivo.

Só através do pleno reconhecimento dos estragos que este dualismo provocou e provoca se pode ultrapassá-lo. - Como é sabido, a epistemologia mais recente não seguiu a via de MENER, RICKERT e WINDELBAND: ela não reconhece a cisão das ciências com objectivos pretensamente diferentes. Porque o mundo real é *uno*. E o conhecimento deste mundo único com os seus magnos problemas é o fim de todas as ciências. A cisão é uma cisão literária, importante nos livros, mas não uma cisão de facto, com significado no mundo real. - Deixemos porém de lado esta crítica epistemológico-filosófica do «dualismo». Limitemo-nos exclusivamente aos problemas económicos.

Aqui aplica-se a proposição: *enquanto se levar a sério a separação entre economia política teórica e histórica, deixam-se os problemas sem solução*. Não se chega à experiência científica e a ciência não atinge o seu objectivo. Por exemplo, nós vivemos a crise de 1929-1933 e assistimos ao colapso de numerosas divisas. Isso suscitou importantes

problemas científicos: como é que aconteceu a enorme queda dos preços, o desemprego, a contracção da produção? Seguindo os métodos dualistas, a economia política histórica descreve os factos na Alemanha, na Inglaterra e noutros países, descreve as tribulações da moeda alemã durante aqueles anos, constata os níveis de desemprego e retrata o que aconteceu na agricultura, na siderurgia, na indústria do carvão, etc. Descreve pois o concreto. A economia política teórica expõe teorias monetárias, teorias dos salários, teorias sobre a direcção da produção. Dedicar-se pois ao geral. - O que é que se alcançou finalmente? Muito pouco. As questões levantadas não foram resolvidas: quais as causas da queda dos preços, do desemprego, do recuo da produção na Alemanha, em Inglaterra e nos outros países durante aquele período. Falta pois o principal. Não se apreende o processo económico concreto porque ele não é apreendido na sua articulação. MENGER diz que a economia política histórica deve identificar «as relações concretas entre os fenómenos». Isso não está no seu poder. Como é que ela há-de descobrir, com os seus métodos históricos, a articulação entre recuo dos preços, desemprego e contracção da produção, assim como as causas concretas de todos estes fenómenos concretos? Ela vê uma justaposição de factos, cujas afinidades permanecem, com os seus métodos de investigação, irreconhecíveis. E qual é a utilidade de uma teoria que procura descobrir o que há de geral nos fenómenos monetários, do mercado de trabalho e da produção, mas que não está virada para o conhecimento do mundo *real*? *L'art pour l'art*. Verifica-se uma justaposição estéril, e ambas as ciências - economia política histórica e economia política teórica - falham perante um problema de importância vital.

Segundo exemplo: os cartéis e a política dos cartéis adquiriram importância na Alemanha desde finais do século passado. A ciência esforçou-se por descrever os cartéis, a sua fundação, as suas vicissitudes, a influência dos independentes e dos clientes. Ela retratava assim os fenómenos concretos.

Paralelamente dispomos de uma teoria dos monopólios que procura descobrir as articulações gerais. Ambas - a história e a teoria - seguem o seu caminho lado a lado e só poucos economistas procuraram conjugar as duas. Mas, justamente porque falta a cooperação, o tratamento científico das questões concretas em matéria de cartéis é, na maior parte dos casos, insatisfatória. Pois só na conjugação das duas se forma o conhecimento científico dos efeitos concretos dos cartéis e dos factores que presidem à formação destes, em resumo, da articulação real destes fenómenos.

Ao lado destes dois exemplos, poder-se-iam citar todos aqueles casos e questões enumerados na primeira parte e dos quais resultava que não há conhecimento do quotidiano económico se a intuição histórica e o pensamento teórico não se conseguem engrenar. Sem conjugação dos dois, não se pode resolver a questão concreta mais simples em aparência. Nem sequer a questão porque é que neste campo se cultiva trigo.

Tudo isto tem de ser dito com particular força, já que o fosso entre investigação histórica e investigação teórica se tem alargado continuamente nos últimos decénios. Estão lado a lado dois tipos de economistas que falam línguas tão diferentes que já não se entendem, e que, cada um por si, são incapazes de chegar ao conhecimento do processo económico real.

São sobretudo muitos dos novos *teóricos* que acentuam a separação na medida em que, ao procurarem o refinamento formal do aparelho teórico, perdem o contacto com os factos económicos e outros factos históricos. - A teoria económica moderna nasceu do esforço para ultrapassar a falta de contacto com a realidade da economia política de então. WIESER tinha toda a razão quando afirmava que a escola histórica e a economia política teórica moderna se aparentavam estreitamente na medida em que ambas rejeitavam a teoria «especulativa» e pretendiam chegar aos factos. Os mesmos

factos elementares deviam ser de novo analisados e assim apreendida a economia real. Nisto consistiu o impulso crucial para a criação da teoria moderna. Este impulso continua sem dúvida vivo na obra de alguns teóricos e tem conduzido a investigação moderna a novos sucessos mesmo nos últimos decénios. Mas já se não faz sentir na obra de muitos outros teóricos. Eles fazem de facto teoria na medida em que «com cada passo que dão se afastam cada vez mais da realidade empírica». A propósito de um dos criadores da teoria moderna, MARSHALL, diz KEYNES: «Ele queria entrar no vasto laboratório do mundo, ouvir os seus clamores e distinguir as várias notas, falar as línguas dos homens de negócios e, contudo, observar tudo com os olhos de um anjo extremamente inteligente. "Procurou então" [...] "um contacto mais estreito com a prática dos negócios e com a vida das classes trabalhadoras."» E KEYNES tem infelizmente razão quando acrescenta: «MARS-HALL sentia tudo isto com uma veemência que nem todos os seus discípulos partilharam.»

Muitos teóricos já não sentem o agulhão dos problemas concretos e a violência dos factos históricos. A crescente matematização da teoria económica age no mesmo sentido. Embora não devesse. As suas equações têm, apesar da sua correcção em termos de lógica formal, frequentemente pouco ou nada a ver com a economia real. Aliado a isto, não raro, uma decadência do pensamento económico-teórico em si, que os clássicos dominavam melhor que muitos teóricos modernos. A tendência do pensamento puro a afastar-se do objecto concreto faz-se notar hoje fortemente; a despreocupação com que se ignoram os factos históricos e se abandonam ao historiador é, não raro, surpreendente. Aqui reside uma das razões por que a teoria económica, na explicação dos problemas concretos actuais, está longe de produzir o que deveria, e por que, ao engrossar da literatura teórica, não corresponde um rendimento equivalente. Torna-se necessária uma nova reflexão. De outra forma, dá-se uma reacção

empirista, apelando à simples descrição do mais elevado número possível de factos, como se pode observar claramente por exemplo na América. Mas a reflexão não se devia orientar no sentido de um tal empirismo, que também não consegue apreender a realidade na sua articulação, mas sim no sentido de uma economia política que reconheça e supere a antinomia¹⁰.

3. Que o dualismo da economia política teórica e histórica fazia correr o risco de se perder de vista a economia real foi cedo reconhecido, ainda que não claramente fundamentado. Já SCHMOLLER criticava a tese de MENGER sobre os dois objectivos do conhecimento e considerava que a separação da investigação em duas direcções tinha sem dúvida uma certa justificação, «mas esta oposição» não podia «ser concebida como um fosso intransponível». SCHMOLLER e muitos outros economistas próximos dele queriam e querem *uma* economia política. Neste ponto temos de concordar inteiramente com eles.

Pergunta-se porém *como* é que eles o queriam e se se revelaram capazes de apreender de facto a economia real na sua articulação. Mais uma vez, não se trata de uma pessoa, mas de uma direcção da investigação e de uma determinada espécie de pensamento científico que se implantou muito para além das fronteiras da ciência.

«A ciência descritiva fornece os trabalhos preliminares da teoria geral; estes trabalhos preliminares são tanto mais completos quanto melhor estiverem descritos os fenómenos nas suas características, variações, causas e consequências», escreveu SCHMOLLER na sua discussão com MENGER. Será em consequência necessário «que, para começar e antes de tudo o mais, se multipliquem e melhorem as observações e se aumente a sua acuidade; que, com a ajuda de material descritivo de toda a espécie mais completo e rigoroso, se melhore a classificação dos fenómenos e a elaboração de conceitos e

que se identifiquem mais claramente as séries de fenómenos típicas, a sua articulação e as suas causas em toda a sua extensão. Não se está a negligenciar a teoria, mas sim a lançar as suas fundações, quando numa dada ciência se faz temporariamente um trabalho essencialmente descritivo.» - Assim procederam sempre e procedem os economistas empíricos de todos os países: quer eles descrevam mais factos do passado ou do presente, quer o façam com palavras, quer procurem, como estatísticos, representá-los por meio de números. A enorme quantidade de trabalhos sobre sectores artesanais do passado ou do presente, sobre ramos industriais, unidades industriais, sobre a agricultura ou sobre as condições sociais em determinados países, partem todos da ideia que, pela recolha e classificação dos factos e pela descrição de situações económicas específicas, se chegará finalmente a um quadro de conjunto a que se chamará teoria. Assim espera o empirismo chegar ao conhecimento da economia concreta. Ele quer ser «realista».

Contudo, a história das ciências - e não só da economia política - mostra-nos que o empirismo falha no conhecimento da realidade. Basta pensar no destino da escola histórica alemã entre 1870 e 1930: partindo de um esforço legítimo para penetrar com decisão na realidade económica, acabou na realidade por formar gerações de economistas a quem se pode - muito mais justificadamente do que em relação aos clássicos - censurar a falta de contacto com a realidade. Isto não aconteceu por acaso. Não foram eventuais deficiências na execução do programa empirista que conduziram ao seu fracasso: o empirismo *tem* de falhar no conhecimento da realidade. Porquê?

Primeiramente: só se pode conhecer a realidade económica, como aliás o mundo real, *questionando-a*. A recolha de material e de observações só tem sentido se se começa por definir uma determinada problemática. Colocando questões, levantando continuamente problemas, é assim que o historiador, que estuda por exemplo a história alemã no tempo de

Bismarck, pode progredir. Amontoar materiais tem pouco sentido e não abre quaisquer perspectivas sobre os motivos dos actores e a articulação da realidade histórica. – O botânico apreende a realidade da planta ao *perguntar*, quando a estuda: Qual é a sua estrutura? Como é que ela se alimenta? Como é que se reproduz? Ao descrever simplesmente a planta oferece-nos uma simples justaposição de factos. – A mesma coisa no caso do economista. Material experimental não é experiência. Se ele estuda a economia de uma zona montanhosa não apreende a realidade coligindo materiais sobre a região e a população, sobre os factos geológicos, técnicos, geográficos, jurídicos, políticos e económicos. Ele deve proceder questionando: Porque é que surgiram justamente aqui fábricas de fiação e tecelagem de algodão? Porque é que os salários são relativamente baixos? Porque é que na agricultura predominam as pequenas e muito pequenas explorações? Porque é que a rentabilidade da exploração florestal é baixa? Estas questões surgem da experiência quotidiana. Ao procurar as respostas, ele tem boas perspectivas de obter uma imagem da economia desta zona; simultaneamente, a própria investigação dará continuamente origem a novos problemas.

O empirismo porém falha nesta via, como o mostram numerosos trabalhos por ele inspirados. Ele pretende impregnar-se com a realidade tal como ela é, em toda a sua extensão, observar, retratar, descrever; ele quer amontoar material sobre o clima, o solo, a população, o direito e a economia. Para ele, o problema não aparece logo à partida.

Em segundo lugar: para responder às questões levantadas são necessários, como se viu, os instrumentos teóricos. Também isto é ignorado pelo empirismo. Ele atribui à teoria uma função completamente diferente. Partindo da recolha de dados sobre os factos e *após* conhecer a sua articulação é que a ciência deve progredir gradualmente em direcção à teoria. SCHMOLLER fala da tendência de todas as ciências «a tornarem-se com o tempo o mais possível dedutivas», e diz-se

contra a sobrestimação do individual ou do particular nas ciências sociais. Seria pois possível e necessário obter uma imagem geral da economia. Esta imagem dá-la-ia a teoria. Características são as palavras que ele escreve no prefácio ao centésimo volume das suas *Forschungen*: «Os trabalhos de historiografia económica e administrativa predominam; nem um número foi consagrado à economia política teórica. Porque não lhe dou valor, dirão os meus adversários; porque a coloco demasiado alto, respondo eu.»

Quem considera pois que SCHMOLLER e os seus discípulos não são adversários, mas sim amigos da «teoria» tem razão. Só que tem de ficar claro que esta «teoria» do empirismo é uma coisa completamente diferente da teoria que é necessária para chegar ao conhecimento científico. – Abordar logo à partida o problema do processo económico na sua forma geral e preparar o seu tratamento teórico é, como se mostrou, necessário para se poderem descobrir as articulações da economia. Se, por exemplo, se quer compreender o processo de desvalorização do dólar durante e após a guerra civil americana ou a desvalorização do marco entre 1914 e 1923, a relação entre deterioração dos câmbios, aumento dos preços e salários, alterações da produção, do comércio externo e da massa monetária, então é necessário produzir e aplicar aqui proposições teóricas. O empirismo crê porém que pode, através da *descrição*, encontrar a *articulação* dos factos, e finalmente, após numerosas descrições de casos particulares de desvalorização, progredir até uma «teoria». O insucesso de tais tentativas explica-se pelo facto que, por mais dados que se recolham sobre os preços, a circulação monetária, o comércio externo, a dívida pública, a evolução da produção agrícola e industrial na América e na Alemanha naqueles períodos, isso não permite descobrir a articulação entre os factos. A exigência de SCHMOLLER que, antes de elaborar uma teoria, a ciência deve descrever os fenómenos nas suas causas e efeitos é pois totalmente impossível de satisfazer. Falta para isso o instru-

mento indispensável. Assim se explica que a economia política empírica tenha recolhido uma quantidade de factos, mas não tenha apreendido a realidade económica na sua articulação.

Em terceiro lugar: a «teoria» que, nas palavras de SCHMOLLER, «[partindo] do empirismo do curso multifacetado dos acontecimentos quotidianos e históricos se eleva até ao geral e ao típico» é uma Fata Morgana. Ela tem de retratar o *concreto* e ter contudo carácter *geral*. Esta representação «teórica» deve conter os mais importantes factos naturais, políticos, económicos e técnicos, na Alemanha, Inglaterra, América, em diferentes épocas e ser contudo geral. Em vão se pergunta que sentido pode ter um quadro destes, a-histórico e por conseguinte inexacto; um quadro que nunca foi nem *pode* ser pintado. A pretensão de construir uma tal teoria mostra duas coisas: que não se reconheceu a grande antinomia e que não se percebeu o sentido do verdadeiro pensamento teórico. Na época da economia política empírica, apesar de todas as palavras amáveis em relação à teoria, eram inevitáveis o equívoco no que se refere ao objectivo da investigação teórica genuína e a decadência da capacidade de conduzir análises teóricas.

De tudo isto resulta a incapacidade do empirismo, de qualquer espécie, incluindo o estatístico, de penetrar na realidade concreta e de a apreender na sua articulação. A sua cegueira em relação à articulação económica geral, da qual cada facto económico é na realidade apenas um componente, caracteriza todos os seus representantes, os actuais como os mais antigos. Nesta medida, cada um dos seus avanços representa um recuo em relação à economia clássica. Ele não consegue elevar-se acima de uma colecção de factos não analisados; a sua visão e o seu pensamento são pontuais e, como consequência da sua ignorância da lógica em que toda a actividade económica se insere, «irrealistas». – Como não pode dar respostas firmes às questões levantadas, está condenado eternamente à tentativa de explicação da experiência

quotidiana. Daí resulta a insegurança e a inconsistência de muitos economistas empíricos perante as opiniões e as ideologias dos grupos de interesses¹¹.

Por diversas que sejam as correntes do pensamento económico aqui esboçadas e por diversos que sejam os seus níveis científicos, nenhuma reconhece, ou não reconhece suficientemente, a grande antinomia.

A saída da grande antinomia é contudo objecto de um outro método que, justamente por isso, tem direito a uma atenção particular.

SEGUNDO CAPÍTULO

Estádios económicos e estilos económicos

I. O método

A ideia de base é extremamente simples e por isso mesmo imponente. Procura-se em todo o desenvolvimento histórico identificar «fases», «estádios», «níveis», e para cada fase ou estágio construir uma teoria que só deve explicar o quotidiano económico precisamente *nessa* fase e só nessa fase tem de ser válida. Assim, por exemplo, KARL BÜCHER exigia para cada uma das suas três fases - «economia doméstica», «economia urbana» e «economia nacional», pelas quais passaram na sua opinião todos os povos da Europa central e ocidental - uma teoria económica. Na sua opinião, «a constituição de tais estádios económicos faz parte dos expedientes metodológicos indispensáveis; mais, essa é a única via pela qual a teoria económica se pode servir dos resultados da investigação realizada pela historiografia económica.»

Os motivos que levaram à constituição de todo o complexo de estádios económicos foram em cada caso muito variados. Durante o séc. XIX, nasceram da ideia directriz da época: a ideia de evolução. LIST, KNIES, ROSCHER, HILDEBRAND, SCHÖNBERG, SCHMOLLER, BÜCHER, SOMBART são apenas alguns dos nomes da enorme legião dos que em toda a realidade económica viam um processo evolutivo. KNIES fala de uma *lei* da relatividade que atravessa todos os capítulos da economia política abordada segundo o método histórico. Tudo se altera

no decorrer da evolução: o homem, as instituições jurídicas e económicas, a aplicabilidade das ideias económicas e a justificação das reivindicações económico-políticas. O fenómeno da evolução aparecia sempre por conseguinte como o fenómeno fundamental, o estudo da evolução como a tarefa fundamental da economia política. Ela foi empreendida da maneira que correspondia ao espírito da época. Ou seja: pensava-se que se tinham de procurar formas fundamentais típicas ou regularidades do processo evolutivo. «As leis segundo as quais os povos, no essencial, evoluem, dizia ROSCHER, têm provavelmente a mesma uniformidade que as leis de evolução dos indivíduos.» E esta sucessão regular ou necessária das fases da evolução - era essa a convicção - não se podia apreender melhor do que pela definição de estádios. Cedo, suscitaram tais esquemas evolutivos críticas. Mas a própria crítica continuava apegada à ideia de evolução. «Com razão, escreve KNIES já em 1852, caíram em descrédito os esquemas estereotipados, perfeitamente gerais, dos estádios da evolução económica dos povos, tais como eles nos aparecem ainda em FRIEDRICH LIST e nos seus sucessores; cedo se tiveram de reconhecer os seus fundamentos abstractos, o equívoco das petições de princípio, a esterilidade das fórmulas gerais.» «Mas, adverte logo a seguir KNIES, gostaríamos de acautelar contra uma subestimação da importância da tarefa que aqui se nos apresenta. Só o estudo da evolução histórica, a descoberta das leis que governam a evolução da economia nacional nos podem conduzir à plena compreensão da situação económica actual e da direcção em que nos movemos.» - BÜCHER tinha toda a razão quando afirmava que na base da teoria dos estádios estava uma «concepção unitária do curso regular da evolução histórico-económica».

No séc. XX o trabalho desta linha de investigação entrou numa segunda e nova fase. Em conformidade com a tendência geral na ciência, a ideia de evolução recuou um pouco. «O que se tem em mira não é a sucessão dos estádios,

a sua articulação, o desenvolvimento de um a partir de outro. Procura-se em primeiro lugar perceber a diversidade do funcionamento das economias.» (SPIETHOFF). Talvez se possa designar esta nova fase da investigação por fase de construção de «estilos económicos». Procura-se por exemplo definir o estilo ou os estilos económicos da antiguidade, da Idade Média ou da época contemporânea. Olha-se menos para a sucessão e mais para a coexistência. Relativamente à investigação anterior sobre a teoria dos estádios operou-se assim uma certa alteração na definição do objectivo. De resto, não se pretende chegar aos estilos a partir de uma visão global do curso da história europeia – como o faziam os construtores de estádios –, mas sim a partir do estudo de épocas e povos determinados, ou seja, partindo de baixo. Devem construir-se tantos estilos económicos que a realidade histórica se esgotará. Esta diferença entre estádios e estilos pode ser interessante de certos pontos de vista; não é contudo decisiva para a *questão* que aqui nos ocupa. Ambos, estádios e estilos económicos, são *cortes transversais* na evolução histórica da economia. Ou, como diz SPIETHOFF: «Os estilos e os estádios são construídos com objectivos diferentes. Mas os resultados da criação dos estádios servem objectivamente, na medida mais larga possível, à construção dos estilos. O meio para atingir os dois objectivos é no essencial o mesmo: cortes transversais na história económica.» Da mesma maneira se assemelham também muito os resultados da construção de estádios e de estilos. A série de estilos que SPIETHOFF, por exemplo, propõe – «economia doméstica», «economia urbana», «economia regional» e «economia nacional» – não se distingue sensivelmente de algumas construções de estádios mais antigas.

«Estádios» ou «estilos», todos os cortes transversais devem servir para superar a grande antinomia. Isso é o que pretendem, de maneira mais ou menos clara, os seus criadores. Eles devem constituir o fundamento da análise teórica. E sem dúvida um fundamento realista. Pois cada um destes tipos

deve ser um retrato da realidade histórica. Os tipos devem representar pinturas; pinturas que remetam os pormenores para o último plano, a fim de tornarem ainda mais aparentes os traços essenciais da economia concreta, histórica. Os pormenores deixam-se para a historiografia económica. - «Não na sua forma abstracta, mental, mas sim na sua determinação concreta, histórica», devem os «sistemas económicos» de SOMBART apreender a economia. O sistema económico do «capitalismo», por exemplo, deve restituir o funcionamento concreto da economia. BÜCHER estava perfeitamente consciente que na época actual - da «economia nacional» - existem reentrâncias onde se observam elementos da «economia urbana» e da «economia doméstica». Porém, diz ele, predomina *uma* forma de economia que é a economia nacional. Ela é, aos olhos dos contemporâneos, a normal, e é justamente este normal que o estádio económico «economia nacional» descreve. - E agora, abre-se uma larga e atraente perspectiva. Para cada estádio e cada estilo há que criar uma teoria: uma teoria histórica específica, adaptada à respectiva época e de validade limitada a essa época. É o que pretendiam já os economistas mais antigos. KNIES declarava que a cada estádio da economia correspondia um estádio da teoria. O «absolutismo» dos clássicos seria desta maneira superado; os clássicos teriam eventualmente razão no que se refere à *sua* época, com as suas instituições; porém as suas pretensões ulteriores seriam injustificadas. - Os economistas actuais não pretendem no essencial outra coisa. Qualquer que seja a aparência dos estádios ou estilos individualmente, que se utilize a série «economia autónoma primitiva», «artesanato», «capitalismo», ou a série «economia doméstica», «economia urbana», «economia regional», «economia nacional», surge sempre a obrigação de, para cada estádio económico ou estilo, construir uma teoria. Como cada estádio ou cada estilo deve ser um retrato da realidade, SALIN, SPIETHOFF e muitos outros dos economistas recentes chamam teoria que com base neles se pretende edificar «teoria descri-

tiva». Por vezes procura-se fazê-la preceder de uma teoria da economia «intemporal» ou de uma teoria «formal» cuja função é explicar os fenómenos que não estão sujeitos às mudanças históricas. Porém, a maioria dos fenómenos económicos são variáveis, e esses procura-se abordá-los com as teorias descritivas. Como quer que se exprimam tais ideias em cada caso particular, parece que se desenha uma via para a superação da antinomia, que se ultrapassou a antítese história-teoria e que a apreensão da realidade económica está assegurada.

Esta maneira de ver é corrente muito para além do círculo dos construtores de estádios e estilos propriamente ditos. Também não é uma opinião que se limite aos representantes da «escola histórica» e a uma série de historiadores económicos. Que, através de cortes transversais, se poderia submeter a diversidade histórica ao tratamento teórico, é uma concepção que, sem prejuízo das múltiplas variantes particulares, muitos aceitam praticamente como natural. Esta ideia representa a solução da antinomia. Também os economistas teóricos que pensam em termos históricos consideram em geral que a sua missão é o estudo do estádio ou estilo económico contemporâneo. Mesmo aqueles teóricos totalmente insensíveis à multiplicidade das evoluções históricas, questionados sobre o objecto das suas investigações, responderiam provavelmente que elas tinham por base a forma económica da época contemporânea, ou do último decénio, ou do capitalismo. Muda o presente, então a teoria também tem de mudar. A situação presente é, por isso mesmo, sempre particularmente significativa. Eles acrescentariam que numa economia socialista se teria de alterar em conformidade a teoria. Como por exemplo os teóricos italianos que, após a reorganização económica operada pelo regime fascista, procuraram criar uma teoria económica nova, fascista, correspondente à situação política. Estes teóricos modernos só se distinguem dos construtores de estádios e estilos no facto de a sua atenção se concentrar mais no presente e no seu estilo

económico e de a economia do passado passar relativamente para segundo plano. Sub-jacente está sempre porém a ideia que cada época exige a sua teoria e a sua economia política e que a missão da economia política consiste em adaptar-se à evolução económica¹².

Com isto encontramos-nos perante uma grande questão. É possível desta maneira superar a antinomia e apreender a realidade económica? Descrever o caminho é fácil. Mas será que ele conduz ao objectivo? Não se trata de saber se esta ou aquela versão da teoria dos estádios ou estilos é boa ou má, melhor ou pior. Não perguntamos se os «sistemas económicos», «estádios» ou «estilos» de SOMBART, SCHÖNBERG ou BÜCHER são utilizáveis. A nossa questão é mais radical. Será *mesmo* possível desta maneira, ou seja, constituindo cortes transversais e criando teorias específicas para cada época, chegar à experiência científica? Se sim, muito bem. Nesse caso, temos de entrar na discussão das questões concretas sobre a construção de tais cortes transversais. Se não, há que retroceder e procurar uma nova via.

II. Crítica do método: um segundo problema fundamental

Façamos preceder a crítica por uma observação de ordem terminológica, cuja importância não é só terminológica. É costume chamar a estes estádios ou estilos económicos «tipos ideais». Erradamente. Como estes tipos devem restituir a realidade nas suas formas concretas, há só *uma* designação adequada: «*tipos reais*». O tipo real «economia urbana» ou o tipo real «capitalismo» deve representar o estado real da economia de um país numa época determinada. Os tipos ideais não são - como o nome indica - imagens da realidade concreta. A maneira de os obter, o que eles são e para que servem são questões de que nos ocuparemos em pormenor mais à frente. Distinguem-se fundamentalmente em tudo dos

tipos reais. O nosso estudo mostrará se, e como, ambos - tipos reais e tipos ideais - são de utilizar como instrumentos no processo de conhecimento em economia política. Como pode porém haver clareza nesta matéria quando se está continuamente a confundir as duas espécies de tipos e quando se dá a duas entidades logicamente distintas o mesmo nome? Hoje chamam-se tipos ideais tanto aos verdadeiros tipos ideais como aos tipos reais. - Tem de se chamar verde ao verde e vermelho ao vermelho; não é possível chamar verde a ambos. Exactamente da mesma maneira há que distinguir as duas espécies de tipos.

A antítese entre tipos ideais e tipos reais só aparecerá em toda a clareza na continuação da obra. Esta indicação é contudo necessária já aqui, pois não se pode trabalhar com um aparelho conceptual que se revela logo à partida defeituoso. Em todo o caso: no que se refere ao conteúdo, a discussão crítica que se segue é igualmente válida para os que não se decidem a abandonar a velha e incorrecta terminologia¹⁵.

*

O próprio objecto determina as questões específicas que são de levantar relativamente a este método. Ele pretende *retratar* a realidade histórica construindo estádios económicos e estilos económicos, e desta maneira criar uma base para a análise *teórica*. Levantam-se por conseguinte duas questões. Pode-se através destes tipos representar a realidade económica no presente e no passado (A e B)? Segunda: oferecem estes tipos uma base sobre a qual se possa construir a investigação teórica (C)?

A primeira questão, a questão histórica, divide-se por sua vez em duas. Acabámos de ver que havia fundamentalmente dois motivos que animavam os construtores destes tipos no seu trabalho: eles pretendiam com eles, ou representar o processo evolutivo, ou então, rejeitando a ideia de evolução, construir tipos que teriam *coexistido* e *coexistiriam* realmente

na economia. Pergunta-se então, primeiramente: pode-se representar a evolução económica concreta como uma série de estádios (A)? Em segundo lugar: independentemente disso, pode-se restituir a realidade concreta de um determinado país e de uma determinada época por meio de um destes tipos (B)? A última questão é para nós claramente a mais importante.

A. Estádios de evolução

A questão de saber se se pode representar a evolução histórica como uma série de estádios económicos já está decidida. A resposta é negativa.

1. Todos estes construtores de estádios partiam de uma visão da história com um perímetro bem determinado. O séc. XIX considerava «história» fundamentalmente os últimos três mil anos, aos quais se vieram acrescentar, com as descobertas arqueológicas e a decifração das escritas na Mesopotâmia e no Egipto, alguns milénios. Sem dúvida, também se estudavam os chamados povos primitivos e o que se designava por estado primitivo da humanidade. Mas o começo da história propriamente dita situava-se uns milénios antes de Cristo. Em comparação, nos primeiros decénios do séc. XX deu-se um alargamento revolucionário na visão da história. A conjugação da investigação pré-histórica com a etnologia e a investigação histórica permitiu alargar *temporalmente* o horizonte em centenas de milénios e *espacialmente* a toda a superfície da terra. Nesta perspectiva realmente universal, os últimos milénios da história europeia aparecem como um relâmpago, curto embora único, cujos efeitos ainda não é possível avaliar. O que, ao historiador do séc. XIX, parecia a totalidade ou pelo menos o essencial, vemo-lo nós hoje como *parte* de um enorme todo. Com isto, distinguem-se também agora muito mais nitidamente fenómenos como a ruína de civilizações, regressões, sobreposições, perante os

quais as séries irreversíveis de estádios falham completamente. E ainda que não seja possível determinar com precisão a ordem económica das civilizações sem escrita, vê-se claramente que, perante circunstâncias naturais, sociais e políticas muito diversas, as ordens económicas também deviam ser muito diferentes. - Ora, tanto BÜCHER como os outros economistas pretenderam aplicar as suas séries de estádios económicos apenas ao círculo de civilizações greco-europeias. Esta limitação não lhes pareceu contudo, a ele como aos seus contemporâneos, assim tão importante porque se pensava explicar desta maneira o processo evolutivo da história propriamente dita. Logo porém que a velha visão da história é suplantada pela nova, mais ampla, a limitação aos poucos milénios da nossa civilização económica aparece como uma insuficiência redibitória¹⁴.

2. Porém, mesmo em relação aos três milénios de história europeia, para os quais eles foram especialmente elaborados, todos estes sistemas de estádios económicos falham. Mesmo a validade limitada que eles reivindicam tem de lhes ser recusada. Esta é uma objecção crítica suplementar, mais importante e decisiva. Precisamente as séries de factos históricos que eles pretendem explicar não se deixam encaixar nos seus esquemas evolutivos.

Um exemplo: hoje sabemos que nos séc. III e II a. C. a economia antiga atingiu, em matéria de desenvolvimento das instituições económicas, de expansão do comércio e de capacidade produtiva, um ponto culminante. Especialmente no Mediterrâneo oriental, nos reinos dos diádocos, tinha desabrochado uma economia extremamente eficaz, com uma divisão do trabalho desenvolvida. A partir daí, estas regiões, progressivamente absorvidas pelo império romano, entraram num processo de decadência, que os esforços enérgicos de alguns imperadores isolados não conseguiram suster, e deu-se uma regressão económica. «O traço principal da economia do baixo império foi o gradual empobrecimento.» (ROSTOVITZEFF).

Se quiséssemos aplicar o conhecido esquema de HILDEBRAND (economia natural - economia monetária - economia de crédito) a esta longa época da nossa civilização, teríamos de invertê-lo para que ele não entrasse totalmente em contradição com o processo histórico efectivo. No séc. III a. C., existia no Egipto ptolemaico um sistema bancário, por conseguinte uma «economia de crédito», que depereceu nos séculos seguintes. Também o sistema bancário romano dos séc. II e I a. C. desapareceu na época imperial. Mas não se ficou por uma regressão da «economia de crédito» à «economia monetária». Nos primeiros séculos da nossa era, assiste-se ao desmoronar da própria economia monetária. No séc. III d. C. a circulação monetária tinha refluído para sectores limitados da economia e a chamada «economia natural» tornara-se de novo a forma normal de economia. HILDEBRAND afirma que a forma superior se desenvolve sempre a partir da inferior por transição gradual e que a antiga é gradualmente vencida pela nova. Passou-se exactamente o inverso no decurso deste meio milénio: a forma primitiva substituiu a forma superior. - Também o esquema de evolução de BÜCHER falha e ter-se-ia de invertê-lo para não se entrar em contradição demasiado radical com os factos. Nos Estados helenísticos do séc. III a. C., tinha-se atingido o estágio da «economia nacional». Durante os séculos seguintes começou o processo de regressão. O comércio decaiu, o raio da divisão do trabalho contraiu-se e as cidades depereceram. No decurso do séc. III d. C., na maioria das regiões do vasto império, os camponeses regressaram, quando tal era possível, à «economia doméstica», e praticamente cada exploração agrícola cobria, em larga medida, as suas necessidades com a sua própria produção. Regressão económica e não «evolução» é o traço dominante destes quinhentos anos. Não se trata de um episódio curto, de um recuo rapidamente superado, mas de um processo longo - tão longo como o tempo que vai de 1400 até hoje. Um processo de decadência de uma importância histórica universal, cujos efeitos ainda

hoje se fazem sentir e que só por si demonstra o erro da teoria da evolução e da teoria dos estádios¹⁵.

Ainda mais próximo de nós temos um *segundo* caso de regressão secular, dolorosa, com repercussões até ao presente, que conduz ao absurdo a teoria dos estádios de evolução: a ideia generalizada que da «economia urbana» medieval, baseada na produção artesanal para satisfação das necessidades locais, teria saído directamente a «economia nacional», virada para os grandes espaços, ou o «capitalismo», está em contradição com os factos. Tanto na alta como na baixa Idade Média, existia uma divisão do trabalho que se estendia por um espaço muito vasto, cobrindo a Europa e chegando à Ásia e à África. Os organizadores e agentes da actividade económica eram os grandes mercadores que frequentemente também, agindo como *verlegers**, tinham trabalhadores dependentes por sua conta. O fustão, por exemplo, produzido em larga escala em cidades do Sul da Alemanha como Ratisbona, Augsburg e sobretudo Ulm, requeria algodão que vinha da Síria e de Chipre por intermédio de Veneza, e era expedido até Espanha, França e Estados da Europa setentrional e oriental. Na cidade medieval, a personagem dirigente no plano económico e, na maior parte dos casos, no político, era, pela sua condição, o mercador-*verleger*-patrício, cuja esfera de influência económica não eram os arredores imediatos da cidade, mas sim o espaço europeu. A rica civilização das grandes cidades medievais não nasceu no terreno exíguo duma economia urbana local. E nos milhares de pequenas cidades também não existia qualquer economia urbana. Eram demasiado pequenas para que nelas se pudessem desenvolver todos os ramos de actividade necessários. Eram cidades rurais que forneciam produtos agrícolas e em troca obtinham os produtos industriais de origem mais ou menos longínqua de que necessitavam,

* O *Verleger* era um mercador que fornecia as matérias-primas a artesãos, nominalmente independentes e assegurava também o escoamento dos seus produtos. (*N. do T.*)

integrando-se deste modo no que, exagerando um pouco, se chamou a «economia mundial medieval». O quadro da alta e baixa Idade Média que nos desenharam BÜCHER, SCHMOLLER, BELOW ou SOMBART revelou-se falso. «Em meados do séc. XV, a unificação económica da Europa está em larga medida realizada. A maioria dos países europeus encontra-se inserida numa rede de intensas relações comerciais, e, no seio do que se poderia chamar a "economia europeia", existem regiões de trocas particularmente activas e com um elevado grau de interdependência que se completam em termos de produção e consumo: unidades económicas regionais e esferas de mercado.[...] A Flandres torna-se o mercado mundial da Europa: os sistemas mediterrânico, báltico, do mar do Norte e da Europa central operam ali a sua junção. A Inglaterra, o Baixo Reno, o Norte da França, a Alemanha meridional, as regiões saxónicas, a Itália setentrional e central tornam-se regiões tipicamente industriais enquanto localizações preponderantes da produção, essencialmente para exportação, de têxteis, artigos metálicos e armas.» (CLEMENS BAUER).

No fim do séc. XVI esta época estava terminada. O espaço económico europeu fragmentou-se, a grandiosa divisão do trabalho primitiva contraiu-se e com ela muitos dos ramos da produção que dela dependiam. Foi sobretudo a formação dos Estados modernos que provocou este processo de decomposição doloroso e de longa duração. Com os seus novos objectivos em termos de poder, o Estado moderno via no mercado mundial uma arena de combates que se travavam com proibições de importação, pautas proibitivas e outras armas do arsenal da política mercantilista. Na Europa ocidental - na Inglaterra, em França, em Espanha - onde ainda no séc. XVI se conseguiram formar Estados absolutistas de grande dimensão, restavam ainda espaços económicos relativamente grandes que as conquistas coloniais permitiram ainda alargar. Não na Alemanha, onde o antigo império se decompôs em numerosos Estados territoriais, nem na Itália. Com a sua fragmentação em

minúsculos espaços económicos, o processo de deprecimento foi na Alemanha particularmente forte e persistente. Não se operou então uma qualquer ascensão da «economia urbana» à «economia territorial», mas sim a destruição de uma unidade económica europeia. Este desmoronar da economia europeia com a sua divisão do trabalho foi sentido principalmente pelos esteios dessa divisão do trabalho: as cidades. Os grandes centros do comércio e da produção industrial da época anterior como Bruges, Lubeque, Nuremberga, Veneza perderam importância. A imponência do Augsburg do tempo dos Fugger e dos Welser era mais um epílogo do que um começo. O horizonte económico, intelectual e político da burguesia amesquinhou-se. O muito apregoadado «capitalismo primitivo» do séc. XVI foi de facto o fim de uma época económica. Mais uma vez, o processo de regressão não foi um curto episódio, mas um fenómeno histórico duradouro, de importância universal, sem o qual não se pode compreender quer a evolução política e económica da Alemanha, incluindo o séc. XIX, quer a sua situação presente. «Tendo isto em vista, torna-se porém ainda mais necessário, exactamente no que se refere à imagem que nos dá a história alemã, voltar a um juízo imparcial sobre os séculos anteriores, libertando-nos da pseudo-história evolutiva que, visto a economia alemã por volta de 1700 ter um ar mesquinho, pretende que anteriormente ainda o era mais. As conhecidas teorias dos estádios agiram, de maneira particularmente perniciosa, precisamente nesta direcção» (RÖRIG)¹⁶.

Na realidade as coisas não se passam absolutamente nada como nos esquemas baseados na evolução e no progresso, qualquer que seja a sua origem. Quando SCHMOLLER pretendia que no decurso da evolução as unidades economicamente integradas eram cada vez maiores, em termos de superfície habitada e de população, estava a ignorar as épocas longas e essenciais de regressão. Também SOMBART cometeu um erro ao pretender estabelecer uma evolução gradual desde a economia autónoma da alta Idade Média até ao capitalismo

moderno, passando pela época da produção artesanal. *A concepção de base está errada.* Tais doutrinas da evolução e teorias dos estádios agem como uma lente que deforma a imagem da paisagem e que devemos pôr de lado para a ver tal como ela é.

B. Ordem económica e não estilo económico

RANKE pede que se julgue cada época histórica, não em função «daquilo que dela saiu, mas sim do que ela é em si própria, na sua própria existência». De facto, assim deveríamos fazer. Quem na história procura apenas linhas de evolução corre o risco de não ver nas épocas recuadas mais do que precursores das seguintes, o séc. XIV como precursor do séc. XV, o séc. XVIII precursor do séc. XIX, e não a época em si, o indivíduo em si, o acontecimento histórico na sua existência própria. A teoria dos estádios económicos pretendia é certo, não só descrever o processo de evolução, mas também reduzir a realidade económica de cada época a um denominador comum: a economia da antiguidade eventualmente à economia doméstica, a da alta e baixa Idade Média à economia urbana. Surge assim a questão de saber se isso é possível. Em relação à teoria dos «estilos económicos» na versão spiethoffiana, visto ela deixar na sombra a ideia de evolução, esta é a única questão pertinente. Pode-se, recorrendo a tipos reais como «economia autónoma», «economia doméstica», «economia regional» ou «capitalismo», retratar a forma económica de uma época qualquer, na sua determinação concreta, histórica? Esta segunda questão, a que se tem agora de responder, é mais radical do que a primeira. Pois pergunta-se se, através dos tipos usuais, se pode *de facto* obter uma representação inteligente da realidade histórica.

Também aqui seria inútil tentar responder com base numa reflexão metodológica. Tem de se observar o método

em acção para responder à questão e só o estudo da própria economia histórica permitirá decidir.

1. Factos históricos

Começemos com alguns casos do mundo antigo e medieval. Peguemos por exemplo no império romano na época de Augusto, mais precisamente nas duas regiões mais avançadas do ponto de vista económico: o Egipto e a Itália. No Egipto vigorava ainda o princípio imemorial que atribuía ao Estado a propriedade da terra, sendo os camponeses rendeiros daquele. Organizados em associações obrigatórias, os felás trabalhavam sob a supervisão e as ordens de funcionários do Estado. Só com permissão do governo podiam vender eles próprios produtos agrícolas; em regra, a maior parte dos seus produtos devia ser entregue nos celeiros do Estado que asseguravam em seguida a distribuição. Os primeiros imperadores romanos procuraram criar também no Egipto uma classe de proprietários privados independentes. Continuavam assim a política ptolemaica. Mas a grande massa da população rural continuava a viver nos velhos laços de dependência em relação ao Estado. Assim como muitos naturais empregados como artesãos, comerciantes, carregadores e marinheiros. Também eles se encontravam frequentemente em associações obrigatórias, dirigidas por funcionários do Estado. Ao lado deste sector da economia, baseado no felá não-livre, existia outro, essencialmente grego, com o seu centro em Alexandria, que atingira uma certa dimensão. Ali encontravam-se empresas industriais privadas de maior dimensão, firmas comerciais com extensas relações e empresas de navegação. Numericamente contudo, este sector da economia mercantil era pequeno, comparado com o velho sector monopolista de Estado, dirigido centralmente, que englobava a grande massa da população.

Uma imagem completamente diferente oferecia a ordem económica da Itália daquela época. Na agricultura italiana, tinham-se desenvolvido, ao lado das pequenas explorações camponesas bem implantadas, grandes propriedades e empresas de média dimensão que ocupavam a maior parte da superfície. Os agricultores estavam ligados ao mercado em medida variável. Menos, os pequenos camponeses que produziam eles próprios por exemplo os tecidos, mas adquiriam aos comerciantes e artesãos outros bens de consumo e alfaias agrícolas pagos com a venda de azeite e vinho. Mais, as pequenas e grandes empresas que produziam em maior medida para o mercado e estavam assim mais integradas na economia mercantil, especializando-se na produção racional de bens agrícolas vendáveis. Na indústria urbana predominava a pequena e média empresa, que empregava em parte trabalhadores livres, em parte escravos. A independência das empresas não era em geral entravada por organizações corporativas.

No decurso do séc. I d. C., o camponês independente desapareceu quase completamente. Recuaram igualmente as explorações médias e grandes, onde se empregavam escravos, características da época precedente. Em seu lugar, a terra italiana é cada vez mais cultivada por pequenos rendeiros em grandes propriedades que pertencem, por uma parte, ao imperador, por outra, a uma pequena camada de proprietários privados. Uma outra forma de cultura com novos problemas sociais e económicos deu então à agricultura italiana, e simultaneamente a toda a economia, uma nova fisionomia. Tinha-se imposto a economia dos colonos. Tinha nascido em Itália uma nova «ordem económica». Seria anti-histórico procurar *um* «estilo» que retratasse a economia italiana tanto no tempo de Augusto como no de Adriano e ainda eventualmente a economia egípcia.

Dois séculos mais tarde, no tempo de Diocleciano e Constantino, no começo do séc. IV, a ordem económica do

império romano apresentava as seguintes características. Uma direcção semi-estatal da economia tinha substituído a privada. Sem dúvida, a propriedade privada continuava a existir, mas a sua disposição era em larga medida limitada. O colono ou rendeiro decaiu para uma situação de semi-escravo. Doravante estava hereditariamente adstrito ao seu senhor, à terra e ao ofício. Também nas cidades, muitos artesãos e comerciantes estavam hereditariamente ligados ao seu ofício, integrados em corporações obrigatórias e constrangidos a aplicar os preços oficialmente fixados. Dado o camponês produzir ele próprio a maioria dos produtos industriais de que necessitava, as vendas dos artesãos e comerciantes aos camponeses eram reduzidas. O principal cliente de produtos industriais era o exército, por conseguinte o Estado. As oficinas maiores eram em regra geridas pelo próprio Estado, que recorria a operários adstritos hereditariamente, à maneira egípcia, às várias oficinas. A dificuldade fundamental com a historiografia económica da antiguidade reside no facto de as fontes só para os séculos mais recentes e para alguns países serem suficientes para se conhecer em certa medida a estrutura da ordem económica: mesmo para a Atenas clássica do séc. V a. C. e para o muito falado «cosmos» espartano da mesma época, assim como para a economia grega do tempo de Homero, podemos apenas formar uma imagem parcial. – O que porém é claramente perceptível é a multiplicidade das ordens económicas realizadas e que é impossível apreender esta diversidade histórica por meio deste ou daquele estágio ou estilo¹⁷.

Desde o começo da *alta Idade Média*, em parte ainda antes, que é possível conhecer as ordens económicas, não só nos seus aspectos particulares – existência ou não de trocas mercantis, por exemplo –, mas na sua organização e na sua estrutura. No milénio medieval, não faltaram as transformações propriamente revolucionárias na ordem económica e

frequentemente coexistiam, numa mesma época, em lugares diferentes, diferentes ordens económicas. - *Grosso modo*, poder-se-ão distinguir duas épocas na economia medieval: a época em que os senhores feudais dominavam no campo económico, e a época - desde mais ou menos o séc. XII - em que, tendo-se as cidades largamente emancipado da tutela dos senhores feudais, temporais e espirituais, os grandes mercadores, instalados nas cidades, se tornaram os mais importantes organizadores da economia. As cruzadas sobretudo e a colonização alemã no Leste estão estreitamente ligadas a esta transformação. Não se pode identificar a primeira época com a economia natural e a segunda com a economia monetária ou a primeira com a economia doméstica e a segunda com a economia urbana. Nenhuma destas designações é adequada. Além disso não tocam no ponto essencial porque não tornam perceptível a *estrutura da ordem económica* medieval. Os domínios senhoriais com os seus servos da gleba, que até ao séc. XI constituíam a norma, correspondem a uma ordem económica diferente da situação posterior de renda feudal em que a direcção efectiva da economia escapa cada vez mais ao senhor feudal. A passagem à renda feudal significava a dissolução da velha ordem, uma redução significativa da exploração directa do senhor feudal, a transferência aos camponeses da direcção das explorações, donde uma alteração das relações sociais e também uma maior integração do camponês na economia mercantil. - No Norte da Europa e em algumas partes da Europa central tinha-se contudo mantido o camponês livre; ainda aqui existia portanto uma outra ordem económica na agricultura. Além disso, temos de ter presente que, mesmo nos primeiros cinco séculos da Idade Média, existiam relações comerciais não desprezíveis que contudo - com excepção de algumas mercadorias isoladas - abarcavam só algumas partes do espaço económico europeu.

A segunda época, em que os grandes mercadores tendiam a ocupar cada vez mais o centro da ordem econó-

mica pan-europeia, traduziu-se na fusão da Europa num *único* grande espaço económico em que as diferentes partes se encontravam interligadas em matéria de abastecimento e escoamento de bens de grande importância como géneros alimentícios e vestuário. Sobre isso já dissemos anteriormente o suficiente. Mas, mais um vez, seria contudo um erro concluir apressadamente e sem precauções a uma «unidade de estilo» desta época. Subsistiram sempre grandes diferenças na estrutura da ordem económica entre o Sul, ou seja o Mediterrâneo, e o espaço a norte dos Alpes. As corporações, por exemplo, desenvolveram-se muito mais cedo no Sul do que no Norte. Mas, mesmo dentro do Sul e dentro do Norte havia diferenças significativas nas ordens económicas: *Lubeque* - para dar pelo menos um exemplo - procurou no séc. XV com a sua política económica preservar posições adquiridas, limitando a imigração de artesãos exteriores, criando corporações fechadas, adoptando globalmente uma política conservadora. Na mesma época, *Nuremberga* adoptava uma política de liberdade de empresa, de livre imigração, de concorrência e em geral de expansão. A ordem económica era nas duas cidades totalmente diferente. Contudo, ambas eram governadas por mercadores-patícios. Onde porém, como em *Friburgo*, os artesãos tinham conquistado o governo da cidade, a ordem económica era ainda, mais uma vez, diferente, a posição monopolista das corporações artesanais muito mais forte, e a limitação das importações de outras cidades impôs-se com grande vigor, levando ao recuo do comércio a longa distância. A simples comparação destas três cidades na mesma época mostra a coexistência de três ordens económicas distintas. Não se diga agora que tais diferenças não afectavam a essência da realidade económica. Afectavam-na e em grande medida. A diversidade das ordens manifestava-se continuamente no quotidiano económico dos mercadores, artesãos, camponeses, merceeiros, retroseiros, etc. Mas também na ascensão ou declínio de toda uma cidade ou região¹⁸.

2. *Ordens económicas*

Estas observações sucintas sobre a economia da antiguidade e da Idade Média deverão por agora ser suficientes. Juntemo-las à imagem da realidade económica contemporânea e poderemos, tendo em mente a questão levantada, fazer algumas constatações essenciais à apreensão de *toda* a realidade económica em *todas* as épocas.

1. Quer se trate da economia do Egipto antigo, da Roma de Augusto, da França da alta Idade Média, da Alemanha de hoje ou de outra qualquer, os planos económicos e a actividade económica de todos e de cada um, do camponês, do senhor feudal, do comerciante, do artesão ou do operário, inserem-se no quadro de uma «*ordem económica*» qualquer e só têm um sentido no quadro dessa ordem. O processo económico decorre sempre e em toda a parte sob certas formas, ou seja, no quadro de uma ordem económica historicamente dada. As ordens positivas, historicamente dadas podem ser más, mas sem *uma* ordem não há, no fim de contas, actividade económica possível.

Se observássemos a Terra do alto, vendo o extraordinário bulício de gente, a diversidade das ocupações, o encadeamento das actividades e as correntes de mercadorias, a primeira questão que colocaríamos seria: no quadro de que *ordem* se realiza tudo isto? A questão tem toda a razão de ser. Não podemos dizer nada com sentido, sobre o que se passa lá em baixo, se desconhecemos essa *ordem*. - Provavelmente já muitos colocaram a questão da ordem ao observarem um formigueiro. Porém, entre a ordem do formigueiro e a ordem da economia humana existem grandes diferenças. Uma dessas diferenças é que o formigueiro tem uma ordem constante. Não a economia humana. Se alguém observasse a Alemanha de 1700 à *vol d'oiseau* e perguntasse quais as características da ordem económica em que os indivíduos se moviam, teria

obtido uma resposta diferente da de um observador de hoje. E quem hoje vê primeiro a China e depois a Alemanha obtém respostas diferentes.

Há *uma* instância central que dirige o quotidiano económico ou são os inúmeros indivíduos que tomam as suas próprias decisões? Consiste esta ordem em pequenas entidades económicas, autárquicas, independentes – talvez economias familiares – cada uma com a sua direcção central? Então o conjunto é uma justaposição de pequenas entidades económicas dirigidas centralmente: seria possivelmente o caso nalgumas regiões da China por volta de 1900. Ou há órgãos de administração central de maior dimensão que operam uma regulação geral do quotidiano económico como nos domínios senhoriais da alta Idade Média? E, se muitas unidades económicas elaboram planos independentes, mas estão porém dependentes umas das outras e mantêm relações económicas entre elas – como por exemplo na Alemanha por volta de 1900 –, pergunta-se de que espécie é a ordem das relações mercantis que as unem. Quais são as regras do jogo? – A visão *à vol d'oiseau* permite, não só aperceber uma corrente de mercadorias, mas mostra também como, dia após dia, os indivíduos realizam determinadas actividades interrelacionadas. Em que ordem se opera este emprego diário da mão-de-obra? Ter-se-ia, em 1940 por exemplo, podido observar que na Rússia e nos Estados Unidos havia indivíduos em actividade nos campos e nas fábricas. Qual era a ordem em matéria de relações de trabalho em ambos os países? O estudo mostraria que num caso e noutro estamos em presença de ordens muito diferentes, que na Rússia também nas relações de trabalho prevalecem traços da economia de direcção central, enquanto na América predominam as relações contratuais livres.

Na agricultura, na indústria, no comércio e nos transportes existiram e existem sempre, em todos os países, ordens parciais; as relações de trabalho estão em toda a parte ordenadas de uma certa maneira e do mesmo modo existe sempre

uma certa ordem monetária. Todas estas ordens parciais se entrosam umas nas outras e constituem simplesmente segmentos da ordem global, ou seja, da respectiva ordem económica. Por exemplo, a ordem económica francesa contemporânea ou a ordem económica bizantina do séc. XI.

No passado, surgiram e desapareceram as ordens económicas, numa multiplicidade grandiosa e à primeira vista incalculável. Se se quisesse por exemplo descrever as ordens económicas que, por volta de 1700, se verificavam concretamente nos diversos países europeus, na Índia e na China, nos países da América do Sul e nas diversas regiões africanas, apresentar-se-ia uma série de quadros tão variada quanto interessante. No séc. XX, as ordens económicas mudam rapidamente em cada um dos Estados - e não só nos países industrializados - e continuam a coexistir ordens de espécies muito diferentes; comparem-se por exemplo as ordens económicas da Inglaterra, da Rússia e do Japão em 1935. A ordem económica de um país consiste na totalidade das formas ali realizadas, nas quais se desenrola quotidianamente o processo económico.

2. Como surgiram as ordens económicas do passado e do presente?

A maioria formou-se no decurso da evolução histórica; só poucas foram criadas com base num plano geral. Na antiguidade, na alta e baixa Idade Média, nos primeiros séculos da idade moderna e nas civilizações extra-europeias as ordens económicas eram em regra «espontâneas». A vontade de introduzir determinados princípios básicos na ordem económica não foi em geral determinante no seu surgimento. Elas formaram-se no quadro das respectivas condições naturais e ao sabor dos acontecimentos políticos, internos e externos, e económicos, sem obedecer a um plano geral. Sem dúvida que muitos Estados da antiguidade e da idade moderna e muitas cidades da Idade Média influenciaram, pela sua política

económica, a sua estrutura económica. Apesar disso, estas ordens económicas não deixam de ser «espontâneas», pois tais intervenções não resultavam na maioria dos casos de um plano geral de reorganização de toda a economia ou de esferas particulares, como a agricultura, o artesanato, a indústria ou a moeda. Antes recebiam o seu impulso de um qualquer conflito político interno ou externo. Elas surgiam caso a caso. Quando por exemplo alguma cidade medieval, ao tomar medidas em matéria de política de preços, ao restringir o direito de entrada ou ao proibir as corporações, transforma a ordem económica vigente, tal acontece devido a uma dada luta pelo poder ou com vista a eliminar certos inconvenientes, não porém com o desígnio de impor uma ordem previamente pensada, por exemplo, a todo o artesanato da cidade.

Só em poucas situações históricas é que certos «*princípios básicos*», definidos racionalmente, estiveram na origem da criação de ordens económicas. Deviam então ser postos em prática princípios gerais que levassem à criação de uma ordem funcional para toda a economia ou para determinadas esferas. Entra nesta categoria a grande reformulação das ordens económicas que se operou na transição do séc. XVIII para o séc. XIX e na primeira metade do séc. XIX. Propriedade privada, liberdade dos contratos e concorrência tais eram os princípios com base nos quais se devia criar uma ordem para a economia. Partindo do conhecimento da articulação geral do quotidiano económico e da descoberta que a concorrência era um princípio regulador altamente eficaz, a economia política clássica tinha desenvolvido estes princípios e identificado as grandes reformas que os deviam pôr em prática. Acreditava-se e esperava-se que através de «um sistema simples de liberdade natural» (A. SMITH) se podia estabelecer uma economia concorrencial bem ordenada. Surgiram assim ordens económicas através da criação de «*constituições económicas*». Por «constituição económica» devemos entender as decisões gerais sobre a ordem vigente na vida económica de

uma comunidade. Existem naturalmente também constituições parciais para a moeda, para a agricultura ou para as relações de trabalho, por exemplo.

Mas mesmo quando as constituições económicas pretendiam pôr em prática a ordem da economia ou de determinada esfera económica, desenvolveram-se frequentemente, com base nas constituições económicas, ordens económicas *de facto* que não correspondiam, ou não correspondiam plenamente, ao espírito das constituições económicas. Este estado de coisas é característico por exemplo do fim do séc. XIX e do começo do séc. XX. De acordo com os princípios da maioria das *constituições* económicas modernas deviam ser postas em prática a propriedade privada, a liberdade dos contratos e a concorrência. Porém, as *ordens* económicas de facto que se elevaram sobre estes fundamentos constitucionais afastaram-se cada vez mais dos princípios das constituições económicas. Em medida crescente, por exemplo na indústria, a liberdade dos contratos foi utilizada para, pela constituição de cartéis, eliminar a concorrência. Em importantes sectores da economia, como os do carvão e do ferro, o princípio da concorrência foi assim em larga medida eliminado pela evolução de facto. A liberdade dos contratos foi múltiplas vezes utilizada para alterar as formas de mercado e criar estruturas de poder. Contra todas as expectativas, o «sistema simples de liberdade natural» não realizou a ordem concorrencial. - Segundo exemplo. Veja-se a ordem monetária inglesa no mesmo período. A lei bancária de PEEL de 1844 era uma lei conforme à constituição económica. Em matéria de criação de moeda deviam aplicar-se determinados princípios, resultado de uma cuidada reflexão teórica: concentração da criação de moeda de crédito nas mãos de um banco central monopolista e limitação da distribuição de moeda de crédito no essencial ao caso da compra de ouro. Sobre esta base económico-constitucional desenvolveu-se uma ordem monetária inglesa, que de facto, sem ela, não poderia ter surgido, mas se revelou muito

diferente daquilo que os criadores do sistema de PEEL pretendiam. Estes homens tinham na realidade pensado só na moeda fiduciária e não na moeda escritural. E assim se formou uma ordem monetária, caracterizada pela criação de moeda por parte do banco emissor de notas e pelos bancos de crédito privados, pela via da distribuição de crédito e sob a forma de moeda escritural, regulação da quantidade de moeda pelos efeitos em tesoura das políticas de desconto e de *open market* e, finalmente, domínio do mercado monetário inglês pelo Banco de Inglaterra. De uma maneira que a constituição monetária que lhe serve de base não previu.

Resumindo, podem distinguir-se - em função da sua origem - duas espécies de ordens económicas: as «espontâneas» e as «instituídas». Ainda que a primeira tenha largamente predominado no passado, na época mais recente a segunda tem vindo a ocupar cada vez mais o primeiro plano. Porque o mundo moderno, industrializado, não permite a «geração espontânea» da sua ordem económica. É verdade que as ordens económicas, na maioria dos casos, têm um aspecto diferente do previsto pelos princípios das respectivas constituições económicas. - A diferença que se encontra na formação das ordens económicas existe de maneira análoga noutros sectores da vida social. Por exemplo, na formação das ordens jurídicas concretas. A história e a sociologia do direito mostraram que as normas jurídicas, ou se formam espontaneamente, ou são instituídas. - Ou então pense-se no urbanismo. A maioria das cidades surgiram sem plano geral, cresceram à volta de um núcleo, e desenvolveram-se com base em muitos planos individuais de muitos arquitectos ao longo de gerações. Da mesma maneira surgiram as ordens económicas «espontâneas». Paralelamente, houve e há cidades criadas com base num plano de urbanismo geral, como por exemplo muitas cidades europeias fundadas no séc. XVIII. Mas, também no caso delas, o desenvolvimento efectivo posterior não se operou frequentemente de acordo com o plano de

urbanismo e as ideias a ele subjacentes, mas afastou-se dele substancialmente. Da mesma maneira, a situação efectiva das ordens económicas «instituídas» não é frequentemente a realização das ideias subjacentes às constituições económicas¹⁹.

3. As ordens económicas não são assimiláveis às correspondentes *ordens jurídicas*. A situação em matéria de ordem *económica* tem a ver com as formas no quadro das quais se desenrola o processo económico quotidiano, não com as normas jurídicas.

Por exemplo, da constatação que num dado lugar existia juridicamente propriedade privada não se pode concluir nada de seguro quanto à ordem económica. Seria totalmente erróneo deduzir por exemplo da existência de propriedade privada que ali predominava a «economia mercantil». Entre os romanos e na alta Idade Média havia como se sabe propriedade privada. Contudo, existiam na época romana e na alta Idade Média muitas explorações agrícolas pequenas e grandes que em si representavam essencialmente unidades económicas «centralmente dirigidas» e poucas relações «mercantis» mantinham. Do mesmo modo se podem encontrar hoje no Sudoeste da Europa - e em países com propriedade privada - unidades económicas familiares que poucas relações económicas têm com outras unidades económicas. Estas comunidades são pequenos corpos económicos dirigidos centralmente. Muitos países orientais adoptaram completamente as leis civis fundamentais dos países da Europa central e ocidental, apesar de a sua ordem económica ser totalmente diferente. - Ou então considere-se a ordem económica que, após 1933, se veio a realizar na agricultura alemã, onde a influência de instâncias superiores de direito público, centralizadas, sobre os planos económicos individuais das empresas e a orientação da oferta de acordo com um plano central fazem aparecer nitidamente - apesar de o direito à propriedade privada subsistir - elementos da economia de administração central.

Inversamente, a ausência de propriedade privada não significa por si só direcção centralizada da economia. Quando em vários reinos do Oriente antigo toda a terra pertencia ao soberano, isso não implicava que a direcção da produção tivesse de vir do rei. Foi o caso em certos países e em certos séculos. Noutros países e noutros séculos, os camponeses rendeiros tinham aparentemente liberdade para manterem relações mercantis e a falta de direito de propriedade traduzia-se apenas em impostos. Estes factos tornam tanto mais difícil o conhecimento económico-histórico: a constatação da existência de determinadas instituições jurídicas permite tirar poucas e pouco seguras conclusões quanto à ordem económica. - Se, dentro de dois mil anos, a ciência só conhecer as nossas normas jurídicas mais importantes, não conseguirá obter uma verdadeira imagem da nossa ordem económica. - De 1900 até hoje, a Alemanha teve sempre o mesmo direito de propriedade, ou seja, o direito de propriedade do código civil. Mas quantas ordens económicas não conheceu a Alemanha neste meio século! Durante as duas grandes guerras, passaram ao primeiro plano as formas de direcção centralizada do processo económico fazendo recuar as formas mercantis. A seguir à primeira grande guerra, numa época de formação acelerada de cartéis e *konzerne*s, mais uma vez se alterou a estrutura da ordem económica: em largas esferas da indústria, realizaram-se outras formas da economia mercantil. Após 1933, novas formas de economia centralmente administrada ocupam o primeiro plano. Continuando sempre em vigor o mesmo direito de propriedade... (Sem dúvida que, na definição da ordem económica, o direito de propriedade não é algo de acessório. Mas o direito de propriedade só por si não cria uma ordem económica.) A norma jurídica permanece, mas a sua função altera-se... com a ordem económica.

O mesmo problema visto do lado oposto: se o tribunal imperial, em fins do século passado, não tivesse confirmado a validade jurídica dos cartéis, a formação de cartéis na

Alemanha não se teria realizado da maneira que se realizou. Mas, para explicar o movimento de cartelização em si, e por que razão em determinadas indústrias surgiram determinadas formas de cartéis enquanto noutras a formação de cartéis foi insignificante - donde resultou uma ordem económica industrial «mista» - têm de se invocar razões totalmente diferentes. - Ou considerem-se, na mesma época, os sindicatos operários e as associações patronais dos empresários: uma condição prévia para o seu surgimento foi o direito de coligação vigente. Mas que tais grupos de poder tenham de facto surgido, como e onde é que eles surgiram, que política conduziram, são coisas que não se podem deduzir da ordem jurídica vigente.

Ordem económica e ordem jurídica não são pois idênticas. - Constatar isto não significa negar ou minorar a influência que a configuração da ordem jurídica muitas vezes exerce sobre a ordem económica, da qual os exemplos anteriores já dão uma certa ideia. - Tão-pouco se pode contestar que, inversamente, a evolução da ordem económica tem frequentemente reflexos na configuração da ordem jurídica. A ordem jurídica - na medida em que ela é economicamente relevante - surge na maioria dos casos para dar uma configuração a certos factos económicos *pré-existentes*. Da mesma maneira que o direito de família não criou a família, mas sim a família formou-se primeiro e, em seguida, o legislador quis dar-lhe uma certa forma, também assim é na maioria dos casos na economia. O legislador e a jurisprudência procuram, através das normas e das decisões de justiça dar forma a uma ordem económica pré-existente. - Mais: frequentemente são os próprios actores do processo económico que criam normas jurídicas no quadro da ordem económica. Assim, na Alemanha dos últimos decénios, as «condições comerciais gerais» de determinadas empresas industriais ou de uniões da indústria, do comércio, da banca e dos transportes. Esta «auto-legislação

económica» (GROSSMANN-DOERTH) suplantou uma boa parte do direito civil alemão.

Estas relações entre ordem económica e ordem jurídica variam no decurso da história. Neste ponto, não é ainda possível dizer nada de geral. É necessário antes estudá-las no quadro da situação histórica particular.

4. *A experiência simples, pré-científica é incapaz de conhecer uma ordem económica concreta.* Faltam-lhe os métodos de raciocínio e o seu horizonte é demasiado estreito. Não apenas por o indivíduo pré-científico só se interessar habitualmente pela ordem económica presente. Porque nem mesmo a respectiva ordem económica ele pode conhecer, pelo menos correctamente. Um determinado industrial, artesão ou agricultor alemão conhece eventualmente aquela parte da ordem económica alemã contemporânea em que ele próprio se insere. O artesão sabe dos seus mercados de matérias-primas e produtos acabados, conhece as condições em que pode obter mão-de-obra para a sua empresa, está ao corrente de certas normas jurídicas importantes no seu caso particular e também tem presentes alguns regulamentos da sua própria corporação. Mas a ordem económica alemã na sua totalidade não a conhece nem pode conhecer. Cada agente económico vive no *seu* próprio ambiente. Ele tem uma imagem da forma deste. Mas este seu ambiente é só um pequeníssimo quarto no gigantesco edifício da ordem económica moderna.

A *ciência* é pois a única a poder responder à questão da estrutura da ordem económica. É uma questão à qual *têm* de responder, não só todos os economistas, mas também todos os historiadores económicos, porque sem a sua solução não se pode apreender a realidade económica na sua lógica interna. - Trata-se porém sempre de uma questão extremamente difícil.

Primeiro, porque, para as épocas anteriores, é preciso esgotar muito cuidadosamente as fontes e ser-se consequente no questionar para tornar visível a ordem económica vigente. A quem pretende investigar a ordem económica do séc. XV na Alemanha meridional não dizem inicialmente muito as informações sobre as normas jurídicas vigentes na altura, sobre a situação económica de certos artesãos, sobre certos preços ou sobre o volume de negócios de algumas firmas. Se ele quiser discernir como é que o sistema dos *verlegers* funcionava na cidade e nas zonas rurais, como é que existia aqui uma ordem económica mercantil com fortes posições individuais - no estilo da grande sociedade comercial de Ravensburg - e como é que várias formas da economia de direcção central se tinham fundido com múltiplas formas da economia mercantil, tem já de interpretar muito bem as fontes. Se ele conseguiu formar uma imagem da ordem económica, então os dados sobre os preços das mercadorias, sobre os volumes de negócios ou sobre os rendimentos dos trabalhadores a domicílio começam a ter algum sentido. Porque agora começa a haver ordem na justaposição aparentemente caótica das informações isoladas e dos factos constatados.

Com isto, contudo, ainda não está identificada a dificuldade decisiva que se opõe ao conhecimento das ordens económicas. A pobreza das fontes para as épocas mais recuadas é um sério obstáculo, mas não o maior. Mesmo a ordem económica contemporânea na qual vivemos e as ordens económicas anteriores das quais nós próprios fomos testemunhas não são fáceis de conhecer. Perguntamos por exemplo qual a ordem económica alemã no tempo de Guilherme II. Na maioria dos casos a resposta será: nessa altura dominava na Alemanha o «capitalismo». Com isso não se diz contudo ainda nada sobre a *estrutura da ordem económica*. - Dir-se-á ainda que reinava o *laissez faire*. Também com isso não se diz nada. Alguma ordem existia, ainda que não fosse uma ordem que o Estado tivesse definido em todos os seus pormenores. Em

todo o caso, uma ordem que a expressão *laissez faire* não retrata. - Então, «economia de mercado livre»? Também esta resposta é insuficiente. Certamente que existia a liberdade dos contratos; mas, no quadro desta liberdade, nasceram formas das mais diversas espécies, desde a concorrência integral até ao monopólio bilateral. Que aspecto tinham estas formas? Sobre isso, a palavra «economia de mercado livre» não nos diz nada. Sem contar que existiam então, nos agregados familiares e na agricultura, ainda muitas entidades que de facto não pertenciam ao tipo economia de mercado. Portanto, «economia de mercado livre» é uma designação grosseiramente simplificadora, logo inexata, que não nos diz nada sobre as formas elementares da ordem económica alemã de então nem sobre a maneira como elas se combinavam.

O que a ciência tem de fazer, em contrapartida, é designar rigorosamente as ordens parciais e mostrar como é que as ordens parciais se combinam para formar uma ordem global. Dado o carácter solidário do processo económico global, resultante da divisão do trabalho, exclui-se a eventualidade de a ordem económica parcial numa esfera particular ter uma vida própria. Um exemplo: como se sabe, a esfera monetária na Alemanha até 1914 era determinada pelo padrão ouro que vigorava igualmente na maioria dos países civilizados e ao qual se aplicavam regras do jogo particulares. Quando se apresenta o padrão ouro, em regra não se vai além da descrição técnica do seu funcionamento, ou seja, que se considera a ordem monetária, em si, separada do resto. Na realidade - como diz LUTZ - «um determinado sistema monetário [está sempre] subordinado a uma determinada ordem económica». A ordem monetária de então só podia ter existência numa determinada ordem económica e só nela podia funcionar. Sobretudo, ela pressupunha que na Alemanha o desenrolar do quotidiano económico não era determinado por uma instância centralizada, que prevaleciam portanto as formas elementares da economia mercantil, que nesta economia mercantil a concor-

rência com preços elásticos era preponderante, e que da política comercial do Estado resultava uma sólida inserção das economias nacionais na economia mundial. Logo que na Alemanha e nos outros países, após 1924, o carácter da ordem económica se alterou, logo que passaram a conduzir-se políticas conjunturais autónomas, logo que o sistema de preços se tornou mais rígido e que a política comercial passou a complicar mais do que anteriormente as trocas comerciais, o padrão ouro já não se podia manter por muito tempo como elemento da ordem económica, e por isso as tentativas de o re-introduzir falharam. Só por este exemplo, já se vê que a ordem de uma esfera particular tem de ser entendida no quadro da ordem económica geral, o que naturalmente só a ciência pode fazer. Isto é igualmente válido para a ordem do mercado de trabalho ou do mercado de produtos.

Desta maneira fica definida em poucas palavras a missão da ciência: *ela tem de conhecer as ordens económicas concretas na sua estrutura. Nisso consiste o segundo problema fundamental da economia política.* Dado que o processo económico quotidiano varia em função da configuração da ordem económica vigente, o conhecimento da ordem económica constitui mesmo o primeiro passo no conhecimento da realidade económica²⁰.

3. *Estilos económicos?*

Do que ficou dito resulta também a resposta à questão que colocámos à partida. Conseguem-se, através de «estilos económicos» e outros tipos semelhantes, retratar a economia concreta e assim «representar a realidade vivida nas suas diferenças essenciais» (SPIETHOFF)?

A resposta é negativa.

Primeiramente: os construtores de estádios e estilos abarcam numa olhadela a história da economia europeia ou de

determinados povos ou séculos, pegam nalgumas diferenças que lhes saltam à vista e chegam assim aos seus tipos. Para isso, eles não partem da única questão que lhes abriria o caminho para a realidade económica de uma época: a questão da estrutura da ordem económica. Eles perguntam antes - de maneira demasiado vaga - qual a «essência» ou o «normal» da realidade económica. Construídos mais ou menos ao acaso e não a partir da questão relativa à ordem económica, os vários estilos tornam mais ou menos visível (em geral muito pouco) a estrutura dessa ordem. Peguemos por exemplo no estádio ou estilo económico «economia urbana». Abstraímos totalmente do facto que esta economia urbana de facto nunca existiu na Idade Média, como vimos anteriormente. Mesmo que a economia da alta e baixa Idade Média tivesse consistido numa tal justaposição de pequenos domínios económicos, fechados ao exterior, o estilo económico «economia urbana» seria uma construção inutilizável. Porque ele não nos diz praticamente nada sobre a ordem económica daquela época. Estas economias urbanas eram eventualmente corpos económicos dirigidos centralmente? Ou consistia cada economia urbana numa justaposição de unidades económicas individuais que mantinham entre si relações económicas? Qual o aspecto dessas relações? Qual era o seu suporte? Dominavam os monopólios? Até que ponto e em que forma? E como é que estas formas elementares se combinavam para formar um todo? O estilo económico «economia urbana» não dá resposta a nenhuma destas questões. Tão-pouco como tipos tais como «artesanato», «economia aldeã» ou «economia regional». Também o estilo económico «economia nacional» não nos diz nada sobre a ordem económica. E mesmo que se acrescente que a economia nacional pode ser «economia de mercado livre» ou «economia planificada», tais designações são demasiado imprecisas. Comparem-se por exemplo as «economias nacionais» italiana e americana de 1936. Que diferença! Ela exprime-se na diversidade das duas ordens económicas; mas

designações como «economia planificada» ou «economia de mercado livre» são totalmente insuficientes para a descrever. - É ainda o tipo «economia doméstica» que melhor salienta o carácter da ordem económica. Pois esta construção aponta para um direcção centralizada do corpo económico, sem contudo o apreender rigorosamente e sem esclarecer qual a forma da economia de direcção central que se encontra ali realizada.

Em segundo lugar: com a construção de estádios e estilos económicos opera-se uma ultra-simplificação. As várias épocas devem ser classificadas «monisticamente» do ponto de vista económico, quando de facto se verifica em geral nelas uma multiplicidade de formas. Crê-se encontrar desta maneira a essência da realidade histórica que estaria por detrás das aparências. Na verdade faz-se desaparecer precisamente o essencial, e estas entidades conceptuais são - como diz MAX WEBER - «utilizadas como um leito de Procrustes, onde a história deve ser forçada a entrar».

Quando se procurou caracterizar a economia da antiguidade simplesmente como economia doméstica, comeceu-se - abstraindo de outras inexactidões históricas - o erro de querer introduzir à força num esquema único a multiplicidade das formas económicas antigas. Uma expressão como economia de *οἶκος* aponta para um esquema uniforme, quando na verdade - como o nosso curto esboço das páginas 77 *sqq.* mostrou - a realidade era múltipla e variável. Ainda outro exemplo: durante a revolução francesa as ordens económicas sucederam-se de maneira extremamente rápida. Os primeiros anos, entre 1789 e 1793, levaram à eliminação da ordem antiga, principalmente do feudalismo e dos privilégios da época medieval e do período mercantilista, e à imposição de uma ordem diferente em que dominavam os traços da economia mercantil. A partir de 1793, sob a pressão das dificuldades da guerra e com a vitória dos clubes jacobinos, deu-se uma inversão da política económica: tabelamento legal, requisição

das provisões, fornecimentos obrigatórios, racionamento e, parcialmente, direcção administrativa do trabalho de todos os camponeses na colheita comum. Com a queda dos jacobinos em 1794, começa o refluxo da economia de administração central para a economia mercantil. Esta rápida sucessão das ordens económicas foi do ponto de vista histórico geral do maior significado. Sem ela é impossível compreender as variações dos salários e dos preços, do comércio externo, do desemprego, da escassez de capital, ou seja, de todo o quotidiano económico francês da época. Acontecimentos estes que, por sua vez, tiveram uma influência considerável sobre o processo político revolucionário e contribuíram por exemplo para a eliminação dos jacobinos. Os citados construtores de estádios e estilos não tomaram em consideração esta sucessão nem *podiam* tomar. Para eles, a revolução francesa constitui eventualmente a época da «economia nacional» nascente ou inclui-se no «capitalismo primitivo». Desta maneira, o essencial da história desaparece por detrás das palavras²¹.

Em terceiro lugar: muitas construções de estádios e estilos conduziram a isolar demasiado os fenómenos económicos do contexto histórico geral. O exemplo citado da revolução francesa já nos dá uma ideia do facto. A ordem económica tem de ser considerada, não só em si, mas também como parte de toda a vida de um povo, neste caso do povo francês. Pois que é *isso* que ela é. Através dos citados estilos ou estádios separa-se porém mentalmente a realidade económica dos outros aspectos da realidade. Para dar ainda mais um exemplo: a realidade económica no tempo de Diocleciano só se pode compreender em relação com o despotismo totalitário do baixo império. Quem recorre porém aos estilos, desde a economia doméstica até à economia nacional, não está em condições de tornar perceptível esta relação. Quando pensamos na nossa economia contemporânea vemo-la imediatamente como parte das condições gerais de existência da população, interligada com a sua essência natural, espiritual e

política. Temos de nos habituar a ver da mesma maneira o passado. Os estádios e os outros tipos reais pretendem retratar a realidade económica, ou seja a vida concreta, e facilitar assim a sua compreensão histórica. Mas ao criá-los está-se a cindir a totalidade histórica tal como ela é vivida²².

4. «Capitalismo»

A economia euro-americana do último século é substancialmente diferente de todas as economias do passado. Tornou-se necessário exprimir peremptoriamente este facto, incluindo em termos de conceitos. Para isso recorreu-se ao conceito de «capitalismo», uma noção largamente aceite pela opinião pública e de uso generalizado. Numerosos autores procuraram determinar as características e os limites deste conceito. – Para nós surge assim a questão: pode-se restituir esta nova realidade económica através da palavra «capitalismo» com o sentido que ela habitualmente assume?

Estamos perante um facto histórico de grande importância que é a industrialização. Ela começou há aproximadamente século e meio na Inglaterra e continua hoje com todo o vigor. O seu périplo do planeta está longe de terminado. No começo do séc. XIX ela atingia os países da Europa ocidental e central – Alemanha, França, Bélgica, Suíça... – e a costa oriental dos Estados Unidos. No fim do século assentou pé no Japão. A partir de 1928 é a Rússia que sob a direcção do novo poder se lança num processo de industrialização de grande envergadura. Actualmente, o ritmo acelera-se: a China, a Índia, o Brasil, a Turquia, vários Estados balcânicos e a Espanha querem industrializar-se e estão a industrializar-se. A Inglaterra por volta de 1850, a Europa e os Estados Unidos ainda no começo deste século imaginaram poder ser indefinidamente a oficina industrial do mundo; hoje vemos que o mundo inteiro, desde que as condições naturais o permitam, começa

a transformar-se em oficina industrial. Esta revolução industrial, sem paralelo na história universal, não só salta de país para país, mas continua a desenvolver-se em toda a parte - mesmo nos países de velha industrialização como a Inglaterra e a Alemanha - aparecendo continuamente, à medida que ela se desenrola, novas formas económicas. Se a ciência quiser perceber como é que este enorme processo, no decurso do qual a vida dos indivíduos sofreu imensas transformações, se desenrolou e desenrola, tem de encará-lo do ponto de vista da história universal. Isto é: na sua articulação geral com a totalidade histórica das nações e da humanidade. O seu surgimento na situação intelectual, política, económica particular da Europa, a destruição das velhas formas da produção industrial e agrícola, a transformação social das nações, os fenómenos de massificação, a sua influência sobre a formação dos Estados, a condução da guerra e a vida religioso-espiritual dos povos, tudo isso exige uma perspectiva universal de abordagem deste prodigioso processo histórico. Poder-se-á então compreender porque é que a industrialização se desenrolou de maneira diferente na Inglaterra e no Japão ou na Rússia, porque é que ela ora se desenvolveu dentro das velhas formas, transformando-as lentamente, ora as destruiu completamente. - E ainda um segundo ponto: a ciência tem de precisar no quadro de que *ordem* económica começou a industrialização de um país ou de um continente e como é que ela por seu turno transformou a ordem económica. As ordens económicas em que ela teve origem foram muito diversas: na Inglaterra, Alemanha e outros países europeus predominava a economia mercantil. Noutros países como a Rússia e a Turquia foi directamente o Estado que com medidas administrativas interveio centralmente pondo em marcha o processo de industrialização. «A civilização é uma enorme vaga, dizia KEMAL PACHÁ, e quem não se prepara para nadar com ela afoga-se ou é arrastado.» A partir de *baixo* é provável que nestes países a industrialização não teria sido tão rápida.

Faltavam para tal forças endógenas e além disso o peso da tradição era demasiado grande. Então, foi o Estado que de maneira centralizada a pôs em marcha, o que lhe conferiu um carácter totalmente diferente. Diferente foi também o seu efeito sobre o modo de vida destes povos. – Perspectiva histórico-universal e reflexão em termos de ordem económica têm igualmente de se conjugar se se quer explicar o fenómeno histórico que hoje se designa por «crise do capitalismo»: a enorme transformação das formas económicas em que vivemos que não se pode de modo algum perceber em termos exclusivamente económicos.

Tudo o que se opõe ao ponto de vista histórico-universal e ao pensamento em termos de ordens económicas dificulta a compreensão da natureza e da evolução da economia moderna. *Ambas* as coisas se produzem porém com a utilização do conceito de «capitalismo» e em particular com o uso que dele é feito.

O que o conceito de «capitalismo» devia produzir era muito; mais ainda do que os outros «cortes transversais». Não se pretendia com ele representar simplesmente a «essência» do fenómeno que estaria por detrás dos fenómenos históricos concretos e que constituiria o objecto principal da economia política. Isso era o que se pretendia também com os outros cortes transversais, como economia urbana ou economia doméstica. Antes se via e vê no capitalismo a substância actuante da economia moderna. Os fenómenos concretos, como por exemplo a destruição das velhas actividades artesanais, a formação de cartéis, a expansão do comércio mundial, a transformação da estrutura social das nações, são vistos como acções de um ser real, o capitalismo justamente, e a sua crise como uma decadência deste ser. MARX e os seus discípulos contribuíram em grande medida para difundir esta maneira de pensar. Em muitos discípulos de MARX e noutros autores o capitalismo aparece mesmo como substância personificada

ou como pessoa. Relata-se o que o capitalismo provocou na Europa e no resto do mundo, que ele há-de continuar a sua obra de destruição em todo o planeta, que o capitalismo maduro se tem caracterizado por um ritmo particular de ascensão e queda e que se tornou mais calmo, ponderado, sensato como convém à sua idade avançada, que ainda destrói porém massas de mercadorias e explora os trabalhadores. Por vezes tratar-se-á simplesmente de peculiaridades de expressão, mas na maioria dos casos é mais do que isso: tornou-se corrente conceber o capitalismo como substância criadora ou como um ser real, actuante. A massa dos indivíduos gosta de resto de pensar em termos de tais categorias e de lhes conferir ainda por cima uma certa coloração sentimental.

A este propósito seria de observar primeiramente que se comete um erro lógico grave, ou seja o erro de *hipóstase*. Coisifica-se, objectiva-se ou personifica-se uma ideia geral. A fuga para a ideia geral personificada «capitalismo» substitui-se à verdadeira investigação da realidade. - Alguém pergunta porque é que se procedeu no Canadá, Brasil e outros países à destruição de trigo, café e outros géneros alimentícios. E explica que é precisamente desta maneira que o capitalismo actua, considerando que com isso respondeu à pergunta. É muito cómodo; mas na verdade nada ficou explicado. Porque é que esta entidade singular, o «capitalismo» destrói massas de bens neste ponto e noutros não? - O observador devia estudar as formas de mercado concretas e descobriria então como e porquê, em certas formas de mercado monopolísticas, acontece destruírem-se massas de mercadorias e porque é que noutras formas de mercado isso não acontece. Devia pois penetrar na realidade e não se confiar a esquemas conceptuais.

Crê-se com tais descrições dos actos do «capitalismo» ser-se moderno e na verdade recai-se no pensamento mágico. Reencontramos aqui o velho erro do realismo filosófico. - O uso do conceito de «capitalismo» causou ainda danos em duas outras direcções.

Ele dificulta ou torna impossível a compreensão histórica. Esta é *uma* das consequências. Porque é fácil, por um lado, explicar o nascimento da entidade «capitalismo» a partir da história geral e por outro separar a sua ulterior vida, actos e morte do devir histórico geral. Aos olhos destes observadores, o capitalismo após o seu nascimento tem uma existência própria. Não se vê que a economia - e com ela a industrialização - é, sempre e em *cada* momento, parte do curso geral da história, com o qual ela está em interacção permanente, nem em que medida ela está em relação *contínua* com todas as manifestações concretas da vida das nações. A figura do capitalismo, com a sua evolução desde o capitalismo primitivo até ao capitalismo maduro, torna-se um *deus ex machina* com o qual se solucionam aparentemente os problemas económicos concretos. Ignoram-se relações históricas manifestas, essenciais: é fácil constatar que a revolução francesa e as transformações na política externa e na estrutura interna dos Estados que ela provocou também modificaram a estrutura económica da Europa, que a guerra de 1914-1918, os tratados de paz e as revoluções que se lhe seguiram, e a guerra de 1939-1945 foram determinantes para a vida económica, incluindo no futuro próximo. Porém, quem vê no capitalismo a personificação da economia moderna e reduz os acontecimentos económicos a manifestações desta entidade, fica cego perante tais relações com a história geral e pode chegar à conclusão «que, em geral, os acontecimentos políticos não são determinantes para a evolução económica e que, em particular, a evolução do capitalismo foi praticamente independente das grandes revoluções políticas do século passado» (SOMBART). Toda a discussão a propósito da «crise do capitalismo» sofre igualmente da falta de uma perspectiva histórica geral. Só partindo do movimento histórico geral da actualidade, do vigoroso processo de formação de Estados - que começou com a idade moderna e tomou nos últimos decénios uma configuração particular, fazendo sentir a sua influência em

todos os domínios -, do avanço do nacionalismo e de outras ideias que se tornaram dominantes, e conjugando tudo isso com o estudo dos factos económicos, se pode compreender a transformação das ordens económicas e do quotidiano económico. Em termos de história universal tem pois de se perguntar: como é que a evolução histórica geral, espiritual, religiosa, política, social e económica, levou a uma tão profunda transformação da realidade económica? Quem coloca a questão em termos de «essência» do capitalismo e procura ali a resposta, está já a abordar o problema de maneira a-histórica, errónea e demasiado estreita. O pensamento ainda é mais anti-histórico quando se acredita numa evolução determinista desta essência.

A *segunda* consequência é que, dado o conceito de capitalismo não nos dizer nada sobre *a estrutura da ordem económica*, não é apropriado para uma descrição da realidade económica. Cada um lhe introduz a concepção de ordem económica que lhe convém: anarquia da produção, economia concorrencial, *laissez faire*, domínio da economia por forças monopolistas ou direcção da economia por um Estado económico dominado por forças anónimas. Pior ainda: desde o começo da revolução industrial há aproximadamente 150 anos, a humanidade viveu, numa sucessão relativamente rápida, as múltiplas alterações e a justaposição característica das ordens económicas concretas. Trata-se de uma multiplicidade também de grande importância do ponto de vista histórico geral. Era missão da ciência, e continua a sê-lo hoje, estudá-la em profundidade. Mas a palavra «capitalismo» devora essa multiplicidade. Como é que se pode compreender a profunda transformação da ordem económica euro-americana desde 1920 se se coloca o problema em termos de «crise do capitalismo»? Ou seja um conceito que não exprime a estrutura da ordem económica do mundo moderno? - Na sua busca da *essência* da realidade económica, escapou a estes observadores a *intuição* dessa realidade²⁵.

*

Exactamente no que *parece* ser o seu ponto forte reside uma fraqueza fatal do método de construção de cortes transversais. Nesta escola pensava-se e pensa-se ter o sentido da realidade histórica. Porém, não só se criaram séries evolutivas anti-históricas, mas também entidades conceptuais que isolam indevidamente os acontecimentos económicos do curso geral da história, impedem a compreensão histórica e dificultam ainda o conhecimento das ordens económicas²¹.

C. Teorias temporalmente determinadas?

Subsiste ainda a outra questão. – Abstraiamos do facto que os estilos e estádios não retratam a realidade económica. Suponhamos mesmo provisoriamente que eles não contêm este erro que lhes retira todo o valor. Poder-se-ia então, partindo desta base, chegar a «teorias históricas» ou «teorias descritivas» ou «teorias temporalmente determinadas» ou pura e simplesmente «teorias»? Poder-se-ia, por exemplo para o capitalismo, elaborar uma teoria temporalmente determinada que só fosse válida para *ele* e que com o seu desaparecimento perderia a sua validade? Ou seja, é possível construir para as várias épocas teorias temporalmente determinadas? Também a esta questão, a que com frequência se responde sem hesitar e algo ingenuamente pela afirmativa, se deve responder pela negativa.

1. Para começar convém relevar um facto curioso que não tem recebido a merecida atenção e que deveria levar-nos a reflectir. Há mais de um século que vem sendo dito por economistas proeminentes que para cada época, estádio ou estilo se deve elaborar uma teoria temporalmente determinada. Mas até hoje não se construiu com êxito uma única dessas teorias.

Afirmou-se que os clássicos tinham construído, para a *sua* época, uma dessas teorias e que a teoria clássica seria

apropriada para explicar o processo económico, especialmente na Inglaterra, em meados do séc. XVIII e começo do séc. XIX. A teoria clássica seria então uma teoria temporalmente determinada e a missão dos economistas seria desenvolver para os outros países e civilizações outras teorias temporalmente determinadas. - Esta caracterização do carácter lógico e do domínio de validade da teoria clássica é inexacta, como vimos anteriormente. Reside aqui, não só um equívoco sobre as relações dos clássicos com a história, mas também um desconhecimento da ordem económica de facto na época dos clássicos que não era de modo algum puramente concorrencial.

Também a teoria *moderna* não oferece - contrariamente à opinião de alguns dos próprios teóricos - uma descrição ou uma explicação do quotidiano económico do «capitalismo». Ela faz menos e mais do que isso. *Menos*, na medida em que não descreve qualquer realidade económica concreta, logo também não a do chamado capitalismo. Ela consiste em instrumentos mentais que precisam ser primeiro aplicados para poderem explicar articulações concretas. - *Mais*, na medida em que as proposições teóricas correctas representam instrumentos mentais apropriados para, estando realizadas determinadas condições, serem utilizadas para explicar as articulações concretas de *todas* as épocas históricas e não *apenas*, de modo algum, da época capitalista ou da época contemporânea. Também a teoria moderna não pode ser considerada como uma teoria temporalmente determinada²⁵.

O desejo imperioso de gerações inteiras de investigadores no sentido de disporem de teorias válidas para o período respectivo, ou seja teorias temporalmente determinadas, está em contradição frontal com a sua total falta de satisfação.

2. *Porque* é que, porém, a exigência programática de teorias temporalmente determinadas não pôde ser satisfeita?

Peguemos por exemplo no muito citado estilo económico da «economia urbana». É possível criar para ele uma

teoria «descritiva» temporalmente determinada? Não. Porque ele não nos diz nada sobre a ordem vigente na economia urbana. É indubitável que o quotidiano económico de uma cidade se desenrola de maneira diferente em ordens económicas diferentes. As corporações estão todas em situação de monopólio, estão pura e simplesmente proibidas ou são controladas pela administração urbana? A administração da cidade intervém directamente no abastecimento da população? Se tal é o caso, como e em relação a que bens? Enquanto não se tiver respondido a todas estas questões não se pode abordar o problema do processo económico no espaço urbano. Não é pois por acaso que ainda não se inventou nenhuma «teoria» para a economia urbana. É porque é impossível.

A mesma coisa no que se refere ao «capitalismo». Dado que o conceito de «capitalismo» não descreve a estrutura da ordem económica moderna, ele é inadequado como base de análises teóricas. – De resto, as ordens económicas nos chamados países capitalistas eram e são tão diversas e variáveis que faltam as condições prévias para a criação de *uma* teoria destinada a explicar o quotidiano económico no «capitalismo». Se porém a teoria se apresenta com esta pretensão, então simplifica demasiado e afasta-se da realidade económica. Quando se pergunta por exemplo como é que se desenrola o processo de investimento no «capitalismo», já a própria pergunta está errada. O investimento varia com a estrutura da ordem económica e depende das formas da economia mercantil ou da economia de administração central e do sistema monetário concretos, formas que não transparecem do conceito de «capitalismo». – Por muito sagazes que sejam as deduções teóricas, elas servem de pouco quando a investigação parte de uma constelação de condições definida de maneira tão vaga e indistinta como a que o conceito de «capitalismo» oferece. O sub-solo em que assenta o edifício teórico é pouco seguro; a sagacidade e a negligência aparecem aqui curiosamente associadas.

«Economia urbana», «capitalismo» e todos os outros cortes transversais, estádios e estilos não definem, nenhum deles, uma constelação de condições inequívoca e delimitada. Como porém toda a teoria tem de conter proposições sobre relações necessárias em determinadas condições, é impossível elaborá-la quando não se oferece como base uma constelação de condições clara. Como instrumentos analíticos da investigação teórica são inadequados. Assim, a pretensão de criar teorias temporalmente determinadas é uma pretensão irrealizável que não será mais realizada no futuro do que no passado. Em suma, este método que devia permitir superar a grande antinomia falha redondamente. Não logra, nem retratar a multiplicidade das formas históricas (A e B), nem, com base nos cortes transversais que se construíram, elaborar teorias (C). Não torna possíveis nem a história nem a teoria. Falha em suma no conhecimento da realidade económica. O método também não se pode salvar com pequenas correcções. Por exemplo falando de «estilos económicos» em lugar de «estádios económicos». O que está em causa não são estas diferenças de pormenor. *O método está errado na sua orientação fundamental.*

*

Com isto chegámos ao fim do nosso balanço crítico. Vontade de apreender a realidade económica, na verdade não faltou. Sem dúvida que no domínio das questões económicas se fazem sempre notar os economistas conceptuais e os ideólogos, e não há qualquer esperança de eles jamais desaparecerem. Mas no meio da sua verborreia destacam-se nitidamente as vozes numerosas dos que procuram com seriedade e energia apreender realmente a realidade económica.

Contudo, constatou-se que nenhuma destas tentativas teve êxito. Ou se contornou a grande antinomia ou tentou-se efectivamente superá-la num ataque frontal, mas sem êxito. A crítica frequente de que a economia política não tem contacto com a realidade provém na maioria dos casos de

grupos de interesses para quem ela é uma ciência incómoda e é nesta medida irrelevante. Mas quando provém de círculos científicos não é desprovida de justificação. Falta à economia política um método completo e seguro para apreender cientificamente a realidade económica. Falta-lhe um método perfeito para aceder à experiência científica. Não consegue romper, com a segurança necessária, através da observação superficial do quotidiano para ver a realidade tal como ela é. Este estado de coisas é sentido instintivamente por muitos economistas e não-economistas. Espero ter tornado claro porque assim é.

Todos os esforços devem ser envidados no sentido de ultrapassar esta situação. Mas, dado as visões teóricas tradicionais falharem perante a grande antinomia, devemos atacar-nos de novo ao próprio objecto. Está excluído continuar simplesmente com uma determinada orientação, por exemplo uma orientação «histórica» ou uma orientação «teórica». Inicialmente, abstraímos de todo o conteúdo teórico da economia política tradicional. Neste ponto a posição tem de ser radical. Não presuponemos inicialmente teoria económica de nenhuma espécie. *Antes nos limitamos a observar a realidade económica quotidiana e a colocar questões.* Trata-se de conhecer a realidade económica em toda a espontaneidade. Tal não significa menosprezar as grandes contribuições do passado. Pelo contrário. Justamente porque nos viramos para a realidade e não para as autoridades, estabelecemos no decorrer da investigação uma relação correcta com as contribuições científicas realmente grandes do passado.

A crítica que precede constitui uma preparação decisiva à abordagem dos factos. Pois, através da crítica, adquirimos uma visão completa do problema: ao primeiro problema fundamental - a questão da articulação do quotidiano económico - veio juntar-se o segundo - a questão da estrutura das ordens económicas em que se desenrola o quotidiano económico. Resolvendo estes dois problemas para uma dada comu-

nidade e um dado período chega-se ao conhecimento da realidade económica. Demonstrou-se que a experiência quotidiana não permite resolver aquelas duas questões. O conhecimento da realidade económica tal como ela é hoje e tal como ela era outrora só se pode atingir através da solução científica dos dois problemas cardeais, como se viu, intimamente ligados²⁰.

Terceira Parte

O conhecimento científico da realidade económica

Os construtores de cortes transversais distanciaram-se dos pormenores concretos a fim de encontrarem a «essência» ou o «normal» da realidade económica. Por esta via não atingiram o objectivo. - Procuremos nós, em direcção oposta, o acesso à solução dos dois problemas fundamentais. *Em lugar de nos distanciarmos dos pormenores da realidade económica, abordemos com determinação a realidade económica e precisamente os seus pormenores.* - Isto pode parecer inicialmente paradoxal. Como é que nós queremos chegar a problemáticas gerais e à análise teórica estudando o individual? Pois bem, veremos onde esta via nos leva. Porque, também nesta matéria, o que conta é o resultado.

Queremos romper totalmente com o hábito dos economistas que consiste em deixar o conhecimento preciso dos factos económicos concretos do presente aos práticos ou aos gestores, e o dos do passado, aos historiadores. São precisamente os factos individuais que nós queremos investigar rigorosamente. - Não no sentido de nos precipitarmos no mar dos factos. A simples intuição quotidiana não é evidentemente suficiente. Uma camponesa que há várias dezenas de anos vai ao mercado semanal pouco conhece das articulações em que se

insere. Logo à partida, a ciência distingue-se desta atitude pré-científica perante a economia *pelo carácter radical das suas questões e pela penetração racional dos factos*. - Para isso ordenamos - pelas razões citadas - os dois problemas de maneira diferente, investigando primeiro as ordens económicas e só depois a articulação do processo económico quotidiano.

PRIMEIRO CAPÍTULO

Factos

I. Factos do presente

Para começar com o que me está mais próximo, com o presente em que vivo hoje, que vejo eu? - Bom, por exemplo, uma frutaria e outros comércios de retalho, uma oficina de sapateiro e outras empresas artesanais, algumas fábricas, explorações agrícolas, a família em que vivo, outras famílias e muitas outras entidades semelhantes. Penetro nalgumas destas entidades e estudo-as²⁷.

O empregado A., que trabalha nesta fábrica de seda artificial, vive com a sua família de três pessoas numa urbanização operária. Dois factos sobressaem ao estudar-se este agregado familiar. Primeiro, o facto de ele não levar nenhuma existência separada, mas estar intimamente relacionado com empresas e outros agregados familiares: o marido trabalha na fábrica de seda e recebe de lá o seu rendimento, a mulher compra géneros alimentícios, vestuário e a maioria dos outros bens consumidos pela família em empresas comerciais ou a agricultores e artesãos. Além disso, a família possui uma conta na caixa económica, está pois em relações com uma instituição financeira. - Em segundo lugar, a família produz também para si própria. Este é o segundo facto importante. Na horta, a família cultiva, segundo um plano determinado, várias espécies de legumes e batatas, que ela

própria consome. Nesta medida, produzem-se bens que não entram na troca com outros agregados familiares ou empresas. O agregado familiar é pois simultaneamente duas coisas: membro de uma larga economia mercantil e suporte de uma pequena economia autónoma. - Naturalmente que as duas coisas estão relacionadas. Por exemplo, o que a família cultiva depende também dos preços que ela tem de pagar pelos legumes e outros bens que adquire na economia mercantil. Mas o que importa aqui é sobretudo sublinhar o duplo carácter do agregado familiar.

Neste ponto entra em acção um processo de abstracção cuja compreensão é de importância decisiva. Destacam-se os aspectos particulares dos fenómenos individuais - este agregado familiar A. - e obtêm-se assim «tipos ideais». Em nítido contraste com a abstracção «generalizante», que pretende reter o que há de comum em muitos factos concretos e com a qual trabalham os construtores de estádios ou estilos, a abstracção por «acentuação e realce» ou «abstracção isolante» parte de um facto individual. (Teremos ainda numerosas ocasiões de encontrar esta diferença extremamente importante entre os dois processos de abstracção.) Foi com base *numa* única propriedade agrícola que JOHANN HEINRICH VON THÜNEN elaborou o seu tipo ideal do Estado isolado. Neste agregado familiar concreto A. encontram-se dois elementos constituintes. Realçamos um de cada vez e obtemos dois «sistemas económicos» diferentes: a «economia mercantil» e a «economia de direcção central»²⁸.

Um segundo exemplo, um pouco mais complicado: na fábrica de fiação e tecelagem T., da cidade de R., no centro da Alemanha, só se encontravam em 1929 formas elementares de carácter mercantil, com total ausência de traços da economia de direcção central. Mas as suas formas de inserção no mercado eram múltiplas. Para a venda dos seus fiados, tinha concluído acordos de cartelização com outras fiações alemãs;

nesta secção do mercado pertencia portanto a uma entidade monopolista de uma espécie particular. Em contrapartida, nos múltiplos mercados de tecidos onde ela intervinha, existia concorrência. Os salários eram, na altura, fixados por negociação entre a associação patronal e o sindicato dos operários dos têxteis, ou seja, por negociação entre entidades quasi-monopolistas. A electricidade era fornecida pela central eléctrica municipal que dispunha de um monopólio completo. - Cinco anos depois, em 1934, o quadro tinha-se alterado completamente. Através da lei sobre as matérias têxteis e outras medidas tomadas pelo Estado, esta empresa, como todas as outras empresas têxteis alemãs, foi submetida directamente a uma direcção centralizada. Para começar, a livre aquisição de matérias-primas cessara. O algodão e as outras matérias-primas eram atribuídas por uma instância central. A repartição das matérias-primas já não era deixada aos mecanismos anónimos do mercado, mas dependia de determinadas instâncias centrais. As proibições de investimento limitavam doravante a instalação de novas máquinas; também aqui aparece um traço da economia de direcção central. Mas também no que se refere à inserção da empresa na economia mercantil a situação se alterara. Associação patronal e sindicato tinham desaparecido. A intervenção do Estado na formação dos salários ia muito mais longe do que anteriormente. Os acordos de cartelização tinham sido proibidos e os preços da maioria dos produtos ou estavam tabelados ou eram determinados com base num método de cálculo precisamente definido. - Os factos que esta empresa isolada nos oferece, reduzimo-los por um processo de abstracção por acentuação e realce a puras formas e descobrimos, para além dos dois tipos fundamentais de «economia mercantil» e «economia de direcção central», que, na economia mercantil, se exprimem determinadas formas de oferta e procura: concorrência, monopólio e também tabelamento. São estas formas puras que interessam.

Finalmente, terceiro exemplo: a exploração do agricultor A. no Hesse é - como a maioria das explorações agrícolas - ao mesmo tempo agregado familiar e empresa. Encontravam-se nela em 1938 vários elementos da economia de direcção central. A exploração abastecia a família em carne, legumes e fruta. Nesta medida estão presentes fenómenos próprios de uma economia de direcção central em pequeno ponto. Simultaneamente, observam-se na exploração projecções de grandes corpos económicos de direcção central que determinam a sua estrutura: o agricultor tem de respeitar certos limites no que se refere ao cultivo de beterraba sacarina e lúpulo. Nestes dois ramos da produção, a exploração é simplesmente um membro de duas grandes entidades económicas de direito público e direcção centralizada que abrangem a Alemanha inteira. Ao mesmo tempo ela é igualmente membro da economia mercantil e também neste caso a inserção assume formas muito diversas e temporalmente variáveis. O centeio, os porcos, o leite e outros produtos eram vendidos em 1938, a preços tabelados, a determinadas instâncias, enquanto cinco anos antes os seus preços se formavam ainda no mercado. Ao vender o vinho, o agricultor podia em 1938 contar com preços mínimos; porém o preço que seria efectivamente pago resultaria do leilão. Tanto os salários dos operários agrícolas como os preços dos adubos químicos estavam tabelados. Todas estas formas eram importantes para o desenrolar do quotidiano económico do agricultor: sem a limitação das culturas, o agricultor teria cultivado mais beterraba sacarina e mais lúpulo; os esquemas de preços tinham-no levado a engordar mais porcos e a utilizar mais adubos azotados.

Ao isolarmos numa exploração agrícola, num agregado familiar ou numa empresa industrial actuais os elementos da ordem económica, deparamos com um resultado importante: é um facto que praticamente cada agregado familiar e cada empresa de hoje apresenta um carácter particular. E a diversidade é tanto mais aparente quanto maior a profundidade da

observação e o número de unidades económicas que se estudam. Mas a diversidade resulta só das diferentes combinações de formas económicas. O número de formas económicas puras não é ilimitado. Esta é uma constatação que se revelará rica em consequências no que se refere ao carácter geral da economia política. *Assim como a partir de duas dúzias de caracteres se pode formar uma enorme variedade de palavras de diferente composição e mais ou menos longas, também a partir de um número limitado de formas elementares, puras, se pode construir uma imensa variedade de ordens económicas concretas.* A missão da ciência é empreender, recorrendo ao processo de abstracção por acenuação e realce, os estudos mais completos. Completo significa: têm de se encontrar todas as formas económicas puras, todos os tipos ideais, que compunham ou compõem todas as ordens económicas concretas do presente e do passado.

II. Factos do passado

Com isto está também sumariamente descrito o método com que o economista tem de estudar a economia do passado, de outros países ou de outras civilizações. Também aqui não deve haver qualquer distanciação da realidade. E todas as generalizações precipitadas são de evitar. Há que estudar o facto concreto e a entidade económica concreta. Não é a historiografia que oferece grandes panoramas de decénios e séculos de história que é a mais útil à economia política - e precisamente também à análise teórica -, mas sim a que retrata com inteligência os fenómenos concretos.

Que esta alteração radical na atitude da economia política face à história - por necessária que ela seja - encontrará resistências é mais que seguro. Os velhos esquemas, estádios e estilos ainda se arrastarão - apesar da sua falta de contacto com a realidade - por muito tempo. Uma reflexão dos econo-

mistas orientada para o estudo aprofundado dos factos concretos, se bem que fácil de compreender, terá de se impor perante aquelas resistências. É portanto necessário, ao estudar por exemplo a economia alemã por volta de 1900 ou 1700, não criar tipos sintéticos, generalizantes, a fim de designar sumariamente a época: por exemplo, capitalismo maduro ou capitalismo primitivo. Têm pelo contrário de se analisar as entidades económicas concretas nas suas formas económicas puras. A síntese virá depois.

Peguemos na Idade Média e dispersemos o nevoeiro que as velhas teorias dos tipos reais espalharam sobre a sua grandiosa riqueza de formas históricas. Encontramos então domínios senhoriais de várias espécies, explorações de camponeses livres, empresas de grandes mercadores nas cidades; empresas artesanais, trabalhadores a domicílio, comerciantes retalhistas, intimamente associados com os respectivos agregados familiares. - Algumas, poucas, entidades económicas têm de ser estudadas em pormenor.

1. Escolho para começar o mosteiro de Bobbio, um domínio feudal do vale de Trebbia na Itália setentrional, de cuja economia no séc. IX L. M. HARTMANN traçou um quadro extremamente expressivo. Bobbio era um mosteiro rico. Possuía propriedades nas mais diversas regiões da Lombardia, algumas delas situadas a mais de 200 quilómetros do mosteiro, sendo as ligações em parte asseguradas por barcos próprios pelo Pó e Ticino. Contudo, Bobbio não era de modo algum o mosteiro mais rico do seu tempo e pode na sua estrutura ser considerado como representativo dos domínios feudais, espirituais e temporais, da Itália setentrional daquele período. - O centro desta grande entidade económica era o próprio mosteiro com os seus 36 edifícios anexos. Aqui se encontravam, não só a administração central, mas também os cómodos para as terras dos arredores em exploração directa

e para as actividades artesanais. A maior parte das terras feudais estavam em exploração directa: eram as terras dominiais. De facto, as propriedades estavam tão dispersas que nem todas as terras dominiais podiam ser cultivadas directamente pelo mosteiro, havendo várias quintas separadas dirigidas por feitores, estritamente subordinados à administração central. Havia uma certa divisão do trabalho, especializando-se algumas quintas em determinados bens: por exemplo, a propriedade do lago de Garda na produção de azeite. – Uma pequena parte das terras estava arrendada, quer a camponeses livres ou semi-livres, quer a servos da gleba. Ao todo eram cerca de 650 rendeiros. Na própria contabilidade da administração central aparecia claramente a separação entre a terra em exploração directa e a terra arrendada. Porém as duas partes estavam intimamente relacionadas. Para começar, no estatuto do trabalho. Nas terras dominiais utilizavam-se escravos que contudo não eram suficientes. De extrema importância eram pois as corveias dos rendeiros, ponto em que as formas dos contratos de trabalho eram muito variadas: os camponeses livres comprometiam-se a entregar, para além de fracções determinadas das colheitas, uma pequena quantia em dinheiro e, além disso, a trabalharem um certo número de dias de corveia nas terras dominiais. Nalguns casos somente uma ou duas semanas por ano, noutros também um ou dois dias por semana. Contudo, o servo da gleba estava em regra obrigado a corveias sem conto, enquanto a parte das colheitas era no seu caso menor. Por vezes, a corveia era a única obrigação do servo da gleba; neste caso ele era um caseiro servil e só se distinguiu do escravo por ter um lar próprio.

A produção artesanal concentrava-se no centro do domínio feudal, ou seja, nos edifícios anexos do mosteiro. Aqui trabalhavam em oficinas específicas padeiros e talhantes, sapateiros e tecelões, correeiros e armeiros, preparadores de pergaminhos, marceneiros, tanoeiros, etc. Além disso, também nas famílias dos rendeiros havia produções artesa-

nais, em parte para consumo próprio, em parte destinadas ao mosteiro. Que a direcção de um tão grande aparelho produtivo e a repartição dos bens de consumo entre os múltiplos intervenientes, assim como para fins culturais e de representação, constituía uma difícil tarefa administrativa é o que resulta claramente dos documentos.

Tão-pouco como a maioria dos domínios feudais da época, estava Bobbio economicamente isolado do exterior. Só por si, os pagamentos em dinheiro dos camponeses, que se montavam anualmente a cerca de 220 *solidi* de ouro, apontam para relações económicas monetárias. Diversos bens de que se necessitava - como por exemplo tecidos e especiarias - eram comprados. Bobbio tinha além disso obtido do imperador Luís II o privilégio de realizar feiras no seu território. O poder feudal tinha pois - o que também não era raro - autoridade sobre o mercado; o privilégio determinava mesmo expressamente que os mercadores estavam isentos de portagem à ida e à vinda.

O que é que, do ponto de vista da economia política, temos em Bobbio? Uma «*fusão*» peculiar de diferentes formas económicas num todo concreto. No centro deste universo encontra-se uma «economia de direcção central» a que se agregam as centenas de pequenos mundos económicos dependentes - as unidades económicas dos rendeiros - que representam também eles próprios, no essencial, pequenos corpos económicos «de direcção central». Encaixam-se por assim dizer num grande corpo de economia de direcção central. No quadro desta grande economia abacial não havia praticamente «liberdade de consumo» para os escravos, servos e camponeses semi-livres. Enquanto trabalhavam nas terras dominiais a afectação do trabalho também não era livre. Este facto também se revelará essencial na caracterização da economia de direcção central. Os indivíduos dependiam a todos os pontos de vista das ordens da direcção central. No que se refere aos contratos entre os indivíduos livres e a admi-

nistração feudal, aparece-nos um aspecto algo diferente da economia de direcção central que será igualmente abordado ulteriormente. Os trabalhadores livres não eram em princípio forçados a trabalhar em Bobbio. Mas a tradição e a duração dos contratos que em regra corriam por 29 anos tinham limitado fortemente a liberdade.

Os elementos da «economia de direcção central» eram pois «*dominantes*» em Bobbio. Eles dominavam, mas não eram os únicos presentes. Combinavam-se com eles elementos «*complementares*» de «economia mercantil», na medida em que Bobbio produzia para o mercado para poder comprar no mercado e a administração tinha de manter sempre uma certa quantidade de dinheiro em caixa para fazer face às necessidades do comércio. No seu todo, esta entidade económica era um complexo de formas económicas ideal-típicas, que nós podemos realçar individualmente para obtermos estas formas puras²⁹.

Se procedêssemos a análises semelhantes para a agricultura do séc. XIV, verificaríamos que, a partir de formas elementares análogas, mas noutras combinações, se tinham criado outras entidades económicas. Entretanto, como se sabe, a grande empresa agrícola tinha-se praticamente dissolvido. O suporte principal da agricultura era agora a exploração camponesa. A maioria dos bens era doravante produzida na família camponesa, para satisfação das suas próprias necessidades e também para o senhor feudal, e a sua produção obedecia a uma direcção centralizada em que os participantes eram os seguintes: o próprio chefe da pequena família, a comunidade da marca que distribuía a terra pelos seus membros e se pronunciava sobre os baldios, e finalmente o senhor feudal. Três entidades económicas se engrenavam assim neste processo de direcção centralizada. Alguns bens eram porém produzidos com vista à troca com vizinhos ou para venda na cidade, que era um centro de relações econó-

micas mercantis, e para cujos *verlegers* trabalhavam a domicílio muitos dos camponeses. Eles combinavam igualmente nesta ordem económica elementos de ambos os sistemas económicos, porém numa forma diferente e particular.

2. Também o artesanato medieval não estava organizado de maneira tão uniforme como a teoria da economia urbana pensava. Muito pelo contrário. A enorme diversidade que aqui se nos apresenta é dificilmente ultrapassável. Ela é particularmente estimulante porque se levanta neste caso com particular acuidade a questão de saber se é possível definir formas económicas homogéneas.

Para o artesão da Idade Média era crucial antes de mais saber se o seu ofício era «fechado» ou «aberto». Era sem dúvida frequente os ofícios serem «fechados», mas o grau de «fecho» e a sua forma eram variáveis. Nalgumas cidades, as autoridades fixavam por exemplo o número de bancas de talhantes, padeiros e sapateiros. Ao lado deste, encontrava-se muito espalhado outro método de «fecho»: a adesão obrigatória à corporação. Neste caso, e em particular se a corporação tinha o direito de recusar a entrada ou de exigir um elevado direito de entrada, era ela, e não as autoridades, que podia fechar o acesso ao ofício. Por vezes, os artesãos conseguiram mesmo reservar o ofício a certas famílias: assim, os tecelões parisienses já no séc. XIII. - Contudo, também frequentemente, as corporações foram incapazes de impor a adesão obrigatória. Em muitos casos tiveram de se contentar com uma limitação pouco rigorosa da entrada. Não raro, a administração municipal determinava que não se podia exercer um ofício sem pertencer a uma corporação, mas que a corporação não tinha o poder de recusar a entrada ou de exigir um direito de entrada. Assim, por exemplo em Pádua no séc. XIII ou em vários ofícios em Colónia no sé. XIV. É certo que o principiante tinha frequentemente que contar com a resis-

tência *contra legem* dos seus colegas. Mas, economicamente, esta forma de obrigação era totalmente diferente da outra, rigorosa.

Paralelamente, existiam na Idade Média em muitas localidades ofícios «abertos», onde a entrada era livre e onde não era necessário ser primeiro admitido numa corporação. Quando o conselho municipal, perante abusos de poder por parte das corporações, procedia à investidura de mestres livres, tratava-se sem dúvida de uma abertura limitada do ofício. Mas muitas administrações municipais foram mais longe. Já se viu o caso de Nuremberga. Brescia determinou expressamente em 1280 que toda a gente podia exercer todas as profissões artesanais e que não precisava de aderir a nenhuma corporação.

Seria um erro supor que todos os ofícios «fechados» constituíam monopólios ou que no quadro dos ofícios «abertos» reinava sempre a concorrência. Em todo o caso, a instituição de um *numerus clausus*, ou seja o fecho do ofício, constituía para os artesãos admitidos um valioso privilégio, que facilitava significativamente os acordos com vista à monopolização do mercado. Mas, quando o número de padeiros, talhantes ou sapateiros era grande - ele atingia em certas cidades 100 ou mais - a criação de monopólios, mau-grado o fecho, não era fácil. Além disso, a política da administração municipal era frequentemente dirigida contra os acordos monopolistas. - Inversamente, também nas cidades que praticavam uma política de liberdade de exercício dos ofícios os artesãos se podiam unir e criar uniões com vista ao domínio monopolista do seu mercado. Bolonha no séc. XIII é deste ponto de vista interessante. Ela praticava, como muitas outras cidades, uma política de liberdade de exercício, mas em certos ofícios - nem todos - tolerava as associações. As quais vieram de facto a constituir-se; por exemplo as dos alfaiates, dos carpinteiros e dos ferradores, que procuraram, pela pressão sobre os concorrentes, levá-los a aderir todos, recorrendo para isso a métodos que se nos tornaram familiares com as lutas mono-

polistas dos tempos modernos. Porém, nalguns casos, surgiram várias associações, por exemplo entre os sapateiros bologneses, onde no séc. XIII se relata a existência de quatro uniões, que, de forma modesta, representavam um oligopólio peculiar. - Não raro, existia também naturalmente nos ofícios abertos concorrência e, mais uma vez, em diversas formas: frequentemente era proibida pelo conselho municipal a formação de toda e qualquer associação, assim - no decurso do séc. XIII - em Landshut, em Goslar e em Zuriq. Ou então os artesãos de uma cidade, em concorrência mútua e com artesãos de outras cidades, vendiam os seus produtos em grandes mercados, como os ourives de Nuremberga, Colónia e Augsburgo que, na feira de Francoforte, vendiam eles próprios a sua mercadoria. Mas estes são casos isolados. Mais importante era o maior artesanato de exportação da Idade Média: o têxtil. Os tecelões de linho e de fustão das cidades da Alemanha meridional, por exemplo, trabalhavam frequentemente em concorrência uns com os outros e vendiam individualmente os seus produtos a mercadores que os escoavam nos grandes mercados. O mercador ou o *verleger* que dispunha de um forte capital ou os grupos de mercadores-*verlegers* estavam além disso muitas vezes em situação de monopólio. Muito mais favorável era a situação dos artesãos quando se apresentavam unidos perante os grupos monopolistas de mercadores e concluíam acordos colectivos de fornecimento. Tal aconteceu por exemplo em 1424 em Lubeque entre a corporação dos torneiros de âmbar amarelo e um grupo de grandes mercadores, que escoavam o âmbar amarelo para a Alemanha ocidental e meridional e para Itália. Aqui tinha-se portanto monopólio contra monopólio.

Lembremos finalmente que as autoridades municipais recorriam frequentemente ao tabelamento, especialmente no caso de mercados monopolizados, e teremos uma ideia da multiplicidade das ordens económicas do artesanato medieval. Simultaneamente, descobrimos também pontos de partida que

nos permitirão, através da abstracção por acentuação e realce, pôr em evidência determinados sistemas económicos ideal-típicos assim como as suas variantes⁴⁰.

3. Todas as economias históricas podem ser analisadas com este método: não só as dos povos europeus dos últimos milénios, mas também a economia do Egipto antigo, da Babilónia ou da China nas várias épocas da sua história. Abordaremos parcialmente estes aspectos mais à frente. (No Estado dos incas do séc. XV, encontrar-se-ia provavelmente a realização mais pura da economia de administração central.⁴¹)

Trata-se em todos os casos de isolar o individual - por exemplo as particularidades da economia familiar chinesa - e de nunca cair no erro de, ao procurar o «normal», limar os cantos do individual, concreto. Verifica-se sempre que é precisamente esta intuição penetrante do individual que conduz - talvez inesperadamente - à descoberta de um número limitado de determinadas formas puras fundamentais. A combinação destas formas fundamentais e a maneira como elas se «fundem» nas entidades concretas variam. Variam também as formas económicas «dominantes» e «complementares»; assim como variam as circunstâncias históricas gerais. - Apesar disso, encontram-se na multiplicidade das ordens económicas em que o homem viveu e vive certas formas constitutivas recorrentes.

A via para o conhecimento destas formas ideal-típicas que poderão talvez servir para superar a grande antinomia está doravante aberta. É já um começo. Mas ainda faltam duas coisas: primeiramente, a descrição exacta, científica, das várias formas ideal-típicas puras que até agora foram descritas de maneira imprecisa e na linguagem do quotidiano. E, em segundo lugar, uma apreensão sistemática destes tipos ideais: todas as formas puras que se encontram nas diversas economias concretas, históricas, devem ser postas em evidência e classificadas sistematicamente.

SEGUNDO CAPÍTULO

Os sistemas económicos

Para se porem em evidência de maneira exacta e ao mesmo tempo sistemática as formas elementares constitutivas não se pode mais uma vez proceder por axiomas ou de maneira especulativa. Sob pena de se dar aqui uma ruptura entre a experiência histórica e a análise teórica. Construir arbitrariamente modelos seria um erro grave, se bem que frequente. Também não se pode levar a cabo este novo estádio da análise através de uma distanciação da realidade económica. Pelo contrário: tem de se continuar sem desviar da via que se traçou. Se queremos realizar a tarefa que a partir de agora nos espera, temos de, apoiados nos resultados da investigação histórica, penetrar ainda mais profundamente nas entidades económicas.

Ao proceder-se assim ao estudo rigoroso das entidades económicas concretas chega-se em breve a uma constatação, que se revelará ulteriormente de grande alcance: *o dirigente de uma qualquer entidade económica age sempre de acordo com um plano económico*. Se se pergunta porque é que o agricultor A. trabalha hoje no seu campo, a resposta será: porque isso está no seu plano económico. E o operário da grande empresa agrícola? Em virtude do plano económico da direcção da empresa. Porque é que a dona de casa comprou hoje um quintal de batatas? Porque isso corresponde ao seu plano económico. Porque é que B. trabalha como torneiro na

fábrica de construções mecânicas? Em virtude do seu plano económico ou - se a sua afectação resulta de uma decisão das autoridades centrais - em aplicação do plano económico dessas autoridades centrais. Porque é que a administração do mosteiro de Saint-Gall, no ano de 980, fez realizar determinadas culturas? Da mesma maneira, em virtude do seu plano económico. Isto é igualmente válido no caso do dirigente de um templo egípcio em 500 a. C. Em todas as épocas e em toda a parte, a actividade económica humana consiste na elaboração e na execução de planos económicos. A precisão e o alcance temporal dos planos variam muito de indivíduo para indivíduo. É uma questão que abordaremos mais à frente. Sem planos é que não há actividade económica.

É pois pelo estudo do plano e da sua elaboração que se deve começar. Incluindo na identificação sistemática das formas elementares puras com base nas quais se constroem todas as entidades económicas históricas.

Desta maneira se conseguem apreender as duas formas fundamentais constitutivas puras que se depararam à investigação histórica em todas as épocas: os sistemas económicos ideal-típicos da «economia de direcção central», sem relações de troca, e da «economia mercantil». O sistema económico da «economia de direcção central» caracteriza-se pelo facto de todo o quotidiano económico de uma comunidade resultar dos planos de uma instância central. Se porém a economia social é constituída por duas ou por muitas economias autónomas, que elaboram e executam os seus próprios planos, então trata-se de uma «economia mercantil».

Traços de outros sistemas económicos - para além destes dois - não se encontram na realidade económica do presente ou do passado; também não é imaginável que se venham a encontrar outros.

I. A economia de direcção central: as suas duas formas

Na economia política mais recente levantou-se a questão de saber se a direcção centralizada da economia numa grande comunidade era realizável. Fizeram-se valer a este propósito sérias dúvidas. Em especial, contestou-se que numa tal economia, em que não havia no processo económico formação de preços, fosse possível um *cálculo económico* exacto e com sentido, pelo que a direcção central, na elaboração dos seus planos económicos, andaria às escuras. A direcção de um grande corpo económico dirigido centralmente encontrar-se-ia perante missões que ela, pura e simplesmente, não *podia* cumprir. - Com estas objecções, que têm um papel significativo nas discussões económico-políticas contemporâneas, levanta-se um problema de primeira ordem. De facto, a direcção de uma economia de direcção central pura, compreendendo dezenas de milhar ou milhões de indivíduos, encontraria a longo prazo sérias dificuldades porque o cálculo económico seria impossível. Apesar disso, pode-se ignorar *aqui* o problema do cálculo económico nos grandes corpos económicos de direcção central. Pois na realidade histórica que nós vamos agora abordar este problema não se pôs ou não se pôs com grande acuidade, por duas razões. A maioria das entidades económicas de direcção central eram e são pequenas, compreendendo por exemplo uma família com algumas dezenas ou uma centena de indivíduos. Nestas condições a direcção pode abarcar todo o processo económico *in natura*, o chefe de família pode avaliar directamente os bens e os serviços, e os valores podem ser exactamente determinados no cálculo económico. A «*economia de direcção central simples*» ou «*economia autónoma*», como nós designaremos esta pequena forma económica de grande importância histórica, resolve com relativa simplicidade o problema do cálculo económico. - O que é que se passa porém - segundo caso - com a economia de direcção central que, devido à sua dimensão,

necessita de um aparelho administrativo especial, ou seja a «*economia de administração central*»? Neste caso, dada a dimensão da comunidade e a quantidade de bens a avaliar, a quantificação dos valores é irrealizável. Enquanto na economia mercantil a raridade dos diversos bens se exprime nos preços e nos valores de troca, a economia de administração central não dispõe de nenhum método satisfatório para determinar com exactidão a raridade dos diversos meios de produção e produtos. A direcção não é pois capaz de afectar a mão-de-obra e os meios de produção materiais disponíveis de acordo com a raridade efectiva. – Ora, na realidade histórica, os elementos da economia de administração central aparecem na maioria dos casos combinados com elementos da economia mercantil. Por exemplo, produzem-se e distribuem-se de acordo com as directivas da administração central apenas alguns produtos agrícolas. Os preços da economia mercantil fornecem então uma certa base para o cálculo económico. Quanto mais sólida for esta base, menos «desestabilizantes» serão os elementos da economia de administração central e mais eles recuarão em relação aos elementos da economia mercantil. Caso contrário, o cálculo económico, e com ele a direcção precisa da economia, deparam – como a história mostra – com as maiores dificuldades³². Do estudo das economias históricas, resulta que o sistema económico da «*economia de direcção central*» aparece em duas formas: «*economia de direcção central simples*» (economia autónoma) e «*economia de administração central*». Verifica-se que não foi só em certos países e certas épocas que existiram elementos deste sistema económico – por exemplo, nas comunidades jesuítas do Paraguai, no Estado dos incas ou na Rússia dos anos quarenta do nosso século –, mas que eles estão presentes em toda a parte e em todas as épocas. Umhas vezes dominantes, outras vezes complementares e sempre combinados com elementos da economia mercantil. Nós vamos contudo isolá-los na sua pureza e realçá-los obtendo assim verdadeiros

tipos ideais. Aparecem-nos então ambas as formas nas três variantes seguintes:

1.A «*economia de direcção central completa*». Caracteriza-se por não se verificarem nela quaisquer relações de troca e por a aplicação das forças produtivas, a repartição dos produtos e o consumo dependerem da direcção central. Encontram-se importantes vestígios desta variante por exemplo nas economias familiares do passado e do presente, assim como em economias de administração central de outras civilizações e ainda no racionamento da habitação dos últimos decénios.

Na sua forma pura, enquanto tipo ideal, pode-se descrever assim: uma comunidade fechada de cerca de 30 pessoas, com 40 hectares de terra cuja actividade económica é dirigida por uma pessoa. Trata-se de uma «*economia autónoma*» pura. O chefe estabelece os planos económicos. Ele decide ano após ano das culturas, quantos hectares de milho, de trigo, de cevada, de batatas, etc., em que lugar terá de trabalhar cada dia cada um dos 17 membros da família aptos ao trabalho, se a habitação e os instrumentos de trabalho devem ser renovados ou ampliados, e de que maneira. Ele determina a técnica a utilizar, como e em que quantidade adubar cada terra, como lavrá-las e que instrumentos aratórios fabricar. Ele dá também instruções sobre a localização na terra das diversas culturas. Da mesma maneira, ele dispõe da colheita: quais as porções da cevada ou do centeio recolhidos que devem ficar para semente, servir para a alimentação dos animais ou ser panificados? Ele determina ainda quando é que estas porções devem ser semeadas, dadas aos animais ou transformadas em pão, quanto é que cada membro da família recebe de vestuário, de géneros alimentícios e de outros bens, e onde é que há-de habitar.

A direcção centralizada é conduzida de maneira tão radical que não é permitido ao indivíduo trocar os bens de consumo que lhe foram atribuídos por outros. Quando, por

exemplo, A recebeu num determinado dia 500 gramas de pão e 125 gramas de carne ele não pode trocar com B – que recebeu as mesmas quantidades, mas tem outras necessidades – pão por carne. As porções atribuídas tem o indivíduo de as consumir ou – se não o quiser – de as pôr novamente à disposição do chefe de família. Não há outra possibilidade. – Obviamente que só em certas circunstâncias é possível impedir a troca de bens de consumo: quando por exemplo as refeições são tomadas em comum, como na família moderna ou, nos corpos económicos de maior dimensão, quando o consumo se realiza em comum como entre os espartanos, ou então no caso de certos bens como a habitação, que não se pode trocar sem o acordo da instância central.

As ordens centrais regem, na versão pura desta variante, os cantos mais recuados e todos os actos económicos. A totalidade do quotidiano económico da comunidade está-lhe directamente subordinada. A economia de direcção central completa representa um caso limite. Há *um* planificador competente para todos os actos económicos. Por isso mesmo é que ela é interessante. Pois só nela se exprime completamente o sistema económico da economia de direcção central.

Na economia de direcção central completa (e nas duas outras variantes), a instância central atribui a cada um a sua profissão e o seu posto de trabalho. O trabalhador não pode fazer valer a sua vontade na escolha do seu posto de trabalho ou da sua profissão. A *escravatura*, na forma de escravatura de Estado ou de escravatura privada, e a *servidão da gleba* nas suas múltiplas variantes representam em suma a forma essencial das relações de trabalho na economia de direcção central. – As restrições à liberdade de estabelecimento e de escolha da profissão e a ligação a um determinado posto de trabalho, que se podem encontrar hoje em muitos países, podem ser consideradas uma segunda forma, atenuada, da direcção centralizada do trabalho. – Uma terceira forma consiste na dependência da nova geração em relação à anterior, tal como ela existe

por exemplo ainda hoje na China, onde a profissão e a ocupação de cada membro da família dependem das ordens do mais velho. Na economia de direcção central não há contrato de trabalho, há somente relações de trabalho.

2. Na «*economia de direcção central com livre troca de bens de consumo*» também é a instância central que determina a afectação das forças produtivas, a estrutura temporal da produção, a repartição dos produtos entre os membros da comunidade, a técnica a aplicar e a localização da produção. Mas - em contraste com a primeira variante - podem ser, pela troca, introduzidas por parte dos consumidores correcções na repartição dos bens de consumo atribuídos. Agora já é permitido a A e B trocarem, quando A deseja consumir mais pão e menos carne e B mais carne e menos pão. Na economia real é frequente que a atribuição de bens de consumo por uma instância central esteja conjugada com a liberdade de troca por parte do beneficiário. Muitas das entidades económicas históricas que mencionámos e em que predominavam os elementos da economia de direcção central devem ter conhecido a troca entre consumidores. Muitos leitores conhecem-na do tempo do seu serviço militar. Os soldados de uma companhia ou bateria recebem determinadas quantidades de pão, matérias gordas, cigarros, etc. e trocam entre si para ajustarem as quantidades às respectivas necessidades. Durante as guerras de 1914-1918 e 1939-1945, o pão de centeio, a carne, o açúcar, os tecidos e outros bens de consumo eram distribuídos por instâncias centrais governamentais através do sistema dos cartões de racionamento, mas existia a possibilidade para os beneficiários de procederem a trocas entre si.

Como tipo ideal puro, a economia de direcção central com livre troca dos bens de consumo parece não se distinguir muito da primeira variante. Na realidade, a diferença é significativa. Estamos perante um estado de coisas substancialmente diferente: a monarquia do planificador é atenuada

pelo facto de as necessidades e os planos económicos dos diversos beneficiários de bens de consumo se poderem exprimir. Modestamente, sem dúvida. Mas o «monismo» puro desaparece e impõe-se um certo «pluralismo» dos planos. Na troca, formam-se «valores de troca». B troca uma determinada quantidade de pão por uma determinada quantidade de carne, açúcar, tecido ou cigarros. Se esta troca de bens de consumo de ocasional se torna permanente, formam-se mercados e preços com utilização de um meio de troca universal, o dinheiro. Os mercados ficam é certo *totalmente* na sombra da direcção central e das suas decisões; os planos económicos dos indivíduos estão rigorosamente submetidos ao plano económico da direcção central. Apesar disso, esta possibilidade de troca é extremamente importante para o beneficiário dos bens de consumo porque ela lhe permite obter bens de que precisa imperiosamente em troca de bens que lhe são menos necessários.

Em todas as comunidades com economia de direcção central completa faz-se sentir entre outras uma dificuldade: a instância central não dispõe de nenhum meio seguro de conhecer as necessidades dos seus membros. Falta o contacto entre as necessidades dos titulares do direito ao consumo e a direcção da economia. Através da troca de bens de consumo entre os beneficiários, neste segundo tipo da economia de direcção central podem pelo menos corrigir-se os erros maiores na atribuição dos bens, o que para os consumidores é de considerável importância prática.

3. Na «*economia de direcção central com livre escolha dos consumidores*» os planos económicos dos vários membros da comunidade fazem-se sentir ainda mais.

Imaginemos um Estado fechado com 100.000 indivíduos, dos quais cerca de 45.000 estão aptos ao trabalho, e onde uma instância central dirige o processo económico. Trata-se pois de uma economia de administração central. A administração

central fixa o posto de trabalho que cabe a cada um e o tempo que ele tem de trabalhar; ela determina os jazigos de minério, as energias hídricas e os solos que se vão utilizar, como se vai utilizá-los e quais devem ficar por utilizar, quanto é que se deve produzir de pão, carne, calçado, máquinas-ferramentas e outros bens. Dá instruções sobre a repartição dos *stocks* de ferro forjado, de semi-produtos, de chapas, etc. entre as diferentes utilizações, determina se se deve construir uma nova estrada ou uma nova fábrica, ou seja, se, e como, se devem realizar investimentos e que técnica se deve ali utilizar. Até aqui não há diferença entre esta variante do sistema económico de direcção central e a «economia de direcção central completa». Pois, em ambos, as decisões se baseiam num plano unificado definido pela instância central.

Há contudo *uma* grande diferença: os cidadãos têm direito à livre escolha dos bens de consumo. Não recebem então pão, carne, a sua habitação e outros bens de consumo directamente da instância central ou através de cartões de racionamento, mas sim salários e ordenados sob a forma de direitos de saque sobre os bens de consumo em geral. (A função do dinheiro, como se vê, não é a mesma da segunda variante da economia de direcção central.) Os cidadãos deste Estado são livres de comprar *o que* quiserem.

Em que consiste a liberdade de consumo? Ela verifica-se quando o indivíduo, nos limites do seu rendimento, compra o que quiser. Com isto parece ter-se definido sem ambiguidade a fronteira com o consumo obrigatório, em que o indivíduo recebe o que a instância central decidiu. Porém, a instância central pode ainda influenciar por outros meios - que não as ordens ou a atribuição de rações determinadas - a direcção do consumo: ela pode por exemplo alterar o conteúdo em matérias-primas dos bens de consumo, substituindo suponhamos a lã, o algodão e a seda por fibras e seda artificial. A orientação do consumo obtém-se neste caso, sem forçar o consumidor final, através da substituição de

matérias primas que o consumidor, dada a semelhança entre as novas e as antigas fibras têxteis, não reconhece de imediato. Da mesma maneira, a instância central pode, através das prescrições sobre os aditivos no fabrico do pão, sobre a composição do chocolate e muitas outras medidas semelhantes, orientar o consumo sem dirigir instruções directas aos consumidores. Também pela propaganda - «Consuma mais peixe! Consuma mais carne de porco!» -, a instância central logra frequentemente orientar o consumo. Os hábitos de consumo de um povo, que são determinados pelo seu passado, pela sua cultura, pela sua raça e pelo clima, podem influenciar-se eficazmente com tais métodos. Pode-se falar já neste caso de consumo forçado? Não. O indivíduo ainda pode decidir *quais* dos bens de consumo oferecidos ele quer comprar. Pode-se designar esta situação por «liberdade de consumo limitada» por oposição a uma «liberdade de consumo ilimitada». O consumo forçado, porém, só começa quando se exerce uma pressão externa, quando, em virtude das ordens da instância central ou da pressão da opinião pública, são atribuídos ao consumidor ou ele tem de comprar certos bens, quando ele não pode pois exercer uma vontade própria.

Num Estado com economia de direcção central e liberdade de consumo, os cidadãos individualmente podem, através da procura, fazer valer os seus próprios planos económicos perante a direcção central. Quantos sapatos e que género de sapatos, quantos móveis e que género de móveis se desejam é indicado pelo volume da procura de cada um destes bens.

A instância central pode comportar-se de duas maneiras perante esta expressão dos planos económicos individuais de todos os participantes. - Ela pode primeiramente tentar eliminar ou diminuir a influência dos planos económicos individuais sobre o seu próprio plano. Para isso não lhe faltam meios. Em particular, enquanto único produtor de todos os bens de consumo, pode, através da sua política de preços

combater a influência dos planos económicos individuais sobre a direcção da economia. Se por exemplo, num determinado ano, sem variação de preço, a procura de sapatos aumenta, ela pode reagir a este aumento das necessidades aumentando o preço dos sapatos, reduzindo novamente dessa maneira a quantidade efectivamente procurada, mantendo a produção estável e preservando o plano económico central da influência das necessidades individuais. Mais geralmente, ela pode ajustar a sua política de preços de maneira que, em larga medida, será comprado o que a instância central *deseja* produzir e escoar. Contudo, ela choca então com limites que não existem na economia de direcção central completa: em particular, no caso de bens com uma elasticidade da procura muito reduzida, as alterações de preços surtem pouco efeito, podendo então falhar a tentativa de ajustar as quantidades procuradas ao plano da direcção central. Se por exemplo a procura de apartamentos de duas divisões aumenta, devido ao crescimento demográfico e à formação de famílias, o aumento das rendas por parte da administração central provocará apenas uma pequena redução da procura pelo que ela terá de se resolver finalmente a aumentar a produção destas habitações. - Mas - *segundo caso* - a direcção central poder-se-ia comportar de maneira substancialmente diferente. Ela poderia tentar utilizar a intensidade da procura como índice das necessidades da população. Face a um aumento da quantidade de sapatos procurada anualmente a um dado preço, ela poderia responder com um aumento da produção de calçado, donde resultaria uma melhor satisfação das necessidades da população. A direcção central estaria então a procurar elaborar o seu plano económico tendo em consideração os planos económicos dos cidadãos. Se ela fizer isto por princípio, então o seu plano económico está dependente dos *numerosos* planos económicos subjacentes à procura. Em consequência atinge-se aqui ou ultrapassa-se a fronteira da economia de direcção central. Pode-se incluir este segundo caso da terceira

variante na economia mercantil: uma administração monopolista que domina todos os mercados e que tenta satisfazer a procura de acordo com o princípio do «melhor abastecimento possível» (*vide* pp. 346).

Resumindo: um país em que só existe a «economia de direcção central simples» («economia autónoma») apresentar-se-ia assim: milhares de economias próprias justapostas sem quaisquer relações económicas entre si. Cada uma das famílias se abastece integralmente e funciona como uma comunidade de direcção centralizada, subordinada a um dos seus membros. Há comunidades maiores e menores, mas nenhuma é tão grande que precise para a sua direcção de um aparelho administrativo especial. O chefe dirige ele próprio o processo económico - que ele pode vigiar pessoalmente - em todos os pormenores. Se se trata de economias familiares de direcção central completa, as relações de troca estão ausentes e não há nem preços nem valor de troca dos bens. - Em rigor, não decorre neste país *um* processo económico, mas sim tantos processos económicos completos e independentes como há de economias familiares. Não se está em presença de *um* universo económico, mas sim de tantos universos económicos da mesma espécie justapostos como há de economias próprias.

A economia autónoma e a economia de administração central são irmãs, mas trata-se de duas irmãs muito diferentes. - À questão porque é que a economia autónoma se mostrou em regra geral insuficiente e porque é que justamente a evolução moderna a rejeitou para um papel secundário é fácil de responder: precisamente porque no seu quadro a divisão do trabalho não se podia desenvolver suficientemente. É demasiado pequena. A fim de melhorarem o seu abastecimento através da troca de bens, já nas épocas pré-históricas as famílias, gens ou comunidades aldeãs entraram em relações de troca, alargando assim a divisão do trabalho para

além das fronteiras da economia autónoma, dissolvendo-a pelo mesmo processo nalguns pontos e desenvolvendo complementarmente outras formas económicas. A industrialização moderna porém, com a intensificação e o alargamento espacial sem precedentes da divisão do trabalho que ela trouxe, viria a fazer recuar para muito longe este anão do reino das formas económicas. Uma máquina de fiar moderna, um alto-forno ou o caminho de ferro são inutilizáveis nela. Daí que, ao longo da história, tivessem surgido novas formas económicas que permitissem aos indivíduos organizar relações económicas com uma ampla divisão do trabalho. Foram elas, e são, a «economia mercantil» e a «economia de administração central». - Na história, a economia de administração central não aparece como elemento dominante da ordem económica tão frequentemente como a economia mercantil. Mas há como se viu uma série de casos particulares interessantes. As economias de guerra modernas puseram particularmente em evidência esta forma económica. - Representemo-nos-la mais uma vez na sua forma *pura*. O país, até há pouco organizado em regime de economia autónoma, tem a partir de agora um aspecto completamente diferente. O palco giratório rodou e as personagens agem numa situação que se alterou substancialmente. Doravante o país inteiro está interligado pela divisão do trabalho. Todos os indivíduos aptos ao trabalho cooperam dia após dia num processo económico integrado que se estende por todo o território e é dirigido por uma única direcção central. O número dos habitantes e as dimensões do país e do aparelho produtivo tornam impossível que uma pessoa única supervise ela própria em permanência todos os acontecimentos económicos, dê instruções pormenorizadas e verifique a sua execução. Existe por isso um aparelho administrativo com numerosos funcionários, o qual - no caso da economia de direcção central completa - elabora os planos económicos, dá instruções a cada estabelecimento sobre o que ele tem de produ-

zir, assegura a repartição das matérias primas e semi-produtos pelos diferentes estabelecimentos, dá instruções sobre a criação ou a modificação de instalações existentes, afecta a mão-de-obra aos seus postos de trabalho, reparte os bens de consumo entre os indivíduos e controla a execução de todas as directivas.

Ambas as formas da economia de direcção central, com as suas variantes, são necessárias, por um lado, para percebermos as *ordens* económicas concretas, e, por outro - enquanto constelação de condições realista e ao mesmo tempo determinável com exactidão -, para análises teóricas do *processo* económico. - Em ambas as formas da economia de direcção central há concentração do poder num ponto. Menos visível -, mas igualmente muito sensível - na economia autónoma; extremamente maciça na economia de administração central. Não há nenhum sistema económico onde o poder esteja mais concentrado; o máximo de concentração atinge-se na economia de direcção central completa. Aqui o poder económico exprime-se de maneira economicamente ilimitada. Cada membro da comunidade está inteiramente dependente da administração central e da sua burocracia e não tem em parte nenhuma uma esfera de liberdade económica e de actividade independente. Onde quer que esta forma tenha sido introduzida, mesmo de maneira aproximada, como por exemplo no Egipto antigo em certos séculos, o indivíduo é uma entidade cuja única missão é obedecer constantemente às ordens da instância central e dos funcionários. Nas outras variantes deste sistema económico verifica-se um certo afrouxamento - limitado - nesta plenitude do poder cuja extensão se indicou ao caracterizarem-se estas variantes. - Com a caracterização e a análise teórica dos sistemas económicos chegamos justamente a um grande problema histórico: o problema do poder económico.

II. A economia mercantil

Introdução

Mais uma vez: por «economia mercantil» não temos de entender qualquer coisa como a quinta-essência do modo económico capitalista do séc. XIX. No séc. XIX também se faziam sentir fortemente, nos chamados países «capitalistas», elementos da economia de direcção central. Com «capitalismo», «comunismo», «socialismo» e outros conceitos não se consegue levar a cabo a missão de conhecimento da realidade que incumbe à economia política. A «economia mercantil» é uma forma primitiva pura, um tipo ideal - da mesma maneira que a «economia de direcção central» - que se encontra em *todas* as épocas da história da humanidade e que se extraiu, através de um processo de abstracção por acentuação e realce, da observação precisa das diferentes economias concretas.

Este tipo ideal da economia mercantil compõe-se de *unidades de produção* e de *agregados familiares* que se encontram em relações de troca ou de comércio. Falamos de «unidades de produção» e de «dirigentes de unidades de produção» e não de empresas e empresários, porque as palavras empresa e empresário evocam a época «capitalista», ambas as palavras têm portanto uma coloração histórica precisa. Tal coloração é absolutamente de evitar em matéria de tipos ideais. As «unidades de produção» são vistas como unidades económicas, não como simples unidades técnicas. Nelas tem lugar, pela compra e combinação dos serviços do trabalho e dos meios de produção materiais, a produção de bens e serviços destinados à venda. - O «agregado familiar» do tipo ideal economia mercantil não se parece com, por exemplo, a «família» usual alemã ou francesa de hoje. Já vimos que as famílias historicamente dadas representam pequenas entidades económicas de direcção central nas quais se desenrola actualmente uma parte importante do processo social de

produção. No «agregado familiar» da «economia mercantil» pura *não* se produz nenhum bem, *não* se cozinha, *não* se lava roupa, *não* se costura. Todos os bens e serviços de que os agregados familiares necessitam são comprados, prontos a serem consumidos, às unidades de produção. (A fim de exprimir também conceptualmente esta distinção falaremos de «família» quando queremos designar a economia familiar historicamente dada, e de «agregado familiar» quando nos referimos à comunidade de consumo do tipo ideal economia mercantil, no quadro da qual nada se produz.) Deste tipo ideal «economia mercantil» extirparam-se todos os traços da economia de direcção central, sem excepção: nas unidades de produção produz-se, nos agregados familiares consome-se, havendo ao mesmo tempo por parte dos agregados familiares uma oferta de serviços do trabalho ou de poupanças, das quais derivam rendimentos.

Os planos económicos das diferentes unidades de produção ou agregados familiares da economia mercantil são diferentes dos planos do sistema económico de direcção central. Pois na economia de direcção central, em que o processo económico da comunidade é dirigido do princípio ao fim através do plano e das ordens de uma única instância, este plano é «completo». O dirigente não tem de prestar atenção, ou então uma atenção muito limitada, a outras unidades económicas e aos respectivos planos, como se acabou de ver. O processo económico da comunidade desenrola-se inteiramente dentro dos limites do seu poder. - Totalmente diferente tem de ser o procedimento do dirigente de uma unidade económica ou de um agregado familiar da economia mercantil. Na sua unidade económica desenrola-se apenas uma pequena parte do processo económico global de toda a sociedade. O seu plano diário, mensal, anual é por conseguinte «incompleto». É um *plano parcial*. Cada um destes numerosos dirigentes de unidade económica e chefes de agregado familiar que vivem numa comunidade de economia mercantil tem

de tomar em consideração, no seu plano, a actuação e os planos dos outros. Todas as unidades económicas se encontram numa relação de dependência mútua. Este facto exprime-se, em cada plano de cada unidade económica, em todas as épocas e em toda a parte onde quer que tenham existido ou existam relações económicas mercantis: em cada agregado familiar e cada fábrica da América contemporânea, como no caso do mercador medieval ou do camponês do tempo do império romano. Ao elaborar o seu respectivo plano, o dirigente de uma unidade económica tem presente que se *tem* de integrar na estrutura da economia mercantil. «Surge então na *economia mercantil* um novo problema: a necessidade de ajustar as diferentes partes entre si, por outras palavras o problema da *coordenação dos planos individuais*.» (K. F. MAIER). *Como é que se opera então na economia real do passado e do presente (na medida em que se trate de uma economia mercantil) a «coordenação dos planos individuais», ou seja, a coordenação das actuações económicas e, por consequência, de todo o processo económico? Após o que foi dito, é esta a questão de que se deve partir para estudar o sistema económico da economia mercantil e identificar as suas formas económicas.*

Com base na experiência, pode-se responder a esta questão de duas maneiras.

Primeira: numa economia mercantil tem de existir sempre um *padrão de medida* pelo qual se regulem os planos das unidades económicas.

Actos de troca ocasionais entre famílias habitualmente fechadas verificavam-se frequentemente em tempos mais recuados da história europeia e na história das civilizações extra-europeias mesmo sem validação por um padrão de medida. Tais casos não são porém de grande interesse. - Logo que os actos de troca se tornam mais frequentes e que os dirigentes das unidades económicas se adaptam às relações de

troca, já não se pode dispensar um padrão de medida. O mesmo acontece nas formas puras da economia mercantil: imagine-mos um Estado de 500.000 habitantes, no qual se produzem em numerosas unidades de produção cereais, pão, lã, tecidos e outros produtos que são trocados *in natura* por outros bens, sendo os trabalhadores pagos em bens de consumo. Se não existisse um padrão de medida ou uma grandeza de referência, nenhuma unidade de produção e nenhum agregado familiar estaria em condições de elaborar planos económicos utilizáveis. Um tecelão, por exemplo, dá ao seu operário como salário mensal uma certa quantidade de pão, carne, cerveja, etc. e vende os seus tecidos por uma certa quantidade de sapatos, pão e lã. Se estas operações lhe trouxeram perdas ou ganhos, se deve continuar com elas ou não, é algo que ele não pode determinar enquanto lhe faltar um padrão de medida. Pois ele não pode comparar os diferentes bens e serviços do trabalho. O que é que deve produzir para o mercado e como o deve produzir são questões às quais ele não sabe responder. Falta um leme à direcção de todas as unidades económicas e por conseguinte à própria economia global.

Na história, o homem resolveu o problema, em todas as épocas e em todas as civilizações, convertendo um bem padrão em padrão de medida (e utilizando a unidade do bem padrão como unidade de conta), possibilitando desta maneira a coordenação dos planos individuais. O facto de, na escolha deste bem padrão, terem intervindo, nas civilizações mais antigas, representações não-económicas, por exemplo religiosas, não altera em nada a sua função económica. Que na nossa civilização se utilizou muito em épocas recuadas o boi como unidade de conta é um facto conhecido. HOMERO, por exemplo, atribuía a um trípode o valor de 12 bois, a um escravo 100, a uma escrava só 4 ou também 20, a uma cratera 1. É claro que não se tinham em mente bois determinados, concretos, mas sim cabeças de gado de qualidade média. Na maior parte

dos povos, a unidade de conta separou-se gradualmente do bem padrão, tornando-se uma unidade ideal que oferecia doravante uma base sólida a todas as operações de troca. - Tais factos obrigam-nos, mesmo no sistema *puro* da economia mercantil, a adoptar um bem padrão como padrão geral de medida ou unidade de referência ou a introduzir uma unidade de conta ideal: podem ser bois, peixes, peles ou unidades de um metal precioso. Só então se torna possível dirigir uma unidade económica. Por exemplo, no caso citado, o fabricante de tecido já pode calcular a relação entre o valor dos bens que dá ao operário e o valor dos bens que obtém em troca da sua mercadoria. Ele pode por exemplo concluir que eles valem um boi ou 100 gramas de ouro e que da venda do tecido resulta uma perda ou um ganho. Com isso, os planos económicos individuais passam a dispor de um suporte firme ou - formulado de outra maneira - de uma «base de coordenação». O padrão de medida unificado é pois um atributo necessário da economia mercantil³⁵.

Segunda: cada unidade económica que entra em relações com outra unidade económica dá origem a uma «oferta» e a uma «procura». (Temos de abstrair do roubo.) Quer se trate dos fabricantes de instrumentos de sílex neolíticos da ilha de Rügen que trocavam com o Norte e o Sul da Europa as suas ferramentas por outros bens, de uma siderurgia contemporânea que vende ferro e beneficia de pagamentos correspondentes ou de uma dona de casa que compra hoje maçãs e dá dinheiro em troca, todas as relações económicas mercantis se traduzem em oferta e procura que, em geral, se confrontam no «mercado». A oferta e a procura não são invenções do séc. XIX, elas existem desde que os indivíduos entraram pela primeira vez em relações económicas. - Também neste ponto se tem, mais uma vez, de evitar o erro de tentar dar prematuramente definições científicas de «oferta», «procura» e «mercado». Só *depois* de um estudo científico aprofundado dos factos se podem dar tais definições. Neste

ponto falta ainda uma base sólida para isso. Por agora temos de utilizar estas palavras na sua aceção corrente.

Ora, a experiência histórica mostra que a maneira *como* as unidades económicas oferecem e procuram, ou seja, como dependem umas das outras, era e é muito variável. É precisamente esta multiplicidade, com que deparamos por exemplo na indústria medieval, na economia antiga e na economia moderna - leia-se por exemplo o segundo capítulo da segunda parte ou o primeiro capítulo desta - que se tem de tomar plenamente em conta, sob pena de não se entender a realidade histórica.

1. O poder da unidade económica varia muito de mercado para mercado. Frequentemente ela tem de se *adaptar* ao que se passa no mercado, como por exemplo, por volta de 1910, o chefe de um agregado familiar que comprava pão ou carne. Mas, também frequentemente, a unidade económica pode *influir* decisivamente sobre o curso dos acontecimentos, como por exemplo, no Augsburg da baixa Idade Média, o grande mercador-*verleger* do qual dependiam, para escoar a sua produção, os tecelões locais. Consoante as «*formas de mercado*» assim a posição das unidades económicas nos seus respectivos mercados, o que tem uma grande influência sobre todo o processo económico mercantil. Com isto abrem-se perspectivas sobre *um* dos grandes complexos de problemas.

2. A relação de troca, ou se realiza *in natura*, ou as unidades económicas se servem de um meio de troca universalmente reconhecido a que se chama *dinheiro*. Portanto, o sapateiro troca sapatos contra outras mercadorias ou recebe pelos seus sapatos um meio de troca universal. Porque é que os indivíduos se servem de um meio de troca universal é uma questão sobre a qual se escreveu muito. É fácil de demonstrar que uma economia mercantil que se serve da moeda é mais eficaz que uma economia mercantil que funcione sem ela. Cada unidade de produção pertencente a uma economia mercantil em que se utiliza a moeda tem de manter uma certa

reserva de dinheiro o que, por sua vez, tem importância nos seus planos económicos e na sua gestão. Esta moeda assumiu ao longo da história formas muito diversas. Também *nesta* direcção, sobre a qual já se disse alguma coisa na exposição histórica, se tem de, partindo dos resultados da investigação histórica, extrair, pelo mesmo processo de abstracção por acentuação e realce, as formas puras: as «formas fundamentais da economia monetária» e os «sistemas monetários». - Este é o *segundo* dos grandes complexos de problemas.

Consoante as «formas de mercado», os «sistemas monetários» e a «forma fundamental da economia monetária» assim se realizam, de diferentes maneiras, a coordenação dos planos económicos, as operações das unidades económicas e o processo económico global. Eis pois, em resumo, os dois grupos de questões que se trata agora de resolver.

A. As formas de mercado

1. As duas formas fundamentais de oferta e procura

Na história deparamos em toda a parte - desde os tempos mais remotos até hoje - com dois géneros de oferta e procura: «abertas» ou «fechadas».

A oferta e a procura são «abertas» quanto todos ou - relativamente ao mercado - um grande número de indivíduos são admitidos como vendedores ou compradores e quando cada um pode oferecer ou procurar a quantidade que lhe parecer conveniente. Se qualquer um pode exercer a profissão de artesão, comerciante, industrial, agricultor, operário ou empregado, sem condições, ou sob condições fáceis de preencher, se não existe *numerus clausus*, nem há limitações ao investimento ou ao estabelecimento, estamos perante uma oferta «aberta». Como se sabe, a legislação industrial do séc. XIX - por exemplo o código industrial da Confederação da Alemanha

do Norte de 1869 -, ao estabelecer a liberdade de empresa no maior número possível de mercados, pretendeu criar e criou efectivamente oferta aberta e procura aberta. Mas situações semelhantes encontramos-las mais de uma vez ao longo da história. Não são de modo algum uma descoberta do «capitalismo». Em muitas cidades do Mediterrâneo oriental no período helenístico, no império romano do tempo de Augusto, em muitas cidades da Idade Média encontramos muitos ramos «abertos».

A oferta e a procura são em contrapartida «fechadas» quando nem todos os indivíduos podem aparecer no mercado a oferecer ou a procurar, quando por exemplo só são admitidos a fornecer ou a comprar num dado mercado empresários de um determinado círculo fechado, quando há restrições ao estabelecimento e ao investimento, quando só um determinado grupo de trabalhadores pode exercer determinadas profissões ou apenas certos agregados familiares podem comprar certas mercadorias. Oferta ou procura fechadas nalgum mercado devem ter existido em toda a parte ao longo da história. Ao ignorar quase completamente a oferta e a procura fechadas, ou ao desfazer-se delas em poucas palavras, a economia política do período pós-mercantilista cometeu uma simplificação que deveria sobretudo conduzir a insucessos na explicação da economia concreta quando as formas fechadas se tornaram mais frequentes, como é o caso actualmente.

O fecho da oferta ou da procura pode produzir-se, como se mostrou no esboço histórico, de maneiras muito diversas. O exercício de uma profissão artesanal pode ser restringido a determinadas famílias, como por exemplo acontecia frequentemente no império bizantino. Neste caso foi o Estado que ordenou o fecho de quase todos os ramos artesanais e que forçou também os operários e colonos a adoptarem sempre a profissão do pai. De modo semelhante se tinha já comportado o Estado outrora no Egipto e noutros países do Oriente. A política económica de muitas cidades medievais

caracteriza-se precisamente pela luta pelo fecho ou pela abertura dos ramos artesanais e do comércio. Confrontámos anteriormente, enquanto importantes exemplos da baixa Idade Média, a política económica de Lubeque no sentido do fecho e a política oposta da cidade de Nuremberga, tendente a abrir ou manter abertos os diferentes ramos. - Até tarde no séc. XIX subsistiram disposições segundo as quais só seriam admitidos numa dada profissão artesanal os que fossem parentes de um mestre ou se casassem com a viúva de um mestre. Em finais do séc. XIX, havia, paralelamente aos muitos mercados abertos, também formas de mercado fechadas: a mais importante seria possivelmente a restrição do direito à emissão de notas a alguns ou a um só banco. Na época contemporânea, têm-se desenvolvido, na maioria dos países, técnicas múltiplas e muito variáveis para fechar a oferta ou a procura: exames, restrições à entrada, à liberdade de estabelecimento, ao investimento, ao cultivo, passando com frequência os diferentes ramos subitamente de abertos a fechados e, inversamente, de novo de fechados a abertos. Em geral, contudo, os métodos de fecho resumem-se a: ou se limita o círculo das *peessoas* admitidas, ou se fixa o número, dimensão e capacidades das *unidades de produção*, ou as duas coisas ao mesmo tempo.

Uma unidade de produção ou *um* agregado familiar podem participar simultaneamente em formas abertas e fechadas da oferta e da procura. Assim, por exemplo, na quinta de W. em J., a produção de fruta e vinho é «aberta». Destes produtos, a quinta pode produzir tanto quanto o seu dirigente quiser. Porém, a produção de tabaco é «fechada» pois, de acordo com as instruções administrativas, só se pode cultivar tabaco num número determinado de hectares. Outro exemplo: a família R. de J., na medida em que, juntamente com um número limitado de outras famílias da aldeia, tem direito de se apresentar como comprador na venda anual de madeira da mata comunal, faz parte de um grupo «fechado» de compradores; porém, na medida em que compra géneros

alimentícios e produtos industriais, integra-se nas fileiras «abertas» dos compradores destes produtos.

O facto de a oferta ou a procura de um dado bem ou serviço serem abertas ou fechadas tem um influência substancial sobre os planos económicos e as operações de cada unidade económica.

2. Formas abertas da oferta e da procura

Para caracterizar rigorosamente as formas da oferta e da procura tem de se prosseguir com a análise das unidades económicas concretas que nós encetámos. Também neste ponto não é permitida qualquer distanciação da realidade, antes se deve penetrar nela.

Cada dirigente de uma unidade económica constrói o seu plano anual, mensal ou diário, com base em factos que ele considera como «*dados*». Todos os planos das unidades económicas se baseiam em tais «*dados do plano*». O dirigente de uma exploração agrícola ou de uma unidade de produção artesanal toma por base do respectivo plano a dimensão e as características das instalações e os *stocks* de bens materiais. A isto vêm juntar-se - por agora não convém ser-se mais preciso - o conjunto das suas relações económicas como comprador, vendedor, tomador de empréstimos. Estes últimos *dados do plano* são os únicos que nos importam neste estudo das formas económicas *mercantis*. A fábrica de construções mecânicas A. de E. compra ferro ao cartel e vende os seus produtos em numerosos mercados: para alguns produtos o preço é um dado do plano, para outros, as reacções previsíveis da procura e, para outro grupo de produtos, determina-se, não só em função das reacções da procura, mas também das reacções de um pequeno número de concorrentes.

Os dados em que se baseia o dirigente da fábrica de construções mecânicas, ou de qualquer outra unidade econó-

mica neste ponto da sua planificação, são pois de diversas espécies. *Dado o plano económico depender dos dados do plano e a actuação da unidade económica na oferta e na procura dependerem do seu plano, só é possível perceber as formas de oferta e procura partindo da diversidade destes dados.* Tocamos aqui num ponto de uma importância decisiva, ou seja, o ponto de que se tem de partir para revelar as formas de mercado da economia concreta. Isolamos os diversos casos com existência real, por exemplo na fábrica de construções mecânicas A, estudamo-los individualmente, acentuando-os e realçando-os, encontramos então primeiramente as formas puras de oferta e procura e, a partir delas, as formas de mercado.

1. O vendedor considera *as reacções previsíveis dos clientes* como um dado que ele integra no seu plano económico (inversamente para o comprador).

Assim, a grande unidade de produção agrícola que é o fornecedor exclusivo de batatas para uma dada região e que, perante uma dada colheita, elabora o seu plano económico e em particular determina os seus preços, partindo de uma determinada estimativa da procura. Analogamente o *trust* de máquinas para a indústria do calçado que é o único a vender ou alugar determinadas máquinas patenteadas num dado mercado. Situação similar era a de um grande *verleger*-mercador da Alemanha meridional do séc. XV em relação aos seus trabalhadores a domicílio. Nos seus planos económicos ele contava com um certo comportamento dos trabalhadores a domicílio, por exemplo com uma emigração ou a passagem à actividade agrícola caso os salários sofressem uma redução suplementar.

Esta forma de elaborar os planos e esta actuação, que a história nos apresenta com extrema frequência, só são possíveis quando o comprador ou o vendedor possuem um mercado próprio. A clientela depende de um *único* vendedor

ou, inversamente, os vendedores dependem de um *único* comprador. Se a grande unidade de produção agrícola tivesse de contar com concorrentes, já não se podia orientar apenas pelas reacções dos clientes, teria de tomar de alguma maneira em consideração as reacções previsíveis desses concorrentes.

Estamos portanto perante o caso do *monopólio* ou do *monopsónio*. – O monopolista fixa, com base nos dados do plano, ou o preço, que para ele não é nenhum dado, ou a quantidade a oferecer (ou a procurar) e deixa o preço equilibrar-se.

2. O *preço* é considerado pelos dirigentes das unidades económicas como um dado e introduzido como tal nos seus planos económicos. Exemplo: um fabricante de máquinas-ferramentas conta com determinados preços que ele pode obter pelas suas máquinas. Segundo exemplo: um agregado familiar arrenda um quarto da sua habitação e compra diariamente numerosos bens de consumo. Ao oferecer o quarto, conta com um preço que, segundo informações prévias, é o habitual naquele momento; ao comprar géneros alimentícios, utensílios domésticos e vestuário considera também determinados preços como dados que introduz no seu plano económico. Terceiro exemplo: fábricas de fição que ao comprarem algodão consideram o seu preço como um dado e procedem em consequência. Quarto exemplo: o retalhista que vende cigarros cujos preços de revenda e de venda ao público são fixados pelo fabricante.

De onde é que a unidade económica obtém os preços que ela introduz como dados no seu plano económico? Em que circunstâncias é que o interveniente individual no mercado considera os preços como um dado? Quando é que ele não toma em consideração os efeitos sobre os preços da sua própria actuação?

Na prática, apresentam-se quatro casos.

a) Várias unidades de produção pequenas vivem «na sombra» de uma grande unidade de produção ou de um

monopólio colectivo. Elas tomam como dados do plano os preços que este «grande» pratica e não tomam em consideração as reacções que o seu próprio comportamento - em particular, a dimensão da sua oferta ou da sua procura - desencadeia. Tais casos não são raros na economia europeia do séc. XX e também no passado - por exemplo na Idade Média - se realizaram frequentemente: pense-se nos cartéis modernos da indústria do cimento; foram seguidos durante anos por pequenos independentes que integravam os preços do cartel no seu plano como dados e regulavam o montante da sua oferta autonomamente. Outro exemplo: firmas que não aderiam às associações patronais, mas que adoptavam as suas tabelas salariais sem alteração. Ou ainda o caso de várias pequenas firmas de transportes de uma dada cidade que praticavam também os preços de uma grande empresa de transportes por caminho de ferro, muito maior pelo seu volume de negócios, considerando-os portanto como dados. Finalmente, para dar mais um exemplo do passado: vários pequenos mercadores de açafrão que na feira de Lípsia, no fim do séc. XV, se adaptavam aos preços praticados pela grande sociedade comercial de Ravensburg.

O «grande» não precisa de tomar em consideração os pequenos concorrentes quando estes combinados representam apenas uma muito pequena parte da oferta ou da procura. Se porém esta parte é grande - o que é frequentemente o caso - então ele tem de os ter em conta no seu plano económico e na sua política. A sua posição de monopólio é então incompleta e pode-se falar de «*monopólio*» ou de «*monopsónio parcial*».

b) Uma unidade de produção conta com um determinado preço de venda porque o seu fornecedor o prescreveu. Os retalhistas por exemplo assumem perante as firmas fornecedoras o compromisso de venderem os detergentes, os artigos farmacêuticos e outras mercadorias a determinados preços. Como se sabe esta situação encontra-se em muitos

países no que se refere à venda dos artigos de marca. - A fixação dos preços de venda não é contudo de modo algum uma invenção dos tempos modernos. Ela aparece regularmente onde quer que fornecedores fortes vendam a transformadores ou comerciantes mais fracos. Assim, por exemplo, no Egipto ptolemaico, com o seu enorme monopólio de Estado que ia das minas e da criação de suínos até à perfumaria. Havia por exemplo lagares e moinhos privados que, não só compravam oleaginosas e grão a preços de monopólio, mas tinham também de vender os seus produtos a preços determinados pela administração do monopólio das matérias-primas.

Com a fixação dos preços de venda ao público, o fornecedor aumenta de um grau a sua influência, integrando o próprio mercado de bens de consumo, de modo que a formação de preços neste mercado é um resultado directo da política de preços do fornecedor, não constituindo pois uma forma pura, específica de relações de mercado, mas sim um prolongamento do «monopólio» ou do «oligopólio».

c) O tabelamento legal. Um caso extremamente frequente. Um exemplo entre muitos: o édito de Diocleciano de 301 d. C. que fixava todos os preços - incluindo os dos serviços - e que previa, em caso de transgressão, a pena de morte para o comprador e o vendedor, para o patrão e o operário.

Voltaremos mais à frente a este caso de fixação dos preços através de disposições de direito público.

d) O vendedor ou o comprador adopta o preço definido pelo mercado anónimo, ou seja, nem por um «grande» com o qual esteja em concorrência, nem por um fornecedor, nem pelas autoridades, mas precisamente pelo mercado. Assim, o agricultor alemão de 1910 ao vender centeio ou suínos, o fabricante de malhas da mesma época ou as famílias ao comprarem legumes, fruta e outros bens de consumo. O produtor só procede assim quando a sua oferta representa uma porção tão pequena da oferta total que ele não toma em consideração as reacções que a sua própria actuação desencadeia. Um agricul-

tor que em 1910 tivesse recolhido 200 quintais de batatas via no preço de 3 marcos por quintal, que ele podia obter logo a seguir à colheita, um facto dado que não dependia de ele vender o seu *stock* em totalidade, em parte ou de não o vender. Talvez calculasse que em Janeiro ou Fevereiro seguintes o preço teria aumentado de alguns cêntimos. Porém, não estabelecia qualquer relação entre este aumento e a *sua* actuação. É que o preço era para ele uma grandeza dada; ainda que, através da sua oferta, ele influenciasse um pouco o nível do preço das batatas. Da mesma maneira, o senhorio citado anteriormente ou o comprador de pão que o compra em concorrência com dezenas de milhar de outros. Estamos aqui perante uma situação de oferta e procura que se realizou no passado e se realiza hoje em numerosos mercados e que designamos por «concorrência».

Não é lícito caracterizar a concorrência como uma forma da oferta ou da procura na qual a variação da oferta ou da procura de um vendedor ou de um comprador não provoca *de facto* qualquer alteração no preço em questão. Tal forma da oferta ou da procura não existe na realidade. E também não é imaginável. O que é decisivo na determinação da concorrência não são as reacções que de facto resultam da actuação do indivíduo. Nesse ponto ela não se distingue nitidamente das outras formas de oferta e procura. O que é decisivo é que o indivíduo, em razão da dimensão do mercado e da insignificância da sua oferta ou procura, não *conta* com essa reacção no seu plano económico, aceita o preço como um dado do plano e age em consequência. «Sem dúvida que o indivíduo exerce, pela sua própria oferta ou procura uma certa influência sobre a situação dos preços; mas, por si só, este efeito é na maioria dos casos imperceptível e por isso, do seu próprio ponto de vista, sem interesse. O seu plano económico é feito como se os valores de troca das mercadorias nas quais ele está interessado fossem previamente determinados de maneira irrevogável.» (WICKSELL).

Pela mesma razão também é incorrecto caracterizar a concorrência na oferta como uma situação em que a procura dos produtos do produtor individual é perfeitamente elástica, em que por conseguinte a curva da procura - na sua representação habitual - é paralela ao eixo das abcissas. Também esta formulação passa ao lado dos factos económicos. O que é característico da concorrência na oferta é que o produtor *conta* com uma procura perfeitamente elástica, que, em consequência, ao oferecer vê no preço uma grandeza independente da dimensão da sua própria oferta e que escolhe, em conformidade, a quantidade a oferecer. Só no *plano* é que existe perfeita elasticidade da procura e como nela se baseiam as decisões e actuação do dirigente da unidade económica este facto é de grande importância para o processo económico. Que o preço é *de facto* influenciado pela diminuição ou aumento da oferta desta unidade de produção não é decisivo para a actuação do produtor e, por conseguinte, para a determinação desta forma de oferta. O ponto de vista de que não se pode determinar exactamente o número de participantes a partir do qual existe «concorrência», de que não se poderia decidir se é a partir de 50, de 100 ou de 500 vendedores ou compradores, e que por conseguinte ficaria indeterminado o que se entende por concorrência, passa igualmente ao lado do facto crucial que na economia real tudo depende do *plano* económico. Se, em razão da proporção entre a dimensão do mercado e a grandeza da oferta ou da procura individuais, os efeitos da actuação de cada um sobre o preço são tão pequenos que ele não os toma em consideração no seu plano, então estamos perante uma situação de concorrência: isso pode acontecer com 50, com 100 ou com ainda mais vendedores ou compradores.

3. Neste ponto convém determo-nos na análise dos tipos ideais oferta e procura. Retrospectivamente, é de colocar uma questão importante: é possível separar clara e distintamente

monopólio e concorrência? A questão é importante porque ao responder-lhe tem de se indicar rigorosamente, mais rigorosamente do que até aqui na nossa exposição, o que *são de facto o monopólio e a concorrência*. Tal é necessário porque, nesta questão que é verdadeiramente importante, poucas são as pessoas que têm uma ideia clara. (Até este ponto demonstrouse que, no caso da concorrência, o preço é, para a unidade económica, um dado co-determinante na elaboração do plano e na actuação do vendedor ou comprador individual; no caso do monopólio, este lugar na constelação de dados da unidade económica é ocupado pelas reacções previsíveis do lado oposto do mercado e o preço não é um *dado* do plano, mas resulta do plano económico do monopolista, é portanto para ele um *problema* prático.)

Muitos investigadores recentes inclinam-se para responder negativamente à questão de saber se é possível separar nitidamente monopólio e concorrência. Argumenta-se que os produtos dos diferentes vendedores teriam as suas particularidades para os compradores. Não seriam, na maioria dos casos, «homogéneos»: ou porque os bens dos diferentes vendedores, ou os próprios vendedores, possuiriam características particulares, ou porque os compradores suporiam tais características. A falta de homogeneidade das mercadorias significaria porém ausência de uma verdadeira concorrência. A ciência teria então de considerar os bens que cada unidade de produção individual oferece como bens de uma espécie particular. Cada produtor individualmente possuiria um «monopólio» dos seus produtos. Cada comerciante, cada agricultor e cada industrial venderia como monopolista os *seus* produtos. Os mercados em que aparentemente reina a «concorrência» desagregar-se-iam na realidade numa «rede de mercados interligados» (CHAMBERLIN), nos quais cada produtor assumiria a uma posição análoga ao monopólio. Quando porém um grande número de «monopolistas» vende num mercado perfeito verifica-se uma situação a que se pode

chamar «concorrência», mas que se deve entender como um «caso limite» do monopólio. Partindo do monopólio poder-se-ia então tornar compreensível a diversidade do mundo económico e a análise do monopólio «absorve[ria] a análise da concorrência» (J. ROBINSON).

Este ponto de vista deve encarar-se como uma reacção à predominância da análise da concorrência na investigação mais antiga. Como tal ele é compreensível. Não deixa porém de levantar sérias dúvidas. Pois apaga diferenças que são da maior importância para a unidade económica e para o desenrolar de todo o processo económico. Compare-se por exemplo uma fábrica de seda de costura, que satisfaz a quase totalidade da procura de um dado país, com uma fábrica de serralharia que tem de contar com algumas centenas de concorrentes de igual valor. As duas firmas encontram-se no mercado em posições completamente diferentes. Esta diferença, que é familiar à experiência quotidiana, tem a ciência de a definir exactamente. A melhor maneira de a encontrar é procurando dirimir casos limites. Tais casos surgem principalmente nas circunstâncias seguintes:

a) *Em presença de bens substituíveis.* Por exemplo: uma cervejaria é a única a vender cerveja numa dada região e assegurou esta posição através de acordos territoriais com outras cervejarias. A população tem contudo o hábito de beber sobretudo vinho que é vendido em concorrência por numerosos comerciantes e viticultores. O vinho e a cerveja são bens substituíveis. A cervejaria dispõe de um monopólio?

Não, se ao estabelecer a sua tabela de preços ela depender inteiramente dos preços do vinho, ou seja, se calcular o preço da cerveja em função do do vinho, adoptando praticamente o preço do vinho como um dado do seu plano, e ao fixar a sua produção não tomar em consideração os seus efeitos sobre os preços do vinho e da cerveja. - *Sim*, se existir uma zona de preços suficiente para conduzir uma política de preços da cerveja, quando pois uma substituição imediata do

vinho pela cerveja for improvável e a cervejaria não se limitar a determinar o preço da cerveja com base no do vinho. Quanto maior a zona em que ela puder conduzir a sua política de monopólio mais forte será a sua posição.

b) Frequentemente, a unidade de produção só é dominante numa certa região, enquanto noutras regiões vende em concorrência com outras. Exemplo: uma fábrica de lignite goza na sua zona de uma situação de monopólio. A sua lignite beneficia aqui de uma protecção resultante do frete relativamente à lignite dos seus concorrentes que - muito mais distantes - têm de suportar maiores fretes e vendem com maiores custos e a preços mais elevados. Até ao limite superior da zona de preços, ponto em que aquela concorrência intervém, há espaço para uma política de preços da fábrica de lignite. Nesta medida, ela introduzirá no seu plano económico as reacções previsíveis da procura e a partir daí determinará o preço ou a quantidade oferecida. Aquele limite superior diminui à medida que a distância à fábrica aumenta e que se reduz a distância aos seus concorrentes. Finalmente, atinge-se o limite onde começa a região disputada, onde a fábrica nas suas vendas - exactamente como os outros concorrentes - introduz o *preço* que ali se pretende como um dado do seu plano. Que o limite em que se entrecrocaram concorrência e monopólio se desloca com cada alteração dos preços na região concorrencial e com cada alteração nos custos da fábrica monopolista é evidente.

c) Muitas unidades de produção dispõem de uma *clientela certa*: por exemplo, os comércios de retalho do ramo têxtil numa cidade média. O facto de uma unidade de produção dispor de clientes habituais não lhe cria uma certa posição de monopólio? Ou reina ainda a concorrência entre tais unidades de produção? Onde é que se situa aqui o limite?

O facto de existir uma certa clientela ainda não cria uma posição de monopólio. Pois os esforços da unidade de produção têm por objectivo manter integralmente a clientela ou

mesmo alargá-la. É precisamente a atenção à clientela existente que obriga as unidades de produção a adaptarem-se ao mercado. Os produtores que não oferecem regularmente, mas só ocasionalmente podem muito mais facilmente assumir a atitude do monopolista, porque no seu caso está ausente a atenção às relações duradouras com a clientela. A pressão da concorrência, na maioria dos casos, aumenta em lugar de diminuir com o facto de se estar dependente de um escoamento contínuo e por conseguinte de uma clientela habitual; um aspecto de resto já referido por ADAM SMITH. Em tais casos falta em geral uma zona de algum significado em que se possa conduzir uma política de preços autónoma, de modo que os preços vigentes no mercado, também no caso destas unidades de produção, aparecem como dados do seu plano económico. - Só quando a clientela por tradição ou pela localização particular está muito ligada à unidade de produção é que esta possui um mercado *próprio* com preços *próprios*, o que por sua vez se reflecte nos seus planos económicos e na sua actuação. Uma aldeia possui por exemplo frequentemente só um comércio em que se pode comprar vestuário. A forte ligação da clientela a este comércio e a posição de monopólio de que ele goza tornam possível uma política monopolista, a que porém se tem de renunciar logo que melhores serviços de transporte permitam aos habitantes da aldeia comprar facilmente vestuário numa grande cidade, fazendo passar a oferta de vestuário à situação de concorrência.

d) Acontece que, de dois dirigentes de unidades de produção, em situações *objectivamente* idênticas, um age como «concorrente» e o outro como «monopolista».

O dirigente de um hotel adere, no aluguer dos seus quartos, aos preços que se formam na cidade: age como «concorrente». O seu sucessor é de opinião que este hotel, em razão da sua situação e da sua reputação, não precisa de tomar como um dado os preços do mercado de quartos de hotel da cidade, mas que pode exigir preços especiais para o

seu hotel, e que dispõe de uma clientela à parte com cujo comportamento particular se pode contar. Ele pede preços de monopólio e age diferentemente do seu predecessor. Se, porém, contra as suas expectativas, se produzisse uma fuga acentuada de clientes, ele seria forçado pelos factos a enveredar pela via do seu predecessor na elaboração dos seus planos económicos e a renunciar ao pressuposto de que possuía um mercado especial para si. – Também nestes casos em que concorrência e monopólio estão em íntimo contacto se pode, aplicando logicamente o critério distintivo (a configuração dos dados dos planos económicos) proceder a uma exacta delimitação. O vendedor ou comprador não pode nestes casos agir – como o exemplo demonstra – em função de apreciações subjectivas, segundo o seu humor, arbitrariamente, como concorrente ou como monopolista. Se alguém, que vende em concorrência com muitos outros, adopta subitamente e sem fundamento a atitude do monopolista, os *factos*, concretamente a fuga dos clientes, encarregar-se-ão de lhe ensinar que o seu novo plano económico não tem em conta as circunstâncias objectivas, e ele será forçado a alterá-lo. Se constatamos pois que dos planos dos agentes económicos resultam as suas actuações e que por conseguinte se têm de estudar os planos para perceber os actos económicos e o processo económico, tal não significa que estes planos são feitos no ar, sem qualquer relação com os factos económicos. As coisas não se passam assim. Os dados do plano estão frequentemente afastados dos dados reais, mas o indivíduo é em geral forçado a reduzir a distância existente ao elaborar novos planos. Voltaremos a esta questão mais à frente.

e) Seria um erro ver nos casos limites entre «concorrência» e «monopólio» casos de «oligopólio». Um erro que porém se comete frequentemente. Na realidade, a concorrência confina muitas vezes com o monopólio, como resulta dos casos que acabámos de ver.

Ainda outro exemplo: na indústria alemã das máquinas para trabalhar madeira havia em 1932 cerca de 100 firmas. A maioria das firmas fabricava os seus próprios modelos. (Segundo o critério da «homogeneidade do produto» teriam de ser todas consideradas monopolistas, o que daria contudo uma imagem completamente falsa da situação.) Apesar desta diferenciação, a zona em que cada firma podia, na venda da maioria das máquinas, conduzir a sua própria política de preços era tão pequena que, na prática, ela tomava os preços determinados pelo mercado, ou seja, vendia em «concorrência». Só no caso de algumas máquinas, que se encontravam também fortemente protegidas por patentes, é que algumas firmas contavam com uma zona significativa em que podiam conduzir uma política de preços própria. As duas posições tocavam-se, e o mesmo género de máquinas passava por vezes de um para outro grupo: ou seja, do monopólio à concorrência ou da concorrência ao monopólio. Não se encontrava porém a situação de oligopólio.

*

Do ponto de vista matemático-formal, o monopólio é um caso limite da concorrência ou também inversamente a concorrência é um caso limite do monopólio. *Na realidade económica o monopólio é algo de completamente diferente da concorrência.*

Porém, esta diferença de importância vital não a pode determinar com precisão a economia política se se puser a questão da homogeneidade ou da falta de homogeneidade das mercadorias que os diferentes produtores oferecem. Desde o conhecido artigo de SRAFFA de 1926, a investigação tem-se deixado conduzir em demasia por esta via. É evidente que na maioria dos casos os produtos dos diferentes vendedores não são exactamente iguais. Se se afirma que a concorrência pressupõe a homogeneidade completa das mercadorias então diz-se implicitamente que não há concorrência. Esta

conclusão já está incluída na escolha de um critério errado e não significa nada.

A definição científica da concorrência e do monopólio tem de partir do *centro* da economia concreta, ou seja: dos planos económicos e dos seus dados. Só assim se terá em conta a realidade económica. Ambos se revelarão então bem reais: nem a concorrência nem o monopólio são casos limites irreais. Simultaneamente, torna-se claro em que é que consiste, na prática, a diferença e porque é que ela é tão significativa: é porque na *concorrência* a actuação da unidade económica assenta em planos que têm sempre no ponto crucial um dado diferente do da unidade económica do *monopólio*. Daí que se aja diferentemente nos dois.

Os grupos de poder económico têm interesse em apagar a diferença entre concorrência e monopólio. Isso permite edulcorar a eficácia dos monopólios e ocultar os problemas particulares, em matéria de direito constitucional económico, que a presença de órgãos de poder privados coloca. Mais uma razão para que a ciência evitasse apagar aquela diferença. Dessa maneira, não só se afasta da economia real, mas também serve - involuntariamente, na maioria dos casos - determinados grupos de interesses.

4. A unidade económica não conta, no seu plano económico, apenas com o preço a pagar ou a receber ou apenas com as reacções previsíveis do lado oposto do mercado, mas com ambos: com as reacções previsíveis do lado oposto e com as dos concorrentes. Também este estado de coisas se encontra frequentemente quer no passado quer no presente.

E, em particular, de maneira habitual quando o vendedor ou o comprador têm *poucos* concorrentes. É o «oligopólio». Em relação à dimensão do mercado o número de vendedores ou compradores é reduzido. O oligopolista toma em consideração - para além das reacções previsíveis do lado oposto do mercado -, não só a política de preços, mas toda a prática dos

negócios, em especial a política de investimentos, dos seus concorrentes. Se um concorrente constrói instalações maiores, isso pode influir decisivamente no seu plano económico e na sua actuação. A política de investimentos dos outros constituía na Idade Média, e constitui hoje, precisamente um dos fundamentos essenciais dos próprios planos dos oligopolistas.

Quando numa cidade medieval havia três vidreiros que não tinham concluído nenhum acordo entre si, existia um oligopólio. E quando hoje na Alemanha há duas firmas a produzir e vender plainas mecânicas também existe oligopólio, na forma de um «duopólio». Da mesma maneira, quando na Alemanha só algumas firmas produzem escovas ou quando, anteriormente à constituição do cartel dos perfilados de alumínio, apenas um pequeno número de firmas conhecidas entre si vendia perfilados de alumínio ou ainda quando alguns grandes *konzerns*, independentes uns dos outros, abastecem o universo de gasolina. E quando um certo número de fábricas de papel, facilmente identificáveis, compra máquinas especiais para o fabrico de papel temos um oligopsónio.

Para determinar se se está perante um oligopólio, concorrência, um monopólio ou um monopólio parcial pode-se, recorrendo aos métodos de observação descritos, proceder da maneira seguinte.

Relativamente à *concorrência*, não se pode - como já se indicou - traçar a fronteira fixando em geral o número de vendedores ou de compradores para cada uma das formas. Isso é impossível. Porém, deduzir-se-á provavelmente, em cada caso concreto, dos dados do plano económico mercantil de cada participante se um vendedor ou um comprador se encontra em concorrência ou em oligopólio. Se um produtor de redes metálicas considera o preço que se forma num mercado anónimo como um dado do plano estamos perante uma situação de concorrência. Se, porém, baseando-se na experiência, ele conta com as reacções dos concorrentes e

do lado oposto do mercado, então o seu plano económico é o de um oligopolista.

A fronteira entre oligopólio e *monopólio* pode traçar-se da seguinte maneira: três fabricantes de máquinas agrícolas vendem ceifeiras-atadoras cuja produção está protegida pelas respectivas patentes. As máquinas são de géneros diferentes, mas servem ao mesmo fim. Se se afirmasse neste caso, perante a diferenciação das mercadorias, que cada firma gozava de um monopólio para as *suas* ceifeiras-atadoras, estar-se-ia a caracterizar incorrectamente a situação. O elemento concorrencial tem aqui um papel considerável. Os três fabricantes de máquinas agrícolas tomam em consideração nos seus planos económicos, não só as reacções dos compradores, mas também a política comercial dos outros dois concorrentes. Estamos perante um oligopólio; apesar de as mercadorias não serem homogéneas. A característica da homogeneidade também não é aqui necessária. - Um outro caso. Se se modificasse o caso da oferta de cerveja e de vinho do 3a) supondo que numa dada região também o vinho fosse vendido por *uma só* firma, tanto se podia ter oligopólio como monopólio. *Oligopólio*, se o vendedor de vinho - assim como o produtor de cerveja - nos seus planos, e por conseguinte na sua estratégia de mercado, tomasse em consideração as reacções do outro. Se, contudo, os círculos das clientelas do vinho e da cerveja fossem tão diferentes que cada um dos vendedores ignorasse nos seus planos a concorrência do outro, então ele agiria como *monopolista*. - Naturalmente, também neste caso se verifica que o produtor que, com base numa apreciação errada da situação real, assuma uma atitude de monopolista será forçado pela experiência, concretamente pela contracção do seu volume de vendas, a agir diferentemente no futuro - aqui, como oligopolista.

A forma mais próxima do oligopólio é o *monopólio parcial*. Aqui, no monopólio parcial, domina *um* grande vendedor (ou comprador) e, ao lado, operam pequenos que

adoptam simplesmente os preços do grande sem qualquer estratégia de mercado. A diferença entre os «pequenos» e os «oligopolistas» é facilmente perceptível. O oligopolista toma em consideração as reacções que a sua actuação desencadeia no lado oposto do mercado e nos seus concorrentes; o produtor que se encontra na sombra de um monopolista parcial não. Entre o «monopolista parcial» e o «oligopolista» verifica-se a seguinte diferença: o monopolista parcial sabe que os pequenos se limitarão a adoptar os seus preços. Por exemplo, a filial de um grupo alimentar numa dada cidade que determina os preços para certos géneros alimentícios que as pequenas mercearias se limitarão a adoptar. Se contudo esta filial tiver de contar com uma grande cooperativa de consumo, com a sua própria estratégia de mercado, então tanto a filial como a cooperativa de consumo são oligopolistas.

Este exemplo precisamente aponta para outra forma de oferta e procura: numa cidade média existem dois grandes comércios alimentares de retalho e ao lado algumas dezenas de pequenas mercearias. Na fixação dos preços de determinados legumes, os pequenos orientam-se pelos preços de *ambos* os grandes. Aqui, temos «monopólio parcial». Ambos os grandes conduzem «estratégias de mercado monopolistas parciais», na medida em que têm, não só de tomar em atenção as reacções mútuas previsíveis e as reacções que são de esperar da parte dos clientes, mas também de tomar em consideração os pequenos e as suas previsíveis reacções.

5. Cinco fábricas de potassa formam um cartel e estabelecem um preço mínimo da potassa para uma determinada região. Cada uma das fábricas de potassa conta agora com três dados económico-mercantis e não dois como no oligopólio, a saber: o preço estabelecido pelo cartel, o comportamento das quatro outras fábricas, cuja política de investimentos é observada com atenção, e finalmente as reacções dos clientes que,

apesar dos preços fixos, se procura cativar através de um bom serviço, de condições de pagamento favoráveis e, eventualmente, de prémios. Se o cartel evolui para um sindicato, com fixação de quotas e venda da potassa por intermédio de uma central de vendas, corta-se a relação das diferentes fábricas com a sua clientela. O comportamento da clientela já só tem um papel nos planos e na actuação da direcção do sindicato, não nos das diferentes fábricas. Cada fábrica conta agora em primeiro lugar com o preço sindical, em segundo com a sua quota, e em terceiro com o comportamento das outras quatro fábricas. Pois, antes de tudo, tem de seguir atentamente a política de expansão das outras e responder com os seus próprios projectos de expansão se quiser impedir uma redução da sua quota na próxima fixação.

Este é um caso do tipo «monopólio colectivo». A investigação histórica mostrou que foi e é um caso muito corrente; em certas corporações e guildas de mercadores da baixa antiguidade e da Idade Média, em associações patronais, cartéis e sindicatos operários dos tempos modernos. Várias unidades económicas que concluíram entre si acordos apresentam-se num dado mercado como monopolistas. A análise desta forma, muito negligenciada pela teoria económica, tem de partir dos planos económicos das diferentes unidades económicas participantes e do plano económico da direcção do monopólio colectivo. Da dificuldade de fazer coincidir os numerosos planos das unidades económicas (com as suas diferentes situações de interesses), surgem as contradições internas com as quais têm de lutar a maioria dos monopólios colectivos.

6. É agora possível voltar ao tabelamento legal. Vimos em 2e) que, neste caso, os vendedores e os compradores não estão em condições de influenciar através da sua actuação económica o preço, que é portanto no plano da unidade económica um dado.

Poder-se-ia em consequência ser tentado a estabelecer um paralelo com a concorrência. Isso só é contudo correcto em determinadas circunstâncias, a saber: quando o tabelamento tem lugar num mercado onde precedentemente existia concorrência integral do lado da oferta e do lado da procura e quando o seu nível se adapta ao preço vigente anteriormente. Se o preço de 3 marcos por quintal de batatas constituía para o agricultor um dado do plano porque ele vendia para um mercado vasto e não tomava em consideração as reacções à sua própria actuação, no fundo nada se altera quando o Estado fixa a partir de agora o preço do quintal de batatas em 3 marcos. - Contudo, o tabelamento *não* intervém na maioria dos casos em situações de concorrência, mas sim de monopólio, de monopólio parcial ou de oligopólio. Então os seus efeitos são diferentes: o leque de dados da unidade económica alarga-se e altera-se. O produtor de aço inoxidável, por exemplo, que até aqui vendia em oligopólio, guia-se a partir de agora, no seu plano económico, não só pela actuação dos seus poucos concorrentes e da clientela, mas também precisamente pelo preço oficial.

7. Resumindo: a análise de unidades económicas concretas do passado e do presente, e da configuração dos seus planos, leva-nos a constatar que - em função dos dados dos seus planos económicos mercantis - se encontram realizadas na realidade concreta determinadas formas que é necessário destacar: monopólio, monopólio parcial, concorrência, oligopólio, oligopólio parcial e monopólio colectivo. Com este método de determinar - a partir dos *planos económicos dos diferentes participantes no mercado - as formas objectivamente dadas* de oferta e procura, obtém-se também um critério facilmente aplicável à classificação de todos os casos concretos. - O tabelamento legal ocupa uma posição especial: ele pode ter lugar nas diferentes formas de oferta e procura e tem então significados muito diferentes. Isto é importante

para o seu tratamento, tanto mais que - como se mostrará - ele está frequentemente associado também a elementos da economia de direcção central.

*

Na obtenção destas formas o *método* é crucial. Elas têm de se obter, por assim dizer, «a partir de baixo»: a partir dos factos concretos. Não à secretária do erudito, mas sim nas explorações agrícolas, fábricas, unidades de produção artesanais, famílias e, para o passado, a partir de informações pormenorizadas de unidades económicas da época.

O procedimento habitual precisa de ser corrigido. Ele introduz no objecto - por assim dizer «a partir de cima» - determinados pressupostos formais. Tal acontece quando se coloca no primeiro plano o critério da homogeneidade das mercadorias. - Ou também quando se supõe que os indivíduos económicos de um lado do mercado não se distinguem fundamentalmente entre si em termos de "capacidade" ou de "dimensão"» (V. STACKELBERG), que portanto, no que se refere à *dimensão*, os indivíduos económicos são homogéneos e que não há qualquer diferença entre grandes e pequenos participantes no mercado. Desta maneira tem de se chegar a três formas de oferta e procura: concorrência, oligopólio, monopólio. As restantes formas aparecem como «combinações» destas três formas elementares e devem ser tratadas teoricamente em conformidade: ou seja, o monopólio parcial como uma «combinação» de monopólio e concorrência ou o oligopólio parcial como uma «combinação» de oligopólio e concorrência, sendo naturalmente possíveis muitas outras combinações.

Partir do pressuposto de uma dimensão homogénea não toma porém plenamente em conta a realidade económica. Em primeiro lugar, porque este pressuposto quase nunca se verifica na prática, sendo então a concorrência ou o oligopólio da teoria construções mentais, com pouco contacto com a reali-

dade, e as proposições teóricas que dela se deduzem por conseguinte muito raramente aplicáveis. Mais problemático - segundo ponto - é o tratamento das «combinações» que adquirem um significado particular porque a realidade consistiria quase exclusivamente nelas.

Peguemos no «monopólio parcial» e no «oligopólio parcial». Não se pode considerá-los como uma combinação de monopólio e concorrência. Trata-se antes de tipos puros, de totalidades *em si*. - Uma grande fábrica de produtos químicos assume a posição de monopolista parcial no mercado de um determinado produto farmacêutico. Numerosos pequenos fabricantes encontram-se na sombra deste monopolista parcial. Não se pode agora dizer que a grande fábrica se encontra na situação de monopolista e os pequenos na situação de concorrência. Porque, ou o «grande» - contrariamente ao monopolista - toma em consideração os numerosos pequenos nos seus planos e na sua actuação, ou inicialmente não o faz. Neste caso, devido aos fornecimentos dos pequenos, a oferta e o abastecimento do mercado serão apesar de tudo diferentes do que seriam em monopólio; de modo que os factos colocarão o monopolista parcial perante a questão de saber se ele não deve, nos seus próximos planos, ter em conta a existência daqueles. Os «pequenos» contudo orientam-se pelo monopolista parcial, com todas as suas diferenciações de preços, e não em função de preços que se tivessem formado num mercado anónimo, como no caso da concorrência [compare-se 2a) com 2d)]. *O monopólio parcial é economicamente um todo, uma forma indecomponível de oferta e procura.* A melhor maneira de o constatar é observando na sua prática de negócios firmas concretas que se encontram nesta situação e comparando-as com firmas que, na condição de monopolistas, dominam um dado mercado ou com firmas que participam na concorrência. Não se pode pois tratar, mesmo teoricamente, o monopólio parcial transpondo simplesmente proposições da teoria do

monopólio ou da concorrência. – A situação é análoga no que se refere ao «oligopólio parcial». Quando um pequeno número de grandes fábricas de fogões abastece um dado mercado, e ao lado existe um grande número de pequenas que utilizam a lista de preços das grandes, em regra aquele grande número de pequenas é importante para a estratégia de mercado das grandes. E também as pequenas se comportam diferentemente do caso da concorrência, precisamente porque também não se guiam por um mercado anónimo, mas por oligopolistas bem determinados. De resto, o monopólio parcial tem sem dúvida um papel considerável nos países industrializados de hoje.

A multiplicidade das situações reais obriga a construir estas formas. É pois pelo processo de abstracção por acentuação e realce, a partir das *situações reais*, que se pode decidir do género e das características das formas de oferta e procura, *não por dedução a partir de condições a priori*. Não se pode fazer face àquela multiplicidade de outro modo que não seja pelo estudo dos factos: tem de se avançar até ao ponto realmente essencial – o plano económico e os seus dados. A partir daqui podem elaborar-se os tipos ideais. Há tantas formas típicas quantas as que se podem encontrar na realidade e não tantas quantas se podem construir mentalmente.

Apesar de um estudo aprofundado da realidade não me foi possível encontrar mais formas do que as aqui indicadas.

3. Formas fechadas da oferta e da procura

1. Só *num* ponto – é certo que extremamente importante – se distinguem as formas fechadas de oferta e procura das formas abertas: precisamente no facto de a oferta ou a procura, por disposição de direito público, em razão do direito consuetudinário ou da opinião pública, serem fechadas. O fecho pode resultar da orientação geral da política económica nacional,

corporativa ou municipal, de interesses particulares de vendedores ou compradores já presentes que impedem a entrada de novos concorrentes, ou de ambos.

Naturalmente encontram-se também aqui casos que se situam na fronteira e em que não é fácil determinar se se trata de formas abertas ou fechadas. Poder-se-ia por exemplo perguntar se os esforços de um cartel de produtores para impedir, através de medidas ofensivas, a entrada num dado mercado implicam já que a oferta é fechada. Dir-se-á que os cartéis alemães do cimento, que nos primeiros decénios deste século procuraram, através de medidas muito drásticas, impedir que surgissem novas fábricas de cimento, fecharam a oferta? – Não, porque se é certo que a entrada no mercado do cimento foi dificultada, ela podia ainda ser forçada – e foi-o de facto em numerosos casos – por firmas que dispusessem de um forte capital. Só com a interdição legal de construção de novas fábricas de cimento é que a oferta passou a fechada e a entrada de novos produtores se tornou impossível. – Outro exemplo: quando os artesãos alemães em 1938 tinham de seguir um programa de formação determinado, passar um exame difícil e preencher determinadas condições pessoais para poderem exercer um dado ofício, poder-se-ia perguntar se a oferta ainda era aberta. Na maior parte dos casos a resposta é negativa. Na resposta a tais questões tem de se analisar sempre escrupulosamente a prática administrativa. Assim como na apreciação da prova de necessidade que a lei previa no caso da abertura de hotéis, restaurantes, bancos e companhias de seguros. Da prática administrativa dependia também o eventual fecho do comércio por atacado, do artesanato e do comércio de retalho através das múltiplas disposições sobre os direitos de entrada na corporação, a aprendizagem e a origem, assim como sobre a migração, em vigor nas cidades medievais. – Analogamente pode-se perguntar se as *patentes* fecham a oferta. Certamente que não quando elas se aplicam a uma pequena parte do processo de produção, que

é um caso frequente. Quando porém se trata de patentes sem as quais uma dada produção não é possível, então a oferta encontra-se de facto fechada pelo período de validade da patente. As numerosas patentes de lâmpadas incandescentes da sociedade Osram fecham a oferta de lâmpadas até ao termo das patentes.

Segundo uma fórmula consagrada, as fronteiras entre dois Estados não estão lá para separar aldeias, mas sim impérios. Não se deve pois sobrestimar a importância destes casos que se situam na fronteira entre formas abertas e fechadas.

2. Porque se trata de facto de *dois* impérios. O império das formas fechadas é além disso, em termos históricos, substancialmente mais vasto que o das formas abertas, como o nosso esboço histórico mostrou. Deste deduziu-se também que, no quadro da oferta fechada e da procura fechada, aparecem igualmente o monopólio, a concorrência, o monopólio parcial, o oligopólio, o oligopólio parcial e o tabelamento. Quando estas formas são «fechadas» ou «abertas» não têm o mesmo significado e por isso é necessária a divisão nestes dois grupos.

Pense-se por exemplo no fecho da produção de trigo de um dado país, através da atribuição a milhões de agricultores de determinadas quotas individuais de superfícies cultiváveis, não havendo porém qualquer acordo entre agricultores. Para um agricultor qualquer, continua a ser um dado do plano o preço que se forma no mercado anónimo, enquanto que as reacções do mercado às suas vendas, ele não as toma em consideração. Reina portanto a concorrência. Mas de um género diferente da concorrência «aberta»: em caso de aumento dos preços, o agricultor não pode introduzir no seu plano uma extensão das superfícies cultivadas em trigo, mas apenas a intensificação da cultura na superfície que lhe foi atribuída. Este é um facto que tem efeitos duradouros sobre a ulterior evolução dos preços, o abastecimento da população e

a formação dos rendimentos do agricultor. Estes casos e outros semelhantes são frequentes: não só na agricultura, mas também no arrendamento de habitações numa dada cidade, quando as autoridades não autorizam novas construções, em caso de restrições ao investimento no comércio de retalho ou na indústria de malhas de um dado país. Reina nestes casos a concorrência, isto é, a orientação dos planos das unidades económicas pelo preço, mas é uma concorrência *fechada* porque, para além do preço, a unidade económica também trata como um dado a interdição de construir ou de investir, ou a limitação das superfícies cultivadas.

As cidades medievais são literalmente minas de formas fechadas de oferta e procura. Depara-se por exemplo com o caso seguinte: um dado ofício estava reservado a certas famílias e além disso o número de companheiros e aprendizes que se podiam empregar era limitado. As autoridades municipais tinham proibido expressamente a formação de monopólios colectivos - que é sempre facilitada pelo fecho da oferta -, mas renunciado ao mesmo tempo ao tabelamento. Se o número de artesãos admitidos fosse pequeno, três ou quatro por exemplo, tinha-se a seguinte situação: um dado fundidor de bronze ou um dado correiro contava no seu plano económico com o comportamento dos seus clientes e dos seus concorrentes, era portanto um *oligopolista*. Mas tratava-se de um oligopólio fechado porque ele considerava igualmente como um dado a limitação do número de produtores e podia confiar em que não apareceria nenhum novo concorrente.

Também o *monopólio* fechado é algo de diferente do aberto: o seu poder é substancialmente maior. A lei sobre o monopólio dos correios de muitos países civilizados modernos, por exemplo, proíbe todo o transporte de correio por parte das comunas ou de entidades privadas, fecha portanto o mercado em favor de um monopólio. A administração dos correios tem isso em conta nos seus planos económicos. A sua posição é diferente, muito mais forte que a de uma grande

central eléctrica que, numa dada região, é certo a única a vender electricidade, mas cujo mercado é aberto e a cujo monopólio as unidades industriais consumidoras podem escapar construindo as suas próprias instalações. O simples facto de esta possibilidade existir força o monopolista - como a experiência mostra - a uma outra política. Encontra-se sempre sob a ameaça de muitos clientes se tornarem independentes, produzindo a sua própria electricidade. Na política do monopólio aberto tem de se tomar em consideração uma concorrência «potencial» que não existe no caso do monopólio fechado. - Outro exemplo: o senhor feudal da Alemanha oriental do séc. XVIII dispunha de um monopólio da força de trabalho dos seus súbditos hereditários e dos camponeses adstritos à gleba sob a forma das corveias de trabalho manual e de animais de tiro, e de trabalho obrigatório de remuneração reduzida. Pois os camponeses não podiam migrar nem empregar a sua força de trabalho noutro lugar. Com isso tinha o senhor feudal, enquanto beneficiário de um monopólio fechado, um poder sem comparação com o de um industrial de um vale alpino do séc. XIX, de quem dependia sem dúvida - dado o seu monopólio da força de trabalho - a população das redondezas, mas em que ela se podia subtrair àquela dependência pela migração. Considere-se ainda outro caso, observando a evolução da política monopolista de um moinho que, no período mercantilista, em virtude de um privilégio real, tinha o exclusivo da moagem numa dada região, onde era portanto o único a poder oferecer este serviço. Após a supressão do privilégio no séc. XIX, o monopólio manteve-se no imediato, mas agora num mercado «aberto». Por conseguinte, a sua política de preços e o seu comportamento em geral tiveram de se alterar imediatamente. Pois doravante tinha de contar com o aparecimento de concorrentes, ou seja, com uma concorrência potencial, o que constituiu o impulso para uma política de preços e um abastecimento do mercado diferentes. - Finalmente: o fecho

altera também o carácter do monopólio colectivo. Por exemplo o sindicato do cimento cujos membros individualmente - anteriormente ao fecho - reagem vivamente ao comportamento dos outros, em particular empreendendo investimentos tendo em vista a defesa das suas quotas, mas que, após o fecho da oferta pelas restrições legais ao investimento, já não dão tanta importância nos seus planos económicos ao comportamento dos outros membros do monopólio colectivo.

3. A análise *teórica* da oferta e da procura fechadas deve ter em conta os diferentes métodos de fecho historicamente atestados. Para começar há que distinguir o caso em que só uma unidade económica é admitida à oferta ou à procura daquele em que todo um círculo é admitido. Igualmente importante: há apenas um *numerus clausus* de produtores, podendo porém cada um utilizar a terra, a mão-de-obra e os meios de produção produzidos que achar convenientes? A ter ainda em conta: a restrição da oferta pode obter-se pela limitação das superfícies cultivadas ou do número de operários de cada produtor, pelas restrições ao investimento ou por uma combinação dos três.

Com o método de fecho altera-se manifestamente um dado do plano da unidade económica e por conseguinte do processo económico.

4. O resultado: as formas de mercado

Dado que o mercado consiste no encontro da oferta e da procura, ao isolarem-se as várias formas de oferta e procura obtêm-se também as diferentes formas de mercado. São sempre combinações das formas de oferta e procura.

Dado que se podem identificar cinco formas de oferta (a saber: concorrência, oligopólio parcial, oligopólio, monopólio parcial e monopólio) e outras tantas formas de procura,

obtêm-se 25 formas de mercado. (Se se tiver em conta a diferença entre formas abertas e fechadas de oferta e procura, este número quadruplica.) Naturalmente, seria mais cómodo para a ciência ter de contar só com *uma* forma económica mercantil, por exemplo a concorrência ou o monopólio. Mas na realidade económica do presente e do passado as formas económico-mercantis concretas são múltiplas, variáveis e aparecem combinadas entre si. Dado o processo económico se desenrolar diferentemente com formas de mercado diferentes e o poder económico de vendedores e compradores variar com as mesmas, não se pode negligenciar esta multiplicidade. Na química também seria mais cómodo trabalhar não com 92 elementos mas, à maneira antiga, com quatro. Ninguém censura contudo o químico por tomar em consideração tantos elementos quantos existem. O mesmo deveria valer para o economista. Quem se queixa do «pluralismo» que se exprime, não só nas formas de mercado, mas em todo o sistema morfológico - incluindo a economia de direcção central com as suas duas formas -, mostra desconhecimento do problema: a realidade apresenta-nos uma multiplicidade incalculável de ordens económicas individualizadas sendo cada uma delas de construção extremamente complexa. Como é que se pode apreender esta multiplicidade? É esta a difícil tarefa. A resposta é: descobrindo as formas elementares de que se compõem as ordens económicas concretas do passado e do presente. A ciência encontra desta maneira «invariância» e unidade onde só parecia haver multiplicidade e diferença. Ela realiza, ao elaborar o aparelho morfológico, uma extraordinária *simplificação*. Não é a ciência que cria a multiplicidade. *Ela faz o inverso*: reduz uma profusão imensa de ordens económicas concretas a um número perfeitamente manejável de formas puras de constituição simples. Desta maneira torna-se possível a análise teórica do processo económico apesar de toda a multiplicidade histórica. - No decurso desta análise, verifica-se de resto o seguinte: uma vez estudado o processo no quadro de uma

dúzia de formas de mercado convenientemente escolhidas, as restantes já não oferecem qualquer dificuldade.

A maneira mais concisa de apresentar as formas de mercado é num quadro que, de acordo com os resultados da nossa análise, se apresenta da maneira seguinte:

Formas da oferta Formas da procura	Concorrência	Oligopólio parcial	Oligopólio	Monopólio parcial	Monopólio (individual ou colectivo)
	Formas de mercado				
Concorrência	Concorrência pura e perfeita	Oligopólio parcial	Oligopólio	Monopólio parcial	Monopólio
Oligopsónio parcial	Oligopsónio parcial	Oligopólio parcial bilateral	Oligopólio limitado por um oligopsónio parcial	Monopólio parcial limitado por um oligopsónio parcial	Monopólio limitado por um oligopsónio parcial
Oligopsónio	Oligopsónio	Oligopsónio limitado por um oligopólio parcial	Oligopólio bilateral	Monopólio parcial limitado por um oligopsónio	Monopólio limitado por um oligopsónio
Monopsónio parcial	Monopsónio parcial	Monopsónio parcial limitado por um oligopólio parcial	Monopsónio parcial limitado por um oligopólio	Monopólio parcial bilateral	Monopólio limitado por um monopsónio parcial
Monopsónio (individual ou colectivo)	Monopsónio	Monopsónio limitado por um oligopólio parcial	Monopsónio limitado por um oligopólio	Monopsónio limitado por um monopólio parcial	Monopólio bilateral

Em relação ao que precede convém notar o seguinte:

1. Estas formas de mercado são formas económicas *objectivamente* dadas que se encontravam e encontram na economia real, diversamente combinadas entre si e com

formas da economia de direcção central. Não são supostas *a priori*. Constatam-se estas formas, assim como os seus caracteres distintivos, através do estudo dos dados dos planos económicos mercantis dos participantes no mercado (pp. 150 *sqq.*, 160 *sq.* e 168).

2. No quadro de cada uma destas formas de mercado, o indivíduo pode agir segundo diferentes princípios: por exemplo, segundo o princípio da maximização da receita líquida ou segundo o princípio do melhor abastecimento possível. (Voltaremos a este ponto mais à frente, em particular no quinto capítulo.)

3. Cada uma destas formas de mercado se pode apresentar em *quatro* variantes: com procura e oferta abertas, com ambas fechadas, só com oferta ou só com procura abertas.

4. O «tabelamento legal» ocupa uma posição especial dado poder produzir-se em *qualquer* forma de mercado e ter efeitos diferentes consoante as formas (*vide* pp. 243 *sqq.*). Por exemplo, o tabelamento do carvão tem significados diferentes consoante exista concorrência integral, oligopólio, monopólio ou outra forma de mercado; ambos os lados do mercado sejam abertos ou, eventualmente, o lado da oferta esteja fechado por restrições ao investimento. Por conseguinte, os tabelamentos devem interpretar-se e ser tratados como variantes das diferentes formas de mercado e não como uma forma particular de mercado em si³⁴.

B. Formas fundamentais da economia monetária: os sistemas monetários

Introdução

A análise a que se procedeu de numerosas unidades económicas concretas revelou o que havia de comum e de diverso nas múltiplas formas da economia mercantil. De

comum: na economia mercantil, logo que ela atinja uma certa dimensão, tem de existir sempre um padrão de medida. De diverso: a inter-ligação das unidades económicas é duplamente multiforme (pp. 144 *sqq.*): na forma em que oferta e procura se encontram, ou seja na *forma de mercado*, e na forma do *meio de troca* de que se servem as unidades económicas para facilitar as relações económicas.

Como se viu, na história aconteceu frequentemente faltarem tais meios de troca universalmente reconhecidos. É este facto que se exprime no tipo ideal puro de «economia natural de troca». – Mas a experiência mostra que muitos economistas têm dificuldade em imaginar uma economia natural de troca pura. Uma economia de troca evoluída sem um meio de troca universal – disse-se recentemente – seria «não só impossível na prática como, de facto, inconcebível» (W. LAUTENBACH). – Poder-se-ia replicar que existiram de facto economias de troca naturais altamente evoluídas nas civilizações mediterrânicas da antiguidade ou na América pré-colombiana. Mas pode-se perguntar porque é que, no fim de contas, se encontraram dificuldades em conceber este tipo ideal. Possivelmente devido a um equívoco que é importante esclarecer: aparentemente pensa-se numa economia mercantil em que falta um *padrão de medida*. Então seriam de facto impossíveis relações de troca altamente evoluídas. Mas não é disso que se trata. Também na economia natural de troca existe um padrão de medida, por exemplo a cabeça de gado ou unidades de outro bem padrão. Falta contudo o meio de troca universalmente reconhecido: o dinheiro.

Temos de imaginar a economia natural de troca, enquanto tipo ideal puro, como uma comunidade em que, sem o concurso de um meio geral de troca, todas as unidades de produção e todos os agregados familiares trocam mercadorias ou serviços do trabalho por outras mercadorias ou outros serviços do trabalho e em que cada unidade económica se serve de um padrão de medida. Ela constitui o mais simples

sistema económico social sem direcção central. Podem realizar-se nela o conjunto das formas de mercado, desde a concorrência integral até ao monopólio bilateral.

Numa economia mercantil deste tipo existem «valores de troca» pelos quais se guiam as unidades económicas. O valor de troca de um bem não é neste caso nenhum valor indeterminado porque e só porque se utiliza um padrão de medida. Se se trocasse lã por linho, estanho, pão, serviços do trabalho e outros bens, sem utilização de um padrão de medida, então a lã teria tantos valores de troca quantos os bens e serviços existentes. Se se falasse neste caso de *um* valor de troca da lã, esse valor de troca seria uma grandeza totalmente indeterminada. Se se utilizar porém o cobre como padrão de medida e a unidade de cobre como unidade de conta, então todas as razões de troca se exprimirão em unidades de cobre e serão deste modo comparáveis. O conceito de valor de troca passa desta maneira a ser plenamente determinado.

Alguns economistas chamam preços aos valores de troca estimados numa unidade de conta ideal. «A soma, diz por exemplo CASSEL, em que se estima um dado bem, numa unidade de conta abstracta desse género, é manifestamente um preço, a unidade é uma unidade de preço e [o conjunto de valores de troca] uma escala de preços.» Se 1 quintal de lã é equiparado a 800 kg de cobre e 1 quintal de linho a 200 kg, e se, em consequência, se troca *in natura* 1 quintal de lã por 4 quintais de linho, CASSEL falaria de preços da lã e do linho, funcionando a unidade de cobre como unidade de preço. Esta terminologia é certo perfeitamente admissível, mas o seu uso pode ocultar aquela característica da economia natural de troca particularmente importante que é o facto de as mercadorias e os serviços se trocarem directamente sem recurso ao dinheiro. Na economia natural de troca estão ausentes os extensos efeitos que o dinheiro exerce sobre o processo económico. É algo que se tem de ter sempre presente. Por isso, a ciência deveria de preferência falar dos «valores de

troca» da economia natural de troca, não dos seus preços, e só falar de «preços» no caso da economia monetária³⁵.

1. As duas formas fundamentais da economia monetária

1. O tipo ideal puro da «economia monetária» é, de acordo com o que precede, uma economia mercantil em que as unidades de produção e os agregados familiares utilizam o dinheiro em todas as transacções. O dinheiro é o meio de troca universalmente reconhecido. O conjunto das unidades económicas pede dinheiro quando oferece bens e oferece dinheiro quando os procura; por conseguinte conserva dinheiro em caixa.

A história mostra que a unidade monetária serve não raro de unidade de conta. Não raro mas, de modo algum, em regra geral.

Na Idade Média, por exemplo, quando circulavam as mais diversas e variáveis espécies monetárias, era impossível os grandes mercadores utilizarem como unidade de conta uma espécie monetária qualquer, sujeita a permanentes oscilações do seu valor. Eles utilizavam um padrão de medida único e invariável, no cálculo económico, na concessão de créditos e na tomada de empréstimos, e na fixação dos preços na compra e na venda: por exemplo, o *solidus* de ouro, mais tarde – a partir da segunda metade do séc. XIII – o ducado veneziano ou o florim florentino e outras unidades de conta. Quanto ao suporte da unidade de conta ele era frequentemente pouco ou nada utilizado. Assim, por exemplo, os mercadores de Tallinn no começo do séc. XVI efectuavam a sua escrita comercial e celebravam todos os seus contratos de compra e de venda em marcos de Riga. O marco de Riga era porém um meio de troca raramente utilizado no comércio por atacado. Nessa função utilizavam-se numerosas moedas de prata e de ouro: o *thaler*, o marco de Lubeque, os florins renano, húngaro e de Lubeque e outras mais, sem falar de certos títulos de dívida que também funcionavam como

dinheiro. O grande comércio europeu da alta e baixa Idade Média, que se encontrava no centro de toda a ordem económica da época, não teria podido realizar as suas importantes funções sem separação da unidade de conta e do dinheiro. As várias espécies monetárias utilizadas como meio de troca tinham - e têm sempre em tais casos - um valor, em termos da unidade de conta, sujeito a oscilações.

Muitos economistas referem-se ao dinheiro dizendo que ele é meio de troca e unidade de medida. Com estas definições não se vai muito longe. Quando por exemplo se estudam os numerosos tesouros antigos encontrados na Grécia e na Ásia Menor encontram-se frequentemente *num* mesmo tesouro uma tal quantidade de moedas de diferentes cunhagens que seria impossível realizar um cálculo económico em todas estas espécies monetárias. Assim, encontrou-se no cofre de um grande mercador de Tarento do séc. V a. C., dinheiro de sete casas da moeda da Grande Grécia, além de outras moedas. *Uma* das espécies monetárias era muito provavelmente também «unidade de medida», as outras não. Estas últimas não eram dinheiro? Também no período helenístico, existia na região altamente evoluída economicamente do Mediterrâneo oriental um tal caos de espécies monetárias que o dinheiro e a unidade de conta não podiam ser idênticos. Só com o avanço da dominação romana é que o *aureus* veio a constituir durante vários séculos, não só a espécie monetária preponderante, como os achados arqueológicos indicam, mas também a unidade de conta universalmente utilizada. Uma situação contudo que acabou com o séc. III d. C. e com a contínua deterioração da moeda, voltando-se à separação entre unidade de conta e meio de troca. - Como se sabe também nos tempos modernos não faltam de modo algum casos em que o dinheiro não era simultaneamente unidade de conta. Basta lembrar a *guinea* inglesa ou o florim austríaco. Quando na Alemanha de 1923 o marco, sob a forma de notas ou moeda escritural, servia de meio de troca e o meio quintal de

centeio, o grama de ouro ou o franco suíço de unidade de conta, o que é que era então dinheiro? Quem afirma que o dinheiro é meio de troca e unidade de medida tem de dar a estranha resposta que - na medida em que o marco ainda não era unidade de conta - não havia de facto dinheiro. Pois o marco tinha perdido a sua função de unidade de medida e o meio quintal de centeio, etc. não eram meios de troca.

Contudo também erram os que afirmam que o dinheiro é certamente em primeiro lugar meio de troca, mas que, em regra, exerce também a função de unidade de medida ou unidade de conta. A história mostra que, em diferentes civilizações e durante muitos séculos, a separação das duas funções era usual, que a separação e a reunião das duas funções se equilibram historicamente ou até que a separação predomina. Tão-pouco é exacto que a separação seja uma coisa do passado. - Estes factos históricos têm de encontrar na economia política uma expressão clara. Têm de se distinguir *duas* formas fundamentais da economia monetária: *uma primeira forma em que o dinheiro também é utilizado como unidade de conta e uma segunda na qual o dinheiro e a unidade de conta são grandezas separadas.*

2. A acentuação e realce destes factos através da construção das duas formas fundamentais puras da economia monetária não são necessários unicamente pelo facto de, na história, ambas se realizarem em igual medida, mas também por uma outra razão: o processo económico desenrola-se nas duas formas, no seu planeamento e no seu curso efectivo, de maneira totalmente diversa. - Um exemplo: imagine-se que nós alemães, em 1918, *não* tínhamos o hábito de exprimir em marcos - ou seja na unidade monetária - os preços das mercadorias e dos serviços. Teríamos antes utilizado o grama de ouro ou unidades de uma moeda estrangeira como unidade de conta; pelo que as dívidas activas e passivas, de curto prazo e de longo prazo, não seriam estipuladas em marcos. Os efeitos

da inflação teriam sido então totalmente diferentes: os preços e os salários não teriam aumentado na medida em que aumentaram, seria o marco que teria rapidamente acusado uma perda de valor relativamente à unidade de conta. Os balanços das empresas teriam tido um aspecto completamente diferente do constatado. A subida em flecha dos valores patrimoniais, mantendo-se o passivo constante, não teria tido lugar. Os planos e as disposições, incluindo a política de investimentos das empresas, a evolução geral da economia durante estes anos teriam sido muito diferentes do que foram na realidade.

Na teoria monetária parte-se em regra do princípio que as dívidas activas e passivas são expressas em dinheiro, que o cálculo dos custos, das perdas e ganhos é feito em dinheiro e que em suma o dinheiro é simultaneamente unidade de conta. Do que precede, resulta que um aparelho teórico que se baseie apenas nesta forma da economia monetária não é suficiente. Ele falha obrigatoriamente quando se têm de explicar determinados factos do quotidiano económico. Por exemplo as singulares e persistentes saídas de ouro e prata do baixo império romano, a que alguns historiadores atribuem uma tão grande importância do ponto de vista histórico geral, mas cuja origem ainda não está totalmente esclarecida nem se pode esclarecer sem a aplicação de um aparelho teórico monetário apropriado. Ou o importante comércio internacional da Idade Média, em que se trata de dar conta da direcção, composição e dimensão das correntes de mercadorias que ligavam a Europa, a Ásia Menor e o Norte de África. Onde quer que o dinheiro não seja unidade de conta é necessário aplicar uma teoria monetária da segunda forma.

2. Sistemas monetários

1. Com a obtenção das duas formas fundamentais puras da economia monetária só se tratou de maneira satisfatória

um dos aspectos da questão da realidade histórica multiforme do dinheiro, precisamente do ponto de vista de saber se o dinheiro é simultaneamente unidade de conta ou não.

Agora pergunta-se se, e como, é possível reduzir as muitas espécies de dinheiro que se podem encontrar no passado e no presente a formas homogêneas e submetê-las assim à análise teórica. Como se sabe HELFFERICH distinguiu as moedas «livres» das moedas «ligadas» e esta distinção foi adoptada por muitos economistas. As moedas baseadas no padrão ouro, tal como elas existiam antes de 1914 na maioria dos países civilizados, eram por conseguinte moedas ligadas, pois a moeda de base estava ligada, pela cunhagem livre, a um metal, e existia uma relação fixa entre a unidade de ouro e a unidade monetária. Pelo contrário, todas as moedas em que tal ligação falta e em que a quantidade de moeda é regulada livremente - como na Áustria entre 1879 e 1892, na Índia desde 1893 ou no caso do papel-moeda de curso forçado - são moedas livres. - A constituição destes dois grupos pode ser útil. Mas ela não é suficiente para se chegar a análises exactas. Por exemplo, o padrão ouro anterior a 1914 representava uma combinação de formas económicas muito diversas que é necessário conhecer para perceber o seu funcionamento. «É por conseguinte logo à partida claro que, quando se analisa uma das combinações presentes na realidade concreta, como se se tratasse de um todo homogêneo, não se pode chegar a nenhum resultado satisfatório. Só se pode perceber uma combinação quando se conhecem os seus componentes. Se não tivesse isto em conta, a economia política estaria na situação da física se esta não distinguisse os efeitos do oxigénio e do azoto presentes no ar.» (L. MIKSCH).

Devemos assim colocar a questão: quais as formas *puras* realizadas nas ordens monetárias concretas, por exemplo no padrão ouro anteriormente a 1914 ou na moeda americana de 1949? Tem de se procurar apreender morfológicamente a

grande multiplicidade de ordens monetárias historicamente dadas lançando assim as bases da análise monetária teórica.

2. Mais uma vez se têm de evitar as visões amplas, mas nebulosas e irrealistas obtidas através de uma distanciação da economia real. A maneira de colocar as questões deve já encaminhar a análise para as unidades económicas concretas. Consideremos uma dada família ou uma empresa artesanal A ou uma exploração agrícola B da actualidade e observemos a composição dos seus haveres monetários no dia de hoje. Encontramos moedas de várias espécies, papel-moeda e depósitos bancários de que se pode dispor por meio de cheque ou de um formulário de transferência. Ou examinemos o cofre de um grande mercador de Bremen do séc. XVIII, do mosteiro de Bobbio referido anteriormente, ou um dos muitos tesouros antigos da Ática ou de Corinto. Esqueçamos inicialmente tudo o que já sabemos sobre a moeda e os sistemas monetários; observemos simplesmente este dinheiro. E também o dinheiro em nosso poder neste momento. E agora coloquemos a questão mais imediata: *como* é que este dinheiro concreto surgiu?

Esta questão extremamente simples não tem nada a ver com a questão da origem do dinheiro que ocupa na literatura um lugar tão importante. Nada a ver pois com a questão de saber como e onde é que o dinheiro, milénios atrás, começou a ser usado, se é de origem religiosa ou não, onde, quando e sob que forma se cunharam pela primeira vez moedas, como é que no fim de contas o homem chegou à descoberta e à introdução do dinheiro e das várias espécies monetárias. Todas estas questões são extremamente importantes. Mas não para nós que estudamos hoje o quotidiano económico. Por isso também não nos interessa a questão que KNAPP colocou, e à qual respondeu precipitadamente pela afirmativa, de saber se o dinheiro é uma criatura da ordem jurídica. Nós vemos o dinheiro tal como ele existe na caixa das unidades económicas de hoje ou de tempos recuados e se integra nos dados dos

seus planos económicos. Nós perguntamos como é que este dinheiro *concreto* - no fim de 1910, por exemplo, a moeda de ouro de 10 marcos, as moedas divisionárias, as notas do banco imperial e um depósito bancário à ordem - surgiu. E a questão tem de se colocar em relação a cada uma das peças de moeda.

3. Se colocarmos a questão desta maneira, então a análise por acentuação de cada facto concreto leva-nos a constatar a existência de certos «*sistemas monetários*» recorrentes que se distinguem pela maneira como o dinheiro é neles criado e destruído. Em geral combinados, raramente realizados na sua forma pura nas ordens monetárias concretas (ou moedas), é possível contudo destacá-los individualmente por um processo de abstracção.

São três os sistemas monetários puros que se podem identificar.

a) *Frequentemente o dinheiro surge porque um qualquer bem material se converte em dinheiro.* O primeiro tipo ideal puro de sistema monetário - ou modelo - é portanto aquele em que todo o dinheiro é criado desta maneira.

Em épocas recuadas - assim no Oriente antigo no segundo milénio a. C. - utilizaram-se cereais, tâmaras, cobre, chumbo, conchas e muitos outros bens materiais. A utilização do bem material como mercadoria e como meio de troca confundem-se de início totalmente. Os cereais serviam por exemplo em certas transacções como dinheiro e logo a seguir como mercadoria. Da mesma maneira os cigarros na Alemanha em 1947. Mas é relativamente fácil dar aos bens materiais, quando eles devem ser utilizados como dinheiro, uma forma que os torne mais apropriados ao seu uso como meios de troca. Deu-se aos metais a forma de anéis ou de espirais, ao chá a forma de blocos, as conchas foram reunidas de uma certa maneira. O mais importante foi a invenção da cunhagem pelos lídios. - O dinheiro desaparece neste sistema

ao ser utilizado novamente como mercadoria: o ouro e a prata por exemplo para ornamento, o cobre e o chumbo para instrumentos, os cigarros nas mãos do fumador.

A criação desta forma de dinheiro dá-se nas mais diversas *formas de mercado*. - Frequentemente tem lugar em «monopólio fechado». Quando por exemplo uma *pólis* grega cunhava e emitia moeda em situação de monopólio ou quando o Estado romano pôs em circulação a partir de César o *aureus* e o imperador bizantino o *solidus* de ouro. O monopolista não se comporta aqui sempre da mesma maneira. Ou procura, através desta transformação monopolista de um bem material em dinheiro, maximizar a sua própria receita líquida, ou então, obter o melhor abastecimento possível do mercado (esta questão será abordada mais em pormenor no quinto capítulo, II, B. 3). - Também não raro se encontra na história o «oligopólio aberto». Na alta Idade Média aconteceu grandes senhores feudais e cidades estarem, no mercado inter-local, em competição oligopolística com as suas moedas, durante muito tempo por exemplo Lubeque e Colónia no Norte da Alemanha...

Finalmente, também se verificou frequentemente «concorrência integral» na transformação de um bem material em dinheiro. Pois é assim que se deve designar a «cunhagem livre». Ela existiu, não só nos tempos modernos, mas também antes. Por exemplo no reino dos francos no séc. VI, em que mestres moedeiros com privilégio, muitas vezes itinerantes, cunhavam ouro e prata para qualquer pessoa, tanto quanto ela apresentasse. No caso de cada unidade económica poder converter o ouro ou a prata que quiser em dinheiro há concorrência na criação de moeda. O dinheiro que circula não é aqui determinado por *uma* instância, por um monopolista que observa o mercado e age em conformidade; a quantidade de moeda em circulação depende da medida em que os dirigentes das unidades económicas acharem que vale a pena converter metal em moedas, bens materiais em dinheiro. Não

há uma estratégia de mercado. O abastecimento do mercado em dinheiro está dependente dos planos económicos específicos de numerosas unidades económicas. Elas criam então dinheiro quando isso lhes parece lucrativo. Exactamente como na produção de mercadorias quando ela tem lugar em concorrência. A cunhagem livre significa então: concorrência na criação de dinheiro no quadro do primeiro sistema monetário. Nesta terminologia económica, a abolição da cunhagem livre significa uma alteração da forma de mercado e a substituição da concorrência integral, existente anteriormente, por um monopólio.

Talvez, é mesmo provável que existam ainda outras formas de mercado na criação de moeda neste sistema monetário. Contudo eu não encontrei outras. Possíveis seriam todas as formas de mercado. Aqui, e em geral no estudo dos fenómenos monetários, é necessário pensar em termos de formas de mercado para destacar os factos *económicos* e não se ficar atolado em categorias jurídicas.

b) O dinheiro surge como contrapartida do fornecimento de uma mercadoria ou de serviços do trabalho. Este é o segundo sistema monetário.

Dinheiro criado desta maneira já existia em tempos muito recuados. Assim na Babilónia do III ou II milénio a. C. Um templo ou o palácio real forneciam a um particular por exemplo cereais, recebiam um título de dívida e davam-no em pagamento. O título de dívida era ao portador e podia no vencimento ser apresentado pelo credor do momento ao devedor para pagamento. Ou, alguns milénios mais tarde: o *verleger*-grande mercador medieval tomava frequentemente empréstimos contra títulos de dívida que - caso ele tivesse um bom nome - circulavam como dinheiro. O mercador de lã inglês do séc. XIV fornecia lã ao *verleger* flamengo e obtinha em troca um título de dívida. Este título funcionava como dinheiro no círculo dos grandes mercadores, era pois dinheiro

na caixa do mercador. (A sua circulação restringia-se pois a um círculo de pessoas economicamente importantes. Mas, quando se caracteriza o dinheiro como um meio de troca «universalmente» reconhecido, não se pode por aí entender apenas os meios de troca que circulam em todos os sectores de uma dada comunidade. A circulação de muitas espécies monetárias restringe-se a um certo círculo de unidades económicas. A actual moeda escritural do banco central ou dos bancos comerciais por exemplo não é utilizada na Alemanha pelos operários que mal a conhecem, enquanto que nas grandes transacções é predominante.)

As notas de banco e a moeda escritural eram e são frequentemente criadas como contrapartida do fornecimento de um bem material: a moeda escritural do célebre Hamburger Girobank surgiu a partir de 1770 desta maneira. Ele comprava prata não amoedada, lançava o montante da venda a crédito do vendedor e este utilizava-o como dinheiro para efectuar transferências para outras contas. E quando hoje os bancos centrais compram ouro e o pagam com notas de banco ou creditando uma conta à ordem, passa-se exactamente a mesma coisa: o dinheiro nasce na compra de uma mercadoria.

O Estado e outros poderes públicos serviram-se com particular frequência desta forma de criação de moeda, e na maioria dos casos de maneira bem diferente da do rei da Babilónia que era em regra geral credor e não se limitava a fazer circular um título de dívida emitido por outrem. As mais das vezes é precisamente o Estado que é o devedor. As cidades-Estados medievais pagavam não raro fornecimentos com títulos de dívida que eram utilizados como dinheiro. Isso foi descrito em pormenor por exemplo no caso de Como.

A forma técnica do dinheiro que é criado desta maneira, como contrapartida do fornecimento de uma mercadoria ou de um serviço, varia muito. Frequentemente tem juridicamente a forma da letra ou de outros reconhecimentos de dívida, do Estado ou de particulares, nos quais se promete o

pagamento em determinada data. - Mas, também com frequência, não é assumida qualquer obrigação de pagamento e, juridicamente, o portador não tem qualquer direito em relação ao beneficiário da mercadoria ou serviço. Sob esta última forma são sobretudo os Estados que têm frequentemente criado moeda. Eles têm pago o fornecimento de mercadorias e os serviços de funcionários ou de soldados com papel-moeda ou moeda sem valor intrínseco. - No quadro do segundo sistema monetário, são igualmente variadas as formas de mercado possíveis e efectivamente realizadas. Não raro encontra-se o monopólio: assim quando o Estado paga em obrigações do tesouro ou emite papel-moeda. Ou, com igual frequência, são vários particulares que - em concorrência ou em oligopólio - põem este dinheiro em circulação, como por exemplo alguns grandes mercadores da baixa Idade Média.

Este segundo sistema monetário que, como forma elementar das ordens monetárias, ocorre desde há milénios e também nos nossos dias não apresenta um carácter uniforme. Isso revela-se sobretudo na diversidade das formas em que o dinheiro desaparece. - Quando a moeda escritural é criada pela venda de barras de prata a um banco de transferências e se extingue com a compra de barras de prata ao mesmo banco, o segundo sistema monetário distingue-se pouco do primeiro. Em lugar da cunhagem e do desaparecimento das moedas pela fundição tem-se venda e compra de prata. - Quando porém uma firma ao vender tecido ao Estado recebe papel-moeda que o Estado emitiu e não é convertível em ouro, dissolve-se, *após* a criação da moeda, a relação entre esta e a mercadoria. Uma extinção de moeda, pela venda desta mercadoria por parte do Estado acontece raramente: quando por exemplo no fim de uma guerra se vende material militar. A distinção destas duas variantes do segundo sistema monetário é importante, porque os efeitos do dinheiro sobre o processo económico e sobretudo sobre a realização do equilíbrio são diferentes num caso e noutro.

Se uma das variantes se aproxima do primeiro sistema, a outra assemelha-se um pouco ao terceiro. Se por exemplo o Estado, em lugar de pagar a um fornecedor com papel-moeda que ele próprio criou, obtém de um banco emissor, em troca de obrigações do tesouro, papel-moeda com o qual paga ao fornecedor, há certamente uma diferença, que também tem significado do ponto de vista económico-teórico; os dois processos são contudo semelhantes.

c) *O terceiro sistema monetário: o crédito cria moeda*, em formas de mercado mais uma vez muito diversas. O dinheiro *desaparece* com o reembolso dos empréstimos.

Peguemos nas notas de banco actuais. Na maior parte dos países elas são criadas por um banco emissor central, ou seja por um monopólio fechado. Isso verifica-se - para além dos casos em que constitui a contrapartida da compra de ouro ou prata - quando o banco emissor subscreve títulos da dívida pública ou concede crédito através do desconto de letras ou de crédito lombardo. Inversamente, todos os dias desaparecem da circulação notas de banco, por ocasião de operações opostas: pagamento de letras, cobrança de créditos ou venda de títulos da dívida pública pelo banco emissor. Todos os dias são criadas notas de banco por ocasião da concessão de crédito e desaparecem no momento dos reembolsos; a relação entre os dois processos determina a quantidade de notas do banco central que num determinado momento estão na posse das unidades de produção e das famílias de um dado país.

Como se sabe, no séc. XIX as notas de banco também eram criadas em concorrência ou oligopólio, isto quando havia liberdade de emissão e vários ou numerosos bancos punham notas em circulação. A célebre controvérsia entre os defensores da liberdade de emissão e os partidários do banco emissor central, que se encontrava no centro da luta entre a *banking school* e a *currency school*, não foi nada mais que

uma disputa acerca da forma de mercado adequada à criação de notas - uma disputa que se terminou pela vitória da *currency school* e por conseguinte do monopólio de emissão fiscalizado pelo Estado.

A moeda escritural, hoje particularmente importante na forma de depósitos à ordem, tem em comum com as notas de banco o facto de poder ser criada tanto pela compra de ouro - ou seja no quadro do segundo sistema monetário - como pela concessão de crédito, e de se extinguir pelos reembolsos. Mas a forma de mercado em que ela entra em circulação é regra geral diferente da das notas de banco. Aí reside uma característica importante da ordem monetária e bancária moderna. Ignoremos por agora a moeda escritural do banco emissor central (na Alemanha, os depósitos à ordem no banco central): ela desempenha um papel particular. A moeda escritural dos outros bancos tem sido criada - tal como outrora as notas de banco - em concorrência ou oligopólio. Nos países onde não é permitida a fundação de novos bancos comerciais, a oferta de moeda escritural é fechada. No quadro da oferta fechada podem mais uma vez existir diversas formas de mercado, incluindo o monopólio colectivo que é praticamente a situação actual na Alemanha. O facto de as notas serem emitidas em monopólio fechado, mais precisamente de monopólio individual do banco central, enquanto a moeda escritural não, e as fortes perturbações que afectaram a moeda escritural - sobretudo na depressão de 1929-1932 - suscitaram propostas no sentido de confiar também a criação de moeda escritural a um monopólio individual fechado, sob a tutela do Estado, e de retirar aos bancos comerciais o direito de criar moeda escritural, da mesma maneira que anteriormente lhes tinha sido retirado o da emissão de notas.

4. É agora possível conhecer na sua estrutura as ordens monetárias concretas (ou moedas), de as determinar pois com precisão. Poder-se-ia mostrar que no decurso da história

predominou frequentemente o primeiro sistema, mais raramente o segundo: uma mercadoria converte-se em dinheiro e novamente em mercadoria, ou compram-se mercadorias contra títulos de dívida que circulam como dinheiro, o qual desaparece quando a mercadoria é vendida. Ou ainda: o dinheiro nasce e desaparece em relação com o crédito. As múltiplas ordens monetárias concretas do passado e do presente são constituídas, ou por *um* sistema monetário - por exemplo o primeiro -, ou por combinações diversas de sistemas monetários. Os sistemas monetários são as formas constituintes das ordens monetárias.

Desde a revolução industrial que os métodos de oferta de moeda têm tido uma contribuição decisiva no avanço da industrialização. E isto aconteceu porque a criação de moeda através da concessão de crédito pelos bancos passou pouco a pouco ao primeiro plano.

De início, circulavam ainda espécies de ouro e prata e as notas e a moeda escritural eram criadas na compra de metais preciosos. Ou seja, inicialmente, dominavam o primeiro e segundo sistemas monetários. Logo a seguir porém - a partir da segunda metade do séc. XIX - o terceiro sistema monetário tendeu a ocupar cada vez mais o primeiro plano. No séc. XX utilizam-se principalmente notas e moeda escritural que nascem do crédito e cuja produção custa muito pouco. A oferta de moeda adquire desta maneira uma extraordinária elasticidade. Os investimentos ficam muito facilitados. A industrialização é substancialmente acelerada. Mas, ao mesmo tempo, a oferta de moeda torna-se instável. Dependente do volume diário de concessão de crédito por parte dos bancos e do volume diário de reembolsos aos bancos, ela tem tendência a expandir-se ou a contrair-se. - Poder-se-ia mostrar que na realização moderna do terceiro sistema monetário se passou por vários estádios. No séc. XIX a criação de moeda pelo crédito ainda estava estreitamente ligada ao ouro e à prata que ainda circulavam e eram comprados e vendidos pelo

banco central. O terceiro sistema monetário tinha então uma existência «complementar». O padrão ouro deste período era pois uma combinação peculiar dos três sistemas monetários. - Com a primeira guerra mundial, porém, desaparece da tesouraria das unidades de produção e da bolsa dos agregados familiares o primeiro sistema monetário, a mercadoria ouro amoedada. A criação de moeda através do crédito bancário passa ao primeiro plano e o segundo sistema, isto é, a compra e venda de ouro pelos bancos centrais, passa a ter uma importância limitada. Neste processo, o centro de gravidade da política de crédito situa-se inicialmente nos bancos centrais que gozam de uma certa independência, porém, a partir dos anos trinta do nosso século passa às autoridades governamentais, por exemplo aos ministérios das finanças que se servem dos bancos centrais como máquinas de criação de moeda e de crédito. Houve é certo recuos. Pense-se por exemplo na Alemanha onde, entre 1945 e 1948, certas mercadorias, como os cigarros ou a aguardente, foram utilizadas como dinheiro, onde portanto o primeiro sistema monetário se expandiu ao lado do terceiro. - Mais: a extraordinária instabilidade que reina nas moedas a meio deste século dará eventualmente a impulsão a reformas monetárias, de tal modo que o terceiro sistema monetário perderá a sua posição dominante em proveito de uma oferta de moeda ligada à produção de certos bens essenciais. Nesta direcção apontam certas propostas em matéria de política económica.

5. Porém, a descoberta das formas económicas puras não tem apenas por objecto tornar compreensíveis as *ordens* monetárias concretas. Ela oferece ao mesmo tempo a base à abordagem da questão da influência da moeda sobre o *processo* económico quotidiano. Que esta influência é diferente em diferentes ordens económicas é algo que a própria experiência quotidiana nos mostra. Ela não era por exemplo a mesma em 1914 e em 1927 e era diferente na Alemanha no

princípio e no fim de 1948. É agora possível, recuando até às formas simples, apreender também rigorosamente esta multiplicidade, colocando a teoria monetária, em relação a cada um dos sistemas monetários (e formas fundamentais da economia monetária), a questão: como é que a moeda influi sobre o processo económico? Os três sistemas monetários constituem outras tantas constelações de condições. Para mencionar uma questão específica: o equilíbrio da balança de pagamentos opera-se em cada um dos sistemas de uma maneira diferente. Ou, antecipando-nos e referindo um problema geral: o primeiro sistema monetário intervém na realização do equilíbrio geral da economia global de uma maneira totalmente diferente do terceiro. No primeiro, o dinheiro, como as outras mercadorias, está incluído no sistema de equilíbrio; no terceiro, não.

O estudo morfológico das ordens monetárias teve como ponto de partida um facto incontroverso, simples e rigorosamente determinável: que, a todo o momento, se encontram, nas unidades de produção e nos agregados familiares concretos, haveres monetários. Ao perguntar-se como é que este dinheiro surge e desaparece, chega-se à descoberta de certas formas fundamentais a partir das quais se constroem as ordens monetárias. Os haveres monetários foram o ponto de partida que permitiu uma análise dos fenómenos monetários reais. - Isto é igualmente válido para a resposta à *segunda* questão: como é que no quadro dos sistemas monetários a moeda influi sobre o processo económico. Já Menger e Walras tinham feito dos haveres monetários das unidades económicas o ponto de partida das suas reflexões teóricas sobre a moeda. Nas unidades económicas estima-se o valor do dinheiro em caixa, determina-se o seu montante e decide-se da sua utilização corrente. Os planos das diferentes unidades de produção e agregados familiares decidem dos movimentos de caixa, da utilização do dinheiro e da sua circulação entre unidades económicas. Temos então de perguntar como

é que são elaborados os planos que, em cada dia, determinam o montante e a utilização das existências de caixa. Mais uma vez, é dos *planos económicos* que dependem os acontecimentos económicos concretos e deles que deve por conseguinte partir a análise teórica, incluindo a dos fenómenos monetários^{56, 45}.

III. As tarefas

A análise conduz por conseguinte - com a ajuda do método de abstracção por acentuação e realce aplicado à economia real - a um amplo aparelho morfológico de sistemas económicos com as suas numerosas variantes. Não se trata de tipos reais, como os estilos ou estádios económicos que pretendem «retratar» a economia concreta. Trata-se de formas puras, de genuínos tipos ideais, que restituem apenas, cada um deles, *um* aspecto da situação concreta, mas não são utopias como MAX WEBER erradamente os designou. As utopias opõem-se à realidade concreta, põem-se em confronto com ela. *Estes tipos ideais foram extraídos da realidade concreta e servem ao conhecimento da realidade concreta.* Nesta função eles são mesmo totalmente indispensáveis⁶⁶.

E isto de dois pontos de vista: *primeiro*, para tornar compreensível a estrutura das *ordens* económicas concretas, para resolver por conseguinte o primeiro problema fundamental da economia política. A maneira de proceder será exposta quando voltarmos ao mundo concreto da economia, ou seja, quando descrevermos a «aplicação» do aparelho morfológico. *Este fio do nosso raciocínio podemos pois abandoná-lo provisoriamente para o retomarmos mais à frente.*

Em segundo lugar, os sistemas económicos ideal-típicos, com todas as suas variantes, constituem a base de problemáticas teóricas gerais e de análises teóricas. Servem pois também para solucionar o segundo problema fundamental da

economia política: o conhecimento do processo económico nas suas articulações. Esta linha de raciocínio vamos prosseguir-la *aqui* para mostrar como é que, com base nos tipos ideais, se podem construir teorias. – (É fundamental perceber a dupla função dos tipos ideais se se quer chegar ao conhecimento da realidade económica em todos os seus aspectos: as ordens económicas concretas e os processos económicos concretos.)

As razões por que os «estilos económicos» e os «estádios económicos» real-típicos são totalmente inadequados para, com base neles, se construírem teorias são conhecidas. Diferente é a situação dos tipos ideais correctamente elaborados. Eles, não só contêm no seu conjunto *todas* as formas elementares constitutivas de *todas* as ordens económicas concretas de *todas* as épocas e de *todos* os países, mas as constelações de condições que eles representam são de tal modo simples e determináveis com exactidão que as relações condicionais necessárias existentes em cada um deles podem ser apreendidas mentalmente. Estes tipos ideais são pois sólidos elementos de ligação entre a *intuição da realidade histórica, individual*, de onde eles foram extraídos, e a *análise teórica, geral*, necessária ao conhecimento da articulação entre os factos.

Como é que se desenrola a actividade económica no quadro dos dois sistemas económicos? É esta agora a formulação da questão teórica. Como é que se supera em cada um deles a raridade dos bens?

A. Como é que as coisas se passam na *economia de direcção central*, mais precisamente, na economia de direcção central simples (economia autónoma) e na economia de administração central? Na economia de direcção central existe, como se mostrou, *uma* unidade económica que é dirigida por uma instância central. A unidade económica e a economia

social coincidem. Tem pois de se perguntar como é que, nesta unidade económica única - na economia de direcção central simples e na economia de administração central -, se desenrola o processo económico, visto nos seus cinco aspectos (*cf.* pp. 205 *sqq.*): Que espécies de bens se produzem? Como é que se efectua a repartição do produto social anual? Como é que se realiza uma determinada estrutura temporal da produção? Como é que se investe e se poupa? Porque é que se aplica uma determinada técnica e por que é que se orienta a distribuição espacial do processo económico? Que todos os problemas relacionados com a economia de administração central são hoje extremamente «actuais» é algo que quase dispensa menção.

B.A apreensão teórica dos problemas no caso do *sistema da economia mercantil* não é tão simples. Depois do que se disse, a razão é evidente: porque neste sistema económico operam vários ou muitos agentes com planos económicos próprios, que por conseguinte é necessária uma coordenação dos diferentes planos económicos e das diferentes actuações e que a maneira como essa coordenação se dá varia com as formas de mercado e os sistemas monetários.

1. As cinco questões relativas à direcção da produção, à repartição, à estrutura temporal da produção, à técnica utilizada e ao ordenamento espacial do processo económico têm de se colocar em cada uma das *formas de mercado* (fechadas e abertas). O enunciado do problema tem de ser por conseguinte substancialmente mais amplo do que é habitual. Por exemplo, a experiência quotidiana permite já constatar que a escolha da localização das unidades industriais se articula com a forma de mercado e que ela não se efectua da mesma maneira no caso do monopólio e no caso da concorrência integral. Esta articulação tem a teoria económica de a explicar rigorosamente. Depende igualmente da forma de mercado a escolha da técnica a aplicar, facto que não se pode ignorar.

A problemática é complicada pelo facto seguinte: a economia mercantil consiste regra geral em muitos mercados. Todos estes mercados estão inter-ligados. Estamos pois perante uma inter-dependência dos mercados. Basta pensar que cada agregado familiar e cada unidade de produção pertence a numerosos, por vezes dezenas ou mesmo centenas de mercados, ora do lado da oferta, ora do lado da procura, e que a sua actuação num mercado é influenciada pelos processos que têm lugar em todos os outros mercados. Em cada um dos mercados inter-dependentes não impera necessariamente a mesma forma de mercado: por exemplo concorrência integral - uma situação muitas vezes estudada - ou monopólio bilateral. A economia mercantil não tem de ser «uniforme». Não é por conseguinte suficiente colocar a questão do desenrolar do processo económico no quadro de «economias mercantis uniformes», por exemplo de concorrência integral. A questão, nos seus cinco aspectos, tem de ser igualmente colocada no quadro de economias mercantis «multiformes», isto é, economias mercantis em que, em mercados diferentes, imperam formas de mercado diferentes. Daí resulta uma complicação objectivamente necessária, no enunciado e na solução do problema, que - como a análise teórica poderá mostrar - não é certamente tão grande como pode parecer à primeira vista³⁷.

2. Dado que a coordenação dos planos e da actuação das unidades económicas, e por conseguinte o processo económico, depende - para além das formas de mercado - também da estrutura do *sistema monetário* e da *forma fundamental da economia monetária*, tem de se colocar por outro lado a questão teórica da influência que exercem a presença e o funcionamento dos diferentes sistemas monetários sobre o processo económico na economia mercantil, e que efeitos tem sobre o mesmo processo a diversidade das duas formas fundamentais da economia monetária. Todo o processo económico mercantil tem de ser visto a partir da influência

que nele exerce a moeda. Por exemplo em que medida é que o sistema monetário, a criação de moeda ou a contracção monetária determinam a estrutura temporal da produção? Ou seja, a relação entre os investimentos e a produção de bens de consumo rapidamente disponíveis. E a poupança? Ou: em que medida é o processo de repartição influenciado pela moeda? Por exemplo a taxa de juro e por conseguinte os juros. Mas também o salário, isto é, a relação entre o salário monetário e os preços dos bens de consumo, ou seja, o salário real. A própria distribuição espacial da produção não é independente das vicissitudes monetárias, não só no comércio internacional, como já foi frequentemente demonstrado, mas também no quadro do sistema monetário de um dado país. Mas, que a influência da oferta de moeda sobre o processo económico seja grande ou pequena, tem de se colocar, em todos os casos, a questão: como é que o processo económico que se desenrola na economia mercantil é determinado pela moeda? *Essa é a tarefa da teoria monetária.* Ela resulta necessariamente do estudo da economia real.

A teoria monetária não deve manter-se apegada às velhas problemáticas e dar-se por missão apenas o estudo da determinação do «valor da moeda» ou do «nível de preços». A estreiteza da problemática tem contribuído substancialmente para os fracassos da teoria monetária, que em certa altura se considerou o capítulo mais acabado da economia política. Uma teoria que estuda apenas a formação do valor da moeda ou do nível de preços, tem de falhar na aplicação à prática: ela não é por exemplo capaz de explicar os profundos efeitos que a política de dinheiro barato na Inglaterra após 1931 ou as políticas de investimentos públicos e de expansão do crédito na Alemanha após 1933 tiveram sobre o processo económico global⁸⁸.

Quando porém se coloca correctamente o problema da teoria monetária, revela-se rapidamente a necessidade de tratar os dois factores que determinam a coordenação dos

planos individuais - a forma de mercado e o sistema monetário -, não só cada um por si, mas também na sua interdependência. Por exemplo, no quadro do padrão ouro, uma saída de ouro tem consequências diferentes consoante ela tem lugar numa ordem económica em que predominam os mercados em concorrência ou numa ordem económica em que os preços são fixados por monopólios ou pelos poderes públicos⁴⁹.

C. Após e com o conhecimento da articulação geral de ambos os sistemas económicos, surge imediatamente um novo grupo de questões: Como é que se efectua o comércio entre *duas* ou entre *várias* economias de direcção central, ou entre uma economia de direcção central e uma economia mercantil, ou entre duas ou mais economias mercantis? Quais as mercadorias trocadas entre elas em cada caso, como é que isso influencia o funcionamento de cada uma delas e como é que se compensam, diária, mensal e anualmente, ou seja, periodicamente, os créditos e os débitos de cada país, ou seja, como é que se opera o equilíbrio da balança de pagamentos?

Com isto, estão formulados os problemas da teoria económica, os quais surgem da intuição da realidade histórica.

TERCEIRO CAPÍTULO

Análise dos sistemas económicos: os dados

Já estamos agora em condições de discernir o aspecto que deverá apresentar o traçado do edifício teórico. É um traçado amplo e as construções a erigir espaçosas tendo em vista que se trata de responder à questão da articulação do processo económico, nos seus vários aspectos, em ambos os sistemas económicos, com todas as suas variantes. Está fora de causa, nesta obra cujo objectivo é unicamente pôr em evidência os fundamentos, construir o edifício completo. É suficiente mostrar algo mais em pormenor, no quadro de *um* sistema económico numa das suas variantes, como é que a investigação tem de ser conduzida e, a propósito, apresentar algumas reflexões sobre a análise do outro sistema.

I. Contribuição à análise da economia de direcção central completa

O sistema económico da economia de direcção central completa, como vimos, não se deve confundir com qualquer coisa como economia «comunista». É um tipo ideal, uma forma pura. E este tipo ideal não resultou especialmente da observação da economia dos países «comunistas», mas da observação de toda a realidade histórica. Em toda a parte se encontram vestígios deste sistema económico que nós, por um processo de abstracção por acentuação e realce, caracterizámos como tipo ideal da economia de direcção central e agora utilizamos como modelo.

A classificação das necessidades em função do *tempo*, que tem merecido menos atenção, não é menos importante. Quantos dos bovinos existentes devem ser abatidos neste ano económico? Tantos quantos permitam que no próximo ano económico o abastecimento de carne se mantenha, que seja mais abundante ou que diminua? Ou seja, como é que se deve equilibrar a satisfação das necessidades do presente e do futuro? Devem em geral as necessidades do presente ceder o passo às do futuro próximo e longínquo? Se assim for, então o plano para este ano económico prevê mais operários e máquinas ocupados na produção de mais ferro, estradas, máquinas e outros meios de produção ou seja um investimento relativamente maior. No caso contrário, de as necessidades deste ano parecerem mais importantes, empregar-se-ão, de acordo com o plano, mais operários e meios de produção para produzir bens de consumo. Seja como for, o dirigente de uma economia qualquer terá sempre de classificar as necessidades em função também da sua sucessão temporal para poder dar *hoje* instruções. Enquanto que na economia mercantil são as necessidades dos membros que dispõem de poder de compra que se exprimem e são decisivas na determinação da direcção do processo de produção, na economia de direcção central o dirigente pode em larga medida ignorar estas necessidades individuais, considerar prioritária a satisfação de *um* complexo de necessidades e afectar à realização desta tarefa, por exemplo ao armamento, a maior parte dos meios de produção. Ele não *tem* de proceder desta maneira, mas *pode*-o fazer, e na realidade histórica tem-se utilizado - frequentemente e em diferentes épocas - sobretudo a economia de administração central para obter uma tal concentração numa dada tarefa.

Quais são os meios de satisfação das necessidades? Quais os «dados» que no plano da direcção estão em face do dado «necessidades»? Nos planos de produção de ferro, por

exemplo, a direcção conta com a mão-de-obra apropriada, com os jazigos de minério de ferro e de carvão e finalmente com o parque de instalações pertinentes. Ou seja, três dados: o trabalho, a natureza e os meios de produção produzidos. Da mesma maneira na produção de pão: os trabalhadores que se podem empregar como operários agrícolas, moleiros e padeiros, as terras e todos os meios de produção produzidos da agricultura, moagem e panificação. - Esta resposta é sem dúvida fácil de compreender e não é incorrecta, mas está incompleta e pode facilmente induzir em erro.

a) No que se refere às existências de *bens anteriormente produzidos*: para compreender a sua qualidade de dados é necessário mais uma vez pôr em evidência a dimensão temporal.

Primeiramente, o *stock* de bens produzidos anteriormente só é um dado *num* aspecto.

A curto prazo, ou seja nos planos que se limitam ao futuro imediato, a direcção conta primeiramente com os *stocks* de bens de consumo. Todas as instruções que tenham em vista a satisfação das necessidades de *hoje* têm de partir dos *stocks* imediatamente disponíveis de pão, carne, calçado, etc. Não se pode distribuir hoje mais produtos do que os que estão acabados. Apesar disso a preocupação com o futuro também se faz sentir mesmo nos planos a muito curto prazo. Quanto menores os *stocks* de centeio e farinha, mais apertada tem de ser hoje a distribuição das provisões de pão. Como um dado dos planos a curto prazo, figuram portanto todos os *stocks* de bens consumíveis e duradouros, resultantes de uma produção anterior, hoje disponíveis, cabendo aos bens de consumo uma importância particular. - Nos planos económicos a mais longo prazo, o quadro altera-se. No decurso de períodos mais longos é possível converter - combinando-os com os serviços da natureza e do trabalho - *stocks* de ferramentas, máquinas, matérias-primas e semi-produtos, que hoje ainda não estão materializados em bens de consumo. Estes *stocks* de

meios de produção produzidos que, hoje disponíveis, são bens de consumo potenciais, vê-os a direcção central nos planos a mais longo prazo essencialmente como dados. Perante eles, os bens de consumo acabados passam ao segundo plano. Por exemplo, para o abastecimento em tecidos de algodão até à próxima colheita de algodão, ela considera como dados em primeiro lugar os *stocks* de algodão e de fiados. Dado que, em qualquer sistema económico, não são os bens que se estão a produzir num determinado momento que podem ser consumidos (um facto que já foi visto em pormenor), que porém os participantes na produção precisam em cada dia de bens de consumo, *todos* os planos económicos têm de partir dos bens de consumo disponíveis ou próximos da maturação, considerando-os como um dado. *O poder de disposição de tais bens de consumo por parte dos dirigentes da economia de direcção central - ou dos dirigentes das unidades de produção no caso da economia mercantil - é «capital».*

Em segundo lugar: nos planos económicos, quer a curto quer a longo prazo, os *stocks* de bens produzidos não desempenham apenas o papel de *dados*. Dado que os indivíduos têm de tomar já hoje em consideração as necessidades que se apresentarão em anos futuros, eles vêem nas existências futuras, sobretudo de meios de *produção* produzidos, um *problema*. Trata-se de um problema prático de uma grande dimensão que domina literalmente o planeamento a longo prazo. A preocupação com o futuro mais longínquo obriga os dirigentes da economia de direcção central - da mesma maneira que a direcção de qualquer unidade de produção da economia mercantil - a tomar desde já certas decisões sobre a quantidade e as espécies de edifícios, máquinas, *stocks* de matérias-primas que têm de estar disponíveis dentro de um ano e dentro de vários anos. Todas as decisões sobre amortizações entram igualmente neste capítulo. Da mesma maneira que o dirigente de uma fiação de algodão não vê nas existên-

cias de edifícios, máquinas e *stocks* apenas um dado, mas ao mesmo tempo *também* um problema prático - ele terá bem de decidir em que estado quer manter os *stocks*, máquinas e edifícios, e se os quer ampliar ou reduzir - também os dirigentes de uma economia de direcção central vêem o *stock* de equipamentos, edifícios e matérias-primas *igualmente* sob este aspecto. Que não haja equívoco a propósito da afirmação que as existências de produções passadas são, na sua quantidade presente e na sua forma actual, um dado para os planos económicos. Este é só *um* dos aspectos que se tem de considerar. O outro, igualmente obrigatório, exige que os dirigentes da economia vejam na configuração futura dos meios de produção produzidos um problema prático sem a solução do qual o abastecimento futuro em toda a espécie de bens estaria em risco. Quanto mais se trabalhar com meios de produção duradouros, quanto maior por conseguinte o parque de edifícios, máquinas e outras instalações, mais importante se torna considerar da mesma maneira *ambos* os aspectos.

Nas existências de bens produzidos anteriormente, a ciência tem pois de ver também as duas coisas: um *dado*, do qual o plano parte, e um *problema* que o plano tem de resolver, tomando decisões sobre a configuração futura das existências. É assim necessário considerar os dois aspectos. Alguns economistas ignoram o primeiro, outros o segundo. Se só se vê um dado na natureza e no trabalho, e não nas existências de meios de produção produzidos, a teoria perde forçosamente neste ponto o contacto com a realidade. Este erro cometeu-o também BÖHM-BAWERK ao falar de uma «produção sem capital» baseada unicamente na combinação da natureza e do trabalho. Uma produção destas encontra-se sem dúvida muito raramente. - Hoje em dia porém é sobretudo necessário acentuar o *segundo* aspecto. Porque actualmente há alguns teóricos inclinados a ver no *stock* de meios de produção duradouros - máquinas, habitações, estradas,

etc. - *apenas* um dado, ocultando-se desta maneira a si próprios precisamente os acontecimentos económicos da actualidade e do século passado, com os seus gigantescos processos de investimento, e perdendo mais uma vez o contacto com a realidade. Basta observar como é dirigida *uma* unidade de produção contemporânea para se reconhecer o importante papel que desempenham a manutenção e a renovação do aparelho produtivo na economia real e que toda e qualquer direcção de uma unidade de produção está plenamente consciente que aqui reside também um problema¹¹.

b) *No que se refere ao trabalho e à natureza*: através dos planos e instruções da instância central, determina-se quais as minas e os filões que serão explorados, quais as terras que serão utilizadas, como é que os operários serão empregados nas minas, na agricultura e em todos os outros ramos da produção. Quais os serviços da natureza e do trabalho que encontrarão aplicação resulta portanto do plano económico. - Mas estes serviços do trabalho e da natureza não são eles próprios um dado do plano. Pelo contrário, a instância central tem justamente de decidir quais os serviços da natureza e do trabalho de direcção e de execução que convém empregar.

Dados do plano são pois a natureza e o trabalho *em si*, não os seus serviços. Esta distinção não tem nada de um jogo de palavras: ela é de uma importância fundamental para se compreender a estrutura do plano e o desenrolar do processo económico - aqui, mas também em todas as formas económicas mercantis e em todas as realidades concretas.

O hábito muito frequente de considerar os «serviços» dos factores de produção como um dado reduz indevidamente o campo de investigação da teoria económica e conduz a excluir da ciência problemas que na economia real são de grande importância.

Imaginemos, como representante de uma economia de direcção central completa, uma família de cinquenta indivíduos totalmente isolada. O chefe considera em cada plano

económico - seja ele de longo ou de curto prazo - as forças de trabalho disponíveis como um dado. Ele tem de contar com um número determinado de indivíduos aptos ao trabalho e com as capacidades bem determinadas destes homens, mulheres e crianças. Um é apto para os trabalhos agrícolas, a criação de gado e a marcenaria, outro, para a produção de carne, a padaria e actividades similares. Cada indivíduo possui as suas aptidões particulares. Nos planos económicos, o chefe tem de decidir quem deve trabalhar, durante quantas horas ou dias e a quais das suas aptidões se fará apelo, se por exemplo o primeiro indivíduo será empregado na criação de gado ou como marceneiro. Quanto mais a mão-de-obra tiver aprendido, maior é o número de empregos para onde ela pode ser dirigida. Só as instruções do chefe permitem saber *onde* ela será efectivamente empregada. A decisão está indissolavelmente ligada aos objectivos gerais do plano e aos outros dados. Se por exemplo, com vista a melhorar o abastecimento futuro em bens de consumo, o chefe prevê ampliar os edifícios ou fabricar novos instrumentos aratórios, ele terá de retirar forças de trabalho de outras ocupações - talvez da agricultura - e de as empregar na construção de edifícios ou no fabrico de alfaias. Mantendo-se as *forças* de trabalho, são utilizados outros *serviços* do trabalho. Como, na prática económica, a correcta direcção das forças de trabalho existentes para os melhores empregos representa um problema prático importante e o dirigente da unidade de produção nunca considera os *serviços* do trabalho como um dado, a ciência terá de proceder da mesma maneira.

A situação é análoga no que se refere à natureza. Só *ela* é um dado. Não os *serviços* por que se opta. Também aqui só o plano económico é que decide quais os serviços que serão empregues e em que quantidades. Dia após dia, a natureza oferece efeitos úteis de diferentes espécies: terras cultiváveis incluídas nas superfícies pertencentes à nossa comunidade, quedas de água, pedreiras, forças do vento. Quais os serviços

que serão empregados? Quais as terras que serão utilizadas na agricultura e quais as que não serão? Quais ficarão para trigo e quais ficarão para beterraba? Em que medida serão as energias hídrica e eólica e as riquezas do sub-solo exploradas?

Quem descreve um processo económico em curso só pode constatar que se *estão* a utilizar determinados serviços do trabalho e da natureza. Mas esta descrição não chega. Temos de perceber a estrutura do plano e, com ela, o sentido da actividade económica. E por isso, devemos aqui perguntar, como o planificador sempre faz: que serviços escolher dos muitos serviços que as forças de trabalho e a porção da natureza disponíveis podem fornecer? O trabalho e a natureza são um *dado*, a escolha dos seus serviços um *problema*.

Até aqui reconhecemos como dados do plano económico da direcção central as necessidades que o dirigente pretende ver satisfeitas, assim como - do outro lado - a natureza e o trabalho e (numa dada perspectiva) o *stock* de bens de produções anteriores. A direcção central efectua a combinação dos serviços da natureza, do trabalho e dos bens produzidos disponíveis com base no «*conhecimento técnico*» existente, que intervém assim como o quinto dos dados que determinam a estrutura do plano económico. Do nível de conhecimentos técnicos dependem os métodos e o número de métodos que serão utilizados na agricultura, na produção industrial e nos transportes. O «*conhecimento técnico*» não se pode pois assimilar à «*técnica utilizada*» que na prática e, na ciência, representa não um dado, mas um problema económico. Sem dúvida que, em certas regiões, só se conheceu durante séculos *um* método técnico, por exemplo, numa boa parte da agricultura medieval, o afolhamento trienal. Em tais casos, o conhecimento técnico só coloca à disposição *um* método. Com base no conhecimento só se pode pois aplicar *uma* técnica. Porém, frequentemente, e não só nos tempos

modernos, são muitos os métodos possíveis que o conhecimento técnico oferece para produzir cereais, para os moer e os panificar, para extrair ferro, para fabricar calçado. O dirigente da economia de direcção central - da mesma maneira que o director de uma unidade de produção da economia mercantil - tem então de escolher, de entre os muitos métodos conhecidos, o que deve ser aplicado. Trata-se, mais uma vez, de uma escolha que só tem sentido no quadro geral do plano. É pois necessário distinguir nitidamente entre «conhecimento técnico» e «técnica utilizada», tratando o primeiro como um dado, a segunda como um problema.

É igualmente de incluir no conhecimento técnico o conhecimento técnico-*comercial*, ou seja a totalidade dos métodos de cálculo económico, de elaboração de balanços, de cálculo das perdas e ganhos, de contabilidade, de cálculo dos custos, de estatística, conhecidos da direcção e, na economia mercantil, também, os estudos de mercado, os métodos de elaboração de orçamentos, de organização das compras e das vendas, a organização financeira, etc.

Finalmente é a própria «organização jurídica e social» da economia de direcção central completa que pela sua existência e com as suas regras do jogo constitui um dado económico. O que é válido para os outros dados é válido igualmente para este. Assim como a teoria não está em condições de responder à questão da origem das necessidades, da natureza do país com o seu clima próprio, das capacidades de trabalho de uma população ou de uma família, ou dos seus conhecimentos técnicos, também ela é incapaz de explicar como é que esta economia de direcção central completa surgiu. - Não se entenda este sexto dado - a organização social e jurídica - num sentido demasiado restrito. Não se tem aqui em mente unicamente a ordem jurídica tradicional, as leis, os costumes, mas também o espírito em que os indivíduos vivem e com que respeitam as regras do jogo.

2. As regras da experiência

Os dados com que a direcção central conta constituem as pedras de que se compõem os seus planos económicos. Assim que ela empreende porém a sua construção, verifica-se que tem ainda de contar com algumas regras da experiência que, como a realidade permite constatar, são sempre respeitadas nos planos e nas instruções.

Sobre estas regras da experiência, também chamadas muitas vezes «leis», tem-se é certo escrito muito, mas ainda não se tem uma ideia clara do seu carácter e do papel que elas desempenham na cena económica. Por isso, convém desde já sublinhar que as regras da experiência não são axiomas. Também não se trata de «verdades racionais» que se possam deduzir com rigor apodíctico de axiomas. Trata-se antes de «verdades experimentais», que o homem da rua conhece da intuição quotidiana e que lhe parecem tão evidentes que não reflecte sobre elas. A ciência torna simplesmente consciente o que o homem da rua sabe apenas de maneira imprecisa, e descreve com exactidão o que para ele não é claro. Através de uma observação precisa, ela demonstra a validade destas proposições, que parecem frequentemente estranhas ao indivíduo pré-científico, precisamente porque ele não sabe que de facto age constantemente de acordo com estas regras da experiência. Ele comporta-se perante a sua formulação científica como o *Bourgeois gentilhomme* que ficou muito surpreendido quando soube que toda a vida tinha falado em prosa.

Começemos pela chamada «primeira lei de GOSSEN» cujo teor, na formulação de WIESER, é como se sabe o seguinte: «No caso de qualquer necessidade divisível em secções, dentro de cada secção, o acto de satisfação que se obterá com a primeira unidade utilizada será o mais intensamente desejado, toda a utilização de mais unidades da mesma espécie será desejada

com menos intensidade, até se atingir o ponto de saciedade; a partir daí o desejo converte-se em repugnância.» - Estamos perante um facto extremamente simples que se verifica sempre, em todas as épocas. Qualquer indivíduo sabe que as suas necessidades presentes de carne, de pão e de todos os outros bens de consumo diminuem de intensidade à medida que a sua satisfação aumenta. Todas as famílias agem dia após dia em conformidade com ele; o dirigente da economia de direcção central completa tem também de o tomar em consideração. Nós observamos a validade da regra no nosso próprio caso e reconhecemo-la no comportamento dos outros indivíduos.

Pode-se discutir sobre a formulação da regra. A primeira constatação a fazer é que ela, não só é tomada em consideração nas previsões dos indivíduos ao elaborarem os seus planos económicos, mas também se confirma no próprio acto de satisfação das necessidades. - Deve-se além disso ter sempre em conta o espaço de tempo em que a regra é válida. Quanto mais curto mais claramente se reconhece a sua justeza. Ao tomar-se em consideração o tempo também se esclarece a dúvida que pode surgir do facto de o consumo de um bem, por exemplo o tabaco, reforçar a necessidade desse bem que no dia seguinte se revela mais intensa. O que é importante é que no novo intervalo, ou seja no dia seguinte, a regra volta a aplicar-se. - Surgem ainda certas dificuldades - ultrapassáveis - relacionadas com o facto de a intensidade do desejo por uma unidade de um dado bem depender do grau de satisfação das necessidades, não só desse bem, mas também de *outros* bens; ou seja, por exemplo a intensidade do desejo por um quilograma de pão de centeio dependerá do grau de satisfação das necessidades, não só deste bem, mas também de pão de trigo ou batatas - isto é, de bens substituíveis - e de manteiga ou marmelada - isto é, de bens complementares.

Há aqui matéria para discussão; contudo o facto fundamental que está aqui em causa não sofre contestação¹².

Em segundo lugar, onde quer que exista actividade económica, os indivíduos tomam em consideração, como regra da experiência, a chamada «lei dos rendimentos decrescentes» (mais exactamente: «lei dos acréscimos decrescentes do rendimento»). Nenhum agricultor aplica o trabalho de um ano em apenas meio hectare de terra deixando os outros cinco hectares que ele poderia cultivar incultos. Ele sabe que a sua força de trabalho produz um maior rendimento quando ele a reparte por mais hectares, e que a concentração de todas as horas de trabalho de um ano numa pequena parcela de terra conduz pouco a pouco a uma forte diminuição do rendimento dos sucessivos dias de trabalho adicionais. - O mesmo é válido para todos os outros ramos da produção. Uma fábrica de calçado tem num dado momento determinadas existências de edifícios e máquinas. Empregar dois, três ou quatro operários seria irracional. De início o rendimento dos trabalhadores suplementares aumenta, mas a partir de certo ponto - por exemplo, a partir de 350 - começa a diminuir, e finalmente - a partir por exemplo de 420 - o emprego de mais trabalhadores é pura e simplesmente impossível. Sempre que se combinam natureza, trabalho e bens produzidos faz-se sentir esta regra da experiência e os indivíduos agem em conformidade. Eles conhecem-na, não através da sua experiência *interior*, ou seja por auto-observação, mas através da observação de factos *externos*.

A ciência esforçou-se por expor rigorosamente esta regra. Talvez a forma mais concisa de a traduzir seja, adoptando uma ideia de EDGEWORTH, através de uma tabela que descreve a evolução dos rendimentos numa dada superfície cultivável com utilização de um equipamento determinado:

Dias de trabalho	Colheita total de centeio (em kg)	Centeio (em kg) por dia de trabalho (rendimento médio)	Acréscimo do rendimento (em kg de centeio) resultante da adição do último dia de trabalho (rendimento marginal)
13	220	16,92	-
14	244	17,43	24
15	270	18,--	26
16	294	18,38	24
17	317	18,65	23
18	339	18,83	22
19	360	18,95	21
20	380	19,--	20
21	396	18,86	16

Pode-se ler aqui a regra sob a forma dos rendimentos inicialmente crescentes e depois decrescentes do *trabalho* (e não da terra). Poderíamos igualmente variar a quantidade de meios de produção materiais - de adubos por exemplo - e observar como se desenharia também uma curva dos rendimentos.

A observação científica dos factos confirma o dado da experiência quotidiana que a regra tem validade universal e não se limita de modo algum à agricultura. Na extracção de carvão ou no fabrico de relógios podem constatar-se evoluções análogas dos rendimentos. Quando uma fábrica de relógios, no quadro do aparelho de produtivo existente, dado pelos edifícios e máquinas, investe para comprar matérias-primas e empregar operários, tem rendimentos inicialmente crescentes e depois decrescentes.

Neste ponto poderia contudo surgir uma dúvida. E se a direcção da fábrica de relógios - aumentando ainda mais o investimento - ampliasse a unidade de produção no seu conjunto e - aplicando uma técnica mais aperfeiçoada - comprasse novas máquinas e erigisse novos edifícios? Não se verificaria então uma lei dos rendimentos crescentes? Pensa-se manifestamente neste caso quando se fala dos rendimentos

crescentes da produção industrial e se contrapõe esta à produção agrícola. Estamos aqui perante um duplo equívoco. Por um lado, continuando a ampliar a unidade de produção, os rendimentos decrescentes far-se-iam novamente sentir. Existem como se sabe dimensões óptimas das unidades de produção; isto significa simplesmente que uma ampliação suplementar fará baixar os rendimentos. Em segundo lugar, a regra aplica-se em cada uma das dimensões. Uma vez a fábrica de relógios ampliada e modernizada, o aumento gradual do número de operários levará primeiro a um aumento e depois a uma diminuição dos rendimentos. Passa-se exactamente o mesmo na agricultura. Se se proceder à correcção da terra, cuja evolução dos rendimentos é retratada na tabela anterior, e se investir nela mais capital, os rendimentos também *ali* aumentarão. Mas também ali se verifica que novas aplicações de capital levam a acréscimos decrescentes do rendimento e que, em segundo lugar, após se ter atingido um novo nível determinado, por exemplo após a instalação com êxito de tubos de drenagem, a regra da experiência se impõe também, a este novo nível, na aplicação de trabalho, sementes, adubos, etc.

Também o dirigente de uma economia de direcção central conta por conseguinte sempre e em todos os ramos da produção com os efeitos da segunda regra.

Como vimos, têm de se tomar constantemente decisões sobre a estrutura temporal da produção. Nestas decisões entra em jogo mais uma regra da experiência, a *terceira*.

O dirigente da economia de direcção central sabe que o emprego da totalidade dos trabalhadores e dos meios de produção materiais existentes na produção de bens de consumo para o ano *corrente* comporta o risco de os edifícios e equipamentos se desgastarem, de por conseguinte não se dispor nos próximos anos de meios de produção produzidos em quantidade suficiente, o que levaria a uma queda acentuada da produtividade do trabalho e da natureza. Ele terá de se decidir a empregar regularmente trabalhadores e meios de

produção materiais na manutenção ou na ampliação dos meios de produção - edifícios, equipamentos, matérias-primas, etc. - que só no futuro se materializarão em bens de consumo, ou seja terá de «investir capital». Ele fá-lo porque sabe que uma dada quantidade de força de trabalho ou de meios de produção materiais produzem, em regra, tanto mais bens de consumo quanto mais tempo medeia entre a sua aplicação e a sua materialização em bens de consumo. Toda a gente conhece a regra. Todos agem em conformidade com ela - mesmo quando a contestam em palavras. Todos sabem que pela utilização de máquinas e ferramentas se aumenta a produtividade do trabalho, que de bicicleta se vai mais depressa do que a pé. O dispêndio de trabalho e de meios de produção materiais no fabrico de máquinas e ferramentas não é porém outra coisa senão um dispêndio num ponto temporalmente afastado da materialização em bens de consumo, é pois utilização de factores *boje* disponíveis na criação de bens de consumo que só estarão disponíveis num *futuro* mais longínquo. A construção actual de um alto-forno, com cujos produtos se fabricarão também mais tarde bicicletas, que servirão ao transporte durante muito tempo, significa distanciação temporal entre a aplicação de serviços e a sua materialização em bens de consumo, com o fim de aumentar a produtividade.

Os factos que estão na base desta regra da experiência universalmente conhecida precisam igualmente de uma explicação científica rigorosa. Verifica-se então que, entre a utilização das diferentes unidades de trabalho e de meios de produção materiais e a obtenção do bem consumo, se passa um «período médio de maturação», que existem dificuldades particulares, mas ultrapassáveis na medida do «período de maturação» e que, de facto, do seu prolongamento resulta um acréscimo da produtividade. Estes factos não se devem confundir com os da segunda regra da experiência. *Nesta*, o que estava em causa era que, por exemplo na produção de ferro fundido num alto-forno, com uma determinada combinação de carvão,

minério, outros meios de produção materiais e serviços do trabalho, o aumento de *um* factor levava primeiro a um aumento e depois a uma diminuição do acréscimo do rendimento; na *terceira* regra o que está em causa é que os rodeios produtivos - por exemplo a construção e a utilização de um alto-forno - permitem aumentar substancialmente a produtividade do trabalho e dos meios de produção materiais comparativamente à sua utilização directa na produção de bens de consumo.

O prolongamento do período de maturação opera-se na economia real de duas maneiras. - Observemos como é utilizada uma colheita de batatas: um terço é empregue em culinária, outro terço serve para a alimentação de suínos, um sétimo fica para semente e o resto é utilizado na alimentação de bovinos e no fabrico de amido, álcool e outros produtos. Se se considerarem, como convém, estas utilizações do ponto de vista temporal, nota-se que em geral é o emprego em culinária que conduz mais rapidamente ao consumo. No caso da alimentação de suínos dá-se uma «retrogradação», isto é, as batatas, já próximas do consumo, são desviadas para outro processo de produção, a suinicultura, de modo que a sua distância temporal ao consumo aumenta. Dá-se igualmente uma retrogradação no caso das batatas destinadas a ser plantadas no ano seguinte, assim como nas transformadas industrialmente e nas que servem na alimentação de bovinos, sendo contudo em regra o aumento da distância ao consumo variável de um caso para outro. - Em paralelo e conjuntamente com aquela retrogradação, recorre-se a «rodeios produtivos» mais longos: é a segunda maneira de prolongar o período de maturação. Com efeito, simultaneamente com a retrogradação das batatas utilizadas na engorda de suínos, os serviços do trabalho do agricultor, que podiam igualmente ser empregues na satisfação de necessidades presentes, são canalizados para um processo de produção mais alongado. Da mesma maneira, o trabalho de um indivíduo ocupado na

construção de um alto-forno é dirigido para um processo de produção longo, ao mesmo tempo que se dá uma retrogradação no ferro e outros materiais ali utilizados. - Se seguissemos uma peça de couro ou outro meio de produção material qualquer chegaríamos a um resultado análogo. O couro pode, transformado em calçado, materializar-se rapidamente em bens de consumo. Ou, retrogradado - e combinado com os serviços do trabalho que serão incorporados num processo de produção mais longo -, ser utilizado em correias de transmissão. - Porém, porque é que o homem prolonga o período de maturação destas duas maneiras? Porque é que se «investe»? Porque é que se renuncia desta maneira ao consumo imediato remetendo-o para o futuro? Porque dessa maneira se aumenta a produtividade do trabalho e dos meios de produção materiais presentemente disponíveis¹⁵.

*

Os dados do plano e as regras da experiência - tal como o dirigente da economia de direcção central os conhece - formam a *base* sobre a qual se constroem os planos económicos da direcção central. De facto, trata-se de todo um sistema de planos, porque um plano geral para um ano ou para vários anos constitui o fundamento de todas as instruções e actuações, e porque neste plano geral, concretizando-o e corrigindo-o, se inserem planos para o próximo mês e para o próximo dia. Este plano geral é uma unidade completa. (Mesmo quando o indivíduo age predominantemente em função de impulsos momentâneos e não elabora conscientemente nenhum plano completo, ele é bem obrigado, na maioria dos casos, a tomar, em relação a certas questões, decisões cujos efeitos se fazem sentir a longo prazo. Por exemplo, o camponês, em relação ao que irá cultivar e como o irá cultivar. Através de tais decisões imprime-se à actividade económica do resto do ano uma certa direcção.)

No quadro do plano geral e dos planos subordinados de curto prazo, a direcção central efectua aquelas combinações de meios de produção materiais e serviços do trabalho que lhe parecem mais favoráveis. Ao elaborar planos económicos, a direcção tem de estimar a importância que os diferentes bens - serviços do trabalho, serviços da natureza, meios de produção produzidos e bens de consumo - têm nas diferentes aplicações. Ela tem de proceder a valorações sobre as quais se apoiará todo o plano. *A economia de direcção central é um mundo de valores.* A maneira como a direcção central dá agora forma ao plano, qual a função ali desempenhada pelo raciocínio à margem da prática económica, como é que os custos - enquanto «melhor alternativa» - influenciam as decisões e como é que em suma todos os planos são construídos, como é que por conseguinte é determinado o processo económico quotidiano nos seus cinco aspectos é o que a teoria económica *deve* mostrar em pormenor e o que ela já *tem* mostrado em relação a vários aspectos.

B. O processo efectivo: o risco

Assim que se passa à realização dos planos da direcção constata-se um facto altamente significativo: na maioria dos casos, verifica-se que os «dados efectivos» não coincidem com os «dados do plano» com os quais se contou. Aparece uma certa distância entre os «dados do plano» e os «dados efectivos». A direcção pode ter cometido erros na elaboração do plano ou os dados efectivos podem ter-se alterado durante a execução do plano. Esta distância pode fazer-se sentir em todos os dados: conjunta ou separadamente. Um inverno mais frio do que se esperava altera as necessidades ou gela as sementeiras de Outono (introduz portanto um dado natureza diferente do esperado), provoca eventualmente doenças e por conseguinte uma redução imprevista da mão-de-obra

disponível. O fogo pode destruir ou diminuir o *stock* de bens produzidos anteriormente em que o plano se baseava, uma nova técnica de construção revelar-se na prática menos favorável do que previsto. Naturalmente, os dados efectivos também podem revelar-se mais favoráveis do que se tinha suposto: o tempo pode correr melhor, as perdas nos *stocks* serem menores do que se tinha calculado.

Desta maneira, as estimativas do plano e as ordens da direcção só excepcionalmente resistem integralmente à prova dos factos. Subsiste regra geral uma maior ou menor incerteza. As expectativas só se realizam parcialmente. A previsão perfeita raramente se verifica. Quase sempre se faz sentir aquele factor que nós designamos sumariamente por *risco*. Perante o facto de os dados do plano não se realizarem em regra geral completamente, o indivíduo reage de duas maneiras: frequentemente vê-se obrigado a alterar o plano original, adaptando-o à nova situação. Se as sementeiras de Outono gelaram, ele tem de procurar compensar na medida do possível os prejuízos, procedendo a novas sementeiras no começo do ano, o que obriga a uma adaptação dos planos e das actividades durante estes meses. Se um trabalhador fica subitamente indisponível, é a afectação de toda a mão-de-obra neste período que tem de ser alterada. Os planos e as directivas de curto prazo, diários por exemplo, estão continuamente a introduzir correcções no plano original, esboçado apenas nas suas grandes linhas. Precisamente por estas correcções serem necessárias é que é impossível prescrever, por exemplo para um ano inteiro, todos os actos económicos em todos os seus pormenores. O plano principal estabelece em regra apenas a orientação geral da actividade económica. Os planos de curto prazo realizam, sob a forma de correcções ao plano principal, uma adaptação «por tentativas» aos dados efectivos.

Porém, segundo aspecto, o risco reage também sobre a configuração do plano principal. Procura-se elaborar este de tal maneira que a distância entre os dados do plano e os

dados efectivos seja a menor possível. O nosso esboço das bases do plano carece pois de um complemento: *o risco também é em regra geral tomado em consideração* (e não apenas os seis dados e as três regras da experiência). – Se se estima o risco elevado, renuncia-se frequentemente a planos a longo prazo. Se há um risco significativo de guerra, renuncia-se a realizar investimentos que só após vários anos se traduzirão num aumento da produção de bens de consumo. – Ou então, o indivíduo procura reduzir o risco. Enquanto se encontra sob a influência do pensamento mágico, procura através de exorcismos, sacrifícios e preces conjurar o mau tempo, as más colheitas, a doença. Dito na nossa terminologia, ele procura desta maneira impedir uma excessiva divergência dos dados efectivos relativamente aos dados do plano, tendo então a preparação e a realização de tais sacrifícios e exorcismos, em que se ocupam determinados indivíduos, de ser incluídas no próprio plano. – Porém, em épocas de pensamento não-mágico, passam ao primeiro plano outros meios de redução do risco: nos planos prevê-se por exemplo a produção de diversos bens destinados especificamente a diminuir os riscos. Um frio imprevisto não afecta em geral da mesma maneira as diferentes culturas; por isso, aumenta-se o número de variedades cultivadas. Ao mesmo tempo, pode-se reduzir o risco de fogo, inundações ou doença com determinadas construções ou dispositivos. – Finalmente, também com frequência, o indivíduo, tendo em atenção o risco, é levado a dar a preferência a planos económicos já executados, comprovados. Com estes planos ele conhece melhor os dados efectivos. Assim que ele aplique novos métodos, terá de contar com uma maior distância entre dados do plano e dados efectivos. Daí que a retenção dos velhos métodos não seja muitas vezes «irracional», mas resulte de uma análise bem ponderada dos factores de risco.

A distância entre os dados do plano e os dados efectivos era, há milénios e há séculos, e é hoje, em toda a parte e na

direcção de todas as economias, essencial. Ora o que é decisivo em todos os planos e actos económicos concretos não pode ser ignorado pela ciência. Senão o seu aparelho conceptual é inutilizável nesta matéria. Enquanto porém a maioria dos velhos economistas raramente tomou em consideração a falta de previsão, a incerteza e o risco, deu-se na nossa época uma mudança nesse aspecto. Muito foi dito - e coisas importantes - sobre «expectativas», «antecipações», «cálculo da rentabilidade *ex ante e ex post*» e sobre o risco.

Agora porém é necessário atribuir a este conjunto de factos um lugar correspondente ao que ele ocupa também na marcha geral efectiva da economia. Da mesma maneira que os economistas têm de identificar rigorosamente todos os dados e regras da experiência, determinar o seu carácter e inseri-los todos no sistema económico, de tal modo que todos ocupem na teoria o lugar que é o seu na economia real, também o risco tem de ser assim tratado. O risco não é - como se pretendeu - um «factor de produção». Também não é um dado ou uma regra da experiência. *Consiste antes na distância entre dados do plano e dados efectivos* e ocupa assim um lugar particular, central no processo económico. Logo que a economia política reconheça que a análise dos factos impõe uma separação entre dados do plano e dados efectivos, logrará também atribuir ao risco o seu exacto lugar na teoria económica. A justeza desta definição sistémica do risco, que é igualmente válida *mutatis mutandis* para a economia mercantil, pode-se verificar de resto facilmente na realidade económica quotidiana".

II. Perspectivas sobre a análise do sistema da economia mercantil

Na economia mercantil são, como se viu, os planos de várias ou de muitas entidades económicas, unidades de

produção e agregados familiares - não os planos de *uma* instância central -, que decidem do desenrolar do processo económico. Milhões de unidades de produção e agregados familiares independentes, funcionando lado a lado numa comunidade de maior dimensão, mas inter-ligados pela divisão do trabalho, cada unidade económica executando apenas uma pequena parte do processo global. Surge assim, como também já vimos, uma importante tarefa prática suplementar: tem de haver uma *coordenação* dos diferentes planos de modo que as acções das unidades económicas se entrem e a direcção do processo global tenha sentido. Enquanto na economia de direcção central completa só se tinha de resolver o problema da raridade, na economia mercantil é além disso necessário solucionar o problema da coordenação dos diferentes planos e actuações.

Esta coordenação dos planos individuais efectua-se na economia monetária através do sistema de preços. A missão da teoria é então mostrar como é que, na formação dos preços, se realiza a direcção global da economia mercantil, nos seus cinco aspectos, através da coordenação dos planos individuais¹⁵.

1. É fácil estudar o universo dos preços apenas na sua totalidade. Vê-se então unicamente a articulação geral renunciando-se a tomar como ponto de partida as unidades económicas e os agregados familiares considerados individualmente. Foi desta maneira que procedeu a maioria dos clássicos. Assim, por exemplo, RICARDO, SAY ou JOHN ST. MILL. Mas também muitos dos economistas mais recentes como por exemplo CLARK ou CASSEL nas suas formulações da teoria moderna. Este procedimento não deixa de suscitar algumas dúvidas. A tentativa de representar o macrocosmo do sistema de preços imediatamente na sua globalidade apoia-se muito pouco nos factos da realidade económica. Não se reconhece suficientemente que todos os processos da economia

mercantil se desenrolam em unidades de produção e agregados familiares. É difícil estabelecer a ligação entre este sistema conceptual e o quotidiano económico. Alguém que conheça a exposição da teoria moderna feita por CASSEL e dirija uma fábrica só com dificuldade logrará estabelecer a ligação entre os seus conhecimentos teóricos e a sua actividade quotidiana. Ele não encontra na exposição teórica nada sobre os processos internos da unidade de produção. Ele deveria porém, num sistema teórico, descobrir justamente como é que os processos que têm lugar nas unidades económicas se inter-relacionam, e o conhecimento científico deveria ensinar-lhe a ver a sua actividade no quadro da articulação económica geral. Além disso, a economia política, ao tratar desta maneira os problemas da economia mercantil, corre sempre o risco de perder de vista a realidade concreta e de chegar a teorias especulativas e afastadas da realidade. A realidade económica exige literalmente que a análise comece com o estudo da unidade económica, assim como já THÜNEN fez com grande êxito.

Quando pois no período recente se verificou em toda a economia política um movimento no sentido do estudo teórico da *unidade económica*, isso deve considerar-se como uma reacção justificada à construção de sistemas puramente macro-económicos. Só conseguiremos, por exemplo, elaborar uma teoria do salário assente numa base sólida e utilizável na explicação da realidade se partirmos da análise dos agregados familiares e das unidades de produção, e apreendermos assim as particularidades da oferta e da procura no mercado de trabalho. Contudo, esta evolução da economia política está hoje em risco de se tornar unilateral e por conseguinte de degenerar. É precisamente a corrente matemático-teórica que se compraz na análise minuciosa de modelos de unidades de produção ou de mercados isolados. Constroem-se por exemplo curvas de custos que devem representar a evolução dos custos em unidades de produção isoladas, mas esquece-se a questão principal: qual a função do fenómeno do custo - tal

como ele se manifesta em cada uma das unidades de produção - na direcção do processo económico global? A tarefa central da teoria - tornar inteligível a articulação entre todas as unidades económicas - é escamoteada. Esta viragem explica também a incompreensão total de certos círculos de teóricos perante as obras dos grandes pensadores do passado. Ignora-se que a ciência só pode descobrir a articulação geral da realidade económica no quadro de um sistema. A análise das unidades económicas ou dos agregados familiares, ou de relações isoladas entre variáveis, em geral, ainda não constitui por si só economia política teórica. O *sentido* dos processos que têm lugar nas unidades económicas só se revela no conhecimento da articulação geral. - Alguns exemplos: para um dado empresário a existência do juro não constitui um problema: ele sabe apenas que tem de o pagar. Sabe também quando é que ele sobe ou desce, mas as causas não as pode aperceber a partir da sua unidade de produção. Ele mecaniza mais fortemente a sua unidade de produção quando o juro baixa e não precisa ponderar as alterações que assim induz noutros pontos da economia nem a influência que isso pode ter nos processos de produção. - O capital desempenha um papel crucial no seu balanço, mas a ele não lhe interessa saber porque é que todas as empresas elaboram os seus balanços desta maneira e daí resulta uma orientação bem determinada de toda a produção da economia nacional, não lhe interessa pois saber qual o sentido da elaboração do balanço pelas diferentes empresas. Que o empresário veja as coisas desta maneira e aja em conformidade é compreensível e correcto. O que não está correcto é a ciência adoptar este horizonte do empresário isolado. A sua missão é precisamente revelar as articulações económicas gerais. Porque é que existe um juro? Qual é a função do capital? Qual é o sentido do cálculo do capital? Se a economia política põe de lado esta missão e se limita à representação exacta dos processos internos das unidades económicas ou da relação entre grupos

isolados de unidades económicas, fica prisioneira de uma visão pontual e perde a sua razão de ser.

Mais uma vez deparamos com um ponto em que a economia política, devido a visões unilaterais, não raro perdeu o contacto com a realidade. Se ela constrói sistemas sem partir de análises precisas das *unidades económicas* e de *cada um* dos mercados, com facilidade perde pé. Se empreende a análise de unidades de produção, agregados familiares e mercados isolados, sem apreender a *articulação geral* da economia mercantil num sistema conceptual, escapa-lhe da mesma maneira a realidade, que não é simplesmente uma justaposição de unidades de produção, de agregados familiares ou de mercados. Só o encadeamento da análise da unidade económica com a análise da economia global permite descobrir as relações que nós procuramos.

2. Como é que esta missão pode ser desempenhada? Da análise da unidade económica resulta, como se viu, primeiramente, que a actuação das diferentes unidades de produção e agregados familiares repousa também sobre planos. Em segundo lugar, que os dados do plano com que os dirigentes das unidades de produção contam só em parte coincidem com os dados de que depende a elaboração do plano na economia de direcção central. O plano da economia de direcção central está cercado por dados económicos globais. *Os planos das unidades de produção e agregados familiares da economia mercantil, em cada um dos quais se desenrola apenas uma pequeníssima parte do processo global, são «incompletos» (cf. p. 142 sq.) e só pontualmente deparam com dados económicos globais.*

Tomemos como exemplo uma unidade de produção agrícola com uma superfície de 100 hectares que produz e vende trigo, suínos, leite, feno, linho e mais alguns produtos agrícolas. (Os elementos da economia de direcção central frequentemente presentes não entram naturalmente em linha

de conta, dado estarmos a estudar o tipo ideal da economia mercantil.) O que é que determina os planos económicos e, por conseguinte, a orientação da produção, o emprego da mão-de-obra e dos meios de produção materiais, o volume de investimentos, a técnica utilizada e a escolha da localização para as diferentes culturas e edifícios? - Eles são determinados pela qualidade das terras e pelo clima, pelas espécies de mão-de-obra acessíveis e pela sua produtividade, pelas capacidades particulares do dirigente da unidade de produção, pela quantidade e espécies de edifícios e máquinas existentes, pelas regras da organização jurídica e social aplicáveis. Estes factos também os podemos descrever de forma abstracta da maneira seguinte: os dados natureza, trabalho, conhecimentos técnicos, *stocks* de bens e organização jurídica e social são determinantes nas decisões da direcção da unidade de produção (que, na elaboração do plano económico, introduz os dados tal como eles lhe *aparecem*). Aqui a unidade de produção depara-se directamente com os dados económicos globais. No resto, porém, está (no caso da concorrência integral) rodeada de preços: enquanto comprador de serviços do trabalho, de sementes, de adubos, de combustível e de muitos outros materiais, enquanto vendedor de produtos agrícolas e, finalmente, também enquanto tomador de empréstimos sobre os quais tem de pagar juros. Nestes últimos dados da unidade económica exprime-se o facto que os planos da unidade de produção não são planos «completos», que a unidade de produção não se depara directamente com os dados económicos globais. Assim como nas existências de caixa que a direcção da unidade de produção mantenha. Os preços também os podemos entender como «projeções dos limites extremos da economia mercantil nas fronteiras da unidade económica [nos pontos em que ela] não entra em contacto directo [com os dados económicos globais] tomando contudo devidamente em consideração todas as outras unidades económicas» (K. F. MAIER). Esta maneira de ver, ou seja a sepa-

ração dos dados da unidade económica em dois grupos, é qualquer coisa com que os práticos estão familiarizados: também eles fazem uma distinção entre os dados que se relacionam com o carácter das suas unidades de produção, de si próprios e dos seus trabalhadores, e *aqueles* que resultam das ligações das suas unidades de produção ao mercado. Ao mesmo tempo, eles tomam em conta as regras da experiência, na medida em que elas se apliquem à produção, ou seja a segunda e a terceira regras. Conhecem, pelo menos *grosso modo*, a «lei dos acréscimos decrescentes do rendimento». Porque não lhes vem ao espírito realizar todas as culturas numa pequena parte do solo, deixando o resto da terra em pousio. E também conhecem a regra da experiência que o emprego da mão-de-obra disponível na construção de um caminho ou em obras de drenagem, e não a cavar, diminuirá sem dúvida a colheita deste ano, mas aumentará as colheitas futuras. Do conjunto - dados da unidade económica e regras da experiência - resultam os planos económicos dos dirigentes das unidades de produção que seguem aqui o princípio de substituição exposto por JEVONS, MARSHALL e OUTROS.

Ainda não se indicaram contudo todos os elementos que determinam os planos e a actuação dos dirigentes das unidades de produção: as expectativas e a realidade raramente coincidem. Também aqui existe a distância entre dados do plano e dados efectivos. Sem dúvida que ela se faz sentir neste caso de maneira algo diferente da economia de direcção central - em conformidade com a diferença nos dados. A incerteza e o risco não resultam *apenas* das variações climáticas, do fogo, etc. Mas também das variações dos preços: o dirigente da unidade de produção conta, por exemplo na criação de suínos, com determinados preços dos alimentos para animais, dos leitões e dos porcos de engorda. Em parte, aqueles preços não se realizam ou pelo menos não rigorosamente. Surge assim o risco de *preços*, o qual exprime o facto que a direcção da unidade de produção não pode, nos

seus planos, avaliar antecipadamente com precisão a evolução efectiva das restantes unidades económicas, com as quais ela está directa ou indirectamente em relações. Esta dupla natureza do risco é algo que os dirigentes das unidades de produção conhecem. E é este elemento de risco que eles têm também de tomar em consideração nos seus planos e na sua actuação: através da diversificação das culturas, dos seguros, de construções de protecção, de constituição de reservas de mercadorias e de dinheiro e abstendo-se de vastos planos e grandes investimentos. Também intervém aqui a confiança política de tão grande importância na direcção das unidades económicas, no quotidiano económico e nas suas alterações, isto é, nos movimentos conjunturais. A confiança na ordem política tem por consequência que a direcção das unidades de produção pode contar com a estabilidade de certos dados, por exemplo as despesas públicas. Deste lado não se esperará portanto qualquer perturbação dos planos a mais longo prazo cuja execução só produzirá todos os seus efeitos ao fim de muitos anos. Quanto menos estáveis parecerem os dados, menos se elaborarão planos para o futuro mais longínquo.

O que foi dito é também válido, *mutatis mutandis*, para qualquer *agregado familiar*. Ele está rodeado de preços: por exemplo, o agregado familiar operário tem de um lado o rendimento e do outro os preços dos bens de consumo. Nada, por assim dizer, como uma gota no mar de preços da economia mercantil. Ao mesmo tempo, os planos e a actuação da direcção do agregado familiar são determinados pelas necessidades e pelos *stocks* disponíveis de bens, os quais, também neste caso, são encarados no seu duplo aspecto de dado e problema. O agregado familiar, em parte, não se depara pois com os dados económicos globais - ao pagar e receber preços - e, em parte - com as suas necessidades, etc. -, apoia-se em dados da unidade económica que são também dados económicos globais. A primeira regra da experiência, que nesta comunidade de consumo puro é a única pertinente, aplica-se

da mesma maneira sempre. E assim se formam todos os planos do agregado familiar, apoiados nas duas espécies de dados, numa regra da experiência e tomando em consideração o factor risco.

Com a análise da unidade de produção e do agregado familiar está pois percorrida a primeira etapa do estudo teórico.

Na medida em que a unidade económica se deprende com dados económicos globais, o estudo teórico encontra aí o seu limite. Porém, no resto - quando os dados da unidade económica não são simultaneamente dados económicos globais - ele tem de remontar precisamente até estes últimos, para assim tornar inteligíveis os processos que têm lugar na unidade económica, enquanto parte integrante do processo económico global.

O estudo da unidade económica mostra ele próprio em que direcção a investigação deve avançar a fim de se aproximar deste objectivo. Aqui não há nada de arbitrário. O facto de a unidade de produção e o agregado familiar estarem cercados de preços e de disporem regularmente de dinheiro em caixa que lhes é necessário ao pagamento de preços obriga a ciência a prosseguir em duas direcções. Ela deve investigar a ligação com os *mercados* e com os *sistemas monetários*.

Surge assim para começar a necessidade de estudar o comportamento, por exemplo da unidade de produção agrícola citada, quando produz, suponhamos em concorrência integral, centeio e suínos, como é que ela reage a alterações nos preços e forma a sua oferta. Da mesma maneira, como é que faz planos e como é que age quando vende em oligopólio ou noutra qualquer forma de mercado. Também aqui se tem de tomar em consideração o factor tempo: num prazo curto, a oferta de qualquer unidade de produção num dado mercado, suponhamos no mercado do trigo, resulta de um «*stock* dado»: por exemplo, o *stock* disponível até à próxima

colheita. Num prazo algo mais longo, suponhamos o próximo ano, a oferta provém da produção corrente, obtida com um «dado aparelho produtivo» da unidade de produção existente. Em prazos ainda mais longos também o aparelho produtivo pode ser substancialmente alterado – ampliado ou reduzido. Esta escala temporal desempenha na maior parte dos ramos da produção um papel significativo. A oferta de um medicamento por um industrial monopolista será função, a muito curto prazo, de um dado *stock* do produto, a um prazo algo mais longo, de um aparelho produtivo dado, procurando o industrial atingir o ponto de COURNOT, e a prazo ainda mais longo, do aparelho produtivo que o industrial, de entre todos os possíveis, escolher e construir por ser o que lhe é mais favorável. A análise teórica do monopólio por exemplo não pode estudar apenas o caso em que se está perante uma determinada curva de custo com um «aparelho produtivo dado», mas também os casos do «*stock* de produto dado» e do «aparelho produtivo variável». Os três aspectos temporais estão encadeados. – A importante questão do «tempo de reacção» entre a alteração dos dados e a variação dos preços e dos seus efeitos, assim como o chamado «*lag*», têm de ser estudados com base nesta escala temporal de três níveis.

Da actuação das diferentes unidades de produção e agregados familiares resulta a formação da oferta e da procura totais nos vários mercados, espacial e temporalmente limitados: por exemplo, no mercado de trigo de um determinado país, a *curto* prazo, em que a oferta resulta de um «*stock* de produto dado», a *médio* prazo, em que é função de um «aparelho produtivo dado», e a *longo* prazo, com um «aparelho produtivo variável».

A análise da unidade de produção e do agregado familiar isolados revela porém a inter-dependência de *todos* os mercados. O terceiro nível da análise tem pois de relacionar a oferta e a procura totais nos vários mercados com os dados

económicos globais de toda a economia mercantil. Só então, e após se terem integrado os conhecimentos da teoria monetária - que se têm de extrair da mesma maneira da análise das unidades de produção e agregados familiares -, se torna visível a articulação geral dos fenómenos da economia mercantil. Uma exposição mais detalhada mostraria que estes dados económicos globais da economia mercantil correspondem aos dados económicos globais da economia de direcção central. São igualmente seis - as necessidades, a natureza, o trabalho de direcção e de execução, os *stocks* de bens de consumo acabados e em maturação, os conhecimentos técnicos, assim como, finalmente, a organização jurídica e social da economia mercantil - os dados que, juntamente com as regras da experiência, determinam a totalidade inter-dependente de uma economia mercantil. Deles depende a solução de todas as questões da direcção da produção, da repartição, do investimento, da técnica a aplicar e da escolha da localização. Como é que eles se encadeiam neste caso tem a teoria económica de o mostrar, da mesma maneira que para a economia de direcção central. - Sem dúvida que se encadeiam de maneira totalmente diferente da economia de administração central, onde a procura a satisfazer é determinada pela direcção central, onde os consumidores não têm poder e em que a maneira como os dados produzem efeitos depende dos planos da administração central.

Tudo o que dissemos dos dados da economia de direcção central, por exemplo sobre a natureza e as espécies de necessidades, sobre a distinção entre natureza e serviços da natureza, trabalho e serviços do trabalho, sobre o *stock* de bens considerado como dado e como problema, é válido também para os dados da economia mercantil. Apenas são necessárias umas poucas notas adicionais. Naturalmente, a distinção entre dados da unidade económica e dados económicos globais, só a economia mercantil a conhece, não a economia de direcção central completa. Em segundo lugar,

na economia mercantil, ninguém considera o leque completo de dados económicos globais como dados do plano, porque falta justamente um planeamento global; por conseguinte também não há um risco global. *Existem pois na economia mercantil «dados do plano» e «dados efectivos» da unidade económica; mas apenas «dados económicos globais efectivos», não «dados económicos globais do plano».* Em terceiro lugar, finalmente, a organização social e jurídica inclui, no tipo ideal da economia mercantil em que se utiliza a moeda, o sistema monetário e a política monetária efectiva assim como as formas de mercado presentes, que evidentemente na economia de direcção central não podem existir.

Suponhamos que, na economia de direcção central ou na economia mercantil, os seis dados económicos globais permaneciam inalterados durante algum tempo. Ou seja: nenhuma alteração das necessidades, nenhuma mudança no clima, nenhuma variação da quantidade ou da qualidade do trabalho de direcção e de execução, nenhuma alteração na dimensão ou composição dos *stocks* de bens, no conhecimento técnico ou na organização social e jurídica. Que aconteceria nesta economia? A resposta só pode ser: *sempre o mesmo*. Ano após ano, o processo económico ofereceria sempre a mesma imagem. Também os valores e preços permaneceriam totalmente inalterados. Esta economia apresentaria ainda uma segunda característica: a divergência entre os dados do plano e os dados efectivos desapareceria gradualmente. Pois os dirigentes da economia de direcção central e das unidades de produção e agregados familiares da economia mercantil introduziriam como dados do plano os dados efectivos do ano anterior, e estes dados do plano confirmar-se-iam sempre. Entre as expectativas e a realidade não existiria qualquer diferença. O risco estaria ausente.

Podemos, para resumir, designar uma tal situação por estado «estático». Que ele nunca se realizou historicamente,

que as variações dos dados são em geral grandes, raramente pequenas e quase nunca nulas, é evidente. Na realidade nunca acontece ano após ano rigorosamente o mesmo. Mas não é ilícito utilizar uma noção semelhante na análise teórica. Porque o estado estático é *possível*.

A ideia do estado estático é, ao mesmo tempo, *indispensável* para conhecer a realidade económica nas suas articulações. Pelo simples facto que, para a compreensão do processo económico global, é necessário determinar para que estado ele tende com uma constelação de dados constante, esta ideia constitui um instrumento do conhecimento extremamente importante. Ela serve simultaneamente de base à análise das alterações do quotidiano económico: dado que a variação de *um* dado de cada vez permite compreender o fenómeno da mudança económica, esta ideia do estado estático é particularmente útil nas análises da evolução. Mais à frente, voltaremos a esta questão e ao «método da variação» em geral.

Porém a ideia do estado estático é também *perigosa*. É fácil aplicá-la incorrectamente. Há dois erros em particular que se têm revelado especialmente perniciosos.

Frequentemente fica-se pela descrição de um estado estático que se aceita como dado. A ideia do estado estático é então um meio de escamotear problemas económicos que a realidade nos apresenta. Se se supõe uma economia de direcção central completa, onde todos os seis dados permanecem inalterados, então o seu dirigente não tem praticamente nada a fazer. Ele repete, ano após ano, planos e directivas, e os membros da sua comunidade repetem da mesma maneira, ao mesmo ritmo regular, as suas actividades. A direcção nunca é colocada perante problemas práticos a resolver pela primeira vez. Ela pode consagrar-se a outras tarefas, não-económicas. A solução das questões económicas consiste na constante repetição dos mesmos actos. Passa-se exactamente o mesmo na economia mercantil, nas suas diferentes formas. Se todos os dados económicos globais permanecem idênticos, os dirigen-

tes das unidades de produção e dos agregados familiares não têm mais nada a fazer além de repetir as suas directivas, e da mesma maneira se repetem neste mundo monótono todas as actuações. - O teórico que descreve este estado estático vê mentalmente, por exemplo, uma economia mercantil em que o aparelho de meios de produção produzidos - como edifícios, máquinas, matérias-primas - se mantém no mesmo estado, sem aumento nem diminuição. Porque é que estes meios de produção produzidos se mantêm no mesmo estado? Esta questão não interessa. Após se ter feito desaparecer o problema ao supor-se um estado estático, descobre-se... que ele já se lá não encontra. Esta constatação, pouco substancial, serve infelizmente com frequência para negar a importância, na verdade decisiva, das questões relacionadas com a estrutura temporal da produção. - Tão-pouco se põe na economia estática a questão de saber porque é que se aplica uma determinada técnica. Há uma determinada técnica que é *utilizada*. O porquê não pode deduzir-se da simples descrição de um processo económico que se repete indefinidamente. Naturalmente que o problema, de facto central, do risco desaparece também. - A situação de economia estática, quando é aceite como dada, tem muito pouco interesse. Só se torna interessante e importante - mesmo extremamente importante - quando se pergunta porque é que dos biliões de combinações possíveis se escolheu precisamente esta.

Em segundo lugar: existem duas espécies totalmente diferentes de estados estáticos. Pode verificar-se que todos os meios de produção materiais estão a ser utilizados de maneira óptima e que há pleno emprego dos trabalhadores, cujas ocupações são as melhores possíveis. Neste caso falamos de «equilíbrio geral perfeito». Ou então há desemprego persistente, instalações sub-utilizadas e *stocks* improdutivo, e as ocupações dos empregados não são as melhores possíveis. Reina então um estado estático de «equilíbrio geral imperfeito». É um erro muito comum, quando se fala em estado

estático, pensar - com a escola de Lausanne - só no equilíbrio geral perfeito, que na realidade não se estabelece com qualquer constelação de dados, mas só com uma bem determinada: a concorrência integral em todos os mercados. A suposição que o estado estático é sempre um estado de equilíbrio geral perfeito não tem fundamento.

Se nos limitarmos - adicionando os dois erros - a descrever um estado de equilíbrio geral perfeito considerado como dado, então a teoria estática oferecerá um aparelho conceptual *necessariamente* inadequado à solução dos problemas económicos concretos¹⁶.

III. As conexões entre os sistemas económicos

Estudar em ambos os sistemas económicos, em todas as suas variantes, como é que neles se desenrola o processo económico, sob os seus cinco aspectos, é uma tarefa decerto não infinita, mas extraordinariamente vasta. Surge por conseguinte imediatamente a questão: ter-se-ão de tratar completamente *todas* as formas da economia de direcção central, *todas* as formas de mercado e *todos* os sistemas monetários, cada um por si? Estas análises são todas autónomas? Ou a solução dos problemas *num* tipo ideal pode ser utilizada *noutros* tipos ideais? Ou, indo ainda mais longe: não será talvez suficiente explorar a articulação económica geral num ou num pequeno número de tipos ideais, sendo os resultados imediatamente utilizáveis nos restantes tipos ideais?

A estas questões pode-se responder em três pontos:

A. As soluções dos problemas a que se chega no quadro de *um* sistema são, com frequência, não só úteis, mas até indispensáveis à solução dos problemas de outros sistemas. Os exemplos abundam na história da teoria económica. Pense-se em particular no tratamento do problema dos preços.

Se, a exemplo de WALRAS e MARSHALL, se estuda directamente a economia mercantil e se empreende a descrição do mecanismo dos preços isoladamente, pode-se decerto obter resultados de uma grande precisão, mas o *sentido* da articulação geral da economia mercantil não se torna plenamente inteligível. Ainda não se vê - como diz SCHUMPETER - «por detrás da mecânica redutora dos preços e da rentabilidade, o processo social». A situação é outra quando se faz um rodeio pela economia de direcção central simples antes de abordar a economia mercantil. Dado que a economia de direcção central simples é dirigida por *um* indivíduo, o sentido de todas as valorações e de todas as decisões é fácil de compreender na sua articulação. Por exemplo, a valoração e a afectação dos meios de produção na sua relação com a satisfação das necessidades. O que a simples análise dos preços dos meios de produção na economia mercantil é incapaz de explicar - o sentido da formação dos preços dos meios de produção e, concomitantemente, os fenómenos dos custos - é agora possível compreendê-lo. O estudo da economia de direcção central simples tem pois por objectivo, não só explicar os fenómenos concretos da economia de direcção central tal como eles aparecem na história, mas também preparar o terreno para o conhecimento da economia mercantil. Um dos maiores méritos da economia política austríaca foi precisamente ter visto isto. - Quando se compreendeu a articulação da economia de direcção central simples com as suas valorações, está-se em condições de perceber como é que na economia mercantil, através da formação dos preços, se está a «valorar» e que sentido têm as variações dos preços relativos na articulação económica geral.

Há ainda *um* caso em que trabalhar com vários sistemas económicos ou com várias formas de mercado adquire uma importância particular: quando se tem de estudar uma economia mercantil em que os preços são total ou parcialmente fixados pelos poderes públicos.

Vimos anteriormente que este sistema, que na história se realizou e realiza frequentemente, não pode ser visto como uma forma de mercado particular, mas que o tabelamento pode intervir em qualquer das formas de mercado, abertas e fechadas. Ele ocupa pois um lugar especial. O preço é neste caso *também* um dado económico global; já não é um problema. Em função de que variáveis é determinado o seu nível é algo que a economia política não pode deduzir. Isso significaria neste caso - e só *neste* - transpor a fronteira dos dados. O poder político decide directamente. Apesar de tudo, a análise teórica continua a ser indispensável nesta situação, o que frequentemente se ignora. Pois resta a questão do nível da oferta e da procura, da produção e do abastecimento, e, em geral, da influência do tabelamento sobre o processo económico.

Suponhamos que os salários dos operários dos têxteis de um dado país eram, a partir de determinada data, fixados pelas autoridades e a um nível mais elevado. Quais os efeitos do aumento dos salários sobre o processo económico? A resposta à questão exige que se coloque e se responda a esta questão prévia: em que forma de mercado e como é que se operava a formação dos salários *anteriormente*? Talvez em monopsonio: ou seja, que os operários, em concorrência uns com os outros, faziam face aos industriais, em situação de monopsonio no mercado de trabalho, de modo que o salário podia ser reduzido abaixo da produtividade marginal do último operário. Ou teria eventualmente existido concorrência integral? - Não menos importante é a questão de saber como é que as unidades de produção dos têxteis se encontravam no mercado dos seus produtos: em concorrência, em monopólio ou ainda noutra situação? Consoante as respostas a estas questões, assim a formação e o nível dos salários, a taxa de emprego e o nível de produto. Não tem sentido estudar os efeitos da fixação administrativa dos salários, como de qualquer outro tabelamento, sem se ter previamente uma ideia clara do

funcionamento da economia em que os poderes públicos intervêm com a sua fixação de preços.

O estudo do tabelamento legal tem além disso de ser precedido pela análise teórica do sistema da economia de direcção central. Pois a manutenção do mecanismo dos preços conduz, em certas circunstâncias, a que a direcção do processo económico seja assumida directamente por uma instância central. Quando, por exemplo, o aumento dos preços da madeira é sustido por um tabelamento oficial, a sua distribuição entre os diferentes compradores passa a depender de uma instância central. A escolha das necessidades a satisfazer e a não satisfazer - que já não é assegurada pelos preços - não é, na maioria dos casos, deixada ao acaso, mas realiza-se através do racionamento que, como sabemos, é uma medida do sistema da economia de direcção central.

B. Na gradação das formas da economia de direcção central e nas múltiplas variantes da economia mercantil, são particularmente importantes dois modelos que se revelam de grande utilidade mediata, se bem que a sua utilidade imediata seja pequena. O seu valor reside fundamentalmente no facto de eles prepararem a análise de tipos ideais mais complexos. Refiro-me à variante mínima da economia de direcção central, a economia simples de *Robinson*, e à variante primitiva da economia mercantil, a *economia natural de troca*.

1. Tem-se contestado que a análise da economia de Robinson tenha o mínimo interesse. DIEHL, SPANN, CASSEL e muitos outros são unânimes em afirmar que a economia de Robinson é uma construção inútil. A actividade económica humana sempre ocorreu em comunidade. A economia humana apresenta um carácter social. Quem procure na história épocas em que os homens produzam isolada e independentemente uns dos outros não encontra nada. Nem na pré-história nem nas épocas de que possuímos testemunhos escritos.

Sem dúvida que, dos antigos profetas que iam viver no deserto até aos aviadores actuais que são obrigados a aterrar em regiões inabitadas, aparecem sempre casos isolados em que um indivíduo teve, durante dias, semanas ou anos, de praticar uma economia à Robinson. São porém excepções praticamente sem significado para a história da economia. Daí conclui-se: «Para a nossa ciência só têm importância os indivíduos que vivem em comunidade.[...] Robinson, dado que o único objecto da sua actividade económica é ele próprio, é, do ponto de vista da economia política, desprovido de interesse.» (DIEHL). De que servem as *robinsonnades* quando se têm de resolver por exemplo problemas da economia industrial contemporânea ou outras questões da economia social?

A aversão é reforçada por outra consideração: as *robinsonnades* surgiram sobretudo no séc. XVIII e em relação com a filosofia das luzes. Queria-se com elas mostrar que todo o indivíduo era animado por uma tendência natural para a religião, a moral e a justiça. Não estará a investigação económica contemporânea a adoptar uma perspectiva «individualista» bem definida ao recorrer às *robinsonnades*?

Tais objecções repousam em equívocos. Embora o homem raramente viva e produza isoladamente, este tipo ideal é particularmente valioso justamente para o conhecimento da economia social. São duas as características que fazem da economia de Robinson um esquema mental de grande utilidade: neste caso, em que um indivíduo isolado tem de superar os problemas económicos, revelam-se com particular acuidade os factos fundamentais da actividade económica. A relação sujeito-objecto aparece aqui de maneira clara e nítida. Intimamente relacionada com isto está outra característica interessante do modelo de Robinson. É que nesta versão em miniatura da economia de direcção central vê-se sem dificuldade que cada acto económico isolado se insere (e como é que se insere) na articulação geral da economia. É por conseguinte possível neste caso elaborar com relativa facilidade as

noções sistémicas indispensáveis ao conhecimento dos encaamentos do processo económico. - O tipo ideal da economia de Robinson tem assim uma importância muito maior do que a que lhe caberia tendo em conta a raridade dos factos observados. As análises da economia de Robinson não são um exercício mental inútil e alheio à realidade, mas sim instrumentos intelectuais cuja aplicação permite superar dificuldades na análise dos sistemas económicos sociais. Não que acreditemos que a economia social seja composta de Robinsons. Certamente que não é o caso. A análise da economia de Robinson tem em vista o *todo*, a sua articulação geral e a sua relação com os factos. Devemos à investigação da totalidade económica na economia de Robinson a abertura de perspectivas que tornam muito mais fácil discernir certas articulações da economia social - tanto da de direcção central como da economia mercantil.

As análises da economia de Robinson constituem, se se prefere, estudos preliminares. Dever-se-ia fazer delas um uso frequente e sistemático. Verificar-se-ia então que elas se revelam proveitosas e que - utilizadas como apoio metódico - são algo de muito diferente das *robinsonnades* do passado, sobre cujo valor ou falta dele não nos temos aqui de pronunciar¹⁷.

2. Na «economia natural de troca» reconhecemos uma forma fundamental da economia mercantil que precede a - muito mais importante - «economia monetária» (*cf.* p. 180 *sqq.*). Constatámos que, em épocas da pré-história, da antiguidade europeia, da Idade Média e, em parte, da Idade Moderna, assim como noutras civilizações, os indivíduos se encontravam em relações económicas de troca directa. Este aspecto das economias históricas salientámo-lo nós e encontrámos assim o tipo ideal da economia natural de troca. A sua importância histórica *foi* grande, mas tendeu a reduzir-se cada vez mais à medida que o dinheiro ganhava terreno. Contudo, também neste caso, o que define a importância da análise não

é a referência ao significado de certos factos históricos. Também a análise da economia natural de troca tem significado enquanto estudo preliminar. Mais precisamente, estudo preliminar da economia monetária. - Foram os clássicos, como é sabido, que a utilizaram desta maneira. Para eliminar inicialmente a influência do dinheiro sobre o processo económico mercantil, eles analisaram a economia natural de troca. Eles queriam observar claramente as correntes de mercadorias e por isso transportaram-se para um mundo em que não havia dinheiro, isto é, em que não havia um meio de troca de validade universal. Com isso obtiveram importantes resultados. Com que segurança lograram por exemplo rebater a velha e errada teoria da sobreprodução geral que assentava na ideia falsa que a oferta agregada e a procura agregada eram duas grandezas totalmente distintas e que a oferta agregada tinha tendência a crescer para além da procura agregada. SAY, JAMES MILL e outros, tratando o problema no quadro da economia natural de troca, lograram com facilidade mostrar onde residiam os erros desta concepção, ainda hoje corrente e que perdura na chamada teoria do poder de compra. Quem se apresenta no mercado a oferecer uma mercadoria, por exemplo sapatos ou cimento, vem também - como se demonstra sem dificuldade no caso da economia natural de troca - com o *intuito* de procurar outra mercadoria, caso contrário não viria ao mercado. Ele tem ao mesmo tempo a *capacidade* de comprar mercadorias, precisamente pelo facto de oferecer cimento ou sapatos. Por conseguinte, na economia natural de troca, só podem surgir perturbações em consequência de estimativas parcialmente erradas da oferta e da procura. - Os clássicos foram acusados de terem visto na economia natural de troca a forma normal da economia, de terem imaginado que com o seu estudo se tinham resolvido todas as questões, de terem atribuído ao dinheiro apenas um papel de satélite e de não terem reconhecido que ele é na economia monetária um factor extremamente activo. De tantas vezes repetida esta

acusação tornou-se grosseira. E com isso: falsa. Os próprios SAY e JAMES MILL acrescentaram ao seu teorema da impossibilidade de uma sobreprodução geral a observação que alterações na circulação monetária podiam suscitar uma diminuição geral do volume da produção. É certo que eles não foram mais longe nesta direcção. Outros, como HUME e RICARDO, estavam perfeitamente cientes que o dinheiro não repousa simplesmente como um véu sobre os processos efectivos do mundo dos bens, e, por isso, sabiam também que o processo económico na economia monetária não se pode explicar transpondo simplesmente os resultados das análises da economia natural de troca. Outros ainda, como os teóricos posteriores da *currency school*, salientaram da maneira mais clara e estudaram em pormenor a influência das variações da quantidade de moeda sobre o processo global da economia mercantil. Em relação a eles é aquela acusação perfeitamente insustentável.

A economia política moderna tem estudado mais de perto a relação entre a economia monetária e a economia natural de troca. Em especial os investigadores suecos, de K. WICKSELL a E. LINDALL, têm mostrado que há uma grande distância entre a economia monetária e a economia natural de troca, que não se pode conceber a economia monetária como um simples aperfeiçoamento da economia natural de troca, que pelo contrário, em consequência da utilização da moeda, o processo económico se desenrola de maneira substancialmente diferente. - Apesar disso a análise da economia natural de troca continua a ser preciosa. Sem ela, corre-se o risco de esquecer os factos fundamentais da economia real. Quanto não ganharia por exemplo a discussão acerca do «poupar» e «investir» se não fosse conduzida puramente em termos de técnica monetária e bancária, e se, em lugar disso, se comesse com o estudo dos factos fundamentais, mais precisamente, da estrutura temporal da produção no quadro de uma economia natural de troca.

C. Na maioria dos problemas da economia política, revela-se um método heurístico de primeira ordem levantar a questão numa série de modelos judiciosamente escolhidos e resolvê-la teoricamente colocando-a e procurando a sua solução em constelações de condições, primeiro simples e depois cada vez mais complexas. Porém a utilização deste método exige tacto científico.

Dado que as constelações de condições nos diferentes sistemas económicos, formas de mercado ou sistemas monetários nunca são as mesmas, os resultados da análise de um tipo ideal nunca se devem utilizar sem mais formalidades como proposições aplicáveis às relações condicionais necessárias vigentes noutros sistemas económicos, formas de mercado ou sistemas monetários. - Por exemplo, o desenrolar do processo económico, tal como ele se efectua no quadro das duas formas extremas - a economia de direcção central completa e a economia de concorrência integral - pode apresentar certas semelhanças. É possível mostrar que a direcção de uma economia de direcção central completa *pode*, em certas circunstâncias, dirigi-la de maneira semelhante à que se verificaria em concorrência integral. Esta constatação não deve porém levar a pensar erradamente que o processo económico *tem* de ser idêntico nos dois casos, e que a análise de um dos modelos pode substituir a do outro. Subsistem grandes diferenças: aqui decide *uma* vontade e *um* plano, com exclusão de todos os outros, ali decidem as vontades e os planos de *todos* os agregados familiares e unidades de produção. A repartição do poder é totalmente diferente num caso e noutro, como teremos ainda ocasião de ver mais à frente. Num caso não há, ao contrário do outro, liberdade de consumo nem de escolha do posto de trabalho. Os indivíduos vivem em dois mundos económicos totalmente distintos. A maneira como se opera a articulação geral da economia é totalmente diferente num

caso e noutro. Estas diferenças, múltiplas e significativas, não podem ser, através de uma falsa igualização teórica, escamoteadas ou limadas.

As análises dos vários sistemas económicos nas suas diferentes variantes têm de se apoiar umas nas outras; os resultados porém não se podem transpor sem mais formalidades. Também não se deve, sem outra forma de processo, atribuir validade universal a certos resultados. Tais resultados de validade universal, independentes da multiplicidade das formas, existem. Estão neste caso por exemplo certas proposições relativas aos fenómenos de custos. *Quais* os resultados que têm validade universal só porém a análise das diferentes formas o pode determinar.

A história da economia política está cheia de tentativas de evitar este percurso laborioso através das numerosas formas económicas e de, sem consideração, ou para além, desta multiplicidade, inventar uma teoria unitária. Nesse processo, tem-se em muitos casos em mente um sistema económico em que a concorrência integral reina em todos os mercados. Tais sistemas «monistas» fascinam pela simplicidade da sua estrutura. Mas eles não correspondem à multiplicidade das economias reais do presente e do passado. E este erro paga-se quando se trata de resolver questões concretas, ou seja na aplicação da teoria. As lutas pelo poder dos *konzerns* que dominam em oligopólio parcial o mercado da gasolina, por exemplo, ou dos muitos outros centros de poder económico de variadas espécies que contribuíram decisivamente para determinar a evolução da economia mundial contemporânea não pode explicá-las uma teoria «monista»¹⁸.

IV. Os dados

A. Compreender o que são dados, ver onde passa a fronteira dos dados e possuir a capacidade de trabalhar com

dados é uma condição prévia essencial para o êxito de qualquer investigação teórica.

Nós vimos que os dados não podem ser «supostos» e que todo o arbitrário na sua obtenção é de excluir. Partindo do facto fundamental que os planos económicos determinam todos os actos económicos, chegou-se à definição dos «dados do plano» e dos «dados efectivos». Cada um dos dados foi abordado separadamente. É agora possível fazer algumas constatações de ordem geral sobre a sua natureza e as suas funções.

1. Os dados económicos globais são aqueles factos que determinam o universo económico sem serem eles próprios directamente determinados por dados económicos. A exploração teórica termina nos dados económicos globais efectivos. A missão da teoria é remontar as relações necessárias até chegar à constelação de dados e, inversamente, mostrar como é que os fenómenos económicos dependem dos diferentes dados. A teoria económica não é porém capaz de explicar a sua origem.

Inúmeros factos naturais e históricos, imponderáveis e ilusões influenciam dia após dia os fenómenos económicos; mas todos estes factores agem através dos dados do plano e dos dados efectivos, e só através destes. Neste processo, *um* facto natural ou histórico pode determinar a configuração de vários dados. Por exemplo, um inverno particularmente frio provoca uma alteração do dado «necessidades» assim como do dado «natureza». Outro exemplo: a diferença de raça que existe entre os noruegueses e os negros manifesta-se nos dados trabalho de direcção e de execução, necessidades, conhecimento técnico, organização jurídica e social. Da mesma maneira, a eliminação do analfabetismo e a introdução do ensino geral obrigatório que se operaram na Europa no decurso do último século e meio exprimiram-se numa alteração dos dados trabalho, necessidades, conhecimento técnico

assim como organização social e jurídica. Ou ainda: o triunfo do calvinismo influenciou sem dúvida profundamente o processo económico ao alterar vários dados: trabalho, necessidades (onde se deve ter também presente a ênfase - através da poupança - nas necessidades futuras), organização jurídica e social e também conhecimento técnico.

2.A proposição que a teoria económica tem de parar nos dados é válida também nos casos em que dois ou mais dados se influenciam mutuamente na sua configuração.

Um exemplo particularmente importante do ponto de vista histórico é-nos oferecido pela história do conhecimento técnico. Ela mostra claramente que a actividade inventiva de uma comunidade está intimamente ligada à sua organização social e jurídica. As transformações radicais da ordem económica no fim do séc. XVIII e no começo do séc. XIX, a eliminação de numerosos entraves e das múltiplas prescrições relativas à técnica a utilizar incitou fortemente os indivíduos a inventar novos processos de produção. Além disso, é provável que a criação das leis modernas sobre as patentes, que oferecem uma certa protecção, ainda que temporária, contra as imitações, tenha aumentado a corrente de invenções. A alteração de *um* dado provocou neste caso a alteração de *outro*. Mas esta relação causal estabeleceu-se por assim dizer à *margem* da constelação de dados. Não existe nenhuma relação condicional economicamente necessária entre a alteração da organização jurídico-social e a crescente actividade inventiva. Outras condições prévias de ordem intelectual, psíquica e material tinham de ser além disso preenchidas em cada país para que, às reformas jurídicas, se seguisse um aumento das invenções. O nexos causal não pode pois ser apreendido teoricamente de maneira rigorosa. Para a teoria, ambos os factos - conhecimento técnico e organização jurídico-social - são, cada um por si, grandezas pré-determinadas, ou seja: dados.

3. Os factos e os processos económicos que resultam de uma determinada constelação de dados podem *reagir* sobre os dados económicos globais.

Porém, esta reacção opera-se sempre de maneira indirecta. Ela furta-se por conseguinte à análise teórica integral que, no máximo, estará em condições de indicar em que direcção se *poderia* produzir uma alteração dos dados. - Um exemplo: no quadro do monopsonio vigente num mercado do trabalho local da indústria de confecções, o salário dos trabalhadores a domicílio sofreu uma forte diminuição. O baixo nível dos salários leva o Estado a intervir e a tabelar os salários. Estamos aqui pois perante o facto que o dado «organização jurídica e social» foi alterado em consequência da impulsão vinda de uma variável económica - o nível de salários. Contudo, o facto económico não determina a configuração dos dados da mesma forma que, em sentido inverso, o leque de dados determina os fenómenos económicos. A reacção é aqui indirecta. Ela opera-se através da política do Estado. Saber se os poderes públicos respondem ao baixo nível dos salários eliminando o monopsonio depende da constituição do país, da vontade política dos dirigentes, da atitude dos funcionários ou da influência dos trabalhadores nas instâncias dirigentes. Por conseguinte, também não se pode explicar a relação entre o baixo nível dos salários e a alteração da organização do mercado do trabalho com os instrumentos da economia política teórica. O teórico pode no máximo indicar que salários muito baixos *poderiam* conduzir a uma intervenção do Estado.

Outro exemplo: em virtude de uma alteração na constelação dos dados, os preços do carvão descem consideravelmente e numerosas minas defrontam-se com uma situação difícil. Isso leva alguns empresários, engenheiros e químicos a tentar reduzir os custos de extracção e obter uma melhor utilização do carvão. Com sucesso. O «conhecimento técnico» altera-se e logra-se desta maneira comprimir os custos e

aumentar de novo as receitas. Também num caso destes, de que há precisamente no último século numerosos exemplos concretos análogos em muitos ramos industriais, um facto económico - a queda dos preços do carvão - desencadeou um movimento que teve por efeito a alteração de um dado: o conhecimento técnico. Mas, também aqui se verifica que, enquanto o conhecimento técnico determina directamente os fenómenos económicos, a reacção dos fenómenos económicos sobre o conhecimento técnico é indirecta, não é inevitável, com frequência não chega a produzir-se e depende decisivamente das capacidades, da formação e da energia dos técnicos e de muitas outras circunstâncias não-económicas. A teoria económica não pode pois afirmar que uma deterioração da relação preço-custo *leva necessariamente* a uma expansão do conhecimento técnico e a uma redução dos custos. Tem de se limitar a indicar que os factos económicos que ela explica rigorosamente a partir da constelação de dados, *poderiam* dar a impulsão para a alteração de um dado⁴⁹.

4. Os dados económicos globais com que a análise teórica esbarra e onde ela pára não são dados da *política económica*.

É antes o contrário que está correcto. A política económica no sentido restrito e no sentido lato tem precisamente por efeito alterar dados. Quando por exemplo o Estado proíbe os cartéis, empreende uma expansão do crédito ou reforma o ensino profissional, dá-se em todos os casos uma alteração de dados. As diligências dos grupos de interesses em matéria de política económica têm igualmente em vista alterações nos dados: tabelamento legal, restrições à entrada num determinado ramo, proibições de importação, etc.

Também os esforços da ciência no sentido de preparar intelectualmente a criação de uma constituição económica funcional têm por objectivo dar uma determinada configuração ao dado da organização jurídico-social. Nesse processo ela utiliza naturalmente os resultados da análise teórica.

Porém, a análise teórica termina ela própria nos dados económicos globais.

B. Na determinação da fronteira dos dados e no tratamento destes cometeram-se e cometem-se sobretudo os erros seguintes:

1. Situa-se demasiado longe a fronteira dos dados económicos globais, submetendo-se assim à análise teórica problemas que ela não *pode* resolver.

Um exemplo é-nos oferecido pela teoria do salário de RICARDO: a oferta de trabalho trata-a RICARDO, por princípio, exactamente como a oferta dos produtos cuja grandeza depende do preço. A longo prazo, a quantidade oferecida será tal que o preço dos produtos que se estabelece será aquele que cobre estritamente os custos de produção. É exactamente desta maneira que RICARDO concebe a oferta de trabalhadores. Ao «preço natural» do trabalho, a espécie dos trabalhadores pode existir e reproduzir-se sem que o seu número aumente nem diminua. Se o preço de mercado do trabalho sobe acima do preço natural, a oferta aumenta, dado o salário elevado constituir um estímulo ao crescimento da população; se cai abaixo do mesmo, a miséria e a pobreza levam à diminuição do número de trabalhadores. Ponto por ponto transpõe assim RICARDO o seu raciocínio da teoria da produção de bens à análise da força de trabalho.

Reside aqui uma transgressão da fronteira dos dados que não é lícita. O crescimento e a contracção da população dependem directamente de tantos factos naturais, políticos, intelectuais e psíquicos que não existe nenhuma relação condicional necessária entre o nível dos salários e a dimensão da população trabalhadora. RICARDO vê na grandeza da população um *problema*, que ele pretende resolver com a ajuda da teoria económica, e não um *dado*, como ela é na realidade para a teoria. Não é pois de admirar que a sua tese teórica não

se tenha confirmado, e que a pretensa relação entre as variações do nível de salários e as variações do número de trabalhadores não tenha podido, na maioria dos casos, ser observada. A teoria falha obrigatoriamente quando transpõe os seus métodos de raciocínio a domínios que não se situam dentro do espaço delimitado pelos dados económicos globais.

2. A fronteira dos dados económicos globais é traçada demasiado apertada: um facto que representa um problema económico é considerado à partida como um dado económico global.

Este erro fez-se sentir de maneira verdadeiramente funesta no tratamento dos *stocks* de meios de produção produzidos. Já várias vezes deparámos com ele. Agora porém tem de se reconhecer que se opera dessa maneira uma contracção ilícita da fronteira dos dados e que se supõe por hipótese um «pseudo-dado». Quando se encaram os meios de produção produzidos como um fundo de rendas inesgotável ou se considera o processo de produção concreto como um processo em que o chamado «capital real» duradouro ocupa, ao lado do trabalho e da natureza, o lugar de um factor de produção original, está-se justamente a tratar estes meios de produção produzidos como um dado. Porque é que a ciência não havia de proceder assim? perguntam certos teóricos. Os dirigentes das unidades de produção fazem a mesma coisa, diz-se. Eles encaram sempre os edifícios, as máquinas motrizes e as máquinas operativas como um dado. Por conseguinte, a ciência deveria renunciar a decompor temporalmente os bens de capital existentes. Ela cairia desta maneira numa pseudo-problemática e numa regressão interminável, histórica e sem interesse do ponto de vista da economia.

Na verdade não se trata do passado, mas do futuro. Por isso, também os agentes económicos não encaram nunca o *stock* de meios de produção produzidos apenas como um dado. - Uma administração dos caminhos de ferro, por exem-

plo, conta, nos seus planos económicos diários e de mais longo prazo, com as existências de instalações, carruagens e locomotivas de hoje; mas, ao mesmo tempo, ela tem de tomar nestes planos decisões sobre as amortizações, a manutenção e a ampliação das instalações e sobre a aquisição de material rolante. O aparelho produtivo do presente não é para ela apenas um dado, pois ela tem de providenciar para a sua manutenção, ou seja para o seu futuro próximo e longínquo.

A ciência não pode passar ao lado deste facto real, como é o caso quando ela encara o chamado capital real fixo - ou seja, os meios de produção produzidos duradouros - exclusivamente como um dado. Eles nunca o são. Em nenhum sistema económico. São sempre *também* um problema económico. O aparelho de meios de produção produzidos duradouros que nós teremos, dentro de um ano, de dois anos ou de três anos, na Alemanha depende de planos e de actos económicos já em curso ou executados neste momento ou que serão elaborados e executados hoje ou no futuro próximo. A sua configuração e a sua dimensão são pois um *resultado* de actos económicos, de modo que não é lícito a economia política encará-lo apenas como um dado⁵⁰.

3. Ao proceder-se a variações não são os *dados* económicos globais, mas os factos económicos que se fazem variar. Dessa maneira está-se a aplicar de forma incorrecta o «método da variação». A resolução dos problemas é superficial e incompleta.

A forma mais frequente, mas não a única, em que este erro se apresenta consiste em partir, ao estudarem-se problemas da economia mercantil, de uma variação de determinados *preços*.

Para resolver por exemplo a questão do equilíbrio entre pagamentos e disponibilidades externas, ou seja do equilíbrio da balança de pagamentos, faz-se, desde o tempo dos clássicos, frequentemente a equação teórica seguinte: a cotação das

divisas num determinado país sobe ou desce por uma razão qualquer não especificada; em seguida pergunta-se que ajustamentos irão daí resultar. Partindo desta forma de abordar o problema, mostra-se como, através da diminuição da taxa de câmbio de um país, as suas exportações aumentam e as suas importações são travadas e como é que gradualmente se restabelece o equilíbrio da balança de pagamentos. Crê-se ter desta maneira respondido à questão. - Erradamente. A abordagem do problema é incompleta e a resposta também, por via de consequência. As alterações no mercado de câmbios resultaram, em última instância, de uma alteração em um ou mais dados. Facto que, com esta forma de abordar o problema, se ignora pura e simplesmente, isolando-se os acontecimentos económicos *num* mercado pelo que, em seguida, se está apenas em condições de mostrar quais as forças responsáveis pelo ajustamento neste mercado. Não se pode ir mais longe. «Tem de se estar porém ciente do facto que, colocando o problema nestes termos, nunca se poderá elaborar uma teoria completa do mecanismo de ajustamento da balança de pagamentos, apenas soluções parciais; pois deixa-se em aberto a questão de saber como é que se produz a perturbação do equilíbrio no mercado de câmbios, fica-se por uma abordagem superficial sem se entrar na análise das alterações do processo económico que provocaram estes movimentos no mercado de câmbios.» (FR. W. MEYER). - A formulação da questão tem de ser outra, mais ampla: tem de se ter presente o universo económico dos dois países na sua totalidade e proceder em seguida mentalmente, à alteração, não de um preço, mas de um dado económico global: por exemplo, grandes frios e, em consequência, más colheitas; a descoberta de um grande jazigo de minério ou uma invenção inicialmente utilizada apenas num país; uma greve ou uma alteração das necessidades com a passagem de uma alimentação vegetariana a uma alimentação à base de carne. A questão será: como é que, apesar desta variação nos dados, os pagamentos

e recebimentos de cada um dos países se mantêm em equilíbrio e quais as forças responsáveis pelo ajustamento. Verifica-se então que os ajustamentos resultam, em primeira linha, de determinadas alterações nos sistemas de preços e nos processos económicos de ambos os países e que o mecanismo da taxa de câmbio opera apenas um ajustamento *complementar*. Só uma problemática *completa*, partindo de uma variação dos dados económicos globais, conduz a uma solução *completa* do problema, que, de resto, neste caso é também muito importante do ponto de vista da política económica.

4. Poder-se-ia objectar - e objectou-se - que, se a explicação teórica dos fenómenos económicos pára nos dados económicos globais, não se está a dar a devida consideração à relação mais importante, ou seja, a relação entre os fenómenos económicos e a realidade histórico-política.

Trata-se de um equívoco fundamental. É precisamente o inverso que é verdadeiro. Só com a ajuda do aparelho dos dados se consegue clarificar a relação entre os acontecimentos histórico-políticos e os acontecimentos económicos. Todo o desenvolvimento histórico-político se exprime em alterações de dados: quando Roma submete gradualmente todos os países do círculo de civilizações mediterrânicas; a revolução francesa cria um novo tipo de Estado moderno; no começo do séc. XIX, o Estado prussiano é reorganizado com base em novas concepções políticas; ou no período 1914-1918 e nos decénios seguintes as exigências da política de defesa aumentam fortemente: isso traduz-se sempre em alterações dos dados económicos globais. Sobretudo do dado «organização jurídica e social», ou também dos dados «trabalho», «necessidades» ou «conhecimento técnico». Então, a teoria, ao mostrar - no quadro dos tipos ideais e de forma abstracta - como é que os dados determinam os fenómenos económicos, torna-se um instrumento apropriado para explicar a relação entre estes e

os factos histórico-políticos. - Também eles representam alterações dos dados: quer se trate da introdução de um monopólio do trigo numa *pólis* grega do séc. IV a. C., do tabelamento de determinados salários pela rainha Isabel I de Inglaterra, ou da decisão do Império Alemão de conferir a um banco o direito exclusivo de emissão de notas, de reorganizar os serviços de emprego ou de reformar o direito fiscal. A teoria económica não pode justificar *porque é* que a *pólis* grega introduziu um monopólio do trigo, *porque é* que a rainha Isabel I interveio na formação dos salários, etc. São questões que só se podem tornar compreensíveis a partir da situação histórico-universal do país e da época. Porém, dado que a teoria mostra rigorosamente como é que os factos económicos dependem dos dados, ela torna possível pela sua aplicação conhecer os efeitos económicos de todas estas alterações nos dados. Não há outra via para lá chegar.

Se não se traça uma fronteira dos dados clara e se a análise teórica não pára nesta fronteira, não se consegue encadear a intuição histórica com o pensamento teórico. Dá-se uma funesta confusão entre ambos - como o mostra de maneira dissuasiva a teoria económica de ADAM MÜLLER⁵¹.

QUARTO CAPÍTULO

A economia real

Ordem económica e processo económico: aplicação

O conhecimento científico da economia real - repetimo-lo - é a primeira missão da economia política. Ela cumpre-se quando se responde - para cada país e para cada época - a duas questões: a questão da estrutura da ordem económica e a questão da articulação geral do processo económico que tem lugar no quadro daquela ordem. A resolução de ambas as questões revelou-se extremamente difícil. Também se viu que a via habitual - a definição de cortes transversais na história e a construção de teorias para cada um desses cortes - não conduz ao objectivo. Por isso, seguimos logo à partida uma outra via. Os construtores de cortes transversais criavam os seus tipos por um processo de «abstracção generalizante», tomando um certo recuo em relação à realidade e negligenciando os pormenores; e chegaram a resultados que não correspondiam à economia real e são inutilizáveis como base de um trabalho teórico. Nós agimos desde o início de maneira diametralmente oposta. Procurámos tanto quanto possível penetrar nos factos concretos, nos diferentes agregados familiares e unidades de produção concretos, e reforçámos até ao extremo a intuição de cada fenómeno. Recorrendo a uma metáfora: os estádios ou estilos económicos, que têm em vista representar o essencial ou o normal na economia de uma dada época, são construídos à maneira de alguém que procura reter a silhueta de uma cidade que se observa de longe. Nós procedemos de maneira totalmente diferente. Continuando com a nossa metáfora: nós entramos

na cidade e em cada uma das suas casas, e estudamo-las desde a cave até ao sótão. As diferentes entidades económicas são investigadas com toda a precisão. Graças ao processo de «abstracção por acentuação e realce» encontrámos ali os sistemas económicos ideal-típicos com as suas múltiplas formas da economia de direcção central, as formas de mercado e os sistemas monetários. As formas económicas encontrámo-las pois na realidade histórica. Descobrimo-las ao estudar os factos do presente e do passado.

O que é que nós pretendíamos com este sistema morfológico? As diferentes formas que o compõem - se bem que tenham a sua origem numa observação precisa da realidade - não nos dão nenhum retrato da realidade concreta. Não são fotografias nem pinturas, nem pretendem sê-lo. Também não são concebidas para um determinado ambiente histórico. Mostrámos porém que, dado representarem constelações de condições simples e claras, se pode, com base nelas, encontrar proposições teóricas, ou seja enunciados gerais sobre relações condicionais necessárias entre variáveis. Com isto demos mais um passo substancial na análise^{66, 66a}.

Estamos agora perante a *última* questão: como é que os sistemas económicos ideal-típicos, com as suas variantes (I), e as proposições teóricas abstractas (II) servem ao conhecimento da realidade económica concreta? Logra-se desta maneira - ao inverso do que acontece com os procedimentos criticados - apreender cientificamente a realidade económica? Justifica-se assim a escolha desta via?

A esta questão cardinal respondemos pela *afirmativa*. Nós defendemos que:

Primeiro: aplicando o aparelho morfológico se pode descobrir a estrutura da ordem económica de qualquer época e de qualquer nação (I).

Segundo: as proposições teóricas representam um instrumento apropriado ao conhecimento do processo

económico concreto tal como ele se desenrola no quadro de qualquer ordem económica concreta(II).

Ambos permitem apreender cientificamente a realidade económica - e não só a actual - e ultrapassar a visão superficial própria da experiência quotidiana. - Trata-se agora de mostrar como.

I. O conhecimento das ordens económicas

1. Se alguém chegasse ao Japão contemporâneo com o fim de investigar a sua economia e quisesse - muito acertadamente - começar por estudar a ordem económica japonesa na sua estrutura, não encontraria, se confiasse na simples intuição imediata, qualquer ordem na justaposição de famílias, explorações agrícolas camponesas, empresas industriais, bancos, etc. com as suas inúmeras relações e interdependências. Se utilizasse os conhecidos «estádios» ou «estilos económicos», estes não se adequariam e não tornariam de resto reconhecível a estrutura da ordem económica japonesa contemporânea. O conhecimento da realidade económica falharia logo à partida.

Porém, a partir do momento em que dispomos dos instrumentos que são os sistemas económicos, as formas de mercado, as formas fundamentais da economia monetária e os sistemas monetários verifica-se uma nova situação, pois a morfologia restitui precisamente as formas económicas elementares. E é de notar que não obtivemos estas formas elementares por especulação (não as derivámos - como SOMBART tentou fazê-lo - da «ideia de economia», o que abre portas e janelas à subjectividade do observador e ao arbitrário), mas que elas foram elaboradas a partir da observação precisa da realidade histórica concreta, da análise dos planos económicos concretos e do processo da sua elaboração. Estes tipos ideais são, por assim dizer, as «formas originais» presentes na realidade económica.

Só *após* se conhecerem estas formas elementares, e através da sua «aplicação», é possível conhecer a estrutura da ordem económica concreta em causa.

Pode-se começar por mostrar como se procede, partindo de um exemplo da época mais recente: a ordem económica alemã de 1940. Onde quer que penetremos, constatamos que havia nela elementos da economia de direcção central combinados com elementos da economia mercantil. Este dualismo era conhecido de qualquer chefe de família: ele tinha de dispor de senhas de racionamento de géneros alimentícios, de senhas de vestuário e de outras senhas, assim como de dinheiro, quando queria comprar certos bens essenciais. Do mesmo modo que o dirigente de uma unidade de produção, o qual precisava, para efectuar compras, de números de matrícula e de dinheiro. Um estudo mais rigoroso revelaria que as formas elementares da economia de direcção central eram «dominantes». Ela, não só se tinha realizado parcialmente, enquanto economia de direcção central «simples», nas explorações agrícolas camponesas e nas famílias urbanas, por exemplo, mas encontrava-se sobretudo sob a forma de «economia de administração central». Assim, na agricultura, onde as diferentes unidades de produção ainda estabeleciam planos próprios - nesta medida inseriam-se numa economia mercantil -, mas em que porém estes milhões de planos eram determinados de maneira decisiva pelo plano de conjunto da direcção central, a qual tinha no aparelho administrativo do organismo da alimentação do *Reich* um meio de fazer respeitar as suas decisões. Na indústria, o tabelamento legal nos mercados de câmbios e de mercadorias tinha, em larga medida, obliterado também a direcção do processo económico pelos preços e pelas variações dos preços, direcção que cabia agora predominantemente a instâncias de administração central que atribuíam as matérias-primas e os semi-produtos por meio de um sistema de contingentes. Também a afectação da mão-de-obra era da competência de organismos de direc-

ção central, só dependendo em parte das intenções e dos planos dos empresários e dos trabalhadores. - Em concreto, tinham-se realizado formas da economia de direcção central, formas de mercado e sistemas monetários muito diversos. Na medida em que, por exemplo, o consumidor obtinha bens apenas em determinadas rações, estava-se em presença da primeira ou da segunda forma da economia de direcção central; contudo, na medida em que ele comprava, em função da sua própria escolha, bens não racionados cuja produção era determinada de maneira decisiva por instâncias centrais, já se tratava da terceira. O tabelamento encontrou nos múltiplos mercados formas de mercado muito diversas: mercados abertos e fechados, e formas que iam do monopólio bilateral à concorrência integral; a sua introdução significou pois em cada caso algo de diferente. Esta maneira de ver, ou seja a aplicação do aparelho morfológico aos fenómenos concretos, permite, apreendendo os pormenores, tornar compreensível o carácter geral de qualquer ordem económica. *O individual não desaparece, mas é integrado, tornando-se assim inteligível.* Comparemos por exemplo a ordem económica alemã de 1940 com a de 1930. Notamos alterações em muitos aspectos concretos. Por exemplo, a transferência de decisões importantes dos empresários para as instâncias do *Reich* e outros organismos de administração central, a modificação das funções dos cartéis, a menor importância dos bancos e a alteração do papel da moeda. Assim que se aplica o sistema morfológico, estes e muitos outros aspectos concretos aparecem imediatamente inter-relacionados e é possível identificar a estrutura da ordem económica alemã em 1930 e em 1940. Isto constata-se em cada ponto particular: com o avanço da economia de administração central e o recuo da economia mercantil, os planos decisivos já não são, em 1940, feitos nas unidades económicas - como em 1930 -, mas pelos órgãos de administração central. Os empresários tornaram-se órgãos de execução destas instâncias; órgãos que dispõem sem dúvida

ainda de uma certa autonomia de planeamento, muito limitada, e que - nos moldes da economia mercantil - assumem riscos. - Os cartéis eram em 1930 coligações de empresários independentes destinadas a eliminar a concorrência - fenómenos da economia mercantil, por conseguinte; em 1940, são essencialmente instrumentos da economia de administração central. No quadro de uma ordem económica diferente, o seu significado é diferente, fazendo-se é certo ainda sentir a sua função original. - E se os bancos têm, em 1940, muito menos importância na direcção da economia do que em 1930, isso explica-se, em parte, pelo facto de o nível e a direcção dos investimentos depender agora das instâncias centrais e não dos empresários e, em parte, pelo facto de as empresas estarem em situação de excesso de liquidez e terem, em consequência, pouca necessidade de crédito bancário, o que, mais uma vez, tem a ver com o congelamento dos preços e o racionamento. - Já vimos atrás como é que a função da moeda é alterada pelo avanço dos elementos da economia de direcção central; as mudanças nesta função também se manifestavam nitidamente no período anterior a 1940. - Os fenómenos individuais e as suas variações tornam-se inteligíveis quando são vistos como aquilo que são: componentes de uma ordem económica global.

Seria um erro querer construir, ao lado das formas puras já identificadas, mais uma forma pura para descrever, suponhamos, a economia alemã de 1940; por exemplo, ao lado da economia mercantil e da economia de direcção central, ainda outra forma pura, a «economia de mercado dirigida», que se teria realizado na Alemanha de 1940. A peculiaridade da ordem económica alemã de 1940 consistia, na realidade, precisamente na maneira como nela se combinavam as formas puras já descritas - as quais, noutros lugares e noutras épocas, existiam em diferentes associações - e não no aparecimento de uma *nova* forma pura. O que é essencial nesta ordem económica é precisamente a tensão que nela existia entre as

formas da economia de direcção central e da economia mercantil. Se não se toma em consideração esta tensão e a multiplicidade das formas realizadas não é possível compreendê-la. Há que evitar sempre ceder à forte impressão dos acontecimentos presentes, e não absolutizar uma ordem económica concreta existente momentaneamente, ao tentar interpretá-la - apesar da riqueza de formas nela realizadas - como uma nova forma pura. - Comparemos as ordens económicas alemãs de 1940 e de 1946. Não são ambas «economias de mercado dirigidas»? Esta designação de «economia de mercado dirigida» faz desaparecer diferenças que são essenciais. Também em 1946 continuam certamente a existir formas da economia de administração central e formas da economia monetária. O que é importante contudo é precisamente que ambas estas formas económicas estão em ruínas. Devido à falência da moeda e da economia de administração central passam ao primeiro plano a economia natural de troca e a economia autónoma, ou seja, formas que não permitem, ou só permitem em medida insuficiente, acomodar uma ampla divisão do trabalho. A ordem económica torna-se mais primitiva. Isto é um índice crucial da evolução que aparece clara e distintamente quando se acentuam e realçam e, em seguida, se identificam, nas suas combinações respectivas, as diferentes formas puras presentes nas duas ordens económicas.

Bach, Mozart, Beethoven e outros mestres criaram as suas obras combinando um número limitado de notas de uso universal. Na singularidade da combinação reside também a singularidade do mestre ou da obra em causa, não na eventual criação de novas notas. Passa-se o mesmo com as ordens económicas. Cada uma é um caso individual. A sua diversidade é propriamente extraordinária. Mas esta individualidade de cada ordem económica não repousa na existência em cada caso de novas formas puras, mas resulta da selecção de formas puras presentes, cujo número é limitado e perfeitamente maneável, e da forma particular como estão combina-

das. - *Só assim é possível compreendê-las*, e também assim se podem determinar com rigor as transformações históricas da economia real.

Para evitar repetições, sugere-se ao leitor que tenha presente, ou melhor que leia de novo, a segunda parte desta obra, em particular o segundo capítulo (pp. 63 *sqq.*). Já então, para determinar a ordem económica de uma dada comunidade e de uma dada época, tínhamos tido necessidade de salientar as formas elementares que a constituem: quer se trate da economia egípcia do tempo de Augusto ou da economia de Nuremberga no fim do séc. XV. É certo que utilizámos então apenas as formas puras mais importantes. Mas estávamos a antecipar. O que era sem dúvida necessário, pois de outro modo não é pura e simplesmente possível apreender a ordem económica de uma dada época. Porém, entretanto, descobrimos como se obtêm as formas elementares. Conhecemo-las exactamente e estamos agora em condições de definir com precisão as ordens económicas, aplicando este aparelho conceptual. É agora possível conhecer na sua estrutura todas as ordens económicas, que elas sejam «espontâneas» ou «instituídas», com base nos dados da experiência económica. Ao mesmo tempo, pode-se dar uma definição mais precisa de ordem económica (*cf.* p. 84): é a totalidade das formas no quadro das quais tem lugar *in concreto* - aqui ou noutra parte qualquer, no presente ou no passado - a direcção do processo económico quotidiano.

É necessário, perante um facto económico qualquer, começar por colocar e responder à questão da estrutura da ordem económica concreta. - Mais um exemplo: a célebre comunidade jesuíta do Paraguai que subsistiu de 1609 a 1767. As fontes dão-nos a conhecer uma massa de factos concretos. Elas fornecem dados sobre a fertilidade da terra, sobre o carácter, a vida familiar, o comportamento económico dos índios, sobre pormenores da produção agrícola e industrial, etc. Como é que a economia política deve abordar este labirinto

de factos concretos? Como é que ela pode distinguir o essencial do acessório? Como apreender a articulação lógica do todo? - Colocando a questão da estrutura da ordem económica, e precisamente utilizando o aparelho teórico das formas puras. - O que é que se descobre? Em poucas palavras: os actores do processo económico eram nesta comunidade, que compreendia ao todo cerca de 100.000 habitantes, as diferentes aldeias, chamadas reduções, em número de 30, com 2.000 a 7.000 habitantes cada. Cada uma das aldeias representava uma economia de direcção central *simples*, dirigida por um cura. Os seus planos decidiam da direcção da economia da aldeia. Nesse processo, o cálculo económico efectuava-se com base numa valoração *in natura* que, dada a pequenez da economia aldeã e o número reduzido de espécies de bens, estava ao alcance do cura. Cada redução era uma economia de direcção central completa com vestígios de livre troca de bens de consumo. Neste corpo económico com direcção centralizada, que compreendia uma parte significativa das terras da aldeia e as oficinas artesanais, vinham inserir-se numerosas entidades mais pequenas, igualmente com direcção centralizada: as economias familiares dos índios, com as terras próprias da família. Como porém o cura também tinha influência decisiva na direcção das economias familiares, estas não dispunham de qualquer autonomia. - As formas económicas da economia de direcção central simples eram pois dominantes e só complementarmente se combinavam com ela formas da economia mercantil. Aparece-nos aí o comércio com o mundo exterior, cujas formas de mercado eram muito diversas. Assim como o comércio entre as próprias reduções no qual se utilizava o peso como unidade de conta sem se servir dele como meio de troca. Isto realizava pois a «segunda forma fundamental da economia monetária». Como dinheiro, funcionavam certas mercadorias: o chá sobretudo, o tabaco, o milho, etc.; por conseguinte, estava-se em presença do «primeiro sistema monetário».

A muito discutida questão de saber se esta célebre comunidade era «comunista» ou não não conduz a nada senão a uma disputa interminável sobre o conceito de comunismo. Em lugar dela, deve colocar-se a questão das formas elementares ali existentes e da sua síntese no todo que era a ordem económica jesuíta. Assim, é possível ver, não só a *singularidade* desta comunidade económica no contexto histórico daquela região e daquela época, mas também o seu *parentesco* com outras ordens económicas. Uma comparação com o Estado dos incas permite por exemplo descobrir que, se é certo que, em ambos, os traços da economia de direcção central eram dominantes, e que nesta medida eles eram aparentados, no Estado dos incas porém, com os seus cerca de 11 milhões de indivíduos, dominava a economia de administração central e não, como na comunidade do Paraguai, a economia de direcção central simples, e que, em ambos, as formas económicas dominantes estavam combinadas com formas complementares de espécies diversas em cada um dos casos⁵².

2. *Epistemologicamente*, pode caracterizar-se da maneira seguinte o método que conduz ao conhecimento das ordens económicas concretas: a aplicação dos sistemas económicos ideal-típicos, com as suas numerosas variantes, dá-se quando nós, após a sua obtenção, isto é, após a elaboração da morfologia, abordamos novamente a realidade económica concreta. E, agora, com uma atitude diferente da anteriormente adoptada na identificação dos sistemas económicos ideal-típicos e das suas formas. *Anteriormente*, penetrávamos em cada uma das entidades concretas – explorações agrícolas camponesas, domínios senhoriais, famílias –, examinávamo-las de todos os lados e realçávamos pela análise cada uma das formas nelas realizadas (as várias espécies da economia de direcção central, as formas de mercado, os sistemas monetários).

Agora, abrangemos em simultâneo a totalidade da economia de uma época, de uma nação ou de uma região, por exemplo a economia francesa de hoje ou a economia silesiana de há cem anos. *Anteriormente*, utilizávamos um processo de abstracção «por acentuação e realce», *agora*, utilizamos a abstracção «generalizante». Isto é: agora abarcamos por exemplo a economia francesa, colocamos a questão das formas predominantes nela realizadas e oferecemos em seguida, integrando num todo as formas económicas encontradas, um quadro da ordem económica francesa concreta.

Na aplicação, efectuamos uma *dupla* síntese, a saber: a integração das múltiplas formas elementares puras na unidade da ordem económica, e, em segundo lugar, a inserção da ordem económica no ambiente natural, espiritual, político e social respectivo. - Podemos comparar a morfologia ao alfabeto. Só quando se dispõe dele é que se pode escrever uma palavra. Só quando se conhecem as formas puras, isto é, os elementos com que se constroem as ordens económicas, se pode descobrir na sua integralidade a ordem das diferentes economias concretas. E, assim como cada palavra contém apenas algumas das letras do alfabeto, também na determinação de uma ordem económica concreta só é preciso aplicar uma parte do alfabeto das formas puras. Por exemplo, a quase totalidade das formas de mercado abertas não entra em linha de conta na determinação da ordem económica alemã actual. Estas múltiplas formas não são «*actuais*». No estudo da ordem económica alemã de hoje, elas fazem parte do capital ocioso da ciência. São tão pouco actuais como os caracteres a ou b quando se escreve a palavra «tipo». Mas *tornam-se* actuais - e outros tipos ideais, actuais na Alemanha de hoje, desaparecem da actualidade - quando se trata de apreender a ordem económica de outra nação ou de outra época, por exemplo da Alemanha por volta de 1890. A ordem económica da Alemanha de então caracterizava-se pela predominância

de formas elementares da economia mercantil. E de formas abertas; de modo que o aparelho de formas de mercado fechadas era, na época, em larga medida inactual e inaplicável. Havia certamente na altura elementos da economia de direcção central, mas praticamente nenhum da «economia de administração central», quase unicamente da «economia de direcção central simples» (economia autónoma), nas famílias e nas explorações agrícolas camponesas. Constatamos assim uma grande diferença na «actualidade» dos tipos ideais, ao procedermos apenas a esta comparação entre duas ordens económicas alemãs. Mas é justamente a alternância da actualidade que permite identificar clara e distintamente as diferenças efectivas entre as ordens económicas. (Poder-se-ia perguntar durante quanto tempo se realizaram as diferentes ordens económicas. A isso é de responder o seguinte: durante o tempo em que a estrutura económica se manteve no essencial inalterada. Quando, no paleolítico, uma tribo manteve, durante milénios, a mesma organização, é de concluir que esta ordem económica existiu durante milénios. Também a ordem económica do Egipto antigo durou milénios. Em contrapartida, na revolução francesa houve num decénio, como vimos, quatro ordens económicas.)

A síntese das formas puras que tem lugar na determinação de cada ordem económica concreta, vai de par com uma síntese de outro género: enquanto que, no decurso da análise, se separa provisoriamente a articulação económica da articulação histórica geral, dá-se agora uma reinserção da primeira no contexto histórico. Assim, quando determinamos a ordem económica do tempo de Diocleciano, não aplicamos simplesmente as várias formas puras pertinentes, mas vemos simultaneamente esta ordem económica como uma componente da totalidade da vida espiritual e político-social do império romano da época. Se, na análise, nos tínhamos temporariamente afastado da perspectiva histórica, a fim de

trazer ao primeiro plano a reflexão, regressamos agora plenamente a ela, armados com os resultados desta análise morfológica. A articulação de *todos* os aspectos da realidade histórica, que se verifica em cada momento histórico, volta ao primeiro plano: por exemplo, a situação histórica geral actual, com a ordem económica que existe *aqui, neste* momento. Mais à frente (III-IV), voltaremos à questão mais em pormenor, com alguns exemplos.

3. De tudo isto resulta uma consequência importante para as *relações entre a historiografia económica e a economia política*. Que é em geral necessária uma cooperação é algo de que há muito se tem consciência. A questão é *como* torná-la frutuosa. A opinião dominante nos círculos da economia política de que o historiador económico tem de se ocupar dos factos individuais e o economista deveria encontrar as grandes articulações é, não só errada, mas até incompreensível. O historiador que reunisse factos económicos individuais, por exemplo descrevendo, justapondo-as, milhares de explorações agrícolas de reideiros do Norte da Itália, no séc. XVI, estaria a cometer um absurdo. Estaria a proceder como alguém que tivesse de descrever uma casa, mas que, em lugar disso, descrevesse uma por uma as pedras que a compõem, sem a mínima noção nem da planta nem do alçado e sem conhecimento da sua estrutura arquitectónica. Também o historiador tem de conhecer as ordens económicas e tem de ver as unidades económicas, e em geral os factos económicos individuais, integrados num *todo*. Como é que ele deve porém determinar a ordem económica? Em função de que características? - A isto vem juntar-se uma questão afim, mais vasta. Em função de que critérios deve ele distinguir a economia de duas nações ou de duas épocas diferentes?

Se o historiador se dirigisse aos economistas e lhes perguntasse como havia de levar a cabo esta tarefa, as respostas

seriam pouco satisfatórias. Que poderia o historiador fazer com os «estádios» de BÜCHER, se tivesse de descrever a economia alemã na época da grande reforma de STEIN? «Economia urbana» seria inexacto e «economia nacional» é demasiado vago. Com eles também não poderia caracterizar as enormes transformações que se produziram entre o início e o fim do séc. XIX. Também não o poderia se preferisse falar de «economia territorial» e «economia nacional» ou de «capitalismo primitivo» e «capitalismo maduro». Só restava ao historiador descrever a história económica recorrendo a conceitos transpostos da experiência quotidiana e, por isso, necessariamente deficientes.

As exigências legítimas dos historiadores têm de ser satisfeitas de outra maneira. Em primeiro lugar, os economistas têm de lhes mostrar que eles têm de colocar a questão da *estrutura* da economia e de pensar em termos de ordens económicas. Se eles pretendem conhecer e descrever a economia alemã do séc. XIX e a revolução que se operou no decurso deste século, têm de colocar a questão da estrutura da sua ordem económica por volta de 1800 e por volta de 1900. Em segundo lugar, devem dizer-lhes que só é possível conhecer a ordem económica de uma época recorrendo às formas económicas puras, aos tipos ideais genuínos. Então, o historiador será capaz de identificar ele próprio as diferentes ordens económicas concretas. *Puras*, as formas económicas só existem no intelecto, mas, *combinadas*, constituem todas as ordens económicas concretas. O historiador move-se no universo do concreto. Para conhecer o universo da economia concreta, precisa conhecer as formas económicas, as quais são descobertas pela economia política. Só assim pode ir além da simples constatação de factos isolados, escolhidos arbitrariamente, que ainda não constitui ciência. Não são esquemas que pretendam retratar a economia concreta (sem o conseguir) que a economia política deve propor, mas sim formas

puras cuja aplicação possibilite a identificação da ordem económica em causa⁵³.

II. O conhecimento do processo económico: aplicação da teoria

1. Com a identificação da respectiva ordem económica dá-se um passo importante no conhecimento da economia real de uma dada época e de um dado espaço, mas isso não é tudo. - No quadro dessa ordem concreta, desenrola-se, dia após dia, o quotidiano económico. De que maneira? Esta é, como vimos, a outra grande questão. Ainda menos que ao conhecimento das ordens económicas, podem os dados contraditórios da experiência quotidiana, determinada pelos interesses próprios, levar ao conhecimento do *processo* económico que se desenrola no quadro daquelas. Além disso, deparamos aqui com a grande antinomia do conhecimento. - Como é que se podem então conjugar apreensão histórica e teórica do quotidiano económico a fim de se chegar ao conhecimento científico das suas articulações?

Depois do que ficou dito, a resposta é imediata: não será procurando construir uma teoria específica para cada ordem económica. (Esta tentativa estaria condenada ao fracasso pelo simples facto de cada ordem económica conter - numa combinação particular - numerosas formas elementares: quer se trate da ordem económica americana actual, ou da ordem económica jesuíta do Paraguai ou de uma qualquer das múltiplas ordens económicas do presente ou do passado. Não se encontrará pois, na descrição das ordens económicas individuais, constelações de condições simples, as únicas que podem constituir a base para a elaboração de uma teoria.) Será antes utilizando as formas puras como «modelos» na base dos quais se podem - como mostrámos - elaborar proposições teóricas. - *Pela aplicação das proposições teóricas*

deduzidas desta maneira, conseguem descobrir-se as articulações do processo económico concreto em causa. Assim como se chega ao conhecimento das ordens económicas concretas, históricas pela aplicação do aparelho *morfológico*, também o conhecimento do funcionamento da economia concreta se obtém pela aplicação das proposições *teóricas*. Se bem que nós vejamos cada uma das ordens económicas na sua individualidade e no seu contexto histórico particular, ou seja na sua unicidade, consegue-se pois aplicar-lhe os resultados da análise teórica e assim conhecer o processo económico correspondente nas suas articulações. E isto - por princípio - *qualquer* que seja a época ou o país.

2. Neste ponto chocamos com um *obstáculo*. Que as proposições da economia política se devam aplicar, não só aos problemas da nossa época, mas também aos problemas da alta Idade Média, da baixa antiguidade e de outras civilizações e épocas parece à maioria dos contemporâneos uma pretensão grotesca. De quase todos os lados se nos assegura que as abstracções e as teorias só têm sentido no quadro de uma dada situação histórica, que a razão é função das condições variáveis da vida humana, que todas as teorias económicas possuem apenas uma validade relativa, que são - quer se queira quer não - «temporalmente determinadas» e que nós próprios vivemos demasiadas transformações históricas para acreditarmos na validade permanente dos conhecimentos teóricos. Após a mudança que se operou na consciência histórica no início do séc. XIX, já não teríamos o direito de pretender à validade intemporal da economia política teórica e não podemos cair nos erros ultrapassados de um velho racionalismo. Deveríamos antes dar-nos por satisfeitos se pudéssemos conhecer cientificamente a economia de *uma* época, a do «capitalismo» por exemplo. Dado nós querermos conhecer a realidade histórica no seu contexto político-social e na sua individualidade, dado cada época reivindicar os seus direitos,

dever-se-ia fazer tábua rasa de tais proposições teóricas de validade pretensamente intemporal. - As atitudes podem variar nos pormenores, nalguns casos consideram-se todos, noutras apenas alguns conhecimentos teóricos como historicamente determinados - no geral, há unanimidade para lhes atribuir uma validade limitada no tempo e no espaço.

Eu afirmo que é justamente «este preconceito histórico» - pois que disso se trata - que nos veda o conhecimento da economia real do passado e do presente. E que esta pode ser conhecida na sua *individualidade* precisamente através da aplicação de proposições teóricas não determinadas temporalmente.

Antes de prosseguirmos, convém fazer duas observações preliminares.

Primeiramente, tem de se ter sempre presente que as proposições teóricas, correctamente entendidas, não enunciam *nada* sobre os factos concretos. Elas não descrevem *nada*. Elas *não* têm a pretensão de dar uma imagem da economia alemã, concreta, de hoje ou de qualquer outra época, ou da economia de outro país. *Quando* reina a concorrência integral, então...; *quando* se verifica uma má colheita num dado país, dá-se uma alteração na balança de pagamentos e então... As proposições da teoria económica são deste tipo. Se, quando e onde isto se passa, são coisas que a teoria *não* diz. Em suma, ela consiste em «juízos hipotéticos sobre relações condicionais necessárias no quadro de diferentes constelações de condições possíveis»⁵¹.

Em segundo lugar, tem de se estabelecer uma distinção - em geral ignorada - que é essencial para todo o trabalho em economia política: a distinção entre «verdade» e «actualidade». Toda a proposição teórica correctamente estabelecida é sempre «verdadeira»; mas só se torna «actual» quando, num determinado lugar e numa determinada época, se realiza a constelação de condições para a qual ela é válida. «A actualidade das proposições teóricas, escrevi eu noutro lugar, está

continuamente a variar. Quando o padrão ouro não existe, então a teoria do equilíbrio da balança de pagamentos entre países onde vigora o padrão ouro não é actual. Mas permanece *verdadeira*; e tornar-se-á imediatamente de novo actual, quando o padrão ouro estiver de novo em vigor, onde quer que seja. Inversamente, as proposições teóricas relativas ao monopólio bilateral ou à economia de direcção central completa tornam-se apenas mais actuais, e não mais verdadeiras, quando tais casos concretos fazem a sua aparição histórica e têm de ser estudados. A actualidade das proposições teóricas é temporalmente determinada, a sua verdade ou falsidade não.» A teoria económica é, na sua totalidade, uma caixa de instrumentos intelectuais. Quais destes instrumentos se têm de pôr em acção no tratamento de cada problema concreto e quais os que entretanto se mantêm na caixa, é o caso concreto, individual, na sua especificidade que o decide. E é precisamente a aplicação destes instrumentos que, sempre e em toda a parte, possibilita o conhecimento das articulações do quotidiano económico.

Como? Será a questão que discutiremos a seguir com base nalguns exemplos.

Atrás referimo-nos à estrutura da ordem económica da Alemanha em 1940. Trata-se agora de estudar o quotidiano económico, tal como ele se desenrolava na economia alemã, concreta, de então. Seria impossível inventar uma teoria específica para o processo económico que tinha lugar no quadro daquela ordem económica concreta. Porque a ordem económica da Alemanha em 1940 era excessivamente complexa, seríamos forçados a simplificações ilícitas e, finalmente, obteríamos resultados que não se adequariam à economia em questão.

Qual é a nossa contribuição para a realização desta tarefa? Por um lado, o conhecimento da estrutura da ordem económica de então e, em particular, o conhecimento dos tipos ideais, das formas básicas que a constituíam e a maneira

como, a partir destas, ela própria se constituía. Por outro, o vasto aparelho de proposições teóricas sobre relações condicionais necessárias no quadro dos sistemas económicos ideal-típicos, das formas da economia de direcção central, das formas de mercado e dos sistemas monetários. Conjuguemos os dois. Ver-se-á então como é que a teoria económica deve ser aplicada a fim de identificar as articulações concretas deste processo económico. *É precisamente a «radiografia» da estrutura da ordem económica, que se obtém por meio do aparelho das formas puras, que possibilita a aplicação do aparelho teórico elaborado com base nestas formas puras.*

Diz-se muitas vezes que o preço tinha na economia alemã de 1940 um significado completamente diferente do que tinha em 1930. Exactamente. E é agora fácil perceber porquê: dado, na ordem económica de 1940, os elementos da economia de direcção central ocuparem mais nitidamente o primeiro plano do que em 1930, a direcção da economia efectuava-se em larga medida através da valoração pelas instâncias centrais e produzia os seus efeitos através da atribuição de divisas, matérias-primas, semi-produtos e também produtos acabados. A direcção do processo económico não se operava pois em 1940 da mesma maneira que em 1930, não tanto através do mecanismo dos preços e mais pela valoração realizada pelas instâncias centrais. A teoria do valor tornara-se mais actual, a teoria dos preços tinha perdido actualidade. Nada seria mais incorrecto do que declará-la errada, como o relativismo moderno tem tendência a fazer. Além disso, mesmo em 1940, os preços não tinham sido completamente eliminados da direcção da economia.

Segundo exemplo: na explicação do quotidiano económico em fins do séc. XIX, procedemos exactamente da mesma maneira, mas aplicando em concreto *outras* proposições teóricas. O preço não desempenhava na Alemanha de 1898 o mesmo papel que em 1928 ou 1940 - justamente porque

noutra ordem económica eram diferentes as formas económicas puras realizadas. No fim do século, estavam realizadas em múltiplas variantes as formas de mercado da concorrência integral e outras formas de mercado concorrenciais, enquanto que, trinta anos depois, com a forte monopolização da economia alemã, passou ao primeiro plano, na explicação dos processos económicos quotidianos, outra parte do aparelho teórico. - Para estudarmos a formação dos salários reais quarenta anos atrás, temos de partir do pressuposto que nos mercados de trabalho dominava o monopsónio, o monopólio parcial bilateral das organizações patronais e dos sindicatos, a concorrência integral aberta ou outras formas de mercado abertas, e que nos mercados de produtos dominavam igualmente as formas de mercado abertas, predominantemente concorrenciais, estando a direcção centralizada em larga medida ausente. As proposições teóricas relativas ao tabelamento legal, às formas de mercado fechadas e à economia de direcção central, que hoje são actuais, são, no estudo desta época mais recuada, inactuais.

Terceiro exemplo: «Como é que se dava a formação dos preços na Idade Média: à maneira de ADAM SMITH ou dos nossos economistas contemporâneos? A formação dos preços medieval era livre, tinha lugar num tipo de mercado determinado de forma preponderante pela oferta e procura?» (W. MITSCHERLICH). Esta questão resulta de uma atitude - muito comum em largos círculos de economistas - que não tem em conta a realidade histórica. Assim como não existiu uma ordem económica medieval única, também não houve uma formação dos preços medieval. Temos de abordar a história mais de perto para a compreendermos. Houve cidades governadas monarquicamente por um senhor feudal e em que certas corporações obtiveram, em troca do pagamento de uma contribuição, privilégios que lhes asseguravam uma situação de monopólio no mercado local. Noutras cidades, eram os patrícios-mercadores que constituíam, económica e politicamente,

o elemento dirigente. Os «artesãos» eram então frequentemente, não trabalhadores assalariados ou trabalhadores independentes, mas sim trabalhadores a domicílio que recebiam as matérias-primas dos grandes mercadores - agindo aqui como *verlegers* - a quem também vendiam depois o produto acabado. Em tais casos, as corporações eram em parte proibidas ou de difícil formação, sobretudo quando os trabalhadores a domicílio também estavam dispersos pelas zonas rurais. Quando porém as corporações de artesãos conquistavam o governo das cidades - ou seja com um regime democrático - tinha-se ainda outra política económica, mais favorável às corporações, e o tabelamento era menos severo. Existiam pois quatro espécies de ordens económicas com formações de preços diversas: em concorrência, em monopólio, com tabelamento, etc. O centro da ordem económica era o senhor feudal, o grande mercador ou também o artesão. Nos casos em que havia corporações, o seu significado era diverso: corporações dos mercadores-*verlegers*, dos artesãos, dos trabalhadores a domicílio, dos retalhistas. O que a corporação significava em cada caso só o conhecimento da estrutura da ordem económica do sector artesanal permite estabelecê-lo. E só a aplicação da teoria possibilita a compreensão do funcionamento da ordem económica, das lutas encarniçadas entre os grupos dos grandes mercadores, dos artesãos, dos trabalhadores a domicílio, ou seja a compreensão da articulação lógica de toda a ordem económica e o conhecimento da economia medieval real.

Consideremos por exemplo a segunda metade do séc. XIII e em particular as cidades da Flandres que encontraram em PIRENNE um ilustre pintor: Bruges, que teve então a sua época mais brilhante, Ypres, Gand e as outras. Antes de mais tem de se conhecer a *ordem* económica destas cidades. Ela é bastante singular. Até cerca de 1280 eram os *verlegers* de tecidos a única camada dominante. Os tecelões, pisoeiros, tintureiros, tosadores e outros «artesãos» eram assalariados dos *verlegers*,

tura e em particular nas suas formas elementares *dominantes*. *Só quando se sabe quais as formas básicas puras realizadas de maneira preponderante numa dada ordem económica, se pode decidir quais as partes do aparelho teórico que se têm de mobilizar*. Quando não sabemos se, e como, estavam realizadas num dado caso a economia de direcção central completa ou a economia de direcção central com livre escolha dos consumidores, o monopsónio, o oligopólio ou outras formas de mercado da economia mercantil, também não podemos aplicar as proposições teóricas correspondentes.

Ora, nós já dissemos que a falta de informação tornava impossível conhecer a estrutura da ordem económica em largos trechos da história universal. Na antiguidade só podemos conhecer, na sua estrutura e nas suas formas elementares, uma ou outra ordem económica: por exemplo, no Egipto, onde os papiros proporcionam panoramas inabituais, ou em vários Estados da baixa antiguidade para os quais é pelo menos possível formular hipóteses bem fundadas. Na maioria dos casos, porém, as fontes são insuficientes, quer na antiguidade, quer em longos períodos da alta Idade Média, quer noutras civilizações. Importa ainda notar que as informações sobre as instituições jurídicas - como também já observámos - não autorizam ainda nenhuma conclusão segura sobre a estrutura efectiva das ordens económicas. As informações de que dispomos sobre o direito babilónico no tempo de Hammurabi ainda não nos oferecem nenhum quadro da estrutura efectiva da ordem económica da Babilónia em fins do III milénio a. C. Até onde chegava efectivamente a esfera da economia de administração central, tanto no campo como na cidade, em que formas é que ela se realizava, onde é que se faziam sentir elementos da economia mercantil, quem eram os agentes principais das relações económicas mercantis, quais as formas de mercado e os sistemas monetários dominantes: tudo isto precisávamos de o saber para conhecermos a ordem económica da Babilónia e assim - graças à aplicação então

possível da teoria - descobrirmos a articulação do processo económico. Enquanto a informação não permitir conhecer a estrutura efectiva da ordem económica, o conhecimento científico global da economia real de uma dada época e de um dado país permanece incompleto⁵⁶.

4. De tudo isto resulta que a *superação da grande antinomia*, que se opõe ao conhecimento científico do quotidiano económico, *é possível*. Esta grande antinomia surge, como se mostrou, pelo facto de, no mundo da economia, não se poder identificar de imediato um «estilo geral invariante»: a actividade económica tem lugar, em diferentes épocas e em diferentes lugares, em formas muitas diversas, mas as articulações da economia só se podem descobrir pela análise teórica. As duas coisas parecem inconciliáveis. Falta a uniformidade que reina na natureza e permite, por exemplo à física, colocar questões teóricas gerais. - A resolução da antinomia foi possível porque o estudo preciso das unidades económicas concretas demonstrou que as ordens económicas, na sua variabilidade e multiplicidade quase infinita, se compõem de um número finito de formas puras, que por conseguinte se pode reduzir esta multiplicidade das ordens económicas à unicidade de formas puras. Neste sentido, resulta da análise uma certa «invariância» (de um género particular) do «estilo geral» da economia, isto é, uma uniformidade das formas económicas elementares, que possibilita o tratamento teórico e, em consequência - pela aplicação das proposições teóricas -, a resolução dos problemas concretos do processo económico⁵⁷.

Verifica-se ainda que a identificação das formas puras, em todas as suas variantes, tem, no processo de conhecimento *duas* funções: primeiramente, ela serve - nas aplicações - como um meio de conhecer a estrutura das múltiplas ordens económicas históricas; em segundo lugar, estas formas puras constituem uma base para a elaboração das proposições teóricas.

A teoria económica porém tem *uma única* função: explicar, através da sua aplicação, o funcionamento da economia, na sua articulação geral e nas suas alterações.

Como é que, pela aplicação conjunta da morfologia e das proposições teóricas, se pode conhecer a economia concreta, é o que, com base nalguns exemplos, se vai mostrar mais em pormenor nas três secções seguintes.

III. Um caso simples

A fim de pôr em evidência alguns pontos essenciais, comecemos por ilustrar sumariamente, com base num exemplo simples, como é que se pode chegar ao conhecimento científico da realidade económica. - Vamos dar-nos por missão estudar a economia da Silésia, e em particular a situação dos tecelões manuais, em meados do séc. XIX.

À partida, encontramos uma massa desordenada de factos económicos, sociais e políticos, e de opiniões contraditórias dos participantes: tecelões, *verlegers* e outros. Como é que se podem descobrir neste caos as verdadeiras articulações e a verdadeira situação de facto? Com conceitos tais como «capitalismo», «economia regional» ou outros «estádios» e «estilos» é manifesto que não se chega a lado nenhum.

Suponhamos que não dispúnhamos ainda do aparelho de sistemas económicos e teorias. Que teríamos de fazer? - Teríamos de começar por extrair do estudo de unidades de produção e famílias concretas os sistemas económicos nas suas múltiplas variantes e, dessa maneira, descobrir as formas económicas de que se compõem todas as ordens económicas. Teríamos a seguir de estudar a articulação económica geral no quadro destas formas puras, isto é, de elaborar teorias, o que é possível devido ao facto de serem dadas constelações de condições simples e maneáveis.

E agora - armados com o duplo arsenal da morfologia e das proposições teóricas - regressemos aos factos históricos concretos: às concepções religiosas e sociais reinantes na Silésia da época, ao poder político e económico dos indivíduos e dos grupos ali existentes, situando-os no quadro do Estado prussiano de meados do séc. XIX. Podemos finalmente chegar ao conhecimento científico dos factos. - Em primeiro lugar, é agora possível descrever com precisão a ordem económica da Silésia de então. Na agricultura, estreitamente associada ao trabalho a domicílio, estavam realizados diversos elementos da economia de direcção central. E, ao mesmo tempo, muitas formas da economia mercantil - formas de mercado e sistemas monetários - como por exemplo o monopsónio, frequente no mercado de trabalho. Havia pois certos tipos ideais, certas formas que eram «actuais» na Silésia daquela época. A representação da ordem económica silesiana integra estas formas num todo e insere-as na situação histórica geral da província. - Em segundo lugar, estuda-se o processo económico quotidiano e sobretudo explica-se a situação dos tecelões. Neste ponto, aplicam-se as *proposições teóricas*, mas somente as que são «actuais»: por exemplo, as que se referem à economia de direcção central, ao monopsónio e ao comércio internacional. Mostra-se desta maneira que, e como, o quotidiano económico dos tecelões era determinado por factos não-económicos do domínio da política, da estrutura social tradicional da província e das suas condições naturais, dos conhecimentos técnicos que os tecelões possuíam: em suma, determinado pelos dados. E mostra-se, por outro lado, como é que este quotidiano económico, os salários dos tecelões e o seu nível de vida, era determinado pela articulação económica geral - de que as tecelagens silesianas e as famílias dos tecelões eram apenas uma pequena componente -, pelo que se passava no resto da economia silesiana e prussiana, pela concorrência dos tecidos ingleses e de outras origens, pelos fornecedores e clientes de quem

dependiam os tecelões silesianos. Assim fica explicado o quotidiano na sua dupla relação com os aspectos não-económicos e com os aspectos económicos.

Com o conhecimento da ordem económica e do processo económico na Silésia está cumprida a nossa missão: no caos aparente dos factos isolados descobriu-se unidade e articulação.

IV. Evolução económica

1. Toda a economia concreta é dinâmica. Sempre e em toda a parte. É certo que houve, em épocas recuadas, civilizações que se mantiveram estáveis durante milénios e é com razão que alguns historiadores advertem contra o risco de projectar noutras épocas a tendência à mudança permanente do homem contemporâneo. Em muitas civilizações e durante as dezenas de milénios do paleolítico - de longe a época mais longa da história humana - a economia apresenta raramente mudanças rápidas; estas são em geral muito lentas. As instituições económicas podem permanecer inalteradas durante séculos ou milénios. Mas, também então, as guerras, as mudanças climáticas e as epidemias provocavam em permanência certas alterações no processo económico.

Todas as mudanças económicas se exprimem numa das duas formas: alteração da ordem económica concreta ou alteração do processo económico que se desenrola no quadro desta ordem. Isto é - primeiro caso - a estrutura da ordem económica sofre transformações. Ou - segundo caso - o quotidiano económico não se repete exactamente da mesma maneira: alteram-se as espécies ou os volumes de bens produzidos, a afectação das forças produtivas, a dimensão do aparelho de meios de produção, a técnica utilizada ou a localização da produção. Toda a transformação da ordem económica tem por efeito reorientar o processo económico. Mas o inverso

não é verdadeiro: nem todas as alterações do processo económico implicam uma transformação da ordem económica.

O desenvolvimento das ordens económicas, a expansão da actividade económica quotidiana alternam no decurso da história universal com a regressão das ordens económicas e a contracção do processo económico. Ocorreu um *declínio* económico, por exemplo, no baixo império romano e no antigo império alemão do fim do séc. XVI e começo do séc. XVII. Houve, em contrapartida, *desenvolvimento* económico no Mediterrâneo oriental no séc. III a. C. e na Alemanha durante o séc. XIII, em relação com a grande expansão política e económica para leste. Finalmente, representa um gigantesco processo de desenvolvimento a industrialização que começou em Inglaterra na transição do séc. XVIII para o séc. XIX e que desde então afectou o mundo inteiro. - Sobre a questão já se disse o suficiente noutras partes desta obra. Há apenas a acrescentar *um* ponto. Refere-se ao problema da *conjuntura*, ou seja às variações do processo económico concreto.

Temos aqui em vista apenas os fenómenos conjunturais que apareceram no decurso do processo de industrialização moderno. Não que anteriormente as flutuações conjunturais estivessem ausentes: elas existiram sem dúvida alguma na antiguidade, na Idade Média e no começo da Idade Moderna. Concentremo-nos porém nos movimentos conjunturais do séc. XIX e do começo do séc. XX. Verificamos então que industrialização significa investimento de capital, construção de fábricas, caminhos de ferro, máquinas, altos-fornos, estradas, edifícios. (O que é o investimento foi sumariamente discutido nas pp. 221 *sq.*: alongamento do «período de maturação» em parte por «retrogradação» de meios de produção e em parte por recurso a «rodeios produtivos» mais longos.) Ora, desde o início da industrialização, que os investimentos se efectuem a um ritmo irregular. Quando os investimentos se acumulam falamos de «expansão», quando diminuem, de «depressão». Não que todos os movimentos conjunturais do

último século e meio tenham consistido, sempre e exclusivamente, em flutuações do ritmo dos investimentos. Não foi o caso. Más colheitas, alterações das necessidades, invenções, por exemplo, precipitaram regiões e países inteiros na depressão económica. Resta contudo que o elemento principal, que confere à maioria dos movimentos conjunturais modernos o seu carácter específico, são as flutuações no ritmo dos investimentos. - Nesta medida, eles apresentam em geral caracteres semelhantes.

Porquê e como têm lugar estas flutuações do investimento depende porém inteiramente da situação histórica geral de cada país e de cada época. *Nunca houve e não há nenhum movimento necessário das conjunturas governado por leis específicas.* - A direcção e o tipo de investimentos dependem em primeiro lugar da ordem económica. Na Rússia do quarto decénio do nosso século, eles efectuam-se de maneira totalmente diferente da Inglaterra da mesma época, e igualmente de maneira totalmente diferente na Alemanha em 1927 e em 1935. Saber se, e como, numa dada economia, dominam os elementos da economia de direcção central ou da economia mercantil, ou se, numa ordem económica predominantemente mercantil, prevalecem os elementos do monopólio ou da concorrência é de importância decisiva na direcção, duração e extensão dos processos de investimento, e, por conseguinte, na configuração da conjuntura de cada país. - Mas, também os restantes dados do processo económico estão permanentemente a ser transformados pela mudança histórica geral. A guerra de 1914-1918, por exemplo, influenciou profundamente o processo económico de muitos países, não só pela alteração das ordens económicas, mas também ao deslocar as necessidades e ao retirar milhões de trabalhadores das suas actividades anteriores. Todos os grandes acontecimentos de política externa e interna que se seguiram tiveram efeitos nos movimentos conjunturais dos diferentes países. Assim, na Alemanha, o tratado de Versalhes, o plano Dawes, a

política salarial posterior a 1923, determinada por factores internos, a política dos cartéis, a política em matéria de empréstimos externos e, desde 1933, de dívida pública, com vista a estimular e acelerar os investimentos, e a política específica de estabilidade da taxa de câmbio. Diferentemente da Inglaterra que seguiu uma política económica diferente, com a desvalorização de 1931 e a política de fluidez do mercado de capitais. A dissemelhança das evoluções económicas alemã e inglesa desde 1931 só pode compreender-se inteiramente enquanto parte integrante de evoluções históricas gerais dissemelhantes, e em ligação com as diferentes estruturas dos dois Estados.

É sem dúvida exacto que, dada a estrutura dos Estados contemporâneos, cada crise económica ameaça tornar-se numa crise do Estado. Mas, inversamente, também a política é decisiva na determinação dos dados concretos dos movimentos conjunturais. Não se objecte que isso só é válido a partir da guerra de 1914-1918. De modo algum. Quando o Império Alemão, nos quatro decénios que precederam a guerra de 1914-1918, tinha um direito de propriedade, um direito industrial e das sociedades e uma legislação em matéria de dívidas determinados, quando aderiu ao padrão ouro e pertencia a um determinado sistema de tratados comerciais, ele criava desta maneira determinadas regras do jogo, cuja configuração era decisiva na determinação do processo de investimento. Isto verifica-se até ao nível de muitos pormenores concretos. Se a Alemanha não tivesse introduzido em 1892 o tipo legal da sociedade por quotas, que possibilitou uma limitação da responsabilidade sem publicidade do balanço, o número de investimentos não teria certamente sido tão elevado e por conseguinte o vigor dos movimentos expansionistas alemães não teria sido tão grande como foi. Também nessa ocasião, em que o Estado não interveio directamente no desenrolar da conjuntura, ele influenciou-a em larga medida precisamente por esta sua política económica.

Se, ao mesmo tempo, se atender a que, para além da política, outros factos históricos, como por exemplo os movimentos demográficos, determinam os dados económicos concretos – recorde-se apenas a diferença entre a evolução demográfica na Alemanha e em França durante o último meio século –, explica-se sem dificuldade a observação seguinte: *cada* movimento conjuntural, ou seja *cada* alteração do quotidiano económico, é um caso *individual*, «um episódio histórico único que se diferencia de todos os outros em traços essenciais e que nunca se repete» (W. C. MITCHELL). Cada situação conjuntural – seja ela a da Alemanha entre 1926 e 1933 ou entre 1903 e 1907 ou outra qualquer –, cada expansão e cada depressão tem de ser considerada na sua época particular e no seu país concreto. Os movimentos conjunturais não são uniformes.

Não existe nenhum ciclo conjuntural normal.

2. Daí resulta que as «teorias dinâmicas» ou as «teorias da conjuntura», que procuram estabelecer proposições universalmente válidas sobre pretensas variações periódicas regulares do quotidiano económico, *estão condenadas* ao fracasso.

Se a industrialização fosse um acontecimento em si, que – uma vez encetado – tivesse de seguir um curso determinado – à semelhança de um processo químico que, após a mistura de determinados ingredientes, se desenrola com uma necessidade natural –, então poder-se-ia pensar num êxito possível das «teorias dinâmicas». É certamente esta concepção que inspira muitos dos novos criadores de teorias dinâmicas. Olha-se para a esfera económica, onde no último século e meio se operou um processo de desenvolvimento considerável, e pretende-se encontrar, para este período e para o chamado «capitalismo», leis de evolução à maneira das leis das reacções químicas e das leis de desenvolvimento das plantas que os químicos e os biólogos efectivamente descobrem. Está-se de tal maneira prisioneiro desta concepção que muitos a

consideram pura e simplesmente evidente. Isola-se mentalmente a economia das outras esferas da vida social.

Ou então a teoria dinâmica baseia-se, como em MARX e nos seus discípulos, na chamada concepção materialista da história ou seja no ponto de vista segundo o qual toda a existência religiosa, política e histórica em geral depende da infraestrutura técnico-económica. Em consequência, a superestrutura religiosa, cultural, política que se eleva, por exemplo, sobre a base da ferramenta e do trabalho manual difere da que tem por base a máquina e a fábrica. *Toda* a história se reduz assim a certos factos técnico-económicos fundamentais. Se esta concepção da história estivesse correcta, a teoria dinâmica, não só teria um fundamento, mas tornar-se-ia no fim de contas a base de toda a compreensão da história. Tornar-se-ia a ciência fundamental no campo das ciências históricas. Pois, do desenrolar do processo de desenvolvimento económico poder-se-ia deduzir o desenvolvimento da religião, do Estado, da cultura e de tudo o resto.

Que se isole mentalmente a economia ou que se veja nela, à maneira de MARX, o único fundamento do devir histórico (ou que se procure combinar ambos): em qualquer dos casos, a posição é insustentável. E note-se que não é um juízo subjectivo que conduz à sua rejeição. É a própria experiência histórica que a isso obriga. Ela confirma quotidianamente que só se pode compreender a evolução económica enquanto componente da existência histórica geral concreta. As teorias dinâmicas ou as teorias da conjuntura não podem porém tomar em consideração a influência decisiva que os factos extra-económicos exercem na evolução económica.

A falência das teorias dinâmicas e das teorias da conjuntura tornou-se patente desde a eclosão da guerra de 1914-1918. Ano após ano podemos constatar a influência determinante dos acontecimentos políticos externos e internos e das guerras nos fenómenos económicos. Nós vemos que, não apenas os próprios grandes acontecimentos políticos

da época, mas que até o factor da insegurança política externa ou interna é suficiente, só por si, para influenciar os planos económicos dos empresários, as suas expectativas, a sua actuação, o ritmo dos investimentos e todos os restantes fenómenos económicos. O mais cuidado refinamento das teorias dinâmicas ou das teorias da conjuntura não serve de nada. O erro fundamental, na base de todas estas tentativas, não pode ser eliminado por este processo. Os factos falam mais alto. – Ainda um exemplo, significativo do ponto de vista da história universal: a destruição da ordem vigente antes de 1914 em matéria de política externa, comercial e monetária, e no quadro da qual se efectuava o comércio mundial, ordem esta que não se conseguiu reconstruir após a guerra, foi uma causa essencial da decadência das relações económicas internacionais, e esta por sua vez uma causa essencial das severas depressões iniciadas em 1929. Toda a evolução da economia mundial durante estes decénios foi determinada de maneira decisiva pelo desmoronar da ordem política internacional. Como é que se pode porém tomar em consideração um facto político desta magnitude, único, em teorias da conjuntura que pretendem oferecer explicações de validade universal para os movimentos conjunturais?

Pode perguntar-se como é que se chegou a tais tentativas de enunciar proposições de validade universal sobre uma pretensa evolução necessária da economia concreta. – O fundamento proporcionou-o o facto de o homem contemporâneo se ter habituado durante decénios a uma visão desintegrante da história. A cisão da ciência histórica em historiografia económica, historiografia das ideias, do direito, das religiões, da arte teve efeitos funestos. Desaprendemos assim a ver os acontecimentos históricos na sua articulação geral. A isto vieram juntar-se mais dois outros erros que tiveram, no estudo das alterações do quotidiano económico, um papel particular.

Em primeiro lugar, uma ignorância do carácter lógico da teoria económica. Quando se acredita que a teoria *descreve* evoluções concretas, só há um passo a dar para se pensar em teorias dinâmicas e teorias da conjuntura. Manifestamente, a descrição que se faz ao retratar um estado estático não reflecte plenamente a realidade. Justamente porque na realidade o processo económico não se repete ano após ano da mesma maneira. A teoria estática parece não ser suficiente e a experiência parece exigir que se encontrem «teorias dinâmicas» que descrevam o devir económico concreto. É pois compreensível que os construtores de teorias dinâmicas criem aproximar-se da realidade, se bem que na verdade se afastem dela. Assim que se reconheça que as proposições teóricas não enunciam nada sobre a existência de factos, mas que apresentam um carácter hipotético, que são instrumentos mentais para o conhecimento da economia concreta, e que, por conseguinte, como se mostrou, também o estado estático é uma ideia, que serve sem dúvida ao conhecimento da realidade, mas que não a descreve, a situação fica esclarecida.

Em *segundo* lugar, os criadores de teorias dinâmicas pensavam ter observado que a vida económica altera frequentemente ela própria os seus dados. Também por esta razão - concluíram -, a chamada «teoria estática» é insuficiente. A «teoria dinâmica» deve portanto ter por objecto o estudo da destruição dos dados precedentes pelos próprios processos económicos e da evolução económica, na medida em que esta é determinada por aquela. Não é exacto que muitos fenómenos económicos - ainda que determinados pelos dados - reagem mais tarde sobre a configuração destes? Penso que é neste facto que pensavam a maioria dos teóricos que, desde MARX, procuraram criar teorias dinâmicas. - Efectivamente, esta relação existe frequentemente. O crescimento das unidades de produção pode conduzir à formação de cartéis, ou seja à realização de outra forma de mercado. Fortes saídas de ouro podem constituir o factor que leva à suspensão do padrão

ouro. No final do capítulo anterior (p. 253 *sq.*), mencionámos dois outros casos: um salário baixo pode justificar uma intervenção do Estado e uma alteração da ordem do mercado de trabalho; a queda dos preços no mercado do carvão pode dar uma impulsão à invenção de técnicas. Mas também então se mostrou que não existe nenhuma relação condicional *necessária* entre tais factos económicos (salário baixo ou queda dos preços) e a alteração dos dados (outra ordem no mercado de trabalho e novos conhecimentos técnicos). Muitas condições prévias de vária ordem tinham de ser igualmente preenchidas para que se verificasse a reacção. O que se mostrou então, a partir de dois exemplos, é válido em geral: os dados económicos globais são sempre, por sua vez, modelados simultaneamente por muitos outros factos de natureza não-económica. Por conseguinte, nunca se deveria afirmar a existência de uma relação *necessária* entre fenómenos económicos e alteração dos dados: uma queda dos preços que, num dado país, leva à invenção de técnicas no domínio da extracção do carvão, não surte efeito algum semelhante noutro país, onde a iniciativa científico-técnica é menor. Saber se o crescimento das unidades de produção conduz de facto à formação de cartéis, depende da mentalidade dos empresários, da jurisprudência e da legislação, e de outros factores. Não é possível enunciar proposições teóricas dinâmicas de validade universal em matéria de efeitos dos acontecimentos económicos sobre os dados.

A este resultado há sem dúvida que acrescentar uma constatação: existem «ordens económicas instáveis» que têm tendência a converter-se noutras. Não é raro a forma de um mercado em que existe monopólio bilateral (total ou parcial) ou oligopólio alterar-se. A falta de equilíbrio do processo económico nestas formas de mercado gera uma tendência para se passar a formas mais estáveis. É frequente os oligopólios por exemplo tornarem-se monopólios colectivos; das lutas pelo poder entre poucas firmas oligopolistas surgem cartéis. Ou ainda, considere-se a evolução do mercado de

trabalho em muitos países durante o séc. XX. Onde se formaram monopólios parciais bilaterais dos patrões e dos empregados e onde em consequência se lutou por meio de bloqueios - isto é, *lock-outs* e greves, expressões claras da falta de equilíbrio -, o Estado foi levado a intervir em múltiplas ocasiões como mediador, a tabelar salários ou até a proceder à afectação da mão-de-obra de maneira centralizada. O monopólio parcial bilateral cedeu o lugar à forma de economia de administração central. - E como tais formas de mercado instáveis se realizaram frequentemente no mundo industrializado, proveio daqui um estímulo à rápida transformação das ordens económicas. Neste caso, por conseguinte, o *processo* económico influenciou - através da sua falta de equilíbrio - a configuração da *ordem* económica. - Mas, também neste caso, não estamos perante nenhuma evolução necessária. Do oligopólio não tem de surgir *obrigatoriamente* um cartel e há Estados que não foram levados, pelas greves e *lock-outs*, a alterar as formas dos mercados de trabalho. Por conseguinte, este facto - ou seja a existência de formas de mercado e de ordens económicas instáveis - também não oferece nenhum campo para uma teoria dinâmica.

3. Com a crítica terminámos. Qual é porém a resposta positiva? - Como é que se pode estudar com êxito a mudança económica e, sobretudo, as flutuações conjunturais concretas? - Mais uma vez, vale aqui o que vale também no resto: penetrando nas particularidades de cada fenómeno (3) criam-se as condições prévias para o tratamento histórico e teórico (4) e descobre-se a articulação procurada. Ao invés do que se passou com a tentativa de construir um «ciclo normal», a investigação da conjuntura não deve esbater o carácter singular de cada movimento conjuntural. Pelo contrário, ela deve salientar claramente esta singularidade.

A título de exemplo, confrontemos a expansão económica alemã de 1903-1907 com a expansão de 1933 à eclosão da

guerra. O facto de a ordem económica alemã, a partir de 1933, apresentar traços crescentes da economia de administração central levou a que o desenrolar da conjuntura - até ao nível dos pormenores - fosse diferente do dos anos 1903-1907. As duas expansões têm é certo em comum o facto de o ritmo dos investimentos se ter acelerado relativamente ao período anterior. Mas o modo *como* se deu esse aumento e o modo *como* o processo económico no seu todo, incluindo a formação dos rendimentos, se alterou, foi totalmente diferente num caso e noutro. Nos anos que se seguiram a 1933 os salários e os preços foram tabelados, na expansão de 1903-1907 não. Mais: naquele caso, a importância da formação dos preços não era a mesma de outrora: era muito menor. Porque então, numa ordem económica em que dominavam os elementos da economia mercantil, a formação dos preços era o regulador do processo económico, enquanto que agora não o é. Quanto maior era a predominância dos elementos da economia de direcção central, mais o preço se tornava uma simples grandeza contabilística; a direcção do processo económico porém era executada por órgãos administrativos centrais, através dos seus planos económicos, valorações, ordens e atribuições. Isto aplicava-se a todos os preços, incluindo a taxa de juro. Na expansão de 1903-1907, o movimento da taxa de juro, tal como ele tinha lugar nos mercados de capitais e monetário, era um dos elementos que determinavam o volume e o desenrolar do processo de investimento; após 1933, porém, a taxa de juro tinha pouco significado e o seu papel tornou-se cada vez mais secundário, à medida que os investimentos dependiam cada vez mais da iniciativa ou da aprovação dos órgãos administrativos centrais, e que a sua formação reflectia cada vez menos a raridade efectiva do capital. Também a importância dos bancos e da política bancária era nos dois casos totalmente diferente. No primeiro período, eram os bancos que, juntamente com os seus clientes privados, dirigiam os investi-

mentos; após 1933, no quadro de outra ordem económica, eles cederam pouco a pouco essa função.

Diferenças nas ordens internacionais das relações económicas influenciaram também os dois processos conjunturais. O padrão ouro e tratados comerciais de longo prazo com poucos entraves ao comércio criavam, ainda no início do século, uma comunidade internacional de conjunturas que teve efeitos substanciais na expansão alemã e no seu termo. Diferentemente do segundo período, em que faltava esta comunidade internacional de conjunturas e em que, em cada Estado, o processo económico era substancialmente influenciado pelo respectivo Governo, através da sua política conjuntural autónoma.

Sem dúvida que não foi *apenas* a diferença nas ordens económicas no primeiro e no quarto decénio do século que esteve na origem da diferença no desenrolar das duas expansões. Outros acontecimentos contribuíram para modelar os dados e tiveram um papel essencial nos dois processos conjunturais. No período de 1903 a 1907, por exemplo: boas colheitas sucessivas, o forte crescimento demográfico, a guerra russo-japonesa. No quarto decénio, outros acontecimentos bem conhecidos: antes de mais, o rearmamento.

As duas expansões que se acabam de comparar não eram por conseguinte o mesmo fenómeno em roupagens diferentes: a «expansão» de 1903-1907 era algo de totalmente diferente da «expansão» de 30 anos mais tarde. A utilização da mesma palavra não deve iludir.

4. O que é que se obtém ao porem-se em evidência, pela aplicação do aparelho morfológico, os traços particulares de cada movimento conjuntural concreto? - Resultados cruciais. E em *duas* direcções. Por *um* lado, isso conduz-nos directamente ao conhecimento da forma como se articulam a mudança económica e a mudança histórica geral. A diferença entre a ordem económica alemã no primeiro e no quarto

decénio deste século está intimamente relacionada, por exemplo, com a diferente estrutura do Estado. Assim que se descobre a estrutura da ordem económica correspondente, torna-se possível ver esta articulação. Analogamente, a relação entre a velha ordem política internacional e os seus efeitos económicos ou a ligação entre a situação política internacional no quarto decénio e os processos económicos.

Simultaneamente e em *segundo* lugar, o facto de se pôr desta maneira em evidência o particular, tem efeitos noutra direcção completamente diferente - e com isto aproximamos novamente do *punctum saliens*: precisamente por assim se salientar a *individualidade* de cada movimento conjuntural e da estrutura da ordem económica em que ele tem lugar, logra-se submetê-los ao tratamento *teórico*, o qual permite descobrir a articulação das mudanças económicas. Porque por este meio, e *apenas* por este meio, se criam as condições prévias à aplicação com êxito do aparelho teórico da economia política. - Se estudamos a expansão de 1903-1907, recorremos à teoria da economia mercantil. A teoria dos preços é actual. Assim como a análise teórica da estrutura temporal da produção na economia mercantil e a teoria do juro da economia mercantil. Na teoria do comércio internacional e na teoria monetária, são actuais e têm de ser aplicadas aquelas proposições teóricas que estão na base do padrão ouro. Porém, ao estudarmos a expansão de 1933-1939, mudamos de instrumentos teóricos. As valorações das instâncias centrais passaram a ser determinantes para o processo económico, a teoria dos preços perde portanto actualidade e as proposições da teoria do valor extraídas da análise de uma economia de direcção central ocupam o seu lugar. A teoria da estrutura temporal que se ocupa da economia de direcção central torna-se actual e mudam igualmente as partes da teoria do comércio internacional e da teoria monetária que são actuais. Desta maneira é possível conhecer os diferentes fenómenos conjunturais, ou seja as diferentes alterações do quotidiano

económico concreto, na sua determinação recíproca e na sua dependência dos dados, e assim ver os factos, não simplesmente justapostos, mas interligados. - Com isto, abre-se um domínio de discussão particularmente importante, no qual é necessário *aplicar* as proposições teóricas: trata-se do tratamento das questões conjunturais concretas na sua globalidade. Só pela aplicação das proposições teóricas se pode conhecer este aspecto da realidade económica, se podem conhecer as mudanças dos processos económicos concretos.

Porém esta aplicação da teoria só tem êxito se estiver preenchida uma importante condição prévia. Para o aparelho teórico ser adequado à análise dos fenómenos conjunturais concretos e aos problemas da mudança económica em geral, ele tem de ser construído de uma maneira particular. Não é suficiente a teoria procurar simplesmente descrever um estado estático existente. Ela tem de conter - se o seu fim é, pela sua aplicação, explicar alterações concretas - um número suficiente de juízos hipotéticos sobre os efeitos das *alterações nos dados*. Isto é, é necessário aplicar o «método da variação».

O método da variação opera da maneira seguinte: fazendo variar *um* dado económico global, introduz-se uma perturbação num estado estático hipotético; em seguida investiga-se quais as alterações que se verificam na articulação geral da economia, qual a ordem em que elas têm lugar e que fricções se fazem sentir até que se instale um novo estado estático. Finalmente, compara-se o estado final com o estado estático de onde se partiu o que permite descobrir quais são os efeitos económicos globais da alteração do dado. Partimos, por exemplo, de um estado estático da economia mercantil, com uma determinada combinação de mercados monopolistas e concorrenciais, e com um determinado sistema monetário. Supomos, *ceteris paribus*, que se dá uma descoberta técnica e investigamos que modificações intervêm, comparamos em seguida o novo estado estático com o antigo e descobrimos assim as alterações que a descoberta e a sua aplicação provo-

cam no volume, direcção, estrutura temporal e localização da produção, nos rendimentos, etc. Pode-se ter, à partida e à chegada, estados estáticos de equilíbrio geral perfeito, mas também estados estáticos em que uma parte das instalações produtivas, da mão-de-obra e dos *stocks* está sub-utilizada, nos quais portanto não se verifica o equilíbrio geral perfeito. Também pode acontecer que, devido à alteração do dado, se passe de um estado de equilíbrio imperfeito a outro de equilíbrio perfeito, e inversamente. Tanto um caso como o outro têm de ser demonstrados pela análise teórica do processo de variação. À partida e à chegada tem-se porém sempre um estado estático. – A tese, defendida por KEYNES, PIGOU e outros, de que, após a perturbação, não se *pode* atingir um novo estado estático, carece de fundamentação económica. O abandono da ideia de «estado estático» significa porém renunciar ao conhecimento da evolução económica.

Que, na realidade económica, o movimento em direcção a um novo estado estático é regularmente interrompido por *novas* alterações nos dados é um facto. Porém, não se pode derivar daí nenhuma objecção ao método em si. Pois, só recorrendo a ele, é possível determinar em que direcção age desde o início uma determinada modificação dos dados. Suponhamos que, num determinado país em que, devido a intempéries, houve uma má colheita que afectou o comércio internacional e o equilíbrio da balança de pagamentos, a tendência para um novo estado estático é interrompida por um aumento dos direitos alfandegários, e que os efeitos deste aumento são por sua vez afectados por uma alteração da política de crédito, e assim por diante. Apesar disso, o novo estado estático que, após uma má colheita, interviria a longo prazo se não houvesse outras perturbações, tem um grande interesse, se bem que de facto, em consequência de outras alterações concretas nos dados, ele não venha a ser atingido. Pois ele permite ver em que direcção se opera o movimento imediatamente a seguir à alteração no dado, ou seja devido à

má colheita. A afirmação que a *longo prazo* se estabelece um novo estado estático determinado não deve ser mal interpretada, como de facto tem sido: ela não significa que o novo estado estático deixa de ter interesse se não for atingido. O que está em causa é o movimento em direcção a ele que se produz imediatamente a seguir à modificação do dado. Se eu tiver descoberto teoricamente, graças ao método da variação, quais os efeitos que terá numa economia mercantil o pagamento de reparações de guerra, sou capaz, aplicando este resultado ao caso alemão após 1929, de compreender a articulação entre os diversos fenómenos - como, por exemplo, a queda da taxa de câmbio, o aumento do desemprego, a queda dos preços, o desequilíbrio da balança comercial -, ainda que numerosas outras alterações concretas de dados impeçam que se atinja o novo estado estático.

O método da variação *falha* contudo quando não é aplicado correctamente. Falha por exemplo quando se parte apenas de um estado de equilíbrio geral perfeito - que só raramente se realiza, mesmo de forma aproximada, na economia real - e quando se põem pura e simplesmente de lado os casos de equilíbrio geral imperfeito. - Falha *ainda* quando não se investigam as consequências de cada um dos acontecimentos até se chegar ao novo estado estático, mas se colocam simplesmente, lado o lado, este e o antigo. Este é um erro que já RICARDO cometeu - e sobre o qual se explica numa carta a TROWER - e em que cai frequentemente a variante lausanniana da investigação teórica moderna. Dado que qualquer mudança no quotidiano económico é uma transição, uma justaposição de imagens de estados estáticos não é suficiente para a sua explicação. Quando, por exemplo, na análise teórica dos efeitos económicos globais do pagamento pelo país A ao país B de reparações de guerra de um elevado montante, efectuado de uma só vez, se coloca simplesmente o estado estático de chegada ao lado do estado estático de partida, deixam-se de lado coisas muito importantes: com

efeito, as mudanças nos mercados de câmbios, nos mercados de capitais, nos mercados de trabalho e nas correntes de mercadorias, nas suas articulações e na sua duração, não são abordadas. Como é que a aplicação de tais esquemas teórico-estáticos a casos concretos há-de produzir resultados, quando o que está em causa são precisamente aquelas mudanças, a sua direcção e a sua duração, assim como as fricções que nesse processo se produzem? Porém aqui não é o método da variação que falha, mas o método da variação aplicado de maneira incompleta que desconsidera o método correcta e completamente aplicado.

O terceiro caso em que o método da variação falha é quando o sistema teórico está incompleto. Por exemplo, quando a teoria não parte dos planos económicos e não chega à divergência entre os dados do plano e os dados efectivos, e também - na economia mercantil - à diferença entre dados da unidade económica e dados económicos globais. Então, não se toma em consideração na teoria o factor essencial do erro, da incerteza e do risco ou não se lhe atribui o lugar central que lhe cabe ocupar. Ou então, a insuficiência provém do facto de, na elaboração do sistema teórico, se terem deixado de lado certas problemáticas. Sistemas teóricos de que esteja ausente a dimensão temporal são particularmente inadequados para explicar os fenómenos da evolução e da conjuntura modernos. Falta-lhes a análise teórica do processo de investimento. Que, numa época caracterizada economicamente por investimentos gigantescos, teorias «intemporais» desta natureza tenham alcançado uma larga difusão contribuiu para o divórcio entre a investigação teórica e a realidade económica.

5. Em conclusão: não nos esforcemos inutilmente por construir um ciclo normal de expansão, crise e depressão, na esperança de chegar assim a uma teoria da conjuntura e, pela mesma via, a uma explicação das flutuações conjunturais.

Desta maneira, a economia real desaparece por detrás de um esquema. Também perante os movimentos conjunturais, o que é necessário não é *distanciar-mo-nos* dos factos, mas sim *penetrarmos* neles. As comparações entre diferentes flutuações conjunturais são muito úteis, não para construir um ciclo normal, mas sim para salientar as particularidades de cada uma. O primeiro passo consiste em pôr em evidência a singularidade de cada flutuação conjuntural. Isso é possível - como os nossos exemplos mostraram -, em particular pela aplicação do sistema morfológico. Com isto lançam-se as bases da investigação ulterior, no que se refere tanto ao aspecto histórico como ao aspecto teórico. A relação com a situação histórico-universal dada fica ao alcance do conhecimento e a aplicação das partes da teoria actuais em cada caso conduz à descoberta das articulações económicas concretas.

Neste ponto levantar-se-á talvez a seguinte objecção: que a expansão alemã de 1933-1939 não se parece com a de 1903-1907 é indiscutível. Mas o mesmo não se pode dizer de outras expansões. Algumas eram muito semelhantes, assim como algumas depressões e ciclos conjunturais em geral. Bastaria reunir os ciclos afins e poder-se-ia assim definir para cada época um ciclo normal e construir uma teoria temporalmente determinada que explicaria esse ciclo normal. Por exemplo - diz-se - no século anterior a 1914, as flutuações conjunturais são semelhantes. E essa semelhança não é fortuita, mas sim consequência da quase constância da ordem económica. Seria então possível e apropriado construir para este período um ciclo normal e uma teoria da conjuntura temporalmente determinada.

Perante este e outros raciocínios análogos, temos de fazer duas constatações: a primeira é que a quase constância da ordem económica que se atribui ao século anterior a 1914 está totalmente ausente de vários outros períodos, em particular *do* período em que vivemos actualmente. Como resultado disso, as particularidades de cada flutuação conjuntural,

em cada país, são tão evidentes que, logo à partida, se torna impossível pô-las todas no mesmo saco. O velho método conduz pois, precisamente na época actual, necessariamente a insucessos, e estes insucessos criam a penosa impressão que a ciência económica é incapaz de resolver os problemas conjunturais.

A segunda é que, mesmo nos cem anos anteriores a 1914, as conjunturas não eram tão semelhantes como se tem frequentemente suposto. Quando se compara a expansão de 1903-1907 com a de 1869-1873, revelam-se diferenças *substanciais* que não se deveriam negligenciar. Para começar, as ordens económicas não eram idênticas. Dominavam é certo, em ambos os casos, as formas económicas mercantis. Mas, por volta de 1870, as formas da economia de direcção central, sobretudo nas zonas rurais, estavam realizadas ainda em maior medida que no início do séc. XX. Mais importante é a transformação que se operou no seio das formas da economia mercantil. No começo do séc. XX, a cartelização, praticamente ausente em 1870, tinha-se imposto na indústria do carvão e na siderurgia. Em importantes mercados, as formas de mercado realizadas eram pois de outro tipo. *Como* é que esta diferença se fez sentir no desenrolar da conjuntura é controverso; mas *que* teve influência era e é absolutamente certo. - Se se acrescentar que a guerra de 1870/1871 e as reparações de guerra francesas - acontecimentos que não tiveram correspondentes no período de 1903-1907 - deram à expansão alemã de então e ao seu fim uma certa fisionomia, há um nítido contraste entre as duas expansões. - Os instrumentos teóricos, cuja aplicação permite explicar a expansão de 1869-1873, não são em consequência estritamente os mesmos que as proposições teóricas que eram actuais para 1903-1907: por exemplo, num caso, a teoria do monopólio, e em particular do monopólio colectivo, não é actual, mas já o é no segundo. Num caso a teoria das transferências internacionais sem contrapartida é actual, no outro não. - A singularidade de cada movimento

conjuntural tem duas razões: a individualidade de cada ordem económica concreta e as particularidades dos acontecimentos não-económicos que vêm alterar os dados.

Que o leitor faça a experiência: estudar a situação conjuntural existente *no* momento em que ele lê. Observando-a por assim dizer ao microscópio. E esse microscópio é o aparelho morfológico, ou seja o sistema das formas da economia de direcção central, das formas de mercado e sistemas monetários.

6. Esta mudança de orientação - necessária - tem por efeito desvalorizar as teorias da conjuntura e as teorias dinâmicas? - Não. Tem porém de se lhes dar um sentido diferente. Não se pode interpretá-las como os seus próprios criadores as interpretaram em regra: como uma explicação do ciclo normal. *Deve-se antes considerá-las, por assim dizer, como variações hipotéticas, ao suporem-se diferentes constelações de condições.* Assim interpretadas, as investigações teóricas combinadas com o método da variação são, como tais, valiosas.

A teoria da conjuntura monetária, por exemplo, será inteiramente despojada da sua função de descrever e explicar os movimentos conjunturais efectivos do último século ou o chamado ciclo normal, nas suas articulações. Ela presta um bom serviço quando é encarada como uma análise de variações hipotéticas de um dado - a quantidade de moeda, por exemplo - e se descobre nela um instrumento teórico, aplicável apenas quando estão realizadas as condições supostas. Explicam-se desta maneira certos fenómenos de determinados movimentos conjunturais concretos. Ela perde é certo em larga medida a sua actualidade quando as flutuações conjunturais concretas têm lugar no quadro de ordens económicas em que dominam as formas da economia de direcção central, onde portanto a moeda e a taxa de juro desempenham um papel diferente, menos importante, ou ainda de ordens económicas mercantis em que existe porém um sistema monetário diferente do que a teoria da conjun-

tura monetária pressupõe. - Têm de se interpretar de forma semelhante as teorias das colheitas ou as teorias psicológicas: devem ser vistas como análises de variações *possíveis* de um dado e dos seus efeitos, e deve-se tirar partido delas aplicando-as no lugar apropriado, isto é, quando estiver plena ou aproximadamente realizada uma tal variação. (*Quando* se verificam más colheitas, os seus efeitos no processo económico, neste ou naquele sistema económico, são *estes* ou aqueles. *Quando* os empresários consideram mais favoráveis as perspectivas de futuro, as suas conseqüências numa economia mercantil são, com certas formas de mercado e sistemas monetários, estas, e, com outras formas de mercado e sistemas monetários, aquelas. É assim que se devem encarar aquelas duas teorias.) - O importante trabalho sobre a duração das reacções a uma alteração nos dados ou a uma variação dos preços é também uma análise baseada em modelos. Ela precisa ser aplicada; só então se pode constatar que importância tem efectivamente em cada caso o período de reacção. - E em todos estes casos se verifica que os efeitos das variações nos dados são muito diferentes em formas económicas diferentes.

7. Observou-se que, nos últimos decénios, a influência dos consumidores sobre o processo económico regrediu. Com isso aponta-se para um facto essencial da evolução económica recente. - A teoria económica moderna tinha mostrado, a partir de Menger, como é que as necessidades dos agregados familiares com poder de compra, ou seja os consumidores com a sua procura, dominavam o processo económico até às suas mais remotas ramificações. Estará esta teoria doravante ultrapassada? Ou será incorrecta? Será necessário inventar uma nova teoria? Foi o que procurou fazer Keynes que com a sua teoria pretendia, entre outras coisas, explicar como e porquê o empresário moderno - e não o consumidor - constituía o centro do processo económico. Ou deve-se procurar, através

de uma teoria dinâmica particular, tornar compreensível aquele deslocamento do centro de gravidade?

Como é que se deu o deslocamento? - Ele operou-se em duas etapas. No começo do séc. XX foram os empresários que viram o seu poder aumentar significativamente. Anteriormente dependentes do mercado e da sua formação dos preços, a sua posição alterou-se com o recuo da concorrência, a expansão de outras formas de mercado, o avanço do processo de concentração que se traduziu na formação de *konzerns, trusts*, cartéis e outros grupos de poder. Eles lançaram-se a partir daí na estratégia de mercado e passaram a exercer, em mercados importantes, o seu domínio por exemplo como monopolistas. Mudanças na esfera monetária vieram ainda reforçar a posição dos empresários: a criação de moeda - sob a forma de notas e moeda escritural - passou a fazer-se em medida crescente através da concessão de crédito pelos bancos aos empresários; passou portanto para o primeiro plano o terceiro sistema monetário. Isso levou a um aumento substancial do volume e do ritmo dos investimentos e a poupança forçada tornou-se mais importante. Empresários industriais que ocupavam posições monopolistas ou oligopolistas e obtinham crédito bancário em larga escala passaram a exercer a direcção de sectores importantes do processo económico e já não eram simples agentes que seguissem estritamente as instruções dos consumidores. Porém, nas regiões da economia em que esta dupla transformação não se operou ou em que se impôs com menos vigor, como por exemplo na agricultura, as unidades de produção continuaram em larga medida dependentes do mercado e dos consumidores.

Contudo, o centro de gravidade continuou a afastar-se do consumidor e entrou-se num segundo estágio da evolução. As formas da economia de administração central ganharam terreno em vários países e ali o centro do processo económico passou a ser ocupado pelas direcções da administração central. Assim nas economias de guerra do séc. XX, na Rússia

actual ou na Alemanha desde 1933. Em simultâneo, continuou a expansão dos cartéis, *konzerns* e outros centros de poder; mas - como se mostrou (*cf.* p. 265) -, no quadro de outra ordem económica, o seu carácter modificou-se e eles tornaram-se instrumentos da administração central. Os planos dos consumidores individuais têm tanto menos influência quanto mais completa a economia de administração central. O racionamento e o sistema de atribuições revogam os planos dos consumidores. À medida que a economia de administração central avança, os mercados desaparecem ou passam ao último plano. O consumidor assume um papel ainda menor que no estágio precedente; os empresários e os bancos cedem porém da mesma maneira o seu papel principal, na medida em que as autoridades dirigem o processo de produção com as suas requisições, suspensões do racionamento e directivas à produção. - O deslocamento do centro de gravidade provém pois de alterações na *ordem* económica, cujos determinantes não são de modo algum puramente económicos, e que por conseguinte não podem ser explicadas por teorias económicas dinâmicas. - As proposições teóricas que tratam da direcção da economia pela concorrência integral eram tanto mais insuficientes para explicar a conjuntura quanto mais esta forma económica na prática perdia terreno. Elas perderam actualidade. Mas não se tornaram incorrectas. O aparelho teórico precisa ser ampliado e não substituído por outro.

Quando não são milhões de consumidores com poder de compra que determinam com as suas directivas anónimas o que, e quanto, deve ser produzido, passando esta função a ser assumida parcial ou predominantemente pelos planos e pelas ordens das instâncias administrativas centrais, o carácter de toda a evolução conjuntural altera-se. Os processos económicos já não são norteados pela adequação ao consumo. O consumidor já não é um factor activo, torna-se um membro passivo da comunidade. *Quando dominam formas da economia de administração central, os movimentos conjunturais*

exprimem-se em flutuações do consumo e não do nível de actividade. Para encetar um processo de investimento, a administração central pode obter uma renúncia ao consumo ordenando investimentos, ou seja dirigindo mão-de-obra e meios de produção materiais, não para a produção de habitações, subsistências e outros bens de consumo, mas para a construção de canais, fábricas de construções mecânicas e outros componentes do aparelho produtivo. As depressões com desemprego já não têm de se verificar, dado que, através de ordens da administração central, todos os trabalhadores podem ser empregues, independentemente dos valores que produzam. Na economia de administração central, as desproporções no processo de produção revelam-se essencialmente nas carências de bens de consumo e nas flutuações do abastecimento.

8. Do ponto de vista das suas relações com a evolução conjuntural, podem distinguir-se *três tipos* de ordens económicas. (Trata-se de tipos reais.)

Nas ordens económicas em que dominam as formas elementares da economia autónoma, as quais como é sabido se realizaram durante longos períodos da história, tem lugar em regra um processo de investimento modesto. A construção de grandes instalações ou a utilização de máquinas no quadro de um universo económico tão reduzido é impossível. As flutuações do investimento são por conseguinte neste caso pouco importantes. É possível porém darem-se mudanças no quotidiano económico através de alterações no número de indivíduos, flutuações climáticas, guerras, etc. que por vezes alteram os dados de maneira súbita e radical.

No segundo tipo, em que dominam as formas da economia mercantil, organiza-se um processo económico mais amplo cuja divisão do trabalho é muito mais extensa. Neste caso, como vimos, os planos individuais e os actos dos múltiplos agregados familiares e unidades de produção são harmo-

nizados através de um sistema de preços. Em que medida isso se consegue, depende das formas de mercado e dos sistemas monetários. - Há ordens económicas «estáveis» e «instáveis» dentro deste tipo. São «instáveis» quando predominam as formas de mercado não equilibradas, como o oligopólio, o monopólio bilateral (total ou parcial), ou estão realizados sistemas monetários que possibilitam importantes expansões ou contracções do volume de crédito. Podem então produzir-se desproporções graves, por exemplo devidas ao investimento. Mas, sobretudo, falta nestas ordens económicas um mecanismo de compensação eficaz das desproporções existentes. Este mecanismo faltou por exemplo na crise mundial de 1929-1932. As formas de mercado e os sistemas monetários realizados predominantes não estavam então em condições de superar as desproporções existentes. Aqui reside a razão principal da gravidade e da duração desta depressão. - Diferente é a evolução da conjuntura nas ordens económicas da variante «estável» deste tipo, em que predomina a forma de mercado da concorrência integral, em que opera por conseguinte o bem conhecido regulador que é a formação de preços concorrencial e em que o aparelho bancário não tem propensão para fortes expansões ou contracções. Nestas ordens económicas verifica-se uma tendência para o processo económico se aproximar de um estado de equilíbrio geral perfeito.

No terceiro tipo, em que predominam as formas da economia de administração central, o panorama é mais uma vez totalmente diferente. - Se a administração central o quiser, ela pode forçar os investimentos. Ela pode também realizar investimentos de longa duração sem flutuações substanciais. Esta actividade de investimento encontra porém um certo limite no facto de o abastecimento em bens de consumo não poder ser comprimido abaixo de um certo mínimo, sob pena de prejudicar a capacidade de trabalho da mão-de-obra necessária. Nos casos em que não é possível objectivar as valora-

ções da administração central em grandezas calculáveis e efectuar um cálculo dos custos fiável, resultam é certo erros na afectação da mão-de-obra e dos meios de produção materiais em larga escala, mas este desequilíbrio particular exprime-se - como se viu - de maneira totalmente diferente: no abastecimento presente em bens de consumo e não como nas ordens económicas em que predominam as formas da economia mercantil.

Esta tipologia não deve ser sobrestimada. Desenvolvida, ela pode facilitar o estudo dos problemas conjunturais; mas não deve levar a negligenciar os traços particulares presentes em cada ordem económica concreta, que a individualizam e que resultam sobretudo do número e da variedade das formas elementares «complementares». - Só a análise morfológica de cada ordem económica concreta pode abrir caminho à análise dos problemas conjunturais⁵⁸.

V. O poder económico

1. «Na Idade Média, diz JAKOB BURCKHARDT, as duas faces da consciência - uma virada para o mundo, a outra para o interior do próprio homem - sonhavam ou estavam apenas meio acordadas, como cobertas por um véu comum. Esse véu era tecido de fé, timidez infantil e ilusão.» Com o começo da Idade Moderna esse véu evaporou-se. Foi sobretudo o Estado moderno, puramente secular, com a sua pretensão em afirmar uma vasta soberania, tanto no plano interno como externo, com o seu princípio da razão de Estado e as suas brutais lutas pelo poder, que fez passar na história um vento cortante. Mas, ainda que isto distinga a época moderna da Idade Média, a história desta está igualmente cheia de lutas pelo poder, e estar-se-ia a interpretar mal as palavras de BURCKHARDT se se procurasse nelas uma prova da ignorância destes factos. Não são apenas o poder da igreja e do Estado que colidem.

Também não faltaram as lutas encarniçadas entre outros centros de poder: das cidades com os senhores feudais (espirituais ou temporais), das cidades entre elas, dos patrícios com os artesãos, das diferentes corporações pelo poder municipal, dos senhores feudais entre eles. Não estava apenas em causa a independência espiritual da Igreja ou o poder político, mas também - frequentemente em estreita união com as lutas eclesiásticas ou políticas - a conquista ou a destruição de posições de poder *económico*. As concentrações de poder económico não são uma particularidade da época moderna ou do «capitalismo». Elas existiram na Idade Média e em toda a história. A compreensão da realidade económica no passado e no presente e provavelmente em todas as épocas futuras requer pois a compreensão do poder económico e, ao mesmo tempo, o desvendar dos métodos - de uma uniformidade conspícua - utilizados pelos grupos que disputam entre si o poder económico. Como é que este conhecimento é possível?

2. A questão é importante. A historiografia e a economia política correm permanentemente o risco de perderem de vista as lutas pelo poder e a sua violência e brutalidade. São sobretudo as épocas de tranquilidade ou de crença no progresso - como o foram o fim do séc. XIX e o começo do séc. XX - que têm tendência a suavizar os acontecimentos históricos e também, justamente, os económicos. Ainda hoje, falta a muitos economistas sensibilidade e entendimento para o facto que a realidade económica é atravessada por lutas brutais pelo poder. Porém, quem não tem a capacidade ou a força para ver isto, quem lima as arestas, não compreende a economia.

Os doze anos de esforços que TAINE consagrou à história da revolução francesa deixaram-lhe uma impressão que ele transmite de maneira particularmente viva. Ele invoca o célebre canonista CLEMENTE de Alexandria que escreveu: «No Egipto, os santuários dos templos estão resguardados por um

véu tecido de ouro; mas, se vos dirigirdes para o fundo do edifício e procurardes a estátua, um sacerdote aproxima-se com um ar grave, cantando um hino em língua egípcia, e levanta um pouco o véu, como para vos mostrar o deus. Que vedes então? Um crocodilo, uma serpente indígena ou outro animal perigoso qualquer; o deus dos egípcios aparece: é um animal espojado num tapete de púrpura.» TAINÉ prossegue: «Não é necessário ir ao Egipto e recuar tanto na história [...] [No que me diz respeito,] quis ver de perto estes pontos vagos e transportei-me à segunda metade do séc. XVIII; vivi lá doze anos, e, como CLEMENTE de Alexandria, observei o melhor que pude, primeiro o templo e depois o deus.» - Também nós economistas temos de levantar o pano que as ideologias de interesses correm diante das concentrações de poder e das lutas pelo poder. Também nós temos de as examinar de perto e o que nós descobrimos concorda frequentemente com o que CLEMENTE de Alexandria observou por detrás do reposteiro. A economia política é uma ciência extremamente sóbria. Mais precisamente: *devia* sê-lo. Como é que - pergunta-se - podemos nós conhecer o fenómeno do poder económico?

Duas coisas são necessárias. Em primeiro lugar, o economista deve ter tido, na sua própria actividade, contacto com o poder económico. Ele precisa ter observado e vivido as lutas pelo poder. Se SCHMOLLER, por exemplo, tivesse ele próprio vivido pessoalmente lutas de cartéis com independentes, se ele não tivesse tomado conhecimento dos cartéis e da política dos cartéis pelos livros, inquéritos e conversas com industriais e altos funcionários, ter-se-ia apercebido que não se opera neles - como ele afirma, edulcorando a realidade - «uma vitória de certos interesses comuns sobre a obstinação e o egoísmo míope», mas sim a vitória do egoísmo de *grupo*. Ter-se-ia também então absterido de adoptar a ideologia de interesses sobre o «carácter cooperativo» dos cartéis. Em suma, teria adquirido uma real compreensão do que é o poder económico. O que é válido para ele é válido para muitos economis-

tas do seu tempo e do nosso. Falta-lhes o mais elementar conhecimento da realidade económica quotidiana com as suas lutas que são conduzidas com astúcia, dissimulação e brutalidade. E é unicamente este conhecimento vivido do presente que possibilita uma correcta compreensão das lutas pelo poder de épocas passadas. Por exemplo, a compreensão histórica das corporações e da política corporativa na Idade Média que muitos historiadores e economistas edulcoraram e idealizaram. Com as ilusões dissipadas e ensinado pela experiência da própria vida também se pode perceber melhor as lutas pelo poder de épocas mais recuadas.

A isto junta-se uma segunda exigência que é a aplicação do aparelho de proposições morfológicas e teóricas à situação histórica concreta. Não há nenhuma incompatibilidade de princípio entre a teoria económica e o fenómeno do poder económico. Só uma teoria deficiente, não deduzida da análise dos factos históricos, ou doutrinária está condenada ao fracasso. Correctamente elaborada, a teoria económica, não só é compatível com os fenómenos do poder económico, mas ela constitui - conjugada com o aparelho morfológico - um instrumento plenamente indispensável ao conhecimento daqueles fenómenos. Pela aplicação da morfologia, podem identificar-se as concentrações de poder de cada caso concreto(3) e, através da teoria, determinar com maior precisão a sua importância e os seus efeitos económicos(4).

3. Precedentemente mostrou-se (*cf.* pp. 131 *sqq.*) que na *economia de direcção central completa* se opera a maior concentração de poder económico que é possível em geral. Todo o poder se concentra neste caso na instância central que é a única a elaborar planos económicos e dirige a actuação de todos os membros da comunidade, que pelo seu lado são desprovidos de poder e de liberdade. A relação de trabalho característica na economia de administração central é a escravatura e a servidão. Era assim no império dos incas entre 1450

e 1525, onde as tribos submetidas eram oprimidas, não só pela organização militar rígida dos incas, mas também pela rigorosa ordem económica da economia de administração central. Nas grandes unidades económicas constituídas pelos templos faraónicos verificava-se a mesma concentração de poder. Faltava neles igualmente em larga medida a liberdade de movimento, ainda que se pudessem ali encontrar certos traços da economia mercantil. - Não se deve porém cair no erro de procurar poder económico apenas nas grandes comunidades. Ele também existe em pequenos corpos sociais de economia de direcção central, onde portanto - de acordo com a nossa terminologia - a economia de direcção central não é economia de administração central, mas economia de direcção central «simples» (economia autónoma). Quando um grego do séc. V a. C. fazia trabalhar em sua casa 10 escravos, ele possuía em relação a eles um extenso poder económico; assim como a direcção de um domínio senhorial da alta Idade Média em relação aos seus servos ou rendeiros não-livres. Porém, na economia de administração central trata-se de um poder público, na economia de direcção central simples de um poder económico privado.

Onde quer que o carácter fundamental da ordem económica seja *mercantil*, onde portanto as unidades económicas estejam dependentes do mercado e se orientem por ele na elaboração dos seus planos e na sua actuação, o poder económico far-se-á sentir de outra forma. Também aqui se podem formar poderes económicos muito fortes, que não raro são apoiados pelos poderes públicos e que por seu lado exercem poder político. Na economia mercantil, desenvolvem-se além disso lutas económicas entre diferentes grupos de poder. Tudo isto podemos agora - após a constituição do aparelho morfológico - compreendê-lo. Constata-se então que o poder da unidade económica é tanto mais forte quanto mais a forma de mercado se aproxima do monopólio ou do monopsonio. Verifica-se ainda que, *ceteris paribus*, o monopolista indivi-

dual tem uma posição mais forte que o monopolista colectivo, cujo poder é com frequência enfraquecido por contradições internas. Observa-se por outro lado que, em mercados fechados de ambos os lados ou só de um, se formam muito mais facilmente na economia mercantil concentrações de poder do que em mercados abertos. Nota-se finalmente que o grau de poder varia com a importância do mercado. O monopólio do trigo numa nação consumidora de pão proporciona muito mais poder do que o monopólio da venda de seda no mesmo país.

Vejamos alguns exemplos históricos. Na transição do séc. XIII para o séc. XIV, os grandes mercadores e os armadores de Lubeque - estreitamente associados - e as chamadas cidades vândicas do Báltico souberam alcançar uma posição económica dominante na Noruega. A central hanseática de Bergen era uma posição de primeira ordem em termos de poder económico. Ela apoiava-se no facto de todo o tráfego marítimo estar nas mãos dos lubequenses e dos seus aliados. A feitoria de Bergen tinha o monopólio dos cereais, da farinha e da cerveja importados assim como o monopólio do bacalhau e de outros peixes que ela própria secava e vendia - em monopólio parcial - em toda a Europa. «A maneira como o mercador alemão logrou agrilhoar o pescador norueguês das Lofoten à sua central em Bergen, nomeadamente através do endividamento permanente do pescador, faz também parte daqueles traços da economia medieval que são totalmente inconciliáveis com certas ideias românticas - impossíveis de extirpar - sobre estas questões.» (RÖRIG). Estamos aqui perante um caso de «poderes entrelaçados» cuja singularidade reside na maneira única como três monopólios se entrosavam e apoiavam mutuamente: o «monopólio» da venda de certas substâncias essenciais na Noruega, o «monopólio» do peixe norueguês, que constituía o principal produto do país, e o «monopólio parcial» europeu do peixe seco, que de resto era um género alimentício extremamente importante. Além disso,

o monopsónio era - ainda que não legalmente - em larga medida «fechado», devido ao endividamento dos pescadores, de modo que não podiam surgir concorrentes. - Graças à aplicação da teoria do monopólio é agora possível compreender os efeitos do poder económico de Lubeque e dos seus aliados, na Noruega e no mercado europeu, assim como na formação dos rendimentos e na acumulação do capital em Lubeque e nas outras cidades hanseáticas.

O poder económico da grande sociedade comercial de Ravensburg e de outras sociedades da região do lago de Constança na baixa Idade Média é bem conhecido graças aos trabalhos de ALOYS SCHULTE. Cerca de 1400 os numerosos tecelões de linho de Constança e de outras cidades da região podiam vender os seus panos a um grande número de grandes mercadores concorrentes que os distribuíam em todo o Ocidente. Quando porém se formaram sociedades de mercadores com posições de monopsónio parcial acenderam-se as lutas entre estas e as corporações dos tecelões de linho. «Por detrás da revolução de 1429 e das tensões que a precederam estavam factores económicos. Os tecelões de Constança viam os enormes lucros que a sociedade dos Muntprat arrecadava e pensaram poder passar sem ela. Enquanto houve um grande número de mercadores à volta dos tecelões, os seus cálculos revelaram-se correctos; mas a reunião daqueles em sociedades diminuiu a concorrência e a constituição de uma sociedade que se estendia por muitas cidades fê-la desaparecer completamente. Não sabemos quais as condições em que os Muntprat compravam, mas o que podemos deduzir dos factos é que estamos possivelmente perante o primeiro exemplo incontestável da luta de uma corporação alemã contra a posição monopolista em vias de constituição de uma sociedade de mercadores.» Foi uma luta em que os tecelões saíram derrotados. Os Muntprat e muitas outras firmas fundiram-se na sociedade de Ravensburg que integrava numa *única* empresa mercadores de todas as grandes cidades a norte do lago de

Constança, reinou durante quase um século sobre as exportações e importações de toda uma região, e exercia, naturalmente, também grande influência no plano político. - Aplicando as formas de mercado, não só é possível descrever mais rigorosamente este facto histórico como se pode apreender com mais profundidade a realidade histórica, neste caso a concentração do poder num lado e a impotência e a dependência no outro.

A base do poder dos Fugger e de outras firmas de Augsburg nos séc. XVI e XVII era diferente, e diferentes foram os seus efeitos. Os príncipes do absolutismo nascente e belicoso precisavam como é sabido de muito dinheiro para fazer a guerra, e só o encontravam junto de um pequeno número de firmas que, perante eles, gozavam de uma situação de oligopólio, de monopólio parcial ou até de monopólio da concessão de crédito. Eles ofereciam-lhes algo que só os príncipes podiam oferecer (eles estavam assim em situação de monopsónio), a saber: direitos exclusivos no grande comércio, privilégios comerciais. Foi assim que se deu a famigerada venda das minas de cobre e de prata do Tirol, e a aquisição de muitas outras posições de monopólio legal e fechado, transitórias ou duradouras. O poder dos Fugger assentava num «entrelaçamento» peculiar de um monopólio ou quasi-monopólio nas operações de crédito com múltiplos monopólios ou monopsónios fechados no grande comércio e, em parte, também nas minas. Para se compreender realmente as diferenças entre o poder económico dos Fugger, o da sociedade comercial de Ravensburg e o dos mercadores hanseáticos na Noruega tem de se recorrer ao instrumento que são as formas de mercado. Vê-se precisamente aqui com nitidez a medida em que a análise morfológica é necessária à compreensão dos fenómenos históricos.

Ainda de maneira diferente se apresentava o poder de um banco emissor central europeu por volta de 1910. Aqui tratava-se de um simples monopólio da oferta de notas num

dados país. O que tornava esse poder tão significativo era o facto de ele se aplicar a um bem que, no quotidiano económico destes países e desta época, tinha uma grande importância.

Determinam-se de maneira semelhante o poder dos sindicatos alemães por volta de 1927 ou o das associações patronais na mesma época. Nos mercados de trabalho da altura dominavam «monopólios parciais bilaterais» ou formas de mercado semelhantes. Desenvolviam-se aqui *lutas* pelo poder no decurso das quais a influência de cada um dos grupos era enfraquecida pela acção dos outros. Em que medida é isto possível e em que medida se estabelece neste caso um equilíbrio é o que a aplicação da teoria do monopólio parcial bilateral permite expor. - Também se podem assim analisar com precisão as lutas pelo poder entre duas ou três companhias marítimas que servem em situação de oligopólio um dado porto ou a luta do sindicato alemão dos cimentos contra os independentes que viviam ou queriam viver à sua sombra e em relação aos quais o monopolista parcial «sindicato dos cimentos» procurava, frequentemente com êxito, tornar-se simplesmente monopolista.

O fenómeno do poder económico passa ao último plano apenas numa forma de mercado: quando se realiza a *concorrência integral*. Peguemos por exemplo na indústria alemã de malhas por volta de 1925 ou nos mercados de canteio do Leste da Alemanha cerca de 1880. Nenhum vendedor ou comprador influenciava, através da sua actuação, a oferta, a procura ou os preços ao ponto de tomar em consideração as reacções do mercado às suas compras ou vendas. Nos seus planos económicos, o preço era um dado. Nenhum vendedor de malhas ou de canteio estava dependente de um comprador particular, tão-pouco como, inversamente, nenhum comprador, de um vendedor particular. A situação era semelhante nos mercados de trabalho em que se verificava uma situação próxima da concorrência integral; por exemplo, o mercado de trabalho berlinense de empregadas domésticas

em 1924. Nenhum trabalhador estava dependente de um dado patrão ou de uma associação de patrões e *vice-versa*.

Não poderiam contudo surgir no quadro da concorrência integral situações de maior poder em virtude de se dispor de um maior capital? Sabe-se por experiência que a grande unidade fabril ou a grande exploração agrícola tem frequentemente perante os seus clientes ou os seus operários maior poder que a pequena unidade de produção. Não resulta daí que o poder de cada unidade de produção na economia mercantil não assenta unicamente na sua posição no mercado, mas também na sua dimensão? – A resposta é negativa. A grande exploração agrícola, por exemplo, que vende os seus cereais ou os seus bovinos em concorrência não possui qualquer poder económico significativo. Só o possui quando, em consequência da sua dimensão, domina parcial ou totalmente certos mercados, quando portanto não se encontra em concorrência, mas noutra forma de mercado. A grande exploração agrícola pode por exemplo gozar de um monopsonio ou de um monopsonio parcial da mão-de-obra de uma dada povoação. Então dispõe de poder económico em relação aos seus habitantes; estes encontram-se em situação de dependência perante a grande exploração, dependência que porém desaparece quando surgem outras procuras de mão-de-obra. A dimensão da unidade de produção não constitui pois, por si só, poder económico, ela cria posições de poder quando, e na medida em que, conduz ao estabelecimento de formas de mercado monopolistas, oligopolistas ou outras que se situem fora da concorrência integral. Quanto maior a unidade de produção, maior a *probabilidade* de comprar ou vender numa daquelas formas de mercado e de exercer desta maneira poder económico. Apenas isto. Por conseguinte, na economia mercantil, é precisamente a posição no *mercado* que decide do grau de *poder*. E naturalmente, em concorrência integral, mesmo as grandes unidades de produção são em larga medida desprovidas de poder.

Em concorrência integral, o indivíduo é quase, mas não totalmente, desprovido de poder. Pois os participantes na livre concorrência não são tão desprovidos de poder como por exemplo os membros de uma economia de direcção central completa que não pertençam à direcção central. Deparamos aqui com uma diferença extraordinariamente importante na prática. - A concorrência integral em todos os mercados e a economia de administração central constituem mesmo dois casos limites opostos. Quando se encontra aproximadamente realizada a concorrência integral, cada vendedor e cada comprador exerce efectivamente um pequeno efeito. Todos em conjunto determinam - sem que o indivíduo o saiba - os preços e em consequência todo o processo de produção. E, dado que não há qualquer concentração de poder, também não existe qualquer dependência económica pessoal, existindo porém uma dependência em relação a um mercado anónimo. Se acontecesse existir num dado país em todos os mercados concorrência integral, então todas as unidades de produção e todos os agregados familiares, por conseguinte todos os habitantes do país, seriam em larga medida desprovidos de poder económico. Ou, formulado de outra maneira, todos disporiam de uma pequena porção de poder. O problema do poder económico seria nesse país pouco visível.

4. Uma vez identificado, graças à *morfologia*, o poder económico concreto, pode-se, recorrendo às *proposições teóricas*, determinar a sua extensão e conhecer os seus efeitos.

Suponhamos que se estuda por exemplo o poder económico de um sindicato hulheiro. A constatação que a sua situação é de monopólio, e não por exemplo de monopólio parcial ou de oligopólio, que a oferta é fechada e que se trata de um monopólio colectivo, constitui a base da análise do poder. Mas, no quadro desta forma de mercado, o poder do sindicato hulheiro pode ser maior ou menor. Para o determinar é necessário aplicar os resultados da análise teórica. Verifica-se então

por exemplo que, quanto maior a elasticidade da procura, menor é o poder do produtor. A elasticidade da procura de hulha pode, por exemplo em consequência das possibilidades de substituição por petróleo ou lignite, ser grande o que limita fortemente o poder do sindicato hulheiro. Os clientes poderiam facilmente subtrair-se a todo o aumento de preços, utilizando outros combustíveis. Quando porém tais possibilidades de substituição desaparecem e, em consequência, a elasticidade da procura diminui, o poder do sindicato aumenta. Quando a curva da procura (na representação usual) se desloca para a direita, o poder do produtor aumenta, quando ela se desloca para a esquerda, diminui. Quando pois - em consequência suponhamos de uma expansão do crédito - há, a preço igual, uma maior procura de hulha, o poder do sindicato hulheiro aumenta; no caso inverso - quando, a preço igual, devido por exemplo a uma deflação, a procura de hulha diminui - o poder do sindicato reduz-se. - Estas relações estabelecem-se com facilidade também quando se está em presença de outras formas de mercado.

Há evidentemente proposições equivalentes válidas para o lado da oferta. Aqui porém em sentido inverso. Quanto menos elástica é a oferta, menor é o poder do vendedor. Se por exemplo, face a uma diminuição do salário, a oferta de mão-de-obra num dado mercado de trabalho se mantém ou até aumenta (*cf.* pp. 343 *sq.*), o poder de uma unidade de produção em situação de monopsonio em relação aos seus trabalhadores é muito maior do que no caso de a oferta de trabalho diminuir fortemente. - Finalmente, o deslocamento da curva da oferta para a direita tem por consequência reduzir o poder dos trabalhadores, para a esquerda, de o aumentar.

5. Poder é uma *palavra*. - Não é suficiente utilizá-la num caso ou noutro; assim como não chega declarar que o poder tem uma grande importância na economia, tal como na política. Também tem pouco significado falar de maneira algo

mística das «forças do capitalismo» e dos seus misteriosos efeitos. O essencial é antes pôr em evidência o cerne do fenómeno do poder económico. Não há outra maneira de compreender a realidade económica.

O nosso esboço sumário mostra que, por detrás da palavra «poder», se escondem em todas as épocas e lugares factos de uma extraordinária diversidade. Assim como por detrás da expressão «lutas pelo poder». A missão da ciência é progredir até estes factos, delimitá-los e pôr em foco os efeitos económicos e políticos do poder económico. Dessa maneira, confere-se simultaneamente ao termo poder económico um conteúdo real. *O poder económico não tem nada de irracional, de místico; o poder económico é algo que se pode apreender racionalmente, que é acessível à razão.* Assim como o reverso do poder: a dependência económica e a servidão. Precisamente devido à diversidade dos factos em causa, é uma pesada tarefa a que desta maneira se propõe.

Nenhum dos exemplos de poder económico de que nos ocupámos - desde as administrações dos templos egípcios, passando pela feitoria hanseática de Bergen no séc. XIV, pelas guildas de mercadores flamengos e pelos *verlegers* silesianos de meados do séc. XIX, até aos bancos emissores centrais modernos, administrações ferroviárias e direcções de economias de administração central - é idêntico aos outros.

A abordagem do fenómeno do poder económico e a percepção das relações entre poder económico e político, que na maioria dos casos se apoiam mutuamente, requer um método científico particular. - A maneira *como* se pode realizar a tarefa proposta foi sumariamente descrita: a intuição histórica e o sentido da dimensão histórica têm de se combinar com a aplicação do aparelho morfológico e das proposições teóricas. Precisamente aqui, a aplicação do instrumento dos sistemas económicos - da economia de direcção central às numerosas formas da economia mercantil - mostra que a sua contribuição para o conhecimento da *multiplicidade*

histórica é decisiva. - Não basta por exemplo explicar que, antes de 1914, o banco imperial, certos cartéis, associações patronais e sindicatos, as administrações ferroviárias, etc. dispunham de um certo poder. É necessário, aplicando as formas de mercado e os sistemas monetários, circunscrever as bases e os efeitos dos diferentes poderes, determinar o seu lugar na ordem económica da época, pôr em evidência os «entrelaçamentos» e as grandes concentrações de poder e indicar onde se situam os sectores de unidades económicas desprovidas dele. Só desta maneira se podem apreender realmente as lutas pelo poder que representam coisas diferentes consoante tenhamos por exemplo grandes produtores isolados que lutam entre si ou um monopolista que faz frente a um monopsonio. Ou então, considere-se a ordem económica alemã de 1939 onde o poder dos órgãos de administração central se confronta com os centros de poder privado dos cartéis ou grandes empresas em situação de monopólio parcial; ou a multiplicidade das lutas pelo poder a nível mundial, por exemplo no mercado do petróleo, do azoto ou das lâmpadas incandescentes.

Não se encontrou porém *apenas* uma profusão de fenómenos diversos. Na multiplicidade dos poderes económicos de ontem e de hoje e no labirinto das lutas pelo poder descobre-se a recorrência das *mesmas* formas económicas e de relações *similares* entre os factos. Quanto mais se aprofunda a análise dos casos concretos mais se manifesta com nitidez uma certa unidade dos fenómenos do poder económico. Também os poderes económicos e as lutas pelo poder revelam, apesar de toda a sua multiplicidade, aquela «invariância do estilo geral» de um género particular que nós já encontramos na estrutura das ordens económicas e nos processos económicos quotidianos⁵⁹.

QUINTO CAPÍTULO

O homem económico

Neste ponto é altura de abordar em pormenor um problema que nós próprios já levantámos, mas que abandonámos a seguir e que entretanto já se deparou mais de uma vez ao leitor: nós mostrámos que, adoptando um procedimento adequado, é possível superar a profusão aparentemente incalculável das *formas* de economia que a história nos ofereceu e oferece e reduzi-las a um número limitado de sistemas económicos com as suas variantes, e que dessa maneira se lançam as bases para o conhecimento da realidade económica.

Apresenta-se agora porém uma objecção, que encerra em si um problema real. Admitindo - pode observar-se criticamente - que se consegue dominar a multiplicidade das instituições, será que o *homem* não muda também? Ele não era na Idade Média totalmente diferente de hoje? Não agia então a partir de uma mentalidade económica totalmente diferente? E que diferença nos comportamentos económicos quando se comparam os indivíduos de diferentes civilizações, por exemplo os europeus, os chineses e os sul-americanos! A ciência do séc. XIX não nos ensinou a ver no homem um ser que está continuamente, no decurso da evolução histórica, a mudar radicalmente? História é vida. Como toda a realidade histórica está em permanente transição, parece não existir nenhuma grandeza constante chamada «homem». - Mas, se assim é, como é que se pode pretender elaborar *um* aparelho teórico-económico aplicável a toda a história? Isso só seria

possível se o homem revelasse nos seus planos e actos económicos uma certa constância. Se porém o seu comportamento nas diferentes épocas e nações não é uniforme?... *Quais são os efeitos da diversidade do homem no processo económico?* Esta questão cardeal resume todas as anteriores.

I

A fim de abrir o caminho para responder a esta importante questão é necessária uma confrontação com a opinião dominante nesta matéria.

Como ela é universalmente conhecida, basta esboçá-la sumariamente. Ela corresponde à mentalidade historicista que dominou o fim do séc. XIX e o começo do séc. XX. O comportamento económico do homem varia – diz-se – de época para época. A variabilidade histórica dos comportamentos económicos manifesta-se da maneira mais nítida no facto de o homem em períodos mais recuados agir segundo o «princípio da cobertura das necessidades» enquanto que na época capitalista age segundo o «princípio do ganho». A oposição destes dois princípios e da sua alternância constitui o essencial da teoria dominante das mentalidades económicas. «As diferenças, escreve SOMBART, resultam em primeiro lugar dos diferentes objectivos dos sujeitos económicos. Podemos aqui distinguir essencialmente dois tipos de objectivos fundamentalmente distintos. Os indivíduos, ou se esforçam por constituir uma provisão de bens de consumo, claramente circunscrita em termos de variedade e de volume, isto é, procuram cobrir as suas necessidades naturais; ou têm em vista o ganho, isto é, procuram, pela sua actividade económica, adquirir a maior quantidade possível de dinheiro. No primeiro caso, dizemos que a sua actuação económica está sob a influência do princípio da cobertura das necessidades, no segundo, que obedece ao princípio do ganho.» E a seguir afirma que toda a economia pré-capitalista estava sujeita ao princípio da cobertura das

necessidades: a economia autónoma da *gens* primitiva, a economia doméstica da antiguidade, o artesanato medieval. Ele e os seus discípulos dão sobretudo grande importância à mentalidade económica da Idade Média. O europeu da Idade Média - o camponês, o senhor feudal, o artesão, o mercador - teria agido economicamente segundo o princípio da cobertura das necessidades. Todos estariam obcecados pela ideia da «alimentação», todos - com algumas excepções que confirmam a regra - teriam pretendido satisfazer necessidades bem definidas em variedade e volume, e apenas isso. Contrastando com esta atitude surge então o capitalismo triunfante com o seu apetite do ganho. Porém, o capitalismo é efémero: os sistemas económicos pós-capitalistas, socialistas levariam novamente ao triunfo do princípio da cobertura das necessidades. Então produzir-se-á de novo, não com vista ao ganho monetário, mas sim à criação de bens de consumo. - Esta é a tese de SOMBART que aqui se cita como representante de toda uma atitude mental. Não é por acaso que este ponto de vista teve uma larga difusão, incluindo na opinião pública.

A nós, interessa-nos a antítese «princípio da cobertura das necessidades - princípio do ganho» apenas sob o ponto de vista de saber se através dela se pode apreender correctamente o comportamento económico dos indivíduos tal como ele era no passado e é no presente. Na afirmativa, seriam então necessários dois instrumentos teóricos: um em que as necessidades são um dado, outro em que é o objectivo do ganho que é um dado.

A antítese contém duas ideias: primeiramente faz-se uma afirmação axiomática. Em seguida, diz-se que em certas épocas se realizou um princípio e que noutras épocas se realizou o outro princípio. Ela contém pois uma tese axiomática e uma tese histórica.

A. Começemos pela *segunda* afirmação. Suponhamos a antítese correcta do ponto de vista lógico. Coloquemos a

questão histórica: no período anterior ao chamado capitalismo, a vida económica obedecia de facto ao princípio da cobertura das necessidades?

A questão quase não precisa de resposta, já se lhe respondeu negativamente. Em primeiro lugar, no que se refere à Idade Média: enquanto se acreditou na velha imagem de uma economia urbana pequeno-burguesa, era fácil de admitir que na época medieval a ideia da alimentação fosse pura e simplesmente dominante. O novo quadro da economia medieval que nos revela a sua imponente divisão do trabalho inter-local, a posição central do grande comércio, a multiplicidade das formas altamente desenvolvidas de comércio e de crédito, permite também perceber em que espírito o homem medieval realmente realizava a sua actividade económica. Não é certamente o mesmo. - Temos em primeiro lugar o grande mercador-*verleger*. Ele possuía um instinto do ganho extremamente forte. E não é exacto que «todo o apetite do ganho, toda a cupidez aspira[ssem] à sua satisfação fora do nexo da produção e do transporte de bens e até em parte do comércio» (SOMBART). Bem pelo contrário. Os grandes mercadores de Colónia, Lubeque, Nuremberga, Bruges, Veneza e de muitas outras grandes cidades eram os verdadeiros organizadores económicos da alta e baixa Idade Média. O seu arrojado espírito empresarial, assente num forte espírito do lucro e apetite de poder criou e manteve a grande economia europeia daquela época. Havia naturalmente muitas diferenças de pormenor; até na mesma cidade. Os mercadores e patrícios de Lubeque do fim do séc. XV não tinham nem de longe a mesma audácia e energia dos seus antepassados do começo do séc. XIV. Tais diferenças na mentalidade económica das camadas dirigentes também se faziam sentir na mesma época entre cidades diferentes: por exemplo, entre Bruges e Antuérpia por volta de 1500. Por muito importantes que fossem as diferenças, todos estes mercadores e *verlegers* eram dominados por um forte apetite do ganho. De modo algum

sempre tão brutal e cínico como no caso do mercador de tecidos e patricio flamengo Jehan de Boine Broke, do qual ESPINAS nos traçou um retrato repelente. Mas era sempre o apetite do ganho que movia estes mercadores. No meio dos mercadores medievais manifestou-se um robusto brotar de forças ao qual a ideia de alimentação era totalmente estranha. - Existiu certamente, em muitos lugares, uma mentalidade económica diferente nos círculos de artesãos. Aqui, a ideia da alimentação pode ter desempenhado um certo papel. Mas, mais uma vez, não no sentido de se considerar sempre um determinado volume de necessidades como fixo e de não se desejar mais nada. Os artesãos exigiam nas suas disputas com os mercadores-*verlegers* pelo menos a alimentação tradicional, mas, ao mesmo tempo, eles lutavam por uma melhoria. A história da maioria das cidades está cheia de tais lutas. «*Mutatis mutandis*, poder-se-ia possivelmente comparar o artesão corporativo com um operário europeu organizado do último decénio.» (GUNNAR MICKWITZ). Por conseguinte, na camada, em geral não dirigente, dos artesãos também não se encontra o que se designou por princípio da cobertura das necessidades, e a ideia da alimentação era algo de diferente do que a velha geração de historiadores imaginava.

A situação é perfeitamente análoga em relação à economia antiga. Abstráimos aqui do facto que os construtores de estilos económicos e estádios económicos nos traçaram um quadro uniforme e infiel da vida económica na antiguidade, que de facto realizou um grande número de formas económicas. Vamos examinar apenas a chamada economia doméstica, que não representa é certo de modo algum o tipo da economia antiga, mas que se realizou porém parcialmente em certos países e épocas; por exemplo na Grécia homérica ou na Roma do séc. II d. C. É absolutamente errado supor que não se exprimia nessa economia o apetite do ganho. Ele manifestava-se frequentemente e em grau elevado. Os escravos eram muitas vezes explorados da maneira mais brutal e

os seus serviços do trabalho serviam frequentemente para enriquecer o seu senhor. Quando lemos as descrições de grandes explorações agrícolas do baixo império romano, onde centenas ou milhares de escravos acorrentados, mal alimentados realizavam o seu pesado trabalho - e isto para satisfazer o apetite do ganho praticamente ilimitado do seu senhor -, as imagens idílicas do princípio da cobertura das necessidades - que também teria vigorado nessa época - criam uma curiosa impressão. Reside aqui um erro extremamente grave, funesto: a ideia que nestas economias domésticas só se satisfaziam as necessidades alimentares dos participantes. *Como se na economia de direcção central só se pudesse realizar o chamado princípio da cobertura das necessidades.* A história ensina que esta ideia está incorrecta. Onde a economia de direcção central se realizou de maneira aproximada, assistiu-se precisamente com frequência a manifestações de um apetite do ganho ilimitado e brutal. Assim, por exemplo, nos grandes reinos da antiguidade oriental, nos domínios senhoriais da Índia, onde se acumularam riquezas enormes, ou ainda entre os incas que se serviram da sua economia de administração central para se enriquecerem com ouro e outros objectos preciosos. Estas manifestações do apetite do ganho não se produziram sempre, nem em todas as entidades económicas em que dominavam os elementos da economia de direcção central: não se observam, por exemplo, de maneira *geral* nas economias domésticas da antiguidade. E também não, de maneira geral - como sabemos -, nas economias familiares da Europa durante o séc. XIX, nem em certas comunidades cristãs das Américas em que a actividade económica era colectiva. Depende da posição moral e religiosa das instâncias dirigentes. A experiência histórica mostra que, com frequência porém, no quadro de tais entidades económicas, em que a falta de influência da maioria dos participantes pode mesmo favorecer a manifestação por parte dos dirigentes de um apetite do

ganho sem escrúpulos, este *efectivamente* se desenvolveu fortemente.

Isto contradiz a opinião de ARISTÓTELES e de muitos modernos segundo a qual só com a aparição do dinheiro e do comércio é que o apetite do ganho se desenvolveu e que este não se podia manifestar na economia de direcção central. O ponto de vista segundo o qual é a ideia da alimentação que «confere a todas as configurações económicas pré-capitalistas o seu carácter próprio» não tem qualquer fundamento histórico. Se a economia política se decidisse finalmente a libertar-se destas imagens irrealistas e lenificantes da economia do passado...

B. Mas com isto respondeu-se apenas à questão histórica. Resta ainda a questão axiomática de saber se, pura e simplesmente, esta antítese é utilizável.

É o que justamente nós contestamos. Pelo facto de ela exprimir vagamente algo de correcto pode-se provisoriamente lançar mão dela. Porém, logo que se aprofunda um pouco, fracassa.

1. É errado em geral opor *ganho monetário e cobertura das necessidades*. Porque o ganho monetário produz-se sempre a fim de satisfazer necessidades. Basta examinar os factos: porque é que o operário ou o empregado contemporâneos precisam ganhar dinheiro? Para satisfazer as suas necessidades. O dinheiro é apenas um meio para atingir um dado fim, ele é um meio de troca. E no caso do empresário moderno? Também para ele o ganho monetário nunca é um fim em si. Os pequenos empresários, que constituem de longe a maioria, também precisam do dinheiro para cobrir as suas necessidades quotidianas: pequenos comerciantes e industriais, agricultores. Quanto aos empresários com elevados rendimentos são movidos além disso pelo desejo de se impor e pela aspiração ao poder. Também estes são - como já mostrámos - necessidades, as quais são ressentidas frequen-

temente com grande intensidade e constituem igualmente um impulso da actividade económica. Não se deve definir o conceito de necessidade de maneira excessivamente restrita. O indivíduo pretende sempre utilizar o dinheiro ganho. A «maior quantidade possível de dinheiro» nunca é, como tal, o objectivo final da actividade económica. Nem no caso do avarento doentio que entesoura dinheiro - com medo do futuro, portanto para satisfazer a sua necessidade de segurança.

2.A antítese inclui - por vezes explícita, por vezes implicitamente - a asserção de que na economia de direcção central se opera de acordo com o princípio da cobertura das necessidades, enquanto na economia mercantil se aplica o princípio do ganho. Nomeadamente para MARX e os seus discípulos é óbvio que, com o desaparecimento da economia mercantil, o princípio da cobertura das necessidades triunfa. SOMBART opõe sem mais formalidades a «economia de cobertura das necessidades» à «economia mercantil». - A asserção inversa estaria algo mais correcta. Em particular a economia de administração central *não* é uma economia de cobertura das necessidades. Nas ordens económicas em que dominam os métodos de direcção da economia de administração central, é - como se mostrou - a administração central que decide do processo económico. Em que medida é tomada em consideração a cobertura das necessidades dos consumidores depende da sua apreciação. Ela pode por exemplo realizar grandes investimentos ou planos de armamento, reduzindo simultaneamente ao mínimo o abastecimento em bens de consumo. A história mostra-nos com que frequência isto aconteceu e acontece. Na medida em que ela pretender porém tomar em consideração as necessidades dos consumidores, será muito difícil determiná-las na sua multiplicidade e dirigir o processo de produção com vista à sua satisfação. - Na economia mercantil, a influência dos consumidores é sempre maior, ainda que variável com a forma de mercado. Ela é

máxima na concorrência integral, substancialmente menor por exemplo no monopólio, que também deste ponto de vista ocupa um lugar entre concorrência integral e economia de administração central.

3. Contudo - poder-se-ia objectar - o que precede não é inteiramente convincente: existiriam por exemplo agricultores que apenas pretendem satisfazer as suas necessidades, definidas pela tradição, deixando passar ocasiões de ganhar mais dinheiro. Em contraste com estes, haveria outros que aproveitam todas as oportunidades de ganhos monetários. Verificar-se um caso ou outro, tem uma influência substancial no processo económico, e seria esta diferença que se pretende exprimir na antítese cobertura das necessidades - ganho.

A isto há que responder que, de facto, esta diferença, expressa aqui de maneira imprecisa na linguagem corrente, é essencial; ela tem de ser tomada em consideração e rigorosamente apreendida pela ciência. De seguida ocupar-nos-emos dela. - Porém, a antítese cobertura das necessidades - ganho não a descreve com exactidão. Um agricultor que apenas cultiva e vende a quantidade necessária à satisfação de necessidades tradicionais, limitadas *também* tem em vista o ganho monetário. Não raro, o ganho monetário está justamente associado ao propósito de satisfazer apenas necessidades limitadas, tradicionais. - E, por outro lado, os indivíduos que aproveitam todas as oportunidades para ganhar mais, que agem portanto segundo o chamado princípio do ganho, pretendem satisfazer as suas «necessidades», que são muito grandes.

Em suma, é necessário renunciar a opor princípio da cobertura das necessidades e princípio do ganho. Pressentia-se que existiu e existe uma certa multiplicidade no comportamento económico dos indivíduos e que esse comportamento se altera. Mas, desta maneira, não se consegue representar essa multiplicidade. Esta falsa antítese oculta-a em lugar de a pôr em evidência⁽⁶⁾.

II

A questão do modo como a multiplicidade histórica do homem influencia o processo económico tem pois de ser colocada de novo. A simples continuação das tentativas de solução habituais não promete ter êxito. Temos de interrogar a própria realidade histórica na sua riqueza e diversidade.

Porém, assim que se procede desta maneira, impõe-se uma formulação do problema algo diferente. Se se estuda por exemplo um domínio senhorial da alta Idade Média, comparando-o com uma siderurgia inglesa contemporânea, e se se pergunta em que é que o comportamento humano das suas direcções económicas difere e como é que as suas particularidades influenciam o processo económico num e noutra caso, depara-se logo de início com uma questão prévia: em que medida é que o comportamento é semelhante ou diverso nos dois casos? Esta questão prévia revela-se extremamente importante.

Verificar-se-á que o comportamento económico é ao mesmo tempo constante e variável. *Constante* num determinado estrato do indivíduo, *variável* noutros estratos.

A. Constante: em toda a parte e em todas as épocas, o homem se encontra na situação de ter de superar a tensão entre as suas necessidades e os meios de as satisfazer. Neste ponto, não se alterou fundamentalmente nada desde o começo da história. Mais, não só a situação do homem é deste ponto de vista fundamentalmente a mesma, mas também o seu comportamento na solução deste problema da raridade se mantém no essencial constante. Os *indivíduos procuram, sempre e em toda a parte, nos seus planos económicos e, por conseguinte, na sua actuação atingir um determinado objectivo com a menor aplicação possível de valores*. Conformam-se pois, sempre, ao chamado «princípio de economia».

Talvez a ignorância do que significa o «princípio de economia», talvez também a ignorância da história e, na maioria dos casos, possivelmente ambas as coisas, conduziram à ideia de que o homem só age segundo o princípio de economia na chamada época «capitalista». Outrora e noutras civilizações não teria sido assim. - A história não oferece a sombra de uma prova em abono desta asserção. Consideremos por exemplo o camponês chinês do fim do séc. XIX e começos do séc. XX. Ele vive na sua economia familiar que, através das alianças, se dilatou formando uma comunidade de parentes. O seu quotidiano é dominado pela crença nos espíritos e pela devoção à família que daí deriva. Mas, por muito constrangido que ele esteja pelas crenças, superstições, moral e tradições, neste quadro - íamos dizer: no quadro destes dados - ele age segundo o princípio de economia. Ele sacrifica, em parte por consciência do dever ético-religiosa. Neste caso, o sacrifício é um fim em si. Ou então ele sacrifica para escapar à má colheita que se anuncia; neste caso, o sacrifício é um meio para atingir um fim. Em ambos os casos, ele age segundo o princípio de economia. Num, porque na preparação do sacrifício ele age em conformidade e pretende atingir o objectivo aplicando o menor valor possível. No outro, é o próprio sacrifício que é para ele um meio para atingir uma colheita máxima.

O pensamento mágico e a acção com base em concepções mágicas têm dominado os indivíduos durante a maior parte da história. Mas não se presume que, por isso, eles não se teriam conformado ao princípio de economia. Quando o camponês romano do período imperial sacrificava ao deus das sementeiras, Saturno, e a outros deuses, e além disso permanecia apegado à técnica primitiva, tradicional, agia contudo totalmente em conformidade com o princípio de economia. Ele esperava dos deuses uma prestação equivalente, o sacrifício inseria-se nas despesas económicas. O armador romano não agia de outra maneira quando fazia esculpir

com grande dispêndio a proa do seu navio para dispor a seu favor os deuses do vento e apaziguar as ondas. - Segundo alguns viajantes, ainda hoje, em determinadas aldeias da Nova Guiné, durante a construção das casas, um feiticeiro tem o encargo de conjurar as nuvens, recebendo por isso uma remuneração bastante elevada. Um tal dispêndio parece-nos a nós anti-económico; vemos nele uma despesa inútil que contradiz o princípio de economia. Mas, para estas tribos da Nova Guiné, trata-se de custos necessários que se assumem em concordância com o princípio de economia. Pois, sem eles, e de acordo com as convicções ali reinantes, o objectivo, ou seja a construção da casa, não seria atingido com o custo mínimo, mas antes - perturbado pelos aguaceiros e tempestades - levaria a incorrer custos elevados e evitáveis.

Podem facilmente multiplicar-se os exemplos. Do santo, que vive no deserto e se abastece de gafanhotos e mel selvagem de acordo com o princípio de economia, até à criança que - obedecendo em larga medida ao pensamento mágico - age de acordo com o mesmo princípio. O qual não se deve confundir com a aspiração ao ganho máximo ou com os «princípios capitalistas». O planear e agir com base no princípio de economia também não se limita a ser uma característica do «agente económico», ainda menos do agente económico da idade moderna euro-americana. «É uma máxima do comportamento racional, em geral.» (VON ZWIEDINECK-SÜDENHORST).

Mas, não se terá *porém* produzido em certas épocas, por exemplo na idade moderna, uma mudança fundamental, na medida em que, através de um sistema preciso de pesos e medidas, através da escrita comercial e doméstica, através da utilização da escrita nas transacções comerciais, ou ainda da contabilidade em partidas simples e em partidas dobradas, da elaboração de balanços e de contas de perdas e ganhos, do cálculo preciso dos custos *a priori* e *a posteriori*, em suma, através da racionalização, teria aparecido uma mentalidade

económica diferente, calculadora, desconhecida do homem das épocas anteriores? A historiografia mostrou que este desenvolvimento foi laborioso e que, com o contínuo refinamento do cálculo económico, o carácter da gestão das unidades de produção se alterou, o que influenciou também a evolução da economia. O conhecimento da contabilidade em partidas dobradas, por exemplo, foi uma condição prévia da expansão económica na Alemanha meridional do séc. XVI, e, onde este conhecimento não existia ou só se impôs com dificuldade, como nas cidades hanseáticas, o desenvolvimento arrastou-se. Não se deve concluir deste e de muitos outros dados da experiência que, com o aperfeiçoamento do cálculo económico e dos seus métodos, se operou uma transformação completa das relações do homem com a economia?

Sem dúvida que a diferença existe e é significativa. Entre um camponês da Floresta Negra, que no máximo toma alguns apontamentos desconexos sobre compras e vendas, e uma empresa comercial, que se serve dos métodos de gestão mais recentes, ou entre uma manufatura de vasos do baixo império romano e uma fábrica americana contemporânea a diferença é grande deste ponto de vista e tem efeitos na actuação dos agentes económicos. Porém, esta diferença não consiste em a unidade de produção moderna agir segundo o princípio de economia enquanto a antiga não o fazia. Mas sim em que o homem inventa todos estes métodos destinados a aperfeiçoar o cálculo económico para se poder conformar mais rigorosamente ao princípio de economia. É isso que ele pretende e não outra coisa. Também o camponês da Floresta Negra, que não tem qualquer noção de contabilidade, e o dirigente de uma manufatura de vasos da antiguidade fazem planos e agem em conformidade com o princípio de economia. Não o logram tão bem como os que dominam plenamente a técnica de gestão racional. Uns não vão além de uma estimativa imprecisa, os outros conhecem os valores com maior precisão. É *aqui* que reside a diferença.

Com a organização sistemática das esferas monetária e dos pesos e medidas, com a contabilidade, a elaboração de balanços e as outras inovações anteriormente mencionadas, o homem não adoptou como norma de conduta um novo princípio de economia. Ele pretendia antes adquirir um instrumento que lhe permitisse observar melhor este princípio fundamental de toda a actividade económica que, desde a origem, ele sempre procurou seguir. - *O homo sapiens* age em toda a parte e em todas as épocas de acordo com o princípio de economia, e mesmo que - com BERGSON e outros filósofos vitalistas - se considere correcto chamá-lo *homo faber*, ele não é *homo faber* se não seguir o princípio de economia. Nesta medida também os indivíduos apresentam na economia uma «invariância do estilo geral» de um género particular⁶¹.

B. Mas, paralelamente a esta unidade e constância de todo o comportamento económico humano em geral, encontra-se a *diversidade* que se faz sentir na aplicação do princípio de economia. Enquanto que a constância do princípio de economia fornece uma base para que se elabore e aplique *um único* aparelho teórico para explicar todas as articulações económicas concretas, a diversidade dos comportamentos - no quadro do princípio de economia - obriga a desenvolver este aparelho em vários pontos e a proceder à sua aplicação com as devidas cautelas.

Onde e como - pergunta-se - se exprimem as diferenças no comportamento económico dos indivíduos e quais são os efeitos destas diferenças no processo económico efectivo?

1. *Subjectivamente*, os indivíduos agem sempre de acordo com o princípio de economia: mesmo o camponês que na Alemanha de hoje se mantenha apegado ao afolhamento trienal. Ele fá-lo porque a técnica agrícola herdada do passado lhe parece a melhor, e porque todas as inovações dos últimos

150 anos - na medida em que ele de facto as conheça - são para ele demasiado arriscadas. - *Objectivamente*, este camponês infringe o princípio de economia. Pois é hoje universalmente reconhecido que deixar em pousio um terço da terra é anti-económico. Na Idade Média, quando o afolhamento trienal era em muitas regiões da Europa a única técnica agrícola conhecida e utilizada, o camponês ao aplicá-la agia, também objectivamente, no quadro do princípio de economia. Hoje, após as profundas transformações da técnica agrícola, já não.

A teoria económica supõe que os dirigentes das unidades de produção, tendo em conta a configuração do conjunto dos dados, procuram sempre, em cada situação, a utilização dos meios de produção que é a mais favorável. Ela conta pois com uma observância objectiva - e não apenas subjectiva - do princípio de economia. Ela encontra-se neste ponto em concordância com largos períodos da história. Por exemplo, ela pode aplicar-se imediatamente aos problemas da agricultura medieval porque a cultura tinha então lugar de acordo com o estado das técnicas da época: o afolhamento trienal. Mas também há excepções de peso, e precisamente na actualidade, em que as mudanças no conhecimento técnico e noutros dados são particularmente rápidas. O facto de muitos camponeses não aplicarem hoje a combinação de meios de produção, não utilizarem as suas terras da maneira para eles mais favorável, tendo em conta a técnica conhecida no seu país ou a situação dos preços, é algo com que a teoria económica não conta. Por conseguinte, uma condição que se pressupõe na teoria não se realiza aqui plenamente. - Este facto tem de ser tomado em consideração quando se *aplica* a teoria⁶².

Na época contemporânea, esta distância entre a observância subjectiva e a realização objectiva do princípio de economia tornou-se actual e significativa noutro contexto. Com efeito, ela faz-se sentir na economia de administração central que possui hoje em dia uma importância considerável.

- Nesta economia, a questão coloca-se nestes termos: como é que, com meios de cobertura das necessidades dados e com um conhecimento técnico dado, a administração central ou os seus órgãos podem, em cada caso, escolher aquele plano económico que satisfaz de maneira relativamente completa as necessidades previamente definidas? É por exemplo mais útil, para satisfazer as necessidades definidas pela administração central, construir um caminho de ferro ou uma central eléctrica? Ou ainda: onde é que se deve construir a central eléctrica e qual a técnica que se deve aplicar?

A economia de administração central não possui nenhum instrumento para escolher, de entre o imenso número de planos possíveis, o plano económico mais favorável em cada caso. Falta-lhe o «indicador de raridade» necessário para realizar objectivamente o princípio de economia. Pois, devido à dimensão da economia de administração central, a avaliação *in natura*, tal como a pequena «economia autónoma» a pratica, acarreta erros. E a fixação de preços destinados a exprimir correctamente a raridade relativa dos bens também não pode ter êxito⁵². - A administração central escolhe assim os planos a realizar com uma certa arbitrariedade. Ela adivinha o nó górdio que não pode desfazer. - Onde ir buscar as 5.000 pessoas necessárias nas obras de desaterro para a construção de uma central eléctrica? A administração central destaca-os da agricultura do distrito sem poder calcular se a perda de bens é mínima neste caso ou não, se por conseguinte se respeita o princípio de economia ou não.

Também a direcção da economia de administração central pretende pois elaborar planos e dirigir o processo de produção em conformidade com o princípio de economia. Ela pretende em particular atingir os seus objectivos com a menor aplicação de valores possível. Se, porém, os planos que ela escolhe em cada caso estão mais próximos ou mais afastados, ou muito afastados, do plano mais favorável é obra do acaso. - As ordens económicas em que dominam elementos

da economia de administração central, por exemplo as economias de guerra do séc. XX, mostram a medida em que os planos realizados se afastam do princípio de economia e em que medida se trata de um problema sério na economia real. Para a ciência, resulta daí que, só com grandes precauções, ela pode aplicar ao processo económico concreto que se desenrola numa ordem económica, cujo carácter é predominantemente o de uma economia de administração central, proposições teóricas que se tenham deduzido na análise do modelo dessa economia. Ela deveria ter em atenção os dois elementos que caracterizam *in concreto* a direcção deste processo económico: planeamento central racional de todos os acontecimentos económicos e, *simultaneamente*, um elemento de acaso.

2. Se se consideram os indivíduos do ponto de vista da «variabilidade do nível global das suas necessidades de bens materiais», constata-se que eles agem em função de dois princípios: ou o nível das necessidades é considerado «variável», ou se mantém aproximadamente «constante» por períodos mais ou menos longos. (Não está pois aqui em causa a alteração desta ou daquela necessidade.) Os dois comportamentos são complementares. O mesmo indivíduo age por vezes de uma maneira, por vezes de outra. Mas a diferença existe. Ela exprime-se nos planos e nos actos económicos e é, por conseguinte, interessante do ponto de vista da economia política.

Quando se age em função do primeiro princípio, passa-se o seguinte: face a um aumento dos preços, o *dirigente* de uma unidade de produção reage expandindo a produção. É o caso por exemplo do grande agricultor. Melhores preços agrícolas são motivo para ele intensificar a cultura, para cultivar mesmo terras piores, para empregar mais trabalho, de modo a aumentar o seu rendimento e por conseguinte satisfazer mais completamente as suas necessidades. É *vice versa* perante uma queda dos preços: extensifi-

cação, queda da produção, queda da oferta e, globalmente, diminuição da satisfação das suas necessidades.

Se o dirigente agir porém em função do segundo princípio, ele fará o seguinte: uma subida dos preços dos seus produtos não o induz a expandir a produção. Dado ele querer apenas satisfazer necessidades de bens materiais constantes e necessitar para isso de um rendimento real constante, face a uma subida dos preços dos seus produtos ele reduz mesmo a produção. Não há dúvida que, não raro, tais casos ocorreram na agricultura dos séc. XIX e XX, em particular nas explorações camponesas. Os artesãos dos quais GOETHE conta que tinham «em geral o bom senso de não trabalhar mais do que o estritamente necessário para levar uma vida alegre», também agiam desta maneira. Melhores preços levavam-nos a trabalhar menos. Eles ganhavam agora a vida com menos trabalho. Com isso não violavam - como erradamente se poderia supor - o princípio de economia. Pois também eles procuravam assegurar uma subsistência, que eles encaravam como constante, com a menor aplicação possível de valores.

Perante uma queda dos preços, a reacção dos dirigentes de unidades de produção que pretendem satisfazer um nível constante de necessidades de bens materiais é inversa. Também este facto merece atenção. Assim, em meados do séc. XIX, muitos tecelões a domicílio aumentaram a sua oferta de mercadorias quando, no decurso da industrialização, os preços dos tecidos dos trabalhadores a domicílio caíram. E, na grave crise agrícola mundial que eclodiu em 1927, muitos camponeses procuraram fazer face à queda dos preços agrícolas através de um aumento do trabalho fornecido pela mão-de-obra disponível, portanto através de um aumento da produção, de modo a não deixar cair o rendimento e a satisfação das necessidades das suas famílias abaixo de um certo nível. É claro que este comportamento encontra um limite: se os preços - eventualmente sob a pressão da oferta suplementar - continuarem a cair, torna-se a longo prazo impossível a

tais unidades de produção manter, nem que seja aproximadamente, o nível de vida antigo através de mais trabalho pois as reservas deste esgotam-se.

Na *família* a diferença entre os dois princípios exprime-se da seguinte maneira: com necessidades variáveis, a subida do nível de salário induz o trabalhador a trabalhar mais ou a pôr a trabalhar membros da família que até então não tinham actividade profissional. Compensa agora mais do que anteriormente. O nível de satisfação das necessidades desta família eleva-se portanto devido tanto à subida do salário como também ao maior emprego dos serviços do trabalho. Com a subida do salário aumenta a oferta de mão-de-obra por parte da família. - *Vice versa* quando o salário cai.

Se o chefe de família agir porém de acordo com o segundo princípio, então reagirá de maneira diferente: com a descida do salário, a oferta aumenta a fim de não deprimir o abastecimento de bens materiais. O próprio trabalhador e os seus dependentes procuram mais trabalho. (Produz-se o mesmo efeito quando os preços de bens de consumo essenciais sobem. Com salário nominal constante, isso leva a uma descida do salário real. O trabalhador esforça-se então por se opor à redução do nível de vida através de um aumento do emprego da mão-de-obra familiar.) - Este exemplo, precisamente, mostra que a mesma família pode ocasionalmente agir de acordo com o segundo princípio. Um declínio dos salários é susceptível de induzir inicialmente uma redução da oferta de trabalho por parte da família. Se porém o salário continuar a descer, a partir de certo ponto a reacção altera-se: agora a oferta de trabalho volta a aumentar a fim de defender um certo nível, baixo, de abastecimento de bens materiais.

A diferença entre os dois princípios também se encontra naquelas entidades económicas em que dominam os elementos da *economia de direcção central*. Uma invenção técnica, por exemplo, conduz aqui - quando se planifica e se age de

acordo com o primeiro princípio - a uma maior satisfação das necessidades de bens materiais. Mas a direcção também pode considerar as necessidades de bens materiais como um dado do plano, que se mantém aproximadamente constante, e servir-se da invenção para diminuir o número de horas de trabalho exigido dos membros da comunidade.

Em todo o caso, ambos os comportamentos se realizaram na economia real de todas as épocas. A economia política não se pode por conseguinte limitar a considerar, pura e simplesmente como regra, um nível variável de necessidades, mas tem de ter igualmente em conta - especialmente no estudo teórico da oferta na economia mercantil - o comportamento económico do homem de acordo com o segundo princípio. Caso contrário, o aparelho teórico poderia falhar na sua aplicação a certos problemas concretos, como se viu por exemplo durante a última crise agrícola mundial. *Porque* é que os indivíduos têm um nível de necessidades de bens materiais variável ou constante? Só se pode responder a esta questão para um dado povo, uma dada camada social e uma dada época no quadro da situação económica global correspondente⁶⁵.

3. Não menos importante é outra distinção: o dirigente de uma comunidade, em que a economia de direcção central é preponderante, ou de uma unidade de produção tem por objectivo, ou obter «a receita líquida mais elevada possível» para si próprio, ou atingir «o melhor abastecimento possível» das pessoas que trabalham para ele ou que ele fornece. Ele age, ou segundo o «princípio da maximização da receita líquida», ou segundo o «princípio do melhor abastecimento possível». Na prática, também se procura frequentemente seguir uma via mediana entre os dois princípios. (Quase seria desnecessário salientar mais uma vez que em ambos os casos se têm de satisfazer necessidades.)

Uma comunidade em que o tipo *economia de direcção central* fosse preponderante, como por exemplo um domínio

senhorial da alta Idade Média, podia ser dirigida de duas maneiras. A sua direcção económica podia orientar-se predominantemente para a satisfação das necessidades do senhor feudal e dos seus familiares; mas ela podia igualmente dar uma maior consideração às necessidades dos escravos, dos indivíduos semi-livres e dos chamados camponeses livres sujeitos a corveias. Neste e em todos os casos de economia de direcção central, a direcção económica dispõe de uma certa liberdade na fixação dos objectivos. - Naturalmente que o dirigente teria de atribuir aos seus subordinados pelo menos o suficiente para que a sua capacidade produtiva não recuasse. Mas ele podia frequentemente ultrapassar de maneira substancial este limite mínimo, limitando a satisfação das suas próprias necessidades e aumentando os montantes afectados aos membros da comunidade. O leque de culturas e o plano económico em geral apresentar-se-iam diferentes em todos os pontos, consoante se seguisse o «princípio da maximização da receita líquida» ou do «melhor abastecimento possível». Da história do Egipto, da Roma antiga ou da alta Idade Média sabe-se que a situação dos felás, dos escravos ou dos servos da gleba dependia consideravelmente das maiores ou menores exigências do senhor.

Esta distinção entre os dois princípios faz-se sentir de maneira diferente na *economia mercantil*. Concretamente, os seus efeitos e a maneira como eles se produzem dependem da *forma de mercado*. É essencial distinguir sobretudo entre concorrência integral, por um lado, e monopólio ou monopsonio, por outro. Suponhamos uma unidade de produção que se encontra em todos os mercados em concorrência integral, que por conseguinte considera os preços dos meios de produção e dos produtos como dados. Demonstra-se - o que nós não faremos aqui - que a sua produção atinge então um nível em que o custo marginal e o preço são iguais. Ao produzir a este nível ela age de acordo com o «princípio da maximização

da receita líquida». - Porém - e é justamente *isto* que é importante - ela produz dessa maneira exactamente o mesmo que poderia produzir com um aparelho produtivo dado, se seguisse o «princípio do melhor abastecimento possível». Pois, se produzisse ainda mais, os custos das unidades suplementares cresceriam para além do preço realizado, consumindo-se assim mais valores do que se produzem, violando-se portanto o princípio de economia. Na forma de mercado da concorrência integral é assim indiferente agir-se de acordo com o princípio da maximização da receita líquida ou do melhor abastecimento possível. Sob a pressão da concorrência integral, produz-se e vende-se em ambos os casos a mesma quantidade. Na forma de mercado do monopólio, em contrapartida, a distância pode ser significativa, consoante se aja de acordo com um ou com o outro princípio. Evidencia-se aqui uma distinção - interessante do ponto de vista teórico, extremamente importante em matéria de política económica - entre concorrência e monopólio. - Vimos anteriormente que o monopolista integra no seu plano económico como um dado as reacções previsíveis do outro lado do mercado. Se seguir o princípio da maximização da receita líquida, ele produzirá, com um aparelho produtivo dado, a quantidade que lhe permitirá atingir o ponto de COURNOT: o preço realizado, imposto ao mercado, situa-se sempre acima do custo marginal da produção; o abastecimento dos compradores é sempre inferior ao que - sem violação do princípio de economia - ele *poderia* ser. - Se porém vigorar o «princípio do melhor abastecimento possível», então o monopolista fixará o preço a um nível tão baixo que ele será igual ao custo marginal e o abastecimento dos compradores será maior do que no caso de ele agir de acordo com o outro princípio. O facto de, por exemplo, uma fábrica de gás que abastece, em situação de monopólio, os habitantes de uma dada cidade, produzir segundo o princípio da maximização da receita líquida ou - voluntariamente ou forçada - segundo o princípio do melhor abastecimento

possível, não é de modo algum indiferente. Os preços do gás são mais baixos e o abastecimento da cidade é melhor no segundo caso: um resultado importante também do ponto de vista económico-constitucional.

Esta diferença também se manifesta no caso do monopólio. A direcção de uma fábrica de instrumentos de óptica, em situação de monopólio no mercado de trabalho de uma pequena cidade, pode, se seguir o princípio da maximização da receita líquida, abaixar o salário até um limite mínimo não determinável com precisão. Mas ela não *tem* de proceder assim. Ela pode também agir segundo o princípio do melhor abastecimento possível dos seus *trabalhadores* e pagar salários que atinjam por exemplo o nível do produto do trabalhador marginal. Em certas circunstâncias, em particular quando a fábrica é ela própria monopolista no mercado de instrumentos de óptica, a diferença pode ser importante. Subsiste então uma margem considerável para a política social empresarial ou governamental⁶¹.

É agora possível e necessário considerar novamente a antítese entre o princípio da cobertura das necessidades e o princípio do ganho. Verifica-se então que os factos e as diferenças no comportamento humano que, em vão, ela procura apreender são descritos através das *duas* antíteses que acabámos de discutir nos pontos 2 e 3.

4. Os indivíduos do fim do séc. XIX e do começo do séc. XX faziam planos económicos a longo prazo, eventualmente de decénios. Eles poupavam a fim de assegurar o futuro. Na sua juventude, pensavam já nas necessidades da velhice e orientavam os seus planos e a sua actuação económicos em consequência. - Os primeiros cristãos agiam diferentemente. Acreditando no próximo advento do reino de Deus, não se preocupavam com o futuro mais remoto. Expresso na linguagem da economia política: os seus planos económicos eram de curto prazo; não pensavam em necessidades futuras mais

longínquas. Deste ponto de vista, devem distinguir-se ao longo da história, no que se refere ao seu comportamento económico, dois tipos de indivíduos: os que fazem planos a *longo prazo* e os que fazem planos a *curto prazo*.

Em todas as épocas se encontram os dois tipos: ao lado dos burgueses do fim do séc. XIX, com os seus planos económicos a longo prazo, havia também os boémios e os mendigos, com planos económicos para alguns dias. Mas, em certas épocas, predomina um dos tipos, noutras predomina o outro.

Constatámos já em vários pontos da nossa análise que o processo económico quotidiano depende fortemente do facto de o indivíduo tomar em consideração apenas as necessidades presentes ou também, com maior ou menor relevo, as necessidades do futuro imediato e remoto. Isso determina a estrutura do aparelho produtivo e a repartição dos bens entre o presente e o futuro. - O berbere tunisino por exemplo faz apenas planos a muito curto prazo. Ele trabalha somente o necessário para assegurar a sua subsistência durante alguns dias. Quase não poupa nem investe; se tem algum dinheiro, não trabalha; só começa a trabalhar quando ele está quase todo gasto. Se todos os indivíduos planeassem a tão curto prazo, existiria à superfície do globo apenas um aparelho produtivo diminuto e a produção de bens seria muito pequena. - Em contrapartida, na civilização euro-americana, os dirigentes das empresas e os chefes de família que investem e poupam planeiam a muito mais longo prazo. Assim surgiu o aparelho produtivo moderno. - Em regra, as direcções das economias de administração central operam na base de planos a muito longo prazo. Tal era o caso já no império dos incas. Assim como nas ordens económicas modernas deste tipo, em que as administrações centrais planificam e efectuam dessa maneira grandes investimentos na construção de centrais eléctricas, altos-fornos, etc. remetendo em compensação para o segundo plano o aprovisionamento presente da população.

O alcance temporal dos planos económicos, de que depende a dimensão dos investimentos, é pois de extrema importância no processo económico efectivo e no abastecimento em bens. - Este facto, que se tem de ter em conta no estudo de *todos* os problemas económicos concretos, é porém tomado em consideração no aparelho teórico esboçado anteriormente.

5. O camponês alemão do começo do séc. XX mantém-se na sua exploração mesmo quando os preços agrícolas descem e a sua situação económica geral se degrada. Ele aceita a queda das receitas ou procura opor-se-lhe através de trabalho suplementar. Só quando a discrepância entre os ganhos na agricultura e na indústria se torna muito grande é que ele volta as costas à agricultura. - A maioria dos agricultores nos Estados Unidos comporta-se de maneira totalmente diferente. Assim que as relações de preços se tornam desfavoráveis e que o cultivo das suas terras já não se revela compensador, eles procuram outras terras, de melhor qualidade, para a sua exploração agrícola ou transferem-se para a indústria, saem portanto do sector.

Laços fortes, provenientes da tradição prendem o camponês alemão à sua exploração, enquanto o agricultor americano ainda possui algo da mobilidade e da impaciência que caracterizavam os primeiros colonos brancos do continente norte-americano. Também *esta* diferença de comportamento é importante para o processo económico nos dois países. Tem de se conhecê-la para compreender as diferenças na agricultura e no abastecimento em bens entre a Alemanha e a América.

Estes e outros imponderáveis, que contribuem decisivamente para modelar a vida económica dos povos, têm, como é evidente, de ser plenamente tomados em consideração pela ciência. O que nós fazemos quando, na estrutura da ordem económica concreta, os encaramos como um dado, ou seja

como uma condição da actividade económica. Para a análise teórica, pertencem ao sexto dado da nossa sequência, a organização jurídica e social.

C. Em conclusão: tal como aconteceu no estudo das múltiplas *formas* económicas, temos de pôr de lado os esquemas usuais, estafados, relativos ao *homem* agente económico, para vermos os indivíduos na economia tal como eles eram e são: o mercador de Ypres ou Florença no fim do séc. XIII ou de Nuremberga no séc. XV, o artesão alemão do séc. XVIII, membro da sua corporação, o camponês prussiano da mesma época, tão diferente do camponês do fim do séc. XIX. Ou ainda o membro de uma seita americana do séc. XVIII ou um camponês japonês de hoje. Todos eles, assim como os seus comportamentos económicos, têm de ser compreendidos no seu ambiente espiritual, natural e político particular, e temos de evitar fabricar homúnculos sob a forma de tipos reais sumariamente construídos, como por exemplo o «homem medieval» que teria agido de acordo com o princípio de cobertura das necessidades ou o «homem capitalista» dominado pelo princípio do ganho. «Também aqui [se tem de] renunciar voluntariamente a todo e qualquer monismo temporal.» (A. RÜSTOW). Quando abordamos os homens históricos reais, verifica-se que *quanto mais clara é a nossa visão da individualidade histórica dos diferentes homens mais aparente se torna que o seu comportamento em matéria de planos e actuação económicos é ao mesmo tempo constante e múltiplo*. Toda a descrição que ignore um ou outro destes aspectos está errada. A ciência tem de tornar inteligíveis ambos os aspectos. Ela fá-lo mostrando que todos os indivíduos – pelo menos os são de espírito – agem, sempre e em toda a parte, de acordo com o princípio de economia, e que nisto consiste o constante. (O ponto de vista historicista de que o homem se transforma completamente no decurso da evolução histórica está em contradição com os factos.) Por

outro lado, há que identificar as marcas constitutivas da diversidade dos comportamentos económicos dos indivíduos. Isso consegue-se, pondo em evidência as cinco antíteses anteriores. Juntas - combinadas - elas deveriam chegar para caracterizar os homens históricos concretos, pelo menos no que se refere aos comportamentos humanos economicamente relevantes.

Como é que se deve operar esta combinação é o que vamos mostrar com base nalguns exemplos. No fim da antiguidade teve lugar como é sabido uma profunda transformação nas atitudes religiosas e mentais dos indivíduos. Trata-se de uma das maiores revoluções religiosas e mentais da história universal. Em contraste com a época anterior, um grande número de indivíduos não pretendia doravante - do ponto de vista económico - um ganho ilimitado, mas simplesmente satisfazer um nível modesto, constante de necessidades, a fim de ter tempo para os ofícios divinos e de se preparar para a *civitas dei*. Deu-se portanto uma mudança no que se refere ao ponto 2 da nossa sequência. Conjugado com isto está o facto - ponto 3 - que já não se devia ter em vista a «maximização da receita líquida», mas sim o «melhor abastecimento possível». Simultaneamente - ponto 4 -, o alcance dos planos económicos era menor que anteriormente; faziam sentir-se mais fortemente do que antes determinados laços que uniam os indivíduos a novos imponderáveis, e só no primeiro ponto é que o comportamento praticamente não se alterou. Os indivíduos continuavam porém a agir de acordo com o princípio de economia. - Outro exemplo: em que é que um empresário americano contemporâneo A. se distingue de um camponês francês R.? A. age objectivamente de acordo com o princípio de economia (1), tem um nível variável de necessidades ilimitadas (2), age de acordo com o «princípio da maximização da receita líquida» (3), faz planos a longo prazo (4), está além disso pouco inserido em laços tradicionais (5); R., o camponês francês, só subjectivamente age de acordo com o princí-

pio de economia (1), tem um nível de necessidades constante (2), atinge porém a satisfação destas necessidades, agindo igualmente de acordo com o «princípio da maximização da receita líquida» (3), preocupa-se ao mesmo tempo - ainda que de outra maneira, menos arriscada - com o futuro mais longínquo (4) e é fortemente determinado por imponderáveis (5).

Não se trata, com caracterizações precisas como esta, de uma qualquer tentativa de fixar a história vivida numa forma artificial. Constituiria um equívoco completo sobre a missão da economia política. Não é questão por exemplo de representar em toda a sua extensão, através de tais caracterizações, a grande mudança espiritual que se produziu no fim da antiguidade. Seria uma pretensão pura e simplesmente ridícula. Com o outro exemplo também não se pretende descrever a diferença entre o carácter francês e o americano na diversidade das suas origens histórico-universais. O que se deve e tem de atingir é algo de diferente: apreender os efeitos que as particularidades psíquico-intelectuais dos diferentes indivíduos, épocas, camadas sociais e povos exercem sobre o processo económico concreto.

Vemos agora como é que isso é possível: a *constância* do planear e do agir económicos, que em todas as épocas e nações se efectuam em conformidade com o princípio de economia, permite e requer a construção e a aplicação de um único aparelho teórico. Porém, a *multiplicidade* que, paralelamente, se pode observar nos comportamentos económicos exige uma ampliação parcial deste aparelho teórico - como se viu nos pontos B.2 a 5 - ou ainda certas precauções na sua aplicação - como se verificou em B.1. Enquanto que a enorme multiplicidade das ordens económicas concretas se pode superar graças ao sistema morfológico, consegue-se apreender cientificamente a multiplicidade dos comportamentos humanos pondo em evidência estas antíteses.

É assim possível conjugar a compreensão histórica das transformações religiosas, mentais, políticas, morais e psíquicas - como por exemplo no período do cristianismo nascente e combatente - com o conhecimento exacto dos efeitos de tais transformações nos processos económicos concretos⁶⁵.

SEXTO CAPÍTULO

Conclusão

Muitos autores, ao concluírem uma obra, apresentam um resumo. É algo a que tenho de renunciar. Pois não sou capaz de exprimir as ideias principais deste livro numa forma mais concisa que, justamente, a de um livro. Passa-se comigo - com todo o respeito pela grande distância que nos separa - o mesmo que com SCHOPENHAUER que, na sua obra principal, - como ele próprio diz - também queria apenas expor uma única ideia. «Contudo, afirma ele, não pude, apesar de todos os meus esforços, encontrar para a transmitir nenhum caminho mais curto que este livro inteiro.» Quem não tem tempo ou vontade de ler o livro todo e espera encontrar algures um resumo ou uma curta recapitulação que permita num quarto de hora tomar conhecimento do conteúdo principal só poderá ficar decepcionado.

É porém necessário algo de diferente. A fim de evitar equívocos haverá ainda que focar certos pontos. Ao mesmo tempo, há também várias consequências a tirar das ideias desta obra, que se apontaram é certo no corpo do livro, mas precisam porém de ser ainda salientadas e desenvolvidas.

1. À volta da questão de saber se a economia política poderia «quantificar» gerou-se uma discussão prolongada. Com frequência responde-se pela negativa. A economia não consistiria em quantidades, mas sim em entidades com um fim determinado. O economista que pensar em termos de quantidades estará a seguir um raciocínio de ciência da natureza ou

um raciocínio «materialista» e a ignorar o carácter da economia política, enquanto ciência do espírito, ou o carácter histórico da economia. – A isto replica-se que a essência ou o conceito de economia não exclui o pensamento em termos de quantidades, mas que o torna mesmo necessário.

Nesta disputa, nunca se chegará a um juízo definitivo enquanto se partir de conceitos, axiomas, definições ou de quaisquer outros estereótipos. Expresso na linguagem da lógica: não se pode concluir por dedução a partir de determinadas premissas, mas sim por demonstração perante o próprio objecto. Isto é: o carácter dos problemas objectivos que a *realidade* económica nos apresenta e que nós observamos no quotidiano decide da resposta à questão.

Verifica-se então que a questão da *estrutura da ordem económica* não é uma questão quantitativa. A questão, por exemplo, da estrutura da actual ordem monetária alemã, das características da ordem vigente na agricultura, ou seja das ordens económicas parciais e da ordem económica geral correspondente, não exige resposta quantitativa. Contudo, só pessoas alheadas da vida e das lutas económicas podem afirmar que o *outro* problema fundamental da economia política também não é quantitativo. Qualquer operário o sabe melhor. O seu salário é uma quantidade e ele gasta determinadas somas de dinheiro – quantidades – em subsistências, habitação e vestuário. Ele sabe que todos os planos e actos económicos significam planear e agir com quantidades. Exactamente como qualquer dirigente de unidade de produção, com o seu cálculo dos custos, a sua contabilidade, a elaboração dos balanços, o cálculo das perdas e ganhos, os seus planos financeiros, planos de produção e planos de vendas. Noutras épocas, calculava-se com menor precisão mas, em todas as ordens económicas, a actividade económica tem sempre a ver com quantidades. O camponês russo do séc. XVIII que satisfazia as necessidades da sua família predominantemente através de uma economia de direcção central sabia muito bem

que a tensão entre as necessidades e a sua cobertura se exprime em quantidades de pão, carne, vestuário, etc. que eram necessárias e que se tratava de obter. Da mesma maneira, qualquer economia de administração central tem de calcular em quantidades. Por conseguinte, também a ciência tem de perguntar porque é que se produzem determinadas quantidades, como é que se opera quantitativamente a repartição das correntes de bens entre os grupos de consumidores e entre os consumidores individualmente, porque é que têm lugar determinados investimentos e de que é que depende a distribuição espacial das quantidades de bens. Como, em todas as ciências, as soluções têm sempre de ser adequadas aos problemas, a economia política tem de dar respostas quantitativas a estas questões quantitativas. - Se, por exemplo, a questão da estrutura da ordem actual da esfera monetária americana não requer uma resposta quantitativa, o mesmo não se passa com a questão da forma como se opera a criação de moeda no quadro desta ordem e como é que ela influencia o processo económico americano actual no seu todo.

Os intelectuais que recusam colocar sob a forma quantitativa as questões do quotidiano económico, deixam-se ficar ainda aquém da experiência quotidiana. Entram de resto em contradição consigo próprios pois terão, de qualquer modo, notado que o seu rendimento é quantitativamente limitado, que os preços que pagam diariamente são quantidades e que estão em permanência a comparar os seus rendimentos com as suas despesas. - Precisamente nesta discussão, e em particular numa tese tão alheada da realidade como esta, revelam-se a esterilidade de toda a economia conceptual e a necessidade de não esquecer a intuição simples, imediata.

2. Só através de *questões* apropriadas se pode desvendar a realidade nas suas articulações. A simples descrição de factos não leva muito longe. Do questionar é que tudo depende. Mais precisamente da colocação de questões essen-

ciais. - Tais questões raramente são colocadas pelo indivíduo pré-científico. A maioria dos indivíduos só se interessam pela sua esfera imediata: a exploração agrícola, a fábrica, a família e aquilo que os rodeia. O seu horizonte não se estende para além disto. Não são conduzidos a colocar as questões da ordem económica ou da articulação geral do processo económico global das quais a economia política parte.

Porém, como é que se chega ao enunciado das questões económicas *apropriadas*? Dado as questões serem suscitadas pela própria realidade vivida, parecem depender do bel-prazer dos indivíduos. «Podemos perguntar *o que quisermos*, e colocaremos questões sobre *o que nos interessa*.» (A. AMONN). Não nos ensina a história de todas as ciências que as problemáticas são determinadas por interesses práticos e por correntes de ideias inconstantes? Não é - afirma-se - a realidade económica que impõe certas questões, mas sim o indivíduo que aborda a realidade com a sua problemática pessoal. Assim, logo no questionar, exprime-se um ponto de vista pessoal. - Se esta maneira de ver estivesse correcta, toda a economia política, ao partir de questões subjectivamente determinadas, estaria dependente de juízos subjectivos, o que conduziria necessariamente a uma justaposição caótica das direcções da pesquisa.

Ora, é um facto que a história das ciências mostra que as suas problemáticas foram frequentemente suscitadas pelas exigências do momento e pelo espírito do século. É fácil demonstrá-lo justamente no que se refere à origem das problemáticas da economia política. Até este ponto temos de estar de acordo. - Mas com isto não está tudo dito. Ao mesmo tempo verifica-se que só subsistem aquelas questões que se revelam fecundas. Pode certamente mostrar-se que a questão da articulação geral do *processo* económico levantada pelos clássicos foi fortemente sugerida pela situação geral, político-económica e no plano das ideias, que se verificava no séc. XVIII. Porém ela foi *posta à prova*. Mostrou-se que, sem a sua solução, não era possível explicar a existência económica dos indivíduos.

Por muito diferente da do fim do séc. XVIII que seja a situação geral de hoje ao nível político-económico e no plano das ideias, a ciência tem de continuar a colocar esta questão e a procurar responder-lhe. Pôr esta questão de lado significa renunciar ao conhecimento do processo económico. - O mesmo se passa com o outro problema fundamental que a economia política tem de colocar e resolver: a questão da *ordem* económica. O que quer que seja que suscitou esta questão, ela revela-se no seu tratamento fecunda e indispensável; ela é produtiva e deve por conseguinte ser colocada.

Duas questões dominam por conseguinte a economia política: a questão das formas em que tem lugar a actividade económica e a questão do processo económico que quotidianamente se desenrola no quadro das formas dadas. A diferente estrutura destes problemas fundamentais confere à economia política o seu carácter próprio.

Dos dois problemas fundamentais e do seu tratamento resulta necessariamente uma longa série de problemas concretos. Após se ter colocado por exemplo a questão da articulação geral do processo económico concreto, o seu estudo conduz necessariamente à grande antinomia e à questão de como a superar. Cada passo no sentido da superação da antinomia conduz a novos problemas, o caminho conduz assim, passando pela solução de mais problemas, a novas tarefas. Só com a aplicação do sistema morfológico e da teoria aos problemas concretos é que esta longa série de questões, respostas e novas questões encontra o seu termo. - E assim, *não têm* finalmente de reinar os juízos subjectivos e o arbitrário na formulação dos problemas fundamentais e dos problemas concretos da economia política, mas sim a orientação em função do objecto e o raciocínio consequente. Não podemos na economia política, como em qualquer outra ciência, perguntar - à maneira de AMONN - «o que quisermos». Temos antes de eliminar os problemas que se revelam falsos problemas. E só podemos colocar e manter-nos fiéis às questões

cujo estudo permite penetrar na realidade, ou seja que são postas à prova com sucesso.

3. Os dois problemas fundamentais, à volta dos quais tudo gira, surgem é certo da experiência quotidiana. Porém (abstraindo do facto que a grande maioria dos industriais, camponeses, comerciantes, operários, etc. não os levantam), não se consegue, com a ajuda da experiência quotidiana, resolvê-los. Aparece-nos assim, como missão principal da economia política, ascender da experiência quotidiana contraditória e pontual à experiência científica.

Pergunta-se, contudo, se a economia política *pode* de facto chegar à experiência científica e se, por conseguinte, ela *pode* constituir-se em ciência.

A esta questão respondemos pela afirmativa. - Porém, o método que conduz a um resultado positivo tem muito de particular. A repugnância de muitos economistas em penetrar na unidade económica tem de ser completamente superada. Esta relutância explica-se com frequência pelo receio de perder dessa maneira de vista o todo, do qual cada família ou unidade de produção concreta é apenas uma pequeníssima parte. Este receio é contudo infundado. É precisa e unicamente através do estudo da estrutura da *ordem* da unidade económica concreta e através da abstracção «por acentuação e realce» que se conseguem elaborar tipos ideais que, não só tornam possível, pela sua aplicação, conhecer a estrutura das *ordens* económicas históricas, mas também proporcionam a base para a enunciação de proposições teóricas e, por essa via, para o conhecimento dos *processos* económicos concretos. - A aproximação e a cooperação entre a intuição histórica e o pensamento teórico não se obtêm *empobrecendo* os factos históricos e restringindo a teoria a certas épocas. Procedendo desta maneira perdem-se as duas coisas: a intuição histórica e a análise teórica. O caminho que conduz ao objectivo é na direcção oposta: o economista que, pelo pensamento

teórico, pretender descobrir as articulações da economia, tem de - a despeito das aparências - *ir até ao extremo na observação da realidade concreta*.

4. De importância decisiva para levar a cabo o processo de conhecimento e atingir a experiência científica é a aplicação do *método de abstracção* adequado, no ponto apropriado. No primeiro plano tem de estar - como se viu - a «abstracção por acentuação e realce» que se opera no estudo da unidade económica e torna possível penetrar cientificamente a economia concreta. (A negligência deste processo de abstracção contribuiu substancialmente para a perda de contacto com a realidade constatada na economia política.) Em contrapartida, a «abstracção generalizante», em que se opera uma distanciação da realidade, terá de passar um tanto ou quanto para segundo plano. Ela desempenha porém um certo papel na «aplicação», mais precisamente na determinação científica das ordens económicas concretas, isto é, ao pôr-se em evidência as formas elementares «dominantes» e «complementares».

Com base na abstracção por acentuação e realce, a economia política extrai «tipos ideais» que são, como se mostrou, algo de completamente diferente dos «tipos reais» correntes^{66, 66a} - Este método procede por rodeios dado extrair da economia real as formas elementares que a compõem; como o número destas formas elementares era e é perfeitamente limitado, obtém-se assim uma simplificação que torna possível o conhecimento científico da multiplicidade incalculável das ordens e processos económicos. «Se se quisesse desenvolver a teoria para a totalidade das constelações de condições possíveis, isso constituiria um empreendimento gigantesco ou mesmo utópico, comparável à tipografia que dispusesse, para cada palavra da nossa língua, de um carácter especial. Em contrapartida, se dispusermos, sob a forma de um sistema morfológico, de um carácter para cada uma das letras, não existe nenhuma dificuldade insuperável

em desenvolver, em função das necessidades, as combinações necessárias à resolução de problemas concretos.» (F. W. MEYER).

5. A morfologia e a teoria económica têm portanto a sua origem na análise da economia concreta e constituem *instrumentos* para se atingir a experiência científica. Elas servem para penetrar cientificamente na realidade económica. Preenchem uma missão, que é a missão central da ciência: descobrir relações necessárias e unidade onde o pensamento ingénio vê acaso e arbitrário.

As pessoas com mentalidade puramente empírica ressentem habitualmente uma aversão imediata pelos trabalhos teóricos e não estão dispostas nem aptas a tomar conhecimento deles. Elas deveriam estar conscientes que se excluem assim do círculo dos que são capazes de compreender a realidade económica. - Simultaneamente, esclarecem-se dessa maneira muitos equívocos sobre a missão e o carácter lógico da teoria económica, largamente difundidos mesmo nos círculos dos economistas teóricos. Por exemplo: a teoria conteria fórmulas que deveriam «descrever» a existência histórica, concreta; ela condensaria todas as experiências e teria o seu lugar, por assim dizer, no fim da ciência. Ou então opõe-se pura e simplesmente a experiência à teoria e fala-se de teorias que não estão em conformidade com a experiência ou com a «prática». - Tão-pouco se pode deduzir a teoria de definições. - Também não é uma ideologia de carácter universal que, à maneira de um nevoeiro, descenderia sobre a economia concreta. A teoria genuína resulta da estrita aplicação da *razão* ao estudo dos *factos* com vista à explicação científica da economia concreta. As ideologias surgem, como se viu, de impulsos da vontade, são frequentemente instrumentos da luta económica e ocultam à vista a economia real. - Finalmente, também não é teoria um sistema de conceitos e definições que seria um preliminar obrigatório ao estudo dos factos e que nem tem funda-

mento nem está em relação com a realidade histórica. – A teoria genuína não está nem no início do estudo da economia real, como crêem os economistas conceptuais, nem no fim, como afirma o empirismo, nem ao lado do estudo dos factos, como pretendem os «dualistas» extremos, mas sim no centro do processo do conhecimento; ela é um instrumento que se cria a fim de possibilitar a experiência científica.

As pretensões com que a teoria – assim como a morfologia – se apresenta são ao mesmo tempo modestas e grandes. *Modestas* na medida em que ela pretende ser apenas um instrumento, não o fim, do conhecimento. *Grandes*, porém, na medida em que ela pretende servir de instrumento universal do conhecimento. Toda a realidade económica pode ser apreendida cientificamente através deste instrumento. Não no sentido de as mesmas formas puras, que constituem a morfologia, ou as mesmas proposições teóricas serem sempre «actuais», porém no sentido de haver sempre uma componente determinada do aparelho intelectual apropriada para, quando aplicada, explicar na sua estrutura e no seu funcionamento a realidade económica de um determinado lugar e de uma determinada época⁶⁷.

6. Na elaboração da imagem do mundo económico operada pela economia política científica cabe às *definições* um importante papel. Elas resumem resultados da análise objectiva e possibilitam assim o trabalho ulterior com esses resultados. A substituição gradual dos conceitos imprecisos da linguagem corrente, com que a economia política *tem* inicialmente de trabalhar, por conceitos cientificamente definidos é tornada possível pelos progressos da análise objectiva. Ao mesmo tempo, ela faz avançar esta última.

Peguemos *num* conceito, concretamente o conceito de preço. Defini-lo cientificamente antes da análise objectiva, ou seja à partida, é impossível. No início da análise, a economia política não sabe mais sobre o preço do que a experiência

quotidiana. Mas quando, no decurso da análise dos factos, se elaboram os «sistemas económicos», é o próprio tratamento científico dos problemas que esbarra com o preço, tendo de (e podendo) proceder a uma delimitação rigorosa do conceito. Verifica-se então que o preço tem na «economia mercantil» e na «economia de direcção central» significados totalmente diferentes. Na economia mercantil, com as suas inúmeras unidades de produção e agregados familiares é necessária uma coordenação dos planos individuais que se opera nos preços. A formação dos preços encontra-se assim no centro do sistema económico global, tem funções extensas, precisamente definidas, e todas as actuações têm de se pautar pelos preços. Totalmente outra é a situação na economia de direcção central, onde *uma* instância dirige, por meio dos seus planos, os acontecimentos económicos e onde os preços - na medida em que estes pura e simplesmente existam, o que (como se mostrou) não é o caso em todas as variantes deste sistema económico - são algo de diferente. Se neste estágio da análise é possível e necessário definir o que é o preço, a etapa seguinte, concretamente o estudo das formas de mercado, conduz à definição do «preço de monopólio», do «preço concorrencial», etc. Na definição, condensase em cada caso o conhecimento que se foi elaborando passo a passo. O conceito de preço adquire então um conteúdo real e uma delimitação rigorosa. - Opera-se a mesma transformação com outros conceitos como ordem económica, unidade de produção, valor, capital, moeda, etc. Utilizados inicialmente com o sentido impreciso da linguagem quotidiana, tornam-se no decurso da análise conceitos bem definidos e susceptíveis de utilização científica. A sequência das definições mostra como a ciência gradualmente se extrai da experiência quotidiana.

É frequente atribuir-se às definições um outro lugar na economia política. Muitas vezes elas aparecem no início e os trabalhos de numerosos economistas caracterizam-se precisa-

mente por *começarem* com definições. Os motivos que os levam a proceder assim são variados.

Alguns acham que a ciência tem de começar por definir economia, produção, preço, etc. porque ela trabalha desde a origem com conceitos e que os conceitos de que ela se serve terão certamente de ser clarificados antes de serem utilizados. - A isto haverá que responder que é evidente que trabalhamos sempre com conceitos. Também a economia política, logo à primeira observação do seu objecto e à primeira questão que levanta, precisa de conceitos. Não existe a esse propósito a mínima dúvida. Mas, justamente, não se pode daqui concluir que a economia pode ou que tem de começar com definições. Como é que ela pode dizer, *antes* de estudar o objecto, o que são a ordem económica, a unidade de produção, o preço, o valor, o capital, etc.? Se tenta fazê-lo, introduz nas definições, e por conseguinte na ciência, ideias desprovidas de fundamento científico. Insinuam-se assim na economia política, através das definições, opiniões confusas ou interessadas, e ideologias.

Outros economistas colocam as definições no início principalmente para delimitarem o objecto de que se vão em seguida ocupar. Eles procuram por exemplo definir logo à partida o conceito de «economia» a fim de assim determinarem o objecto da economia política. - Esta delimitação é contudo irrealizável através de definições e é aliás dispensável. Irrealizável, porque a ciência não pode delimitar com êxito um domínio que ainda não conhece. Dispensável, porque a delimitação resulta dos *problemas* que surgem e que se têm de resolver. O domínio de cada ciência é delimitado por certos problemas e - como diz MAX WEBER - pelos instrumentos específicos que eles postulam para a sua solução. A ciência, e por conseguinte também a economia política, não surge da identificação de um objecto, que se delimitaria inicialmente com a ajuda de definições e se descreveria mais pormenorizadamente em seguida, mas sim de problemas que se levantam e

de métodos de investigação que se põem em prática a fim de os resolver e de chegar a resultados.

As definições são finalmente postas em evidência por uma terceira razão de natureza diferente: muitos abordam a ciência com teses de que estão convencidos à partida e a ciência não é para eles mais do que uma explicação destas teses. As definições com as quais se inicia o raciocínio servem nestes casos para introduzir na ciência as teses pré-cientificamente postuladas. É a postura dos já nossos conhecidos economistas conceptuais propriamente ditos⁶⁸.

7. Nos seus esforços com vista à resolução dos problemas, a economia política depara com o facto - de importância decisiva - de os indivíduos, a fim de superarem a raridade de bens existente, agirem sempre e em toda a parte com base em *planos económicos*. Este facto requer que o estudo, quer da estrutura da ordem económica de todas as economias concretas, quer do processo económico quotidiano, incida inicialmente sobre os planos económicos concretos e os seus dados. Encontra-se, por assim dizer, aqui a porta por onde a economia política penetra na realidade económica. Aqui tinha igualmente de começar o nosso tratamento de ambos os problemas (*cf.* pp. 82 *sqq.* e 206 *sqq.*) e este início decidiu do percurso ulterior.

8. A ciência económica tem de ser *sistemática*. «Não se pense que isso é a expressão de um simples pendor estético da nossa natureza. A ciência não pretende nem pode tornar-se o campo de um jogo arquitectónico. O carácter sistemático que é próprio da ciência - da ciência genuína e legítima, naturalmente - não é inventado por nós, mas reside no objecto, onde nós simplesmente o encontramos, o descobrimos. A ciência pretende ser o instrumento que permitirá conquistar para o nosso conhecimento o reino da verdade, e isto da maneira mais completa possível; o reino da verdade

não é porém nenhum caos desordenado, nele impera a unidade da lei.»⁶⁹.

Dado cada família e cada unidade de produção serem membros de uma ordem muito ampla e cada acto económico ser uma componente do processo global, é necessário compreender na sua articulação a ordem global e o processo global. Nós não agregamos a sistemática aos factos: deparamos ali com ela. Dado os fenómenos económicos constituírem um todo interdependente, a economia política tem de oferecer um conjunto de conhecimentos formando um todo internamente articulado. Ela fá-lo ao desenvolver um «sistema morfológico» e uma «teoria sistemática». A articulação geral das coisas – a estrutura da sua ordem económica e a articulação dos processos económicos – tem de encontrar correspondência na articulação interna do sistema científico. De outro modo, o conhecimento científico seria incompleto. Sistemático significa pois: ordenado uniformemente e articulado.

A exigência de se situar cada questão no quadro do todo económico, isto é, de proceder sistematicamente, vai de encontro a duas correntes de ideias contemporâneas. – Com o contínuo refinamento dos métodos teóricos, são numerosos os economistas que preferem em medida crescente lançar-se em estudos de pormenor sobre certas relações entre variáveis, e a opinião de que a economia se resolveria em teoremas isolados ganha terreno. Todas as questões específicas, por exemplo sobre a direcção da produção, sobre a formação dos salários, sobre os efeitos da poupança, etc., são simples aspectos de *uma* questão cardeal: a da articulação geral do vasto conjunto de processos interdependentes que se desenrolam quotidianamente na economia social. Daí resulta a necessidade de uma teoria sistemática adequada à articulação geral efectiva.

Em segundo lugar, vamos de encontro à opinião geral, dominante, mesmo para além dos círculos científicos, de que o pensamento sistemático é em geral nocivo. A vida seria mais

forte do que qualquer sistema. A oposição entre a realidade viva e a razão que pretende tudo ordenar apareceria da maneira mais nítida nos esforços da razão para criar sistemas. Os *sistemas* seriam uma coisa de épocas passadas; o interesse do presente é pela *vida*. Do ponto de vista da história das ideias, esta recusa moderna do pensamento sistemático é fácil de explicar. Ela resulta do avanço do irracionalismo e do voluntarismo. A crítica aos sistemas, na economia política, noutras ciências e em particular na filosofia, que aquelas correntes inspiraram não era injustificada naqueles casos em que a construção de sistemas partia de hipóteses sem contacto com a realidade. É então sem dúvida grande o perigo de o sistema nos tornar cegos à realidade e de conduzir ao doutrinário. Mas a crítica contra as ciências sistemáticas cai num erro quando se torna ela própria doutrinária e quando ignora que se têm de formar sistemas onde as articulações efectivas o requerem. A renúncia a um sistema significaria na economia política renunciar ao conhecimento da realidade económica plena.

9. Na superação das *opiniões e ideologias* de interesses reconhecemos precedentemente uma tarefa essencial da economia política. Só têm valor científico as soluções dos dois problemas que realizam esta superação. Ora, só uma ciência que se apoie numa observação precisa dos factos e que progrida através de um raciocínio cujos passos sejam imediatamente claros e inteligíveis se pode extrair do nevoeiro da experiência quotidiana. Ao mesmo tempo, a ciência precisa de se orientar rigorosamente pela ideia de verdade. De outro modo, existe o perigo de ela se entregar às opiniões e ideologias de interesses.

Do que se disse deduz-se igualmente a razão por que os economistas não raro ignoraram esta sua importante missão. Faltava-lhes muitas vezes um método seguro para penetrar na realidade económica. A sua *intuição* dos factos era deficiente,

pelo que eles estavam frequentemente dependentes de especialistas práticos. Faltava ainda muitas vezes um conhecimento da articulação económica geral que só com a ajuda da *teoria* se pode adquirir. Quem por exemplo não está solidamente instalado na teoria monetária, não é capaz de analisar por si próprio acontecimentos da esfera monetária, como por exemplo as desvalorizações, e está dependente das declarações dos práticos bancários que na maioria dos casos são determinadas por interesses. - A economia política sofreu finalmente do facto de o historicismo, o pragmatismo, o positivismo e outros movimentos de ideias do século passado terem relativizado a ideia de verdade, esbatendo assim a distância enorme, de uma importância decisiva, entre a «experiência quotidiana» e a «experiência científica». Talvez nenhuma ciência tenha sofrido mais disto do que a economia política⁷⁰.

10. *As rápidas mudanças históricas* da época recente colocaram a economia política numa posição difícil. Quando as ordens económicas se alteram tão rapidamente, como aconteceu em muitos países durante os últimos decénios, ela parece estar condenada a uma obsolescência acelerada. Para que servem estudos dos preços concorrenciais - ocorre perguntar - quando a concorrência desaparece e em seu lugar se instala o monopólio ou a administração directa pelo Estado? Qual a utilidade de análises monetárias, empreendidas há dez anos quando as ordens monetárias realizadas eram totalmente diferentes das actuais? - Os economistas procuram tirar-se de apuros - como se mostrou - adaptando-se o mais rapidamente possível às circunstâncias do momento e inventando teorias que pareçam corresponder-lhe. Estamos mais uma vez perante uma situação em aparência paradoxal. Quanto mais os economistas prestam uma atenção exclusiva às circunstâncias do momento, quanto mais absolutizam a ordem económica momentaneamente existente no seu país,

quanto mais desesperados os seus esforços para serem modernos, mais rapidamente se tornam obsoletos. Cada viragem na política económica, eventualmente cada reforma de alguma importância do direito da concorrência e da constituição monetária, lançam então por terra os seus edifícios teóricos. Pois as análises anteriores diziam respeito a uma situação que entretanto se alterou, a uma ordem económica anterior, e os economistas têm de se esforçar por elaborar novas teorias temporalmente determinadas cuja validade expirará com a próxima modificação da política económica. E assim por diante, numa mudança permanente. Desta maneira, a economia política perde toda a consistência; ela corre atrás dos acontecimentos; sai de uma crise para cair noutra.

Em contrapartida, o sistema morfológico e teórico criado através de um processo de abstracção por acentuação e realce sobrevive às vicissitudes da mudança histórica. Sem dúvida que para isso são necessárias duas coisas. Este sistema tem de ser suficientemente amplo. Não se pode extraí-lo apenas de estudos dos factos da época presente. Não se pode ter em conta apenas, como diz CARL MENDER, «um único corte transversal na evolução histórica, o do presente». As economias de todas as épocas e de todos os povos são importantes para a economia política. O horizonte histórico do economista tem de ser vasto. Só através do estudo de ordens económicas de diferentes espécies surgirá um sistema morfológico e teórico amplo e utilizável. Quanto mais longe no passado e noutras civilizações económicas o olhar atingir, mais aptos estarão o sistema morfológico das formas puras e o sistema das proposições teóricas assim obtidos a sobreviver às vicissitudes do futuro. Em segundo lugar, tem de se compreender o carácter lógico do sistema económico e reconhecer a diferença fundamental entre «verdade» e «actualidade». Com a mudança das instituições, só muda a actualidade das diferentes partes. Apenas isso. Proposições teóricas hoje inactuais podem dentro de poucos anos ser de novo actuais.

É bem possível que muitas vezes, por exemplo com o aparecimento de novas ordens monetárias, anteriormente desconhecidas, se revelem necessários certos complementos no número dos sistemas monetários ou noutros pontos do aparelho conceptual. «Acabado» nunca este aparelho estará. Para além disso, a sua aplicação levanta continuamente novos problemas. Mas tudo isto não altera nada ao facto que a economia política nunca poderá ser totalmente surpreendida se o seu aparelho conceptual for extraído de uma ampla experiência histórica (com base porém numa análise profunda de cada uma das entidades). Ela ganhará em serenidade e segurança perante as vicissitudes históricas; tornar-se-á em maior medida uma ciência à prova de crises.

11. O conhecimento da realidade económica pressupõe, sem dúvida, que se destaquem os problemas económicos enquanto problemas *específicos*, mas, ao mesmo tempo, que eles sejam vistos no seu contexto *histórico-universal*. Por exemplo, apenas se logrará conhecer a realidade económica alemã actual se se resolverem, não só as questões específicas da estrutura da sua ordem económica e das articulações do processo económico quotidiano, mas também, ao mesmo tempo, se reconhecer a ligação dos fenómenos económicos com a totalidade da vida da nação, com os acontecimentos políticos e sociais e com os movimentos de ideias.

A visão unilateral, numa ou noutra direcção, é perigosa. O tratamento separado, unilateral, das questões económicas, com negligência da interligação sempre presente de todos os domínios da vida social, traz resultados que não reflectem a realidade concreta, como acontece por exemplo com as construções de estádios económicos ou com as teorias da conjuntura correntes. - Quem, inversamente, vê apenas a interdependência histórico-universal de todos os domínios da vida social e crê não ter em geral de colocar e estudar separadamente as questões económicas em si, não está em condições

de penetrar analiticamente a realidade, permanece diletante, não vê as articulações económicas objectivas e obtém apenas uma imagem vaga. Foi o que aconteceu aos economistas românticos de épocas passadas e recentes.

Entre os esforços da economia política tendentes a resolver os problemas específicos da ciência e a sua aspiração a uma compreensão da histórica universal existe uma certa tensão com que nós deparámos continuamente no decurso do nosso estudo. Esta tensão é necessária e fecunda e não pode ser eliminada⁷¹.

12. No início, ao apreendermos os problemas, tivemos de fazer uma crítica das construções tradicionais de estádios e estilos. Agora, no fim, poder-se-ia colocar a questão de saber se os resultados a que chegámos nos tinham aproximado de novo dos estilos e estádios, se por exemplo a descrição das ordens económicas concretas (a) ou a construção do sistema morfológico ideal-típico (b) poderiam ser encaradas como uma *continuação da teoria dos estádios e estilos* e dos sistemas económicos real-típicos.

A resposta é negativa.

a) As *ordens* económicas não têm qualquer parentesco com os estádios ou os estilos económicos. São algo de totalmente diferente.

Em primeiro lugar, a ordem económica é um fenómeno *individual*; o estádio ou o estilo económico é em contrapartida um *tipo*. - Nós queremos investigar a ordem económica ateniense no tempo de Péricles, a ordem económica totalmente diferente da Itália do séc. I ou as numerosas ordens económicas antigas; não procuramos encerrar esta multiplicidade num estádio ou num estilo como por exemplo «economia doméstica» ou num pequeno número de estilos ou estádios. Existiu uma ordem económica na Alemanha oriental do séc. XIII e uma ordem económica de outra espécie nas cida-

des da Flandres cerca de 1270 e ainda uma outra ordem económica flamenga por volta de 1350 (cf. pp. 280 *sqq*). Todas elas são fenómenos individuais. Pelo contrário, a teoria dos estádios e dos estilos fala de «economia urbana» ou de «capitalismo primitivo». - Existia em 1940 uma ordem económica alemã determinada que, como se mostrou, tinha um aspecto substancialmente diferente da ordem económica de cerca de 1900. A teoria dos estádios procura contudo representá-las ambas, assim como muitas outras situações históricas, através do tipo «economia nacional».

Intimamente relacionada com a primeira verifica-se uma segunda diferença. O modo como os estádios e estilos são *construídos* é totalmente diferente da maneira como as ordens económicas são *identificadas*. Os estádios, níveis e sistemas económicos real-típicos são construídos a partir de uma característica ou de uma série de características: assim foram criados tipos reais como «capitalismo», «economia urbana» ou «economia doméstica». Nas ordens económicas procede-se de modo totalmente diferente. Aqui, tratando-se de identificar factos individuais, o conhecimento tem como ponto de partida uma questão, a saber: a questão da estrutura da ordem económica. Qual é a estrutura da ordem económica na Alemanha actual? Ou nos Estados Unidos por volta de 1800? Verificou-se que não se pode responder directamente a esta questão, que se tem antes de seguir um raciocínio com alguns rodeios. Ele conduz - passando pela elaboração de uma morfologia que consiste em sistemas económicos ideal-típicos, variantes da economia de direcção central, formas de mercado, formas fundamentais da economia monetária e sistemas monetários - ao objectivo: por exemplo a identificação das ordens económicas actuais ou das que existiam por volta de 1800. A teoria dos estádios e estilos ignora esta forma de questionar e este itinerário. Em terceiro lugar, os estádios e os estilos económicos devem constituir a base de análises teóricas; as ordens económicas não. - Já sabemos que, de

facto, ainda não se construíram nem podem em geral construir-se tais «teorias temporalmente determinadas» para cada um dos estádios e estilos, para a economia urbana ou para o capitalismo, por exemplo. Mas este desígnio existe e constitui um motivo essencial da construção de estádios e estilos. A construção das ordens económicas não tem este objectivo. Tentativas deste género estariam - como igualmente se mostrou - condenadas ao fracasso. Pois o número das formas económicas que se realizam em cada uma das ordens económicas é demasiado elevado e elas estão combinadas de maneira tão individual que as ordens económicas não representam constelações de condições que possibilitem análises teóricas. Em vão se empreenderia por exemplo a elaboração, para as ordens económicas alemãs de 1900 e de 1940, de teorias específicas destinadas a explicar respectivamente os processos económicos de 1900 e de 1940. (As teorias deduzem-se antes com base nas formas económicas puras, nos sistemas económicos ideal-típicos com as suas variantes.) - Precisa-se é certo de conhecer as ordens económicas concretas e as suas formas económicas dominantes para se lhes poder *aplicar* o aparelho teórico; uma aplicação que porém, mais uma vez, não existe na teoria dos estádios e estilos.

b) Tão-pouco como as ordens económicas, têm os *sistemas* económicos, as formas da economia de direcção central, as formas de mercado e os sistemas monetários, em suma todo o sistema morfológico, algo de comum com os estádios e estilos. Trata-se aqui de formas puras, de tipos ideais, que não pretendem - ao inverso dos estilos, estádios e sistemas económicos real-típicos - *retratar* sumariamente a realidade em certos cortes transversais. Eles têm outro objectivo, são obtidos de maneira diferente e têm outro carácter lógico. Não é pois anódino estabelecer paralelos entre, por um lado, esta ou aquela característica de certas séries construídas de estilos e estádios e, por outro, os caracteres distintivos dos sistemas

económicos ideal-típicos. Esquece-se então com toda a facilidade que o estádio-estilo e o sistema morfológico se situam por assim dizer em dois níveis totalmente diversos. – Se se tiver além disso em mente que também as teorias têm num e noutro método significados inteiramente diferentes – temporalmente determinadas na teoria dos estádios e níveis, enquanto no outro método o são apenas na sua actualidade e não na sua veracidade –, ter-se-á uma ideia da importância do fosso que os separa.

Em suma, não se construiu aqui um edifício diferente com as mesmas pedras que na teoria dos estádios e estilos: já as pedras são diferentes num e noutro caso. Está-se perante outra relação ao presente e ao passado historicamente dados, tanto no que se refere ao homem agente económico como no que se refere às instituições. Assim como perante outra relação à razão. – Isto não é especialmente dito para fazer valer pretensões de originalidade. As pretensões de originalidade, tendo em vista a importância da ciência e das suas missões, são sempre ridículas. A linha de separação tem de se traçar claramente apenas para que não continuemos a construir um edifício que a economia política já anda há demasiado tempo a construir, que não é habitável e que também no futuro não se pode tornar habitável².

13. Era e é hábito arrumar as diferentes ciências em *rubricas* determinadas a fim de, com base nessa classificação, se lhes atribuir determinadas metodologias. A economia política foi assim frequentemente afectada às chamadas ciências do espírito e oposta às ciências da natureza, aplicando-se-lhe em seguida uma chamada «metodologia das ciências do espírito». Ou, inversamente, aproximou-se a economia política das ciências da natureza e tentou-se conduzi-la com métodos da física, por exemplo. Quer num caso quer noutro, o processo não é aceitável. Cada ciência tem de desenvolver os seus métodos e o seu carácter geral unicamente a partir das parti-

cularidades dos *seus* problemas objectivos e em relação com o seu trabalho sobre estes problemas. São sempre os problemas objectivos que a realidade oferece e que precisam de solução que impõem o método. Da particularidade dos seus dois problemas fundamentais - que requerem tratamento histórico-descritivo e teórico numa forma específica - resulta a particularidade da economia política. O seu lugar no universo das ciências determina-se em conformidade.

Ela tem de afirmar a sua independência em relação às restantes ciências que têm justamente problemas de outro género a resolver. E falha obrigatoriamente quando nela proliferam métodos de investigação que têm a sua origem na historiografia ou nas ciências da natureza e que não surgiram da confrontação com a grande antinomia. Dado nenhuma outra ciência ter da mesma maneira de resolver problemas objectivos com este carácter dual, qualquer transposição simples para a economia política de reflexões metodológicas que tiveram lugar noutras ciências é ilícita e susceptível de induzir em erro.

Porém, precisamente quando se põe plenamente em evidência a *particularidade* da economia política e se leva assim tão longe quanto possível o conhecimento da economia real, aparecem pontos de contacto com outras ciências. É que o isolamento das diferentes ciências, que com razão se deplora, não pode ser superado através de catalogações superficiais - por assim dizer, de cima -, *mas apenas através do trabalho nos próprios problemas objectivos*, ou seja a partir de baixo. Constatam-se então, em primeiro lugar, muitos pontos de contacto com a historiografia económica. Mas a ligação com outras ciências históricas, no caso de elas serem conduzidas numa perspectiva realmente histórico-universal, também são muito estreitas. Foi uma questão que já tratámos em pormenor.

14. De todo o raciocínio anterior resulta que a separação entre a economia da empresa e a economia política não se

pode manter. Ela só se justificaria se estivéssemos em presença de grupos de problemas particulares. Pois só a autonomia dos problemas pode fundar a autonomia das ciências.

- Os problemas da economia política e da economia da empresa estão ligados. As empresas e as famílias são membros da ordem económica global e os processos que têm lugar nas famílias e nas empresas são constituintes elementares do processo económico global. Os dois problemas fundamentais da economia política são também os dois problemas fundamentais da economia da empresa: a estrutura e a gestão das empresas e das famílias só se podem compreender no quadro da ordem económica e do processo económico global. Por isso todos os economistas de empresa científicos são levados necessariamente a estudar as ordens económicas e a articulação geral da economia mercantil. Não há a mínima razão para *uma* ciência - a economia da empresa - se ficar pelos dados da unidade económica e a *outra* - a economia política - os ignorar. Que o economista de empresa estude mais as articulações no seio das empresas e das famílias, e o economista nacional mais as ligações das unidades económicas entre si é, tendo em atenção a dimensão do problema, compreensível e correcto. Porém, a diferença de ênfase não deve conduzir a uma cisão em duas ciências.

Como na cisão entre economia política histórica e teórica também aqui se aplica a proposição que com a cisão da ciência os problemas são abandonados sem solução. Se o economista se ocupa da ordem económica global ou dos processos económicos globais sem conhecer os agentes dessa ordem económica - as empresas e as famílias - o resultado é a perda de contacto com a realidade. Como é que se pode compreender por exemplo a estrutura de uma ordem agrícola moderna quando não se têm sólidos conhecimentos sobre a estrutura das explorações de todas as dimensões? E como é que se querem compreender as articulações económicas globais na esfera monetária actual quando não se domina a técnica

bancária moderna e não se é capaz de ler com toda a precisão o balanço de um banco? - Inversamente, uma economia da empresa que se encerre na unidade económica isolada nunca poderá apreender o *sentido* da estrutura e da actividade da unidade económica, incluindo a elaboração dos balanços ou o cálculo dos custos. O seu horizonte é demasiado estreito e ela não vai além de um tratamento pontual e por isso insuficiente dos problemas (*cf.* também pp. 229 *sqq.*).

Se por conseguinte os economistas nacionais ignoram as unidades económicas e os economistas de empresa se encerram na unidade de produção, os dois grupos em conjunto não realizam nem de longe o que realizará *uma* ciência económica que parta da estrutura assim como dos planos e da actuação das unidades económicas e que, dos dados da unidade de produção e do agregado familiar individuais, progrida até aos dados económicos globais, para assim, partindo da unidade económica, chegar ao conhecimento da economia global. Com base neste conhecimento da economia global consegue-se então chegar ao conhecimento científico da unidade económica e dos processos que nela têm lugar, confirmando-se assim a conhecida proposição de BÖCKH que «quem pretenda conhecer exhaustivamente o pormenor, tem de conhecer o todo». A unidade do problema aparece com particular nitidez quando - como na economia de administração central ou na economia autónoma - o processo económico global é dirigido por *uma* instância, uma unidade económica abarcando assim o processo global.

A cisão entre economia da empresa e economia política resultou em particular do facto de muitos economistas tentarem resolver problemas económicos globais contornando as unidades económicas. Surgiu então - onde esta corrente era dominante - um vácuo. A estrutura e o comportamento da unidade económica permaneciam inexplicados. Esse vácuo procurou a economia da empresa preenchê-lo. Por conseguinte, assim que se reconhece a necessidade de descobrir as

articulações económicas globais através do estudo da estrutura da ordem económica e do funcionamento das unidades económicas, desaparecem o vácuo e a separação da economia da empresa⁷⁵.

15. No termo desta análise, é também possível determinar com maior precisão um facto e um importante par de conceitos.

A «ordem económica» é, como se mostrou, um facto individual, dado positivamente. Ela consiste na totalidade das formas realizadas, nas quais se desenrola *in concreto*, em cada caso, o processo económico quotidiano (*cf.* pp. 83 e 268 *sq.*). No decurso da história humana, as ordens económicas variam, sendo a sua multiplicidade incalculável. Verificou-se que uma importante tarefa da ciência consistia em encontrar nesta multiplicidade das ordens económicas as formas fundamentais simples que as constituem. Mostrou-se que isso era possível.

Ilegítimo seria designar as ordens económicas, dadas positivamente, não por este termo, mas por «estruturas» ou termos análogos; falar actualmente por exemplo de uma estrutura económica inglesa. Nestas ordens económicas, trata-se da ligação e da articulação de factos concretos, ou seja, de uma ordem. As ordens económicas foram e são muitas vezes inadequadas; com frequência, o processo económico quotidiano não atinge nelas o equilíbrio. Ou por vezes são injustas. Seja como for, a ciência tem de as estudar e de determinar a sua estrutura. E é justamente a análise das formas económicas que permite descobrir porque é que há desequilíbrio: por exemplo, nos mercados de trabalho em que ocorrem continuamente greves ou *lock-outs*, por eles estarem ordenados em monopólios parciais bilaterais.

Pode-se condenar vigorosamente a ordem económica dos incas, por oposição à ordem económica plena de humanidade do Estado jesuíta: ambas são em igual medida objecto da ciência, assim como as outras ordens económicas históricas.

A palavra «ordem» tem porém ainda outro sentido: o de ordem adequada à essência do homem e do objecto, isto é, de uma ordem em que existe moderação e equilíbrio. Já a filosofia antiga adoptou esta versão do conceito de ordem. Ela procurava na multiplicidade das coisas o plano architectónico do universo. – Na Idade Média elaborou-se a ideia de *ordo* que teve uma influência decisiva na estrutura de toda a civilização medieval. Ela significava a reunião do diverso num todo harmonioso.

Sobretudo em períodos de falência ou injustiça das ordens positivas, esta ideia da ordem essencial, da ordem natural ou do *ordo* adquire regularmente uma grande força. O absurdo da situação concreta dá o impulso nesse sentido. Procura-se a ordem que – ao inverso das ordens existentes – corresponde à razão, à natureza do homem ou das coisas. S^{to} Agostinho desenvolveu esta ideia durante uma dessas situações atribuladas, na transição do séc. IV para o séc. V. Nos séc. XVII e XVIII opôs-se a ordem natural (*ordre naturel*) à ordem positiva (*ordre positif*); mais uma vez com um efeito considerável, por exemplo nos domínios do direito e da organização do Estado e da política económica. Esta ideia renasce hoje, perante a necessidade urgente de encontrar, para as economias industriais, uma ordem económica, social, jurídica e política funcional e conforme à dignidade humana. As versões do conceito podem variar no decurso da história europeia; os objectivos da criação dos conceitos permanecem os mesmos ou são semelhantes.

Ambos os conceitos de ordem são indispensáveis. A ordem como situação de facto, individual, variável, e a ordem enquanto *ordo*. Esta distinção dos conceitos é tão antiga porque surge quase obrigatoriamente da confrontação com a realidade concreta. Os indivíduos querem saber como é que são as ordens concretas e procuram uma ordem melhor. Mas o contraste é forte entre os dois conceitos: as ordens concretas, em que os indivíduos têm de viver, e as ordens adequadas e justas.

Nós separamos estes conceitos, distinguindo entre as «ordens económicas» concretas e a aspiração à «ordem da economia». Esta última não estava em causa nesta obra. Sem dúvida que o estudo das ordens económicas reais e das articulações do processo económico quotidiano não constitui apenas um fim em si. Pois o trabalho intelectual sobre a «ordem da economia» pressupõe um exame científico aprofundado das «ordens económicas» concretas e das suas formas.

16. No que se refere à «ordem da economia», trata-se na época actual do seguinte: a industrialização estende-se a cada vez mais países, passa agora também nos primeiros países a industrializar-se por novos estádios e tem destruído em toda a parte as velhas ordens económicas. Simultaneamente, produzi-ram-se grandes transformações no domínio das ideias e no domínio político que também alteraram ou dissolveram as ordens tradicionais. - As ordens económicas numerosas e em mudança rápida que existiram até agora no decurso desta época da industrialização e em que, como vimos, predominavam em geral as formas da economia mercantil (mas também recentemente da economia de administração central) conduziram a múltiplas perturbações no desenrolar do processo económico, a concentrações de poder, lutas pelo poder e tensões sociais, e aceleraram a massificação.

Essa a razão por que uma importante tarefa actual consiste em dar a esta nova economia industrializada, com a sua ampla divisão do trabalho, uma ordem da economia, eficaz e conforme à dignidade humana, que seja duradoura. Eficaz e conforme à dignidade humana significa que a escassez de bens que, dia após dia, se faz sentir de forma opressiva na maioria das famílias deve ser superada na maior medida possível e de modo duradouro. Simultaneamente, deve ser possível nesta ordem uma vida autónoma e responsável. Esta tarefa, cuja realização é crucial (e não só para a existência económica dos indivíduos), requer a elaboração de uma

«constituição económica» adequada (cf. p. 85 *sq.*) que estabeleça princípios básicos da ordem económica satisfatórios. Que essa tarefa não se realiza por si própria é o que a história do último século nos ensina de maneira enfática. A ordem tem de ser construída com base na reflexão. As questões específicas de política económica - sejam elas questões da política agrícola, da política comercial, da política de crédito, da política dos monopólios, do direito das sociedades ou do direito da concorrência - são aspectos parcelares da grande questão da forma a dar à *ordem global* -, não só nacional, mas também internacional - e às suas regras do jogo. - De há decénios que se criou o hábito de abordar as diferentes questões de política económica de maneira casuística. Porém, a articulação de *todos* os fenómenos económicos requer que eles sejam vistos no quadro dessa articulação e que se aja em consequência. Quando a política económica ignora este facto, ele faz-se sentir de maneira dolorosa na própria realidade. Foi o que aconteceu por exemplo aos Estados que conduziam uma política conjuntural autónoma, mas pretendiam manter-se fiéis ao padrão ouro, ou que, no direito das sociedades, dificultaram a formação de sociedades de capitais, mas não tomaram em consideração que, através da sua política fiscal, mais do que compensaram o efeito daquelas leis.

Estes problemas têm uma tal dimensão e são tão difíceis que só se podem resolver utilizando os resultados da investigação económica científica. Cada medida de política económica tem efeitos sobre a ordem ou o processo globais, e justamente esta articulação geral - que deveria ser determinante para as decisões de política económica - só a economia política científica, aplicando a morfologia e a teoria, a pode conhecer. Em resumo, a economia política tem de, através de um trabalho de reflexão, lançar as bases da elaboração de uma constituição económica para a economia moderna no seu todo. Não se trata aqui de discussões

doutriniais ou ideológicas, mas sim de problemas concretos da ordem da economia⁷⁴.

17. O *pensamento jurídico* e o pensamento económico seguiram no decurso do séc. XIX e no começo do séc. XX os seus caminhos próprios e raramente entraram em contacto. Neste período, era convicção dominante que era sem dúvida necessário impor uma ordem *jurídica* e desenvolvê-la, que porém, da própria evolução, resultaria a formação espontânea de uma ordem *económica* adequada, natural. Não era por conseguinte necessário construir uma ordem económica: ela surgia por si. Em consequência, as ordens jurídicas não continham quaisquer princípios de acordo com os quais as celebrações de contratos, os negócios jurídicos, as fundações de sociedades, etc., que têm lugar quotidianamente, se deviam conjugar num processo económico global eficaz. - Entretanto, reconheceu-se porém que o mundo industrializado moderno não produz por si próprio, no decurso da sua evolução, ordens económicas adequadas, que carece por conseguinte de certos princípios básicos da ordem económica ou seja, de uma constituição económica. Através desta viragem em que hoje nos encontramos alterou-se a relação do pensamento e da prática jurídicos com a realidade económica e a economia política: eles terão em medida crescente por missão cooperar na edificação e na aplicação desta constituição económica. Os diferentes domínios jurídicos - como por exemplo o direito das sociedades, o direito fiscal, o direito dos monopólios, o direito do trabalho, o direito das patentes, o direito das marcas - dependerão substancialmente, em termos de conteúdo e de interpretação, das grandes opções da constituição económica e terão um aspecto muito diverso consoante dominem os princípios económicos básicos da concorrência integral, de outras formas de mercado ou da economia de administração central.

Alguns exemplos: a jurisprudência e a teoria do direito são amiúde confrontados com a questão de saber se é lícita a

venda abaixo do custo. Em geral a jurisprudência procurou decidir arguindo que a venda abaixo do custo seria «contrária aos bons costumes». Com isso porém perdeu toda e qualquer base sólida. Pois serão as concepções muito vagas do juiz sobre o que é o preço razoável e sobre a economia em geral que irão determinar se algo é ou não contrário aos bons costumes. Logo porém que o juiz tenha de partir do facto que a constituição económica que tem de ser realizada reconhece a concorrência como princípio básico da ordem económica, e logo que ele distinga as diferentes formas de mercado – especialmente o oligopólio, o monopólio parcial e a concorrência integral –, estará também apto a distinguir entre a venda abaixo do custo que é conforme aos princípios básicos e aquela, associada às lutas monopolistas, que é ilícita. – Do mesmo modo, a teoria do direito e a jurisprudência só podem compreender o sentido da liberdade de empresa e da responsabilidade ilimitada quando virem nelas institutos da constituição económica. A responsabilidade ilimitada dos empresários tem, numa ordem concorrencial, por objectivo fazer com que aqueles, sob a pressão dessa responsabilidade, disponham com precaução, verifiquem escrupulosamente se, e como, investem capital e o que produzem, e que em caso de insucesso se retirem automaticamente. A responsabilidade ilimitada é inseparável da ordem concorrencial. A sua redução pela política legislativa prejudica o funcionamento desta ordem. Se porém se optou pela direcção centralizada do processo de produção, então ela não tem qualquer função dado a direcção do processo de produção e a selecção dos dirigentes se operarem aqui diferentemente. – Quando a política legislativa se orienta pelos princípios básicos da ordem económica cuja realização se aceita, o procedimento legislativo perante os diferentes problemas adquire um sentido e logra-se coordenar as diferentes medidas legislativas.

Dado a economia política estar hoje empenhada em desenvolver princípios básicos da ordem económica adequa-

dos à elaboração de constituições económicas - internacionais e nacionais - funcionais, e em torná-los produtivos em todos os domínios da política económica, é doravante possível conjugar o pensamento económico e o pensamento jurídico, quer se trate do tratamento dos cartéis, da legislação em matéria de condições comerciais gerais, de questões da ordem monetária internacional ou de outras questões de política económica ou legislativa⁵. O aparelho morfológico permite indicar com precisão como é que o significado e a função das normas jurídicas variam com as formas económicas.

18. A tensão entre intuição e razão, concreto e abstracto, síntese e análise não deve ser eliminada da economia política. A intuição *plena* e a razão *pura*, o *puramente* concreto e o *puramente* abstracto - excluindo os pseudo-abstractos -, a síntese *histórica* universal e a análise *teórica* pura têm de ser valorizadas. A economia política vive nestas tensões e é justamente através delas que ela logra apreender cientificamente a vida económica.

Ela apreende assim a *multiplicidade* histórica graças à *unidade* do sistema teórico. O pensamento que se exprime na economia política genuína, não especulativa, não está em contradição com a vida, mas serve para elucidar a vida que nós próprios vivemos, a que nos rodeia e a que foi vivida anteriormente⁶.

NOTAS

¹ (p. 14). É o pecado original de qualquer ciência experimental não partir dos factos e dos problemas efectivos. Com frequência, os factos são suplantados pela *palavra*, a análise dos *factos* pela análise de *conceitos*. Muitas pessoas têm propensão a não ver, sob as palavras, definições, abstracções abstrusas, *slogans* e preconceitos, os factos. São ainda hoje involuntariamente famosos os opositores de GALILEU que se recusaram a servir-se do telescópio e a observar os satélites de Júpiter porque, de acordo com o seu sistema teórico e as suas definições, não podiam existir satélites de Júpiter, sendo em consequência supérfluo um exame mais aprofundado do firmamento. «Este género de pessoas, nota GALILEU a propósito, crêem que não se deve procurar a verdade no universo ou na natureza, mas sim cotejando os textos.» Hoje é hábito considerar com comiseração esta cegueira ou este receio da realidade. Erradamente. A economia política justamente sofre disso porque são inúmeros os casos em que não se vê o seu verdadeiro ponto de partida, a experiência quotidiana e os seus problemas.

MAX WEBER disse no primeiro congresso alemão dos sociólogos, durante uma discussão sobre o conceito de «economia»: «A meu ver, teremos em geral de partir do princípio que as ciências e aquilo que constitui o seu objecto têm origem no surgir de problemas de determinado tipo que postulam instrumentos específicos para a sua resolução. A "economia" é então algo que, sob o ponto de vista de determinados problemas, se isola da multiplicidade dos fenómenos.» (*Schriften der deutschen Gesellschaft für Soziologie*, vol. I, 1911, p. 267). - Para a crítica da teoria dos conceitos fundamentais em geral, *vide* H. DIETZEL, *Theoretische Sozialökonomik*, 1895, pp. ??? *sqq.* e *infra* pp. ??? *sqq.* e ??? *sqq.*

A colocação da questão das articulações do processo económico tal como nós aqui a abordamos deparou parcialmente com contraditores. Objectou-se por vezes que esta questão - ou seja o nosso primeiro problema - não teria surgido da observação da reali-

dade concreta, como eu cria, «iludindo-me a mim próprio» de maneira curiosa, e apresentou-se a prova que eu a tinha ido buscar aos clássicos (AMMON, *in Jahrb.f. Nationalökonomie*, vol. 153, 1941, pp. 15 *sqq.*; RUPPIN, *ibidem*, vol. 156, 1942, p. 106; WEIPPERT na *Zeitschrift für die ges. Staatswiss.*, vol. 102, 1941, pp. 1 *sqq.*). - Uma objecção estranha, mas não desprovida de interesse. Eu próprio expliquei de maneira insistente, várias vezes e em pormenor que os clássicos tinham colocado este problema (por exemplo pp. 5, 16 *sqq.*, 41 *sqq.*). Não era portanto necessário que a crítica apresentasse a prova.

Porém, esta objecção de alguns críticos mostra justamente a dificuldade de certos economistas em realizarem aquilo que *tem* de ser realizado: a viragem para a realidade tal como ela se apresenta, por exemplo hoje sob os nossos olhos nas empresas e famílias. Cotejam-se - servindo-nos mais uma vez das palavras de GALILEU - os textos e considera-se a questão arrumada. Fica-se assim no universo do papel, dos estereótipos, das controvérsias estafadas. O que importa porém é pegarmos com toda a energia, nós próprios, espontaneamente, agora, de maneira perfeitamente concreta no problema, em toda a sua extensão. O grande mérito dos clássicos - por mim fortemente salientado - de terem colocado e tratado o problema com novos métodos não pode certamente ser apoucado. O principal porém é que nós o «realizemos» plenamente. É por este problema se revelar extremamente fecundo no estudo da economia real que nós temos de o colocar; não por os clássicos o terem colocado anteriormente. (*Vide* também pp. 359 *sqq.*) Aqui reside o ponto capital. - O segundo problema fundamental, isto é a questão da ordem económica é igualmente essencial. Se bem que os clássicos não o tenham colocado desta maneira. Cada um tem de colocar *ele próprio* originalmente estas questões perante a realidade, que elas tenham sido anteriormente colocadas ou não.

² (p. 15). Sobre a divisão da economia política teórica em três ou quatro partes, *vide*: J.-B. SAY, *Cours complet d'économie politique*, 1828; obras mais recentes, em particular KARL DIEHL, *Theoretische Nationalökonomie*, vol. II a IV, 1924-33; H. DIETZEL, *op. cit.*, pp. 128 *sqq.*, que dá uma panorâmica sobre a evolução da teoria da divisão da economia política em três, quatro ou mesmo duas partes. A este

propósito, escreve DIETZEL: «A vida económica é justamente um todo orgânico.» Efectivamente. Precisamente por isso tem de se renunciar a elaborar teorias autónomas da produção, da circulação, da repartição e do consumo. Para a crítica, ver também: CARL MENGER, *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, 2.^a ed., 1923, 4.^o cap., § 1.

³ (p. 17). Dado a questão da *estrutura temporal* da economia ser não raro vista de maneira incompleta ou, por alguns teóricos - como KEYNES e os seus discípulos - posta completamente de lado, justifica-se expô-la com base em mais um exemplo.

Representemo-nos todas as minas, siderurgias, fábricas de construções mecânicas, fábricas têxteis, empresas artesanais, todos os canais, caminhos de ferro, todas as explorações agrícolas, toda a terra, em suma, todo o enorme aparelho produtivo da Inglaterra tal como ele existe hoje. Junte-se-lhe toda a população activa, assim como os *stocks* de matérias-primas e semi-produtos. Perante estas massas de trabalhadores, recursos minerais e meios de produção produzidos levanta-se - entre outras - a grande questão: qual deve ser, a partir de hoje, a *estrutura temporal* da produção inglesa? Há manifestamente um número infinito de possibilidades que se escalam entre dois casos limites. No primeiro, os meios de produção de toda a espécie e a mão-de-obra da Inglaterra são empregados a ampliar o aparelho produtivo. Então, por exemplo, a agricultura faria todos os esforços para aumentar o número de cabeças de gado, as siderurgias produziriam ferro com que se construiriam novos altos-fornos, fornos Martin e fábricas de construções mecânicas. O abastecimento em bens de consumo no presente e no futuro próximo seria reduzido tão fortemente quanto possível em favor dos investimentos e do abastecimento em bens de consumo num futuro mais remoto. O abastecimento no presente seria muito baixo a fim de possibilitar um maior abastecimento no futuro. - No outro caso limite, a maior parte dos meios de produção materiais e dos serviços do trabalho é dirigida tão rapidamente quanto possível para o consumo, renuncia-se completamente à ampliação do aparelho produtivo, ele é mesmo - no interesse do abastecimento presente em bens de consumo - reduzido e gradualmente consumido, o gado é abatido e as máquinas e edifícios não são plenamente mantidos e substituídos. À custa do futuro, o abastecimento presente da Inglaterra seria, neste caso

limite, elevado. De facto, seguir-se-á um dos muitos caminhos intermédios possíveis. Pergunta-se o que é que determina efectivamente a decisão. - Manifestamente, é de todo impossível explicar o abastecimento em bens de consumo da população inglesa sem levantar e resolver a questão da estrutura temporal da produção, que inclui a questão do investimento e da poupança. - A economia política fica cega, não vê a realidade, quando põe de lado esta questão. - Para a crítica de WALRAS e PARETO, *vide* WICKSELL, «Paretos *Manuel d'économie politique*», *Zeitschr. f. Volkswirtschaft*, 1913.

¹ (p. 24). Perante as *opiniões e ideologias do quotidiano*, a missão da economia política é detectá-las, desmascarar a sua influência, libertar-se delas e chegar a conhecimentos válidos objectivamente. A questão de saber se, e como, este último ponto é possível será examinada em pormenor na presente obra, ao abordar-se o próprio objecto da economia política.

Carece-se de uma psicologia e de uma sociologia das ideologias de interesses. - Sobre ideologias de interesses do séc. XVI, *vide*: STRIEDER, *Studien zur Geschichte kapitalistischer Organisationsformen*, 2.^a ed., 1925, em particular o livro 2; J. HÖFFNER, *Wirtschaftsethik und Monopole im fünfzehnten und sechzehnten Jahrhundert*, 1941.

Seria ainda necessário mostrar dogmático-historicamente qual foi a posição da economia política, no decurso da sua evolução, perante esta dupla missão: o conhecimento e a superação das opiniões e ideologias. Constatar-se-ia que certos autores mais antigos a viram mais nitidamente que muitos modernos. (A passagem citada de FOSTER [1767] é tirada de SCHULZE-GÄVERNITZ, *Der Großbetrieb*, 1892, p. 7. - QUESNAY [*Maximes générales du gouvernement économique d'un royaume agricole*, 1760*, tradução alemã, 1921, p. 43] diz, ao discutir os monopólios, privilégios, etc.: «Um falso brilho apareceu na escuridão e a ordem natural foi pervertida por interesses particulares que foram sempre defendidos secretamente sob a aparência do bem geral.» Sobre a influência dos grupos de interesses e das ideologias de interesses na política mercantilista *vide*: as observações penetrantes e justas de A. SMITH na *Riqueza das Nações*, livro

* Data corrigida. (N. do T.)

quatro, cap. III e VIII; E. F. HECKSCHER, *Merkantilismus*, 1932; CHR. J. KRAUS ocupou-se frequentemente deste conjunto de questões: *Staatwirtschaft*, 1808-11, 2.º vol., I, pp. 243 *sqq.*)

A ingenuidade e a falta de distanciação perante as ideologias de interesses económicas não se encontram apenas entre os economistas, mas também com frequência entre os juristas científicos ou práticos. Perante os representantes dos grupos de poder económico que se apresentam com determinadas interpretações ou exigências em matéria de direito dos cartéis, direito das sociedades, direito das condições comerciais gerais, direito da concorrência, etc. eles não manifestam, em regra a segurança necessária. Desta maneira, a possibilidade de influência de grupos de poder económico na vida pública é substancialmente alargada. - Leia-se por exemplo o acórdão do tribunal imperial de 4 de Fevereiro de 1897 (*Reichsgerichtszeitung* 38, pp. 155 *sqq.*) que teve e manteve uma importância considerável na política legislativa e económica em matéria de cartéis, e onde foram utilizados sem espírito crítico literatura e argumentos dos grupos de interesses. (Para a crítica desta decisão, *vide* FRANZ BÖHM, *Ordnung der Wirtschaft als geschichtliche Aufgabe und rechtschöpferische Leistung*, 1937, pp. 150 *sqq.*) Seria necessário um exame aprofundado nesta perspectiva de toda a jurisprudência do tribunal imperial em matéria cível.

Relativamente ao problema *metodológico* que aqui reside: «A questão da maneira como a experiência natural, "confusa", se pode transformar em experiência científica, de como se pode chegar a juízos experimentais válidos objectivamente é a questão metodológica cardeal em todas as ciências experimentais.» (E. HUSSERL, «Philosophie als strenge Wissenschaft», *Logos*, 1911. *Cf.* também *Logische Untersuchungen*, 4.ª ed., 1928, I, 1). - «A "experiência quotidiana" de que parte a nossa teoria é naturalmente o ponto de partida de *todas* as disciplinas científicas empíricas. Cada uma delas quer ir além dela, e tem de o querer pois nisso assenta o seu direito à existência como "ciência". Só que, nesse processo, cada uma delas "supera" ou sublima a experiência quotidiana de uma maneira e numa direcção diferentes.» (MAX WEBER, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 1922, p. 369.) - Finalmente, ainda algumas palavras de SCHOPENHAUER do prefácio à segunda edição de *Die Welt als Wille und Vorstellung*. Ele

descreve aí o afã geral de escrever, perorar, e observa «que são os intuítos e não as intuições que constituem a estrela polar destes agitadores, a verdade é porém certamente a última coisa em que eles pensam. [...] Ou acreditar-se-á por acaso que, destas ambições e deste tumulto, a verdade, que não é de modo algum o que se tem em vista, surgirá também, por assim dizer acessoriamente?»

Se a economia política não depara inicialmente com uma *tabula rasa*, mas com uma profusão de pontos de vista pré-científicos, é um destino que ela partilha com todas as ciências experimentais, da história política à astronomia. São porém poucas as ciências experimentais que têm de contar com pontos de vista pré-científicos por detrás dos quais se encontrem tão fortes energias vitais do interesse próprio de indivíduos e de grupos. Só por isso, verifica-se no caso da economia política uma discrepância particularmente acentuada entre o carácter ordinário dos problemas e o esforço extraordinário requerido para os resolver cientificamente. Depara-se aqui simultaneamente com *uma* das razões por que a economia política é impopular: ela requer o abandono de erros a que se está afeiçoado, o que, como sempre, só poucas pessoas conseguem. A este respeito, KANT por exemplo no início do seu estudo de 1784 *Was ist Aufklärung?* já disse tudo o que era necessário dizer.

Sobre esta questão fundamental da investigação económica, *vide infra*, por exemplo pp. 60, 162 *sq.*, 313 *sqq.* e 370 *sq.*

⁵ (p. 27). Por *história* entende-se frequentemente tanto os próprios *acontecimentos* como a *historiografia* (cf. HEGEL, introdução às *Vorlesungen über die Geschichte der Philosophie*). Desta dualidade resultam inúmeras confusões escusadas. Entendo por isso por «história» apenas os próprios acontecimentos e designo a ciência histórica por «historiografia». Quando se diz nesta obra «A história da alta Idade Média ensina que...», quero dizer que os acontecimentos *reais* da época, e não a historiografia da alta Idade Média, ensinam, etc.

Além disso, a história não é só os acontecimentos do passado. A história é também os acontecimentos recentes, do presente, de hoje. É neste sentido que eu utilizo o termo. Nós vivemos a história dia após dia.

Finalmente, como escreve E. BERNHEIM (*Lehrbuch der historischen Methode*, 4.ª ed., 1903, p. 3): «Dos pormenores da vida familiar,

do destino e das tarefas quotidianos do indivíduo aquela [i. é, a ciência histórica] não quer saber nada.» Ele mostra assim onde recai habitualmente - mas não correctamente - a ênfase dos historiadores. O quotidiano económico não deixa contudo de ser uma componente essencial da história.

⁶ (p. 34). As *tarefas da investigação económica teórica* são abordadas em detalhe no meu estudo «Was leistet die nationalökonomische Theorie?» in *Kapitaltheoretische Untersuchungen*, 1934. Vide também pp. 52 *sqq.*, 57 *sqq.*, 263 *sq.*, 277 *sq.* e 294 *sq.*

⁷ (p. 36). Sobre o «estilo geral invariante» vide *infra* pp. 285 *sq.*, 326 *sq.* e 354 *sq.*

⁸ (p. 44). Sobre a *concepção histórica dos iluministas* e contra a tese da sua maneira de pensar a-histórica: A. SOREL, *Montesquieu*, 1887; W. DILTHEY, «Das 18. Jahrhundert und die geschichtliche Welt», *Ges. Schriften*, vol. 3; E. CASSIRER, *Die Philosophie der Aufklärung*, 1932, pp. 263 *sqq.* - Não é suficiente considerar os pensadores iluministas que se debruçaram sobre a história como sendo em primeiro lugar *precursores* da historiografia individualizante, guiada pela ideia de evolução que caracteriza o séc. XIX e que ainda hoje é dominante; como também o faz MEINECKE no seu *Entstehung des Historismus* (1936). Eram historiadores que partiam de outras problemáticas e tinham com a história e a razão uma relação fundamental diferente. (Sobre estas duas perspectivas históricas, ver também o meu estudo «Wissenschaft im Stile SCHMOLLERS», *Weltwirtschaftliches Archiv*, 52.º vol., 1940, pp. 468 *sqq.*)

Contra a crítica vulgar à economia política clássica por parte da escola histórica vide SCHÜLLER, *Die klassische Nationalökonomie und ihre Gegner*, 1895; H. DIETZEL, *op. cit.*; pp 103 *sqq.*

Sobre a *crítica do sistema teórico* da economia política clássica: WICKSELL, *Vorlesungen über Nationalökonomie*, 1913, vol. I, pp. 61 *sqq.* e 77 *sqq.*; BÖHM-BAWERK, *Grundzüge der Theorie des wirtschaftlichen Güterwerts*, reimpressão, 1932, pp. 130 *sqq.*, e *Gesammelte Aufsätze*, 1924, pp. 481 *sqq.*; L. WALRAS, *Éléments d'économie politique pure*, éd. déf., 1926, 38^{me} - 40^{me} leçons; G. CASSEL, *Theoretische Sozialökonomie*, 5.ª ed., 1932, § 32.

Por teoria clássica entendo a teoria dos *clássicos* - ou seja os economistas de QUESNAY a J. ST. MILL e VON MANGOLDT - e não, como acontece ultimamente com frequência, também os teóricos *modernos*. Só uma observação formal, que lime as ideias básicas dos sistemas económicos, pode ignorar a diferença entre o sistema teórico clássico e o sistema teórico moderno, tal como ele foi criado por GOSSEN, MENGER, WALRAS, JEVONS, MARSHALL, VON WIESER, BÖHM-BAWERK e outros *mais recentes*. Esta diferença é essencial. Para mencionar pelo menos dois pontos: enquanto os teóricos modernos procuram perceber o processo económico global partindo das necessidades humanas, nos clássicos justamente isto não acontece. Em segundo lugar, um fenómeno central como o fenómeno do custo recebe na teoria clássica e na teoria moderna explicações e interpretações macro-económicas totalmente diferentes. A imagem teórica do processo económico é pois hoje substancialmente diversa da da época clássica; um facto que não se deveria ocultar.

⁹ (p. 51). Ainda algumas observações sobre o método dos *economistas conceptuais*. Outras ciências superaram mais cedo o realismo conceptual do que a economia política. «SIZI, escreve a este propósito KEPLER a GALILEU, despreza o mundo *sensível* que ele próprio não vê e não acredita no que dele dizem as pessoas versadas. Passeia-se com soluções infantis como um peripatético num mundo de *papel*.» - Contra o método de começar com definições nas ciências experimentais: J. FRIES, *System der Logik*, 3.^a ed., 1937, pp. 298 *sqq.*; A. TRENDELENBURG, *Historische Beiträge zur Philosophie*, 3.^o vol., 1867, pp. 61 *sq.*, onde se pode ler por exemplo: «Em oposição a uma velha regra metodológica de começar o estudo e a exposição com uma definição do objecto, CAMPANELLA propôs outrora a seguinte sentença: "Que a definição fique para o fim da ciência". Realmente ela não é o prólogo, mas sim o epílogo do conhecimento. Pois na definição, que exprime da maneira mais concisa a essência que se descobriu, condensa-se o conhecimento e consigna-se o resultado. Só *após* o estudo é que se estabelecem as verdadeiras relações com as características da definição.» - Baseando-se na investigação moderna de W. HEISENBERG no campo das ciências da natureza, WANDE escreve: «Estamos hoje mais conscientes do que as ciências da natureza de outrora [...] de que temos sempre de começar - de algum

modo a meio - a falar da realidade com conceitos que só gradualmente, através da sua aplicação, adquirem um sentido mais preciso.» (*Grundlagen der Naturwissenschaft*, 3.^a ed., 1942, p. 95). - Para a crítica mais detalhada da economia conceptual *vide inter alia* pp. 13 *sqq.*, 100 *sqq.* e 365 *sqq.*

¹⁰ (p. 56). O «*dualismo*» da economia política teórica e histórica é defendido, entre muitos outros, por CARL MENGER (*Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften*, 1883) e H. RICKERT (*Die Grenzen der naturwissenschaftlichen Begriffsbildung*, 3.^a ed., 1921). CARL MENGER indica aliás ele próprio (por exemplo p. 18) que a teoria poderia tornar-se útil à compreensão dos fenómenos *concretos*. Mas esta aplicação é tarefa «do historiador para quem as ciências sociais teóricas são deste ponto de vista ciências auxiliares». Observações como esta tornam menos abrupto o dualismo de MENGER, o qual porém subsiste pois exigem-se justamente *duas* ciências diferentes, com *dois* objectos do conhecimento e *duas* maneiras de pensar. De resto, é um erro supor que o historiador puro possa realizar a aplicação da teoria. Pelo contrário, apenas é capaz disto o economista que entende o trabalho teórico e que logo à partida - incluindo na elaboração do aparelho teórico - se orienta para o conhecimento do mundo real. - O fracasso do dualismo, por ele defendido como método, não apouca a contribuição eminente de CARL MENGER enquanto economista teórico. - O dualismo extremo é representado por A. AMMON em *Objekt und Grundbegriffe der theoretischen Nationalökonomie*, 2.^a ed., 1927 e noutras obras, por exemplo no seu livro sobre RICARDO (1932), no prefácio do qual ele distingue um problema formal e um problema material da repartição, dos quais o último estaria inteiramente fora do campo da análise teórica. Mais recentemente, no seu estudo «Nationalökonomie und wirtschaftliche Wirklichkeit», *Jahrb. f. Nationalökonomie*, 1941, vol. 153, pp. 1 *sqq.* e 130 *sqq.*

Sobre a *formação da teoria moderna vide*: FR. VON WIESER, *Gesammelte Abhandlungen*, 1929, pp. 35 *sqq.* e 110 *sqq.*; J. M. KEYNES, in *Memorials of Alfred Marshall*, 1925; J. SCHUMPETER, *Grundriß der Sozialökonomik* I, 1924, pp. 113 *sqq.*; L. ROBBINS na introdução à nova edição de WICKSTEED, *The Common Sense of Political Economy*, 1933; VON HAYEK, introdução à nova impressão da

primeira edição dos *Grundsätze* de MENGER, Londres, 1934; W. ST. JEVONS, prefácio à segunda edição da sua *Theory of Political Economy*, 1879.

¹¹ (p. 61). Para uma informação sobre a posição do *empirismo*, *vide* a crítica de SCHMOLLER a MENGER (*Zur Literaturgeschichte der Staats- und Sozialwissenschaft*, 1888, pp. 275 *sqq.*), o discurso reitoral de SCHMOLLER em Berlim, o seu artigo «Volkswirtschaft, Volkswirtschaftslehre und ihre Methode», no *Hdw. d. Staatswissenschaften*, 3.^a ed., e o seu *Grundriß*. - Na funesta disputa entre MENGER e SCHMOLLER *nenhum* tinha razão e a verdade também não está no meio. Nem o dualismo de MENGER, cujo perigo SCHMOLLER sentiu, nem o empirismo de SCHMOLLER, cujo fracasso foi previsto por MENGER, dão conta da realidade económica. É necessária uma orientação nova.

Para a crítica da variante estatística - muito difundida - do empirismo: W. LEXIS, *Abhandlungen zur Theorie der Bevölkerungs- und Moralstatistik*, 1903, pp. 240 *sqq.*; FR. LUTZ, *Das Konjunkturproblem in der Nationalökonomie*, 1932, pp. 128 *sqq.*

¹² (p. 68). A teoria dos «estádios» ou «níveis» da evolução social e económica encontra-se já em estado embrionário na antiguidade, em particular em ARISTÓTELES. No séc. XVIII falava-se muito das diferentes formas sociais dos povos, dos caçadores, pastores, agricultores, etc. (por exemplo A. SMITH, *Wealth of Nations*, livro cinco). Contudo, só no séc. XIX é que a teoria dos estádios passou a ocupar o centro da investigação. Este facto não está apenas relacionado com as rápidas transformações por que passou a realidade económica no séc. XIX, as quais sugeriam fortemente o desenvolvimento deste tipo de teorias, mas também com duas correntes de ideias de natureza diferente que, ambas, independentemente uma da outra, orientaram o pensamento científico para a teoria dos estádios: a irrupção da nova consciência histórica, ou seja a viragem para a apreensão *individualizada* da realidade histórica, que se operou no fim do séc. XVIII e começo do séc. XIX, e requeria uma observação e uma exploração muito mais rigorosas, em particular do mundo das formas económicas; a isto veio juntar-se um segundo e considerável impulso de origem totalmente diferente: a vitória do *pensamento evolucionista*

empírico nas ciências da natureza. Esta vitória foi tão retumbante que se propagou também a todas as outras ciências. Foi uma época em que um jurista da estatura de JHERING dizia, em relação ao resultado global de toda a sua investigação jurídico-histórica, que ela confirmava «da maneira mais completa» a teoria de DARWIN (*Der Zweck im Recht*, 1868, vol. I, IX). – Sobre a história e as formas assim como para a crítica do pensamento evolucionista: RUDOLF EUCKEN, *Geistige Strömungen der Gegenwart*, 6.^a ed., 1920, pp. 132 *sqq.* e 206 *sqq.*). Relaciona-se frequentemente a irrupção do evolucionismo das ciências da natureza nas ciências sociais com COMTE e a sua grande influência no pensamento europeu (*Cours de philosophie positive*, 1830-1842). De facto, COMTE empreendeu com uma força particular tornar compreensíveis os diferentes factos da vida política e social inserindo-os num desenvolvimento necessário, governado por leis gerais. A sua importante teoria dos três estados teve uma enorme influência. Em parte directamente, em parte através de SPENCER, COMTE impeliu também a economia política alemã na direcção do evolucionismo, promovendo assim o aperfeiçoamento da teoria dos estádios económicos. Isto aplica-se por exemplo a SCHMOLLER cujas ideias foram determinadas de maneira decisiva tanto por DARWIN, como por SPENCER e COMTE. (Cf. K. DIEHL, *Theoretische Nationalökonomie*, vol. I, 2.^a ed., 1922; W. MITSCHERLICH, *Die Lehre von den beweglichen und starren Begriffe*, 1936, pp. 142 *sqq.* e a tese do discípulo de DIEHL FRANZ RAAB, *Die Fortschrittsidee bei GUSTAV SCHMOLLER*, Universidade de Friburgo, 1934.) Sobre a irrupção mais recente do pensamento das ciências da natureza na ciência social *vide* em particular HAYEK, «Scientism and the study of society», *Economica*, 1942/44.

Sobre a teoria dos estádios económicos e o seu aperfeiçoamento encontrar-se-á a informação necessária em qualquer manual. Indico por isso apenas: K. KNIES, *Die politische Ökonomie vom geschichtlichen Standpunkte*, 1883, pp. 351 *sqq.*; KARL BÜCHER, *Die Entstehung der Volkswirtschaft*, 8.^a ed., 1911; SOMBART, cuja obra *Der Modernen Kapitalismus* assenta na ideia de evolução do séc. XIX, e para informação o seu opúsculo *Ordnung des Wirtschaftslebens*, 2.^a ed., 1927; J. PLENGE, *Stammformen der vergleichenden Wirtschaftstheorie*, 1919; A. SPIETHOFF, «Die allgemeine Volkswirtschaftslehre als geschichtliche Theorie. Die Wirtschaftsstile», *Schmollers Jahrbuch*, 56.^o ano, 1932,

pp. 891 *sqq.* - Sobre as «teorias descritivas»: E. SALIN, «Hochkapitalismus», *Weltwirtschaftliches Archiv*, 25.º vol., 1927, pp. 314 *sqq.*; A. SPIETHOFF, «Schmoller und die anschauliche Theorie der Volkswirtschaftslehre», *ibidem*, 62.º ano, 1938, pp. 400 *sqq.*; W. VLEUGELS, «Leistung, Schwächen und tatsächliche Bedeutung der deutschen Nutzwertlehre», *ibidem*, 61.º ano, 1937, pp. 275 *sqq.* - A maneira como alguns teóricos modernos baseiam as suas análises na forma de economia da respectiva época, mostra-o por exemplo a atitude de KEYNES que nas suas obras tem sempre em vista a situação do momento. - Sobre a posição de C. MENGER *vide infra* p. 372.

¹³ (p. 69). Os estádios e estilos económicos e os sistemas económicos real-típicos, assim como todos os outros «tipos reais», não só significam algo de diferente dos tipos ideais, mas são também obtidos por um método diferente: ou seja por «abstracção generalizante», em contraste com os tipos ideais que surgem por um processo de abstracção por «acentuação e realce» ou «abstracção isolante». (Para uma abordagem mais detalhada, *vide infra* pp. 114 *sqq.*, 117 *sq.*, 198 *sq.*, 262 *sq.*, e 363 *sq.*)

CARL MENGER utilizou já o termo «tipo real» (*Untersuchungen über die Methode der Sozialwissenschaften*, 1883). - SCHMOLLER (artigo «Economia nacional» do *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*) teve já a impressão correcta que a caracterização weberiana do tipo ideal não convinha aos seus (e de BÜCHER) estádios económicos, sem ter contudo fundamentado esta ideia. Para uma abordagem mais pormenorizada da diferença entre os dois tipos ver em particular *infra* pp. 374 *sqq.* assim como as notas 24 e 66.

¹⁴ (p. 71). Sobre a extensão mais recente do panorama histórico em direcção à *pré-história*: SHMIDT-KOPPERS, *Völker und Kulturen* I, 1924; MENGHIN, *Weltgeschichte der Steinzeit*, 1931; F. HEICHELHEIM, *Wirtschaftsgeschichte des Altertums*, 1938; para uma introdução: F. KERN, *Anfänge der Weltgeschichte*, 1933.

¹⁵ (p. 73). Sobre o declínio gradual, interrompido por momentos isolados de progresso, e a primitivização da *economia da baixa antiguidade*: M. ROSTOVZEFF, *The Social and Economic History of the*

Roman Empire (tradução alemã: *Gesellschaft und Wirtschaft im römischen Kaiserreich*, 1929); F. HEICHELHEIM, *op. cit.*, cap. 7 e 8.

¹⁶ (p. 75). Para o novo panorama da economia da *alta e baixa Idade Média* e para a superação da teoria da economia urbana *vide*: A SCHULTE, *Geschichte der großen Ravensburger Handelsgesellschaft*, 1923; J. STRIEDER, *Studien zur Geschichte kapitalistischer Organisationsformen*, 2.ª ed., 1925; FRITZ RÖRIG, «Die europäische Stadt», na história universal da editora Propyläen, 1922, vol. 4, assim como a sua conferência *Mittelalterliche Wirtschaft*, 1933; J. KULISCHER, *Allgemeine Wirtschaftsgeschichte*, vol. I, 1928; CLEMENS BAUER, *Unternehmung und Unternehmungsformen im Spätmittelalter und in der beginnenden Neuzeit*, 1932, e «Venezianische Salzhandelspolitik bis zum Ende des 14. Jahrh.», *Viertel-Jahrschr. f. Soz. u. Wirtsch.-Gesch.*, 23.º vol., 1930, pp. 273 *sqq.*; W. ABEL, *Agrarkrisen und Agrarkonjunktur vom 13. bis zum 19. Jahrh.*, 1935; B. KUSKE, «Die Entstehung der Kreditwirtschaft und des Kapitalverkehrs», in *Kreditwirtschaft* (conferências de Colónia), 1927. De entre os trabalhos mais antigos que adoptaram um posição crítica perante a teoria da economia urbana anteriormente dominante, mencione-se STIEDA, *Hansisch-venezianische Handelsbeziehungen im 15. Jahrhundert*, 1894. - Devo agradecer a CLEMENS BAUER numerosas indicações e sugestões pessoais sobre problemas da economia medieval e questões gerais da ordem económica.

Resta ainda a questão de saber como foi possível historiadores económicos e economistas como BELOW, BÜCHER, SOMBART e muitos outros equivocarem-se completamente sobre a economia de uma época que nos é próxima, apesar da linguagem clara das muitas fontes existentes, como é que eles pensaram ver uma justaposição de numerosas economias urbanas fechadas (quando na verdade existia uma economia de grande dimensão, baseada na divisão do trabalho) e lhes passou totalmente despercebida a importância central do comércio medieval a longa distância.

Ao lado da ideia de evolução que levou a ignorar as regressões - como as que tiveram lugar a partir do séc. XVI -, haverá provavelmente que responsabilizar ainda os seguintes factores: interpretou-se mal a aversão de S. TOMÁS DE AQUINO e de muitos outros moralistas sociais pelo grande comércio e ignorou-se a distância que

separa as exigências da ética social da realidade económica. Além disso, o actor principal da *política* económica medieval era a cidade e não o Estado. Compreende-se então facilmente que se tenha considerado erradamente a cidade e as suas cercanias como uma zona económica fechada e confundido o domínio de aplicação das suas decisões jurídicas com a esfera das suas relações económicas.

¹⁷ (p. 79). Sobre a situação extremamente contrastada da investigação económica da antiguidade: MAX WEBER, artigo «História agrária» do *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, 3.^a ed.; FR. OERTEL, apêndice à 3.^a edição da obra de PÖHLMANN, *Geschichte der sozialen Frage und des Sozialismus in der antiken Welt*, 1925; I. HASEBROEK, *Griechische Wirtschafts- und Gesellschaftsgeschichte*, 1931, prefácio.

Dado que, à questão da ordem económica, as fontes da antiguidade dão apenas respostas parcialmente satisfatórias, os investigadores podem facilmente dar largas à sua fúria construtiva. *Ora* se procuram na antiguidade as condições económicas de hoje, projectando-se no passado contradições económicas e sociais modernas e procurando-se no desenrolar de tais lutas um apoio para os seus próprios pontos de vista nos combates actuais. Assim EDUARD MEYER, PÖHLMANN e recentemente – ainda que com maiores cautelas – ROSTOVITZEFF. *Ora* se vê na antiguidade a antítese do mundo económico moderno, como ROBERTUS, BÜCHER e recentemente HASEBROEK. A antiguidade é modernizada ou antimodernizada. Procura-se nela o idêntico ou análogo ou o totalmente diferente. – Porém, cada época tem de ser entendida a partir de *si própria*.

¹⁸ (p. 81). A literatura histórica e económica sobre a *economia medieval* sofre do facto de, na maioria dos casos, não se pôr no primeiro plano a questão da estrutura da ordem económica. – Não é por exemplo de modo algum suficiente levantar a questão da medida em que estavam realizadas na Idade Média a economia natural ou a economia monetária. É que a «economia natural» compreende ordens económicas muito diferentes (*Vide infra*, nota 35). Para além das obras citadas na nota 16, podem referir-se, para a economia medieval, ainda: L. M. HARTMANN, *Zur Wirtschaftsgeschichte Italiens im frühen Mittelalter*, 1904; A. DOPSCH, *Wirtschaftliche und soziale Grundlagen der europäischen Kulturentwicklung*, 2.^a ed., 1924; F.

LÜTGE, *Agrarverfassung des frühen Mittelalters im mitteleuropäischen Raum*, 1937; R. PASSOW, «Die grundherrschaftlichen Wirtschaftsverhältnisse in den Lehren von den Wirtschaftssystemen», *Jahrb. f. Nationalök.*, vol. 112, 1919; E. KELTER, *Geschichte der obrigkeitlichen Preisregelung*, vol. I, 1935; G. MICKWITZ, *Die Kartelfunktionen der Zünfte*; J. HÖFFNER, *op. cit.*

¹⁹ (p. 88). Sobre os problemas das *ordens económicas modernas*: FRANZ BÖHM, *Wettbewerb und Monopolkampf*, 1933, e *Ordnung der Wirtschaft als geschichtliche Aufgabe und rechtschöpferische Leistung*, 1937 (com uma introdução de FRANZ BÖHM, WALTER EUCKEN e HANS GROSSMAN-DOERTH à série de textos *Die Ordnung der Wirtschaft*); FR. LUTZ, *Das Grundproblem der Geldverfassung*, 1936 (contém também a descrição da constituição monetária inglesa e da ordem monetária efectiva que abordámos sumariamente no texto), e «Goldwährung und Wirtschaftsordnung», *Weltwirtsch. Archiv*, 1935; H. GESTRICH, *Neue Kreditpolitik*, 1936, e *Kredit und Sparen*, 2.^a ed., 1947; H. GROSSMANN-DOERTH, *Selbstgeschaffenes Recht der Wirtschaft und staatliches Recht*, 1933; W. EUCKEN, «Staatliche Strukturwandlungen und die Krisis des Kapitalismus», *Weltwirtsch. Archiv*, 1932, e «Wettbewerb als Grundprinzip der Wirtschaftsverfassung» nos textos da Academia do Direito Germânico, grupo de ciências económicas, vol. 6, 1942; A. RÜSTOW, in *Schriften des Vereins für Socialpolitik*, vol. 187, 1932, pp. 60 *sqq.*; W. RÖPKE, *Die Gesellschaftskrisis der Gegenwart*, 1942, *Civitas humana*, 1944, e *Die internationale Ordnung*, 1945; F.A. VON HAYEK, *Der Weg zur Knechtschaft*, 1945; C. VON DIETZE, «Landwirtschaft und Wettbewerbsordnung», *Schmollers Jahrbuch*, 66.^o vol., 1942, pp. 129 *sqq.*; L. MIKSCH, *Wettbewerb als Aufgabe*, 2.^a ed., 1947. - Artigos do anuário *Ordo*, 1948 e anos seguintes.

A economia dos povos modernos, em que se congregam intimamente com base na divisão do trabalho muitos milhões de unidades económicas e que constitui *uma* gigantesca oficina, precisa para poder funcionar, e consoante a ordem respectiva, de determinados princípios económicos básicos. O desenvolvimento incontroado e ilimitado das ordens económicas e as intervenções desordenadas da política económica conduzem a longo prazo - como a experiência do último meio século claramente demonstra - a ordens económicas

nas quais o processo económico moderno apenas se pode desenrolar sob fortes perturbações e que, finalmente, como na baixa antiguidade, levarão a uma regressão. *A economia moderna necessita pois de uma «constituição económica»*. Os trabalhos que se acabam de citar têm também por objectivo preparar conceptualmente esta constituição (*vide* também pp. 383 *sqq.*). Sobre a distinção entre «ordem económica» e «ordem da economia», *vide* pp. 381 *sqq.*

²⁰ (p. 94). O *conhecimento científico das ordens económicas* é abordado mais em detalhe em particular na terceira parte, 4.º cap., pp. 263 *sqq.* - Sobre ordem jurídica e ordem económica: supra pp. 284 *sq.* e 385 *sq.*, M. WEBER, *Wirtschaft und Gesellschaft*, 1922, pp. 638 *sqq.*, assim como a importante comunicação de WEBER ao congresso dos sociólogos de 1910 (*Schriften der Deutschen Gesellschaft für Soziologie*, 1.º vol., 1911, pp. 265 *sqq.*) e R. STAMMLER, *Wirtschaft und Recht*, 5.ª ed., 1924, em particular pp. 177 *sqq.*

²¹ (p. 97). Sobre a *simplificação* a-histórica que se opera com a construção dos estádios e estilos económicos: MAX WEBER, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 1922, p. 195. É certo que MAX WEBER não tirou as conclusões que se impunham da sua crítica contundente. (A este respeito *vide infra* nota 66). Para a crítica da teoria dos estádios: BECHTEL, *Der Wirtschaftstil des deutschen Spätmittelalters*, 1930, pp. 3 *sqq.* - Não se interprete mal a nossa posição supondo que nós nos opomos à reunião das ordens económicas em grupos maiores. A fim de preservar porém a ligação à realidade, esses agrupamentos devem operar-se em função da *estrutura das ordens económicas*. Poder-se-á por exemplo falar de uma ordem económica típica das *pólis* gregas da antiguidade, na medida em que se tiver aí realizado uma estrutura das ordens económicas uniforme. O que não é possível é reunir num «estilo económico» duas ordens económicas inteiramente distintas como por exemplo as da Itália e do Egipto no tempo de Augusto.

A tendência a uma excessiva simplificação nota-se na economia política, não só na descrição das formas de economia, mas também na representação do quotidiano económico: por exemplo, no estudo da conjuntura. Procurou-se e procura-se identificar um tipo real uniforme ou «ciclo normal» da evolução da conjuntura, ou

seja das alterações do quotidiano económico, a fim de elaborar então para este ciclo normal *uma* teoria explicativa. Nesse processo, tomam-se igualmente muito pouco em consideração as diferenças entre os vários movimentos conjunturais, subestima-se a influência dos acontecimentos não-económicos, em particular políticos, sobre o quotidiano económico e, em suma, não se vê a realidade económica tal como ela é. Não *existe* nenhum ciclo normal da conjuntura. (Cf. LUTZ, *Das Konjunkturproblem in der Nationalökonomie*, 1932; os artigos de STUCKEN, NEISER, LUTZ e meu para o trabalho de homenagem a SPIETHOFF *Stand und nächste Zukunft der Konjunkturforschung*, 1933; TINTNER, *Prices in the Trade Cycle*, Viena, 1935; VON HAYEK, «Preiserwartungen, monetäre Störungen und Fehlinvestitionen», *Nationaløkonomisk Tidsskrift*, 73.º vol., pp. 186 *sqq.*; e *infra*, capítulo quarto, IV.)

²² (p. 98). É notável que a mesma corrente científica cujo programa defendia a «*economia política compreensiva*» (para mais informação *vide* por exemplo a obra de SOMBART *Die drei Nationalökonomien*, 1930) tenha tudo feito par impedir a compreensão histórica no próprio trabalho científico: concretamente, ao basear as suas análises em tais estádios, estilos ou sistemas económicos real-típicos. Estamos perante um caso - frequente na história das ciências - em que o contraste entre programa e acção é particularmente vivo. A disjunção da totalidade histórica e a simplificação inaceitável que se opera com a construção destes cortes transversais impossibilitam a compreensão histórica.

Alguns autores - como BECHTEL (*op. cit.*) e MÜLLER-ARMACK (*Genealogie der Wirtschaftsstile*, 1941) - utilizam o conceito de estilo económico num sentido totalmente diferente do de SPIETHOFF, por exemplo. Eles pretendem, por meio do seu conceito de estilo, compreender justamente a unidade das manifestações vitais de uma época, por conseguinte a respectiva relação da economia com outras forças vitais, como por exemplo a religião ou a arte. Estilo designa aqui o estilo de vida de uma dada época: não se destina a superar a grande antinomia, não tem pois por objectivo solucionar o problema de como se há-de chegar à necessária conjugação da observação histórica com o pensamento económico-teórico. Em consequência, uma discussão desta tentativa está fora do âmbito da nossa linha de

raciocínio. - Em relação a eles seria de colocar em primeiro lugar a questão de saber se esta variante da noção de estilo é apropriada ao conhecimento da relação entre os fenómenos económicos e as outras esferas de actividade.

De recente, sobre a crítica da teoria dos estádios e estilos económicos e a relação da teoria económica à história, vide, em particular: A. RÜSTOW, «Zu den Grundlagen der Wirtschaftswissenschaft», *in Revue de la Faculté des sciences économiques*, Istanbul, 2^{me} année, n.º 2, 1941, pp. 105 *sqq.*

²⁵ (p. 103). Como é sabido, a *bipóstase das ideias gerais* desempenhou não raro um funesto papel na história intelectual europeia. Um grupo de realistas radicais da Idade Média via nas ideias gerais, como calor, frio, côr, seres mais reais que as coisas concretas, que teriam apenas uma espécie de realidade subordinada. Os universais seriam substâncias que engendravam e determinavam as coisas concretas. - De maneira semelhante, os realistas radicais de hoje - que, é certo, o são sem o *saberem* - vêem no conceito de «capitalismo» um ser que teria mais realidade que os factos concretos e que engendraría os ditos factos concretos. Vê-se no capitalismo a *causa efficiens*, não apenas dos fenómenos económicos, mas de todos os fenómenos históricos. Esta maneira de ver mágico-mística domina em parte dos trabalhos de sociologia e ciências económicas mais recentes. - Um exemplo típico é-nos oferecido pela obra de SCHUMPETER *Capitalismo, Socialismo e Democracia* (tradução alemã, 1946). Não só se descrevem aí as realizações do capitalismo ou do processo capitalista (ou seja da «pessoa» ou da «substância») no domínio técnico-económico. Ficamos também a saber que o capitalismo ascendente criou a ciência moderna, que ele determinou a evolução da pintura desde GIOTTO, que o pacifismo moderno e a moral internacional moderna são produtos do capitalismo, que (e como) ele engendrou porém contra si uma hostilidade geral e que ele próprio provoca o desmoronamento dos muros em que assenta. - SCHUMPETER é positivista. Ele pretende expor factos sem tomar posição. Ele pretende, no estilo de COMTE, dos saint-simonianos e de muitos outros positivistas, «descrever» a lei de evolução que estaria presente nos factos históricos. E recusa-se a falar de «força», «causa», etc. porque seriam conceitos metafísicos. Que acontece, porém? Uma

força sobrenatural, antropomórfica – o «capitalismo», justamente – converte-se para ele em mestre do jogo de *marionnettes* que dá pelo nome de história. Ela dá aos legisladores as ideias, aos cientistas a intuição, aos moralistas as suas concepções sobre a esfera dos valores, e guia o pincel dos pintores. O que nós lemos é uma narrativa sobre um ser onipotente durante algum tempo e actualmente decadente. Desde COMTE que os positivistas se vangloriam de ter superado os estados «teológico» e «metafísico» e introduzido o terceiro estado da história da humanidade, ou seja o estado positivo. Como COMTE e muitos outros positivistas, também SCHUMPETER não se apercebe em que larga medida se afasta do seu próprio programa e recai no pensamento mágico-místico. Poucos metafísicos trabalharam tão candidamente com uma substância personificada e acreditaram com tão pouca reserva ter encontrado nela a causa eficiente de toda a história, como SCHUMPETER e outros modernos com o «capitalismo» personificado.

Com a *querela dos universais* medieval e o fracasso do realismo hipostasiante, poderiam os realistas actuais aprender muito, e o desfecho desta querela deveria constituir para eles um aviso. Sobre o aspecto histórico: B. GEYER, «Die patristische und scholastische Philosophie», no *Grundriß der Geschichte der Philosophie* de ÜBERWEG, 2.^a parte, 11.^a edição, pp. 205 *sqq.*; WINDELBAND-HEIMSOETH, *Lehrbuch der Geschichte der Philosophie*, 1935, pp. 241 *sqq.* e a literatura suplementar ali indicada. Para a crítica fundamental: LOTZE, *Logik*, 1874, § 340 *sqq.*, HUSSERL, *Logische Untersuchungen*, 2.^a ed., 1914, 2.^o vol., pp. 106 *sqq.* e 121 *sqq.* – Sobre a economia conceptual: *supra*, pp. 45 *sqq.*

Conceitos como «capitalismo» ou «socialismo» não podem substituir o estudo morfológico da realidade.

²⁴ (p. 104). O facto de se ter pretendido apreender a realidade económica com «estádios» ou «estilos» – com o resultado de se perder de vista a realidade efectiva – explica-se em parte pela confusão a propósito do *carácter lógico dos tipos* com que se trabalhava.

Durante a sua elaboração crê-se que tais «quadros» ou «tipos ideais» se poderiam construir com uma certa largueza de vistas, negligenciando muitos factos históricos, precisamente porque se trata apenas de quadros ideais.

Após a sua construção explica-se porém que através deles se «aprende», «copia» ou «retrata» a economia concreta. *Primeiro*, afirma-se que o tipo «economia urbana» representa uma imagem ideal e que os factos que não se enquadram nessa imagem se podem desprezar. *Depois*, exige-se que se reconheça o tipo «economia urbana» como cópia da economia de um dado período, a Idade Média, a partir aproximadamente do séc. XII.

Abre-se assim o caminho à subjectividade e ao arbitrário na elaboração da visão da história.

Do ponto de vista lógico e epistemológico, estamos perante dois erros: primeiramente, não se distingue o tipo ideal - que, em cada caso, salienta apenas, na sua forma pura, um aspecto da realidade económica - do tipo real, que pretende reproduzir a realidade concreta. Em segundo lugar, esquece-se que, tanto na elaboração dos tipos ideais como na dos tipos reais, tem de imperar um método determinado, rigoroso que exclua a subjectividade ou pelo menos a limite.

Enquanto se trabalhar com tipos de maneira tão negligente como hoje, os danos que eles ocasionarão serão grandes. Correctamente elaborados e aplicados, são um instrumento do conhecimento extremamente eficaz.

25 (p. 105). Sobre a relação da economia política clássica à economia historicamente dada e em particular à economia do seu tempo, *vide* pp. 41 *sqq.*

Sobre o carácter lógico e o domínio de validade da teoria económica, *vide, inter alia*, pp. 32 *sqq.*, 198 *sqq.*, 238 *sqq.*, 276 *sqq.*, 295 *sqq.*, 363 *sqq.*, notas 54 e 67.

²⁶ (p. 109). Todas as questões económicas *concretas* são aspectos elementares dos dois problemas *fundamentais* da economia política. Quando hoje se coloca a questão da organização de um *konzern* da indústria química, da estrutura das cooperativas agrícolas da Turíngia, da formação de cartéis na indústria alemã de máquinas agrícolas ou da estrutura dos bancos de crédito alemães, trata-se de aspectos parciais da questão geral da *ordem* económica alemã que deveriam ser sempre entendidos como tais. - E as questões da situação económica da indústria química ou dos lacticínios da Turíngia,

da evolução do volume de negócios e da formação de preços na indústria de máquinas agrícolas ou da liquidez dos bancos de crédito são aspectos parciais da questão geral do *processo* económico actual. Que os dois problemas estão intimamente ligados é o que também estes exemplos mostram.

Convém - de antemão - advertir contra uma tentativa de solução, que poderá talvez parecer óbvia, mas é porém totalmente inviável: a construção de uma teoria específica para cada *ordem* económica, com o fim de assim explicar o processo económico no quadro dessa ordem. Seria ignorar que as ordens económicas concretas são demasiado complexas para poderem servir de base ao trabalho teórico. A sua representação não oferece uma constelação de condições simples, manejável, sem a qual não é possível elaborar teorias. Não é possível construir para a ordem económica alemã e para a ordem económica americana actuais duas teorias específicas para explicar o quotidiano económico na economia americana e na economia alemã. Tem justamente de se procurar uma via totalmente diferente. Este ponto é abordado mais em pormenor no quarto capítulo da terceira parte, em particular pp. 275 *sqq.* e 363 *sqq.*

²⁷ (p. 113). A terceira parte na sua totalidade constitui uma *unidade* e - da mesma maneira que o livro inteiro - só assim se pode compreender. Talvez alguns leitores precisem de certos pontos de referência para terem sempre presente esta unidade. Aconselho para isso a utilização do começo dos vários capítulos, em especial do quarto.

Em relação à maneira como a matéria é exposta talvez se possa objectar que a reflexão sobre os fenómenos *simples* não encontraria entidades tão complexas como «exploração agrícola», «família», «oficina de sapateiro», etc. Os dados elementares da consciência seriam muito mais simples. Só após um árduo trabalho conceptual surgiriam conceitos como exploração agrícola, família, etc. - Perante esta objecção tem de se observar: primeiro, que ela mistura - o que não é lícito - diferentes níveis da investigação científica. A questão da maneira como se constitui a experiência e se formam os conceitos em geral não tem cabimento numa ciência particular. Ela é do âmbito da filosofia (*cf.* p. 3). A ciência particular parte da experiência quotidiana e procura em seguida progredir até à experiência científica

com os seus juízos objectivos (*vide* por exemplo p. 393). Para conhecer a vida económica de uma aldeia A, os economistas não têm de reflectir sobre os dados iniciais da consciência que constituem a experiência em geral. Antes partem da experiência quotidiana, utilizam os conceitos do quotidiano e estudam as explorações agrícolas de F, R, T, etc. da dita aldeia. - Em segundo lugar, aquela objecção ignora *por que* é necessário operar resolutamente esta viragem para os factos. Precisamente porque muitos *não* vêem os factos, mas pressupõem à partida certos conceitos como capitalismo, etc. e procedem por dedução, de modo que o mundo concreto que está à sua frente e que se tem de apreender cientificamente, permanece ignorado.

²⁸ (p. 114). Sobre as duas *formas da abstracção* - abstracção «por acentuação e realce» e abstracção «generalizante» -: LOTZE, *Logik*, 1874, pp. 40 *sq.*, 169 *sqq.* e 176 *sq.*; W. WUNDT, *Logik*, 1906, II, pp. 11 *sqq.*; e especialmente E. HUSSERL, *Logische Untersuchungen*, 2.^a vol., 1.^a parte, 2.^a ed., pp. 106 *sqq.* e 216 *sq.* Igualmente de interesse: COURNOT, *Essai sur le fondement de nos connaissances*, 3.^a ed., 1922, pp. 230 *sqq.* Na abstracção por acentuação e realce - que só com a ciência moderna atingiu o seu pleno desenvolvimento - acentuam-se os vários aspectos de *um* facto concreto extraíndo-se assim formas puras, como se mostra no texto com os exemplos de *uma* família, *uma* unidade de produção industrial, *uma* exploração agrícola, *um* domínio senhorial. - A abstracção generalizante, em contrapartida, opera-se através de uma visão de conjunto de *muitos* factos concretos, retendo-se os traços comuns em noções genéricas. Da consideração de um grande número de propriedades agrícolas da antiguidade surgiu a noção genérica e tipo real «economia doméstica», da de um grande número de cidades medievais, o tipo real «economia urbana».

Esta questão é abordada mais em pormenor *infra* pp. 261 *sq.*, 270 *sq.*, 362 *sq.* e na nota 13.

²⁹ (p. 121). Sobre o mosteiro de Bobbio e outros domínios senhoriais da alta Idade Média: L. M. HARTMANN, *op. cit.*; H. BICKEL, *Die Wirtschaftsverhältnisse des Klosters St. Gallen*, 1914; A. DOPSCH, *Wirtschaftsentwicklung der Karolingerzeit*, 1913.

³⁰ (p. 125). Sobre a *ordem dos ofícios medievais*, vide as obras indicadas nas notas 16 e 18 e, para os primeiros séculos da idade moderna: G. AUBIN e A. KUNZE, *Leinenerzeugung und Leinenabsatz im östlichen Mitteldeutschland zur Zeit der Zunftkäufe*, 1940. - O citado monopólio bilateral da distribuição do âmbar amarelo de Lubeque no séc. XV tem de ser visto em conjugação com os direitos regaleiros e o monopólio do comércio do âmbar amarelo matéria-prima detidos pelas ordens teutónicas. (Vide a este propósito: *Lübeckisches Urkundenbuch* I, 6, 1881, n.ºs 448 e 586; W. STIEDA, in *Mitteilungen des Vereins für Lübeckische Geschichte*, 1886, pp. 97 sqq.; W. TESDORPF, *Gewinnung, Verarbeitung und Handel des Bernsteins in Preußen*, 1887, pp. 6 sqq.) Um estudo dos ramos medievais - importantes e organizados de maneira singular - da extracção do âmbar e do fabrico dos rosários, recorrendo ao aparelho das formas de mercado, seria muito fecundo.

³¹ (p. 135). Encontra-se uma bibliografia da *historiografia económica da época pré-histórica e das civilizações mediterrânicas da antiguidade* no segundo volume da *Wirtschaftsgeschichte des Altertums* de HEICHELHEIM, 1938 (vide também a nota 14).

Sobre o império dos incas, em cuja ordem económica dominavam os traços da economia de administração central, vide entre outros H. CUNOW, *Geschichte und Kultur des Inkareiches*, 1937; L. BAUDOIN, *L'empire socialiste des incas*, 1928 (tradução alemã 1948), e a literatura ali citada. Para informação, os artigos «Inca» e «South America» da *Encyclopaedia Britannica*.

³² (p. 130). Sobre o problema da *direcção da economia na economia de direcção central: Collectivist Economic Planning*, organizado por HAYEK, Londres, 1935; L. VON MISES, *Gemeinwirtschaft*, 2.ª ed., 1932. - O problema entrou num novo estágio pelo facto de, em muitos países industrializados, no decurso dos últimos decénios, se ter de o resolver praticamente. Por exemplo na Alemanha possui-se uma larga experiência. Desde 1936 que aqui se procurou, pela aplicação de diversos métodos, solucionar a questão. Não se conseguiu porém incorporar na economia de administração central - na medida em que ela se realizou - um mecanismo de cálculo económico satisfatório. (Sobre esta questão vide também os meus estudos

in Jahrbücher für Nationalökonomie, vol. 159, 1944, pp. 176 *sqq.*, e *Economica*, 1948.)

A abundante literatura anglo-saxónica - de M.TAYLOR, SCHUMPE-TER, LANGE, LERNER e outros - baseia-se no conhecido artigo de BARONE de 1908 (nota 40). O trabalho de BARONE pretende administrar a prova que o ministério da produção de um Estado colectivista teria de, e poderia, agir como se existisse concorrência pura e perfeita. Ele começaria por distribuir vales de bens de consumo e, em seguida, com o objectivo de satisfazer a procura dos consumidores, dirigiria os meios de produção da mesma maneira que na concorrência pura e perfeita, ou seja de acordo com o princípio do custo. Também o cálculo económico seria, no essencial, idêntico nos dois casos. Este raciocínio resulta da velha concepção - ainda hoje muito difundida - «que a lógica fundamental do comportamento económico é a mesma nas sociedades mercantil e socialista, pelo que a solução é imediata» (SCHUMPETER).

Porém esta tese fundamental não é demonstrável nem sustentável. - BARONE e os seus discípulos partem da constelação de condições seguinte: os consumidores fazem os seus próprios planos e a administração central dirige o processo de produção global de modo que ele se ajuste à procura dos consumidores. Não são pois os planos da administração central que decidem da utilização dos bens de consumo, da mão-de-obra e dos meios de produção, mas sim os planos e a procura dos consumidores. Em relação a este modelo singular pode-se observar, para além do mais, que este caso nunca se verificou na realidade histórica, e que muito provavelmente nunca se verificará. Que um Estado institua a propriedade colectiva a fim de transferir aos consumidores - que ele proveu de certos meios monetários - a direcção do processo de produção é uma hipótese que não tem qualquer base histórica. Quando há propriedade colectiva, os métodos da economia de administração central impõem-se e a direcção do processo de produção pelos consumidores é interrompida a fim de a transferir às autoridades. - No fundo, este modelo não representa uma economia de administração central, mas sim uma economia mercantil com propriedade colectiva, na qual de resto se age em conformidade com o princípio do melhor abastecimento possível. (Sobre este ponto, *vide* pp. 137 e 346 *sq.*) Não é em consequência lícito aplicar as análises teóricas deste modelo

aos problemas modernos de ordens económicas qualificadas de «colectivistas».

Quando se estuda porém realmente a economia de administração central - e não este modelo - verifica-se então que é um mundo totalmente diferente do da economia mercantil, e em particular no caso de concorrência pura e perfeita. O cálculo económico (cf. pp. 339 *sqq.*), o investimento e a poupança, os movimentos conjunturais (cf. pp. 308 *sqq.*), a repartição do poder económico (cf. pp. 314 *sqq.*) e o comércio internacional - para citar apenas alguns grupos de problemas - são totalmente diversos num caso e noutro. Não há nenhum conhecimento da realidade económica do presente e do passado sem o reconhecimento desta diferença fundamental, que se exprime em todos os processos do quotidiano económico. A dimensão da tarefa que a direcção da economia de direcção central de toda uma nação tem de levar a cabo implica regra geral que a administração dos diferentes ramos económicos - como por exemplo o carvão, o ferro, a madeira, o cimento, etc. - seja confiada a instâncias independentes. A harmonização dos planos económicos destas numerosas instâncias centrais revela-se à experiência - por falta de um cálculo económico satisfatório e por outras razões - extraordinariamente difícil. Se ela vem a falhar, reina a «anarquia dos grupos» e, só nominalmente, a economia de administração central. - Todas estas dificuldades estão na maioria dos casos ausentes da «economia de direcção central simples» ou «economia autónoma».

³³ (p. 145). Sobre o *padrão de medida* enquanto pré-condição necessária ao funcionamento da economia mercantil, *vide* por exemplo G. CASSEL, *Theoretische Sozialökonomie*, 5.^a ed., 1932, § 40.

³⁴ (p. 179). A teoria das *formas de mercado* é antiga, tendo sido fundada já pelos mercantilistas; é certo que não se foi então além dos rudimentos.

A economia política clássica, dado pretender descobrir e estudar o processo económico natural e a formação natural dos preços (cf. pp. 42 *sq.*), manifestou menos interesse pelas diferentes formas históricas da configuração do mercado. Em consequência - e mais tarde também no seguimento da cisão entre investigação histórica e teórica - toda a teoria ficou em suspenso. Impulsos isolados, como

os de COURNOT (*Recherches sur les principes mathématiques de la théorie des richesses*, 1836), CARL MENGER (*Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, 1871, pp. 175 *sqq.*) e outros, não foram suficientes para provocar uma viragem.

Assim se explica possivelmente que até hoje, tanto na ciência como na opinião pública, não impere nem a clareza nem a unanimidade sobre o que são realmente as formas de mercado mais importantes. Por exemplo, a concorrência pura e perfeita. Confundiui-se e confunde-se ainda hoje «concorrência pura e perfeita» com mercados «abertos», quando de facto, em mercados abertos, toda as formas de mercado se podem realizar, e realizam-se efectivamente em muitos casos. – O mais grave foi porém a confusão entre «*laissez faire*» e «concorrência pura e perfeita». Para o começo do séc. XIX ela ainda era compreensível. Acreditava-se então que pela eliminação dos monopólios de direito público, dos privilégios e exclusivos se podia criar um estado de concorrência pura e perfeita. É porém indesculpável que, em fins do séc. XIX, não se tenha reconhecido este erro e se continue até hoje a identificar frequentemente *laissez faire* e concorrência pura e perfeita. Podia-se então facilmente constatar que, de uma política de *laissez faire*, não resultava de modo algum sempre concorrência pura e perfeita, mas também monopólio, monopólio parcial, oligopólio, etc. Esta confusão faz ainda hoje parte dos erros económicos fundamentais que não se conseguiu extirpar e que também prejudicam gravemente o trabalho de elaboração de uma constituição económica.

A investigação moderna esforçou-se por determinar com exactidão as formas de mercado. Os perigos que ela corre foram tratados de maneira circunstanciada no texto. – Frequentemente, o sistema das formas de mercado é construído *a priori* e aposto à realidade. «Pressupõe-se» assim um sistema em lugar de o procurar e encontrar na realidade económica. Estas formas de mercado supostas *a priori* não restituem o universo de formas da realidade concreta. Caracteriza-se por exemplo a concorrência pura e perfeita como uma forma de mercado em que a influência de cada agente económico é igual a zero o que manifestamente só é o caso com um número infinito de vendedores e compradores. O monopólio é construído simetricamente: *uma* unidade de produção abastece todos os clientes e, dado que se têm de excluir todas as possibilidades de substituição,

este lugar só pode ser ocupado por *uma* unidade de produção que forneça todas as mercadorias ao mundo inteiro. Ambos os casos são irreais e a totalidade da realidade situa-se algures entre um e outro. A contribuição para o conhecimento dos múltiplos aspectos da realidade é praticamente nula, e ambos os conceitos, concorrência e monopólio, servem já para designar determinados factos *reais*, por conseguinte já não são utilizáveis. Em contraste, a obtenção das formas de mercado tem de se operar na realidade económica. Como as outras formas económicas ideal-típicas, elas têm também de ser encontradas nos factos. Têm de se «descobrir». Isto consegue-se através do estudo dos planos económicos de unidades económicas concretas. Pois os dados em que se apoiam os participantes no mercado para elaborar os seus planos podem determinar-se com precisão. (É a partir deles, e não das chamadas «formas de comportamento» - um conceito a que se associam conteúdos muito diversos -, que se podem identificar as formas de mercado.) As formas de mercado assim extraídas do estudo da realidade económica podem preencher a dupla missão que lhes é atribuída: servir ao conhecimento das *ordens* económicas concretas (*vide inter alia* pp. 263 *sqq.* e 374 *sqq.*) e constituir o fundamento de análises teóricas cuja aplicação permita explicar as articulações dos *processos* económicos concretos (*vide inter alia* p. 275).

Da abundante literatura moderna citem-se: VON BÖHM-BAWERK, *Kapital und Kapitalzins*, 2.º vol., 3.ª ed., 1912, pp. 357 *sqq.*; WICKSELL, *Vorlesungen über Nationalökonomie*, vol. I, 1913, pp. 84 *sqq.*; PARETO, *Manuel d'économie politique*, 2.ª ed., 1927, cap. III, pp. 40 *sqq.*; SRAFFA in *Economic Journal*, 1926; CHAMBERLIN, *Theory of Monopolistic Competition*, 2.ª ed., 1936, com bibliografia; E. SCHNEIDER, *Reiner Theorie monopolistischer Wirtschaftsformen*, 1932; J. ROBINSON, *The Economics of Imperfect Competition*, 1933, e o seu artigo «What is perfect competition?», *Economic Journal*, 1935; R. FRITSCH, «Monopole, polypole - la notion de force dans l'économie», *Festschrift für Westergaard*, 1933; a importante obra de H. VON STACKELBERG, *Marktform und Gleichgewicht*, 1934, e os seus artigos «Probleme der unvollkommenen Konkurrenz», *Weltwirtschaftl. Archiv*, 48.º vol., 1938, e «Die Grundlagen der Nationalökonomie», *ibidem*, 51.º vol., 1940; L. MICKSCH, *Wettbewerb als Aufgabe*, 2.ª ed., 1947; E. LIEFMANN-KEIL, *Organisierte Konkurrenz-Preisbildung*, 1936;

HANS MÖLLER, *Kalkulation, Absatzpolitik und Preisbildung*, 1941. – Para um quadro sinóptico das formas de mercado: VON STACKELBERG, *Marktform und Gleichgewicht*, p. 3; MICKSCH, *op. cit.* – Sobre forma de mercado e poder: *supra*, pp. 314 *sqq.*

³⁵ (p. 182). Sobre o tipo ideal «*economia natural de troca*»: WICKSELL, *Vorlesungen über Nationalökonomie*, vol. I, pp. 61 *sqq.*, e vol. II, pp. 4 *sqq.*: C. MENGER, *Grundsätze*, 2.^a ed., 1923, 9.^o cap. Os historiadores e os economistas falam frequentemente de «*economia natural*». Uma palavra pouco feliz que é imprópria para caracterizar a estrutura da ordem económica. «*Economia natural*» tanto pode designar a economia de direcção central da família, da gens ou de uma tribo, como pode significar a existência de troca directa. A diferença de importância decisiva entre economia de direcção central e economia mercantil – ou seja, entre os dois sistemas económicos – é dessa maneira obliterada.

Sobre a importância heurística do tipo ideal «*economia natural de troca*», vide pp. 244 *sqq.*

³⁶ (p. 198). A análise dos *fenómenos monetários* da história é dificultada pela problemática da maioria dos estudos histórico-monetários. Ela é regra geral numismático-histórica ou – especialmente sob a influência de KNAPP – jurídico-histórica. Só a revalorização das questões *económicas* relativas aos fenómenos monetários – sobre a origem da moeda, sobre as formas de mercado realizadas na esfera monetária e sobre a relação entre a unidade de conta e o dinheiro – permitirá também submetê-los ao tratamento teórico.

Sobre a história monetária da *antiguidade*: EBERT, *Reallexikon der Vorgeschichte*, artigo «*Dinheiro*»; numerosos artigos na *Realencycl. d. klass. Altert. wiss.*, 2.^a ed., de PAULY-WISSOWA; HEICHELHEIM, *op. cit.*, com bibliografia.

As descrições dos sistemas monetários *medievais* têm na maioria uma orientação numismático-histórica. Explica-se assim que a importância para a economia medieval de certos títulos de dívida privados, municipais e do Estado, que serviam de moeda, tenha sido durante muito tempo ignorada, que se tenha subestimado a importância da diferença entre unidade de conta e meio de troca, tal como ela existiu frequentemente na Idade Média, e que o próprio numerá-

rio não tenha sido de facto estudado como fenómeno económico. - Dos trabalhos recentes sobre a história económica medieval são de citar neste contexto, em particular: KUSKE, *op. cit.*; G. MICKWITZ, *Aus Revaler Handelsbüchern*, 1938; M. M. POSTAN, «Private financial instruments in medieval England», *Vierteljahresschrift f. Soz. u. Wirtschaftsgeschichte*, 23.º vol., 1930; M. CHIAUDANO, «Contratti di cambio [...]» (Publicações da Academia Real das Ciências de Turim, 1931); H. LAURENT, *La loi de Gresham au moyen âge*, 1933; I. WACKERNAGEL, *Städtische Schuldscheine als Zahlungsmittel im 13. Jahrhundert*, 1924. - Sobre a evolução do sistema monetário na idade moderna e na época recente, sob vários pontos de vista: K. HELFFERISCH, *Das Geld*, 6.ª ed., 1923; J. M. KEYNES, *A Treatise on Money*, 1930 (tradução alemã: *Vom Gelde*, 1932); R. STUCKEN, *Geld und Kredit*, 1949; G. CASSEL, *The Downfall of the Gold Standard*, 1936 (tradução alemã, 1937, com um prefácio de B. PFISTER); F. LUTZ, «Neue Goldwährung», *Weltw. Arch.*, 46.º vol., 1937; O. VEIT, *Deutsche Geldpolitik*, 1950, e os relatórios anuais do B.PI.

Grande parte dos investimentos e por conseguinte da industrialização do fim do séc. XIX e do séc. XX não teria tido lugar se não se tivesse criado dinheiro - sob a forma de notas e moeda escritural - nos actos de concessão de crédito por parte dos bancos. Através desta conjugação da concessão de crédito com a criação de moeda (e do reembolso com a extinção de moeda) alterou-se fundamentalmente a relação entre investimento e poupança. *Vide* a este propósito: A. HAHN, *Volkswirtschaftliche Theorie des Bankkredits*, 3.ª ed., 1930; H. GESTRICH, *Kredit und Sparen*, 2.ª ed., 1947.

⁵⁷ (p. 201). Sobre economias mercantis em que as formas de mercado realizadas nos diferentes mercados são diferentes, *vide* STACKELBERG, *Marktform und Gleichgewicht*, pp. 29 *sqq.*, e a literatura ali indicada.

⁵⁸ (p. 202). Outro erro da *problemática teórica monetária* mais antiga consiste em partir de uma grandeza média - o nível geral de preços - que representa uma construção intelectual e com a qual o agente económico - que só conhece os preços concretos - não conta. Tão-pouco se pode, no decurso das deduções, introduzir o «nível de preços» como um factor eficiente. Uma grandeza média

como o «nível de preços» apenas é utilizável «quando é necessário, no *termo da análise*, resumir um resultado, exprimir com uma palavra ou um número uma situação geral» (K. F. MAIER, *op. cit.*, p. 18). Ainda sobre esta questão: HAYEK, *Preise und Produktion*, 1931, pp. 3 *sqq.*; HABERLER, *Der Sinn der Indexzahlen*, 1927, pp. 70 *sq.* e - noutra perspectiva - A. LÖSCH, *Die räumliche Ordnung der Wirtschaft*, 2.^a ed., 1944.

³⁹ (p. 203). A economia política clássica estudou muitas vezes apenas aquele sistema de economia mercantil em que reina a concorrência pura e perfeita em todos os mercados e em que, ao mesmo tempo, existe circulação metálica. Ela apreendeu dessa maneira uma combinação extremamente interessante de forma de mercado e sistema monetário, mas justamente apenas *uma* combinação, um caso limite. - É certo que os clássicos mais recentes foram mais além num ponto ao reconhecerem a importância da emissão *fiduciária* para o processo económico global - uma contribuição importante que se manifestou sobretudo nas obras de OVERSTONE (*Tracts and other Publications*, 1857, por exemplo pp. 411 *sqq.*).

A transição para a nova problemática foi iniciada com a obra de WICKSELL *Geldzins und Güterpreise* (1898).

⁴⁰ (p. 206). Sobre o processo económico na *economia de direcção central*: a literatura parte em regra da questão de como se opera o processo económico numa comunidade «colectivista» que se contrapõe à «economia de mercado», à «economia livre» ou ao «capitalismo» (PARETO, *Manuel*, 2.^a ed., cap. VI, pp. 52 *sqq.*; E. BARONE, «Il ministro della produzione nello stato collettivista», *Il Giornale degli economisti*, 1908; VON WIESER, *Der natürliche Wert*, 1889; e a literatura citada na nota 32.) - «Colectivismo» e «economia de direcção central» não são porém - repito-o - idênticos. O termo «colectivismo» deve designar uma situação concreta totalmente ausente em determinadas épocas e que se realizou e realiza noutras. A «economia de direcção central», em contrapartida, realizou-se em todos os povos e em todas as épocas. Esteve e está sempre presente. Frequentemente é certo apenas sob a forma de vestígios, mas também frequentemente dominando nas ordens económicas, na maioria dos casos sob a forma simples da economia autónoma.

(Designa-se de maneira inexacta por «colectivismo» o grupo - de composição variada - das ordens económicas em que os elementos da economia de administração central são dominantes.) - São estes elementos realizados da economia de direcção central - os quais se podem sempre encontrar na realidade - que nós salientamos, descobrindo assim uma forma pura, um sistema económico ideal-típico, que se utiliza como modelo de base: a economia de direcção central com as suas duas formas da «economia de direcção central simples» e da «economia de administração central», incluindo as respectivas variantes (cf. pp. 129 *sqq.*). Desta maneira, apreende-se, por um lado - em contraste com o outro procedimento -, a multiplicidade *histórica*, e obtêm-se ao mesmo tempo, por outro, modelos que representam constelações de condições rigorosamente determinados e que por conseguinte possibilitam a elaboração de *teorias*.

A *teoria* da economia de direcção central que conduz ao conhecimento, nas suas articulações, do processo económico que tem lugar no quadro deste sistema económico é necessária e possível. *Necessária*, porque o processo económico se desenrola na economia de direcção central de maneira diferente da economia mercantil e, por conseguinte, as ordens económicas concretas em que dominam os traços da economia de direcção central apresentam processos económicos concretos diferentes dos das ordens económicas concretas em que os elementos da economia mercantil são dominantes. Assim a relação entre produção e repartição é muito diferente num caso e noutro, o processo de investimento efectua-se diferentemente, a influência das necessidades individuais na economia de direcção central é reduzida ou eliminada, os consumidores em particular são desprovidos de poder, a produção pode ser aqui muito mais facilmente concentrada na satisfação de um complexo de necessidades - por exemplo, no armamento -, o dinheiro desempenha num e noutro caso papéis muito diferentes, o poder económico significa coisas diferentes num caso e noutro. São estas diferenças, muito salientes no período recente, que a análise teórica tem de pôr em evidência de maneira precisa. - *Possível* é-o uma teoria da economia de direcção central porém inteiramente, como também o nosso esboço procura mostrar. Dos dados e das regras da experiência resultam os planos económicos da direcção com as suas valorações,

destes a sua actuação, e assim é possível determinar o processo económico, incluindo as suas dificuldades. - «Em todo o caso, abre-se com a economia mercantil aquele campo em que a constatação de relações constantes e objectivamente determinadas é possível no quadro de todas as ciências sociológicas», afirmou um teórico contemporâneo. Se ele tivesse razão, a economia política teria de renunciar ao conhecimento de uma parte substancial da realidade económica. Mas não tem. E os economistas não deveriam retirar-se de um domínio em que a sua contribuição pode e tem de ser substancial.

⁴¹ (p. 212). Sobre a necessidade de considerar o duplo aspecto dos *stocks* provenientes da produção anterior: EUCKEN, *Kapitaltheoretische Untersuchungen*, 1934, e «Hauptproblem der Kapitaltheorie», *Jahrbücher für Nationalökonomie*, 1937. - Trabalhos recentes sobre os problemas do capital, que no quadro desta obra podem apenas ser aflorados: R. VON STRIGL, *Kapital und Produktion*, 1934; VON STACKELBERG, «Kapital und Zins in der stationären Verkehrswirtschaft», *Zeitschr. f. Nationalök.*, vol. X, 1941; E. LINDAHL, *Studies in the Theory of Money and Capital*, 1939; J. R. HICKS, *Value and Capital*, 2.^a ed., 1946; VON HAYEK, *Pure Theory of Capital*, 1941.

⁴² (p. 218). Sobre a *primeira regra da experiência* (a chamada primeira lei de GOSSEN): GOSSEN, *Entwicklung der Gesetze des menschlichen Verkehrs*, 1854, e as outras obras citadas no artigo «Necessidade» (de H. MAYER) no *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*. - Sobre a reformulação da lei de GOSSEN numa «lei da taxa marginal de substituição decrescente»: J. R. HICKS, *op. cit.*, pp. 11 *sqq.*, VON STACKELBERG, «Entwicklungsstufen der Werttheorie», *Schweiz. Z. f. Volksw.*, 83.^o ano, 1947.

⁴³ (p. 223). Sobre a *segunda regra da experiência*: TH. N. CARVER, *The Distribution of Wealth*, 1921, 2.^o cap.; EDGEWORTH, *Papers relating to Political Economy*, 1.^o vol., 1925; A. MITSCHERLICH, *Die Bestimmung des Düngerbedürfnisses des Bodens*, 1924; E. SCHNEIDER, *Theorie der Produktion*, 1934. Indicações bibliográficas também em MORGENSTERN (*Zeitschr. f. Nationalök.*, 1931, n.^o 4).

Sobre a *terceira regra da experiência*: E. VON BÖHM-BAWERK, *Kapital und Kapitalzins*, 4.^a ed., 1921; BURCHARDT, *in Weltwirtschaftl.*

Arch., 34.º e 35.º vol., 1931/32; N. KALDOR, in *Econometrica*, 1937, pp. 201 *sqq.*; VON STRIGL, *Kapital und Produktion*, 1934; E. SCHNEIDER, in *Jahrb.f.Nat.*, vol. 147, 1938; EUCKEN, «Der Wirtschaftsprozess als zeitlicher Hergang», *Jahrb.f.Nationalök.*, 152.º vol., 1940, pp. 113 *sqq.*

⁴¹ (p. 227). Sobre o problema do *risco*: BÖHM-BAWERK, *Positive Theorie des Kapitals*, 4.ª ed., 1921, IV livro, I secção; KNIGHT, *Risk, Uncertainty and Profit*, 1921; H. MARQUARDT, *Die Ausrichtung der landwirtschaftlichen Produktion an den Preisen*, 1934; MARQUARDT escreve (pp. 128-129) «No nosso trabalho importa porém erigir esta questão do *risco* em problema teórico autónomo. É realmente uma situação impossível a que consiste em pôr tranquilamente de lado o *risco*, expondo-nos ao encolher de ombros dos práticos e a ouvir a sentença habitual: "Está certo, mas na realidade as coisas são muito diferentes da teoria." Quando, de facto - e isso revelou-se no decurso do nosso estudo cada vez mais nitidamente -, qualquer teoria realista tem de incorporar na sua análise o factor *risco*.»

Sobre as *expectativas*: C. Menger, *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, 2.ª ed., 1923, p. 149; PIGOU, *Industrial Fluctuations*, 2.ª ed., 1929; G. MYRDAL, «Der Gleichgewichtsbegriff als Instrument der geldtheoretische Analyse», in *Beiträge zur Geldtheorie*, organizado por HAYEK, 1933, pp. 383 *sqq.*; KEYNES, *General Theory*, 1936, cap. 22.

⁴⁵ (p. 198 e 228). A investigação económica teórica moderna revela nas suas problemáticas, nos seus métodos de raciocínio e nos seus resultados fundamentais uma unidade apreciável e não é de modo algum uma justaposição de pontos de vista desconexos. Os leitores que procurem uma *introdução* à teoria moderna podem reportar-se a: W. RÖPKE, *Die Lehre der Wirtschaft*, 4.ª ed., 1946; R. VON STRIGL, *Einführung in die Grundlagen der Nationalökonomie*, 1937; E. BARONE, *Principi di economia politica* (trad. alemã, 2.ª ed., 1935); para aprofundar: VON STACKELBERG, *Grundzüge der theoretischen Volkswirtschaftslehre*, 1943; G. STIGLER, *The Theory of Price*, 1947; das grandes obras, em particular: E. VON BÖHM-BAWERK, *Kapital und Kapitalzins*, 4.ª ed., 1921; *vide* ainda as notas 8 e 10.

O tratamento dos problemas de *teoria monetária* através da análise da tesouraria das unidades económicas encontra-se, entre os

autores mais antigos, em C. MENGER, *Grundsätze der Volkswirtschaftslehre*, 2.^a ed., 1923, pp. 325 *sqq.*; L. WALRAS, *Éléments*, Paris, 1926, pp. 320 *sqq.*; A. MARSHALL, *Money, Credit and Commerce*, 1923, pp. 282 *sqq.* Dos autores mais recentes, cito: K. F. MAIER, *Goldwanderungen*, 1935; J. R. HICKS, «Suggestion for simplifying the theory of money», *Economica*, Fevereiro de 1935.

⁴⁶ (p. 241). Sobre a ideia do «estado estático» e a sua crítica, *vide* quarto capítulo, IV (pp. 288 *sqq.*) e as obras citadas na nota 58.

Para evitar equívocos, é ainda de sublinhar em particular que a constância dos dados, através da qual se realiza um estado estático, tem de ser mantida com todo o rigor; por conseguinte, também as necessidades no presente e no futuro têm de ser constantes. Apenas quando, na elaboração do plano económico deste ano, se tem em vista para os próximos anos o mesmo grau de satisfação das necessidades e se prevê o investimento de reposição correspondente, é que se chega a um estado estático, onde os *stocks* de bens materiais produzidos, em particular de meios de produção duradouros, se mantêm sempre ao mesmo nível. Caso contrário, o aparelho de produção amplia-se ou reduz-se. Sobre o *método da variação*, *vide* também pp. 257 *sqq.* e 301 *sqq.*

⁴⁷ (p. 246). A propósito das *análises da economia de Robinson*: «Pensar a vida em sociedade como um tecido de *robinsonnades* equivale à concepção absurda que considera um vaso ainda intacto como composto em última instância pelos cacos em que se pode ulteriormente quebrá-lo.» (GOTTL, *Bedarf und Deckung*, p. 70. Outros críticos: DIEHL, *Theoretische Nationalökonomie* I, 2.^a ed., 1922, p. 4; CASSEL, *Grundgedanken der theoretischen Nationalökonomie*, 1926, pp. 10 *sq.*; SOMBART, *Die drei Nationalökonomien*, 1930, pp. 176 *sqq.*) Certamente que esta concepção seria «absurda». Mas, quem a defende? – O que se pretende com as análises da economia de Robinson é algo de diferente. Para continuar com a mesma metáfora pouco feliz: ninguém tem de reear que se quebre o vaso. Primeiro, estudamos um vaso pequeno cuja construção é relativamente fácil de conhecer. Em seguida, viramo-nos para vasos de mais difícil construção – as diversas formas de economia social –, cujas estrutura e articulação geral são mais fáceis de descobrir quando o seu estudo é precedido

pelo do pequeno vaso. «Temos boas razões - disse BÖHM-BAWERK a propósito de Robinson - para exercitarmos durante algum tempo os nossos olhos - e os do leitor - na sua figura pacífica antes de ousarmos aproximarmo-nos do quadro velado da plena realidade; o verdadeiro palco da nossa teoria é porém a realidade plena da economia social.» - Sobre o grande valor heurístico das análises da economia de Robinson: M. WEBER, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 1922, p. 196; H. DIETZEL, in *Jahrb. f. Nat.*, 1890, vol. 54, e BÖHM-BAWERK, *ibidem*, vol. 58, 1892; G. SULZER, *Die wirtschaftliche Grundgesetze*, 1895, pp. 80 *sqq.*; CHARLES KNIGHT, *Capital and Labour*, 1845 (tradução alemã, 1847); J. B. CLARK, *The Distribution of Wealth*, 1902, pp. 40 *sqq.* - Sobre as *robinsonnades* do séc. XVIII, que não têm nenhuma relação interna com as análises da economia de Robinson da investigação teórica contemporânea: H. HETTNER, *Geschichte der deutsche Literatur im 18. Jahrhundert*, 6.^a ed., 1912.

Uma prova do alto valor heurístico da «*economia natural de troca*» - apesar do grande contraste entre economia natural de troca e economia monetária - é-nos fornecida pela obra de WICKSELL *Geldzins und Güterpreise* (1898). - Sobre o tratamento do teorema de SAY na economia natural de troca e na economia monetária (pp. 247 *sq.*): L. MICKSCH, *Gibt es eine allgemeine Überproduktion?*, 1929.

⁴⁸ (p. 250). Das tentativas recentes de economistas teóricos no sentido da elaboração de uma teoria unificada da economia mercantil *contornando as formas de mercado concretas* e tratando apenas subsidiariamente da economia «socialista», a que se tornou mais conhecida é a obra de CASSEL (*Theoretische Sozialökonomie*, 5.^a ed., 1932). CASSEL pretende com a sua teoria estudar uma economia de troca, situada para além da concorrência ou do monopólio, em que as quantidades de bens são conduzidas à sua utilização da maneira mais racional para o conjunto da sociedade. Como isto só acontece com uma formação de preços que resulte da estrita aplicação do princípio do custo, estuda-se exclusivamente este caso *único*. É um facto que a teoria adquire desta maneira uma grande homogeneidade formal, está porém pouco orientada para a explicação da realidade económica. (A este respeito: W. KROMPHARDT, *Die Systemidee im Aufbau der CASSELSchen Theorie*, 1927, assim como SCHUMPETER, in *Schmollers Jahrbuch*, 51.^o ano, 1927, pp. 241 *sqq.*

No quadro da escola *histórica* - em parte também no seguimento dos esforços tendentes a aproximar economia política histórica e teórica - tentou-se fazer preceder as teorias «temporalmente determinadas» por uma teoria «intemporal»

Assim, SPIETHOFF fala de economia intemporal e pretende colocar a sua teoria no ponto de partida. Ele entende por economia intemporal uma economia social dirigida por uma vontade única e de que estão ausentes as unidades económicas autónomas. Trata-se portanto de uma economia de direcção central no estilo por exemplo da «economia simples» de WIESER. Se bem que, no decurso do trabalho teórico, se revele de facto útil utilizar os resultados da análise da economia de direcção central no estudo da economia mercantil, não estamos de maneira alguma autorizados a caracterizar *a priori* a economia de direcção central como economia intemporal. Quais os fenómenos que sucumbem à mudança e quais os que resistem é algo que justamente não se pode decidir *a priori*, mas só *a posteriori*, ou seja apenas no seguimento do trabalho analítico sobre os factos historicamente atestados. É em consequência ilícito fazer preceder as teorias «históricas», «descritivas» ou «temporalmente determinadas» por uma teoria da economia intemporal ou uma teoria formal - abstraindo do facto que estas pretensas teorias «históricas» nunca apreendem a realidade histórica e por conseguinte ficam sempre no estado de programa. (SPIETHOFF, *in Schmollers Jahrbuch*, 56.º ano, 1932, pp. 892 sq. e 918; VLEUGELS, *ibidem*, 61.º ano, 1937, pp. 279 sq.)

⁹⁹ (p. 254). Os enunciados sobre as mudanças no processo económico que resultam de alterações nos dados têm necessariamente - quando correctamente estabelecidos - um valor *apodítico*. Enunciados destes não é possível fazê-los sobre as alterações dos dados induzidas em sentido inverso por mudanças no processo de produção; os juízos emitidos neste caso são - na linguagem da lógica - *problemáticos*.

Ainda alguns exemplos: a teoria económica pode indicar precisamente como é que certas variações dos dados produzem uma elevação dos rendimentos dos operários. Ela não pode porém determinar com exactidão se, e em que medida, a elevação dos rendimentos conduzirá a um aumento da produtividade, ou seja a uma alteração

do dado «trabalho». Quando tentou fazê-lo, o que aconteceu algumas vezes, deparou com o insucesso. - Outro exemplo: recorrendo à teoria monetária, pode demonstrar-se rigorosamente quais as alterações do processo económico que uma política deflacionista desencadeia. *In concreto*, a experiência mostra que as depressões deflacionistas duradouras conduzem nos Estados modernos a abalos políticos graves e a alterações da política económica e da ordem económica. Porém, saber se estas repercussões sobre os dados se verificam e de que natureza elas são depende em tão larga medida da estrutura particular de cada Estado e de muitos outros factos históricos que a teoria económica tem de evitar emitir juízos apodícticos nesta matéria.

⁵⁰ (p. 257). O erro de considerar como dados factos que encerram problemas requerendo solução comete-o também, por exemplo, a teoria da balança de pagamentos. Ela vê nas importações e exportações de um país e nas outras rubricas da balança de pagamentos grandezas dadas, e pretende em seguida explicar o nível da taxa de câmbio e as suas alterações pela relação entre o débito e o crédito. Porém, as importações e exportações de um país, da mesma maneira que as outras rubricas, não são grandezas dadas. Elas dependem dos preços vigentes nos países que participam no comércio assim como das próprias taxas de câmbio. A teoria da balança de pagamentos é pois deficiente e - dado ela identificar erradamente as causas das depreciações cambiais - os seus efeitos em termos de política de câmbios foram extremamente perniciosos. (Sobre este ponto: HABERLER, *Theorie des internationalen Handels*, 1933, pp. 26 *sqq.*; EUCKEN, *Betrachtungen zum deutschen Geldproblem*, 1923, I cap.)

⁵¹ (p. 260). Dado a investigação económica teórica ser impossível sem se traçar uma *fronteira dos dados*, todos os teóricos - desde que existe uma teoria económica - trabalham com dados. O facto de muitas vezes não se utilizar a designação «dados» e se falar por exemplo de «factores dados», «elementos simples» ou também de «forças produtivas» não é essencial. Essencial é porém que a concepção que se tem dos dados é muitas vezes incompleta.

Aquilo a que FRIEDRICH LIST chama «forças produtivas» são dados, que ele descreve contudo de maneira diferente e mais circunstanciada.

«É difícil imaginar uma lei ou instituição pública que não exerça uma influência maior ou menor sobre o incremento ou a redução das forças produtivas.» Nós diríamos: que não altere um dado. – A missão da política económica tem pois de ser «despertar e cultivar estas forças produtivas».

Até este ponto, LIST tem razão. Erra porém quando reclama uma «teoria» das forças produtivas que ele pretende colocar ao lado da teoria do valor. Por teoria das forças produtivas ele entende uma teoria que explique a formação de dados concretos. – Toda a tentativa de elaboração de uma tal teoria está condenada ao fracasso, dado que a formação de dados concretos apenas é acessível à compreensão histórico-individual: por exemplo, a questão de saber porque é que a Alemanha tem hoje uma determinada população com determinadas capacidades e um determinado grau de instrução ou porque existe ali uma determinada ordem social e jurídica. «A explicação teórica supre tudo o que se pode exigir em geral de uma explicação teórica e termina apenas ao chegar aos "dados", cuja ulterior explicação já não é do âmbito da teoria económica», disse BÖHM-BAWERK por ocasião de uma discussão com WIESER. Ele prossegue mais tarde: «Este dado é um dado da técnica de produção que não requer nem permite qualquer explicação por parte da teoria económica; tão-pouco como a teoria económica poderia ser chamada ou obrigada a explicar, no exemplo do colono com os cinco sacos de trigo, que, e porquê, de entre as necessidades do colono, a necessidade de aguardente de cereal se classifica abaixo da necessidade de carne, e qual a importância que é atribuída à satisfação de cada uma destas necessidades.» (*Positive Theorie des Kapitals*, excurso VII.)

Para uma abordagem mais detalhada dos dados e da sua obtenção: J. B. CLARK, *Essentials of Economic Theory*, 1907; J. SCHUMPETER, *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, 1926, pp. 75 sq., e *Archiv für Sozialwissenschaft*, 42.º vol., 1916-17, pp. 3 sqq.; R. VON STRIGL, *Die ökonomischen Kategorien und die Organisation der Wirtschaft*, 1923; L. ROBBINS, *An Essay on the Nature and Significance of Economic Science*, 1932; F. LUTZ, *Das Konjunkturproblem in der Nationalökonomie*, 1932, pp. 65 sqq. e 116 sqq.; CIRIACY-WANTRUP, *Agrarkrisen und Stockungsspannen*, 1936, pp. 362 sqq.; K. F. MAIER, *op. cit.*, pp. 56 sqq.; FR. W. MEYER, *Der Ausgleich der Zahlungsbilanz*,

1938, pp. 14 *sq.* e 159 *sqq.* - O aparelho dos dados precisa de ser desenvolvido (dados micro-económicos - dados macro-económicos; dados do plano - dados efectivos). Ao mesmo tempo, resulta do nosso estudo que não se pode abandonar o trabalho de estabelecimento dos dados, por exemplo, à sociologia ou à historiografia, as quais não estão em condições de o fazer: partindo de problemáticas económicas e da análise dos factos por acentuação e realce, a *economia política* depara necessariamente com condições das quais o processo económico depende. Essas condições designa-as ela por dados.

⁵² (p. 270). Sobre a ordem económica das comunidades jesuítas no Paraguai: P. HERNANDEZ, *Organizacion social de las doctrinas guaranis*, 1912; M. FASSBINDER, *Der «Jesuitenstaat» in Paraguay*, 1926.

⁵³ (p. 275). A influência da economia política sobre a *historiografia económica* foi pois - conforme ficou dito no texto - muitas vezes desfavorável, porque se transpôs uma conceptualização que não tem em conta a essência histórica. Mesmo os trabalhos muito fecundos de STRIEDER sofrem da extensa utilização da palavra «capitalismo». HEICHELHEIM (*Wirtschaftsgeschichte des Altertums*, 1938) faz uma tentativa de utilização dos «estilos económicos». - Repito: o historiador não tem culpa do fracasso destas tentativas, mas sim os economistas que não deviam justamente propor construções anti-históricas, como os estádios e os estilos, mas sim um sistema morfológico extraído da realidade histórica, cuja aplicação permitisse ao historiador económico conhecer a *estrutura* concreta da ordem económica. (Sobre este ponto, *vide* também A. RÜSTOW, *op. cit.*)

⁵⁴ (p. 277). A noção de que a teoria económica consiste em «juízos hipotéticos» deu frequentemente lugar a equívocos. Disse-se e diz-se que a teoria económica se compõe apenas de «hipóteses», ou seja de suposições - provisórias e sem carácter obrigatório - sobre as bases de uma explicação destinada a preencher uma lacuna no conhecimento. - Reside aqui um erro de que resulta uma atitude incorrecta perante todo o trabalho teórico-analítico. Por «juízo hipotético» entende-se, no sentido rigoroso da lógica: se A é verdadeira, C é verdadeira. O juízo hipotético afirma que de uma determinada razão resulta uma determinada conclusão. Baseia-se no «princípio da

razão suficiente». No juízo hipotético, que o indivíduo pensante utiliza continuamente, exprime-se num alto grau a razão. Ao juízo hipotético opõe-se como é sabido o juízo categórico: S é P. Os juízos hipotéticos correctamente formulados são, de maneira irrefutável e absolutamente necessária, apodícticos e de modo algum provisórios. Sobre este ponto, encontram-se em qualquer manual de lógica os esclarecimentos necessários, de modo que os citados equívocos não são desculpáveis.

⁵⁵ (p. 283). Sobre o problema epistemológico da *aplicação* da teoria, *vide* as obras citadas na nota 51. Sobre a distinção entre «verdade» e «actualidade», *vide* por exemplo o meu artigo «Die Überwindung des Historismus», *Schmollers Jahrbuch*, 63.º ano, 1938, pp. 212 *sq.*, *supra*, p. 271, e *infra*, pp. 371 *sqq.*

Compreende-se facilmente que a aplicação da teoria tenha sido em larga medida descurada na própria investigação e nos estudos epistemológicos. Pois, nem para a «economia conceptual», nem para o «dualismo», nem para o «empirismo» pode existir uma aplicação. - É em vão que se procura elaborar uma «teoria aplicada» especial. A aplicação da teoria *abstracta* tem lugar caso a caso, a fim de explicar factos históricos concretos. A distinção entre «abstracto» e «concreto» é obliterada quando se opõe uma pretensa «teoria aplicada» à chamada teoria «pura».

⁵⁶ (p. 285). Sobre os *limites* que, em consequência da falta de informação, se deparam ao conhecimento da realidade económica em épocas recuadas, *vide* também pp. 75 *sqq.* - A historiografia económica e a economia política têm de avançar efectivamente até estes limites. Apenas o podem fazer se colocarem a questão da ordem económica no primeiro plano e, nesta perspectiva, investigarem com tenacidade e a fundo as fontes, incluindo por exemplo as da histórica económica da antiguidade.

⁵⁷ (p. 285). Sobre a grande antinomia e a sua superação, *vide infra* pp. 15 *sqq.* e 368 *sq.*

⁵⁸ (p. 313). Sobre as «teorias dinâmicas»: no que se refere à literatura mais antiga, SCHUMPETER dá na sua *Theorie der wirtschaftlichen*

Entwicklung (apêndice ao I cap. e pp. 90 *sqq.*) as indicações necessárias. (Sobre a teoria dinâmica de SCHUMPETER: E. VON BECKERATH *in Schmollers Jabrbuch*, 53.º ano, 1929, pp. 1 *sqq.*) Da literatura mais recente, podem citar-se em particular: E. LUNDBERG, *Studies in the Theory of Economic Expansion*, 1937 (sobre esta obra e para um ponto da discussão em geral: V. SMITH, *in Weltwirtschaftliches Archiv*, 47.º vol., 1938, pp. 613 *sqq.*); A. PIGOU, «The economics of stationary states», *Economic Journal*, 1935; KEYNES, *General Theory of Employment, Interest and Money*, 1936; E. PREISER, *Grundzüge der Konjunkturtheorie*, 1933. - Sobre as teorias da evolução na historiografia económica e as suas relações com COMTE e o positivismo, *vide* pp. 63 *sqq.*, 69 *sqq.* e nota 12; sobre o estado estático, *vide* pp. 238 *sqq.*

Exposições dos estudos da conjuntura modernos: RÖPKE, *Krise und Konjunktur*, 1932 (introdutório); G. HABERLER, *Prosperity and Depression*, 2.ª ed., 1940; LÉON H. DUPRIEZ, *Des mouvements économiques généraux*, 2 volumes, 1947. Sobre a crítica dos fundamentos das teorias dinâmicas e das teorias da conjuntura, *vide* também as obras citadas na nota 21.

Objectou-se à crítica das teorias da conjuntura que não são apenas os movimentos conjunturais que são fenómenos únicos: todos os fenómenos económicos o são, incluindo por exemplo os preços. Em consequência deveria ser possível elaborar, não só uma teoria dos preços, mas também uma teoria da conjuntura. - Esta objecção não toma porém em consideração uma diferença essencial: os preços são, dia após dia, pedidos e pagos em milhões de casos, *de maneira uniforme*. Em contrapartida, cada movimento conjuntural - por exemplo a depressão alemã de 1907-8 e a expansão de 1909-13 que se lhe seguiu - é um fenómeno único, não uniforme, que apresenta apenas certas analogias com outros movimentos conjunturais. A «uniformidade» que se encontra no caso dos preços, e que é uma condição prévia essencial para a abordagem do problema sob uma forma geral e para a elaboração com êxito de uma teoria dos preços, falta no caso dos movimentos conjunturais. (A uniformidade dos fenómenos económicos e a questão na sua totalidade é abordada mais em detalhe nos meus *Kapitaltheoretische Untersuchungen*, 1934, pp. 15 *sqq.*)

⁵⁹ (p. 326). A discussão científica do problema do *poder económico* andou regra geral à volta da questão de saber se - e em que

medida - o processo económico é determinado fundamentalmente pelas «leis económicas» ou pelo «poder político e económico». Perante os economistas teóricos que defendiam a primeira posição, os historiadores económicos apontavam para a importância do poder, sem contudo o estudarem de maneira rigorosa. *A antítese e a problemática nela incluída são pouco fecundas e devem desaparecer*. A primeira tarefa da economia política é descobrir os factos concretos que fundam o poder económico e estudar os efeitos deste *in concreto*. (Daqui resulta ao mesmo tempo uma compreensão extraordinariamente importante para a formulação da constituição económica.)

Numa época como a actual, em que se operam concentrações de poder em grande escala, a tarefa é urgente.

Sobre a questão em geral: E. VON BÖHM-BAWERK, «Macht oder ökonomisches Gesetz?», *Zeitschr. f. Volkswirtschaft*, 23.º vol., 1914, reproduzido nos *Gesammelte Schriften*, 1924, pp. 230 *sqq.*; J. SCHUMPE-TER, «Das Grundprinzip der Verteilungstheorie», *Archiv für Sozialwissenschaft*, 1916-17, vol. 42; F. KESTNER, *Organisationszwang*, 1912, 1927 (2.ª ed.); E. PREISER, «Besitz und Macht in der Distributionstheorie, Synopsis», *Festschr. f. ALFRED WEBER*, 1948, pp. 331 *sqq.* A atitude da escola histórica da economia política em relação aos problemas modernos do poder económico privado exprimiu-se claramente nos debates da Associação de Política Social de 1905, iniciados por uma conferência de SCHMOLLER (*Schriften des Vereins für Socialpolitik*, 116.º vol., 1906). Sobre as ideologias dos grupos de poder económico, *vide* pp. 12 *sqq.*

Não existe um estudo da história das ideias sobre a atitude da economia política perante o fenómeno do poder económico desde os mercantilistas à actualidade. - Sobre o poder na história em geral, *vide inter alia*: TUCÍDIDES, V, 86 *sqq.*; MAQUIAVEL, *Il Principe*, 1532; Jakob BURCKHARDT, *Weltgeschichtliche Betrachtungen und historische Fragmente* (Obras completas, 7.º vol., 1929); FRIEDRICH MEINECKE, *Die Idee der Staatsraison in der neueren Geschichte*, 2.ª ed., 1925; B. DE JOUVENEL, *Du Pouvoir*, 2.ª ed., 1948.

⁶⁰ (p. 335). Sobre o «*princípio da cobertura das necessidades*» e o «*princípio do ganho*»: SOMBART, *Der moderne Kapitalismus*, 4.ª ed., 1921, e *Der Bourgeois*, 1913, (que inclui muitos dados factuais) e também *Ordnung des Wirtschaftsleben*, 2.ª ed., 1927. Podem citar-se

ainda: LAUM, *Allgemeine Geschichte der Wirtschaft*, 1932, pp. 20 sq.; SPIETHOFF, in *Schmollers Jahrbuch*, 56.º ano, pp. 911 sqq. – SOMBART invoca com razão ARISTÓTELES (*Políteia* I, 8-10). Ambos erram. Sobre este problema, recentemente: RÜSTOW, *op. cit.*, pp. 151 sqq.

Sobre o comportamento económico dos indivíduos na antiguidade e na Idade Média podem consultar-se as obras citadas nas notas 16 e 18. Assim como, no que se refere à Idade Média: G. ESPINAS, *Les origines du capitalisme* I, 1933; STRIEDER, «Geldwirtschaft und Frühkapitalismus» no 4.º vol. da história universal da editora Propyläen; KELTER, in *Schmollers Jahrbuch*, 1932, vol. 56, 2; VON ZWIEDINECK-SÜDENHORST, *Weltanschauung und Wirtschaft*, 1942, e as obras citadas por SIEVEKING na sua *Wirtschaftsgeschichte*, 135, pp. 79 sqq.

Naturalmente que nem todos os grandes mercadores do séc. XIV eram da têmpera dos Warendrop de Lubeque ou os do séc. XV, da dos Fugger de Augsburgo. Houve muitas gradações e vicissitudes históricas numa mesma cidade e numa mesma família. Muito frequentemente, a gerações de personagens aventureiros e fora do comum, sucedem gerações de *rentiers*. São precisamente estas vicissitudes que deixaram marcas profundas na história económica medieval. Também a atitude dos camponeses e artesãos se alterou muitas vezes: ora satisfeitos com um certo nível de subsistência, ora não, e por conseguinte, ora pacíficos, ora combativos. – Se se procura caracterizar a actuação económica do homem medieval como resultante do «princípio da cobertura das necessidades» e a do homem moderno, do «princípio do ganho», procede-se de maneira duplamente anti-histórica: com uma palavra *esconde-se a diversidade* dos comportamentos económicos nas diferentes nações, regiões, camadas sociais e épocas, e *faz-se desaparecer* uma multiplicidade que se manifesta claramente nas fontes medievais e que qualquer contemporâneo com actividade na economia tem ocasião de constatar na actualidade e em todos os países. – Por outro lado, *sublinha-se* excessivamente a *oposição* entre o comportamento económico moderno e o medieval, enquanto os traços humanos permanentes passam em larga medida despercebidos. Dissemos no texto que entre o artesão corporativo da Idade Média e o operário sindicalizado moderno ou entre o grande mercador medieval e o empresário moderno existiam semelhanças evidentes. As diferenças que indubitavelmente existiam não são com frequência as que hoje é costume

apontar: «Quando em contrapartida se está familiarizado com as fontes, a constatação que o agente económico à velha moda - ainda mais que o moderno - vivia numa moral de negócios duvidosa é por assim dizer pacífica. Ele explorava, falsificava, perjurava, defraudava o fisco e as alfândegas. - Ele tomava levianamente empréstimos e procurava lesar os seus credores, e praticava a usura. Este comportamento global correspondia apenas ao seu estatuto económico geral ainda não plenamente desenvolvido, não tendo por conseguinte nada de surpreendente.» (KUSKE).

⁶¹ (p. 340). Sobre o «*princípio de economia*» podem consultar-se: H. DIETZEL, *Theoretische Sozialökonomik*, 1895, pp. 175 sq. Inclui também uma discussão de outras concepções mais antigas. - O. VON ZWIEDINECK-SÜDENHORST, *Allgemeine Volkswirtschaftslehre*, 1932, introdução, HANS MÖLLER, in *Jahrb. f. Nationalök. u. Stat.*, vol. 150, 1942, pp. 241 sqq.; A. FEY, *Der homo oeconomicus in der klassischen Nationalökonomie und seine Kritik durch den Historismus*, dissertação, universidade de Marburgo, 1936. - Quem procura demonstrar (como recentemente W. A. JÖHR, *Theoretische Grundlagen der Wirtschaftspolitik*, 1943, vol. I, 8.º cap.) que não se pode explicar o comportamento dos indivíduos apenas pela aspiração ao maior ganho possível ou por motivos «capitalistas» tem inteiramente razão: o instinto de conservação e o medo, o ódio e a sede de poder, o amor e a humanidade, e outros motivos determinam as acções dos indivíduos de maneiras muito diversas. - Não se pode porém daí concluir «que os objectivos extra-económicos e as reacções afectivas conduzem ao abandono do princípio de economia».

O princípio de economia não tem nada a ver com os objectivos ou os fins das acções humanas. Os fins são muito diversos, podem por exemplo ser egoístas ou altruístas; mas age-se sempre de acordo com o princípio de economia. - O dirigente de um mosteiro, que está longe de pensar no maior ganho possível e que se coloca inteiramente ao serviço da humanidade, planeia e age na cultura dos campos, na transformação das matérias-primas, na compra de bens, na utilização dos legados, etc. de acordo com o princípio de economia. Isto é: ele procura atingir um determinado fim com a menor aplicação possível de valores, a fim de poder, com os campos, matérias-primas, etc. existentes, fazer o maior bem possível.

⁶² (p. 341). Da exposição do texto resulta que a antítese muito abusada entre *gestão* «racionalista» e «tradicionalista» se deve manejar com muita precaução. Apenas no caso em que, após uma alteração nos preços, no conhecimento técnico ou noutra dado, fosse necessário operar uma nova combinação dos meios de produção, que porém não tem lugar devido a estar-se apegado a um método tradicional, surge uma discrepância entre a actividade económica racionalista e a tradicionalista. Porém, fora desse caso - ou seja, quando há uma relativa constância do conhecimento técnico e dos outros dados - a economia tradicionalista e a economia racionalista são idênticas. Sobre este ponto, *vide inter alia*: H. MARQUARDT, *op. cit.*

⁶³ (p. 346). Sobre a *redução da oferta face a uma subida do preço*, ou seja sobre a dependência negativa entre preço e quantidade oferecida: I. FISHER, *Elementary Principles of Economics*, 1921, pp. 312 *sqq.* e 436 *sqq.*, com vários exemplos relativos ao mercado de trabalho. «Recentes experiências nas minas de carvão mostram, diz FISHER, que uma ligeira elevação dos salários leva o operário a trabalhar mais horas, que porém um forte aumento (60 % acima do salário corrente) suscita irregularidade no trabalho e o desejo de ver reduzido o horário de trabalho.» *Vide* também: SCHUMPETER, artigo «Oferta» no *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, 4.^a ed. Para a agricultura: VON DIETZE, «Zwangssyndikate als Mittel der Agrarpreispolitik», *Jahrbücher der Nationalökonomie*, vol. 145, 1937; A. TCHAIANOV, *Die Lehre von der Bäuerliche Wirtschaft*, 1923. - Para o tratamento matemático da relação: VON STACKELBERG, «Angebot und Nachfrage in der Produktionswirtschaft», *Archiv für mathematische Wirtschafts- und Sozialforschung*, 1938, vol. 4.

Que, com uma queda do salário, a oferta no mercado de trabalho subia era tido como regra pelo mercantilismo; o que teve uma forte influência na política salarial mercantilista. (*Vide* também E. F. HECKSCHER, *Merkantilismus*, 1932, II, p. 150.) - De entre os economistas modernos, MARSHALL por exemplo (*Principles of Economics*, VI, 2 e 12) aconselha a não sobrestimar o número destes casos.

Quando identificamos dois comportamentos, consoante o indivíduo tem um nível de necessidades «variável» ou «constante», trata-se apenas das necessidades de bens materiais, não da necessidade de lazer. Esta última necessidade não é tomada em consideração.

O operário que, face a um aumento do salário, reduz proporcionalmente o seu tempo de trabalho, satisfaz é certo as suas necessidades de *bens materiais* exactamente como antes, mas satisfaz melhor a sua necessidade de *lazer*. – Esta disjunção da necessidade de lazer é recomendável porque – em contraste com outras necessidades – ela satisfaz-se precisamente pela renúncia à actividade económica.

⁶⁴ (p. 349). A questão da maneira como a actuação económica de acordo com o «princípio da maximização da receita líquida» ou segundo o «princípio do melhor abastecimento possível» influencia o processo económico ainda não foi esclarecida em pormenor. Um estudo teórico completo teria de levantar e resolver o problema nos diferentes sistemas económicos, formas da economia de direcção central, formas de mercado e sistemas monetários.

Assim que se abandone a oposição entre «princípio do ganho» e «princípio da cobertura das necessidades», a solução teórico-geral, e também histórico-concreta, da questão de saber como a diversidade dos comportamentos humanos perante a economia influencia o processo económico será substancialmente facilitada.

⁶⁵ (p. 355). A ciência do séc. XIX e do começo do séc. XX estava dominada pela ambição de se imergir nos fenómenos singulares de uma época e de apreender a diversidade dos comportamento humanos ao longo da história. Aí residiu a sua força e a sua fraqueza. A sua força, na medida em que ela despertou a sensibilidade para a multiplicidade do mundo histórico e das suas formas. A sua fraqueza, porque foi demasiado longe nesse seu esforço, vendo nos indivíduos das diferentes épocas apenas seres sujeitos à mudança histórica e não notando que certos traços humanos elementares estão e estiveram presentes em toda a parte. Desta maneira o historicismo perdeu a capacidade de pura e simplesmente compreender o homem. Ele já não via indivíduos vivos, mas figuras evolutivas esquematizadas. Puderam assim começar a ser utilizadas tais antíteses anti-históricas como por exemplo entre «princípio da cobertura das necessidades» e «princípio do ganho», e pôde-se tentar seriamente, com uma ou outra daquelas palavras, caracterizar a mentalidade económica de toda uma época. A historiografia do séc. XIX e do começo do séc. XX, individualizante e procurando pôr em evidên-

cia as especificidades das diferentes épocas históricas e das diferentes nações, representa, como se sabe, uma reacção contra a ciência dos séc. XVII e XVIII. Nesta, reinava a convicção – quer se trate de DESCARTES, de KANT ou dos economistas – que as diferenças individuais, por muito fortes que sejam, não atingem o fundamento do homem, que em toda a história há um fundo básico que se pode encontrar em toda a parte. Esta concepção conduziu não raro a subestimar as particularidades das diferentes nações, épocas e personalidades. Também o homem económico foi visto pelos economistas clássicos como uma figura imutável que eles acreditavam poder encontrar em todas as épocas e em toda a parte. – Em contrapartida, a ciência de então não perdeu de vista – como a posterior – os traços fundamentais, permanentes, do comportamento humano que são essenciais. Aí residiu a sua força; nesta medida, o seu conhecimento dos homens era maior.

Um conhecimento adequado do homem económico conseguirá realizar uma síntese das duas concepções.

⁶⁶ (p. 198, 262, 263). O conceito de *tipo* recebeu de PLATÃO e sobretudo de ARISTÓTELES um conteúdo científico bem determinado. ARISTÓTELES utiliza-o no seu esforço permanente para integrar o particular num todo. O tipo situa-se por assim dizer entre os fenómenos individuais e o geral. «Ele pretende encontrar traços gerais, permanentes, e tipos para a massa dos fenómenos, reunir os que se assemelhem levando-os assim a explicarem-se mutuamente, generalizar os problemas a fim de se aproximar da sua solução.» (RUDOLF EUCKEN, *Die Methode der aristotelischen Forschung*, 1872, pp. 44 sq.) Sobre a terminologia de ARISTÓTELES: BONITZ, *Index Aristotelicus*, tupoç. Os tipos de ARISTÓTELES assemelham-se pois aos «tipos reais». – «Um dos fenómenos mais significativos no desenvolvimento recente das ciências é a emergência quase simultânea nos domínios mais diversos, desde a zoologia, a botânica, a cristalografia até à química e à linguística, do mesmo conceito – o tipo.» (W. WUNDT, *Logik* II, 3a ed., p. 55.) Ao que diz WUNDT tem de acrescentar-se que, simultaneamente, a utilização do conceito de tipo penetra na história, na psicologia, na pedagogia e na economia política. (Sobre este ponto, pode consultar-se E. SEITZ, *Die logische Struktur des Typenbegriffs bei W. STERN, E. SPRINGER und M. WEBER*, 1930.) Na maioria dos casos, estes tipos são tipos

reais. Sobre a formação dos tipos ideais, escreve MAX WEBER: «[O tipo ideal] obtém-se *acentuando* unilateralmente *um* ou *vários* pontos de vista e reunindo uma multitude de fenómenos dados isoladamente, difusos e discretos, presentes em maior ou menor número ou mesmo totalmente ausentes consoante as situações, os quais se ordenam em conformidade com aqueles pontos de vista para formar um quadro *mental* homogéneo. Em parte nenhuma da realidade se encontrará empiricamente este quadro na sua pureza conceptual: ele é uma *utopia*. O trabalho histórico terá por tarefa determinar em cada caso concreto em que medida a realidade se aproxima ou se afasta daquele quadro ideal, em que medida por exemplo se pode atribuir às condições económicas vigentes numa dada cidade o carácter de "economia urbana" no sentido conceptual do termo.» (*Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre*, 1922, pp. 189 *sqq.*, 275 *sqq.* e 372 *sqq.*; *Wirtschaft und Gesellschaft*, 1922, pp. 9 *sqq.*) - O que WEBER diz sobre a formação dos tipos ideais, não só se limita às linhas gerais, mas apresenta além disso insuficiências graves. Ele não se apercebeu da diferença fundamental entre tipos reais e tipos ideais, nem do carácter lógico de ambos, nem da diferença dos processos de abstracção que conduzem à formação dos dois tipos. Em consequência, o tipo a que ele chama tipo ideal tem um conteúdo conceptual indeterminado. Ele criticou é certo a utilização abusiva e largamente difundida dos tipos reais (*vide supra* pp. 059 *sq.*), mas, ao mesmo tempo, aceitou os estádios económicos de BÜCHER, pretendendo interpretá-los como tipo ideais (por exemplo no *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, 3.^a ed., artigo «História agrária da antiguidade»). Ele considerou ainda a «economia urbana» medieval como um tipo ideal, ao mesmo título que o modelo - de natureza totalmente diferente e efectivamente ideal-típico - da economia de Robinson. Contribuiu desta maneira para a confusão habitual entre tipos ideais e tipos reais de que já falámos (por exemplo na nota 24). Dado que as concepções de MAX WEBER sobre a formação dos tipos são ainda hoje dominantes e que a clarificação deste importante conjunto de problemas é impossível sem uma discussão da sua contribuição, torna-se inevitável criticá-lo. Não se trata com isto de elaborar, *contra* WEBER, um novo conceito do tipo ideal mas sim de determinar de maneira rigorosa e completa aquilo que WEBER não viu claramente ou só viu parcialmente. (Sobre MAX

WEBER: B. PFISTER, *Die Entwicklung zum Idealtypus*, 1928; VON SCHELTING, MAX WEBERS *Wissenschaftslehre*, 1936, pp. 319 *sqq.*) No que se refere ao termo em si, SIGWART (*Logik* II, 2.^a ed., 1893, pp. 240 *sq.*) fala de tipos «que nós consideramos idealmente perfeitos e aos quais comparamos os exemplos concretos». G. JELLINEK utiliza na sua *Allgemeine Staatslehre* o conceito de «tipo ideal» em múltiplas ocasiões. M. WEBER foi buscar a G. JELLINEK o termo e o conceito. O efeito da teoria weberiana do tipo ideal foi notável: não só se adoptou a teoria com todas as suas graves deficiências, mas acreditou-se mesmo que WEBER tinha «descoberto» o tipo ideal. Neste último equívoco WEBER não tem ele próprio qualquer responsabilidade. Ele sublinhou insistentemente que a investigação teórica já trabalhava com tipos ideais muito antes dele. Já os clássicos utilizavam estes modelos mentais. Por exemplo, e de forma brilhante, THÜNEN que também fez algumas observações subtis sobre o seu carácter lógico (prefácio à 2.^a edição do seu *Der isolierte Staat*. Mencionem-se ainda: SENIOR, *Lectures on Political Economy*, 1852; J. ST. MILL, *A System of Logic*, 5.^a ed., 6.^o livro, 9.^o cap., § 3). Que a investigação teórica moderna também se serviu deles é algo que não necessita menção particular. Frequentemente, é certo, sem uma noção clara do seu carácter lógico.

No que se refere à diferença entre «tipo real» e «tipo ideal»: a «economia doméstica» de BÜCHER é um tipo real. A «economia doméstica» representaria a realidade económica na antiguidade e na alta Idade Média. Em contrapartida, o «Estado isolado» de THÜNEN - ou seja, um Estado em que há uma grande cidade situada numa planície fértil, de solo inteiramente homogéneo, totalmente separado do resto do mundo por uma região deserta, inculta e em que reina em toda a parte concorrência pura e perfeita - é um tipo ideal que é utilizado como modelo mental. THÜNEN não representa, nem pretende representar, com o seu Estado isolado uma realidade concreta. Mas este foi extraído do estudo da economia real; com ele destaca-se *um* aspecto da economia real, e as proposições teóricas que se elaboram com base neste tipo ideal servem, quando aplicadas, à descoberta de articulações concretas. - Encontramos da mesma maneira as formas económicas - sistemas económicos, formas da economia de direcção central, formas de mercado, sistemas económicos, em suma: todo o sistema morfológico - nos factos

concretos. Elas *existem* ali. A ciência tem de as ir lá descobrir. Porém, estas formas económicas não se encontram ali em estado *puro*, mas sim diversamente «combinadas» entre si - uma conclusão a que chegámos com muita frequência. Ao realçarmo-las, acentuando-as individualmente, separando-as portanto mentalmente da combinação em que elas se encontram na economia real e extraíndo-as assim em estado puro, dispomos de tipos que, cada um por si, não retratam a realidade económica; trata-se antes de tipos «ideais», no sentido lógico do termo. - (A oposição entre «real» e «ideal» em tipo real e tipo ideal é pois uma oposição lógica. «Ideal» não é aqui entendido - tão-pouco como «real» - em sentido normativo. O tipo ideal não propõe qualquer ideal de perfeição. Não é um conceito ético. *Vide* também: pp. 68 *sq.*, nota 13 e as passagens ali indicadas.)

Uma questão que se levantou foi a da relação entre os «tipos ideais» ou as «formas puras» e os «modelos». - Pois bem: as formas puras que a ciência encontra na realidade económica e realça, acentuando-as, *servem* de modelos de onde resultam as deduções teóricas. Por exemplo, encontra-se, no passado e no presente, o «monopólio». Esta forma pura, que se apresenta na maioria dos casos combinada com outras, realçamo-la como tipo ideal e utilizamo-la como modelo, ou seja como uma constelação de condições rigorosamente determinada, com base na qual a teoria do monopólio deduz quais os preços que se formam e quais as quantidades que são produzidas. Os modelos correctamente elaborados *não* são pois «modelos construtivos», como se lhes chamou, mas precisamente o contrário.

Se os modelos são simplesmente «supostos», ou seja construídos *a priori* - como aconteceu e acontece muitas vezes com as formas de mercado (*vide* exemplos na nota 34) - podem naturalmente construir-se tantos quantos se quiserem. Porém, o seu valor para o processo de conhecimento é reduzido; da mesma maneira, as proposições teóricas que se obtêm com base neles são inaplicáveis. Tais modelos servem de jogo intelectual. Assemelham-se ao xadrez. Supõem-se *a priori* certas condições; a razão e a capacidade de combinação podem em seguida evidenciar-se no jogo de maneira coerente. Ninguém pretende que o jogo do xadrez reproduz uma realidade concreta ou que tem uma utilidade imediata no processo de conhecimento. Tão-pouco como o jogo intelectual dos modelos *a priori*.

⁶⁶⁴ (p. 262, 263). A teoria dos tipos e toda a análise morfológica causam ainda hoje problemas em numerosos círculos. Isto é compreensível. Pois o processo de abstracção por acentuação e realce e a descoberta das formas económicas da realidade não entram facilmente no espírito de quem está habituado a condensar factos que não se analisam em «estádios» e «estilos» e a utilizar designações globais como «capitalismo». Estas dificuldades não serão superadas em discussões puramente literárias. A obtenção das formas de mercado e de todos os restantes tipos requer que a economia política se decida a trabalhar com a própria realidade. Estudar do ponto de vista morfológico as unidades de produção e as famílias e renunciar a conduzir discussões para fora do objecto que as originou. Se a economia de administração central é dominante - como no Leste alemão após 1945 -, então o processo e os efeitos são diferentes dos verificados após 1918, quando se teve de pagar, no essencial recorrendo a métodos próprios da economia mercantil, certos montantes fixados em dinheiro, ou seja se pôs em acção o mecanismo dos preços na mobilização e na transferência das reparações de guerra. Porém, só é possível descrever e explicar o processo e os efeitos macro-económicos das reparações de guerra em ordens económicas do tipo mercantil após se terem determinado as formas de mercado e os sistemas monetários dominantes. Saber se domina o monopólio, o oligopólio ou a concorrência, se estão realizadas formas de mercado equilibradas ou não, se a moeda está ligada a uma mercadoria ou se surge pela via do crédito, é decisivo no desenrolar e nos efeitos dos pagamentos sem contrapartida. Apenas a aplicação do sistema morfológico-teórico permite por exemplo explicar os efeitos de natureza totalmente diferente das reparações de guerra francesas após 1871 e das reparações alemãs após 1918. Ou, em geral, a extraordinária influência das reparações sobre os acontecimentos macro-económicos do terceiro decénio do nosso século. No quadro de outro sistema monetário e de outras formas de mercado, o processo e os efeitos teriam sido outros. É precisamente o contrário da tese crítica que está correcto: a literatura sobre tributos, reparações de guerra, etc. faz uma abordagem superficial se não dá a conhecer a estrutura da ordem económica real em que se operam efectivamente estas prestações sem contrapartida.

As formas económicas existem *na* realidade económica; ela *tem* em cada caso uma ordem económica com uma determinada estrutura. O quotidiano económico desenrola-se nestas formas. Se não conhecermos as formas, renunciaremos ao conhecimento da realidade económica.

⁶⁷ (p. 365). Sobre o *carácter lógico da teoria*, *vide inter alia* p. 277 e nota 25.

GOETHE diz muito justamente: «A teoria em si não serve de nada, a não ser na medida em que ela nos faz crer na relação entre os fenómenos.» (*Maximen und Reflexionen*, edição do jubileu, IV, p. 231.) - Pode igualmente citar-se SCHILLER. Ele distingue - de maneira notável - três estádios do conhecimento. Para o *empirismo vulgar*, «que não vai além do fenómeno empírico», as percepções são «sempre isoladas e acidentais».

O empirismo vulgar atinge apenas «um único elemento da experiência e por conseguinte não chega à experiência». - O *racionalismo* procura «a causalidade dos fenómenos. [...] Esta função do intellecto é a meu ver necessária e *conditio sine qua non* de todas as ciências. [...] Ele corre porém o risco de separar radicalmente o que na natureza está unido». Finalmente, o «*empirismo racional*», como SCHILLER lhe chama, que combina o empirismo vulgar e o racionalismo, atinge o conhecimento científico. «Verificamos assim que só a plena utilização do livre pensamento conjugada com a mais pura e extensa utilização da capacidade de percepção sensível conduz a um conhecimento científico.» (Carta a GOETHE de 19 de Janeiro de 1798.) - Com isto, SCHILLER identifica o ponto decisivo.

Ainda sobre esta questão: LOTZE, *Logik*, 1874, pp. 92 *sqq.*, 175 *sqq.*, 175 *sqq.* e 378 *sqq.*

⁶⁸ (p. 368). Sobre a *definição*, o seu valor e a sua utilização abusiva, *vide* pp. 13 *sq.*, 45 *sqq.*, 100 *sq.*, 145, 360 *sq.*, notas 1, 9 e 23.

⁶⁹ (p. 369). HUSSERL, *Logische Untersuchungen* I, 15; *vide* também *supra* pp. 29 *sqq.*

⁷⁰ (p. 371). A discussão sobre o historicismo no *Schmollers Jahrbuch* de 1937 e 1938 dá uma certa imagem da maneira como,

através da *relativização da ideia de verdade*, que, no seguimento da historicização radical do pensamento e dos valores, se operou durante o séc. XIX e começo do séc. XX, os fundamentos das ciências – entre elas, justamente a economia política – foram destruídos. O historicismo, com a sua relativização da ideia de verdade, é um movimento que afectou a vida intelectual contemporânea na sua *totalidade*.

Neste processo, ele cai numa contradição fundamental consigo próprio. – «O sentido e o valor desta atitude mental são claros», escreve SCHUMPETER, expondo o ponto de vista do positivismo relativista. «Quando se trata da prática científica, não é com esta ou aquela "verdade", mas sim com métodos que se pode operar; e isso significa simplesmente: proceder com os dados de tal maneira que resulte algo que corresponda aos factos observados.» (Prefácio à 4.^a edição da *Theorie der wirtschaftlichen Entwicklung*, 1935, p. 15.) Perante isto, há que constatar, para além do mais, o seguinte: todos os relativistas – incluindo SCHUMPETER – pretendem que os seus *próprios* princípios, como estes aqui desenvolvidos, são verdadeiros, ou seja, apesar de todas as denegações, trabalham com a ideia de verdade e entram em contradição consigo próprios. – À semelhança do muito influente PARETO que procura continuamente demonstrar que a ideia de verdade é perfeitamente dispensável e que considera apesar de tudo esta demonstração *verdadeira*. – «A obra de SPENGLER, diz a este propósito ORTEGA, estrangula-se a si própria porque ele não se apercebe que a demonstração da relatividade das civilizações – ou seja da acção dos homens ao longo da história – é uma questão de natureza absoluta. Ao descobrir a relatividade das formas humanas, a história já não exprime um conhecimento relativo.» (*Die Aufgabe unserer Zeit*, sem data, pp. 288 sq.) – Tudo é relativo; a minha fé relativista é porém absoluta –: é uma posição pouco razoável, insegura, insustentável.

⁷¹ (p. 374). A propósito da abordagem científico-económica e histórico-universal dos problemas económicos, *vide* pp. 96 sqq., 262 sqq., 273 sq., 292 sqq., 304 sqq. e 354 sq.

⁷² (p. 377). Sobre a oposição entre *ordem* económica, por um lado, e *estádio e estilo* económico, por outro, *vide inter alia* pp. 94 sqq., 117 sqq. e 263 sqq.

Sobre a impossibilidade de elaborar uma teoria específica para cada ordem económica, *vide* pp. 105 *sq.*, 278 *sq.*, 280 e nota 26.

⁷³ (p. 381). A razão por que ainda não se vê muitas vezes a necessidade de superar a *cisão entre economia política e economia da empresa* reside na ignorância dos problemas e da sua unidade. Sobre a posição da literatura relativa à economia da empresa mais recente, *vide* M. LOHMANN, *in Weltw. Archiv*, 1936, 44.º vol. Dos trabalhos mais recentes em que a junção é restabelecida citem-se: M. R. LEHMANN, *Allgemeine Betriebswirtschaftslehre*, 2.ª ed., 1949; W. PRION, *Die Lehre vom Wirtschaftsbetrieb*, 1935, em especial o I livro; M. LOHMANN, *Betriebswirtschaftslehre*, 1936.

⁷⁴ (p. 385). Sobre os problemas actuais em matéria de *política económico-constitucional* e a sua solução, *vide* as obras citadas na nota 19.

⁷⁵ (p. 387). Sobre a relação entre a *configuração jurídica* e a economia política: FRANZ BÖHM, *Wettbewerb und Monopolkampf*, 1933, *Die Ordnung der Wirtschaft*, 1937; H. GROSSMANN-DOERTH, *in Hanseat. Rechts-Zeitschr.*, 20.º ano, 1937, pp. 282 *sqq.*; G. SCHMÖLDERS, *in Zeitschrift für die gesamte Staatswissenschaft*, 101.º vol., 1940, pp. 64 *sqq.* - Também se deveria justamente tornar a teoria das formas de mercado fecunda para o pensamento e a política jurídicos. Um exemplo: para o proprietário de uma coisa que se encontra em situação de monopólio, o seu direito de propriedade tem de facto um conteúdo diferente do do proprietário que está em concorrência com outros. Para o proprietário monopolista de uma fonte que é a única a abastecer de água uma dada povoação, esta propriedade significa algo de completamente diferente da do proprietário que fornece água da sua fonte em concorrência com outros. O poder é, no caso do monopólio, muito maior e existe uma dependência dos habitantes em relação ao proprietário da fonte que desaparece quando se está em presença de concorrência no abastecimento de água. As questões da *limitação do direito de propriedade* e do *contrato forçado* têm um significado completamente diferente consoante a forma de mercado realizada; deveriam por conseguinte ser abordadas pela política jurídica e pela teoria do direito de maneira diferente, em função da forma de mercado.

⁷⁶ (p. 387). As alterações da sexta edição (relativamente à quinta) não são muitas; procurei com elas pôr mais claramente em evidência alguns pontos importantes.

Ampliou-se a exposição dos «sistemas monetários» (pp.185 *sqq.* e em especial pp.194 *sqq.*) e espero que se possa agora trabalhar com ela como com a das formas de mercado. - Revelou-se útil caracterizar mais rigorosamente os dois conceitos de «ordem». Isso tem lugar no novo ponto 15 do capítulo final (pp. 381 *sq.*). - Certos equívocos a propósito da realidade económica e do seu conhecimento levaram-me a intercalar a nota 66a. - Além disso, alguns parágrafos (por exemplo, nas pp. 83-84, 89-90, 268-269,386-387) estão formulados com maior precisão.

Tenho mais uma vez de agradecer a amigos da comunidade científica as suas sugestões. Devo porém um agradecimento especial à minha esposa.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abel**, 401.
Amonn, A., 52, 360, 361, 390, 397.
Aquino, T. de, 401.
Aristóteles, 333, 398, 431, 435.
Aubin, G., 411.
- Barone**, 412, 418, 421.
Baudoin, 411.
Bauer, C., 74, 401.
Bechtel, 404, 405.
Beckerath, E. von, 429.
Below, von, 74, 401.
Berkeley, 18.
Bernheim, 394.
Bickel, 410.
Böhm, Franz, 393, 403, 442.
–**Bawerk**, 211, 395, 396, 415, 420, 421, 423, 426, 430.
Bonitz, 435.
Bücher, 63, 66, 68, 71 *sq.*, 74, 274, 399, 400, 401, 402.
Burchardt, 420.
Burckhardt, J., 313, 430.
- Campanella**, 396.
Carver, 420.
Cassel, G., 181, 228 *sq.*, 244, 395, 413, 417, 422, 423.
Cassirer, E., 395.
Chamberlin, 157, 415.
Chiaudano, 417.
- Ciriacy-Wantrup**, 426.
Clark, J., 228, 423, 426.
Comte, 399, 406, 407.
Cournot, 236, 348, 410, 414.
Cunow, 411.
- Descartes**, 3, 4, 435.
Diehl, 244, 245, 390, 399, 422.
Dietze, von, 403, 433.
Dietzel, H., 389, 390, 391, 395, 423, 432.
Dilthey, 395.
Dopsch, 402, 410.
Dupriez, 429.
- Ebert**, 416.
Edgeworth, 218, 420.
Espinas, 331, 431.
Eucken, R., 399, 435.
- Faßbinder**, 427.
Fey, 432.
Fisher, J., 433.
Foster, 20, 392.
Fries, 396.
Fritsch, 415.
- Galileu**, 389.
Gestrich, 403, 417.
Geyer, B., 407.
Goethe, 344, 440.

- Gossen, 216, 396, 420.
 Gottl, von, 422.
 Großmann-Doerth, 91, 403, 442.
- H**
 Haberler, 418, 425, 429.
 Hahn, A., 417.
 Hartmann, L. M., 118, 402, 410.
 Hasebroek, 402.
 Hayek, von, 397, 399, 403, 405, 441, 418, 420, 421.
 Heckscher, 393, 433.
 Hegel, 394.
 Heichelheim, 400, 401, 411, 416, 427.
 Heisenberg, 396.
 Helfferich, K., 186, 417.
 Hernandez, 427.
 Hettner, 423.
 Hicks, 420, 422.
 Hildebrand, 63, 72.
 Höffner, 392, 403.
 Hume, 41, 248.
 Husserl, E., 393, 407, 410, 440.
- J**
 Jellinek, 437.
 Jevons, 233, 396, 398.
 Jhering, 399.
 Jöhr, 432.
 Jouvenel, de, 430.
- K**
 Kaldor, 420.
 Kant, 48, 394, 435.
 Kelter, 403, 431.
 Kepler, 396.
 Kern, Fr., 400.
 Kestner, 430.
- Keynes, 55, 302, 308, 391, 397, 400, 417, 421, 429.
 Knapp, 416.
 Knies, 63 *sq.*, 66, 399.
 Knight, Charles, 423.
 —, F. H., 421.
 Kraus, Chr. J., 393.
 Kromphardt, 423.
 Kulischer, 401.
 Kunze, A., 411.
 Kuske, 401, 417, 432.
- L**
 Lange, 412.
 Laum, 431.
 Laurent, 417.
 Lautenbach, 180.
 Lehmann, M. R., 442.
 Lerner, 412.
 Lexis, 398.
 Liefmann-Keil, 415.
 Lindahl, 248, 420.
 List, Fr., 63 *sq.*, 425 *sq.*
 Lösch, A., 418.
 Lohmann, M., 442.
 Lotze, 33, 407, 410, 440.
 Lütge, 402-403.
 Lundberg, 429.
 Lutz, 93, 398, 403, 405, 417, 426.
- M**
 Maquiavel, 430.
 Maier, K. F., 143, 232, 418, 422, 426.
 Malthus, 41.
 Marquardt, H., 421, 433.
 Marshall, 55, 223, 242, 396, 422, 433.
 Marx, 24, 100, 293, 334.

- Mayer, H., 420.
 Meinecke, 395, 430.
 Menger, C., 51 *sq.*, 56, 197, 308,
 372, 391, 396, 397, 398, 400,
 414, 416, 421, 422.
 Menghin, 400.
 Meyer, E., 402.
 —, F.W., 258, 364, 426.
 Mickwitz, 331, 403, 417.
 Miksch, 186, 403, 415, 416, 423.
 Mill J., 247, 248.
 —, J. St., 41, 46, 228, 396, 437.
 Mises, von, 411.
 Mitscherlich, A., 420.
 —, W., 280, 399.
 Möller, H., 416, 432.
 Montesquieu, 42.
 Morgenstern, 420.
 Müller, A., 22, 260.
 Müller-Armack, 405.
 Myrdal, 421.

N
 Nisser, 405.

O
 Oertel, 402.
 Ortega, 441.
 Overstone, 418.

P
 Pareto, 16, 392, 415, 418, 441.
 Passow, 403.
 Peutingen, 21.
 Pfister, 417, 437.
 Pigou, 302, 421, 429.
 Pirenne, 281.
 Platão, 435.
 Plenge, 399.

 Pöhlmann, 402.
 Postan, 417.
 Preiser, 429, 430.
 Prion, 442.

Q
 Quesnay, 392, 396.

R
 Raab, 399.
 Ranke, 76.
 Ricardo, 16, 228, 248, 255, 303.
 Rickert, 51 *sq.*, 397.
 Robbins, 397, 426.
 Robinson, J., 158, 415.
 Rodbertus, 402.
 Röpke, 403, 421, 429.
 Rörig, 75, 318, 401.
 Roscher, 63.
 Rostovtzeff, 71, 400, 402.
 Rüstow, A., 352, 403, 406, 427, 431.
 Ruppin, 390.

S
 Salin, 66, 400.
 Say, J.-B., 15, 228, 247 *sq.*, 390, 423.
 Schelting, 437.
 Schiller, 440.
 Schmidt-Koppers, 400.
 Schmölders, 442.
 Schmoller, 56, 58 *sq.*, 63, 74 *sq.*,
 315, 398, 399, 400, 430.
 Schnabel, 42.
 Schneider, E., 415, 420, 421.
 Schönberg, 63, 68.
 Schopenhauer, 19, 357, 393.
 Schüller, 395.
 Schulte, A., 319, 401.

Schultze-Gaevernitz, 392.
 Schumpeter, 397, 406, 407, 412,
 423, 426, 428, 430, 433, 441.
 Seiterich, 435.
 Senior, 437.
 Sieveking, 431.
 Sigwart, 437.
 Smith, A., 41, 42, 85, 160, 280, 392,
 398.
 -, V., 429.
 Sombart, 63, 66, 68, 74 *sq.*, 102,
 263, 328 *sq.*, 334, 399, 401,
 405, 422, 430, 431.
 Sorel, 395.
 Spann, 45, 244.
 Spencer, 399.
 Spengler, 441.
 Spiethoff, 65 *sq.*, 94, 399, 400,
 405, 424, 431.
 Spranger, 435.
 Sraffa, 162, 415.
 Stackelberg, von, 169, 415, 416 *sq.*,
 420, 421, 433.
 Stammler, 404.
 Stern, 435.
 Stieda, 401, 411.
 Stigler, 421.
 Strieder, 392, 401, 427, 431.
 Strigl, von, 420, 421, 426.
 Stucken, 405, 417.
 Sulzer, 423.

Taine, 3, 314 *sq.*

Taylor, M., 412.

Tesdorpf, 411.

Tucidides, 430.

Thünen, 114, 229, 437.

Tintner, 405.

Trendelenburg, 396.

Tchaianov, 433.

Veit, 417.

Vleugels, 400, 424.

Wackernagel, J., 417.

Walras, L., 16, 197, 242, 392, 395,
 396, 422.

Weber, Max, 96, 198, 367, 389,
 393, 402, 404, 423, 436, 437.

Weippert, 390.

Wicksell, 155, 248, 392, 395, 415,
 416, 418, 423.

Wicksteed, 397.

Wieser, von, 54, 216, 396, 397, 418,
 424, 426.

Windelband, 51*sq.*

Windelband-Heimsoeth, 407.

Wundt, W., 410, 435.

Zwiedineck-Südenhorst, 338,
 431, 432.

ÍNDICE ANALÍTICO

- Abertas de oferta e procura,**
Formas: *vide* Fechadas, Formas.
- Abstracção**
–, generalizante, 114, 262, 271 *sq.*, 363 *sq.*, 400, 410.
–, por acentuação e realce, 114, 125, 130, 171, 262, 271, 362 *sq.*, 400, 410.
- Actualidade**
–, da morfologia, 270, 287, 364, 372, 376.
–, das teorias, 277 *sqq.*, 300, 307, 364, 372.
- Agregado familiar,** 141 *sq.*, 234 *sqq.*
- Amortizações,** 210, 257.
- Antiguidade**
–, Mentalidade económica na, 328 *sqq.*, 337 *sqq.*, 349 *sq.*
–, Ordens económicas na, 70, 77 *sq.*, 88, 96, 138 *sq.*, 154, 284, 400.
- Antinomia, A grande,** 34 *sqq.*, 275 *sqq.*, 285 *sq.*
- Artesanato,** 81, 122, 281.
- Axiomas,** 46, 127, 216.
- Balança de pagamentos,** 22.
–, Equilíbrio da, 203, 257 *sq.*, 302, 425.
- Balanços,** 215, 338 *sq.*
- Banco central de emissão,** 86, 191, 320.
–, Notas de, 87, 191.
- Bancos,** 191, 265, 298.
- Bens de consumo enquanto dado,** Os, 209 *sq.*
- Cálculo económico**
–, na economia mercantil, 142 *sqq.*, 182 *sqq.*
–, e princípio de economia, 336 *sq.*
–, na economia de direcção central, 129 *sqq.*, 206 *sqq.*, 268 *sq.*, 341 *sq.*, 411 *sq.*
- Câmbios, Formação dos,** 257 *sq.*, 425.
- Capital,** 209 *sq.*, 219 *sqq.*, 230.
- Capitalismo,** 14, 60, 73, 100 *sq.*, 106 *sq.*, 148, 276, 286, 292, 314.
–, Crise do, 14, 102 *sq.*
–, e economia mercantil, 141.
–, um conceito inutilizável na ciência, 73, 92, 100 *sq.*, 106 *sq.*, 118, 375, 418.
–, primitivo, 75 *sq.*, 97, 102, 118, 274, 375.
- Capitalista, O Homem,** 328 *sq.*, 337, 352.
- Cartéis,** 53 *sq.*, 89, 265, 295, 306, 315, 321, 323 *sq.*
- , Ideologias dos, 21*sq.*, 315.

- Clássica, Economia política, 41 *sqq.*, 55, 57, 66, 85, 105 *sq.*, 247, 360, 390, 345, 413.
- Colectivismo, 418 *sq.* (*Vide também Comunismo.*)
- Colonos, A economia dos, 78.
- Combinação
- , de formas elementares, 91 *sq.*, 117, 120 *sq.*, 125, 130, 264 *sqq.*, 267 *sq.*, 435 *sqq.*
 - , de sistemas monetários, 117, 195 *sq.*
- Comércio, 73 *sq.*, 80, 182, *sq.*, 280 *sq.*, 317 *sq.*, 330.
- , internacional enquanto problema teórico, O, 9, 202, 237 *sq.*, 282 *sq.*, 300 *sq.*
- Compreensiva, A economia política, 70 *sqq.*, 94 *sqq.*, 100, 405 *sqq.*
- Comunismo, 139 *sq.*, 205, 270.
- Conceitos fundamentais, Crítica da teoria dos, 13 *sq.*, 367.
- Conceptual, Crítica da economia, 13 *sq.*, 45 *sqq.*, 100 *sqq.*, 107, 145, 263, 359, 365, 389, 396.
- Concorrência, 123 *sq.*, 154 *sqq.*, 170 *sq.*, 280. (*Vide também Mercado, Formas de.*)
- , Análise teórica da, 240 *sq.*
 - , e monopólio: delimitação, 157 *sqq.*, 347 *sq.*
 - , e poder, 321 *sq.*
 - , na criação de moeda, 189 *sqq.*
 - , na economia política clássica, 43, 418.
- , pura e perfeita (Formas de mercado), 178, 279, *sq.*, 414.
- Conhecimento técnico, O dado, 214, 237, 251 *sqq.*, 340 *sq.*
- , distinto da técnica aplicada, 8 *sq.*, 214.
- Conjuntura, 11 *sq.*, 234, 289 *sqq.*, 429 *sq.*
- , Teorias da, 289 *sqq.*, 307 *sqq.*, 373.
- Constituição económica, 85 *sq.*, 291, 382 *sqq.* (*Vide também Ordem económica e Política económico-constitucional.*)
- , e ordem económica, 85 *sq.*, 268 *sq.*
- Coordenação dos planos individuais, 142 *sq.*, 200 *sq.*, 228, 366.
- Corporações, 81, 122 *sq.*, 174, 280 *sq.*, 314.
- Cunhagem livre, 118.
- Currency-School*, 193 *sq.*, 248.
- Custos, 224, 229 *sq.*, 242, 250, 347 *sq.*, 396, 423.
- Dados,**
- , Teoria dos, 425 *sq.*
 - , Reacção do processo económico sobre os, 252, 296, 424 *sq.*
 - , do plano, 150 *sqq.*, 159 *sqq.*, 206 *sqq.*, 223 *sq.*, 231 *sq.*, 251 *sqq.*, 256 *sq.*, 412 *sq.* (*Vide também Mercado, Formas de e Risco.*)
 - , e dados efectivos, 161, 224 *sqq.*, 231 *sqq.*

- , e encaixes monetários, 187 *sq.*
- , micro-económicos da economia mercantil, 150 *sq.*, 230 *sq.*
- , macro-económicos da economia mercantil, 240 *sqq.*, 251 *sqq.*, 287, 337.
- , da economia de direcção central, 205 *sqq.*, 237 *sq.*
- Definição,
 - , Utilização abusiva da, 45 *sq.*, 366 *sq.*, 396.
 - , o seu lugar na investigação, 13 *sq.*, 48 *sq.*, 145 *sq.*, 365 *sq.*
- Dimensão temporal do processo de produção, 7 *sq.*, 28 *sq.*, 32, 207 *sqq.*, 220 *sq.*, 349 *sqq.*, 391.
- , a sequência temporal das necessidades, 208 *sq.*
- , escalonamento temporal da oferta, 235 *sq.*
- , negligência do factor tempo, 16 *sq.*, 265 *sq.*, 304.
- Dinâmicas, teorias, 264 *sq.*, 290 *sq.*, 292 *sq.*, 297 *sqq.*, 307 *sq.*, 310, 362 *sq.*, 428 *sq.*
- Dinheiro,
 - , Origem do, 183, 269.
 - , Função do, 135 *sqq.*, 182 *sqq.*, 333 *sqq.*
 - , como unidade de conta, 182 *sqq.*, 269.
 - , na economia mercantil, 146 *sq.*, 179 *sqq.*
 - , na economia de direcção central, 135 *sq.*
- Dominantes, Formas económicas, 121, 125, 130, 194 *sq.*, 264 *sq.*, 284, 297 *sqq.*, 363, 439.
- Domínio senhorial, Formas do, 78 *sq.*, 118 *sqq.*
- Dualismo da economia política histórica e teórica, 51*sqq.*, 364 *sq.*, 397.
- Duopólio, 164. (*Vide* também Oligopólio.)
- Economia,**
 - , Conceito de, 13 *sq.*, 47, 50.
 - , da empresa e economia política, 113, 229 *sq.*, 378 *sq.*
 - , de administração central, 115, 125, 128 *sqq.*, 264 *sq.*, 270, 297, 312 *sq.*, 316. (*Vide* também Economia de direcção central.)
 - , Cálculo económico na, 129 *sq.*, 206, 342, 411 *sq.*
 - , e apetite do ganho, 331 *sq.*
 - , de direcção central, 83, 88, 114 *sq.*, 120 *sq.*, 127 *sq.*
 - , Análise teórica da, 197 *sqq.*, 205 *sq.*, 241 *sq.*, 244 *sq.*, 249 *sq.*, 419 *sq.*, 268 *sq.*
 - , As duas formas da, 115, 129 *sqq.*, 264.
 - , e comunismo, 141, 127, 270.
 - , e poder, 140 *sq.*, 316 *sq.*, 323 *sqq.*
 - , e mentalidade económica 331 *sqq.*
 - , e satisfação das necessidades 308 *sq.*, 331 *sqq.*, 346.
 - , Relação de trabalho na, 138 *sqq.*, 249 *sq.*, 316 *sq.*, 331 *sqq.*
 - , simples, 129, 138 *sqq.*, 206 *sq.*, 342 *sq.*, 412, 418 *sq.*

- , de mercado, 93.
- , dirigida, A chamada, 266 *sq.*, 309 *sqq.*
- , doméstica (estádio económico), 65 *sq.*, 72 *sqq.*, 96 *sq.*, 374, 437.
- , e mentalidade económica 331 *sqq.*
- , familiar: sua reacção a alterações dos preços, 343 *sqq.*
- , individual, 7 *sq.* (*Vide também* Economia de direcção central simples.)
- , mercantil, 114 *sqq.*, 121 *sqq.*, 366.
- , Análise teórica da, 200, 227 *sqq.*
- , Definição da, 128, 141 *sqq.*
- , e mentalidade económica, 332 *sq.*, 347 *sqq.*
- , e poder, 317 *sqq.*
- , Organização social e jurídica da, 237 *sq.*
- , nacional, 95 *sq.*, 375.
- , natural, 72, 80, 402, 416.
- , de troca, 143 *sq.*, 180 *sq.*, 246 *sq.*, 267, 416
- , territorial, 75 *sq.*, 274 *sq.*
- , urbana (estádio económico), 73 *sqq.*, 80 *sqq.*, 95 *sq.*, 105 *sq.*, 122 *sqq.*, 274 *sq.*, 375 *sq.*, 401 *sq.*, 408, 410.
- Empirismo, 55 *sqq.*, 362 *sq.*, 398.
- Encaixes monetários como ponto de partida das análises teóricas, Os, 164 *sq.*, 181 *sq.*, 186 *sq.*, 235 *sq.*
- Equilíbrio, 197, 238 *sq.*, 257, 302, 321.
- Escola histórica em economia política, Crítica da, 31 *sq.*, 43 *sq.*, 56 *sqq.*, 424.
- Escravidão, 28, 78 *sq.*, 119, 132 *sq.*, 316 *sq.*, 347.
- Estádios económicos, 38 *sqq.*, 398 *sq.*
- , Crítica dos, 70 *sqq.*, 94 *sqq.*, 198 *sqq.*, 273 *sq.*, 374 *sqq.*, 404 *sq.*
- Estático, O estado, 238 *sqq.*, 295 *sq.*, 301 *sqq.*, 422.
- Estilo geral invariante
- , da natureza, 35.
- , da economia, 177, 285, 327 *sq.*, 340.
- Estilos económicos, 38 *sqq.*
- , Crítica dos, 76 *sqq.*, 94 *sqq.*, 198 *sqq.*, 263 *sqq.*, 285, 374 *sqq.*, 404 *sq.*
- Evolução económica, 38 *sq.*, 72 *sq.*, 296 *sq.*
- , Necessidade da, 269 *sq.*
- , A ideia de, 64 *sq.*, 69 *sq.*, 282 *sq.*, 398.
- , Perigos da, 71 *sqq.*, 76.
- Expectativas, 151 *sqq.*, 224 *sqq.*, 233 *sq.* (*Vide também* Plano, Dados do.)
- Experiência (*Vide também* Historicismo.)
- , científica e experiência quotidiana, 19 *sqq.*, 359, 409 *sq.*
- , histórica, 293 *sq.*
- , Regras da, 216 *sqq.*
- Família, 113 *sq.*, 141 *sq.*, 187, 264, 345, 409, 410.

Fechadas e abertas da oferta e da procura, Formas
 –, na Idade Média, 80 *sq.*, 121 *sq.*, 147 *sqq.*, 171 *sq.*, 279 *sqq.*, 321 *sqq.*
 –, na idade moderna, 147 *sqq.*, 171 *sqq.*, 271 *sq.*, 321 *sqq.*
 –, Análise morfológica das, 147 *sq.*, 171 *sqq.*
 –, e poder, 317 *sq.*

Gossen, Primeira lei de, 216 *sq.*, 347 *sqq.*, 420.

Grupo, Egoísmo de, 315, 392 *sq.*

Grupos, Anarquia dos, 413.

Hipóstase, 45 *sq.*, 101 *sq.*, 406.

História e historiografia, 26, 69, 118 *sq.*, 394 *sqq.*

Historicismo, Crítica do, 43, 276, 328 *sq.*, 352, 371, 434, 440 *sq.*

Historiografia económica e ordem económica, 91 *sqq.*, 117 *sq.*, 273 *sq.*

Homogeneidade dos bens e da dimensão das unidades de produção e formas de mercado, 157 *sqq.*, 162, 165, 169.

Idade Média

–, A moeda na, 182 *sq.*
 –, Desenvolvimento económico na, 73 *sq.*, 214.
 –, Mentalidade económica na 329, 352, 431.
 –, Ordens económicas na, 79 *sqq.*, 84 *sq.*, 118 *sqq.*, 148 *sq.*, 174, 280 *sq.*, 318 *sq.*, 401.

Ideologias

–, de interesses, 20 *sqq.*, 61, 315 *sq.*
 –, e ciência, 21 *sq.*, 367, 370 *sq.*, 392 *sq.*

Iluminismo e a história, O, 42 *sqq.*, 395, 435.

Incerteza, 224 *sqq.*, 233 *sq.*, 293 *sq.* (*Vide* também Expectativas, Plano, Dados do e Risco.)

Industrialização (Revolução industrial), 98 *sqq.*, 195, 289 *sqq.*

Interdependência económica, 29 *sqq.*, 236 *sq.*, 286 *sq.*

Invariante: *vide* Estilo geral invariante.

Investimento de capital, 8, 220, 288 *sq.*, 298, 419.

–, Restrições ao, 115, 174, 179.

Jurídica e social, O dado organização, 215 *sq.*, 252, 352.

Juro, O, 6, 30, 230, 298.

Laissez faire, 92 *sq.*, 414.

Lei dos acréscimos decrescentes do rendimento, 218, 233 *sq.*

Liberdade

–, de consumo, 120 *sq.*, 134 *sqq.*, 206.

–, dos contratos, 85, 93.

–, de empresa, 81, 85 *sq.*, 123, 147 *sqq.*

–, de estabelecimento, Restrições à, 132 *sq.*

Localização da produção, O problema da, 9 *sq.*, 200 *sq.*

Matematização crescente das teorias, 55.

Maturação económica, Período de, 221 *sq.*, 289.

Meios de produção produzidos, 209 *sq.*

–, dado e problema, 209 *sq.*

Mentalidade económica, 216 *sq.*, 237 *sq.*, 430 *sq.*

Mercado, 145 *sqq.*, 176 *sqq.*, 200 *sqq.*, 235 *sq.*, 310.

–, Formas de, 147 *sqq.*, 360.

–, e conjuntura, 304 *sqq.*

–, e poder, 177, 281 *sq.*, 316 *sq.*

–, e satisfação das necessidades, 348 *sqq.*

–, e tipos de comportamento, 348 *sqq.*

–, na criação de moeda, 189 *sqq.*

–, Identificação das, 150 *sqq.*, 169 *sqq.*

–, Sinopse das, 178.

–, Teoria das, 156 *sqq.*, 169 *sqq.*, 347 *sq.*

Modelos, 32, 205, 249, 436 *sq.*

Moeda (*Vide* também Dinheiro.)

–, escritural, 186 *sq.*, 190 *sqq.*, 193 *sqq.*, 309.

Moedas (divisas), 186 *sqq.*

Monetária

–, Formas fundamentais da economia, 112 *sqq.*, 147, 201 *sq.*, 269 *sq.*

–, Teoria, 48, 146 *sq.*, 184, 265 *sq.*

–, Ordem: *vide* Ordem monetária.

Monetários, Sistemas, 146, 184 *sqq.*, 190 *sqq.*, 193, 269, 416 *sq.*

Monismo (*Vide* também Estilos económicos e Estádios económicos.)

–, temporal, Crítica do, 56 *sqq.*, 96 *sq.*, 122 *sqq.*, 149 *sq.*, 277 *sqq.*

Monistas, Crítica dos sistemas teóricos, 43 *sqq.*, 157 *sq.*, 177, 304 *sqq.*, 249 *sq.*

Monopólio (*Vide* também Mercado, Formas de.)

–, aberto e fechado, 174 *sq.*

–, colectivo, 166 *sq.*, 174 *sq.*, 296, 317 *sq.*

–, e poder, 316 *sqq.*

–, e satisfação das necessidades, 348 *sq.*

–, Existência efectiva do, 114 *sq.*, 122 *sqq.*, 151 *sq.*, 157 *sqq.*, 164, 280 *sqq.*

–, na criação de moeda, 190 *sqq.*

–, no mercado de trabalho, 174, 299 *sq.*

–, parcial, 153 *sq.*, 164 *sq.*, 169 *sq.*, 169, 280, 318 *sqq.*

(*Vide* também Mercado, Formas de.)

Monopsónio: *vide* Mercado, Formas de e Monopólio.

Morfologia

–, Aplicação da, 270 *sq.*, 277 *sq.*, 290 *sqq.*, 314 *sqq.*, 323 *sqq.*, 361

–, da moeda, 187 *sqq.*

–, Elaboração da, 176 *sqq.*, 198 *sqq.*, 262 *sqq.*, 364 *sq.*, 369.

–, e poder, 316.

Natureza

–, enquanto dado, A, 212 *sqq.*

–, distinta dos serviços da natureza, 213 *sq.*

Necessidade da evolução económica, 296 *sq.*

Necessidades, As

–, consideradas como um dado, 207 *sqq.*, 251, 346.

–, Espécies de, 252.

–, limitadas e ilimitadas, 333 *sq.*

–, variáveis e constantes, 343.

Observação pontual: formas e crítica, 60, 230, 362.

Oferta (*Vide também Mercado, Formas de.*)

–, de mão-de-obra, 255, 344 *sq.*

–, Deslocamento da curva da, 324.

–, Elasticidade da, 324, 343.

–, e preço, 343 *sq.*, 433.

–, Formas da, 145 *sq.*, 147 *sq.*, 171 *sqq.*

Oίxos, 196 (*Vide também Economia doméstica.*)

Oligopólio

–, na criação de moeda, 189 *sqq.*

–, Existência efectiva do, 124, 164 *sqq.*, 282, 320, 386.

–, fechado, 174.

Oligopólio parcial, 165, 166, 167 *sq.*, 250. (*Vide também Mercado, Formas de.*)

Ordem da economia e ordem económica, 381 *sqq.*

–, económica (*Vide também Constituição económica.*)

–, Conceito de, 82 *sqq.*, 358, 368 *sq.*

–, Constância da, 305.

–, Definição da, 84, 268.

–, e ordem jurídica, 88, 284, 385 *sq.*

–, e ordem natural, 35, 82, 285.

–, global e parcial, 84 *sq.*, 93 *sq.*

–, limites ao seu conhecimento, 91 *sq.*, 283 *sq.*

–, Princípios básicos da, 84, 403 *sq.* (*Vide também Constituição económica.*)

–, Regressão da, 267.

–, Conhecimento das, 93 *sq.*, 196 *sq.*, 263 *sqq.*, 374 *sqq.*

–, Duração das, 271 *sq.*

–, Estrutura das, 263 *sqq.*, 358 *sq.*

–, «espontâneas» e «instituídas», 85 *sqq.*, 268, 403 *sq.*

–, Exemplos de, 71 *sqq.*, 77 *sqq.*, 263, 278 *sqq.*, 298 *sq.*, 305 *sq.*, 402 *sq.*

–, jurídica e ordem económica, 88 *sqq.*, 284, 385 *sq.*, 404, 442.

–, monetária (Moeda), 188 *sqq.*

–, natural, 42 *sq.*, 255.

Ordo, 382 *sqq.*

Padrão ouro, 93, 184 *sq.*, 203, 299.

Patentes,

–, e forma de mercado, 162, 165, 172.

Peel, A lei bancária de, 86.

Plano económico, O (*Vide também Dados do plano.*)

- , de longo prazo e de curto prazo, 221 *sq.*, 349 *sq.*
- , e criação de moeda, 188 *sqq.*
- , Importância central do, 82, 127 *sq.*, 150 *sqq.*, 155 *sq.*, 167 *sq.*, 176, 206 *sqq.*, 231, 304, 321, 336, 339, 350 *sq.*, 368.
- , na economia de direcção central, 206 *sqq.*, 224 *sqq.*, 237 *sq.*
- , na economia mercantil, 142 *sqq.*, 227 *sqq.*
- , Coordenação dos 143 *sqq.*
- Poder (*Vide* também Mercado, Formas de e Economia de direcção central.)
- , económico, 20 *sq.*, 140 *sq.*, 146, 249, 313 *sqq.*, 429 *sq.*
- , ideologias, 19 *sqq.*, 314 *sqq.*
- , lutas pelo, 20 *sqq.*, 123 *sq.*, 250, 281 *sq.*, 314 *sqq.*, 319 *sq.*, 325 *sq.*
- , entrelaçados, 317 *sq.*, 320, 326.
- Política económica, 254 *sq.*, 259 *sq.*, 383 *sq.*
- , económico-constitucional, 291 *sq.*, 383 *sq.*, 403 *sq.* (*Vide* também Constituição económica.)
- Políticos e económicos, Acontecimentos, 56 *sq.*, 102 *sqq.*, 280 *sq.*, 290 *sq.*, 313 *sq.*
- População, 255, 292.
- Preço,
 - , Formação do, 30 *sq.*, 150 *sq.*, 201 *sqq.*
 - , Definição do, 365 *sq.*
 - , sua função na economia mercantil, 143 *sqq.*, 228 *sq.*, 241 *sqq.*, 279 *sq.*, 298, 365 *sq.*
 - , e valor de troca, 181.
 - , e alterações da produção, Variação do, 343 *sq.*, 433.
 - , fixo, 19, 154.
 - , tabelamento legal, 79, 115, 124, 145, 167 *sq.*, 179, 242 *sq.*
 - , O risco de, 233.
 - , Nível de, 202, 417 *sq.*
- Princípio
 - , da cobertura das necessidades, 328 *sqq.*, 352.
 - , de economia, 336 *sqq.*, 339 *sqq.*, 348, 352.
 - , da maximização da receita líquida, 189, 347 *sq.*, 353 *sq.*
 - , do ganho, 328, 349.
 - , e economia de direcção central, 331 *sq.*
 - , do melhor abastecimento possível, 138, 179, 189, 330, 353 *sq.*
- Processo económico (quotidiano económico, marcha da economia), 3 *sqq.*, 111 *sq.*, 130, 199 *sqq.*, 206 *sqq.*, 224, 308 *sqq.*, 360 *sq.*
- , Análise teórica do, 29 *sqq.*, 275 *sq.*, 408 *sq.*
- , Alterações do, 288 *sqq.*, 296.
- Procura (*Vide* também Mercado, Formas de.)
 - , Deslocamento da curva da, 324.
 - , Elasticidade da, 156 *sq.*, 324.
 - , Formas da, 147 *sqq.*
- Produção, circulação, repartição e consumo, 15 *sq.*, 391.

- Propriedade e ordem económica, 78 *sq.*, 85 *sq.*, 442.
- Quantitativos da economia política**, Problemas, 48, 357 *sq.*
- Quotidiano económico: *vide* Processo económico.
- Raridade**, Indicador de, 342.
- Reacção, Período de, 236 *sq.*, 302 *sq.*
- Rendimento, Acréscimos decrescentes do, 218, 233.
- Retrogradação, 222, 289.
- Risco, 224 *sqq.*, 238 *sqq.*, 304, 354, 421.
- , na economia mercantil, 233 *sq.*
- , na economia de direcção central, 224 *sqq.*
- Robinson, Economia de, 244 *sq.*, 422 *sq.*, 436 *sq.*
- Rodeios produtivos, 222 *sq.*, 289.
- Romântica, Economia política, 261, 374.
- Salário**
- , e oferta de trabalho, 255, 344 *sq.*, 433.
- , e forma de mercado, 243, 253, 280, 287 *sq.*, 349.
- , O problema do, 6, 28.
- , Teoria do, 229, 243, 255.
- Seitas na economia política, Formação de, 50.
- Sistema, Necessidade de um, 229 *sq.*, 368 *sq.*
- Sistemas económicos, 114, 127 *sqq.*, 198 *sqq.*, 241 *sqq.*, 263, 275 *sqq.*, 304 *sqq.*, 325 *sq.*, 376 *sqq.*
- Sobreprodução geral, 22, 247, 423.
- Stock** dado
- , Oferta a partir de um, 235 *sq.*
- , de bens de consumo e de meios de produção, 209 *sqq.*, 256 *sq.*
- Substituição, O princípio de, 233.
- Técnica**, Escolha da, 8 *sq.*, 31 *sq.*, 240.
- Tempo: *vide* Dimensão temporal
- Teoria**
- , Aplicação da, 262, 274 *sqq.*, 283 *sqq.*, 299 *sqq.*, 314 *sqq.*, 323 *sqq.*, 341.
- , e dados, 250 *sqq.*
- , e historiografia, 51 *sqq.*, 64 *sqq.*, 107 *sqq.*, 127 *sq.*, 259, 273 *sq.*, 291 *sq.*, 304 *sq.*, 352 *sqq.*, 364, 371 *sqq.*
- , Carácter lógico da, 32 *sqq.*, 108 *sq.*, 275 *sqq.*, 295, 364, 368 *sq.*, 427 *sq.*
- , moderna, 16, 105 *sq.*, 397 *sq.*
- , económica, 5 *sqq.*, 29 *sqq.*, 198 *sqq.*, 227 *sqq.*, 285 *sqq.*
- , Caracterização insuficiente da, 32 *sq.*, 47, 55 *sqq.*, 292 *sqq.*, 364 *sq.*
- , e princípio de economia, 336 *sqq.*
- , e mentalidade económica, 315 *sq.*, 351 *sqq.*
- , temporalmente determinada, descritiva, 104 *sqq.*, 196 *sq.*, 276 *sq.*, 304, 362 *sq.*, 371 *sq.*, 375 *sqq.*, 399 *sq.*, 424.

Tipos

- , Ideais, 68 *sq.*, 117, 121, 125, 131, 141 *sq.*, 205, 270, 274, 316 *sq.*, 435 *sqq.*
- , Função dos, 198 *sqq.*, 241 *sq.*, 262, 277 *sq.*, 285.
- , Obtenção dos, 114, 121, 125, 262, 362 *sq.*, 375 *sq.*, 407 *sq.*
- , reais, 68 *sq.*, 98, 199, 311 *sq.*, 352 *sq.*, 363, 357 *sq.*, 400, 407 *sq.*, 435 *sqq.*
- , Teoria dos 311 *sq.*, 435 *sqq.*

Trabalho

- , Considerado como um dado, 209, 255 *sq.*
- , Produtividade do, 218 *sqq.*
- , e natureza, 212 *sq.*
- , distinto dos serviços do trabalho, 212 *sq.*
- , Ordem da relação de, 83, 113 *sq.*, 118 *sqq.*, 253, 264, 281 *sq.*, 316 *sq.*, 321.

Tributos (Reparações de guerra), 303, 306, 439.

Unidade

- , de conta, 143 *sq.*, 181 *sqq.*, 413.
 - , de produção, 113 *sqq.*, 141 *sqq.*, 231 *sq.*, 380 *sq.*
 - , económica, Análise da, 113 *sqq.*, 141 *sqq.*, 227 *ssq.*, 362.
- Universais, Querela dos, 407.
- Universalismo, 47.

Valor de troca, 134, 181 *sq.*

- , e valoração, 224, 242 *sq.*, 279, 298.

Variações, Método das, 32 *sq.*, 239, 257 *sq.*, 301 *sq.*, 307 *sq.*

Verdade científica, 23, 32 *sq.*, 270 *sq.*, 275 *sqq.*, 283 *sqq.*, 368 *sqq.*, 441.

Verleger 73, 92, 124, 281 *sq.*, 317 *sq.*, 330.

Índice Geral

Prefácio do Coordenador	VII
Prefácio à Edição Portuguesa	XI

Primeira parte

O primeiro problema fundamental	1
--	----------

PRIMEIRO CAPÍTULO	3
-------------------------	---

<i>O surgimento do primeiro problema fundamental da economia política a partir da experiência quotidiana</i>	3
---	----------

I. Factos e questões	3
-----------------------------------	----------

O primeiro impulso	3
--------------------------	---

O primeiro problema fundamental em pormenor.

Os seus cinco aspectos	5
------------------------------	---

Um complemento	11
----------------------	----

Crítica e anti-crítica	13
------------------------------	----

II. Experiência quotidiana	17
---	-----------

Opiniões	18
----------------	----

Ideologias de interesses	19
--------------------------------	----

Qual a posição da ciência?	23
----------------------------------	----

SEGUNDO CAPÍTULO	25
------------------------	----

<i>A dualidade do problema: a grande antinomia</i>	25
---	-----------

I. O problema enquanto problema histórico individual	25
II. O problema enquanto problema teórico geral	29
III. A grande antinomia	34

Segunda parte

Crítica da economia política: um segundo problema fundamental	39
 PRIMEIRO CAPÍTULO	41
Introdução	41
Crítica da economia política clássica	45
Crítica da «economia conceptual»	51
Crítica do «dualismo» da economia política teórica e histórica	56
Crítica do empirismo	58
 SEGUNDO CAPÍTULO	63
<i>Estádios económicos e estilos económicos</i>	63
I. O método	63
<i>Estádios e estilos</i>	65
<i>Teorias temporalmente determinadas, históricas, descritivas</i>	67
II. Crítica do método: um segundo problema fundamental	68
<i>Introdução: tipos reais e não tipos ideais</i>	68
<i>As duas questões: – o método restitui a realidade económica? – a análise teórica pode partir dos estádios económicos ou dos estilos económicos?</i>	69
A. Estádios de evolução	70
<i>O duplo erro</i>	70

B. Ordem económica e não estilo económico	76
1. Factos históricos	77
2. «Ordens económicas»	82
Que significa constituição económica?	82
Como surgem as ordens económicas?	84
A distinção entre ordem económica e ordem jurídica	88
Apenas a ciência pode conhecer as ordens económicas	91
3. Estilos económicos?	
O fracasso dos construtores de «estilos»	94
4. «Capitalismo»	98
C. Teorias temporalmente determinadas?	104
Um programa por realizar e irrealizável.	
Balanço provisório: necessidade de uma nova abordagem do objecto	105
Dois problemas fundamentais. A sua solução significa conhecimento da realidade económica	107

Terceira parte

O conhecimento científico da realidade económica	111
Introdução: não se distanciar, mas sim penetrar na realidade	111
PRIMEIRO CAPÍTULO	113
Factos	113
I. Factos do presente	113

II. Factos do passado	117
Um domínio senhorial	118
Ofícios medievais; outras civilizações	122
Análise através da abstracção por acentuação e realce - tipos ideais	125
 SEGUNDO CAPÍTULO	 127
 Os sistemas económicos	 127
 Introdução: «economia de direcção central» e «economia mercantil»	 127
 I. A economia de direcção central: as suas duas formas: «economia individual» e «economia de administração central»	 129
 II. A economia mercantil	 141
 Introdução: caracterização deste tipo ideal	141
Multiplicidade dos planos económicos. Necessidade da sua coordenação. Padrão de medida sempre necessário	143
Diversidade da coordenação em dois aspectos	143
 A. As formas de mercado	 147
 1. As duas formas fundamentais de oferta e procura	147
2. Formas abertas da oferta e da procura	150
3. Formas fechadas da oferta e da procura	171
4. O resultado: as formas de mercado	176
 B. As formas fundamentais da economia monetária: os sistemas monetários	 179
 Introdução: economia natural de troca	179
As duas formas fundamentais da economia monetária	182
Os sistemas monetários	185

III. As tarefas	198
A dupla função dos sistemas económicos: instrumentos de conhecimento das ordens económicas concretas e base da teoria económica	198
Os problemas da teoria económica	199
TERCEIRO CAPÍTULO	205
<i>Análise dos sistemas económicos: os dados</i>	205
I. Contribuição à análise da economia de direcção central completa	205
A. Os fundamentos do plano económico: dados e regras da experiência	206
1. Os dados	206
2. As regras da experiência	216
B. O processo efectivo: o risco	224
II. Perspectivas sobre a análise do sistema da economia mercantil	227
Progressão da análise da unidade económica ao conhecimento da macro-economia	228
O estado estático	228
A sua utilização abusiva	231
III. As conexões entre os sistemas económicos	241
IV. Os dados	250
O que são os dados?	250
Como se deve trabalhar com os dados?	255

Por que é de importância decisiva traçar correctamente a fronteira dos dados?	256
QUARTO CAPÍTULO	261
A economia real. – Ordem económica e processo económico: aplicação	261
Introdução - visão de conjunto	261
I. O conhecimento das ordens económicas	263
Possível pela aplicação dos tipos ideais	263
Exemplos	263
Carácter epistemológico da aplicação	270
Histórica económica e economia política	270
II. O conhecimento do processo económico: aplicação da teoria	275
O preconceito historicista	275
O carácter abstracto da teoria	276
«Verdade» e «actualidade»	276
Exemplos	276
Limites do conhecimento da economia real	283
A superação da grande antinomia	285
III. Um caso simples	286
IV. Evolução económica	288
O problema da conjuntura	289
Não existe um ciclo normal da conjuntura	292
Apreensão de cada movimento conjuntural na sua singularidade	293
Aplicação da morfologia e da teoria: exemplos	295
Necessária a re-interpretação das teorias da conjuntura	297

V. O poder económico	313
Sem a compreensão do poder económico não há compreensão da realidade económica	313
A cegueira perante o poder económico	314
Apreensão do fenómeno do poder económico pela aplicação do aparelho morfológico	314
e das proposições teóricas	316
Exemplos históricos	323
QUINTO CAPÍTULO	327
<i>O homem económico</i>	327
O problema: diversidade do homem e do processo económico	327
Discussão da opinião dominante	328
«Princípio da cobertura das necessidades» e «princípio do ganho»: uma antítese histórica e logicamente inutilizável	329
O comportamento do homem na realidade económica tem de ser re-examinado. Ele é constante e variável. Em que medida?	336
Estudo da economia concreta	337
SEXTO CAPÍTULO	357
<i>Conclusão</i>	357
1. Ainda sobre o carácter dos dois problemas fundamentais	357
2. Sobre a correcta formulação dos problemas	359

3 e 4. Os dois processos de abstracção e as duas espécies de tipos	362
5. A teoria como instrumento	364
6. Sobre as definições	365
7. Ponto de partida: os planos económicos	368
8. Necessidade de um «sistema»	368
9. Opiniões, ideologias e verdade	370
10. Distanciação da experiência quotidiana na economia política e o presente	371
11. Solução económica e histórico-universal dos problemas	373
12. Ainda sobre as ordens, os estádios e os estilos económicos	374
13. Singularidade da economia política e sua ligação a Relações da economia política com outras ciências	377
14. Economia da empresa e economia política	378
15. «Ordem económica» e «ordem da economia»	381
16. Sobre o problema fundamental da política económica	383
17. Pensamento jurídico, economia e economia política	385
18. O essencial: plena observação e razão pura	387
Notas	389
Índice onomástico	445
Índice analítico	449

Esta tradução portuguesa
de OS FUNDAMENTOS DA ECONOMIA
POLÍTICA, de Walter Eucken, foi composta,
impressa em offset e encadernada para
a *Fundação Calouste Gulbenkian*
nas oficinas de A. Coelho Dias, S.A.
A tiragem é de 3.000 exemplares.
Outubro de 1998

ISBN-972-31-0813-5
Dep. Legal 128 094/98

the 1990s, the number of people with a mental health problem has increased in the UK (Mental Health Act 1983, 1990).

There is a growing awareness of the need to improve the lives of people with mental health problems. The Department of Health (1998) has set out a vision of a new mental health system, which will be based on the following principles:

- People with mental health problems should be treated as individuals, with their own needs and wishes.
- People with mental health problems should be given the opportunity to participate in decisions about their care and treatment.
- People with mental health problems should be given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities.

These principles are reflected in the new Mental Health Act (1983, 1990) and the new Mental Health Regulations (1983, 1990).

The new Mental Health Act (1983, 1990) and the new Mental Health Regulations (1983, 1990) have been designed to improve the lives of people with mental health problems. The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are treated as individuals, with their own needs and wishes.

The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to participate in decisions about their care and treatment. The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities.

The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities. The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities.

The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities. The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities.

The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities. The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities.

The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities. The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities.

The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities. The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities.

The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities. The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities.

The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities. The new Act and Regulations have been designed to ensure that people with mental health problems are given the opportunity to live as fully as possible in their own homes and communities.

EDIÇÕES DA FUNDAÇÃO
CALOUSTE GULBENKIAN

Manuais Universitários

300 volumes publicados

Textos Clássicos

14 volumes publicados

Próxima publicação:

Dei Delitti e dele Pene — Beccaria

Cultura Portuguesa

37 volumes publicados

TEXTOS CLÁSSICOS — As raízes da cultura estão naquelas obras chamadas clássicas, obras cuja mensagem se não esgotou e que permanecem fontes vivas do progresso humano. Por isso a Fundação, ao esquematizar o seu Plano de Edições, julgou que seria indispensável colocar ao alcance do público lusófono livros que marcassem momentos decisivos na história dos vários sectores da civilização. Da ciência pura à tecnologia, da quantidade abstracta ao humanismo concreto, procurar-se-á que os depoimentos mais representativos figurem nesta nova série editorial. Para dificultar ao mínimo o acesso do leitor, todas as obras serão vertidas em português e apresentadas com a dignidade e a segurança que naturalmente lhes são devidas. Integrando na língua pátria estes grandes nomes estrangeiros, supomos contribuir para uma mais perfeita consciência da própria cultura nacional, cujos clássicos terão também o lugar que lhes compete no Plano de Edições da Fundação Calouste Gulbenkian. ■ **WALTER EUCKEN** (1891-1950). Nasceu em Iena, filho do Filósofo e Prémio Nobel *Rudolf Eucken*. Estudou Economia e doutorou-se sob a orientação de *Herman Schumacher* da então recentemente surgida Escola Histórica Alemã, mas cedo se afastou da linha seguida por essa escola. Após dois anos de docência em Tübingen foi chamado para a Universidade de Friburgo (Brisgau) onde ensinou o resto da vida. Foi o fundador da «Escola de Friburgo» que, numa das correntes do neoliberalismo, criou o conceito de «Ordoliberalismo». EUCKEN defendia uma ordem económica segundo as ideias base da economia nacional clássica, mas garantindo o funcionamento da economia de mercado através da vigilância estadual dos monopólios e cartéis e de outras medidas conformes com a economia de mercado. Para defesa desta concepção foi co-editor da série «*Ordnung der Wirtschaft*», e após 1948, do anuário «*Ordo*». As ideias de EUCKEN tiveram uma influência decisiva na política económica da República Federal da Alemanha após 1948, nomeadamente na era do Chanceler *Ludwig Erhard*, pai do «milagre alemão». As principais obras de W. EUCKEN são *Grundlagen der Nationalökonomie* (1940) e *Grundsätze der Wirtschaftspolitik* (1952). ■ **Eduardo de Sousa Ferreira**, licenciado e doutorado em economia (Dr. rer. pol.) pela Universidade de Heidelberg (RFA). Professor Catedrático do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. ■ **Manuel Leandro Gameiro dos Santos**, licenciado em economia pela Universidade de Paris I. Professor Auxiliar do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.